

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LINGÜÍSTICA
APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM (LAEL)

**A CONSTITUIÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO GÊNERO
JORNALÍSTICO ARTIGO: CRONOTOPO E DIALOGISMO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutora em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem, sob a orientação da Prof.^a Doutora Roxane Helena Rodrigues Rojo.

Rosângela Hammes Rodrigues
hammes@cce.ufsc.br

SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 2001

Tese aprovada pela Comissão Julgadora para a obtenção do Grau de Doutora em
Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem

Banca Examinadora:

Dr^a Roxane Helena Rodrigues Rojo (orientadora)

A minha avó Cecília
in memoriam

A Mariane e ao Maurino

AGRADECIMENTOS

- À Capes, pelo apoio financeiro, através da bolsa de doutorado;
- À Universidade Federal de Santa Catarina, pelo afastamento concedido para a formação;
- À Banca dos Exames de Qualificação, Prof^a Roxane, Prof^a Beth e Prof. Faraco, pela leitura atenta, pelas sugestões e pelo estímulo;
- À Prof^a Roxane, orientadora, pelo acompanhamento no desenvolvimento da pesquisa;
- À Maria Lúcia, secretária do LAEL, pela atendimento cordial e eficiente;
- À Prof^a Lúcia Flores, pela leitura crítica e atenta do trabalho;
- Ao Prof. Apóstolo, pelo esmero na versão do resumo;
- Ao Luciano, meu irmão, pelo ajuda inestimável nos acabamentos da tese;
- Aos pais, Lúcio e Líbia, pelo incentivo inicial;
- Ao marido e à filha, Maurino e Mariane, pelo apoio, carinho, compreensão e paciência;
- Aos muitos amigos e colegas que "torceram" por este trabalho: Joseane, Tina, dona Mina, Emília, Marta, Socorro, Lúcia, Heloísa, M. Inês, entre outros aqui não nomeados;
- Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

"O discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala. Ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc."

(Bakhtin)

RESUMO

Nesta pesquisa, elabora-se uma descrição interpretativa da constituição e do funcionamento do gênero discursivo artigo, da esfera jornalística. A fundamentação teórico-metodológica inscreve-se na linha sócio-histórica da constituição da linguagem e do sujeito, sobretudo nos trabalhos de Bakhtin: sua concepção de linguagem, de enunciado e de gênero do discurso.

A descrição interpretativa do artigo foi elaborada a partir da análise de sessenta e dois artigos, publicados na seção de opinião de quatro jornais (dois de circulação nacional e dois de circulação estadual), coletados uma vez por mês, entre setembro de 1998 e março de 1999. A metodologia para a análise do gênero artigo apoiou-se na ordem metodológica proposta por Bakhtin: dos intercâmbios comunicativos sociais para os aspectos dos gêneros ou da língua, uma vez que não se pode dissociar o signo das formas concretas da comunicação social.

No âmbito dessa perspectiva teórico-metodológica, os gêneros do discurso foram considerados como *tipos* históricos de enunciados, constituídos de duas dimensões essenciais inextricáveis, a social e a verbal. Na análise da sua dimensão social, mostraram-se como elementos relevantes do artigo as especificidades da sua esfera social (finalidade ideológica do jornalismo no conjunto da vida social etc.) e a sua situação de interação nessa esfera: vinculação à seção de opinião, periodicidade diária, leitores das classes A, B, C como destinatários, concepção de autoria centrada nos critérios de prestígio social e midiológico. A partir da análise da parte verbal, concluiu-se que o artigo caracteriza-se como uma reação-resposta valorativa do seu autor face aos acontecimentos sociais da atualidade, de interesse da esfera jornalística. A produção da orientação apreciativa constrói-se através da relação dialógica particular das três instâncias enunciativas: a posição da autoria, que funciona como um argumento de autoridade, e seus desdobramentos enunciativos; a relação com os enunciados já-ditos, que o autor aproxima ou distancia do seu discurso (*movimentos dialógicos de assimilação e de distanciamento*), com vistas à produção da orientação argumentativa; a relação com a reação-resposta ativa do leitor, objetivando refutar objeções, engajá-lo ao seu discurso e interpelá-lo à adoção de uma determinada atitude valorativa (*movimentos dialógicos de engajamento, refutação e interpelação*).

ABSTRACT

This research aims at conducting an interpretive description of the constitution and functioning of the discursive genre "article", of the journalistic sphere. Its theoretical-methodological background follows mainly Bakhtin's socio-historical approach of language and subject constitution: his concept of language, utterance, and discursive genres.

The interpretive description of the article was carried out based upon the analysis of sixty two articles, published in the opinion section of four newspapers (two of nationwide and two of statewide circulation), collected once per month, between September, 1998 and March, 1999. The methodology for the analysis of the genre "article" was centered upon that proposed by Bakhtin: from the communicative social exchanges to the genre or language aspects, given that one cannot dissociate the sign from the concrete forms of social communication.

In the context of this theoretical-methodological perspective, discursive genres have been considered as historical types of utterances, composed of two inextricable fundamental dimensions, namely, the social and the verbal. In the analysis of the social dimension, this research shows the peculiarities of its social sphere (ideological aim of journalism in the whole of social life, etc.), and the interaction situation of the article in that sphere: linkage to the opinion section, daily periodicity, classes A, B, C readers as addressees, authorship's concept centered upon social status and media-criteria. The analysis of the verbal part leads to the conclusion that the "article" is characterized as a reaction-evaluative response of this author to current social events, which are of interest to the journalistic sphere. The appreciative-oriented production is constructed through the particular dialogic relationship of three enunciating instances: the author's position, which functions as an authority's argument, and its enunciating developments; the relationship with the already produced utterances, which the author approximates to or distances from his discourse (dialogic movements of assimilation and distancing), aiming at argumentative-oriented production; the relationship with the reader's active reaction-response, with the purpose of refuting objections, engaging him in his discourse and interpellating him vis-à-vis the adoption of a certain evaluative attitude (dialogic movements of engagement, refutation, and interpellation).

SUMÁRIO

INTRODUCÃO	1
CAPÍTULO I	
OS GÊNEROS DO DISCURSO NA TEORIA BAKHTINIANA	8
1 A natureza sócio-ideológica da linguagem	8
2 O enunciado: unidade concreta e real da comunicação discursiva	19
2.1 A dimensão social constitutiva	21
2.2 Características particulares	29
2.2.1 A alternância dos sujeitos discursivos	30
2.2.2 A expressividade do enunciado	32
2.2.3 A conclusividade do enunciado	37
3 Os gêneros do discurso: <i>tipos</i> relativamente estáveis de enunciados	39
3.1 As dimensões constitutivas dos gêneros	43
3.2 A formação sócio-histórica dos gêneros	49
3.3 A distinção entre gêneros primários e gêneros secundários	56
4 A relação entre gênero, enunciado e texto	60
CAPÍTULO II	
ASPECTOS DA DIMENSÃO SOCIAL DO ARTIGO	68
1 As esferas sociais como princípio de organização dos gêneros	69
2 As especificidades da esfera jornalística	74
3 O papel da mídia na esfera jornalística e nos seus gêneros discursivos	82
4 Particularidades dos jornais pesquisados	95
4.1 <i>A Notícia</i>	96
4.2 <i>Diário Catarinense</i>	97
4.3 <i>Folha de S. Paulo</i>	98
4.4 <i>O Estado de S. Paulo</i>	99

4.5 Considerações gerais sobre os jornais pesquisados	100
5 Os gêneros do discurso da esfera jornalística	103
6 A situação social de interação do artigo: um "entimema" particular.....	120
6.1 Os sentidos da palavra <i>artigo</i> : algumas considerações.....	121
6.2 O cronotopo do artigo: seu lugar discursivo e sua periodicidade.....	126
6.3 A circulação social do artigo: o leitor previsto	133
6.4 A posição social da autoria: um argumento de autoridade	135
 CAPÍTULO III	
ASPECTOS DA DIMENSÃO VERBAL DO ARTIGO	147
1 O objeto do discurso: do que trata o artigo	147
2 As relações dialógicas: a reação-resposta ao já-dito	159
3 Projeções estilístico-composicionais	171
3.1 Estratégias de inter-relação com o discurso do outro	173
3.2 Formas compostionais de introdução e organização do discurso do outro	185
3.2.1 O discurso relatado direto e suas variantes	189
3.2.2. O discurso relatado indireto e suas variantes	193
3.2.3 O discurso bivocal	198
4 As relações dialógicas: a orientação para o leitor	208
5 Projeções estilístico-composicionais	215
6 O papel dos gêneros intercalados	226
7 Em torno da "assinatura"	238
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	
247	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	253
ANEXOS.....	259

INTRODUÇÃO

A motivação para a análise da constituição e do funcionamento do **gênero artigo**, da esfera jornalística, situa-se no domínio da Lingüística Aplicada, ensino/aprendizagem de língua materna, mais especificamente, na área da produção textual escrita. O interesse da Lingüística Aplicada pelos gêneros do discurso é consequência do processo dialógico entre a esfera escolar e a acadêmica. A orientação conjunta (escola/ciência) para a análise da situação do ensino/aprendizagem da produção escrita na escola, ao mesmo tempo que tem constatado descompassos na concepção da produção textual escrita nas atividades de ensino¹ (resultando no que se pode denominar como gêneros escolarizados), tem buscado novas propostas teórico-metodológicas, orientadas para as funções sócio-discursivas da escrita e para as condições sócio-históricas de produção das diferentes interações verbais (inclusive as escolares).

Essas novas orientações vêm se concretizando tanto na prática escolar quanto em documentos oficiais de ensino, como, por exemplo, nos *Parâmetros curriculares nacionais*² e na *Proposta curricular de Santa Catarina*³. Os gêneros do discurso passaram a ser tomados como o objeto de ensino/aprendizagem (ponto de partida e de chegada) nas atividades de produção textual (oral e escrita) e também nas de leitura e de análise lingüística.

¹ Essa observação não se constitui em uma crítica ao trabalho do professor na escola. As lacunas remetem à própria concepção teórica com relação à língua e ao ensino de língua materna calcado no ensino das línguas mortas, como já observava Bakhtin.

² Brasil. SEF. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*, 1998.

Brasil. SEF. *Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental*, 1997.

³ Santa Catarina. SEED. *Proposta curricular de Santa Catarina*, 1998.

Junto com o desenvolvimento dessas novas propostas, novos desafios acabam se colocando tanto para a esfera escolar como para a científica, o que é previsto e desejável numa proposta que se quer como sócio-histórica. Entre esses desafios, como articular os objetivos a serem concretizados no ensino da disciplina de língua portuguesa, a desejada abordagem da pluralidade textual, face à grande diversidade de gêneros, heterogêneos entre si, que circulam socialmente? Diante da grande quantidade de gêneros, quais deve a escola priorizar como objetos de aprendizagem? Por quê? E, ainda, o que é um gênero? Em que e como os gêneros se diferenciam entre si? Como articular o conceito de gênero a outras noções, como tipo de texto, por exemplo? Onde buscar conhecimentos mais específicos sobre os gêneros a serem ensinados? Em que e por que o ensino da produção textual a partir dos gêneros se diferencia daquele feito a partir das tradicionais tipologias escolares? Como se articula um projeto de ensino da produção escrita sob a perspectiva dos gêneros do discurso?

Esses e outros questionamentos impulsionam a criação e o desenvolvimento de novos projetos de pesquisa, que abrangem desde a análise da interação professor-aluno-objeto de aprendizagem (a interação verbal em sala de aula torna-se objeto de pesquisa do ponto de vista do discurso e do gênero), até o estudo dos gêneros do discurso considerados como pertinentes para a efetivação dos objetivos de ensino da disciplina de língua portuguesa. Ainda, incluem-se as pesquisas-ação no campo da elaboração de novas metodologias e programas de ensino, de material didático e no acompanhamento/avaliação crítica do processo de ensino/aprendizagem dos gêneros nas atividades de produção textual, leitura, análise lingüística, por exemplo.

A partir do exposto, no conjunto das pesquisas possíveis a partir do enfoque dos gêneros discursivos, esta tese tem por **objetivo analisar a constituição e o funcionamento do gênero do discurso artigo, da esfera jornalística, com vistas à elaboração de uma descrição interpretativa desse gênero.**

A pertinência da análise do gênero artigo no âmbito da Lingüística Aplicada – produção escrita – justifica-se porque se se considera que é desejável que a escola abra espaço para a entrada dos gêneros discursivos, que o ensino da produção escrita esteja voltado para o ensino/aprendizagem dos diferentes gêneros, então o conhecimento e o domínio do modo de constituição dos gêneros da esfera jornalística mostra-se como relevante para o desenvolvimento dos objetivos de ensino. O domínio do artigo poderá se constituir, para o aluno, como um dos instrumentos para o "exercício efetivo da cidadania"

e para a sua "participação plena no mundo letrado"⁴. Assim, do ponto de vista da sua inserção no campo da Lingüística Aplicada, a análise do artigo pretende construir um conjunto de conhecimentos a respeito da constituição e do funcionamento desse gênero na comunicação jornalística, capaz de fornecer embasamento teórico para a construção de projetos de ensino/aprendizagem da produção escrita do artigo na esfera escolar. A pesquisa, portanto, não pretende (e nem poderia) dar conta de todas as perguntas levantadas. Ela objetiva ser parte de uma das respostas desse novo campo de pesquisa.

Os dados para a pesquisa foram formados pela coleta dos artigos da seção de opinião do jornalismo impresso diário, veiculado pela Internet⁵. Foram quatro os jornais selecionados: dois de circulação estadual (no Estado de Santa Catarina), *A Notícia* e *Diário Catarinense*; dois de circulação nacional, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*⁶. Os dados foram coletados na terceira semana de cada mês, durante um período de sete meses: de 16 de setembro de 1998 a 16 de março de 1999. A coleta foi efetuada em diferentes dias da semana: quarta-feira no mês de setembro, quinta-feira no de outubro e, assim, sucessivamente, terminando em uma terça-feira, no mês de março. Durante esse período, foram coletados sessenta e dois (62) textos (enunciados⁷), exemplares do gênero: 21 no jornal *A Notícia*, 7 no *Diário Catarinense*, 20 na *Folha de S. Paulo* e 14 no *Estado de S. Paulo*. Esse conjunto de dados foi analisado de uma maneira diferenciada. A análise das especificidades da situação de interação, ou melhor, da dimensão social do artigo incidiu sobre o conjunto dos dados. Já a análise do funcionamento da dimensão verbal do artigo abrangeu um grupo menor de dados, trinta e dois textos (32), correspondendo àqueles artigos coletados entre novembro de 1998 e fevereiro de 1999.

A subdivisão dos dados, na verdade, decorreu de uma alteração necessária no curso da pesquisa. Inicialmente, a projeção era a de coletar os dados entre setembro e dezembro de 1998, na quarta-feira, uma vez por mês. Mas, durante a coleta no mês de setembro, em uma observação diária mais atenta da circulação do gênero artigo nos jornais selecionados, foram percebidas certas regularidades de funcionamento consideradas importantes para a compreensão do gênero (como a recorrência de articulistas), que se perderiam na sistemática de coleta adotada (essas observações da dimensão social poderiam ser

⁴ Brasil. SEF, *Parâmetros curriculares nacionais; terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*.

⁵ A concepção de jornalismo impresso veiculado pela Internet encontra-se especificada no segundo capítulo.

⁶ A opção por diferentes jornais não teve por objetivo propor uma análise comparativa das possíveis diferenças de investimento do artigo nesses jornais, mas obter uma maior representatividade do gênero.

⁷ O termo *enunciado* assume sentidos particulares nas diferentes áreas da lingüística; o sentido aqui assumido encontra-se explicitado no primeiro capítulo.

mencionadas, mas não mostradas através dos dados). Assim sendo, para se obter uma maior representatividade (uma vez que a opção por apenas um determinado dia da semana fazia com que se tivesse muitos artigos de um mesmo articulista), bem como para apreender melhor o processo de funcionamento do gênero na esfera jornalística, a coleta foi efetuada em diferentes dias da semana, o que levou a ampliá-la em mais três meses, para cobrir os sete dias da semana.

O referencial teórico e metodológico inscreve-se na linha sócio-histórica, sobretudo nos trabalhos de Bakhtin (ou do círculo bakhtiniano). O primeiro capítulo da tese, Os gêneros do discurso na teoria bakhtiniana, como o nome mostra, é uma releitura dos trabalhos do autor, nos quais se busca analisar o conceito de gênero do discurso elaborado por Bakhtin, articulando-o com outros conceitos fundamentais da sua teoria, tais como a natureza sócio-ideológica da linguagem, língua, discurso, enunciado e texto, entre outros. A construção dessa capítulo é uma interpretação que se faz dessas noções, feita a partir da leitura dos diferentes trabalhos do autor (ou do círculo bakhtiniano).

Para a análise e a descrição do artigo, seguiu-se a ordem metodológica proposta por Bakhtin para o estudo da língua – ou outros aspectos da comunicação discursiva, como os gêneros –, feita de uma perspectiva sócio-histórica. Essa ordem de pesquisa, esboçada por Bakhtin/Voloshinov mais especialmente em *Marxismo e filosofia da linguagem*⁸ e em *La construcción de la enunciación*⁹, pode ser assim compreendida: **dos intercâmbios comunicativos sociais para os aspectos dos gêneros ou da língua, pois não se pode dissociar o "signo" das formas concretas da comunicação social.**

(...) a ordem metodológica para o estudo da língua deve ser a seguinte:

- 1 . As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
- 2 . As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
- 3 . A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual.¹⁰

⁸ Bakhtin, M. M., Voloshinov, V. N. *Marxismo e filosofia da Linguagem*, 1988.

⁹ Bakhtin, M. M., Volochinov, V. N. *La construcción de la enunciación*. In.: Silvestri, A., Blanck, G. *Bajtín y Vigotsky: la organización semiótica de la conciencia*, 1993.

¹⁰ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 124. Nesta obra, há problemas de tradução: o que é traduzido como *categorias de atos de fala*, em outras traduções aparece como *gêneros do discurso*.

Dessa forma, não se partiu de categorias pré-estabelecidas para a análise do gênero artigo. O objetivo foi buscar a apreensão de certas regularidades desse gênero, que foram sendo articuladas em cada etapa de pesquisa dessa ordem metodológica adotada. Dito de outro modo, as etapas de pesquisa, junto com a concepção teórica adotada, foram mostrando pontos de análise pertinentes para a interpretação do processo de constituição e de funcionamento do artigo.

Portanto, o primeiro passo metodológico centrou-se no estudo da esfera da comunicação jornalística. Foram analisados o modo de constituição e de funcionamento da comunicação jornalística no conjunto da comunicação social¹¹, os seus gêneros discursivos (de um modo abrangente), a relação entre gênero e mídia, por exemplo. Essa foi, portanto, a primeira categoria de análise do artigo, que se encontra descrita nas seções 1 a 5 do segundo capítulo, Aspectos da dimensão social do artigo.

No segundo passo do método de análise, a orientação do foco de observação centrou-se mais de perto no estudo do gênero artigo em si. Com a concepção teórica adotada, junto com a compreensão do lugar e da função ideológico-discursiva da comunicação jornalística na vida social, a pesquisa orientou-se mais especificamente para a análise dos dados. E aqui, é preciso dizer que a busca de certas manifestações de regularidades do gênero a partir do seu acontecimento, ou seja, do acontecimento dos enunciados-artigo, deparou-se inevitavelmente com uma heterogeneidade de investimento do gênero que esses dados mostraram.

Nesse ponto, duas opções poderiam ter sido feitas: no conjunto dos dados, fazer uma seleção daquilo que se considerasse previamente como mais exemplar, representativo do gênero, embasada em um conhecimento mais amplo do que se diz ser o gênero, e a partir daí efetuar a análise dos dados. Entretanto, em consonância com o referencial teórico adotado, não foi essa a opção feita. A "higienização" dos dados, uma entrada com categorias pré-estabelecidas para a análise, se, de um lado, tranquiliza o pesquisador, pois o que se quer ver já está dado de antemão, basta confirmar ou não, e aparenta, em uma determinada concepção teórica, ser mais "objetivo", "científico", por outro, por forçar os dados a uma grade prévia de análise, acaba "enformando-os" em uma pré-concepção da noção do artigo; o que não cabe nela, fica esquecido.

¹¹ O conceito de comunicação social se toma do quadro teórico bakhtiniano, não correspondendo àquele compreendido na ciência do jornalismo.

A busca das categorias, consideradas como certas regularidades de manifestação do artigo, concretizou-se durante a própria análise dos textos (artigos), norteada pela concepção bakhtiniana de gênero. Dessa forma, a partir do que se considerou como constitutivo dos gêneros do discurso, a análise foi se construindo em torno de perguntas feitas aos dados, desde aquelas voltadas para a sua situação de interação até aquelas para a dimensão verbal do gênero em estudo. As respostas a essas perguntas foram dando os contornos do gênero e dos seus elementos constitutivos. Portanto, essa foi a opção escolhida para a análise do gênero artigo.

Aqui, no entanto, é preciso dizer que a análise e a descrição do artigo são interpretativas. Ou seja, assume-se que o pesquisador, também como um sujeito constituído socialmente (academicamente, no caso), não fica de fora do diálogo social. Sua relação com os dados, que são enunciados, pontos de vista de outros sujeitos, não pode se tornar uma relação objetificada, pois os enunciados não podem ser reduzidos a coisas. Dessa forma, o pesquisador, tanto quanto o leitor dos artigos, acaba interagindo com esses enunciados (contrapõe a sua palavra, uma palavra que traz consigo um determinado olhar científico) e, como lembra Bakhtin, tal qual o experimentador na microfísica, que é participante do experimento, o pesquisador constitui-se como um outro participante do diálogo instaurado pelo acontecimento do enunciado. Com isso, quer se dizer que a interpretação dos dados é feita de uma determinada perspectiva teórica e que, portanto, um outro pesquisador, com uma outra posição teórica, partindo também dos dados, poderia fazer outras perguntas, encontrar outras respostas que as aqui apresentadas.

Considerando que o enunciado e o gênero são constituídos, além da sua dimensão verbal, de uma dimensão social, a sua situação de interação, que não é um contexto envolvente, mas uma parte que lhes é constitutiva, o segundo passo de análise, o estudo do artigo em si, efetuou-se a partir de duas estratégias de análise, articuladas entre si. A primeira estratégia orientou-se para a análise da dimensão social do artigo: mais especificamente, a sua inscrição como um *tipo* particular de interação verbal na comunicação jornalística. A atenção voltou-se para a questão da finalidade ideológico-discursiva do artigo na esfera jornalística, seu lugar de circulação nos jornais pesquisados e a concepção de autor e destinatário (interlocutor) desse gênero. Os resultados dessa análise encontram-se mais especificamente na seção 6 A situação social de interação do artigo: um "entimema" particular, do segundo capítulo.

Na segunda estratégia metodológica de análise, as perguntas foram direcionadas mais especificamente para a parte verbal dos dados coletados. Considerando que, para Bakhtin, os enunciados individuais, pertencentes ao mesmo gênero, compartilham entre si determinadas características também do ponto de vista da sua dimensão verbal, o desafio foi buscar apreender o seu funcionamento no artigo, levando em conta as especificidades da sua esfera e da sua situação de interação (em resumo, da sua dimensão social). A análise foi se efetuando pelas inúmeras leituras dos dados, buscando respostas a perguntas como: o que motiva o acontecimento do artigo, ou seja, ele é uma reação-resposta ao quê, ou a quem?; como essa reação se manifesta no artigo?; de que lugar social o autor se posiciona?; o que ele diz?; qual a sua orientação valorativa diante do que diz?; como e a partir de quê ele constrói essa sua orientação axiológica?; como o autor se orienta para e percebe o seu interlocutor, o leitor?; como essas relações dialógicas se inscrevem no artigo? Em síntese, a unidade de fundamento da análise foi a concepção da linguagem como *interação*.

A análise, tendo como princípio norteador essas perguntas, foi apontando para certas características de funcionamento da dimensão verbal do artigo. Como nos limites da tese não se poderia esgotar toda a descrição do artigo, esta centrou-se no conteúdo temático do artigo, no papel das relações dialógicas do autor com os elos anteriores da comunicação discursiva (o já-dito) para a construção do ponto de vista e seus efeitos estilístico-compositivos, na questão das relações dialógicas do autor com o leitor e seus efeitos estilístico-compositivos e no papel dos gêneros intercalados e da "assinatura" na construção do ponto de vista do artigo. Os resultados da análise dessa parte encontram-se no terceiro capítulo, Aspectos da dimensão verbal, que, como o nome sugere, trata de aspectos do conteúdo temático do artigo e de certas projeções estilístico-compositivas desse gênero.

CAPÍTULO I

OS GÊNEROS DO DISCURSO NA TEORIA BAKHTINIANA

Na perspectiva da teoria bakhtiniana, a abordagem do conceito dos gêneros do discurso, da sua constituição e do seu funcionamento, do seu lugar e papel na vida social e na vida da linguagem implica situá-los no conjunto dos trabalhos de Bakhtin, ou do círculo bakhtiniano, e analisá-los sob o aspecto da sua relação dinâmica com os outros conceitos fundamentais.

Assim, a consideração dos gêneros do discurso como formas *típicas* históricas, relativamente estáveis e normativas para a construção de uma totalidade discursiva – o enunciado – leva à abordagem da relação entre gênero e enunciado, das características do enunciado como unidade concreta e real da comunicação discursiva, do vínculo entre gênero, enunciado, linguagem e sociedade; entre gênero, texto, língua e discurso para, por fim, analisarem-se as características da constituição e do funcionamento dos gêneros do discurso na teoria bakhtiniana.

1 A natureza sócio-ideológica da linguagem

A questão da relação entre linguagem e sociedade e de seu peso e reflexo na construção dos enunciados e dos gêneros constitui-se em um dos focos de atenção da teoria bakhtiniana. Entretanto, essa relação não pode ser vista de uma maneira unilateral ou mecânica, mas como uma inter-relação dinâmica e complexa.

Abordando a origem e o desenvolvimento da linguagem, Bakhtin/Voloshinov observam que esta não pode ser buscada no campo divino ("dom divino") ou natural ("regalo da natureza"), mas no campo das relações sociais. A sua origem e o seu desenvolvimento se encontram na organização econômica e sócio-política da sociedade. A linguagem é o resultado, o "produto" da atividade humana coletiva, fundada nas necessidades da comunicação social¹², e sua criação e representação, sendo, portanto, de natureza social. E isso, considerando-se a comunicação não na perspectiva das teorias da informação, ou ainda na perspectiva do objetivismo abstrato, mas como uma inter-relação produtiva e semiótica, isto é, como *interação*.

A linguagem é a forma materializada da comunicação social, sendo que nisso consiste a sua existência como signo, refletindo nos seus elementos a organização econômica e sócio-política da sociedade que a gerou. Os signos só podem se realizar em um terreno interindividual, no processo das relações sociais, determinados e marcados pela organização social dos indivíduos e pelas condições em que a interação acontece. No entanto, os signos não existem apenas como uma parte de uma realidade; eles também refletem e refratam uma outra realidade, estando sujeitos aos critérios de avaliação ideológica. As relações de produção e a estrutura sócio-política *determinam*¹³ as formas e os tipos da comunicação semiótica, que determinam, por sua vez, as formas e os tipos dos enunciados, como se verá posteriormente.

Em contrapartida, a linguagem exerce um papel enorme na vida social: na organização da vida econômica e sócio-política, bem como na formação dos sistemas ideológicos (a ciência, a arte, a moral, o direito, a religião, o jornalismo etc.) e da consciência de cada homem. A formação da consciência, da mesma maneira que a linguagem, não pode derivar da natureza, pois sua essência é social e ideológica. Ela adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado, no curso de suas relações sociais.

¹² Embora, em *¿Qué es el lenguaje?* (Bakhtin, M. M., Voloshinov, V. N. In.: Silvestri, A., Blanck, G. *Bajtín y Vigotsky: la organización semiótica de la conciencia*, 1993.), tenha-se que a origem mesma da linguagem fônica articulada não foi provocada pela necessidade de comunicação social, já que existia uma linguagem mais simples, a dos gestos e mímica (o que pode ser contestado, dadas as suas restrições físicas; por exemplo, pouco alcance espacial, inoperância diante de barreiras físicas, falta de luminosidade, entre outros aspectos), mas pelas condições peculiares da vida de trabalho do homem primitivo, estando ligada às ações mágicas (forma de ação sobre a natureza), necessárias para o êxito da atividade produtiva (coleta e caça), acompanhando o trabalho coletivo do homem. Para que esses complexos fônicos se transformassem em palavras (signos), houve a necessidade de novas condições: exigências econômicas, necessidade mútua de compreensão e explicação.

Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem.¹⁴

Em relação à ideologia e a sua expressão semiótica, Bakhtin/Voloshinov a compreendem como "todo el conjunto de los *reflejos* y de las *interpretaciones* de la realidad social y natural *que suceden en el cerebro del hombre*, fijados por medio de palabras, diseños, esquemas, u otras formas sígnicas."¹⁵ Dessa forma, os fenômenos ideológicos não podem ser reduzidos à consciência ou ao psiquismo, como queriam a filosofia idealista e a visão psicologista da cultura, mas a sua realidade objetiva e sígnica, pois todo fenômeno ideológico tem uma encarnação material, sígnica. Aqui também, como visto, a linguagem exerce seu papel, pois, sem a sua ajuda, não se teriam formado os sistemas ideológicos, "produtos" do desenvolvimento socioeconômico da sociedade.

A formação social da consciência; o caráter semiótico e o papel contínuo da comunicação social como fatores condicionantes da linguagem; a influência inversa, isto é, o papel da linguagem no processo de desenvolvimento da consciência e da vida social, para Bakhtin/Voloshinov, aparecem de maneira mais específica na linguagem verbal. Esse papel central da língua (língua-discurso) estabelece-se em função das suas características peculiares como signo ideológico, que se dá por sua "pureza semiótica" e por sua ubiqüidade social: "neutralidade" ideológica, implicação na comunicação cotidiana, implicação no discurso interior, fenômeno acompanhante em todo ato consciente. Assim são apresentadas as características da linguagem verbal:

a) Pureza semiótica: Enquanto outros signos podem ter uma realidade não sígnica, como, por exemplo, cor, massa etc., toda a realidade da palavra é absorvida por sua função de signo. É nisso que reside sua existência. Assim, ela se mostra o signo mais "puro" e indicativo das relações sociais, pois nela se revelam melhor as formas básicas, as formas

¹³ O termo *determinam*, no sentido de "criam as condições", "são responsáveis", "influenciam", "é constitutivo de", não estando vinculado às teorias deterministas.

¹⁴ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 35-36.

¹⁵ Bakhtin, Voloshinov, *¿Qué es el lenguaje?*, p. 224.

ideológicas da comunicação semiótica. "A palavra é o fenômeno ideológico por excelência"¹⁶.

b) "Neutralidade" ideológica¹⁷: Cada sistema de signos pode ser específico de alguma esfera ideológica, pois cada domínio pode possuir seu próprio material ideológico e criar símbolos e signos que lhes são próprios: o signo é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. Já a palavra é "neutra" em relação a qualquer função ideológica específica, pois pode preencher qualquer função: estética, científica, moral, religiosa, jornalística etc., estando presente em todas as relações entre indivíduos, em todas as esferas sociais. É no sentido de ubiqüidade social que é vista a sua "neutralidade" ideológica, pois todas as esferas sócio-ideológicas estão relacionadas com o uso da língua. "As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios."¹⁸

c) Papel especial na esfera cotidiana: A comunicação na vida cotidiana é uma parte importante da comunicação social que não pode ser vinculada a uma esfera ideológica particular, constituindo-se como o domínio da ideologia cotidiana. A palavra é o material semiótico privilegiado da comunicação na vida cotidiana.

d) Material semiótico da vida interior: A realidade da palavra, como a de todo signo, dá-se na relação social intersubjetiva, mas ela é, ao mesmo tempo, "produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma aparelhagem qualquer ou a alguma outra espécie de material extracorporal"¹⁹. Essa particularidade determinou seu papel como material semiótico privilegiado da vida interior, da consciência, como discurso interior. "(...) a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem expressão externa."²⁰. Assim sendo, se tudo o que ocorre no organismo (mímica,

¹⁶ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 36.

¹⁷ O termo "neutro" não parece o mais apropriado, podendo levar a crer, dados os sentidos latentes, que a língua possa ser indiferente, ou melhor, que não traga indícios, modulações das funções e valores ideológicos das diferentes esferas sociais (no signo, confrontam-se diferentes índices de valor). Manteve-se esse termo por ser aquele usado pelos autores (ou pelo tradutor) e pelo fato de que o sentido que assume, nesse contexto, aponta para outra interpretação. É a questão da polissemia, constitutiva da linguagem. Assim, se numa determinada perspectiva pode-se dizer que a língua é neutra, por estar presente em qualquer esfera da atividade humana, já não se pode dizer que seja neutra, indiferente aos valores ideológicos dessas esferas, pois é nesses contextos, em enunciados concretos e singulares, que os elementos lingüísticos adquirem seu sentido.

¹⁸ Bakhtin, Voloshinov, *op. cit.*, p. 41.

¹⁹ Bakhtin, Voloshinov, *op. cit.*, p. 37.

²⁰ Bakhtin, Voloshinov, *op. cit.*, p. 37.

respiração, movimentos do corpo, discurso interior) pode tornar-se material semiótico da atividade psíquica, nem tudo tem o mesmo valor, podendo-se constituir a palavra o material privilegiado, o fundamento da vida psíquica.

e) Elemento acompanhante de todo ato consciente: Pelo seu papel como instrumento principal da consciência e como signo social, a palavra acompanha e "comenta" todo ato de criação e compreensão ideológica: um quadro, um ritual, um comportamento humano, uma obra etc. Os atos de criação ideológica se constituem através da participação do discurso interior (abordagem verbal); a compreensão ideológica também se opera pela sua participação. Entretanto, essa posição não deve levar a crer que a palavra possa substituir qualquer outro signo não-verbal, o que seria reduzir a complexidade da relação ao racionalismo ou ao simplismo, mas que, "embora nenhum desses signos ideológicos seja substituível por palavras, cada um deles, ao mesmo tempo, se apóia nas palavras e é acompanhado por elas (...). A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação"²¹. Toda atividade mental, criação ideológica e apreensão ativa é mediada pela palavra.

Para Bakhtin, "la lengua, la palabra, son casi todo en la vida humana"²², pois estão presentes em todas as relações humanas. Mas, para a apreensão da sua constituição e do seu funcionamento, do seu papel na vida social, enfim, para a apreensão da sua realidade fundamental, é preciso uma análise da língua e da palavra como signos sócio-ideológicos. E é a partir dessa perspectiva que são submetidas à crítica as diferentes correntes teóricas da época, na área da psicologia, literatura e lingüística. Bakhtin/Voloshinov, ao analisarem as duas orientações principais do pensamento lingüístico e filosófico da época, que denominaram como "subjetivismo individualista" e "objetivismo abstrato", levantam e questionam, dentro de uma perspectiva sociológica, as concepções fundamentais de cada uma delas a respeito do fenômeno lingüístico que tomam como objeto de estudo.

Resumidamente, seguem-se as principais diretrizes dessas duas grandes orientações e as suas concepções a respeito da língua, levantadas por Bakhtin/Voloshinov:

²¹ Bakhtin, Voloshinov, *op. cit.*, p.38.

²² Bakhtin, M. M. *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*. In.: ___. *Estética de la creación verbal*, 1985, p. 310.

a) Subjetivismo individualista²³

- Orientação lingüístico-filosófica: Romantismo
- Representantes: Wilhelm Humboldt, Karl Vossler, Leo Siptzer, Benedetto Croce
- Núcleo da realidade lingüística: ato de fala individual, monológico
- Modo de existência da língua: criação ininterrupta
- Proposições fundamentais relativas à língua:
 1. "A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção ('energia'), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala."
 2. "As leis da criação lingüística são essencialmente as leis da psicologia individual."
 3. "A criação lingüística é uma criação significativa, análoga à criação artística."
 4. "A língua, enquanto produto acabado ('ergon'), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação lingüística, abstratamente construída pelos lingüistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado."²⁴

b) Objetivismo abstrato

- Orientação lingüístico-filosófica: Racionalismo (séc. XVII e XVIII), Neoclassicismo
- Representantes: Leibniz, Bally, Ferdinand de Saussure
- Núcleo da realidade lingüística: sistema abstrato das formas lingüísticas
- Modo de existência da língua: imutabilidade das normas do sistema
- Proposições fundamentais relativas à língua:
 1. "A língua é um sistema estável, imutável, de formas lingüísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta."

²³ Aqui há problemas de denominação dessa orientação lingüística. Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, tem-se duas denominações para a mesma orientação: "subjetivismo idealista" e "subjetivismo individualista". Já em *Les frontières entre poétique et linguistique* (Bakhtin, M. M., Voloshinov, V. N. In.: Todorov, T. *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique*, 1981.), o termo utilizado é "subjetivismo individualista".

²⁴ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 72-73.

2. "As leis da língua são essencialmente leis lingüísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos lingüísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva."
3. "As ligações lingüísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra, na base dos fatos lingüísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico."
4. "Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si."²⁵

As duas correntes, como visto, apontam para orientações teóricas distintas: de um lado, as concepções do subjetivismo individualista; de outro, as do objetivismo abstrato. Para Bakhtin/Voloshinov, nenhuma das duas dá conta da natureza fundamental da língua: a *interação verbal*. E, assim, submetem à avaliação crítica tanto as concepções do objetivismo abstrato quanto as do subjetivismo individualista, pois, apesar das orientações divergentes, têm em comum o fato de desconsiderarem o caráter dialógico da linguagem (a linguagem como forma de interação) e a sua natureza sócio-histórica e ideológica.

Buscando um outro lugar para olhar a língua e sua relação com o social, Bakhtin/Voloshinov discutem as concepções de linguagem das duas orientações. A tese da linguagem como expressão do pensamento, da primeira corrente (subjetivismo individualista), supõe um certo dualismo entre o que é interior e o que é exterior, com certa ênfase no conteúdo interior, sendo que o que é exterior só se torna essencial enquanto meio de expressão do espírito. Os autores questionam esse dualismo, dado que a realidade do psiquismo é de natureza semiótica: não existe atividade mental sem expressão semiótica. Tanto o conteúdo a exprimir quanto a sua objetivação externa são criados a partir de um mesmo material, o semiótico, eliminando a distinção qualitativa entre conteúdo interior e expressão exterior.

²⁵ Bakhtin, Voloshinov, *op. cit.*, p. 82-83.

Assim, não existe um abismo entre a atividade psíquica interior e sua expressão, não há ruptura qualitativa de uma esfera da realidade à outra. A passagem da atividade mental interior à sua expressão exterior ocorre no quadro de um mesmo domínio qualitativo, e se apresenta como uma mudança *quantitativa*. É verdade que, correntemente, no curso do processo de expressão exterior, opera-se a passagem de um código a um outro (por exemplo: código mímico/código lingüístico), mas o conjunto do processo não escapa do quadro da expressão semiótica.²⁶

Além disso, a consciência e o enunciado singulares não podem ser concebidos como sendo individuais no sentido estrito do termo, mas como sócio-ideológicos, pois o conceito de social não se encontra em oposição ao termo individual²⁷ – excluindo-o da dimensão social –, mas ao conceito de natural. Qualquer expressão, a individualidade criativa são determinadas socialmente, bem como orientadas para o outro, pois "não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação"²⁸, estabelecendo-se a língua não como o "reflexo" da individualidade subjetiva, mas das relações sociais estáveis dos falantes.

É nessa mesma perspectiva que os autores criticam também o objetivismo abstrato, que desconsidera o enunciado, por considerá-lo como individual, livre, excluído das determinações sociais e, portanto, não pertinente para uma análise sociológica. Se assim o fosse, também a soma dos enunciados e as características abstratas comuns a todos eles não poderiam criar um produto social. Considerando a língua como um produto pronto e acabado, desvinculada dos valores ideológicos, em que o caráter normativo e idêntico das formas lingüísticas do sistema abstrato se sobrepõem ao contexto preciso dos enunciados e dos participantes (falante e ouvinte), a função comunicativa da linguagem levantada pelo objetivismo se vê reduzida a esquemas que, se correspondem a determinados momentos do fenômeno lingüístico, "cuando tales momentos se presentan como la totalidad real de la comunicación discursiva, se convierten en una ficción científica"²⁹.

O uso da palavra não se dá sem uma relação constitutiva com o outro: já é uma resposta aos outros discursos, está orientada para a resposta ativa do ouvinte. Pode-se dizer que a função comunicativa analisada do ponto de vista do falante e sua relação com o objeto, centralizando-se no aspecto referencial da linguagem e na reificação dos elementos

²⁶ Bakhtin, Voloshinov, *op. cit.*, p. 52.

²⁷ Para Bakhtin/Voloshinov, o problema ocorre porque há duas acepções correntes para a palavra *individual*: indivíduo natural (em oposição ao social) e personalidade.

²⁸ Bakhtin, Voloshinov, *op. cit.*, p. 112.

lingüísticos, bem como reservando um papel passivo para o interlocutor, reduz a função da linguagem a instrumento de comunicação. Tal concepção de linguagem limita os elementos da língua ao domínio da sinalidade (pelo seu aspecto imutável e sempre idêntico a si mesmo) e já não mais ao do signo, reduzindo a língua a código de comunicação, podendo-se situá-la, nessa concepção, na área dos instrumentos tecnológicos, fora do domínio do semiótico e do ideológico. Para Bakhtin/Voloshinov, o signo é variável e flexível, apresenta-se em contextos específicos, onde adquire seu sentido.

Assim, o elemento que torna a forma lingüística um signo não é a sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma lingüística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo.³⁰

Bakhtin/Voloshinov, como já discutido, apontam um outro lugar para se pensar a natureza da linguagem e sua relação com o social e o ideológico. A relação da linguagem com o social não pode ser vista de uma forma unilateral, mas como uma relação recíproca e complexa. Nascida historicamente da necessidade de comunicação social, a linguagem é a expressão, a materialização dessa comunicação: a relação de interação, que não é só produtiva, mas também semiótica. A *função da linguagem* não é só a de expressão do pensamento, de instrumento de comunicação, mas também de *interação*. Além disso, a linguagem só pode ser analisada na sua complexidade quando considerada como fenômeno sócio-ideológico e apreendida no fluxo da história.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (...) A língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta*, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no *psiquismo individual dos falantes*.³¹

²⁹ Bakhtin, M. M. *El problema de los géneros discursivos*. In.: _____. *Estética de la creación verbal*, 1985, p. 257.

³⁰ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 94.

³¹ Bakhtin, Voloshinov, *op. cit.*, p 123-124.

Neste texto e em alguns outros, tem-se o termo *enunciação*, enquanto, em outros, tem-se a palavra *enunciado*; ou ainda, um mesmo texto traduzido para diferentes línguas apresenta essa flutuação. A título

A partir do questionamento das concepções relativas à língua do subjetivismo individualista e do objetivismo abstrato, os autores estabelecem as seguintes proposições fundamentais a respeito da língua:

1. "A língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma *abstração científica* que só pode servir a certos *fins teóricos e práticos particulares*³². Essa abstração não dá conta de maneira adequada *da realidade concreta* da língua."
2. "A língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*."
3. "As leis da evolução lingüística não são de maneira alguma as leis da psicologia individual, mas também não podem ser divorciadas da atividade dos falantes. As leis da evolução lingüística são essencialmente *leis sociológicas*."
4. "A *criatividade* da língua não coincide com a criatividade artística nem com qualquer outra forma de criatividade ideológica específica. Mas, ao mesmo tempo, a criatividade da língua não pode ser *compreendida independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam*. A evolução da língua, como toda evolução histórica, pode ser percebida como uma necessidade cega de tipo mecanicista, mas também pode tornar-se 'uma necessidade de funcionamento livre', uma vez que alcançou a posição de uma necessidade consciente e desejada."
5. "A *estrutura da enunciação* é uma estrutura puramente social. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. O ato de fala individual (no sentido estrito do termo 'individual') é uma *contradiccio in adjecto*."³³

A língua se constitui e evolui historicamente na comunicação discursiva, que é um dos elementos do campo mais amplo da comunicação social, acompanha e reflete a

de exemplo: *La structure de l'énoncé* e *La construcción de la enunciación*. Para os objetivos deste trabalho, em consonância com a leitura feita da teoria bakhtiniana, não se está estabelecendo as diferenças de sentido atribuídas aos termos em outras teorias, mas considera-se que o termo enunciado, pela sua relação constitutiva com a situação de interação, inclui a sua enunciação. Portanto, optou-se pelo termo enunciado.

³² Dirigindo esta ressalva ao objetivismo abstrato, Bakhtin/Voloshinov estão aqui salientando que a postulação da língua como sistema de formas normativas (fonéticas, gramaticais e lexicais) deve-se aos seus métodos e procedimentos, baseados nos da filologia, que tiveram como base o estudo (deciframento) de línguas mortas que se conservaram em documentos escritos (os fins teóricos que apontam) e o ensino dessas línguas mortas decifradas (os fins práticos particulares).

³³ Bakhtin, Voloshinov, *op. cit.*, p. 127.

evolução das relações sociais estáveis dos falantes. A compreensão e o estudo da constituição dos enunciados (que compõem a comunicação discursiva), das suas formas típicas relativamente estáveis (os gêneros do discurso), bem como das formas da língua passam pela consideração da situação social que os provoca. Bakhtin/Voloshinov, em diferentes textos, como, por exemplo, *Marxismo e filosofia da linguagem*, *¿Qué es el lenguaje?*, *La construcción de la enunciación*, elaboram uma orientação da relação entre linguagem e sociedade, da evolução das formas dos enunciados e das formas da língua (que também se compõe em uma ordem metodológica para o estudo do enunciado, do gênero do discurso e da língua, como comentado na introdução deste trabalho), assim constituída:

1. Organização econômica da sociedade³⁴.
2. Intercâmbio comunicativo social:
 - a) intercâmbio comunicativo ligado à produção: fábricas, indústrias etc.
 - b) intercâmbio comunicativo dos negócios: organizações sociais, administrações, oficinas etc.
 - c) intercâmbio comunicativo da vida cotidiana: encontros e conversações nas ruas, cantinas, em casa, encontros sociais etc.
 - d) intercâmbio comunicativo ideológico *stricto sensu*³⁵: artístico, propagandístico, escolar, científico, jornalístico etc.
3. Interação verbal.
4. Enunciados.
5. Formas gramaticais da língua.

(...) la lengua no es algo inmóvil, dada de una vez para siempre y rígidamente fijada en "reglas" y "excepciones" gramaticales. La lengua no es de ningún modo un producto muerto, petrificado, de la vida social: ella se mueve continuamente, y su desarrollo sigue al de la vida social. Este movimiento progresivo de la lengua se realiza en el proceso de

³⁴ Os problemas ligados ao estudo das formas e dos tipos da vida econômica da sociedade se constituem em objeto das ciências sociais, em particular, da economia política.

³⁵ Em *La construcción de la enunciación*, tem-se a denominação "intercambio comunicativo **social** en sentido propio del término" (grifo acrescentado à citação); na tradução francesa do mesmo texto (Bakhtin, M, M, Voloshinov, V. N. *La structure de l'énoncé*. In.: Todorov, T. *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique*, 1981.), tem-se "les rapports **idéologiques** *stricto sensu*" (grifo acrescentado à citação). Diante da concepção de ideologia defendida pelos autores, separada como ideologia do cotidiano, não sistematizada, e ideologia sistematizada (ou ideologia *stricto sensu*), das diferentes esferas especializadas, considerou-se que o termo *ideología* era mais pertinente do que o termo *social*.

relación entre hombre y hombre, una relación no sólo productiva sino también verbal.³⁶

2 O enunciado: unidade concreta e real da comunicação discursiva³⁷

Para Bakhtin, o uso da língua leva-se a cabo em forma de enunciados. O enunciado, como uma totalidade discursiva, no entanto, não pode ser considerado como uma unidade de nível superior e último (acima da sintaxe) do sistema lingüístico (estruturalismo), pois se encontra num outro campo de relações, o das relações de sentido, que não se equiparam às relações lingüísticas dos outros níveis. Ele é a unidade concreta e real da comunicação discursiva, dado que o discurso só pode existir na forma de enunciados concretos e singulares, pertencentes aos sujeitos discursivos de uma ou outra esfera da atividade e comunicação humanas. Cada enunciado, dessa forma, constitui-se em um novo acontecimento, um evento único e irrepetível da comunicação discursiva, vindo a ser a participação, "una postura activa del hablante dentro de una u otra esfera de objetos y sentidos"³⁸. Assim, ele não pode ser repetido, mas somente citado, pois, nesse caso, constitui-se como um novo acontecimento. Nessa dimensão, o enunciado representa um elemento inalienável, singular, pois é uma nova unidade da comunicação discursiva contínua, contribuindo para a sua existência e evolução.

Mas é também como elemento inalienável que o enunciado representa apenas uma fração, um elo, na cadeia complexa e contínua da comunicação discursiva. Nascido na inter-relação discursiva, ele não pode ser nem o primeiro nem o último, pois já é resposta a outros enunciados, surge como sua réplica, "é resposta a alguma coisa e é construída [o] como tal"³⁹. Além disso, estão no seu horizonte os enunciados que o seguem, pois todo enunciado está orientado para o(s) outro(s) participante(s) da interação verbal, conta com a sua compreensão concreta e ativa: "cada discurso es dialógico, dirigido a otra persona, a su comprensión y a su efectiva o potencial respuesta"⁴⁰. Assim, se os enunciados, pelo seu papel e lugar, representam unidades concretas e únicas da comunicação discursiva, por

³⁶ Bakhtin, Voloshinov, *La construcción de la enunciación*, p. 246.

³⁷ Nas diferentes obras ou nas diferentes traduções de uma mesma obra, têm-se duas denominações que podem ser consideradas como equivalentes: comunicação verbal e comunicação discursiva.

³⁸ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 274.

³⁹ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 98.

⁴⁰ Bakhtin, Voloshinov, *La construcción de la enunciación*, p. 256.

outro, pela sua natureza, não podem deixar de se tocar nessa cadeia, estando vinculados uns aos outros por relações dialógicas, que são relações de sentido.

Se a formação do enunciado não pode ser vista isoladamente, mas na sua relação dinâmica com os outros enunciados, pertencentes aos outros participantes da comunicação discursiva, da mesma forma, ele não pode ser separado da situação social. Não se pode compreender o enunciado sem correlacioná-lo com a sua situação social, pois o discurso, como fenômeno de comunicação social, é determinado pelas relações sociais que o suscitaram. O discurso é um acontecimento social. Há um vínculo efetivo entre enunciado e situação social, ou melhor, a situação se integra ao enunciado, constitui-se como uma parte dele, indispensável para a compreensão do seu sentido.

Um enunciado isolado e concreto sempre é dado num contexto cultural e semântico-axiológico (científico, artístico, político, etc.) ou no contexto de uma situação isolada da vida privada; apenas nesses contextos o enunciado isolado é vivo e comprehensível: ele é verdadeiro ou falso, belo ou disforme, sincero ou malicioso, franco, cínico, autoritário e assim por diante.⁴¹

A constituição do enunciado é de natureza dialógica e social: é o "produto" da interação social verbal de dois ou mais indivíduos socialmente organizados. As relações dialógicas com os outros enunciados, a sua inserção em uma determinada esfera da comunicação social não poderiam deixar de se manifestar, de se refletir na constituição do próprio enunciado, tornando-o uma unidade concreta complexa, refletindo nos seus diferentes elementos verbais, isto é, no aspecto temático, estilístico e composicional, a situação social, o processo discursivo, os outros participantes da comunicação discursiva e os seus enunciados. É o enunciado, considerado sob os aspectos da unidade e da heterogeneidade que Bakhtin, em diferentes textos, compara à mônada leibniziana⁴².

Neste sentido, podemos falar de *um sistematismo concreto* de cada fenômeno cultural, de cada ato cultural isolado, de sua participação autônoma ou de sua autonomia participante.

⁴¹ Bakhtin, M. M. *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária*. In.: _____. *Questões de literatura e de estética*, 1993, p. 46.

⁴² As citações seguidas que aparecem na tese são, reconhece-se, uma particularidade não usual desse gênero do discurso. A sua presença constitui-se como uma espécie de estratégia de legitimação para a leitura interpretativa que se fez de determinados conceitos a partir do conjunto dos trabalhos de Bakhtin e do seu círculo. Esse procedimento também pode aparecer algumas vezes em outros capítulos, quando se busca articular conceitos em diferentes autores.

É somente nessa sua sistematização concreta, ou seja, no relacionamento e na orientação direta para a unidade da cultura que o fenômeno deixa de ser um mero fato, simplesmente existente, adquire significação, sentido, transforma-se como que numa mônada que reflete tudo em si e está refletida em tudo.⁴³

Cada enunciado aislado representa un eslabón en la cadena de la comunicación discursiva. Sus fronteras son precisas y se definen por el cambio de los sujetos discursivos (hablantes), pero dentro de estas fronteras, el enunciado, semejantemente a la mònada de Leibniz, refleja el proceso discursivo, los enunciados ajenos, y, ante todo, los eslabones anteriores de la cadena (a veces los más próximos, a veces - en las esferas de la comunicación cultural - muy lejanos).⁴⁴

El texto como enunciado incluido en la comunicación discursiva (cadena textual) de una esfera dada. El texto como una especie de mònada que refleja en sí todos los textos posibles de una esfera determinada de sentido. La relación mutua entre todos estos sentidos (puesto que todos se realizan en los enunciados).⁴⁵

2.1 A dimensão social constitutiva

Toda idéia precisa, para sua a objetivação, de uma forma, de uma expressão⁴⁶ semiótica (palavra, gesto, desenho etc.) que a realize. Delimitando para o campo verbal⁴⁷, todo enunciado pressupõe, necessita de uma língua que o realize. Sem uma expressão material, já não se está mais diante de um enunciado, mas diante de um fenômeno natural, ou seja, um fenômeno não sínico. No entanto, o enunciado, como um todo de sentido, não se limita apenas a sua dimensão lingüística. Para além de uma parte verbal expressa (exprimida, materializada), fazem parte do enunciado, como elementos necessários a sua constituição e a sua compreensão total, isto é, à compreensão do seu sentido, outros aspectos constitutivos do enunciado, que se pode denominar como a sua dimensão

⁴³ Bakhtin, *op. cit.*, p. 29.

⁴⁴ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 283-284.

⁴⁵ Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 295-296.

⁴⁶ O conceito de expressão, para Bakhtin/Voloshinov, não tem a mesma acepção que o termo tem na estética idealista de Croce; ele é concebido na perspectiva de que a avaliação social se exprime, devendo ser compreendido como expressão axiológica.

⁴⁷ Com isso, é claro, não se está excluindo as outras comunicações semióticas e a relação da comunicação discursiva com elas, pois "a comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção" (Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 124.).

extraverbal, ou a sua dimensão social constitutiva. Bakhtin/Voloshinov reafirmam essa posição em vários trabalhos, como se pode observar nas citações a seguir:

Quels que soient le sens vécu et la signification de l' énoncé dans la vie, ils ne coïncident pas avec sa constitution purement verbale. Les discours prononcés sont imprégnés de sous-entendu et de non dit. Ce qu'on appelle la "compréhension" et l' "évaluation de l'énoncé (l'accord ou le désaccord avec lui) englobent toujours et le discours lui-même et la situation vécue extra-verbale.⁴⁸

Tout énoncé, du simple énoncé quotidien jusqu'à l'énoncé poétique achevé, inclut inévitablement et à titre d'ingrédient nécessaire un horizon extra-verbale, "sous-entendu".⁴⁹

Si los hablantes no estuviesen unidos por esta situación, si no tuviesen una comprensión en común de lo que está ocurriendo y una clara actitud al respecto, sus palabras serían incomprendibles para cada uno de ellos, serían insensatas e inútiles. Sólo gracias al hecho de que para ellos existe algo "sobreentendido", puede realizarse su comunicación verbal, su interacción verbal. (...) ninguna enunciación – científica, filosófica, literaria – puede efectuarse en general sino con algo sobreentendido.⁵⁰

Assim, não se pode compreender o sentido do enunciado se não se reconhece, para além da sua dimensão verbal, uma outra dimensão, não expressada lingüisticamente, mas "subentendida": seu horizonte extraverbal. Entretanto, o termo "subentendido" não deve levar a crer que a dimensão extraverbal seja dada como um ato subjetivo e psíquico (representação, pensamento) que se produz na "alma" do falante.

(...) l'individuel et le subjectif s'effacent derrière le *social* et le *objectif*. Ce que je sais, ce que je vois, ce que je veux, ce que j'aime ne peuvent être sous-entendus. Ne peut devenir partie sous-entendie de l'énoncé que ce que *nous*, locuteurs, connaissons, voyons, aimons et reconnaissions tous, ce qui nous est commun à tous et ce qui nous unit. Ensuite le social est dans son principe pleinement objectif: il n'est pas autre chose que l'*unité matérielle du monde* qui entre dans l'horizon visuel des locuteurs (...) ainsi que l'*unité des conditions réelles de vie* – unité qui suscite une communauté d'évaluations (...).⁵¹

⁴⁸ Bakhtin, M. M., Voloshinov, V. N. *Le discours dans la vie et le discours dans la poésie*. In.: Todorov, T. *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique*, 1981, p. 199.

⁴⁹ Bakhtin, Voloshinov, *Les frontières entre poétique et linguistique*, p. 269.

⁵⁰ Bakhtin, Voloshinov, *La construcción de la enunciación*, p. 261.

⁵¹ Bakhtin, Voloshinov, *Le discours dans la vie et le discours dans la poésie*, p. 191.

A dimensão extraverbal, no seu princípio objetivo e material, é composta pela situação e pelo auditório do enunciado, que constituem a situação social do enunciado. Seguindo o esquema bakhtiniano das relações entre sociedade e linguagem, apresentado anteriormente, pode-se considerar a *situação* como a condição, "la circunstancia de un acontecimiento dado"⁵². Ou seja, a *situação* corresponde a uma das formas de interação social relativamente estável, no interior de uma das formas ou variedades de intercâmbio comunicativo social (esfera cotidiana, científica, jornalística etc.).

Também toda situação que organiza um enunciado leva em conta os seus participantes, próximos ou distantes, isto é, possui um "auditório organizado", o *auditório* do enunciado⁵³. A constituição do sentido do enunciado depende tanto da consideração da sua situação social como da correlação sócio-hierárquica entre os interlocutores do enunciado (pertinência de classe social, condição econômica, profissão etc.) e a valoração⁵⁴ que se lhe dá. O valor, tal como discutido em *Les frontières entre poétique et linguistique*, não corresponde à concepção idealista em psicologia e filosofia do final do século XIX e início do século XX. O conceito veicula uma significação objetiva e social, corresponde aos valores ideológicos de um determinado grupo social em um determinado tempo: é índice intersubjetivo de valor sócio-ideológico. A dependência do enunciado do peso sócio-hierárquico do auditório, junto com a situação específica, é o "lugar" da elaboração da orientação social valorativa, presente em qualquer enunciado. A mudança de situação e de auditório altera a orientação social valorativa do enunciado e, consequentemente, o seu sentido. A avaliação social é um elemento fundamental, ou melhor, indispensável, para a construção de qualquer enunciado. É ela que lhe dá "vida", situando-o num determinado lugar social.

O horizonte extraverbal do enunciado, formado pela situação junto com o seu auditório⁵⁵, por um processo de abstração, pode ser decomposto em seus três elementos constitutivos⁵⁶:

⁵² Bakhtin, Voloshinov, *¿Qué es el lenguaje?*, p. 237.

⁵³ "Llamaremos auditorio de la enunciación a la presencia de los participantes de la situación." (Bakhtin, Voloshinov, *La construcción de la enunciación*, p. 247). Às vezes, no entanto, parece que o termo se refere mais especificamente aos interlocutores (ouvintes, leitores). Para todos os efeitos, aqui se considera o auditório como os participantes do enunciado.

⁵⁴ Outros termos que se encontram no conjunto dos trabalhos: apreciação, avaliação, acento de valor, valoração, julgamento de valor, valor apreciativo, orientação apreciativa, apreciação social, acento apreciativo etc.

⁵⁵ Embora uma determinada situação social inclua o seu auditório, como se pode observar nas passagens retiradas da obra de Bakhtin/Voloshinov apresentadas a seguir (item a), nos mesmos trabalhos e em

- a) horizonte espacial e temporal: corresponde ao onde e quando do enunciado;
- b) horizonte temático: corresponde ao objeto, ao conteúdo temático do enunciado (a que se fala);
- c) horizonte axiológico: é a atitude valorativa dos participantes do acontecimento (próximos, distantes) a respeito do que ocorre (em relação ao objeto do enunciado, em relação aos outros enunciados, em relação aos interlocutores).

A situação extraverbal do enunciado, considerada como uma forma de interação social relativamente estável do ponto de vista espaço-temporal, temático, pode ser relacionada com a noção de *cronotopo*, desenvolvida mais especificamente por Bakhtin em *Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica)*⁵⁷ e em *La novela de educación y su importancia en la historia del realismo*⁵⁸. No referido ensaio, o autor define o cronotopo na esfera artístico-literária como o processo de assimilação e de interligação artística do tempo, do espaço e do indivíduo histórico real que se revela neles.

outros tem-se acentuados os termos *situação* e *auditório* de modo separado (item b). Fica a indagação: a razão se dá por questões de exposição didática, isto é, separa-se, para explicar, o que é uma unidade?

a) Situação e auditório:

"Toda situação inscrita duravelmente nos costumes possui um auditório organizado de uma certa maneira (...)." (Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 126).

"Cualquier situación de la vida que organice una enunciación, no obstante, presupone inevitablemente a los protagonistas, es decir al hablante o a los hablantes." (Bakhtin, Voloshinov, *La construcción de la enunciación*, p. 247)

"La situación y el correspondiente auditorio determinan sobre todo precisamente la entonación (...)." (Bakhtin, Voloshinov, *op. cit.*, p. 262).

b) Situação e auditório:

"A enunciação realizada é como uma ilha (...). As dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e *por seu auditório*. A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida (...)." (Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 125).

"Ya hemos visto cómo la situación y el auditorio provocan el pasaje del lenguaje interior a una expresión externa, (...)." (Bakhtin, Voloshinov, *La construcción de la enunciación*, p. 248)

⁵⁶ A nomeação dos três elementos representa uma leitura do conjunto dos trabalhos, dada a flutuação dos termos nos diferentes textos, embora se possa dizer que o conceito seja o mesmo. Por exemplo, em *Le discours dans la vie et le discours dans la poésie* (p. 190), na análise de um enunciado cotidiano, Bakhtin/Voloshinov definem os elementos do contexto extraverbal como: "l'horizon spatial commun aux locuteurs"; "la connaissance et la compréhension de la situation", igualmente comum; "l'évaluation" comum que eles fazem dessa situação. Em *Les frontières entre poétique et linguistique* (p. 269-270), tem-se elencados como elementos constitutivos do horizonte extraverbal: "l'élément spatial, l'élément sémantique et l'élément axiologique". Já em *La construcción de la enunciación* (p. 260), incluem-se na situação os seguintes aspectos subentendidos da parte extraverbal: "el espacio y el tiempo en el que ocurre la enunciación"; "el objeto o tema sobre el que ocurre la enunciación"; e "la actitud de los hablantes frente a lo que ocurre".

⁵⁷ Bakhtin, M. M. *Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica)*. In: _____. *Questões de literatura e de estética*, 1993.

Diferentemente de Kant, o tempo e o espaço não são concebidos como formas de conhecimento "transcendentais", mas como "formas da própria realidade efetiva"⁵⁹. O cronotopo, tomado como "categoria temático-formal" da literatura, tem um significado fundamental, pois os gêneros e suas variantes são determinados por ele; ele tem um caráter típico de gênero. Na literatura, o "princípio condutor" do cronotopo é o tempo. O autor observa que, na Antigüidade, foram elaborados três modos fundamentais de assimilação artística do tempo e do espaço no romance (romance antigo), ou seja, constituíram-se grandes cronotopos relativamente estáveis, que determinaram a criação das variantes mais importantes do gênero romanesco na época: o romance de aventuras e de provações (romance grego), cujo cronotopo se configura como um mundo estrangeiro num tempo de aventuras; o romance de aventuras e de costumes, em que o tempo de aventuras se associa com o de costumes, constituindo um novo cronotopo; o romance biográfico, baseado em um novo tempo, o biográfico, e num novo espaço, o caminho da vida do homem.

Bakhtin salienta o papel dos cronotopos na constituição do romance. Eles têm tanto um "significado temático" quanto um "significado figurativo". Em relação ao significado temático, "eles são os centros organizadores dos principais acontecimentos temáticos do romance. É no cronotopo que os nós do enredo são feitos e desfeitos"⁶⁰. O significado figurativo dos cronotopos se dá por que "neles o tempo adquire um caráter sensivelmente concreto; no cronotopo, os acontecimentos do enredo se concretizam, ganham corpo e enchem-se de sangue"⁶¹. Nos limites de uma mesma obra, pode-se encontrar uma grande variedade de cronotopos, que se inter-relacionam: entrelaçam-se, confrontam-se, incorporam-se, sendo que um deles normalmente é predominante. Entretanto, vale salientar que os cronotopos do romance referem-se à assimilação artística que o romance efetua do tempo, do espaço e do homem históricos, isto é, referem-se ao mundo representado/criado na obra.

Mas o mundo do autor e do leitor também são cronotópicos. E é aqui que tem um maior interesse a aproximação da noção do horizonte extraverbal constitutivo do enunciado com a noção de cronotopo. Dos cronotopos reais do mundo representante originam-se os cronotopos refletidos e criados no mundo representado na obra (no enunciado). Entre o "mundo real representante" e o "mundo representado na obra", há

⁵⁸ Bakhtin, M. M. *La novela de educación y su importancia en la historia del realismo*. In.: _____. *Estética de la creación verbal*, 1985.

⁵⁹ Bakhtin, *Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica)*, p. 212.

⁶⁰ Bakhtin, *op. cit.*, p. 355.

fronteiras de delimitação. Não se confundem: o mundo representado com o mundo representante ("realismo ingênuo"); o autor-criador da obra com o autor indivíduo ("biografismo ingênuo"); o ouvinte-leitor de várias épocas com o ouvinte-leitor passivo seu contemporâneo ("dogmatismo de concepção e de avaliação"). Se, para Bakhtin, é inadmissível a confusão entre esses dois "mundos", também é inadmissível a fronteira absoluta e intransponível entre eles ("especificação dogmática e simplista"). Apesar da fronteira que os separa, eles estão ligados um ao outro e estão em constante interação, num processo contínuo de troca, também cronotópico.

A obra o e mundo nela representado penetram no mundo real enriquecendo-o, e o mundo real penetra na obra e no mundo representado, tanto no processo da sua criação como no processo subsequente da vida, numa constante renovação da obra e numa percepção criativa dos ouvintes-leitores.⁶²

Uma observação a ser feita refere-se ao fato de que a análise bakhtiniana dos cronotopos, nos dois trabalhos citados anteriormente, encontra-se orientada para o cronotopo artístico-literário e, mais especificamente, para a análise do romance. O autor mesmo faz essa ressalva: "aqui não relacionamos o cronotopo com outras esferas da cultura".⁶³ Entretanto, Bakhtin menciona que a dimensão cronotópica dos enunciados se estende para os outros domínios. Por exemplo, o cronotopo real do encontro tem lugar não somente no domínio da literatura, mas também nas outras esferas sociais; o autor ratifica sua posição com o exemplo dos encontros diplomáticos, bem regulamentados, onde o tempo, o lugar e a composição dos participantes são estabelecidos de acordo com a hierarquia social da pessoa encontrada. Sem subordinar a compreensão do enunciado apenas aos limites da análise cronotópica, o autor observa que "qualquer intervenção na esfera dos significados só se realiza através da porta dos cronotopos"⁶⁴.

Nessa perspectiva, a dependência do enunciado em relação à dimensão social não pode reduzir-se a um componente que apenas o "envolve", ou a um acréscimo ao enunciado. Dito de outro modo, ela é condição necessária para a sua emergência e se integra nele como um elemento indispensável a sua constituição semântica, ou seja, para a compreensão e articulação do seu sentido. O enunciado não se relaciona com a situação

⁶¹ Bakhtin, *op. cit.*, p. 355.

⁶² Bakhtin, *op. cit.*, p. 358.

⁶³ Bakhtin, *op. cit.*, p. 211.

social a partir do seu exterior, mas do seu próprio interior. É nessa perspectiva que se considera que cada enunciado é composto de uma parte verbal expressa e de uma parte "subentendida" (a situação social). A avaliação social determina, assim, não só o conteúdo temático do enunciado, mas também a sua forma (estilo, composição), bem como a sua composição genérica (gênero) e gramatical, vista do ângulo histórico. Portanto, "*la diferencia de las situaciones determina la diferencia de los sentidos de una misma expresión verbal*"⁶⁵ no enunciado, além das diversas configurações dos enunciados.

Dessa forma, a avaliação ideológica não se encontra fechada no conteúdo do enunciado, não podendo ser deduzida somente dele, pois toda avaliação se encontra objetivada em um material semiótico (a ideologia é semiótica, tudo o que é semiótico é ideológico). É nessa direção que vêm as críticas do autor às correntes de estudo da ideologia da época. O tema e a forma estão indissoluvelmente ligados, sendo sua separação um processo de abstração teórico. A avaliação social organiza o conteúdo e a forma do enunciado, bem como se expressa neles. Ela conduz o discurso para fora dos seus limites, colocando-o em contato com o seu exterior.

O vínculo entre o enunciado e a sua dimensão social concretiza-se, segundo Bakhtin, pela entonação. Através dela, o discurso se orienta para fora dos seus limites verbais e entra em contato com a vida sócio-ideológica. Ela se situa na fronteira da vida social e da parte verbal do enunciado, marcando a atitude valorativa (feliz, aflita, interrogativa, de admiração, de surpresa etc.) do falante frente ao objeto do seu discurso e frente aos enunciados dos outros participantes da comunicação discursiva (enunciados que "discutem" e avaliam o objeto e as reações-resposta do interlocutor vistas como enunciados possíveis). Pela entonação o falante se engaja socialmente e toma posição ativa em relação a certos valores.

Entretanto, também a entonação não entra no âmbito do individual⁶⁶. Ela tem necessidade de sustentação coletiva. É a materialização de uma avaliação social, a expressão "sonora" da valoração, sendo, portanto, toda entonação expressiva⁶⁷. Sensível às mais elementares mudanças sociais, é na entonação do enunciado que a avaliação social encontra antes de tudo sua expressão.

⁶⁴ Bakhtin, *op. cit.*, p. 362.

⁶⁵ Bakhtin, Voloshinov, *La construcción de la enunciación*, p. 260.

⁶⁶ No sentido de estar excluída da dimensão social.

Na verdade, qualquer que seja a enunciação considerada, mesmo que não se trate de uma informação factual (a comunicação, no sentido estrito), mas da expressão verbal de uma necessidade qualquer, por exemplo a fome, é certo que ela, na sua totalidade, é socialmente dirigida. Antes de mais nada, ela é determinada da maneira mais imediata pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos, em ligação com uma situação bem precisa; a situação dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela, por exemplo a exigência ou a solicitação, a afirmação de direitos ou a prece pedindo graça, um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez, etc. A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor.⁶⁸

Contudo, o fato de a situação social determinar o enunciado, de se integrar a ele como um elemento indispensável a sua constituição semântica não deve levar a crer que o discurso e o enunciado refletem passivamente a situação extraverbal (como um espelho reflete um objeto), ou que eles sejam expressão de algo já acabado. O enunciado "conclui", "acaba" uma determinada situação, representa a sua solução valorativa, ou seja, sempre cria algo de novo e irrepetível.

(...) la expresión verbal, la enunciación, no refleja sólo pasivamente la situación. Ella representa su *solución*, se vuelve su *conclusión valorativa* y, al mismo tiempo, la condición necesaria para su ulterior *desarrollo ideológico*.⁶⁹

A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de enunciação.⁷⁰

Un enunciado nunca es sólo reflejo o expresión de algo ya existente, dado y concluido. Un enunciado siempre crea algo que nunca había existido, algo absolutamente nuevo e irrepetible, algo que siempre tiene que ver con los valores (con la verdad, con el bien, con la belleza, etc.). Pero lo creado siempre se crea de lo dado (la lengua, un fenómeno

⁶⁷ "Convenons d'appeler *expression axiologique* toute évaluation incarnée dans un matériau." (Bakhtin, Voloshinov, *Les frontières entre poétique et linguistique*, p. 271)

⁶⁸ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 113-114.

⁶⁹ Bakhtin, Voloshinov, *La construcción de la enunciación*, p. 260.

⁷⁰ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p.125.

observado, un sentimiento vivido, el sujeto hablante mismo, lo concluido en su visión del mundo, etc.). Todo lo dado se transforma en lo creado.⁷¹

2.2 Características particulares

Como visto, o enunciado se constitui na unidade real e concreta da comunicação discursiva, nas diferentes situações sociais: nas esferas da vida cotidiana, da produção, dos negócios; nas esferas ideológicas *stricto sensu*: na escola, na esfera jornalística, artística, científica etc. Entretanto, por mais variados que sejam os enunciados no que se refere a sua extensão, conteúdo, composição (e, até mesmo, pode-se acrescentar, no que toca ao seu aspecto de estratificação da língua), em função das diferenças sócio-ideológicas das diversas esferas da comunicação social, todos os enunciados possuem propriedades compostionais comuns e fronteiras bem definidas (determinadas pela alternância dos sujeitos discursivos (falantes)). Essas propriedades, junto com as fronteiras, formam as características constitutivas específicas do enunciado que lhe asseguram o lugar de unidade real da comunicação discursiva contínua. Também essas características diferenciam o enunciado das unidades da língua (sistema), como, por exemplo, a oração, que não são unidades reais, mas convencionais, resultados de um processo de abstração de determinados momentos do complexo quadro efetivo da comunicação discursiva.

As características constitutivas do enunciado, que lhe conferem o estatuto de unidade real da comunicação discursiva, são:

- a) a alternância dos sujeitos discursivos;
- b) a sua conclusividade⁷²;
- c) a sua expressividade.

⁷¹ Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 312.

⁷² Em *El problema de los géneros discursivos*, tem-se a expressão *conclusividade do enunciado*. Na tradução brasileira, *Os gêneros do discurso* (In.: Bakhtin, M. M. *Estética da criação verbal*, 1997b), a opção é por *acabamento do enunciado*. De acordo com a equipe de tradução do livro *Questões de literatura e estética: a teoria do romance* (Bakhtin, M. M., 1993), o termo *zaverchénie* pode ser traduzido por *realização, cumprimento, acabamento ou conclusão*.

2.2.1 A alternância dos sujeitos discursivos

Todo enunciado é concreto, irrepetível, historicamente individual, "viene a ser una postura activa del hablante dentro de una u otra esfera de objetos y sentidos"⁷³, representa uma nova unidade (elemento) na comunicação discursiva. Cada enunciado, como unidade singular da comunicação discursiva, possui um início e um fim absolutos, que o delimitam dos outros enunciados: os anteriores e os enunciados resposta (reação-resposta ativa). As fronteiras de cada enunciado se delimitam pela alternância (troca) dos sujeitos discursivos. A alternância dos falantes, numa situação específica, dentro dos seus propósitos discursivos, constitui-se pelo fato de que o falante concluiu o que objetivara dizer (*dixi conclusivo*), termina o seu enunciado, e, assim, cede a palavra ao outro, o interlocutor (imediato ou não), para dar lugar a sua compreensão ativa, a sua postura de resposta. A troca dos sujeitos discursivos emoldura ["enmarca"] o enunciado, estabelece suas fronteiras e cria sua corporeidade específica em relação aos outros enunciados vinculados a ele.

A alternância dos sujeitos discursivos adota formas variadas, em decorrência das condições da comunicação e das funções ideológicas da linguagem (específicas de cada situação social). Essa alternância é mais evidente no diálogo: embora as réplicas estejam relacionadas entre si (já se constituem como resposta de outros enunciados, estão orientadas para a reação-resposta ativa do interlocutor), cada réplica tem seu acabamento específico ao expressar determinada posição do falante, que possibilita a tomada da palavra pelo interlocutor. As réplicas, vistas como enunciados, ao mesmo tempo que estão relacionadas entre si, estão separadas pela alternância dos sujeitos discursivos. Somente pode haver relações dialógicas (que são relações de sentidos, portanto, pessoais) entre enunciados pertencentes a diferentes sujeitos discursivos.

O mesmo processo se observa nos enunciados pertencentes às esferas da comunicação cultural "complexamente" organizada (comunicação ideológica *stricto sensu*). Como elos da comunicação discursiva, eles estabelecem relações dialógicas com outros enunciados dentro de determinada "esfera de objetos e sentidos", mas, como as réplicas do diálogo, estão separados entre si pela troca dos sujeitos discursivos.

A alternância dos sujeitos discursivos como particularidade do enunciado que estabelece as suas fronteiras não entra em contradição com o funcionamento dos enunciados pertencentes aos gêneros das esferas da comunicação ideológica especializada.

Dentro dos limites desses enunciados, as perguntas, respostas, concordâncias, objeções etc. que os falantes formulam se constituem, na verdade, como representações da própria comunicação discursiva. Essa é uma particularidade de funcionamento característica dos gêneros secundários⁷⁴. Também, nesses gêneros discursivos, é comum a implantação (incorporação) de gêneros discursivos primários (bilhetes, diálogos no romance, por exemplo). Em tal circunstância, os gêneros intercalados (implantados) se transformam em maior ou menor grau, pois se situam nos limites de um mesmo enunciado.

Todo enunciado, desde una breve réplica del diálogo cotidiano hasta una novela grande o un tratado científico, posee, por decirlo así, un principio absoluto y un final absoluto; antes del comienzo están los enunciados de otros, después del final están los enunciados respuestas de otros (o siquiera una comprensión silenciosa y activa del otro, o, finalmente, una acción respuesta basada en tal tipo de comprensión). Un hablante termina su enunciado para ceder la palabra al otro o para dar lugar a su comprensión activa como respuesta.⁷⁵

Essa é a primeira característica do enunciado que o distingue das unidades da língua (sistema abstrato). A oração e a palavra não se delimitam pela alternância dos falantes, não têm contato direto com a realidade (situação extraverbal), nem possuem plenitude de sentido e capacidade de determinar diretamente a postura de resposta do interlocutor. Elas possuem natureza e limites gramaticais. A oração, por exemplo, é uma idéia, um tópico relativamente concluído, que se relaciona imediatamente com outras idéias de um mesmo falante dentro da totalidade do seu enunciado. Assim, os elementos da língua (língua-sistema) não entram em contato direto com a situação extraverbal, não se relacionam diretamente com os enunciados alheios; a palavra e a oração se vinculam à dimensão extraverbal e aos outros enunciados somente através do enunciado em sua totalidade. Quando a palavra e a oração entram em contato direto com a situação, na verdade, já não se trata mais de elementos da língua, mas de enunciados. Pode-se dizer, dessa forma, que o contexto das unidades da língua, no enunciado, é o contexto do discurso de um único falante, enquanto que o contexto do enunciado é a comunicação discursiva.

⁷³ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 274.

⁷⁴ A análise dos gêneros primários e secundários encontra-se feita mais adiante.

⁷⁵ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 260.

2.2.2 A expressividade do enunciado

A segunda característica do enunciado é a sua propriedade de ser expressivo, isto é, de ser a instância da expressão da posição valorativa do falante e dos outros participantes da comunicação discursiva. Cada enunciado possui um conteúdo determinado, "referido a objetos e sentidos". O estilo e a composição do enunciado se definem pelo "compromiso (o intención) que adopta um sujeto discursivo (o autor) dentro de cierta esfera de sentidos"⁷⁶ e pelo momento expressivo (pela atitude emotivo-valorativa) do falante frente ao objeto do seu discurso e frente aos outros participantes da comunicação discursiva e seus enunciados (já-ditos, pré-figurados). O momento expressivo está presente em todos os enunciados, pois não pode haver enunciado neutro, embora possua peso e significações diferentes nas diversas esferas da comunicação discursiva.

O aspecto expressivo do discurso é uma característica própria do enunciado; não pode ser considerado como uma propriedade da língua (sistema abstrato). As unidades da língua carecem de expressividade. A língua dispõe das formas lingüísticas, isto é, dos recursos (lexicais, morfológicos e sintáticos) para manifestar a atitude emotivo-valorativa, mas que, como apenas recursos, são neutros no que se refere ao acento de valor. Bakhtin⁷⁷ dá o exemplo da palavra "amorzinho" que, embora carinhosa pelo significado de sua raiz e sufixo, como unidade da língua, é tão neutra quanto a palavra "longe", representando apenas um recurso para uma possível expressão da atitude valorativa realizada pelo falante em um enunciado concreto. A oração, unidade da língua, também é neutra e não possui aspecto expressivo. Ela adquire matiz expressivo somente no enunciado. Uma mesma oração, como "Que tristeza!", em contextos de enunciados diferentes, ou como o todo lingüístico de um enunciado, pode assumir um matiz triste, alegre, irônico etc.

O aspecto emotivo-valorativo e, consequentemente, a expressividade não são próprios da palavra, da oração; eles se manifestam apenas no uso ativo das unidades da língua, em enunciados concretos. "El significado neutro de una palabra referido a una realidad determinada dentro de las condiciones determinadas reales de la comunicación discursiva genera una chispa de expresividad".⁷⁸

A atitude emotivo-valorativa se expressa na seleção dos recursos lingüísticos (estilo), na seleção dos procedimentos compostionais (composição) e na entonação do

⁷⁶ Bakhtin, *op. cit.*, p. 274.

⁷⁷ Bakhtin, *op. cit.*, p. 274.

enunciado. Como visto anteriormente, a entonação estabelece o vínculo entre o enunciado e o seu "contexto", situando-se nos limites da parte verbal e extraverbal. A entonação, como expressão da atitude de valoração do falante, também não existe no sistema da língua, nem os elementos da língua possuem entonação. Ela é uma propriedade do enunciado⁷⁹. Uma palavra ou oração, proferidas com determinada entonação expressiva, são enunciados de uma só palavra ou uma só oração, em relação aos quais se pode tomar uma atitude de resposta.

Além da entonação expressiva, a atitude valorativa também se exprime no enunciado através do próprio gênero do discurso. Como formas relativamente estáveis do enunciado, vinculadas a esferas específicas da comunicação social, os gêneros incluem, na sua constituição, uma expressividade própria, típica da sua relação com uma determinada situação social. A expressividade *típica* (do gênero) e a entonação *típica* que lhe corresponde também não se situam no domínio do sistema da língua. "Existen los modelos de enunciados valorativos, es decir, los géneros discursivos valorativos, bastante definidos en la comunicación discursiva y que expresan alabanza, aprobación, admiración, reprobación, injuria: ¡mui bien!, ¡bravo!, ¡qué lindo!, ¡qué vergüenza!, ¡qué asco!, ¡imbécil!, etc."⁸⁰

Também, no processo de construção do enunciado, ele mesmo já é expressivo, pois, ao construir o discurso, a totalidade do enunciado já antecede o falante, tanto na forma de uma intenção discursiva individual como na forma de um plano genérico (de gênero) determinado. Na elaboração do enunciado, já se parte, na seleção dos recursos lingüísticos,

⁷⁸ Bakhtin, *op. cit.*, p. 276.

⁷⁹ Aqui aparece uma certa flutuação no que concerne às especificidades da entonação. No texto *Les frontières entre poétique et linguistique* (Bakhtin/Voloshinov), a entonação é considerada como a expressão da valoração da situação e do auditório, situando-se nos limites da dimensão verbal e extraverbal do enunciado; assim sendo, toda entonação é expressiva, pois é a encarnação da avaliação social em um material sonoro. Com isso, pode-se dizer que, num certo sentido, a expressão "entonação expressiva" torna-se redundante.

É interessante observar, nesse texto, a crítica que é feita à distinção entre entonação expressiva e entonação sintática, presente no livro *Formal'nyi metod v literaturovedenii*, de autoria de Bakhtin, M. M. /Medvedev, P. N.: "(...) nous comprenons la pensée de Medvedev. Il existe comme une limite inférieure de l'intonation expressive, au-delà de laquelle commence un autre territoire, celui de la grammaire et des catégories formelles. Mais le fait de mettre sur un même plan les concepts d'intonation et d'intonation syntaxique constitue un *lapsus terminologiae*." (Bakhtin, Voloshinov, *Les frontières entre poétique et linguistique*, p. 282)

Em *El problema de los géneros discursivos* (p.280), Bakhtin, ao tratar da entonação como uma propriedade do enunciado, que não existe nem no sistema da língua, isto é, fora do enunciado, nem é atributo das palavras ou orações consideradas como unidades da língua, observa que "la oración como unidad de la lengua posee cierta entonación gramatical, pero no expresiva. Las entonaciones específicamente gramaticales son: la conclusiva, la explicativa, la disyuntiva, la enumerativa, etc."

⁸⁰ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 275.

da totalidade real do enunciado, que, por si, já é expressiva: aporta a expressividade do falante, do gênero. "No vamos ensartando palabras, no seguimos de una palabra a otra, sino que actuamos como si fuéramos rellenando un todo com palabras necesarias. Se ensartan palabras tan sólo en una primera fase del estudio de una lengua ajena, y sun con una dirección metodológica pésima."⁸¹

Na seleção dos recursos lingüísticos, no processo de composição do enunciado, na realidade, poucas vezes se tomam as palavras e orações do sistema da língua em sua forma neutra (de dicionário). Para a compreensão da atitude valorativa do falante frente ao objeto do seu enunciado como fator da expressividade, é preciso considerar que, na construção do enunciado, a orientação se constitui a partir de outros enunciados, em primeiro lugar, daqueles afins genericamente. A seleção dos recursos lingüísticos é orientada pela especificação genérica do enunciado. No gênero, a palavra adquire certa expressividade típica, que não lhe pertence propriamente, mas que expressa o vínculo que estabelece a palavra e seu significado com o gênero. A expressividade da palavra no gênero pode ser considerada como a sua "auréola estilística", que não pertence à palavra vista no sistema da língua, mas ao gênero em que ela costuma funcionar. A auréola se apresenta como "una especie de eco de una totalidad del género que suena en la palabra".⁸² Processo semelhante ocorre com a oração.

Além da especificação genérica, a orientação também se dá pelos enunciados alheios individuais. Em cada época e esfera social, há idéias principais, tradições e enunciados pertencentes a personalidades ou grupos sociais, que gozam de prestígio e que são seguidos, imitados, citados, assimilados ou reacentuados. É a palavra alheia da mãe, do pai, da escola, de um grupo social, de uma personalidade proeminente. A formação da consciência, da experiência discursiva, da orientação ideológica, da expressividade individual tem lugar e se desenvolve na interação com outros enunciados individuais, com a palavra alheia, que deságua na construção do enunciado do falante, em diferentes graus de conscientização, de assimilação ou alteridade, de manifestação verbal no enunciado. A palavra alheia, assimilada ou reacentuada, possui sua própria expressividade.

Portanto, a expressividade da palavra e da oração não é propriedade desses elementos vistos como unidades da língua (sistema), nem deriva do significado das palavras: "o bien representa una expresividad típica del género, o bien se trata de un eco

⁸¹ Bakhtin, *op. cit.*, p. 276.

⁸² Bakhtin, *op. cit.*, p. 278.

del matiz expresivo ajeno e individual que hace a la palabra representar la totalidad del enunciado ajeno como determinada posición valorativa".⁸³

Mas o valor, a expressividade do enunciado, muitas vezes, não se determina apenas e, como diz Bakhtin, nem tanto, pela atitude do falante frente ao objeto do seu discurso. A expressividade se determina também, principalmente, pelos enunciados alheios (emitidos, pré-figurados) sobre o mesmo tema, pela atitude do falante face a esses discursos. O enunciado se constrói orientado dialogicamente para o discurso do outro, pois "a orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso"⁸⁴. Ou seja, ele já é uma reação-resposta ativa face aos enunciados alheios sobre o mesmo objeto temático, bem como está orientado para a reação-resposta ativa do interlocutor.

La expresividad de un enunciado nunca puede ser comprendida y explicada hasta el fin si se toma en cuenta nada más su objeto y su sentido. La expresividad de un enunciado siempre, en mayor o menor medida, *contesta*, es decir, expresa la actitud del hablante hacia los enunciados ajenos, y no únicamente su actitud hacia el objeto de su propio enunciado.⁸⁵

A orientação ativa do falante face aos enunciados alheios dá-se na própria orientação para o objeto do discurso. Na sua orientação, seu enunciado se encontra com os enunciados dos outros já existentes, o já-dito (o conhecido, a opinião pública etc.). Todo discurso, no caminho para o objeto, encontra-se inevitavelmente com o discurso do outro sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema, pois todo objeto já se encontra penetrado por idéias gerais, apreciações, entonações de outros, e o enunciado não pode deixar de entrar em interação com eles. A própria concepção que o enunciado tem do seu objeto já é dialógica. O enunciado deve ser visto como reação-resposta dirigida aos enunciados anteriores, dentro de uma determinada esfera.

Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar

⁸³ Bakhtin, *op.cit.*, p. 279.

⁸⁴ Bakhtin, M. M. *O discurso no romance*. In.: _____. *Questões de literatura e de estética*, 1993, p. 88.

⁸⁵ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 282.

em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico.⁸⁶

Ainda é preciso salientar que não apenas no objeto o discurso se encontra com o discurso do outro. Para a compreensão da expressividade do enunciado, tem-se necessidade ainda de considerar a atitude do falante a respeito do interlocutor. Todo enunciado, ao se constituir entre os enunciados alheios (o já-dito), também se encontra orientado para a compreensão-resposta ativa do ouvinte, do leitor (para a sua reação-resposta ativa: o enunciado-resposta ainda não existente, mas pré-figurado, ou para outro tipo de ação não verbal). Por ser a sua função de ser destinado uma de suas características constitutivas, o enunciado se constrói, desde o princípio, levando em conta as reações-resposta dos interlocutores para os quais ele é construído. Todos os aspectos do enunciado se constroem em vista da atitude de resposta do interlocutor.

E aqui se concretiza uma outra especificidade do enunciado que o distingue das unidades da língua. Todo enunciado, desde uma réplica até uma tese, possui autor e destinatário, marca uma atitude frente à realidade, ao falante e aos outros participantes da comunicação discursiva. As unidades da língua (palavras e orações) são impessoais, não têm autor, não se encontram destinadas à atitude valorativa do outro, nem têm contato direto com a realidade. Na língua (sistema) se encontram apenas as "possibilidades potenciais"⁸⁷, os recursos (recursos léxicos, formas pronominais e temporais etc.) para a manifestação verbal dessas atitudes, que só se efetivam no enunciado concreto. No enunciado, deixam de ser recursos, para funcionarem como meios para a comunicação discursiva.

Em resumo, todo enunciado é expressivo, isto é, marca uma atitude valorativa frente ao objeto do discurso, frente ao falante (autor) e aos enunciados alheios (existentes, pré-figurados) dos outros participantes da comunicação discursiva, que se manifestam, de diversas maneiras e intensidades, na constituição do enunciado. Se a alternância dos falantes e a conclusividade do enunciado lhe dão a configuração de unidade singular, pode-se dizer que a expressividade marca a sua condição de elo da comunicação discursiva, o caráter dialógico da sua constituição: para a sua compreensão ativa, ele não pode ser separado dos outros elos que o determinam por fora e por dentro.

⁸⁶ Bakhtin, *O discurso no romance*, p. 86.

⁸⁷ Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 314.

Por eso un enunciado revela una especie de surcos que representan ecos lejanos y apenas perceptibles de los cambios de sujetos discursivos, de los matices dialógicos y de marcas limítrofes sumamente debilitadas de los enunciados que llegaron a ser permeables para la expresividad del autor. El enunciado, así, viene a ser un fenómeno muy complejo que manifiesta una multiplicidad de planos.⁸⁸

2.2.3 A conclusividade do enunciado

A última característica do enunciado é o seu caráter de conclusividade (de acabamento), que representa a manifestação da alternância dos sujeitos discursivos vista do interior do enunciado. A alternância constitui-se pelo fato de que o falante (ou autor), em um momento dado e em condições dadas, disse ou escreveu tudo o que queria dizer. O interlocutor, ao ouvir (ou ler) o enunciado, percebe o *dixi* conclusivo do falante. A conclusividade é específica e se determina por critérios particulares, sendo o mais importante a possibilidade de ser contestado, quer dizer, a possibilidade de o interlocutor poder tomar uma postura de resposta em relação ao enunciado: estar de acordo ou não, cumprir uma ordem, responder verbalmente etc.

O caráter do enunciado de se constituir em uma totalidade discursiva conclusa que assegura a postura, a possibilidade de resposta ou de compreensão tácita se determina por três fatores, que se relacionam na totalidade orgânica do enunciado:

- a) o tratamento exaustivo do sentido do objeto do enunciado;
- b) a intencionalidade, ou vontade discursiva do falante;
- c) as formas típicas, genéricas e composicionais, de conclusão do enunciado.

O primeiro aspecto do enunciado que lhe assegura o caráter de um todo concluso de sentido é o esgotamento do sentido do objeto⁸⁹. Na realidade, o objeto é inesgotável, porém, quando se converte em tema do enunciado – de um artigo, de uma tese, por exemplo –, adquire caráter de concluído, de acabamento relativo, em determinadas condições e enfoque do problema, em um material dado e nos limites da intenção do autor

⁸⁸ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 283.

⁸⁹ Apesar de que na abordagem das fronteiras, da expressividade e da conclusividade do enunciado tenha-se seguido mais de perto a tradução mexicana, *El problema de los géneros discursivos*, onde se tem o termo **agotamiento del sentido**, optou-se pela expressão *tratamento exaustivo*, que é, aliás, a opção brasileira (*op. cit.*) e americana para a tradução do mesmo texto (Bakhtin, M. M. *The problem of speech genres*. In.: _____. *Speech genres and other late essays*, 1986.).

(nos propósitos que busca alcançar o autor). A possibilidade de "esgotar" o sentido do objeto é muito diferente nas diversas esferas da comunicação discursiva. Ela pode ser quase completa nas esferas da vida cotidiana, em certas esferas oficiais (militares, administrativas etc.), nas de produção: nas perguntas e respostas de caráter fático, nas ordens domésticas, ordens militares, nos comandos de trabalho, entre outras. A possibilidade mais intensa do tratamento exaustivo do tema observa-se nos enunciados cujos gêneros se apresentam mais estabilizados e padronizados em um grau máximo, onde o momento criativo quase não se encontra presente. Já nas esferas da criação (sobretudo na ciência), que tem no seu escopo o trabalho de criação do autor, onde a concepção do seu objeto discursivo é em construção e o sentido se constrói na relação necessária com os outros enunciados, já não se pode dizer o mesmo. Só se pode falar de um mínimo de conclusividade que permite a adoção de uma postura de resposta por parte do interlocutor.

O segundo fator, relacionado com o primeiro, diz respeito à intenção discursiva, ou vontade discursiva, do falante. Em todo enunciado, desde numa resposta fática da vida cotidiana, constituída de uma única palavra, até em enunciados bem mais extensos, como romances e teses, sente-se a vontade discursiva do falante, que determina o enunciado, seu volume, seus limites. Mediante a interpretação da vontade discursiva, mede-se o caráter de conclusividade do enunciado. A vontade discursiva representa o momento subjetivo do enunciado. Ela determina, dentro de condições específicas da comunicação discursiva e em relação com os enunciados anteriores, a escolha do objeto do discurso, seus limites e sua capacidade de "esgotar" o sentido do objeto. Por isso, forma uma unidade indissolúvel com o sentido do objeto, limitando-o e vinculando-o a uma situação concreta e única da comunicação discursiva, com todas as suas circunstâncias, com os seus participantes e com os enunciados anteriores.

A vontade discursiva determina também a seleção do gênero discursivo no qual se construirá o enunciado, o terceiro fator de conclusividade do enunciado, o mais importante, segundo Bakhtin⁹⁰. A seleção do gênero do discurso se define pela especificidade da esfera discursiva, pelas considerações do sentido do objeto (ou temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva e pelos seus participantes. Em seguida, "la intención discursiva del hablante, con su individualidad y subjetividad, se aplica y se adapta al género escogido, se forma y se desarrolla dentro de una forma genérica determinada."⁹¹ É a noção

⁹⁰ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 267.

⁹¹ Bakhtin, *op. cit.*, p. 267.

acerca da forma do enunciado total, quer dizer, do gênero do discurso, que orienta o falante no processo discursivo (na seleção dos recursos lingüísticos, da forma composicional, na consideração do conteúdo temático) e o leitor na interpretação da consideração do acabamento do enunciado (cálculo do seu volume, da extensão, da atitude valorativa etc.). Os gêneros do discurso desempenham um papel fundamental na construção e acabamento dos enunciados.

Com respeito à distinção entre o enunciado e as palavras e orações, tomadas como unidades da língua (sistema), em relação ao critério da conclusividade, pode-se dizer que, para que o enunciado provoque uma reação-resposta ativa, não é suficiente que seja apenas lingüisticamente compreensível (compreensão-reconhecimento), que é uma propriedade da oração. É preciso que seja um todo concluído de sentido, de se instituir como um novo elemento na cadeia contínua da comunicação discursiva, capaz, então, de determinar uma postura de resposta (compreensão-descobrimento do novo). O todo do enunciado, indício da totalidade de sentido, que se interpreta a partir do tratamento exaustivo do sentido do objeto, da vontade discursiva e do gênero do discurso, não pode ser submetido a uma definição gramatical ou a uma determinação de sentido abstrato, dado que já não se encontra no domínio da língua, num sentido estrito do termo, mas no campo do discurso e das suas relações.

Já a oração, unidade da língua (sistema), possui natureza, conclusividade e unidade gramaticais, mas não possui plenitude de sentido, nem capacidade de determinar diretamente a postura de resposta. A oração é o remate de um elemento, não a conclusão de uma totalidade discursiva. A oração e a palavra são unidades significantes da língua, por isso possuem conclusividade da forma gramatical e de significado (de caráter abstrato). E é por isso que, isoladamente, compreendemos seu significado lingüístico, o estágio inferior da capacidade de significar, seu possível papel dentro de um enunciado concreto. No significado das palavras e orações (unidades da língua) existe uma potencialidade de sentido, que se materializa no enunciado.

3 Os gêneros do discurso: *tipos relativamente estáveis de enunciados*

Como visto, um dos fatores determinantes para a constituição da conclusividade (do acabamento) dos enunciados é a sua forma de gênero. É a noção acerca da forma do

enunciado total, isto é, de um determinado gênero do discurso, que baliza o falante no processo discursivo. Na construção do discurso, já lhe antecede a totalidade do seu enunciado tanto na forma de uma intenção discursiva individual como na forma de um gênero específico, no qual se verterá o enunciado: relato, ordem de serviço, bilhete, romance, conto, crônica, artigo, editorial, resenha, tese etc. Os gêneros do discurso se constituem, para o falante, como "modelos estándar⁹² para la construcción de la totalidad discursiva"⁹³, oral ou escrita. Para o interlocutor, o gênero funciona como um horizonte de expectativas, indicando, por exemplo, a extensão aproximada da totalidade discursiva, sua determinada composição, bem como aspectos da expressividade do enunciado. Ao se relacionar com o discurso alheio, o ouvinte (ou leitor), desde o início, infere o gênero no qual o enunciado se encontra moldado e, dessa forma, as propriedades genéricas em questão já se constituem em índices indispensáveis à compreensão (interpretação) do enunciado.

A construção do enunciado, apesar da vontade discursiva (intenção discursiva) do falante, não pode ser considerado como uso e combinação absolutamente livres das formas da língua, tal como é postulado por muitos pesquisadores que opõem a fala como ato puramente individual ao sistema da língua como fenômeno puramente social e normativo para o falante. Os enunciados possuem formas *típicas* para a estruturação da totalidade discursiva, relativamente estáveis e normativas, necessárias tanto para a sua construção como para a sua compreensão, pois "si no existieran los géneros discursivos y si no los domináramos, si tuviéramos que irlos creando cada vez dentro del proceso discursivo, libremente y por primera vez cada enunciado, la comunicación discursiva habría sido casi imposible"⁹⁴. Para além das formas da língua nacional (léxico, gramática), são necessárias, para a interação verbal, as formas do discurso, isto é, os gêneros, que o organizam em determinada forma estilística e composicional. As unidades dos dois domínios (da língua e do discurso) são necessárias para a intercompreensão, embora os gêneros, em comparação com as unidades da língua, sejam diferentes no que se refere a sua estabilidade e normatividade. Eles são mais flexíveis e combináveis, mais sensíveis e ágeis às mudanças da comunicação social do que as formas da língua.

⁹² O caráter de padronização e de normatividade vai depender do próprio gênero, pois há gêneros mais ou menos padronizados e normativos.

⁹³ Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 320.

Nos expresamos únicamente mediante determinados géneros discursivos, es decir, todos nuestros enunciados poseen unas formas típicas para la *estructuración de la totalidad*, relativamente estables. Disponemos de un rico repertorio de géneros discursivos orales y escritos. *En la práctica* los utilizamos con seguridad y destreza, pero *teóricamente* podemos no saber nada de su existencia. Igual que el Jourdain de Molière, quien hablaba en prosa sin sospecharlo, nosotros hablamos utilizando diversos géneros sin saber de su existencia.⁹⁵

Uma análise das particularidades distintivas da normatividade e flexibilidade entre as unidades da língua e as do discurso não deve levar a crer na anterioridade das unidades da língua sobre as formas genéricas, como, por exemplo, no processo de aquisição da linguagem. As formas da língua e as formas do discurso se adquirem conjuntamente e em estreita relação. Aprender a falar significa aprender a construir enunciados (o uso da língua se dá em forma de enunciados) e construí-los em determinada forma genérica.

La lengua materna, su vocabulario y su estructura gramatical, no los conocemos por los diccionarios y manuales de gramática, sino por los enunciados concretos que escuchamos y reproducimos en la comunicación discursiva efectiva con las personas que nos rodean. Las formas de la lengua las asumimos tan sólo en las formas de los enunciados y junto con ellas. Las formas de la lengua y las formas típicas de los enunciados llegan a nuestra experiencia y a nuestra conciencia conjuntamente y en una estrecha relación mutua.⁹⁶

Os gêneros do discurso, como as formas da língua, não são criados pelo falante, mas lhe são dados historicamente (embora seja também certo que cada participante da comunicação discursiva, com seu enunciado concreto, construído em determinada forma genérica, contribua para a existência e para a unidade e continuidade do gênero e da língua). O uso criativo de determinado gênero (na comunicação cotidiana, na esfera artística, por exemplo) não significa a criação de um novo gênero. Cada gênero, nas diferentes esferas sociais da comunicação discursiva, possui suas finalidades específicas, sendo que o uso criativo, mais individual no que se refere aos aspectos estilístico, composicional ou temático do enunciado, reflete uma possibilidade já inscrita no próprio funcionamento do gênero, ou melhor, faz parte dos seus objetivos intencionais, ou, então, constitui-se como resultado de tipos de interação verbal mais livres, menos estáveis e

⁹⁴ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 268.

⁹⁵ Bakhtin, *op. cit.*, p. 267.

⁹⁶ Bakhtin, *op. cit.*, p. 268.

normativas, cujos gêneros são menos padronizados, permitindo essa abordagem mais livre e criativa.

Junto com semejantes géneros estandarizados⁹⁷ siempre han existido, desde luego, los géneros más libres de comunicación discursiva oral: géneros de pláticas sociales de salón acerca de temas cotidianos, sociales, estéticos y otros, géneros de conversaciones entre comensales, de pláticas íntimas entre amigos o entre miembros de una familia, etc. (...). La mayor parte de estos géneros permiten una libre y creativa restructuración (...), pero hay que señalar que un uso libre y creativo no es aún creación de un género nuevo: para utilizar libremente los géneros, hay que dominarlos bien.⁹⁸

A questão que se coloca é o vínculo entre gênero e enunciado, que só pode ser compreendido na sua relação histórica. Na verdade, os gêneros são "impessoais", pois não são os próprios enunciados, individuais e irrepetíveis. Analisando-se a sua constituição e o seu funcionamento, chega-se à problemática central da identidade e da diferença que os permeia. Bakhtin⁹⁹ observa que, apesar da imensa variedade e heterogeneidade dos gêneros do discurso, que os diferenciam uns dos outros, reflexo das possibilidades inesgotáveis da atividade humana, das condições e das diferentes funções das esferas sociais, todos possuem um traço que os une, que é a sua natureza verbal comum. Eles são *tipos* de enunciados relativamente estáveis e normativos, que se constituíram *historicamente* e, dessa forma, compartilham das propriedades sócio-discursivas dos próprios enunciados, mantendo, como eles, uma relação direta com a dimensão social. Na interação verbal, eles funcionam, então, como *formas típicas e normativas* do ponto de vista temático, estilístico e composicional para a construção do enunciado total.

La voluntad discursiva del hablante se realiza ante todo en la *elección de un género discursivo determinado*. La elección se define por la especificidad de una esfera discursiva dada, por las consideraciones del sentido del objeto o temáticas, por la situación concreta de la comunicación discursiva, por los participantes de la comunicación, etc. En lo sucesivo, la intención discursiva del hablante, con su

⁹⁷ Bakhtin está se referindo ao caráter padronizado de uma série de gêneros da vida cotidiana, como saudações, despedidas, perguntas acerca da saúde etc. Em outro momento, salienta que há muitos gêneros nessa esfera que são mais livres e criativos.

⁹⁸ Bakhtin, *op. cit.*, p. 269.

⁹⁹ Bakhtin, *op. cit.*

individualidad y subjetividad, se aplica y se adapta al género escogido, se forma y se desarrolla dentro de una forma genérica determinada.¹⁰⁰

3.1 As dimensões constitutivas dos gêneros

Cada enunciado, visto sob a ótica de acontecimento, é único, caracteriza-se por três dimensões constitutivas: seu tema (referido a objetos e sentidos), seu estilo verbal (seleção dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais da língua) e sua composição (seleção dos procedimentos composticionais para a organização, disposição e acabamento da totalidade discursiva e para levar em conta os participantes da comunicação discursiva). Entretanto, como elo da comunicação discursiva, "produto" da interação verbal em um tipo particular de situação social, ele é construído, inscreve-se dentro de uma formulação genérica específica e partilha de características de gênero comuns aos outros enunciados daquela situação de interação, pois, como será abordado, uma função determinada e condições sociais também determinadas, próprias para cada esfera da comunicação discursiva, geram historicamente os gêneros do discurso. Assim, os elementos de cada enunciado estão vinculados necessariamente à totalidade do enunciado e ao gênero, do qual o enunciado é um representante concreto.

Uma das dimensões do gênero diz respeito ao seu *conteúdo temático típico*, referido a objetos e sentidos. Cada esfera social tem sua orientação específica para a realidade, seus objetos de discurso, sua função sócio-ideológica específica. Se na realidade o objeto é inesgotável, quando se converte em tema do enunciado, adquire um sentido particular, um caráter relativamente concluído, dependendo de condições determinadas, em um determinado enfoque do problema, em um material dado, nos limites da intenção (vontade, propósito discursivo) do autor. Esse processo Bakhtin denomina, como foi visto, de "esgotamento do sentido do objeto"¹⁰¹, que é um dos fatores de acabamento do enunciado.

Os gêneros, com seus propósitos discursivos, não são indiferentes às especificidades da sua esfera, ou melhor, eles as "mostram". Todo gênero tem um conteúdo temático determinado: seu objeto discursivo, sua orientação de sentido específica para com ele. O tema do romance, por exemplo, para Bakhtin, é o homem que fala e sua fala (seu

¹⁰⁰ Bakhtin, *op. cit.*, p. 267.

¹⁰¹ Bakhtin, *op. cit.*, 266.

discurso). Como visto, os próprios gêneros "modulam" a maior ou menor possibilidade de tratamento exaustivo do sentido do objeto.

Outra dimensão constitutiva do gênero é a sua *composição* (ou *estruturação*), isto é, os seus procedimentos composticionais determinados para a organização, disposição, combinação, acabamento da totalidade discursiva e para levar em conta o autor e os outros participantes da comunicação discursiva. Na produção do enunciado, é a noção acerca da forma do enunciado total, isto é, de um gênero do discurso específico, que coloca o discurso em determinadas formas composticionais e estilísticas. Para Bakhtin, uma das causas de se ter subestimado o gênero como a unidade do discurso deve-se justamente a sua heterogeneidade no que se refere a sua dimensão (extensão discursiva) e a sua composição.

O *estilo verbal*, a terceira dimensão constitutiva do gênero, diz respeito a sua seleção *típica* dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais da língua. O estilo de um enunciado particular não pode ser compreendido, se não se considerar a sua natureza genérica. Os estilos individuais, bem como os de língua, são estilos genéricos de determinadas esferas da atividade e comunicação humana. Onde existe um estilo existe um gênero, pois o estilo de um enunciado é o do gênero no qual o enunciado se encontra construído.

El estilo está indisolublemente vinculado a determinadas unidades temáticas y, lo que es más importante, a determinadas unidades compostionales: el estilo tiene que ser con determinados tipos de estructuración de una totalidad, con los tipos de su conclusión, con los tipos de la relación que se establece entre el hablante y otros participantes de la comunicación discursiva (los oyentes o lectores, los compañeros, el discurso ajeno, etc.). El estilo entra como elemento en la unidad genérica del enunciado.¹⁰²

Todo enunciado, por ser individual, pode apresentar aspectos da individualidade do falante, ou seja, pode absorver um estilo particular, mas nem todos os gêneros são capazes de "refleti-lo" da mesma maneira. As condições mais produtivas se encontram na esfera literária, onde um estilo individual faz parte dos propósitos, da finalidade do gênero, pois é uma das funções da comunicação artística, embora aqui ainda haja variação entre os gêneros, que oferecem diferentes possibilidades. Os gêneros menos produtivos para

¹⁰² Bakhtin, *op. cit.*, 252.

incorporar um estilo individual são aqueles que requerem formas mais padronizadas, como nas instruções de trabalho, nas ordens militares, em muitos documentos oficiais. Neles só podem se mostrar os aspectos mais superficiais (quase biológicos) da individualidade. Na grande maioria dos gêneros, um estilo individual se constitui como um epifenômeno, uma vez que não faz parte da intenção do enunciado, não é a sua finalidade.

Na constituição do estilo e da composição do enunciado entram dois elementos determinantes: o aspecto temático e o aspecto expressivo, ou seja, a atitude subjetiva e valorativa do falante (ou autor) frente ao objeto do discurso e frente aos outros participantes da comunicação discursiva e seus enunciados (emitidos ou pré-figurados) sobre o mesmo tema. A atitude subjetiva e avaliadora a respeito do objeto do discurso determina a seleção dos recursos lingüísticos e composticionais do enunciado, embora, nos diferentes gêneros, o momento expressivo possua um peso e significados diferentes.

As relações dialógicas, que são relações de sentido entre pontos de vista específicos, são um princípio constitutivo do enunciado. Os nexos do enunciado com os outros enunciados relacionados com ele se marcam não só no plano temático do enunciado, mas também no plano discursivo (estilístico e composicional). Assim, o estilo e a composição do enunciado se determinam pelo conteúdo temático, pela atitude do falante face ao seu objeto do discurso, e também pelos enunciados alheios emitidos sobre o mesmo objeto (o discurso já-dito), com os quais o falante concorda ou discorda. A atitude do falante face aos outros enunciados alheios muitas vezes marca mais o plano discursivo do enunciado do que sua atitude face ao objeto do seu discurso. É assim que o enunciado, apesar das suas fronteiras, "mostra" o processo discursivo e os outros enunciados, manifestando uma multiplicidade de planos, assemelhando-se à mònada de Leibniz: dentro das suas fronteiras ele reflete o processo discursivo, os enunciados alheios, os elos da comunicação discursiva.

As formas e os graus da orientação dialógica com relação aos discursos alheios se manifestam de maneira heterogênea e variada nos diferentes gêneros do discurso. A palavra do outro pode ser um elemento indispensável, um argumento de autoridade, que se destaca explicitamente em muitos gêneros, enquanto, em outros, essa relação se manifesta de forma mais difusa, aparecendo em determinados aspectos do estilo e da composição. A orientação específica (suas formas e graus) para a palavra do outro nos gêneros está ligada à especificidade das diferentes esferas. Em muitos gêneros – nos gêneros literários, por exemplo –, há um tratamento mais livre da palavra, do enunciado do outro. Em outros

gêneros, como nos judiciais e nos científicos, há um maior senso de propriedade do discurso do outro, bem como da sua posição, do seu valor social, revelando-se nas formas da sua citação: cita-se explicitamente, marca-se a autoria do enunciado citado.

Além de se constituir já como reação-resposta na cadeia da comunicação discursiva, todo enunciado está relacionado com aqueles que o seguem. Como destacado anteriormente, não só no objeto o discurso se encontra com o discurso do outro, mas também na sua orientação para o interlocutor (ouvinte, leitor). Uma das características do enunciado é a sua capacidade de ser destinado. Ele mantém relações dialógicas não só com os elos (enunciados) anteriores, mas também com os elos posteriores. O estilo e a composição do enunciado também são ainda determinados pela atitude do falante frente aos enunciados pré-figurados (discurso-resposta ainda não dito), ou seja, o falante constrói seu enunciado tomando em conta as possíveis reações-resposta do interlocutor, que o falante tenta determinar de maneira ativa a partir do cálculo que faz do fundo aperceptivo que o destinatário possui do seu discurso (até que ponto conhece a situação, se possui ou não conhecimentos específicos da esfera comunicativa cultural, quais são suas opiniões e convicções, qual é sua força de influência sobre o seu enunciado etc.) e a partir da relação social do falante e do destinatário.

Essa atitude se marca de maneira particular no estilo e na composição dos diferentes gêneros. Por exemplo, "mártices más delicados de estilo se determinan por el carácter y el grado de intimidad entre el destinatario y el hablante, en diferentes géneros discursivos familiares, por una parte, e íntimos por otra. Aunque existe una diferencia enorme entre los géneros familiares e íntimos y entre sus estilos correspondientes, ambos perciben a su destinatario de una manera igualmente alejada del marco de las jerarquías sociales y de las convenciones"¹⁰³.

O fundo aperceptivo de compreensão-resposta do destinatário, além de determinar o estilo e a composição do enunciado, determina o próprio gênero. Cada gênero tem não apenas seu propósito discursivo típico, sua concepção determinada de autor, mas também de destinatário. Por exemplo, a diferentes interlocutores estão destinados os gêneros das pesquisas especializadas e os de difusão de conhecimentos, na esfera da ciência.

Na concepção bakhtiniana, o estilo lingüístico ou individual e a composição podem e devem, é certo, ser objetos de estudo específico e independente, mas esse estudo será mais produtivo se fundamentado na consideração da natureza do enunciado, da natureza

genérica dos estilos e no estudo preliminar das classes dos gêneros discursivos. Uma análise do que se denomina como estilos lingüísticos ou funcionais leva a concluir que são, na realidade, estilos genéricos de determinadas esferas da atividade e da comunicação humanas. Os gêneros do discurso se constituem como uma das grandes forças sociais de estratificação da língua.

Estes ou aqueles elementos da língua (lexicológicos, semânticos, sintáticos, etc.) estão estreitamente unidos com a orientação intencional e com o sistema geral de acentuação destes ou daqueles gêneros: oratórios, publicitários, gêneros de imprensa, gêneros jornalísticos, gêneros de literatura inferior (como o romance de folhetim, por exemplo) e, finalmente, os diversos gêneros da grande literatura.

Estes ou outros elementos da língua adquirem o perfume específico dos gêneros dados: eles se adequam [sic] aos pontos de vista específicos, às atitudes, às formas de pensamento, às nuances e às entonações desses gêneros.¹⁰⁴

Todas as esferas da atividade e comunicação humanas estão relacionadas com o uso da língua. Uma das características da língua, como conjunto de signos ideológicos privilegiado para a comunicação social, já abordada anteriormente como "neutralidade ideológica", é a sua ubiqüidade social, isto é, a propriedade de poder estar presente em todas as áreas da comunicação sócio-ideológica. Daí resulta que o caráter e as formas de uso da língua nos enunciados e nos gêneros são tão multiformes como as próprias esferas da atividade e comunicação humanas. Mas Bakhtin¹⁰⁵ salienta que essa característica não entra em contradição com a unidade da língua nacional. De uma perspectiva sócio-histórica, a língua é sempre pluridiscursiva.

A categoria da língua única é uma expressão sócio-ideológica, teórico-ideológica das forças centrípetas da língua. A poética de Aristóteles e de Santo Agostinho, a idéia da gramática universal de Leibniz, o ideologismo concreto de Humboldt, entre outros, são, para Bakhtin, exemplos da expressão teórica das forças centrípetas da vida da língua e da vida social e ideológica. A língua comum e única é um sistema de normas lingüísticas que não é dado, mas estabelecido em cada momento de sua vida, opondo-se ao discurso diversificado. No entanto, esse sistema de normas lingüísticas não é um imperativo abstrato, mas uma força real que supera o plurilingüismo, opõe-lhe barreiras contra a sua

¹⁰³ Bakhtin, *op. cit.*, 287.

¹⁰⁴ Bakhtin, *O discurso no romance*, p. 96.

¹⁰⁵ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*.

expansão, assegurando um certo *maximum* de compreensão. "(...) a língua única expressa as forças de união e de centralização concretas, ideológicas e verbais, que decorrem da relação indissolúvel com os processos de centralização sócio-política e cultural."¹⁰⁶

Mas, para o autor, a "língua comum e única" não dá conta, não é o todo real da língua (discurso). Ela é única só como sistema gramaticalmente abstrato de formas normativas, desvinculadas dos valores ideológicos e da contínua evolução histórica. Como meio vivo e concreto, a língua não pode ser única. A vida sócio-ideológica cria, nos limites de uma língua nacional abstratamente única, mundos concretos, perspectivas ideológicas específicas, onde os elementos abstratos da língua, idênticos entre si, carregam-se de diferentes conteúdos semânticos e valorativos¹⁰⁷. Ou seja, o autor olha, de um ângulo diferente, na unidade, a diversidade: a língua é pluridiscursiva; junto com as correntes das forças sociais centralizadoras e centrípetas da vida verbal-ideológica está o trabalho contínuo das correntes das forças sociais descentralizadoras e centrífugas. Cada enunciado concreto é ponto de aplicação da forças centrípetas e centrífugas e estratificadoras.

Temos em vista não o *minimum* lingüístico abstrato da língua comum, no sentido do sistema de forças elementares (de símbolos lingüísticos) que assegure um *minimum* de compreensão na comunicação prática. Tomamos a língua não como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas como uma língua *ideologicamente saturada*, como uma concepção de mundo, e até como uma opinião concreta que garante um *maximum* de compreensão mútua, em todas as esferas da vida ideológica.¹⁰⁸

A estratificação interna de uma língua nacional ("língua comum") é compreendida não como a estratificação e diferenciação da composição neutra da língua, mas na perspectiva das suas possibilidades intencionais que são espoliadas: são realizadas em determinadas direções, carregadas de conteúdos determinados, unem-se a determinados objetos, âmbitos expressivos de gêneros e outros. Uma das grandes forças sociais de estratificação da língua são os gêneros do discurso. Outros grandes fatores apontados pelo autor, em *O Discurso no Romance*, são as profissões e os grupos sociais. A estratificação profissional da língua se entrelaça, ora coincidindo, ora divergindo, com a estratificação

¹⁰⁶ Bakhtin, *O discurso no romance*, p. 81.

¹⁰⁷ Aqui vale retomar dois pontos da teoria bakhtiniana. Primeiro, no signo ideológico confrontam-se índices de valor sociais contraditórios. Segundo, na seleção dos recursos lingüísticos, poucas vezes se tomam as palavras do sistema (abstrato) da língua. Tomam-se as palavras dos gêneros, de outros enunciados etc.

¹⁰⁸ Bakhtin, *op. cit.*, p. 81.

genérica. A estratificação social da língua pode coincidir com a estratificação em gêneros e profissões, mas, em princípio, ela é autônoma e específica.

3.2 A formação sócio-histórica dos gêneros

Bakhtin (ou ainda o círculo bakhtiniano), nos seus diferentes trabalhos, focaliza o enunciado como a unidade real e concreta da comunicação discursiva em sua relação intrínseca com a situação social. É a orientação dentro de uma situação social, junto com o seu auditório, que dá forma ao enunciado. Dessa forma, os enunciados "mostram", por seu conteúdo temático, seu estilo verbal e sua composição, as condições específicas e o objeto das diferentes esferas sociais (ou situações sociais).

Os gêneros, vistos como *tipos*¹⁰⁹ temáticos, estilísticos e compostoriais dos enunciados singulares, constituem-se *historicamente* a partir de situações da vida social relativamente estáveis, ou seja, dentro dos diferentes *tipos*, variedades de intercâmbio comunicativo social. Cada esfera social, com sua função sócio-ideológica particular (estética, educacional, jurídica, religiosa etc.) e suas condições concretas específicas (organização socioeconômica, relações sociais entre os participantes da interação, desenvolvimento tecnológico etc.), historicamente formula na/para a interação verbal determinados gêneros discursivos, que lhes são específicos. Portanto, eles correspondem a situações de interação verbal *típicas* (mais ou menos estabilizadas e normativas) da comunicação social e, como tal, apresentam, na sua constituição, a finalidade e as condições da esfera ao qual pertencem.

Una función determinada (científica, técnica, periodística, oficial, cotidiana) y unas condiciones determinadas, específicas para cada esfera de la comunicación discursiva, generan determinados géneros, es decir, unos tipos temáticos, compostoriales y estilísticos de enunciados determinados y relativamente estables.¹¹⁰

Puede hablarse de tipos específicos de realización de géneros del lenguaje cotidiano sólo donde existan formas de *intercambio comunicativo cotidiano* que sean de algún modo estables, fijadas por el hábito y las circunstancias.

¹⁰⁹ O sentido atribuído ao termo *tipo* será discutido em seguida.

¹¹⁰ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 252.

(...)

Cada situación fija de la vida corresponde a una organización particular del auditorio¹¹¹ y, en consecuencia, a un repertorio de pequeños géneros cotidianos. El género de la vida cotidiana se ubica siempre en el cauce del intercambio comunicativo social, y es el reflejo ideológico de su tipo de estructura, su objetivo y su composición social.¹¹²

La forma de la autoría depende del género del enunciado. El género a su vez se determina por el objeto, propósito y situación del enunciado. (...) Quién habla y a quién se le habla. Todo esto es lo que determina el género, el tono y el estilo del enunciado (...).¹¹³

A variedade e a riqueza dos gêneros discursivos é extremamente grande, porque as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e porque em cada esfera existe um repertório de gêneros particulares que se diferencia e cresce na medida que a própria esfera se desenvolve e se "complexifica". É assim que se encontra uma grande variedade de gêneros, diversos entre si, criados pelos diferentes tipos e variedades de intercâmbio comunicativo social, como, por exemplo:

- a) na esfera do trabalho: a ordem, padronizada e normativa;
- b) na esfera íntima: o diálogo, marcado pela relação simétrica entre os interlocutores;
- c) na esfera literária: o romance, em que um estilo individual faz parte do seu objetivo;
- d) na esfera jornalística: a carta do leitor, curta, orientada para a editoria e os leitores.

Vinculadas dialeticamente à situação social, a constituição e a transformação dos gêneros são relacionadas às mudanças sociais¹¹⁴. Em *Epos e Romance*¹¹⁵, Bakhtin analisa as particularidades fundamentais que distinguem o romance dos outros gêneros literários (a tridimensão estilística do romance, ligada à consciência plurilíngüe que se realiza nele; a

¹¹¹ Define anteriormente o *auditório* como aqueles presentes em uma interação.

¹¹² Bakhtin, Voloshinov, *La construcción de la enunciación*, p.248-249. Esta citação é uma parte de uma citação maior inserida nesse ensaio, extraída do livro *Marxismo e filosofia da linguagem*. Optou-se pela própria citação, dado que a tradução da obra, na edição brasileira, é problemática neste trecho: o termo *gênero* se encontra traduzido por *estereótipo*, ou *fórmulas correntes*, o que entra em contradição com a própria concepção de gênero.

¹¹³ Bakhtin, M. M. *De los apuntes de 1970-1971*. In.: _____. *Estética de la creación verbal*, 1985, p. 375.

¹¹⁴ Bakhtin não concebe essa relação pela ótica da aplicação da categoria da causalidade mecanicista. Essa orientação aparece mais especificamente em *Marxismo e filosofia da linguagem* (p. 39-41) e em *De los apuntes de 1970-1971* (p. 361-362).

¹¹⁵ Bakhtin, M. M. *Epos e romance*. In.: _____. *Bakhtin, Questões de literatura e de estética*, 1993.

transformação radical das coordenadas temporais das representações literárias no romance; uma nova área de estruturação da imagem literária no romance, a área de contato máximo com o presente (contemporaneidade) no seu aspecto inacabado), condicionadas por uma determinada situação social.

Todos estes três tipos de particularidades do romance estão ligados organicamente entre si, e todos eles estão condicionados por uma determinada crise na história da sociedade européia: sua saída das condições de um estado socialmente fechado, surdo e semipatriarcal, em direção às novas condições de relações internacionais e de ligações interlingüísticas. A pluriformidade das línguas, das culturas e das épocas, revelou-se à sociedade européia e se tornou um fator determinante de sua vida e de seu pensamento.¹¹⁶

Cada gênero tem seu campo predominante de existência, onde é insubstituível, não suprimindo aqueles já existentes. O romance dialógico não acaba nem limita a existência de outras variantes de romance, da mesma forma que o *e-mail* não extingue a carta e o comentário não elimina o editorial – na esfera jornalística –. Pode-se antes dizer que cada novo gênero aumenta e influencia os gêneros de uma determinada esfera e o seu desaparecimento se dá pela ausência das condições sócio-comunicativas que o engendraram. Esta é a conclusão de Bakhtin a respeito do romance polifônico:

Ao nascer, um novo gênero nunca supre nem substitui quaisquer gêneros já existentes. Qualquer gênero novo nada mais faz que completar os velhos, apenas amplia o círculo de gêneros já existentes. (...) o surgimento do romance polifônico não suprime nem limita em absolutamente nada a evolução subsequente e produtiva das formas monológicas de romance (do romance biográfico, histórico, de costumes, romance-epopéia, etc.), pois sempre haverão de perdurar e ampliar-se campos da existência humana e da natureza que requerem precisamente formas objetificadas e concludentes, ou seja, formas monológicas de conhecimento artístico.¹¹⁷

Uma outra observação a respeito da vida dos gêneros é a sua atualização, quer dizer, o seu movimento entre a unidade e a continuidade (ou entre o dado e o criado). O gênero, ao mesmo tempo que se constitui como força reguladora para a construção e acabamento do enunciado para o falante, como horizonte de expectativa para o

¹¹⁶ Bakhtin, *op. cit.*, p. 404.

¹¹⁷ Bakhtin, M. M. *Problemas da poética de Dostoiévski*, 1997a, p. 273-274.

interlocutor, também se renova a cada interação verbal, pois cada enunciado individual contribui para a sua existência e continuidade. Para Bakhtin, o gênero não é uma forma abstrata, mas *concreta* e *histórica*. Afinal, "toda especificidade é histórica"¹¹⁸.

Mas a lógica do gênero não é uma lógica abstrata. Cada variante nova, cada nova obra de um gênero sempre a generaliza de algum modo, contribui para o aperfeiçoamento da linguagem do gênero.¹¹⁹

É preciso ressaltar que a definição bakhtiniana dos gêneros do discurso como *tipos* relativamente estáveis de enunciados dá-se pelo ângulo *histórico*, não a partir de um processo teórico de abstração. A noção de "tipo" que corresponde normalmente a definições e classificações de caráter teórico-abstrato, desse modo, não equivale à noção de *tipo* proposta por Bakhtin. É nessa perspectiva que vai sua crítica quando salienta que o menosprezo pela natureza do enunciado e a indiferença pelos aspectos genéricos do discurso levam, em qualquer esfera da investigação lingüística, ao formalismo e a uma abstração excessiva, pois apagam-se os vínculos entre a linguagem e a vida. Portanto, é pela via da *abordagem histórica* que o autor trabalha com a noção de *tipo*: os gêneros como formas *típicas históricas* relativamente estáveis de enunciados; as situações *típicas* da comunicação social etc. Ele desenvolve a noção de gênero articulando as dimensões histórica e normativa.

Como forma *típica* de enunciado e, da mesma maneira que este, vinculado diretamente à situação extraverbal, o gênero possui sua própria concepção de autor e destinatário, ou melhor, uma forma *típica* de autor e destinatário. Os enunciados, desde os mais livres e criativos (na esfera da literatura, na vida cotidiana) até os mais padronizados e normativos (na esfera militar, do trabalho, na esfera cotidiana), no que se refere a sua constituição genérica, todos possuem uma forma de autoria. "Todo enunciado tem uma espécie de autor, que no próprio enunciado escutamos como o seu criador"¹²⁰, que se sente no enunciado como uma intenção (vontade) discursiva única, uma postura valorativa determinada dentro de uma situação concreta da comunicação discursiva, orientada para a resposta ativa do interlocutor. A autoria independe do fato de o enunciado ser o produto de um indivíduo, o trabalho de um grupo de pessoas etc. As formas da autoria real podem ser

¹¹⁸ Bakhtin, *Epos e romance*, p. 422.

¹¹⁹ Bakhtin, *Problemas da poética de Dostoiévski*, p.159.

¹²⁰ Bakhtin, *op. cit.*, p.184.

diversificadas, bem como uma mesma pessoa pode aparecer em diferentes formas de autoria.

As diversas formas de autoria discursiva dependem do gênero do enunciado, pois todo gênero tem também, além de uma forma *típica* de conteúdo, estilo e composição, uma forma própria de autoria: romancista, cronista, articulista, repórter, padre, pai etc. A manifestação de aspectos de uma postura individual de autoria (estilo próprio, visão de mundo etc.) também depende do gênero. Nos gêneros mais padronizados (documentos oficiais, instruções de trabalho), "sólo pueden reflejarse los aspectos más superficiales, casi biológicos, de la individualidad"¹²¹; nos gêneros literários, a busca do estilo e do gênero faz parte dos imperativos do gênero. Entretanto, aqui a autoria também não escapa da determinação social, da influência dos outros enunciados, uma vez que este "selo da individualidade"¹²² é tão social quanto os outros aspectos do enunciado.

A orientação dialógica do enunciado para a postura ativa de resposta do destinatário, como visto, também determina o enunciado. Todo enunciado tem seus objetivos, seus propósitos discursivos (intenção educativa, propósito de convencimento, fazer cumprir a lei, uma tarefa); tem seu destinatário, estando orientado para a sua postura ativa de resposta: uma contestação ou um consentimento, o cumprimento de uma ordem, ou uma resposta de ação retardada etc. A relação social entre o autor e o destinatário também determinam a construção do enunciado. Essas especificidades se marcam nos gêneros do discurso que, além de possuírem uma forma específica de autoria, possuem sua própria concepção de destinatário. A diferentes destinatários, de diferentes interações sócio-ideológicas, estão dirigidos gêneros como tese, simpósio, palestra, sermão, parábola, encíclica, *curriculum vitae*, ordem de serviço.

La forma de la autoría y el lugar jerárquico (posición) del hablante (líder, rey, juez, guerrero, sacerdote, maestro, personaje particular, padre, hijo, marido, mujer, hermano, etc.). La correspondiente posición jerárquica del destinatario del enunciado (súbdito, acusado, discípulo, hijo, etc.). Quién habla y a quién se le habla. Todo esto es lo que determina el género, el tono y el estilo del enunciado: la palabra del líder, la palabra del juez, la palabra del maestro, la del padre, etc. Así se determina la forma de la autoría.¹²³

¹²¹ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 252.

¹²² É o problema da polissemia da palavra individualidade (indivíduo natural, em oposição a social, e personalidade), levantados por Bakhtin/Voloshinov e já exposto aqui anteriormente.

La composición y sobre todo el estilo del enunciado dependen de un hecho concreto: a quién está destinado el enunciado, cómo el hablante (o el escritor) percibe y se imagina a sus destinatarios, cuál es la fuerza de su influencia sobre el enunciado. Todo género discursivo en cada esfera de la comunicación discursiva posee su propia concepción de destinatario, lo cual lo determina como tal.¹²⁴

Constituindo-se como formas de construção do enunciado total, específicas para cada esfera de interação sócio-verbal, com sua concepção de autor e destinatário, os gêneros do discurso possuem sua própria expressividade, típica da situação. Citando o gênero como uma das propriedades do enunciado que o distingue das unidades da língua, Bakhtin o reafirma não como uma forma da língua (sistema), mas como uma forma *típica* de enunciado, colocando-o no domínio do discurso. A expressividade que a palavra adquire nos gêneros específicos em que aparece, isto é, a sua expressividade genérica – que o autor adjetiva de "auréola estilística" da palavra –, seu matiz expressivo, não lhe pertence como unidade da língua (sistema), mas manifesta o vínculo que estabelece a palavra e seu significado com o gênero.

La expresividad típica (genérica) puede ser examinada como la "aureola estilística" de la palabra, pero la aureola no pertenece a la palabra de la lengua como tal sino al género en que la palabra suele funcionar: se trata de una especie de eco de una totalidad del género que suena en la palabra.¹²⁵

Dentro del género, la palabra adquiere cierta expresividad típica. Los géneros corresponden a las situaciones típicas de la comunicación discursiva, a los temas típicos y, por tanto, a algunos contactos típicos de los *significados* de las palabras con la realidad concreta en sus circunstancias típicas. De ahí se origina la posibilidad de los matices expresivos que "cubren" las palabras.¹²⁶

Essa relação é a mesma para os outros recursos da língua. Para Bakhtin, o aspecto expressivo do gênero, as situações mais típicas, padronizadas, cujos gêneros requerem para a sua realização determinados tipos de oração ou uma única oração de um determinado tipo fez com que muitos teóricos confundissem a oração e seus tipos com o enunciado e o gênero (o discurso se modelaria com formas estabilizadas e pré-estabelecidas de orações); que se lhes atribuísse uma expressividade própria (atribui-se-lhes o valor de enunciados

¹²³ Bakhtin, *De los apuntes de 1970-1971*, p. 375.

¹²⁴ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 285.

¹²⁵ Bakhtin, *op. cit.*, p. 278.

inteiros, de gêneros). Mas, como unidade da língua (sistema), a oração, tal como a palavra, carece de expressividade. O fato de se atribuir propriedades expressivas à oração deve-se, portanto, ao fato de que existem, em inúmeras esferas, gêneros discursivos valorativos que se compõem de determinada forma de oração: a saudação (=oração exclamativa), pergunta factual (=oração interrogativa), resposta factual (=oração afirmativa), ou ainda o slogan político (=oração exclamativa) etc. Nesses casos, por exemplo, a oração, afirmativa por sua forma como unidade da língua (sistema), só chega a ser uma afirmação concreta no contexto de um enunciado específico.

(...) la oración como unidad de la lengua es neutra, y no posee de suyo ningún aspecto expresivo: lo obtiene (o más bien, se inicia en él) únicamente dentro de un enunciado concreto. Aquí es posible la misma aberración mencionada. Una oración como, por ejemplo, "él há muerto", aparentemente incluye un determinado matiz expresivo, sin hablar ya de una oración como "¡que alegría!" Pero, en realidad, oraciones como éstas las asumimos como enunciados enteros en una situación modelo, es decir, las percibimos como gêneros discursivos de coloración expresiva típica. Como oraciones, carecen de esta última, son neutras. Conforme el contexto del enunciado, la oración "él ha muerto" puede expresar un matiz positivo, alegre, inclusive de júbilo. Asimismo, la oración "¡que alegría!" en el contexto de un enunciado determinado puede asumir um tono irónico o hasta sarcástico y amargo.¹²⁷

Os enunciados e os gêneros (bem como a correlação entre os gêneros primários e secundários e o processo de formação histórica destes) exercem um papel importante na vida da sociedade e da língua, bem como estabelecem a relação mútua entre língua e ideologia (ou "visão de mundo"). O enunciado, o gênero e a língua se constituem nos diferentes tipos de interação sócio-discursiva. Mas, com relação às formas lingüísticas, que podem ser consideradas como "cristalizações"¹²⁸ relativas das relações sócio-ideológicas dos falantes, as formas genéricas dos enunciados, por seu lugar e papel no conjunto da vida sócio-ideológica, são mais sensíveis às mudanças sociais que as formas lingüísticas. Os gêneros, em especial os primários, refletem de maneira mais imediata e flexível as transformações da vida social.

Por sua relação com o social, os gêneros trazem neles modos de ver, perceber e julgar o mundo, uma vez que eles respondem às condições específicas de uma esfera dada.

¹²⁶ Bakhtin, *op. cit.*, p. 277.

¹²⁷ Bakhtin, *op. cit.*, p. 275.

¹²⁸ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p.147.

Dessa forma, neles "se acumulan formas de vision y comprensión de determinados aspectos del mundo"¹²⁹. Os enunciados e os seus gêneros são as correias de transmissão entre a história da língua e a história da sociedade. Em diferentes épocas e nos diferentes gêneros, tem lugar o processo de formação da língua, pois "ni um solo fenómeno nuevo (fonético, léxico, de gramática) puede ser incluido en el sistema de la lengua sin pasar la larga y compleja vía de la prueba de elaboración genérica"¹³⁰.

Os gêneros do discurso e os enunciados são, na teoria bakhtiniana, pontos de partida para se estudar tanto aspectos da vida social quanto da vida da língua. É essa a orientação para a análise da "psicologia do corpo social" proposta em *Marxismo e filosofia da linguagem*.

(...) a psicología do corpo social deve ser estudiada de dois pontos de vista diferentes: primeiramente, do ponto de vista do *conteúdo*, dos *temas* que aí se encontram atualizados num dado momento do tempo; e, em segundo lugar, do ponto de vista dos *tipos e formas de discurso* através dos quais estes temas tomam forma, são comentados, se realizam, são experimentados, são pensados, etc.¹³¹

3.3 A distinção entre gêneros primários e gêneros secundários

Diante da extrema variedade e heterogeneidade dos gêneros do discurso, Bakhtin observa, em *El problema de los géneros discursivos*, que poderia parecer que não haveria um único enfoque para o seu estudo, pois de um mesmo ângulo se estudariam fenômenos tão heterogêneos como as réplicas cotidianas de uma única palavra; o romance volumoso elaborado artisticamente; a ordem militar, padronizada e obrigatória até por sua entonação; uma obra lírica individualizada etc. Também se poderia crer que a diversidade funcional transformaria os seus traços comuns em algo abstrato e vazio de significado. E acrescenta que talvez tenha sido essa a razão de não se ter levantado o problema geral dos gêneros do discurso, de a sua análise se dar normalmente dentro da especificidade de uma dada esfera (o estudo dos gêneros literários e sua distinção apenas nos limites da literatura, por

¹²⁹ Bakhtin, M. M. *Respuesta a la pregunta hecha por la revista "Novy Mir"*. In.: _____. *Estética de la creación verbal*, 1985, p. 350.

¹³⁰ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 254.

¹³¹ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 42. Os *tipos e formas de discurso* aqui referidos podem ser tomados como gêneros do discurso.

exemplo) e não como *tipos* de enunciados que se distinguem uns dos outros, mas que têm uma natureza verbal (lingüística) comum.

Bakhtin não formaliza tipologias classificatórias dos gêneros, mas faz uma distinção, que considera muito importante, entre dois grupos de gêneros, que denomina como gêneros primários (simples) e gêneros secundários (complexos), no texto *El problema de los géneros discursivos*. O autor esclarece que esta diferenciação não é de ordem funcional. Pode-se dizer, como se discutirá a seguir, que está assentada em um princípio sócio-histórico. Os gêneros primários (réplicas de diálogo de salão, da esfera íntima, sobre temas cotidianos, estéticos, cartas, diários íntimos, relatos cotidianos etc.) se constituem na comunicação discursiva imediata.

Os gêneros secundários (romances, editoriais, teses etc.) surgem nas condições da comunicação cultural mais "complexa", relativamente mais desenvolvida e organizada, principalmente escrita: na comunicação artística, científica, sócio-política etc. No seu processo de formação, esses gêneros absorvem e reelaboram diversos gêneros primários. Os gêneros primários inseridos (intercalados) nos secundários (por exemplo, uma carta dentro de um romance) perdem sua relação direta com a realidade, deixam de ser acontecimentos da vida cotidiana, conservando sua forma e relevância cotidiana só como partes do romance, participando da realidade somente através do romance, como acontecimento artístico e não como acontecimento cotidiano.

Um olhar apurado sobre o princípio de classificação salienta o aspecto histórico como a unidade de fundamento da diferenciação entre gêneros primários e secundários, assentado na concepção sociológica da linguagem e da ideologia. Tudo o que é ideológico tem uma encarnação material (som, massa, cor, movimento etc.), significa, está ligado às condições e formas da comunicação social, determinadas pelas relações de produção e a estrutura sócio-política da sociedade. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* e *¿Qué es el lenguaje?* é proposta uma diferenciação entre *ideología del cotidiano* e *ideología especializada e formalizada* (ou *ideología no sentido estrito del término*). Observa-se, dessa forma, que, na perspectiva da teoria bakhtiniana, não há uma diferença radical entre ideológico e não-ideológico, há uma variação no tipo e na forma da ideologia. Ou seja, não se postula, como em outras teorias, a existência de uma esfera (ou de um discurso) ideológica em oposição a outras esferas (ou discursos) não-ideológicas. Dada a sua concepção sócio-semiótica de ideologia e da relação necessária entre ideologia e

linguagem, nas interações sociais, sempre se está no domínio ideológico. Pode-se falar, sim, da ideologia (dos seus temas, das suas formas) dos grupos sociais dominantes.

A ideologia do cotidiano, de um modo geral, corresponde ao que, na literatura marxista, denomina-se como "psicologia social". Ela é a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana e a expressão exterior que a ela se liga; "constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência"¹³². Na ideologia do cotidiano, podem-se distinguir níveis, "determinados pela escala social que serve para medir a atividade mental e a expressão, e pelas forças sociais em relação às quais eles devem diretamente orientar-se"¹³³. No nível inferior, situam-se as atividades mentais e sua expressão nascidas de uma orientação social pouco durável, no quadro da reunião fortuita. Os níveis superiores da ideologia do cotidiano são mais substanciais que o anterior, têm um caráter de responsabilidade e criatividade (social). Eles estão em contato direto com as ideologias constituídas. Em comparação com estas, são mais móveis e sensíveis, indicando e repercutindo mais rapidamente as mudanças socioeconômicas. É nesses níveis que tomam corpo as novas forças sociais capazes de penetrar na ideologia especializada que, no entanto, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos e assimilam parcialmente suas formas, práticas e abordagens.

Os sistemas ideológicos especializados e formalizados, como a ciência, a arte, a religião, a moral, a justiça, a propaganda, o jornalismo, a escola, são produtos do desenvolvimento técnico-econômico da sociedade¹³⁴. Eles se constituem e cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano e, em retorno, exercem forte influência sobre ela, dão o tom a essa ideologia. "Del océano inestable y mudable de la ideología [cotidiana] afloran gradualmente las innumerables islas y continentes de los sistemas ideológicos."¹³⁵ No entanto, eles mantêm um vínculo orgânico vivo com a ideologia cotidiana: "alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem, assim como morrem, por exemplo, a obra literária acabada ou a idéia cognitiva se não submetidas a uma avaliação crítica viva"¹³⁶, que ocorre nas diferentes esferas da ideologia cotidiana.

¹³² Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 118.

¹³³ Bakhtin, Voloshinov, *op. cit.*, p. 119.

¹³⁴ Aqui, a linguagem desempenha um papel importante, pois os sistemas ideológicos formam-se com a sua ajuda, como se discutiu na seção 1. A natureza sócio-ideológica da linguagem.

¹³⁵ Bakhtin, Voloshinov, *¿Qué es el lenguaje?*, p. 238.

¹³⁶ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 119.

Uma ilustração, ainda que esquemática e elementar, das características e dos vínculos entre ideologia cotidiana e especializada, de um lado, e entre gêneros primários e secundários, de outro, aponta para o princípio de classificação de Bakhtin. Ainda esclarece o fato de o autor identificar os gêneros secundários como ideológicos: "La diferencia entre los géneros primarios y los secundarios (ideológicos) es extremadamente grande y es de fondo"¹³⁷. A diferenciação não se dá na concepção de os gêneros secundários serem ideológicos e os primários não, mas pela razão de que aqueles estão vinculados ao campo das ideologias formalizadas, são ideológicos "no sentido estrito do termo"¹³⁸.

Ideologia cotidiana:	Gêneros primários:
<ul style="list-style-type: none"> comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera particular. 	<ul style="list-style-type: none"> constituem-se na comunicação discursiva imediata.
Ideologia especializada:	Gêneros secundários:
<ul style="list-style-type: none"> produto do desenvolvimento técnico-econômico da sociedade; cristaliza-se a partir da ideologia do cotidiano. 	<ul style="list-style-type: none"> surgem nas condições da comunicação cultural mais complexa, relativamente mais desenvolvida e organizada; no seu processo de formação absorvem e reelaboram diversos gêneros primários.

Figura 1: Relação entre gêneros e ideologia

Bakhtin, na sua análise dos gêneros discursivos, para além da diferenciação histórica entre gêneros primários e secundários, como já comentado, não formaliza nenhuma outra tipologia. Entretanto, não deixa de apontar para a possibilidade e a necessidade de uma classificação dos gêneros do discurso, sua relevância para outras áreas de estudo (para o estudo dos estilos de língua, por exemplo), bem como ainda desenha os contornos dessa classificação e a sua unidade de fundamento, ou mais precisamente, o seu princípio de organização, aspectos estes que servirão de base para a análise no próximo capítulo, Aspectos da dimensão social do artigo.

¹³⁷ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 250.

É interessante observar que, na tradução brasileira desse trabalho, feita a partir da tradução francesa, a palavra *ideológico* não está presente. O que é mais problemático nesta tradução é que o termo *periodísticos* é traduzido por *ideológicos*.

4 A relação entre gênero, enunciado e texto

Abordada a relação entre enunciado e gênero, fica ainda a questão do lugar e do papel do texto na teoria bakhtiniana. Para Bakhtin, o texto (verbal – oral ou escrito – ou também em outra forma semiótica) é a unidade, o dado primário e o ponto de partida para todas as disciplinas do campo das ciências humanas, apesar das suas finalidades científicas diversas. Ele é a realidade imediata para o estudo do homem social e da sua linguagem¹³⁹. A constituição do homem social e da sua linguagem é mediada pelo texto; suas idéias e seus sentimentos se exprimem¹⁴⁰ somente em forma de textos. Conseqüentemente, o acesso ao homem social e a sua linguagem se dá somente pela via do texto.

Mas como Bakhtin vê a relação entre texto e enunciado? É em *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico* que ele elabora os fundamentos para a questão do texto, desenvolvendo duas noções distintivas em torno do termo, que também podem ser identificadas em outros trabalhos, como se pode observar nas citações a seguir. Essa diferenciação se identifica no discurso do autor pelas próprias considerações que desenvolve a respeito da palavra *texto* e pelo seu discurso bivocal. As relações dialógicas que o autor estabelece, a dupla orientação valorativa da palavra *texto* se marcam, algumas vezes, formalmente no seu discurso, pelo uso de aspas ou itálico, que criam as fronteiras do outro discurso científico.

Na linguagem, enquanto objeto da lingüística, não há e nem pode haver quaisquer relações dialógicas: estas são impossíveis entre os elementos no sistema da língua (por exemplo, entre as palavras no dicionário, entre os morfemas, etc.) ou entre os elementos do "texto" num enfoque rigorosamente lingüístico deste. (...). Não pode haver relações dialógicas tampouco entre os textos, vistos também sob uma perspectiva rigorosamente lingüística. Qualquer confronto puramente lingüístico ou grupamento de quaisquer textos abstrai forçosamente todas as relações dialógicas entre eles enquanto enunciados integrais.¹⁴¹

¹³⁸ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 41.

¹³⁹ Partindo do texto, as diferentes disciplinas tomam direções distintas, efetuam "recortes" variados.

¹⁴⁰ A palavra *exprimir* está empregada tal como foi delimitada na seção 2. O enunciado: unidade concreta e real da comunicação discursiva.

¹⁴¹ Bakhtin, *Problemas da poética de Dostoiévski*, p. 182.

El enunciado no existe *realmente* fuera de esta actitud [atitude imediata frente à realidade e ao falante real] (sólo existe en tanto que *texto*).¹⁴²

El enunciado como una totalidad no puede ser definido en términos de la lingüística o de la semiótica. El término *texto* no corresponde en absoluto a la esencia de um enunciado entero.¹⁴³

O que se observa é o diálogo de Bakhtin com as correntes teóricas da época, como a lingüística. As considerações teóricas da lingüística, pelo seu recorte teórico, ou seja, pela abstração de certos aspectos da vida concreta da linguagem, não podem responder pelo todo do texto, ou seja, pelo texto visto como enunciado. Bakhtin reconhece a legitimidade do objeto da lingüística – o texto visto como fenômeno puramente lingüístico –, mas sua orientação é outra; ausulta o texto como fenômeno sócio-discursivo: "Nos interesan ante todo las formas concretas de los textos y las condiciones concretas de la vida de los textos, sus interrelaciones e interacciones."¹⁴⁴

Fazendo uma analogia com a distinção que Bakhtin estabelece entre *discurso* e *língua*¹⁴⁵ (objeto da lingüística), que se designou aqui como *língua-discurso* e *língua-sistema*, respectivamente, pode-se dizer que o texto, visto na sua integridade concreta e viva, e não o texto como objeto da lingüística, faz dele um enunciado. Como no caso da dupla orientação teórica para a língua, pode-se adotar a dupla orientação teórica para o texto: o *texto-sistema* e o *texto-enunciado*. É mais especificamente em *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico* que o autor salienta que dois aspectos determinam um texto como um enunciado: o seu projeto discursivo e a realização desse projeto, sendo que a inter-relação entre eles imprime o caráter do texto. Assim, o texto, visto como enunciado, tem uma função ideológica particular, tem autor e destinatário, mantém relações dialógicas com outros textos (textos-enunciados) etc., isto é, tem as mesmas características do enunciado, pois é concebido como tal.

¹⁴² Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 314.

¹⁴³ Bakhtin, *De los apuntes de 1970-1971*, p. 357.

¹⁴⁴ Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 306.

¹⁴⁵ (...) temos em vista o *discurso*, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto da lingüística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso." (Bakhtin, *Problemas da poética de Dostoiévski*, p. 181.)

Nessa perspectiva, o texto pode ser analisado teoricamente de uma dupla perspectiva: do pólo da língua, do texto propriamente dito (pólo 1) e do pólo do discurso, do enunciado (pólo 2). O primeiro pólo do texto, abstraído da sua situação social, está relacionado com tudo aquilo que é e pode ser reproduzido e repetido no texto, ou seja, a língua como sistema de signos e o texto como sistema de signos. O segundo pólo do texto é o do acontecimento irrepetível do enunciado, que pertence ao texto, mas que só se manifesta na situação, na interação com outros textos (enunciados). Dessa forma, do ponto de vista do segundo pólo, e somente a partir dele, pode-se estabelecer que o texto é enunciado, que a língua é discurso. Os dois pólos do texto aparecem como algo absoluto e incondicional para Bakhtin: "tan incondicional es la potencial lengua de las lenguas como el texto único e irrepetible"¹⁴⁶.

Assim, comprehende-se que quando Bakhtin salienta que a constituição do homem social e da sua linguagem é mediada pelo texto, que o texto é o ponto de partida para o estudo do homem social e da sua linguagem, ele está se referindo ao texto-enunciado. A figura a seguir busca representar a interpretação que aqui se faz da complexa relação desenvolvida por Bakhtin entre texto, enunciado, língua e discurso, vista a partir dos dois pólos de análise do texto.

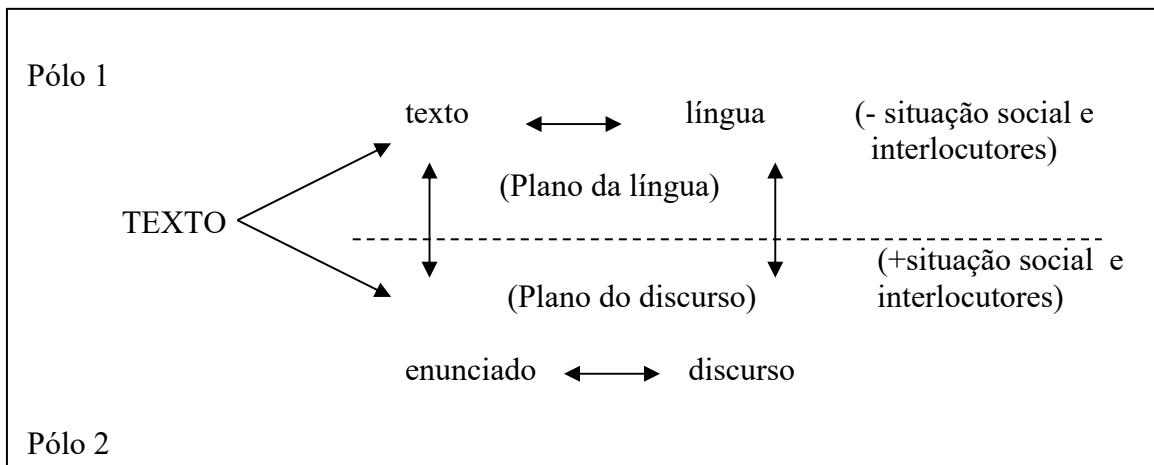


Figura 2: Relação entre texto e enunciado, língua e discurso

¹⁴⁶ Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 298.

Segundo Bakhtin, na análise científica, pode-se ir tanto para o primeiro para o segundo pólo do texto. Na primeira orientação, pode-se ir para a análise da língua do autor, de uma época, do gênero, da língua nacional (objetos da lingüística) ou ainda para a potencial língua das línguas (abordagem do estruturalismo ou da glossemática)¹⁴⁷. Na segunda orientação, pode-se ir para a análise do enunciado e dos seus diferentes aspectos.

Essa divisão metodológica proposta, de certo modo, corresponde à diferenciação que o autor estabelece para os limites e o objeto de estudo da lingüística, "obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso"¹⁴⁸, e para os limites e o objeto da metalingüística. Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin define a metalingüística como um estudo – ainda não constituído em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam, também de modo absolutamente legítimo, os limites do objeto da lingüística. O autor concebe a metalingüística como uma *translingüística*. Ou seja, ele marca o lugar e os fundamentos de disciplinas como a pragmática, as teorias da enunciação, do discurso.

Mas o autor também reivindica a necessidade de a lingüística ampliar o seu objeto de trabalho, ou seja, de chegar até o texto, pois ela precisa ir além dos limites da oração. Essa orientação já aparece nos primeiros trabalhos do autor, como, por exemplo, em *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária*, escrito em 1924:

Não foi em todos os campos que a lingüística soube dominar uniformemente o seu objeto de forma metódica: ela apenas começa agora a dominá-lo, com dificuldade, na sintaxe¹⁴⁹, muito pouco foi feito no campo da semasiologia, ainda não foi minimamente elaborada a seção que deve dirigir os grande conjuntos verbais: longos enunciados da vida corrente, diálogos, discursos, tratados, romances, etc., pois esses enunciados também podem e devem ser definidos e estudados de modo puramente lingüístico, como fenômenos da língua. (...). A sintaxe dos grandes conjuntos verbais (ou a composição como parte da lingüística,

¹⁴⁷ É de se notar a distinção feita por Bakhtin entre *língua sistema* e *língua sistema abstrato* ("potencial língua das línguas"), objeto do estruturalismo (denominado pelo autor de objetivismo abstrato): "Todo sistema de signos (es decir, toda lengua), por más pequeña que sea la colectividad que sustenta su carácter convencional, en un principio siempre puede ser descifrado, es decir, traducido a otros sistemas de signos (otras lenguas); por consiguiente, existe una lógica común de los sistemas sígnicos, una potencial y única lengua de las lenguas (que, desde luego, jamás puede ser una lengua concreta, una de las lenguas)." (Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 297). Assim, pode-se dizer que Bakhtin trabalha com três noções de língua: *língua discurso, língua sistema e língua sistema abstrato*.

¹⁴⁸ Bakhtin, *Problemas da poética de Dostoiévski*, p. 181.

¹⁴⁹ Para Bakhtin/Voloshinov, de todas as formas da língua (sistema), as formas sintáticas são as que mais se aproximam das formas concretas do enunciado (Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 139-140).

diferentemente da composição que leva em conta a tarefa artística ou científica) ainda espera sua fundamentação: até hoje a lingüística ainda não ultrapassou cientificamente a oração complexa: este é o mais longo fenômeno da língua já explorado lingüística e científicamente: tem-se a impressão de que a língua precisamente lingüística e metodologicamente pura de repente termina ali e de repente tem início a ciência, a poesia, etc.; entretanto, a análise lingüística pura pode ser levada mais adiante, por mais difícil que pareça e por mais tentador que seja aqui introduzir aqui pontos de vista alheios à lingüística.¹⁵⁰

É difícil não enxergar aqui a menção ao texto (sistema), a sua organização lingüístico-textual ("combinação das massas verbais"), que Bakhtin advoga como sendo da alçada da lingüística, explorado pelas teorias de texto, ou lingüísticas do texto. Ou seja, o texto, tomado como sistema de signos, também é do domínio da lingüística. Outra ponto a ser observado é que já nesse trabalho se podem ver delineadas as diferenças entre *texto-sistema* e *texto-enunciado*. A *composição do texto* (objeto da lingüística) corresponde à organização das massas verbais, diferentemente da *composição do enunciado*, que é a composição de um todo relacionado com a finalidade extra-lingüística (finalidade ideológica: artística, científica, jornalística, pedagógica etc.), com as condições sociais, com os interlocutores (a relação entre eles etc.).

Assim, seria possível acrescentar, na orientação científica para o primeiro pólo, além do estudo da língua do autor, do gênero, da língua nacional etc., também o estudo do texto (sistema). Embora Bakhtin não cite o estudo do texto-sistema no momento em que fala das orientações científicas para o primeiro pólo, tem-se, no decorrer do trabalho, dados do autor que permitem a sua inclusão.

¿Acaso debemos percibir las palabras en una obra literaria precisamente como palabras, o sea en su determinismo lingüístico; acaso debemos sentir una forma morfológica justamente como tal, una forma sintáctica como sintáctica, una serie semántica como semántica? ¿Acaso la totalidad de una obra literaria en lo esencial viene a ser una totalidad verbal? Desde luego, debe ser estudiada como totalidad verbal, y es tarea del lingüista; pero la totalidad verbal percibida como tal, ya por este mismo hecho no es artística.¹⁵¹

¹⁵⁰ Bakhtin, *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária*, p. 47.

¹⁵¹ Bakhtin, M. M. Autor y personaje en la actividad estética. In.: _____. *Estética de la creación verbal*, 1985, p. 169.

*La lingüística se enfrenta al texto, no a la obra*¹⁵². Aquello que la lingüística enuncia sobre la obra se aporta ilícitamente y no es consecuencia de un análisis estrictamente lingüístico. (...). Si simplificamos un poco, se podría decir que las relaciones exclusivamente lingüísticas (o sea, el objeto de la lingüística) representan relaciones entre los signos en los límites de la lengua o de *un texto* (*esto es, se trata de relaciones sistémicas o lineares entre los signos*). Los nexos que se establecen entre los enunciados y la realidad, entre el enunciado e el sujeto hablante real y entre el enunciado y otros enunciados reales (...), nunca pueden llegar a ser objeto de la lingüística. Los signos separados, los sistemas lingüísticos o *el texto en tanto que unidad sínica* nunca pueden ser verdaderos ni falsos ni bellos, etcétera.¹⁵³

As partes da citação que foram destacadas corroboram o ponto de vista aqui defendido, isto é, a dupla concepção do termo texto, bem como a questão do texto-sistema como objeto da lingüística. Portanto, constituem-se como objeto da lingüística: a língua, o texto (sistema de signos) e as relações sintático-composicionais, semânticas (lógicas ou dialéticas) no sistema da língua ou nos limites dos textos. Como objeto da metalingüística tem-se o discurso, o enunciado¹⁵⁴, os gêneros do discurso, as relações dialógicas entre o enunciado e a realidade, o sujeito falante e os outros enunciados (ou que atravessam e sulcam o enunciado), a questão da autoria etc. Na percepção bakhtiniana, a lingüística e a metalingüística estudam um mesmo fenômeno concreto, o discurso, mas o estudam sob diferentes aspectos e de diferentes ângulos de visão, devendo completar-se mutuamente, sem se fundir.

Nessa orientação, a mesma relação se pode estabelecer entre *gênero* e *texto*. Se se considera o texto como enunciado, os gêneros do discurso se constituem como *tipos históricos* relativamente estáveis de textos. Nesse caso, pode-se falar de gêneros textuais vistos como tipos históricos de textos, como Bakhtin mesmo o faz: "El problema de los

¹⁵² Obra no sentido de enunciado: "El autor de una obra literaria (una novela) crea una obra discursiva única y total, es decir, el enunciado." (Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 307).

¹⁵³ Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 315-316. Grifados acrescentados à citação.

¹⁵⁴ Bakhtin, prevendo questionamentos a respeito do fato de o enunciado, como fenômeno irrepetível, poder se constituir como objeto da ciência, antecipa-se, argumentando favoravelmente, sob a alegação de que, em primeiro lugar, o ponto de partida de qualquer ciência são as individualidades irrepetíveis, uma vez que, na sua trajetória, a ciência tem a ver com elas; em segundo lugar, a ciência pode e deve estudar a forma específica e a função dessa individualidade. Para o autor, é necessário que se corrija a pretensão de se esgotar, através de uma análise abstrata (por exemplo, lingüística), um enunciado concreto. (Bakhtin, *op. cit.*, p. 299)

límites textuales. El texto como *enunciado*. El problemas de funciones del texto y de los géneros textuales."¹⁵⁵

Entretanto, na abordagem do texto como objeto da lingüística, a noção de tipo de texto não corresponde à noção de *tipo* relativamente estável de enunciado, ou seja, ao conceito de gênero. Isso porque se abstraem os aspectos sócio-discursivos, estando a noção de tipo textual não assentada em um princípio histórico, mas abstrato-formal. Daí que é possível falar em tipos ou protótipos de texto, mas não de gêneros.

Dessa forma, é por essas razões que se considera que se de uma perspectiva de análise se pode tomar o texto como enunciado, por outro lado já não é mais possível, pois se abstraem as relações do texto com a realidade, os falantes e os outros textos. Por isso, na relação entre as noções de enunciado, gênero e texto, como no caso de língua (sistema) e discurso, é preciso manter no horizonte de análise aquilo que os aproxima e que os diferencia nas diferentes abordagens teóricas: tem-se ou o texto enunciado ou o texto sistema. Tudo depende do olhar do analista¹⁵⁶.

A questão é que, como diria Bakhtin, na orientação para o objeto do discurso, não dá para não tocar nos outros fios existentes, isto é, nos outros discursos sobre o objeto. A problemática é que quando se fala em texto, tipo de texto, logo se tem várias concepções de texto, inúmeras tipologias de textos, o que acaba transformando a polissemia do termo texto em ambigüidade. Misturam-se tipologias, elaboradas a partir de critérios totalmente diferentes. Fazendo uso das observações que Bakhtin tece a respeito de determinadas classificações elaboradas dos estilos da língua, misturam-se os princípios de classificação, não se mantendo o requerimento lógico necessário para qualquer classificação, a sua unidade de fundamento¹⁵⁷. Por isso, a opção neste trabalho é pela expressão *gêneros do discurso* e não *gêneros textuais*.

Delineada a noção de gênero assumida neste trabalho, nos próximos capítulos, discutem-se aspectos da constituição e do funcionamento do artigo, levantados a partir da análise dos dados e das leituras teóricas de apoio. No segundo capítulo, apresentam-se as especificidades do gênero artigo levantadas a partir da análise da sua dimensão social. No

¹⁵⁵ Bakhtin, *op. cit.*, p. 295.

¹⁵⁶ Na perspectiva teórica aqui adotada, o termo *texto* normalmente refere-se ao texto-enunciado, mas pode também referir-se ao texto propriamente dito, dependendo do contexto de uso.

¹⁵⁷ Outras observações a esse respeito, ver, na tese, Capítulo II – Aspectos da dimensão social do artigo, seção 1 As esferas sociais como princípio de organização dos gêneros.

terceiro capítulo, abordam-se certos aspectos do funcionamento do artigo, levantados a partir da análise da sua dimensão verbal, em articulação com a dimensão social.

CAPÍTULO II

ASPECTOS DA DIMENSÃO SOCIAL DO ARTIGO

Seguindo o percurso metodológico esboçado e defendido por Bakhtin para o estudo tanto da ideologia como das formas do discurso, neste capítulo, apresentam-se certas características do gênero artigo, levantadas a partir da análise da sua dimensão social.

Inicialmente, analisa-se a esfera jornalística tomada como uma forma de comunicação social específica, com suas características, finalidade e gêneros discursivos próprios, no conjunto da vida social. Nesse diálogo, abordam-se seus elementos constitutivos que, de um modo ou outro, são fundamentos para a compreensão da constituição e do funcionamento dos seus gêneros do discurso, entre eles o artigo, como: as condições sócio-históricas e econômicas de consolidação do jornalismo, o lugar das mídias, os seus gêneros do discurso, concepções de gênero na ciência e na práxis jornalística.

Em seguida, analisam-se os aspectos mais particulares da dimensão social do artigo, vista como um *tipo* particular de interação social da esfera de comunicação do jornalismo impresso cotidiano. Em primeiro lugar, discute-se a questão da noção de interação social e gênero. Para a delimitação do objeto de análise, são apresentados alguns sentidos que o termo *artigo* assume nas esferas do cotidiano, do jornalismo e da ciência do jornalismo. Em seguida, é feita a análise da situação social do artigo a partir dos dados coletados, enfocando-se a topografia do artigo no jornalismo impresso, sua circulação social, sua finalidade ideológico-discursiva na comunicação jornalística e sua concepção de autor e destinatário (leitor).

1 As esferas sociais como princípio de organização dos gêneros

A elaboração de tipologias tem, de um modo geral, uma função classificatória (elas funcionam como lugar de organização, de agrupamento ou, ainda, de generalização – abstração – de determinadas propriedades do objeto de análise); uma função metodológica (na análise dos dados); e, ainda, uma função didático-pedagógica (no caso dos gêneros do discurso, estabelecer uma orientação pedagógica para o ensino-aprendizagem da produção textual oral e escrita). A concepção teórica envolvida, a concepção do objeto de pesquisa, os objetivos da análise e a posição do pesquisador¹⁵⁸ implicam diretamente nos critérios de classificação e, portanto, na construção das tipologias e dos agrupamentos, ou na escolha de um deles na análise de dados. Não se tem aqui nesta tese como meta central estabelecer uma tipologia dos gêneros do discurso, mas, dados os objetivos da pesquisa, apenas esboçar um princípio de organização/agrupamento dos gêneros do discurso (já discutido em um outro trabalho¹⁵⁹), levando em conta a sua dimensão sócio-histórica.

Em relação à elaboração de tipologias e agrupamentos, é necessário considerar que qualquer busca de organização dos gêneros deve, antes de tudo, manter o seu princípio de classificação ou de agrupamento. Vale lembrar a crítica que Bakhtin tece a respeito de certas classificações dos estilos da língua, que infringem o requisito lógico principal de uma classificação, a sua unidade de fundamento.

(...) en la recién publicada gramática académica de la lengua rusa se encuentran especies estilísticas del ruso como: discurso libreco, discurso popular, científico abstracto, científico técnico, periodístico, oficial, cotidiano familiar, lenguaje popular vulgar. Junto con estos estilos de la lengua figuran, como subespecies estilísticas, las palabras dialectales, las anticuadas, las expresiones profesionales. Semejante clasificación de estilos es absolutamente casual, y en su base están diferentes principios y fundamentos de la división por estilos.¹⁶⁰

A partir da concepção sócio-histórica da constituição e do funcionamento dos gêneros do discurso defendida por Bakhtin, bem como das próprias indicações fornecidas por ele, propõem-se as diferentes esferas sociais como um princípio de organização dos

¹⁵⁸ Para Bakhtin, o pesquisador não tem posição fora do mundo observado, sua observação faz parte do objeto observado, conforme discutido na introdução.

¹⁵⁹ Rodrigues, R. H. *As diferentes esferas sócio-discursivas como critério para a elaboração de currículos*, 1999.

¹⁶⁰ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 253.

gêneros do discurso. Essa proposta de organização, assentada no princípio das esferas sociais, trabalha com o todo do gênero e com a sua existência concreta, ou seja, trabalha-se com a noção de *gênero histórico*¹⁶¹, considerando, inclusive, a impossibilidade de uma classificação exaustiva, em função da sua extrema variedade e infinidade, e, em especial, do seu processo contínuo de formação. Era com a noção de gênero histórico que Bakhtin trabalhava, como observa Todorov: "Bakhtin, on l'a vu, ne déduit pas les genres à partir d'un principe abstrait, à la manière de Schelling ou de Hegel; il les trouve."¹⁶²

Para Bakhtin, como visto, os gêneros do discurso correspondem a situações de interação *típicas* da comunicação discursiva de uma determinada esfera social. Retomando os aspectos desenvolvidos no capítulo anterior, tem-se que uma função determinada (científica, jornalística, cotidiana etc.), junto com condições determinadas, próprias de cada esfera da comunicação discursiva, gera gêneros do discurso particulares. As diferentes esferas sociais constituem historicamente seus gêneros, elas têm seu repertório de gêneros que se diferencia e cresce à medida que se desenvolve e se "complexifica" a própria esfera. Assim, cada gênero tem determinada orientação etiológica, determinado objetivo discursivo, sua própria concepção de autor e destinatário. Cada gênero "reflete" no seu próprio conteúdo temático, estilo verbal e composição as condições e a finalidade da esfera ao qual pertence.

Também cada esfera conhece e "aplica" os seus próprios gêneros. Se as pessoas, na interação sócio-verbal, "moldam" seus discursos em determinada forma genérica, um dos aspectos para o bom desempenho da interação está ligado ao domínio do gênero daquele tipo de interação. É comum o fato de muitas pessoas que, mesmo tendo um bom domínio lingüístico-discursivo em determinadas situações, não conseguem se expressar de maneira eficaz em outras situações de interação. Para Bakhtin, trata-se de uma inabilidade de dominar o gênero discursivo específico daquela situação. Cita, como exemplo, o fato de um indivíduo que, mesmo dominando muito bem o discurso, os gêneros de diferentes esferas das ideologias especializadas, como a da ciência, pode apresentar constrangimento em uma conversa de salão (hoje se diria conversa de bar), que não está ligado a problemas

¹⁶¹ A diferença entre *gênero histórico* e *gênero teórico* ou "*tipo*" teórico é discutida por Todorov em *Os gêneros do discurso* (1980, p. 47): "Não renuncio de modo algum à necessidade de analisar os gêneros em categorias abstratas. (...) Os gêneros históricos são gêneros teóricos; mas, na medida em que a recíproca não é necessariamente verdadeira, a noção separada de gênero teórico parece-me perder em interesse."

¹⁶² Todorov, T. *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique*, 1981, p. 142.

de vocabulário, de estilo abstrato, mas à inabilidade de dominar os gêneros da conversa cotidiana.

A constatação de que as características particulares da constituição e do funcionamento dos gêneros estão vinculadas às especificidades da comunicação discursiva das diferentes esferas sociais onde eles se situam, torna as esferas sociais um critério pertinente para o estabelecimento de uma proposta para a organização (agrupamento) dos gêneros. Bakhtin/Voloshinov mesmo mostram essa orientação em diversos trabalhos seus, como se pode observar nas várias citações a seguir.

As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos de comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala.

(...)

Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação ("respostas curtas" na "linguagem de negócios") e enfim o tema, existe uma unidade orgânica que nada poderia destruir. *Eis porque a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação verbal.* Estas últimas são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política.¹⁶³

Cada uno de los tipos de intercambio comunicativo referidos por nosotros organiza, construye y completa, *a su manera*, la forma gramatical y estilística de la enunciación, su *estructura tipo*, que a continuación llamaremos *género*.¹⁶⁴

Tal estudio, o sea, la estilística del lenguaje como disciplina independiente, es posible y necesario. Pero este estudio sólo sería correcto y productivo fundado en una constante consideración de la naturaleza genérica de los estilos de la lengua, así como en un estudio preliminar de las clases de géneros discursivos. Hasta el momento la estilística de la lengua carece de esta base. (...) Todo esto resulta de una falta de comprensión de la naturaleza genérica de los estilos. También influye la ausencia de una clasificación bien pensada de los géneros discursivos según las esferas de la praxis, así como de la distinción, muy importante para la estilística, entre géneros primarios y secundarios.¹⁶⁵

¹⁶³ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 42-43.

¹⁶⁴ Bakhtin, Voloshinov, *La construcción de la enunciación*, p. 248.

¹⁶⁵ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, 253.

El enunciado (la obra discursiva) como una totalidad irrepetible, históricamente individual.

Lo cual no excluye, por supuesto, las tipologías estructurales y estilísticas de las obras discursivas. Existen los *géneros discursivos* (cotidianos, retóricos, científicos, literarios, etc.).¹⁶⁶

La infinita heterogeneidad de los géneros discursivos y de las formas de autoría en la comunicación discursiva cotidiana (mensajes divertidos y íntimos, súplicas y exigencias de toda clase, declaraciones amorosas, riñas e insultos, intercambio de cumplidos, etc.). Se diferencian por esferas jerárquicas: esfera familiar, esfera oficial y sus variedades.¹⁶⁷

Considerar as diferentes esferas sociais como critério para a organização dos gêneros do discurso implica, no entanto, buscar-se a unidade de fundamento da diferenciação das esferas sociais e, por conseguinte, dos gêneros, que, na perspectiva bakhtiniana, está assentada no princípio da organização e do desenvolvimento técnico-econômico da sociedade e do caráter ideológico e semiótico da comunicação social. Cada domínio da comunicação social tem sua função ideológica específica no conjunto da vida social (função cotidiana, função estética, cognitiva, pedagógica, religiosa etc.), pode constituir seu próprio material ideológico, criar símbolos e signos mais específicos ao seu domínio.

Na direção da distinção entre ideologia do cotidiano e ideologia especializada, também discutida no primeiro capítulo, Bakhtin distingue dois domínios específicos da comunicação, a comunicação na vida cotidiana e a comunicação ideológica *stricto sensu*¹⁶⁸, divisão centrada nos aspectos das particularidades das ideologias. A comunicação na vida cotidiana, domínio da ideologia do cotidiano, corresponde à comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera particular. Ao mesmo tempo que está vinculada aos processos de produção, está relacionada com as diversas esferas da ideologia especializada. A comunicação ideológica no sentido estrito do termo corresponde ao domínio das esferas das ideologias especializadas e formalizadas (arte, ciência, religião, educação etc.)¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 320.

¹⁶⁷ Bakhtin, *De los apuntes de 1970-1971*, p. 376.

¹⁶⁸ Outras nomeações dadas para o domínio das ideologias especializadas e formalizadas: complexa comunicação cultural, comunicação cultural complexamente organizada, comunicação cultural. (Exemplos extraídos de Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 258, 264, 284).

¹⁶⁹ A noção de instituições, de comunicação ideológica pode levar a interpretar a posição bakhtiniana como estruturalista. Ele reconhece essa orientação de análise, mas marca sua perspectiva em consonância com as suas concepções teóricas: "Estudio de la cultura (o de una esfera de ella) a nivel del sistema y a nivel

No entanto, apesar do reconhecimento da especificidade de cada domínio ideológico, deve-se manter, no horizonte de análise, que não se pode pensar as esferas sociais como um "território interior", pois "não há território interior no domínio cultural: ele está inteiramente situado sobre fronteiras"¹⁷⁰; os seus "limites" se interseccionam e muitas vezes são tênues. Elas não são instâncias "físicas" (geográficas), mas ideológico-discursivas. Em resumo, as diferentes esferas sociais são a concretização de uma das formas ou variedades de intercâmbio comunicativo social¹⁷¹, que geram historicamente os gêneros do discurso, específicos para cada esfera. Dessa forma, justifica-se a consideração das esferas sociais como critério para a organização e a análise dos gêneros do discurso.

Ainda uma última observação diz respeito ao fato de que não é possível um agrupamento estável, definitivo e exaustivo dos gêneros, pela razão da sua relativa estabilidade e pela sua riqueza inesgotável; quer dizer, eles são tão variados (ilimitados) quanto o são as possibilidades da atividade humana. A formação dos gêneros está ligada às funções sócio-ideológicas, às condições determinadas da comunicação social etc. "La riqueza y diversidad de los géneros discursivos es inmensa, porque las posibilidades de la actividad humana son inesgotables y porque en cada esfera de la praxis existe todo un repertorio de géneros discursivos que se diferencia y crece a medida de que se desarrolla y se complica la esfera misma."¹⁷² Por fim, é necessário considerar que a individuação das esferas sócio-ideológicas é um processo histórico de "diferenciação gradual"¹⁷³, que se "reflete" também na constituição dos gêneros.

Uma tentativa de elaboração de um agrupamento aberto dos gêneros do discurso, seguindo os *tipos* e variedades de intercâmbio comunicativo social, pode ser esboçada como:

- a) gêneros da esfera da produção: ordem de serviço, instrução de operação de máquinas, aviso, pauta jornalística etc.;
- b) gêneros da esfera dos negócios e da administração: contrato, ofício, memorando etc.;

más alto de la unidad orgánica: unidad abierta, en proceso de formación, no solucionada y no preformada, capaz de perecer y de renovarse, capaz de trascenderse (o sea de rebasar sus propios límites)." (Bakhtin, *De los apuntes de 1970-1971*, p. 357).

¹⁷⁰ Bakhtin, *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária*, p. 29.

¹⁷¹ Os diferentes intercâmbios comunicativos sociais já foram analisados no capítulo anterior.

¹⁷² Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 248.

¹⁷³ Bakhtin, *Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica)*, p. 321.

- c) gêneros da esfera cotidiana: conversa familiar, conversa pública, diário íntimo, saudação etc.;
- d) gêneros da esfera artística: conto, romance, novela etc.;
- e) gêneros da esfera jurídica: petição, decreto etc.;
- f) gêneros da esfera científica: tese, artigo, ensaio, palestra etc.;
- g) gêneros da esfera da publicidade: anúncio, panfleto, *folder* etc.;
- h) gêneros da esfera escolar: resumo, seminário, "texto didático" etc.;
- i) gêneros da esfera religiosa: sermão, encíclica, parábola etc.;
- j) gêneros da esfera jornalística: entrevista, reportagem, notícia, editorial, artigo etc.

Nessa perspectiva, pode-se falar de gêneros cotidianos, literários, religiosos, jurídicos, escolares, científicos, jornalísticos etc. como princípio de agrupamento de gêneros que mantêm entre si determinados aspectos em comum¹⁷⁴. Os gêneros estão vinculados às esferas sócio-comunicativas. Eles se formam e se desenvolvem à medida que se desenvolve e se "complexifica" a sua esfera social. Eles "refletem" nos seus diferentes momentos constitutivos as particularidades da sua situação social, constituem-se como "modelos" (referências) para a construção e interpretação dos discursos das suas esferas.

2 As especificidades da esfera jornalística

Partindo da relação constitutiva entre as esferas sociais e a constituição e o funcionamento dos gêneros do discurso, a consideração da existência de um conjunto de gêneros particulares, no caso, os gêneros jornalísticos, leva necessariamente à análise das especificidades da esfera onde eles se situam, a esfera jornalística: as condições sócio-históricas da sua origem e do seu desenvolvimento, a sua função sócio-discursiva no conjunto da vida social, entre outros aspectos. Uma análise da natureza e da função de uma determinada esfera no conjunto da vida social deve ser pensada, seguindo a teoria bakhtiniana, também na sua relação dinâmica consigo mesma e com as outras esferas. Ou seja, no seu aspecto de consolidação sempre "em construção" (o não-acabamento) e na sua

¹⁷⁴ Mas isso não deve levar à idéia de um gênero prototípico, concepção cara a muitas metodologias de ensino da produção escrita, pois cada gênero tem seu funcionamento singular, uma relação constitutiva com a sua situação social.

imbricação com as outras esferas sociais (não há interior, elas se constituem entre fronteiras).

Dessa forma, uma primeira questão que se levanta é a especificidade da esfera jornalística no conjunto da atividade e da comunicação humanas. As observações anteriormente feitas não deixam de se "refletir" na própria concepção do que seja o jornalismo e nos "limites" da sua especificidade, ou seja, da sua função ideológica, do seu objeto temático; também ainda se "refletem" no processo de consolidação da ciência do jornalismo¹⁷⁵. As observações de Melo a respeito da dificuldade de conceituação do jornalismo e da diversidade terminológica confirmam o caráter dinâmico singular de funcionamento dessa esfera.

Mais de um século de pesquisa sistemática sobre os fenômenos jornalísticos não foi suficiente para permitir uma precisão conceitual sobre essa atividade da comunicação coletiva. Pode parecer paradoxal que o avanço do conhecimento científico a respeito da informação de atualidades nos meios de difusão não tenha logrado rigor conceitual, exatidão analítica. Parece, mas não é. Porque o progresso da pesquisa mentém-se [sic] descompassado em relação às mutações vertiginosas do próprio campo. Muitas vezes quando as universidades ou institutos de investigação apreendem certos fenômenos, interpretam-nos e concebem princípios que explicam sua configuração estrutural ou funcional, a realidade já os ultrapassou e mudou sua fisionomia. A justificativa não está apenas nas circunstâncias de que são fenômenos sociais, e portanto dinâmicos, mas na essência mesma do jornalismo que se nutre do efêmero, do provisório, do circunstancial, e por isso exige do cientista maior argúcia na observação e melhor instrumentação metodológica para que não caia nas malhas do transitório.¹⁷⁶

A própria terminologia marca muitas vezes a redução da esfera jornalística aos meios de reprodução e de difusão, ou a um deles mais especificamente, ou seja, aos meios tecnológicos de comunicação. A esfera social, na denominação, confunde-se com as suas mídias. Inclusive, a análise científica não escapa dessa problemática. Assim é que o jornalismo, na análise acadêmica, muitas vezes foi visto como se restringindo aos fenômenos da imprensa, englobando apenas os jornais e as revistas. Nesse caso, o termo imprensa acabou abarcando o todo da atividade jornalística, denominando-se, muitas

¹⁷⁵ A discussão a respeito do fato de o jornalismo constituir-se ou não em uma ciência está fora do escopo deste trabalho. O que se salienta, no âmbito dos objetivos da tese, é a diferença entre jornalismo como esfera social específica e jornalismo como determinado domínio da esfera da ciência, na mesma relação que se estabelece entre literatura arte e literatura ciência.

¹⁷⁶ Melo, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*, 1994, p. 7-8.

vezes, nessa situação, de "imprensa escrita" o jornalismo veiculado pelos jornais e revistas, como se observa no verbete a seguir¹⁷⁷.

Imprensa: (...) o conjunto dos processos de difusão de informações jornalísticas por **veículos** impressos (jornais e revistas – *imprensa escrita*) ou eletrônicos (rádio e televisão – *imprensa falada e televisada*) etc.¹⁷⁸

Mesmo o nome jornalismo não deixa de fazer alusão a um suporte particular, o jornal, passando o jornalismo veiculado por jornais e revistas a ser referido como "jornalismo impresso", enquanto o veiculado por outros meios de difusão foi denominado de "jornalismo televisivo" etc. Entretanto, deve-se considerar que a esfera jornalística não pode ser confundida com o jornal propriamente dito. O jornalismo abrange outros suportes. Também nem tudo que está nas páginas dos jornais, ou seja, que é veiculado pelo jornal, é necessariamente da esfera jornalística, como os anúncios, por exemplo.

Jornalismo: Atividade profissional que tem por objetivo a apuração, o processamento e a transmissão periódica de **informações** da atualidade, para o grande público ou para determinados segmentos desse público, através de **veículos** de difusão coletiva (jornal, revista, rádio, televisão, cinema, etc.). Imprensa periódica. A informação jornalística difere da informação publicitária e de relações públicas, por seu conteúdo, pela finalidade de sua **transmissão** e pela exigência de **periodicidade**. Conforme o veículo utilizado na difusão de notícias, o jornalismo manifesta-se de diferentes formas. Mas todas essas formas (jornalismo impresso, telejornalismo, radiojornalismo, cinejornalismo) possuem características semelhantes de tratamento da informação.¹⁷⁹

Há ainda uma outra questão que se refere à ampliação do conceito de jornalismo, englobando fenômenos discursivos que possuem sua própria especificidade, mas que, em função de serem veiculados pelas mesmas mídias do jornalismo, por se constituírem muito proximamente, acabam a ele sendo agregados. Podem ser citados os fenômenos

¹⁷⁷ Embora a expressão "imprensa escrita" não seja uma exceção do dicionário de comunicação citado, a *Folha de S. Paulo*, no *Novo manual da redação* (2000, p. 80), condene a expressão "imprensa escrita", considerando-a como um pleonâsmo, pois o termo imprensa é a "designação genérica para os meios de comunicação escritos". A questão que fica é se a adjetivação "imprensa escrita" é mesmo um pleonâsmo, portanto, um "erro"; ou se é um indício do funcionamento da esfera jornalística, em que os termos "imprensa" e "escrita" arregimentam sentidos diferentes (o que, aliás, é uma característica de funcionamento constitutivo da linguagem, como em expressões do tipo "este ator é um ator"). Se "imprensa escrita" é um pleonâsmo, também são estranhas expressões como "jornalismo televisivo".

¹⁷⁸ Rabaça, C. A., Barbosa, G. *Dicionário de comunicação*, 1998, p. 328.

discursivos referentes à propaganda (ou publicidade), comentados na citação anterior. Na perspectiva bakhtiniana, a constituição e o funcionamento de uma dada esfera estão ligados às condições socioeconômicas. Uma análise das condições sócio-ideológicas e econômicas indica a formação de uma nova esfera de comunicação social, a publicidade, que se consolida mais especificamente a partir de 1920, e suas intersecções com a esfera jornalística. A sua relação próxima com o jornalismo e os seus limites imbricados fazem com que pareçam diluídas as características, as especificidades sócio-discursivas de cada uma delas.

Da mesma forma, a vinculação do jornalismo a um de seus veículos ou à imprensa propriamente dita também não pode ser analisada fora do seu processo histórico de formação. A imprensa, após Gutenberg¹⁸⁰, acabou viabilizando tecnologicamente o desenvolvimento do jornalismo e sendo "o único canal de expressão jornalística durante os séculos XVII, XVIII e XIX"¹⁸¹; processo semelhante se dá com o jornal que, mesmo com a presença do rádio e da televisão, inicialmente era a mídia de informação da atualidade. Assim, os termos *imprensa* e *jornalismo* marcam a relação histórica estreita dessa esfera com as suas condições sociais, econômicas e tecnológicas de produção.

Além das motivações tecnológicas que viabilizaram o jornalismo, sem dúvida, é preciso situar as condições (acontecimentos) sócio-ideológicas que marcaram a sua consolidação: a revolução burguesa contra a aristocracia e o poder absoluto, a sua ascensão ao poder; a queda da censura prévia, exercida pelos Estados nacionais e pela Igreja; o processo de alfabetização em larga escala, que viabilizou a leitura dos jornais. Nesse contexto social, a informação torna-se um bem necessário, um indicador econômico e financeiro (as notícias que vinham davam conta do que estava acontecendo economicamente em outras regiões, permitindo fazer previsões financeiras) e um instrumento político (divulgação e consolidação das novas idéias). A circulação e o conhecimento dos acontecimentos, fatos e opiniões adquiriu valor social. Essas condições sociais se tornam o contexto de configuração de uma nova forma de comunicação social, da consolidação da esfera jornalística. A circulação periódica das informações e opiniões

¹⁷⁹ Rabaça, Barbosa, *op. cit.*, p. 346.

¹⁸⁰ Para Martins, o mérito de Gutenberg não está propriamente na invenção da imprensa e dos caracteres móveis, que já existiam antes dele. A grande invenção de Gutenberg foi a abertura do caminho para a grande imprensa, "de 'ter visto' o que se poderia tirar de uma idéia que 'estava no ar' e que apenas aguardava os seus meios práticos de realização." (Martins, W. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*, 1998, p. 135).

¹⁸¹ Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 9.

entra no horizonte social da época, torna-se uma necessidade social, dando início à consolidação de uma nova forma de comunicação sócio-semiótica.

Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material. Evidentemente, o arbítrio individual não poderia desempenhar aqui papel algum, já que o signo se cria entre indivíduos, no meio social; é portanto indispensável que o objeto adquira uma significação interindividual; somente então é que ele poderá ocasionar a formação de um signo. Em outras palavras, *não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social.*¹⁸²

Melo constata a existência de manifestações jornalísticas já a partir do século XV¹⁸³ (de maneira mais escassa), que se ampliaram no século XVI: as relações, os avisos e as gazetas, que atendiam as necessidades sociais de difusão de informação na época. Para o autor, essas manifestações, a que denomina de "formas embrionárias do jornalismo" e que Gregório¹⁸⁴ caracteriza como a "pré-história do jornalismo", podem ser divididas em dois grupos. Eram ou publicações clandestinas (manuscritas ou impressas), à margem do aparelho censório, que desafiavam o poder absolutista, ou publicações oficiais, submetidas à censura prévia. De acordo com Melo, apesar de essas manifestações discursivas informarem sobre fatos da atualidade, de se difundirem pela imprensa, elas não preenchem os atributos do conceito de jornalismo, pois falta-lhes a periodicidade, em decorrência dos mecanismos da censura prévia, que dificultavam a atividade jornalística, tornando-a de vida efêmera.

As primeiras folhas periódicas, ou seja, o jornalismo impresso propriamente dito, só começam a se consolidar a partir do século XVII, com a luta e a tomada do poder pela burguesia. Os primeiros jornais surgem na Alemanha, no início do século XVII: o primeiro jornal em Bremen, em 1609, o segundo em Estrasburgo, também no mesmo ano, e o terceiro em Colônia, em 1610¹⁸⁵.

¹⁸² Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 45.

¹⁸³ Casasús (apud Chaparro, M. *Jornalismo, discurso em dois gêneros*, 1997) menciona que Peucer, em sua tese, publicada em 1690, na Catalunha, registra a descoberta de fenômenos discursivos, a que chama de relato de fatos e aos quais atribui a origem do jornalismo, sendo que alguns deles são anteriores ao século XV.

¹⁸⁴ Apud Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*.

¹⁸⁵ Lage, N. *Estrutura da notícia*, 1999.

Mas a burguesia, ao mesmo tempo que garantiu o fim da censura prévia, acabou criando, quando no controle do poder do Estado, outros mecanismos de cerceamento, de controle das opiniões, como a instituição de taxas, impostos, controles fiscais, decretação de limites à liberdade de imprensa (*censura a posteriori*), de forma que pudesse controlar as posições divergentes e propagar os seus próprios valores. Por exemplo, a criação do imposto do timbre¹⁸⁶ na Inglaterra, que causou dificuldades econômicas aos editores de jornais, e a regulamentação da liberdade de imprensa na França, que permitiu, pelas brechas da lei (sutilezas jurídicas), tolher o jornalismo de oposição.

Seguindo-se a análise histórica de Melo, a primeira fase do jornalismo propriamente dito, que é marcada pela manifestação e propagação das idéias, em especial das idéias da burguesia contra o domínio aristocrático, caracteriza-se como um jornalismo essencialmente opinativo. A segunda fase do jornalismo, o jornalismo de informação, tem suas origens nas novas formas de censura, que fazem retrair a forma do jornalismo opinativo, consolidando-se como categoria hegemônica no século XIX, a partir do ritmo produtivo e industrial assumido pelo jornalismo, transformando a informação da atualidade em mercadoria. O jornalismo opinativo não desaparece, mas acaba tendo seu espaço reduzido.

Benito¹⁸⁷, por sua vez, define o jornalismo a partir dos meados do século XIX (mais ou menos 1850) como jornalismo moderno e o divide em três etapas distintas, associadas às transformações sociais: jornalismo ideológico, informativo e de explicação. A primeira fase dura até o final da Primeira Guerra Mundial. Caracteriza-se como um jornalismo de tipo doutrinário e moralizador, correspondendo aos eventos sociais de partidarismos políticos e lutas ideológicas; caracteriza-se como um jornalismo opinativo. A segunda etapa surge a partir de 1870, convivendo um certo tempo com o jornalismo ideológico. Entre 1870 e 1914, tem início, na Inglaterra e depois nos Estados Unidos, um tipo de jornalismo mais apoiado no relato de fatos. A partir de 1920, o jornalismo de informação toma conta de todo o mundo ocidental. A tecnificação da indústria jornalística foi decisiva para essa mudança. Segundo o autor, a "etapa dourada" dessa fase situa-se entre 1920 e 1950, período em que se tem o recuo do jornalismo "ideológico" e de opinião. Depois de 1950, o jornalismo investe-se de um novo caráter, contrapondo-se ao jornalismo popular

¹⁸⁶ O imposto do timbre obrigava o recolhimento de uma taxa para cada exemplar publicado.

¹⁸⁷ Apud Albertos, J. L. M. *Redaccion Periodistica (los estilos y los géneros en la prensa escrita)*, 1974.

(jornais sensacionalistas). Surge um jornalismo de profundidade, chamado pelo autor de interpretativo, explicativo.

Na teoria bakhtiniana também se tem pinçadas algumas considerações a respeito da comunicação jornalística. Bakhtin vê o jornalismo e seus gêneros como uma "retórica viva e contemporânea". Para o autor, o jornalista é, acima de tudo, um contemporâneo. A condição de jornalista requer o tratamento de tudo no corte da atualidade, constituindo-se a página de jornal como um reflexo vivo das contradições da atualidade social no corte de um dia e um espaço onde se desenvolvem (em contigüidade e em conflito) enunciados diversos e contraditórios.

Un periodista es, ante todo, un contemporáneo. Está obligado a serlo.
Vive dentro de una esfera de problemas que pueden ser solucionados en la actualidad (o, en todo caso, en un período próximo). Participa en el diálogo que puede ser terminado y hasta concluido, puede llegar a ser realización, puede llegar a ser una fuerza empírica. Es en esta esfera donde es posible la "palabra propia"¹⁸⁸.¹⁸⁹

Uma observação que precisa ser feita é que não dá para não deixar de notar as posições divergentes entre os teóricos da ciência do jornalismo. Afinal, fala-se não só a partir de um lugar social, mas também no quadro de uma determinada posição, marcada pela interpretação dos fatos. Repetindo-se Bakhtin, o pesquisador não é um ser mudo, mas um terceiro participante, que mantém relações dialógicas com o objeto de análise. É assim que Melo, no livro *A opinião no jornalismo brasileiro*, dá um caráter positivo ao que denomina como a primeira fase jornalística, pois "o fim da censura prévia constituiu um fator preponderante para que o jornalismo assumisse fisionomia peculiar – a de uma atividade comprometida com o exercício do poder político, difundindo idéias, combatendo princípios e defendendo pontos de vista"¹⁹⁰. O autor aponta como causas estimuladoras do aparecimento da segunda fase do jornalismo as taxas, os impostos, as censuras *a posteriori*, que "fazem medrar o jornalismo de opinião e estimulam o jornalismo de informação"¹⁹¹, restringindo aquele às páginas editoriais.

¹⁸⁸ O autor aqui está tecendo comentários a respeito da palavra própria no jornalismo e na literatura.

¹⁸⁹ Bakhtin, *De los apuntes de 1970-1971*, p. 374.

¹⁹⁰ Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 21.

¹⁹¹ Melo, *op.cit.*, p. 22.

Para Groth¹⁹², a identidade do objeto da esfera jornalística se encontra na conjugação de quatro características funcionalmente articuladas: periodicidade, universalidade, atualidade e difusão. A difusão está ligada aos meios tecnológicos de transmissão das informações, de forma que atinjam a coletividade. A periodicidade, ligada ao conceito de tempo e não de repetição e relacionada com os meios de difusão, refere-se à capacidade de a instituição captar e fazer circular a informação. A atualidade refere-se à necessidade social de conhecimento dos acontecimentos e a universalidade está ligada às expectativas e reações da coletividade.

Ramonet, no livro *A tirania da comunicação*¹⁹³, apresenta quatro conceitos básicos do jornalismo impresso (diário) que, embora para o autor estejam em transformação nos últimos anos – em função da nova ordem das mídias –, são interessantes para a configuração do objeto e da especificidade jornalística: a informação, a atualidade, o tempo da informação e a veracidade da informação, que, na sua essência, vão ao encontro do ponto de vista de Groth.

Reportando essa análise da gênese e da consolidação da esfera jornalística à teoria bakhtiniana, tem-se que condições socioeconômicas determinadas criaram as condições e a necessidade de uma nova forma de comunicação sócio-ideológica e a constituição de uma nova esfera social, a esfera jornalística, com função e objeto próprios na vida social. Numa síntese, pode-se dizer que o objeto da esfera jornalística se constitui no horizonte de acontecimentos, fatos, conhecimentos e opiniões da atualidade, de interesse público. Nesse contexto, sua função sócio-ideológica se caracteriza por fazer circular (interpretar, "traduzir") periódica e amplamente as informações, conhecimentos e pontos de vista da atualidade e de interesse público, "atualizando" o nível da informação da sociedade (ou de grupos sociais particulares).

(...) esta información de actualidad se diferencia por su finalidad en primer lugar de aquella información no exclusivamente difusora, sino más bien propia de una verdadera comunicación (enseñanza, educación, apostolado, captación de prosélitos, agitación política, comunicación artística ...) Y dentro de una información exclusivamente difusora (o publicística), la información de actualidad (o Periodismo) se diferencia también por sus fines de la información genéricamente denominada Publicidad y de cualquiera de sus modalidades particulares: Propaganda ideológica, Anuncio (o Publicidad comercial) y Relaciones Públicas.¹⁹⁴

¹⁹² Apud Melo, *op. cit.*

¹⁹³ Ramonet, I. *A tirania da comunicação*, 1999.

¹⁹⁴ Albertos, *Redaccion Periodistica (los estilos y los géneros en la prensa escrita)*, p. 70.

3 O papel da mídia na esfera jornalística e nos seus gêneros discursivos

A constituição e o funcionamento dos gêneros do discurso, além de estarem vinculados à especificidade de uma dada esfera social, a sua função sócio-ideológica, por exemplo, também vinculam-se às suas mídias¹⁹⁵. Originada do termo latino *media*, chegando à língua portuguesa pelo inglês, a palavra *media* era o plural de *medium*, que significava meio de comunicação.

Para Debray, a palavra *medium* pode ser entendida em quatro sentidos que não se contradizem, nem se confundem:

- 1) um *procedimento geral* de simbolização (palavra, escrita, imagem analógica, cálculo digital);
- 2) um *código* social de comunicação (a língua natural na qual a mensagem verbal é pronunciada: latim, inglês ou tcheco);
- 3) um *suporte material* de inscrição e estocamento (argila, papiro, pergaminho, papel, banda magnética, tela);
- 4) um *dispositivo de gravação* conectado a determinada rede de difusão (gabinete de manuscritos, tipografia, foto, televisão, informática).¹⁹⁶

Para os objetivos de análise propostos nesta seção, toma-se predominantemente a mídia¹⁹⁷ como significando os suportes materiais de inscrição e estocamento¹⁹⁸ e as redes de difusão (ou suportes de difusão) do discurso – mas sem deixar de relacioná-la com os procedimentos de simbolização –, considerando sua influência na formação da esfera jornalística e dos seus gêneros. Tanto os gêneros como a própria atividade jornalística estão vinculados organicamente a determinadas condições sociais e midiológicas, uma vez que as mídias não são apenas simples meios de estocagem e transmissão do discurso, mas lhes são constitutivas. É assim que se vê a própria esfera jornalística nomeada a partir de determinado suporte de inscrição ou de difusão (como comentado e visto nas duas citações de Rabaça e Barbosa, presentes na seção anterior), que viabilizou tecnologicamente a comunicação jornalística. A força da mídia, seu papel, manifesta-se de tal forma no

¹⁹⁵ Embora no latim o termo *media* seja gramaticalmente o plural de *medium*, essa distinção hoje parece ter perdido seu sentido, tornando-se comum o plural mídias.

¹⁹⁶ Debray, R. *Manifestos midiológicos*, 1995, p. 23.

¹⁹⁷ Para Debray, o conceito de mídia é mais amplo do que o conjunto dos diferentes *medium*, correspondendo ao grande sistema médium-meio, complexo sócio-técnico, em que "na *midilogia*, 'midio' não significa mídia nem médium, mas *mediações*, ou seja, o conjunto dinâmico dos procedimentos e corpos intermédios que se interpõem entre uma produção de signos e uma produção de acontecimentos. (...) mediações, simultaneamente técnicas, culturais e sociais" (*op. cit.*, p.28-29).

¹⁹⁸ Nas teorias de texto, tem-se com mais freqüência a denominação *portadores de texto*.

jornalismo que se costuma falar na constituição de diferentes modalidades jornalísticas – denominadas de jornalismo impresso, jornalismo televisivo, jornalismo radiofônico, jornalismo *online* – e na influência entre elas.

Para Eco¹⁹⁹, a polêmica sobre a natureza e a função da imprensa (jornalismo impresso), nas décadas de 1960 e 1970, centrava-se em torno de dois temas: a diferença entre notícia e comentário, com o chamamento à objetividade²⁰⁰, e o fato de os jornais serem instrumentos do poder, administrados por partidos políticos ou grupos empresariais que usavam uma "linguagem críptica", sendo que sua verdadeira função não era a de dar notícias aos cidadãos, mas "enviar mensagens cifradas a um outro grupo de poder passando por cima da cabeça dos leitores"²⁰¹.

Na opinião do autor, esses temas hoje são em grande parte "obsoletos". Em relação à pretensa objetividade que o jornalismo se atribuiu, Eco observa que, com exceção do boletim das precipitações atmosféricas, não existe notícia verdadeiramente objetiva, pois, mesmo separando-se notícia de comentário, a própria escolha da notícia e sua paginação constituem-se em atos não desprovidos de orientação valorativa. A "tematização"²⁰² não traz apenas notícias, mas traz uma opinião sobre determinado "tema". Quanto à linguagem críptica, esta já não existe mais, pois a linguagem dos políticos mudou. Hoje ela é marcada por frases feitas. "A imprensa refugia-se aliás em uma linguagem ao alcance daquela entidade magnética que hoje se chama de 'as pessoas', mas considera que 'as pessoas' falam apenas através de frases feitas."²⁰³ Essas frases feitas são inventadas pelos articulistas²⁰⁴ ou citadas de declarações de políticos, marcando a relação entre imprensa e poder político.

Desse modo, para Eco, por ser obsoleta a questão da objetividade e da linguagem críptica, outros problemas entraram no horizonte do jornalismo impresso. Anteriormente a 1960, na circulação dos acontecimentos, o jornal era o primeiro a divulgar as notícias, sendo que só depois as outras mídias, ou melhor dizendo, as outras modalidades jornalísticas intervinham para aprofundar o assunto. Numa espécie de analogia, o jornal era

¹⁹⁹ Eco, U. *Sobre a imprensa*. In.: _____. *Cinco escritos morais*, 1998.

O texto é uma exposição apresentada em um seminário organizado pelo senado italiano, sendo posteriormente publicado pelo próprio senado em 1995.

²⁰⁰ Portanto, a questão em torno da distinção entre opinião e informação é um efeito discursivo, resultado do trabalho ideológico da própria comunicação jornalística.

²⁰¹ Eco, *op. cit.*, p. 58.

²⁰² Página de jornal abrigando notícias ligadas de algum modo.

²⁰³ Eco, *op. cit.*, p. 60-61.

um telegrama que terminava com "segue-se carta"; as outras publicações eram, seguindo a analogia, a carta. Ainda nos anos 60, os jornais não sofriam tanto a influência da televisão, pois ela era limitada a poucos canais e era vista como fonte não confiável em relação aos jornais. Posteriormente, mudou-se o quadro. A televisão tomou a dianteira, tornando-se a primeira fonte de difusão das notícias; tornou-se o local dos debates, dos furos de reportagem.

Para Ramonet, até o final da década de oitenta, o jornalismo de referência era o impresso. O telejornal "copiava", era organizado a partir das informações que apareciam no mesmo dia na "imprensa escrita". Mas, a partir da consolidação da televisão como mídia de informação, há uma mudança na história do jornalismo. A televisão assume o poder como mídia de informação dominante: é ela que dita a norma, impõe sua ordem e obriga as outras mídias, particularmente a imprensa, a acompanhá-la. A televisão se impôs não apenas porque apresenta um espetáculo (o telejornal concebido menos para informar e mais para distrair e divertir), mas também porque se tornou um meio de informação mais rápido do que os outros (imagens via satélite à velocidade da luz). O jornalismo impresso passou, então, a se pautar no jornalismo televisivo: primeira página semelhante a uma tela de televisão, extensão reduzida dos textos, uso excessivo de títulos chocantes, prioridade do local sobre o internacional etc.

Tomando a dianteira na hierarquia da mídia, a televisão impõe aos outros meios de informação suas próprias perversões, em primeiro lugar com seu fascínio pela imagem. E com esta idéia básica: só o visível merece informação; o que não é visível e não tem imagem não é televisável, portanto não existe midiaticamente.

(…)

Obrigada a continuar, a imprensa escrita pensa então que pode recriar a emoção sentida pelos telespectadores publicando textos (reportagens, testemunhos, confissões) que atuam, da mesma maneira que as imagens, no registro afetivo e sentimental, dirigidas ao coração, à emoção e não à razão e à inteligência. Por isso, mesmo os meios considerados sérios chegam a negligenciar crises graves, que nenhuma imagem permite fazer existir concretamente.²⁰⁵

Na perspectiva de Eco, nesse contexto, abriram-se outros dois caminhos para as publicações diárias impressas, a da semanalização e a da "atenção alargada". Na sua

²⁰⁴ Articulista no sentido de jornalista, pois o autor usa o termo artigo não na acepção de um determinado gênero discursivo da esfera jornalística, mas como texto, matéria veiculada pelos jornais.

²⁰⁵ Ramonet, *A tirania da comunicação*, p. 27.

opinião, a maior parte do jornalismo impresso diário seguiu a primeira via, isto é, tornou-se parecido com um semanário (revista de periodicidade semanal): grande espaço destinado às variedades, discussão de notícias de costumes, de fofocas sobre a vida política e sobre o mundo do espetáculo, colocando em crise a função dos semanários, sobrando também para estes dois caminhos, o de mensalizar-se, entrando no campo já dominado pelas publicações mensais, ou o de "invadir o espaço da fofoca que já pertencia, e continua a pertencer, aos semanários de faixa média"²⁰⁶. Além disso, os semanários de alta faixa acabaram sofrendo a concorrência dos suplementos semanais dos jornais. Para "semanalizar-se", os jornais ampliaram o número de páginas, aumentando para isso a quantidade de publicidade (intersecção da esfera jornalística com a da publicidade); para ter mais publicidade, aumentaram o número de suplementos etc. O processo de semanalização, com o aumento de páginas, para o autor, também levou a transformar em notícia o que não é objeto de notícia e, consequentemente, à "fabricação de notícias".

Além de o jornal impresso se ter semanalizado, em função do espaço ocupado pela TV, mídia preferida pelo mundo político, também, para Eco, há a submissão da imprensa (diária) à televisão: a TV fixa a própria pauta da imprensa; esta tenta imitar seu "estilo". A entrevista, mais típica do jornalismo televisivo, que no passado era usada pelo jornalismo impresso de modo moderado, tornou-se o gênero comum para tratar de qualquer assunto: política, literatura, ciência. São essas as posições de Ramonet e Eco a respeito da televisão e do papel do telejornalismo na transformação do jornalismo impresso²⁰⁷.

Ainda no tocante às mídias, com os novos desenvolvimentos nos setores tecnológicos nas áreas da informática, telefonia e televisão, é preciso mencionar a convergência das diferentes mídias e sua fundição na multimídia e na Internet. A Internet, como novo suporte de circulação, como nova mídia eletrônica, também afeta a esfera jornalística, as diferentes modalidades jornalísticas e os gêneros do discurso. Para Ramonet, o caso Clinton foi na Internet o incidente fundador de uma nova mídia de informação, como o assassinato de Kennedy o foi para a televisão.

²⁰⁶ Eco, *Sobre a imprensa*, p. 64.

²⁰⁷ A citação a seguir ilustra a relação imbricada do jornalismo imprensa com o televisivo: "Para começar, o jornal reformulado terá de engolir e aceitar a existência da TV como veículo noticioso e seu principal concorrente. Quando fizemos instalar nas editorias do *Jornal do Brasil* aparelhos de TV, para que suas equipes assistissem aos principais programas noticiosos, não estávamos tomando uma iniciativa visando ao conforto dos jornalistas, mas a entronização da TV como o fator a partir do qual vai ser pensada e escrita a matéria jornalística do dia seguinte." (Dines, A. *Novo jornalismo ou jornalismo renovado?* In: _____. *O papel do jornal*, 1996, p.90.)

Sanches²⁰⁸ argumenta que a Internet, com as suas características próprias, não pode ser vista apenas como um lugar de circulação das modalidades jornalísticas já consolidadas (como apenas jornalismo veiculado "na Internet"), mas como uma mídia específica para uma nova prática jornalística, ou seja, uma nova modalidade, própria para as particularidades e as potencialidades dessa nova mídia (o jornalismo "para a Internet"). A autora, que denomina as diferentes modalidades como gêneros jornalísticos²⁰⁹, nomeia essa nova variedade de "jornalismo digital", que compreende toda atividade jornalística que tenha como suporte de circulação a Internet e que seja produzida a partir das características e possibilidades dessa mídia.

Por ser este "jornalismo digital" uma modalidade em força de construção, essa nomeação às vezes parece insuficiente, pois o que se tem, na verdade, é um texto eletrônico, processado digitalmente e teletransportado. Daí decorrem diferentes nomeações para essa nova modalidade em construção e para seus elementos constitutivos, como jornalismo multimídia, *Web journalism*, *online journalism*; jornal digital, jornal *online*, periodismo digital, jornalista virtual, *electronic journalist*, *e-journalist*, Net-repórter, *Web journalist*, *online journalist still etc.*²¹⁰

De acordo com a autora, mesmo que essa nova modalidade esteja ainda vinculada ao jornalismo impresso, as diferenças vão se produzindo. A autora comenta a natureza multimidiática (convergência de várias mídias semióticas: texto oral e escrito, imagem etc.) do "jornalismo digital". Isso permite, por exemplo, que se divulgue uma entrevista em áudio e vídeo. Os textos escritos passam a ser construídos, divididos em camadas (forma hipertextual), aliados aos recursos de áudio e vídeo²¹¹. O parâmetro para a noção da extensão do texto escrito deixa de a lauda ou o número de caracteres. Entretanto, essa mudança dos critérios de avaliação do seu tamanho não deve levar a crer que o texto jornalístico na Internet possa ter qualquer extensão. A tendência é por textos curtos. A possibilidade de atualização do jornal na Internet é muito mais intensa do que na televisão, no rádio e na imprensa, em função da velocidade da rede, das informações disponibilizadas

²⁰⁸ Sanches, F. C. *Jornalismo digital: um estudo sobre o novo gênero jornalístico*, 1997.

²⁰⁹ O termo gênero jornalístico, portanto, designa determinada modalidade jornalística, diferentemente do sentido atribuído nesta tese à expressão gêneros jornalísticos como tipos relativamente estáveis de enunciados da esfera jornalística.

²¹⁰ Essas nomeações foram retiradas das citações, referências bibliográficas e entrevistas presentes no trabalho de Sanches (*op. cit.*).

Embora a autora use o termo "jornalismo digital", optou-se pelo nome jornalismo *online*, que parece mais consensual na esfera jornalística.

na própria rede, dos custos operacionais reduzidos, da confluência dos recursos midiáticos etc.

Entretanto, para Eco e Ramonet, a Internet, junto com os outros desenvolvimentos tecnológicos, se permitiu a ampliação do volume e da circulação da informação e uma maior velocidade na divulgação das notícias, por outro lado, acabou impondo uma nova ordem de censura, diferente da censura autoritária, pautada na proibição, no controle da circulação da informação. A censura não é mais tão visível, como na época do regime militar no Brasil, em que era marcada pelo espaço em branco no jornal, que a tornava visível. Ela funciona a partir de outros critérios, como o econômico, o comercial, o ocultamento pelo excesso. A "censura democrática" se funda na saturação e na superabundância das informações. Esse excesso ocupa a disponibilidade do tempo do jornalista (é preciso estar informado), impedindo uma análise mais profunda da situação.

Segundo os dois autores, a censura pelo excesso afeta principalmente o leitor. Eco faz a observação de que o *New York Times* de domingo (569 páginas em uma das edições), que traz "al the news that's fit to print" (todas as notícias que vale a pena imprimir), não se diferencia muito do *Pravda* dos tempos de Stalin, porque, como é impossível lê-lo por inteiro em sete dias, é como se as notícias que dá fossem censuradas. Ramonet faz outra comparação, argumentando que uma edição dominical do *New York Times* contém mais informações do que poderia adquirir, durante toda a sua vida, uma pessoa culta do século XVIII. O volume de informações torna-se tão grande que é preciso selecioná-las; a informação que falta não é mais notada. A seleção da informação efetua-se por dois critérios diferentes, que vão delinear o modo de funcionamento desse tipo de censura: ela pode ocorrer por critérios casuais ou por escolhas acuradas, possíveis de serem feitas apenas por uma pequena parcela da população.

Nesse contexto de convergência das mídias, da consolidação da indústria do entretenimento, as indagações se dão no sentido da especificidade, do lugar do jornalismo. A informação parece se confundir com o entretenimento²¹². Para Ramonet, na revolução midiática, a análise do lugar do jornalismo impresso, sua crise, sua busca de identidade nessa nova ordem, só pode se dar na observância das mídias no seu conjunto, não isolando-o dos outros meios de informação. Também é necessário buscar as causas da

²¹¹ O que poderá levar a uma reconfiguração da noção que se tem de texto, que teve sua origem assentada no texto escrito impresso.

²¹² A influência dessa nova ordem transparece também na esfera escolar, em que o conceito de criatividade parece muitas vezes próximo do de divertimento.

transformação de alguns conceitos do jornalismo (impresso), como o da concepção da informação, que se centra na idéia de fato ainda em curso; do conceito de atualidade, construído pela TV e ligado à noção de imagem; do tempo da informação, sendo que a Internet encurtou o seu ciclo; e do conceito da veracidade da informação, menos pautado em critérios objetivos, de verificação da fonte, que no critério da repetição dos acontecimentos nas diferentes mídias (essa repetição também se observa na relação com o interlocutor, noticiando-se aquilo que ele já sabe).

Eco, diante desse quadro sócio-tecnológico, defende para a imprensa diária a via da "visão alargada", que deve desistir de ser um semanário de variedades para se tornar uma fonte confiável de notícias sobre tudo o que acontece no mundo, dando destaque não só a um fato já ocorrido, como um golpe de Estado, "mas terá dedicado aos acontecimentos desse país uma atenção contínua, mesmo quando os fatos que ainda estavam por vir estavam incubados, conseguindo explicar aos leitores por que (em razão de quais interesses econômicos, políticos ou mesmo nacionais) era preciso estar atento ao que acontecia por lá"²¹³. Entretanto, ele reconhece que esse tipo de jornalismo impresso diário exige uma "lenta educação" do leitor, atraído pelos jornais "mais leves e coloridos".

Na perspectiva de Debray, está-se em uma nova midiasfera²¹⁴, a videosfera, "período aberto pela técnica do audiovisual: transmissão, principalmente através da tela, de dados, modelos e narrações"²¹⁵. Na Internet, além da convergência de mídias, tem-se também a convergência de diferentes "processos de simbolização", em que circulam, por exemplo, simultaneamente a imagem e a linguagem verbal oral e escrita. Fica a questão de se ver se a imagem, no conjunto semiótico-ideológico, está tomando mesmo um papel central (ou se se trata antes de uma reação face a essa nova mídia e suas decorrências²¹⁶), bem como a relação entre o oral e o escrito. Para Debray, passou-se da grafosfera para a videosfera, com suas características próprias, como a valorização da imagem ao vivo;

²¹³ Eco, Sobre a imprensa, p. 85.

²¹⁴ Para Debray, as midiasferas são "*meio[s] de transmissão e transporte das mensagens e dos homens*" (*A tirania da comunicação*, p. 40), ou seja, megassistemas de transmissão e de transporte, que se sucedem, mas não se substituem; eles se "complexificam" e se reativam. O autor faz a distinção entre três principais midiasferas: a logosfera, quando o escrito, central, era difundido através dos canais da oralidade; a grafosfera, quando o impresso se impõe no conjunto do meio simbólico; a videosfera, marcada pelos suportes audiovisuais. Ele ressalta, no entanto, que o seu trabalho não inclui as épocas e as sociedades ágrafas. A partir de trabalhos de etnólogos, realizados na África, diz que a época sem escrita poderia ser chamada de mnemosfera, visto que a transmissão oral se baseia unicamente na memória.

²¹⁵ Debray, *Manifestos midiológicos*, p. 220.

²¹⁶ Ver, por exemplo, as observações que Debray (*op. cit.*) levanta a esse respeito: na orla da logosfera, Platão coloca a escrita em questão em nome da mnemosfera anterior, pois ela transformaria os homens em almas

entretanto, o próprio autor salienta que as midiasferas que se sucedem não se substituem, mas se "complexificam", num jogo de reativação mútua, em que "não há jogo com perdedor ou ganhador entre escrito e oral porque existem várias espécies de escrita e de oralidade, selvagem ou ritual, individual ou coletiva, induzida ou não por uma leitura, etc."²¹⁷.

Para Maingueneau²¹⁸, a distinção entre o oral e o escrito é a categoria midiológica mais antiga e solidamente ancorada na nossa cultura, mas que mistura oposições situadas em planos distintos: a) a oposição de suportes físicos: o oral por ondas sonoras e o gráfico por signos inscritos sobre um suporte sólido, que é cômoda, mas que não incorpora a diferença entre o escrito a mão e o impresso; b) a relação entre o oral e a instabilidade e o escrito e a estabilidade desconsidera que nem todo enunciado oral é instável, que essa diferença depende antes da sua natureza pragmática, de sua inscrição em uma situação que assegura a sua preservação, como nos gêneros orais máxima, ditado, "fórmula religiosa", canção, onde os enunciados, mesmo que orais, são fixos, estáveis, destinados a serem repetidos.

Também para Debray são insuficientes as antíteses sumárias entre oral/escrito que fazem abstração dos suportes e redes de difusão e, deve-se acrescentar, dos gêneros do discurso. Por exemplo, tem-se a notícia radiofônica que, embora transmitida oralmente, está assentada na escrita. Por outro lado, a entrevista impressa, muitas vezes, é resultado de um processo de escrituração do oral. Com o progresso das novas tecnologias, certas distinções propostas entre o oral e o escrito acabam não se sustentando mais, como observa Reyter²¹⁹.

Il convient enfin de ne pas oublier que, vu le formidable progrès technologique que nous vivons, certaines distinctions traditionnelles entre l'oral et l'écrit sont remises en cause. On pensera ici à l'ordinateur, au minitel, au fax, etc. On pensera aussi aux multiples possibilités d'enregistrement de l'oral. Dès lors, la distinction entre l'oral "qui passe" et l'écrit "qui dure" tend à s'estomper dans toute une série de situations. Il faut bien considérer que les supports de l'écrit varient et font varier la

esquecidas, inaptas para o verdadeiro conhecimento; Rousseau, em plena grafosfera, opõe o expressivo ao impresso; na videosfera, seus críticos apontam para a ordem perdida dos livros.

²¹⁷ Debray, *op. cit.*, p. 51.

²¹⁸ Maingueneau, D. *Analyser les textes de communication*, 1998.

²¹⁹ No entanto, a força histórica da escrita como meio para registro da oralidade, mesmo com as novas tecnologias, parece manter-se bem em vigor. Por exemplo, em congressos científicos, apesar da possibilidade de os dados de pesquisa serem apresentados em áudio e vídeo, a opção normalmente é pela transcrição escrita.

pratique selon qu'ils conservent provisoirement ou durablement les traces.²²⁰

Reboul, por sua vez, questiona o predomínio da imagem no contexto atual e atribui um papel essencial à linguagem verbal.

"Vivemos no século da imagem", é o que se ouve com freqüência. Clichê bem contestável, pois os outros séculos comunicaram-se bem mais pela imagem que pelo texto escrito. Além dos mais, é raro que as nossas imagens possam prescindir do texto escrito para serem legíveis.²²¹

A posição do autor²²² vai ao encontro das concepções de Bakhtin sobre o papel fundamental da linguagem verbal no conjunto da vida social, por suas características semiótico-ideológicas (pureza semiótica, "neutralidade" ideológica, papel especial na vida cotidiana, material semiótico da vida interior)²²³. Assim sendo, apesar da força dada à imagem, especialmente àquela "ao vivo", tem-se as especificidades próprias da linguagem verbal²²⁴. No que se refere ao jornalismo impresso, veiculado pelos jornais ou pela Internet²²⁵, observa-se que este se encontra orientado predominantemente para a linguagem verbal escrita. Dos seus gêneros discursivos, é a caricatura que tem na imagem o material semiótico privilegiado.

Quanto à relação entre a mídia e os gêneros do discurso, a sua análise pode ser observada mais de perto na teoria bakhtiniana em *Epos e romance*, por exemplo, onde Bakhtin lembra que os gêneros literários clássicos, como a epopéia, são bem mais antigos que a escritura e o livro e conservaram, em maior ou menor grau, sua natureza oral e declamatória. Já o romance é mais jovem que a escritura e o livro, e está adaptado às formas de recepção silenciosa. Da mesma forma, a relação entre mídia e gênero pode ser exemplificada com o romance folhetim, que tem sua origem marcada pelas páginas dos jornais; com o *e-mail*, que tem sua existência assentada na necessidade de se enviar e receber mensagens pela Internet, marcando-se como gênero característico das interações

²²⁰ Reyter, Y. *Enseigner et apprendre à écrire*, 1996, p. 65.

²²¹ Reboul, O. *Introdução à retórica*, 1998, p. 83.

²²² Faz-se aqui uma ressalva: o autor, na citação, fecha a sua orientação para a linguagem escrita.

²²³ Embora as colocações de Bakhtin a respeito da centralidade da linguagem verbal sejam anteriores à "revolução" das mídias eletrônicas, elas continuam atuais.

²²⁴ Não se está aqui propondo que o verbal possa suplantar ou substituir outras semióticas, mas realçar o seu papel na vida sócio-ideológica.

sociais verbais que têm como suporte para a inscrição e a difusão do discurso o computador e a Internet.

Os suportes de inscrição e de difusão do discurso não se integram ao enunciado e ao gênero de forma contingente, mas intervêm na sua formação (criam as condições tecnológicas). Dessa forma, no jornalismo, gêneros como o artigo e o editorial, centrados na linguagem verbal escrita, mostram-se como característicos do jornal e da revista; o documentário²²⁶ e o debate, da televisão; a entrevista e a notícia, do jornal, da revista, do rádio e da televisão. Os processos de produção e de interpretação dos enunciados e dos gêneros também são "afetados" pelos suportes materiais e de difusão. A produção da notícia impressa e da notícia radiofônica envolve modos de organização e de restrição diferenciados. De acordo com Lage²²⁷, a notícia radiofônica é do ponto de vista sintático menos complicada do que a notícia impressa. Como não contém títulos, o *lead* em forma de frases curtas é de uso comum. Essas características são marcadas pela própria especificidade do suporte de difusão, como a rapidez na veiculação. Também outra particularidade é que normalmente a notícia radiofônica é pautada em um texto escrito (ela é lida), ou seja, há uma imbricação entre o oral e o escrito.

Ainda na relação entre mídia e gênero, a pirâmide invertida para a notícia também tem sua "razão midiológica" de ser, pois, no processo de impressão da notícia, em caso de corte do texto por falta de espaço, podiam-se "ir tirando tranquilamente los párrafos situados al final del relato con la certeza de que son los menos interesantes del escrito"²²⁸. A técnica da pirâmide invertida para o gênero notícia, mesmo sem ter uma razão significativa intrínseca de ser (questão de legibilidade, por exemplo), "fez escola", ou seja, constituiu-se como uma norma para a produção da notícia, no meio acadêmico e jornalístico, encontrando-se referida nos manuais de ensino dos cursos de jornalismo e nos manuais de redação e estilo dos jornais, como se pode observar nas citações:

Pirâmide invertida – Técnica de redação jornalística pela qual as informações mais importantes são dadas no início do texto e as demais,

²²⁵ Uma observação não feita por Sanches é que se pode pensar, na circulação pela Internet, a convivência tanto do jornalismo impresso (ou seja jornalismo impresso "na Internet") quanto do jornalismo *online* (ou digital, segundo denominação da autora), cada um com as suas próprias características e funções.

²²⁶ Lage, N., em *Linguagem jornalística* (1990, p. 28), considera o documentário como gênero de produção audiovisual (televisivo) que se concretizou com a possibilidade de edição de imagens para a televisão, a partir de 1920.

²²⁷ Lage, *Estrutura da notícia*.

²²⁸ Albertos, *Redaccion Periodistica (los estilos y los géneros en la prensa escrita)*, p. 93.

em hierarquização decrescente, vêm em seguida, de modo que as mais dispensáveis fiquem no final.

Criada para servir melhor às necessidades dos clientes de agências noticiosas, que podiam transmitir o mesmo texto a todos e permitir a cada um utilizá-lo no tamanho requerido por sua diagramação sem necessidade de operações demoradas: bastava cortar pelo final na medida desejada.

Acabou por servir também ao leitor que pode, igualmente, interromper a leitura do texto na altura que desejar sem ter perdido as informações fundamentais, concentradas nos primeiros parágrafos.

É a técnica de redação mais adotada em jornais do Ocidente. Deve ser utilizada pelos jornalistas da **Folha**.²²⁹

Procure dispor as informações em **ordem decrescente de importância** (princípio da pirâmide invertida), para que, no caso de qualquer necessidade de corte no texto, os últimos parágrafos possam ser suprimidos, de preferência.²³⁰

Mas, com a informatização do processo de produção dos jornais, essa razão pode deixar de existir, mudando (embora ainda de maneira discreta) a orientação dada pelas instituições jornalísticas para a escritura da notícia, uma vez que é possível uma melhor "visão" da relação entre o espaço físico nas páginas do jornal e o texto escrito.

O esquema clássico é o da pirâmide invertida: alimenta-se o início da matéria com os fatos mais relevantes, e o conteúdo dos parágrafos que se seguem vai decrescendo em importância.

Antes do aparecimento do computador nas redações e, com ele, da medição automática e exata dos textos a serem compostos, essa era a fórmula mais segura: garantia que o corte "pelo pé" na montagem das páginas só eliminasse o menos importante. A nova tecnologia permite ao jornalista guardar um dado curioso para o fim de sua história, dando-lhe fecho com impacto.²³¹

Ainda, a menção de a pirâmide invertida trazer a vantagem de o leitor poder parar a leitura do texto na altura que desejar, criando o efeito de essa técnica ser uma meio de facilitação da compreensão, é questionável, constituindo antes em uma "estratégia de marketing" de justificação do seu uso na notícia. A título de ilustração, no *Manual de redação e estilo*, do jornal *O Globo*, é citada uma experiência realizada pela Sociedade Americana de Editores de Jornais, junto com o jornal *St. Petersburg Times*. Durante quatro

²²⁹ Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*, p. 100.

²³⁰ Martins Filho, E.L. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*, 1997, p. 18.

²³¹ O Globo. *Manual de redação e estilo*, 1999, p. 35.

dias, foi escolhido um assunto e os repórteres redigiram a notícia, com o mesmo título e a mesma extensão, variando o "estilo": a) tradicional, ou seja, a pirâmide invertida; b) narrativo, onde mantiveram uma certa ordem cronológica; c) explicativo, indo ao detalhe na explicação dos elementos da história; d) e opinativo, destacando-se um determinado ponto de vista sobre o assunto. A pesquisa feita entre os leitores apontou que "nenhum estilo fora inteiramente rejeitado – mas que a pirâmide invertida apresentara o mais fraco desempenho"²³².

No que se refere ao jornalismo impresso e seus gêneros, como o artigo, ainda é preciso levar em conta o fato de que o processo de impressão acentua de modo marcante os efeitos da escritura (e, como corolário, os efeitos da "coisificação" do texto).

L'imprimerie accentue fortement les effets de l'écriture. En offrant la possibilité d'imprimer un nombre considérable de textes parfaitement identiques et uniformes, elle donne une autonomie encore plus grande aux lecteurs. Il n'existe plus comme dans le manuscrit la trace de la main, l'écriture du copiste qui individualise le texte (ses fautes, ses moments d'inattention, de fatigue, l'afleurement de ses origines géographiques...). Au lieu d'une variation continue, on a affaire à un objet inalterable et fermé sur soi, comme l'auteur qu'il presuppose. L'imprimerie, en disposant des signes invariants sur l'espace blanc d'une page identique aux autres, abstrait le texte de la communication directe, d'homme à homme.²³³

Com a Internet, novos gêneros acabam se configurando no jornalismo, como o *e-mail*, que tende no jornal *online* a substituir as cartas à redação. Outros gêneros vão se redirecionando discursivamente, como a nota, que assume um papel importante no tocante à atualização das notícias e reportagens. As pesquisas de opinião (enquetes) do tipo sim ou não também aparecem com freqüência, permitindo que o leitor tome conhecimento na hora da tendência das respostas. No entanto, se o *e-mail* pode ser considerado como gênero característico da nova mídia, o mesmo não pode ser dito da nota e da enquete, que também circulam no jornalismo impresso, conforme constatações de Melo²³⁴.

A indagação do lugar e da função do jornalismo e dos seus gêneros, das suas novas configurações face à nova mídia, a Internet, são perguntas que trazem respostas em aberto, dado o seu caráter de mídia em formação, que ainda não permite o devido distanciamento –

²³² O Globo, *op. cit.*, p. 36.

²³³ Maingueneau, *Analyser les textes de communication*, p. 65.

²³⁴ Melo, J. M. *Introdução*. In.: ___ et al. *Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo*, 1987.

ou a visão exotópica bakhtiniana – para a análise do seu papel na esfera jornalística. Talvez uma atitude mais coerente seja a de não se tomar uma posição apocalíptica no que se refere à relação entre Internet e jornalismo. A tendência, tal como na relação entre o jornal e a TV, deve se dar em uma reorientação do jornalismo impresso. Quanto ao grande volume de informações veiculado pelos jornais na Internet, que dá fundamento a uma nova ordem de censura, deve-se observar que, na verdade, não é a nova mídia que produz a censura, mas a ausência de uma nova perspectiva e de novas condições de leitura, de uma outra atitude em relação à informação. Na leitura, o simples acesso às informações já não é mais suficiente; é preciso saber "navegar" entre elas.

Nas relações entre jornalismo impresso e jornalismo *online*, há diferenças no que se refere à circulação dos gêneros do discurso. Todos jornais analisados²³⁵ mantêm um *site* na Internet. Quanto ao gênero artigo, ele está presente e em mesmo número nos jornais *A Notícia* e *AN On-line*; *Diário Catarinense* e *Diário Catarinense online*; *O Estado de S. Paulo* e o *NetEstado*. *A Folha Online* não apresenta uma seção de opinião. Já o jornal *Folha de S. Paulo* na Internet traz tanto os artigos como os editoriais do jornal impresso. Os dois primeiros jornais, apesar da denominação *online*, caracterizam-se mais como jornalismo impresso veiculado na Internet, como a *Folha de S. Paulo* na Internet. Essas observações se referem especificamente ao período da coleta de dados. O jornal *O Estado de S. Paulo*, posteriormente, optou pela reformulação do *NetEstado*, que passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*, configurando-se mais como um jornal impresso na Internet (por exemplo, a *home page* como a primeira página do jornal impresso).

Nos jornais *online* propriamente dito, parece haver uma tendência para a não publicação dos gêneros editorial e artigo, caracterizando-se mais como um jornalismo de cunho eminentemente informativo. É o caso da *Folha Online*. Essa mesma tendência pode ser exemplificada com o *JB Online*, onde são publicados apenas os editoriais do *Jornal do Brasil*; e *O Globo On*, que não apresenta nem os artigos e nem os editoriais de *O Globo*. Fica a questão de se indagar a respeito do significado dessa situação para a esfera jornalística. Seria um indício de que o jornalismo estaria tomando uma nova feição, restringindo ainda mais o espaço para a manifestação da opinião? O jornal *online* funda um novo tipo de leitura, menos interessado no universo da análise, do comentário jornalístico? Ou estes se manifestam em outras formas discursivas (*chat*, sala de bate-papo, fórum de

²³⁵ Os jornais pesquisados serão descritos na próxima seção.

debates etc.)? Ao jornalismo impresso, veiculado pelo jornal ou pela Internet, estaria reservado o lugar tradicional para a manifestação "explícita" da opinião?

4 Particularidades dos jornais pesquisados

Embora as primeiras folhas jornalísticas periódicas no Brasil datem do início do século XVIII²³⁶, dada a condição de colônia do país, o jornalismo cesta a constituir-se. Somente com a chegada da Família Real no Brasil, em 1808, começaram a desenvolver-se a indústria tipográfica e o jornalismo. D João VI, após sua chegada no Rio de Janeiro, assinou o decreto que criou a Imprensa Régia, núcleo da Imprensa Nacional e marco da instalação da tipografia no país.

Entretanto, o primeiro jornal brasileiro impresso, o *Correio Brasiliense*, fundado em junho de 1808 (1808-1822), por Hipólito José da Costa, bem como ainda o jornal *Investigador Português*, não foram impressos no Brasil, mas em Londres; sua circulação no Brasil era feita de modo clandestino, em função da sua proibição por D João VI. Junto com esses dois jornais também começaram a circular, na época, jornais impressos no Brasil: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em setembro de 1808 (1808-1822), impresso na Imprensa Régia, tendo, depois de um ano, o seu nome substituído pelo nome *Diário do Governo do Brasil*; a *Idade d'Ouro do Brasil* (1811), da Bahia, seguidos pelo *Jornal do Comércio* (1827) e outros.

Em relação aos jornais a partir dos quais se coletaram os dados para a análise do gênero artigo, o mais antigo é o *Estado de S. Paulo*, fundado em 1885, e o mais recente é o *Diário Catarinense*, fundado em 1986. Os jornais *A Notícia* e *Diário Catarinense*, de Santa Catarina, com sede em Joinville (SC) e Florianópolis (SC), respectivamente, são jornais de circulação de nível estadual. Os jornais *O Estado de S. Paulo* (SP) e a *Folha de S. Paulo* (SP), com sede em São Paulo (SP), são jornais considerados de circulação nacional.

²³⁶ As informações sobre as primeiras manifestações jornalísticas no Brasil foram retiradas de Martins, *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*.

4.1 A Notícia

O jornal *A Notícia*²³⁷ pertence à empresa A Notícia S. A. Empresa Jornalística. É um dos jornais mais antigos de Santa Catarina, com sede em Joinville (SC). Foi fundado em 24 de fevereiro de 1923, por Aurino Soares. Era um jornal semanal, que, posteriormente, com oficina e prédio próprios, transformou-se em bissemanário. No final da década de 1930, passou a circular diariamente. Desde 1956, a empresa constituiu-se como sociedade anônima. Está na Internet desde fevereiro de 1996. Em novembro de 1999, uniu-se à StarMedia Network, portal latino-americano com sede em Nova York, que passou a hospedar o *site* do AN *On-line*. Os noticiários nacionais e internacionais são fornecidos pela Agência Estado, Sport Press e AFP.

Em relação à política editorial, "identificado com os valores das comunidades das quais faz parte, o jornal tem como prioridade o noticiário estadual, sempre com um olhar genuinamente catarinense"²³⁸. Abrange o noticiário regional através de cadernos regionais, como o *AN Capital* (1995), suplemento que circula diariamente na Grande Florianópolis, o *AN Cidade* (1996), em Joinville, que "resgatou uma dúvida do jornal com a sua cidade de origem"²³⁹, pois, quando o *A Notícia* estadualizou, sua circulação, o noticiário local passou a concorrer com o de outras regiões. A partir de 1999, a edição de domingo adquiriu um novo perfil, retirando o foco do noticiário político, econômico e policial, para um perfil em "estilo de revista, com textos mais leves e descontraídos, reportagens especiais e ênfase aos temas de comportamento, saúde, cultura, entretenimento, serviço e variedades, (...) consolidando-se como o jornal das grandes reportagens"²⁴⁰. Entretanto, essa mudança não alterou a seção de opinião do jornal, mantendo-se o editorial e os artigos diários.

O jornal *A Notícia* circula em 240 municípios catarinenses.

²³⁷ Os dados foram retirados de www.an.com.br, em 24/02/00.

²³⁸ www.an.com.br, p. 2.

²³⁹ www.an.com.br, p. 3.

²⁴⁰ www.an.com.br, p. 2.

4.2 Diário Catarinense

O jornal *Diário Catarinense*²⁴¹ pertence ao Grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações), que foi fundado em 1957 a partir da associação do empresário Maurício Sirotsky Sobrinho à *Rádio Gaúcha*. O grupo é formado por redes de TV, com várias emissoras nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, filiadas à Rede Globo; por redes de rádio nos dois estados; por redes de jornais, com os jornais *Zero Hora* (Porto Alegre – RS), *Pioneiro* (Caxias do Sul – RS) e *Diário Catarinense* (Florianópolis – SC); por sistemas de TV por assinatura; por empresas de telecomunicações, serviços de informática e *online*; por empreendimentos na área de Telecomunicações; e pela Agência RBS de Notícias.

O jornal *Diário Catarinense*, com sede em Florianópolis (SC), foi fundado em 05 de março de 1986, após pesquisas e planejamento, que objetivavam lançar um jornal de abrangência estadual, já totalmente informatizado. É o único jornal do grupo que não foi adquirido de terceiros. O outro jornal do grupo no Estado de Santa Catarina é o *Jornal de Santa Catarina*, com sede em Blumenau, que cobre os municípios do Vale do Itajaí, tendo como política editorial contribuir para a projeção dessa região, colocando-se como porta-voz da comunidade.

A política editorial dos jornais do grupo RBS é "o compromisso com a informação isenta, com a opinião responsável e com a verdade, matérias-primas indispensáveis e produtos elaborados com tecnologia avançada e por profissionais altamente capacitados. Atualização, agilidade e qualidade gráfica são as marcas dos diários da empresa, todos eles orientados por linha editorial que prioriza a democracia e a integração regional, valorizando a comunidade onde atua."²⁴² Um exemplo do envolvimento com a comunidade de Santa Catarina citado pelo *Diário Catarinense* foi a sua liderança na campanha da duplicação da BR101.

O *Diário Catarinense*, com circulação média mensal de 38 mil exemplares nos dias úteis e 60 mil nos domingos, alcança 234 municípios catarinenses. É lido pelas classes A, B (60%) e C (33%), com maior público leitor na faixa etária entre 15 e 24 anos (24%) e 25 e 39 anos (35%).

²⁴¹ Os dados foram retirados de:

www.rbs.com.br, em 17/03/00;

www.rbsjornal.com.br, em 20/03/00.

²⁴² www.rbs.com.br/veiculos/jornal/jornal.htm, p. 1.

Posteriormente à coleta dos dados, o Grupo RBS reuniu todas as suas empresas de comunicação no portal clicRBS. Esse processo de aglutinação dos sites dos jornais e outras empresas de um grupo em um portal parece uma tendência desse setor. Por exemplo, esse mesmo fenômeno tem-se no Grupo Folha e Grupo Estado.

4.3 Folha de S. Paulo

O jornal *Folha de S. Paulo*²⁴³, com sede em São Paulo (SP), pertence ao Grupo Folha, também proprietário dos jornais *Notícias Populares* (1963), *Agora São Paulo* (1998), da agência de notícias Agência Folha, do DataFolha, da Publifolha, do Universo Online e da revista *Plural*.

A *Folha de S. Paulo* foi fundada por Olival Costa, Pedro Cunha e outros jornalistas em 19 de fevereiro de 1921, com o nome de *Folha da Noite*, jornal vespertino que visava atrair os leitores da classe média urbana e da classe operária. Em julho de 1925, foi lançado um jornal matutino, a *Folha da Manhã*. Em 1º de julho de 1949, foi fundado um terceiro jornal chamado de *Folha da Tarde*. Em 1960, os três jornais foram unificados em um só, com o nome de *Folha de S. Paulo*. A partir dos anos 80, transformou-se num dos diários de maior circulação no país.

Em relação à política editorial, para a *Folha de S. Paulo*, "seu objetivo essencial é a produção de jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário"²⁴⁴. O jornal "apóia a democracia representativa, a economia de mercado e o debate dos problemas sociais: independência, apartidarismo, criticismo e pluralismo são a marca de um jornalismo moderno e em sintonia com os interesses do leitor"²⁴⁵. Também privilegia a prestação de serviços ao leitor.

Com uma circulação média (em 1995) de 610 mil exemplares de segunda a domingo, o jornal chega diariamente a 800 cidades em todos os Estados brasileiros. É lido

²⁴³ Os dados foram retirados de:

Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*; Mota, C. G., Capelato, M. H., *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*, 1981; www.uol.com.br/grupofol/fsp4.htm, em 24/02/00; www.uol.com.br/np/nghis.htm, em 23/03/00.

²⁴⁴ Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*, p. 20-21.

²⁴⁵ www.uol.com.br/grupofol/fsp4.htm, p. 1.

pelas classes A e B (70%), que têm na sua maioria menos de 40 anos (70%), sendo que 43% possuem grau superior e 30% são estudantes.

Quanto aos outros jornais do grupo, o *Notícias Populares*, com "uso de muitas fotos, letras grandes e textos curtos", é definido como "um veículo de informação para o trabalhador, principalmente dos centros urbanos"²⁴⁶, lidos pelas classes sociais C, D e E (79%), formada principalmente por homens entre 29 e 43 anos. O *Agora São Paulo* tem uma "linha editorial mais direcionada aos leitores que ganham de R\$500 a R\$2 mil"; caracteriza-se como um "jornal ágil, moderno, com prêmios, promoções"²⁴⁷; concentra-se nos acontecimentos da Grande São Paulo. Desses dois jornais, é o único que traz um editorial; em nenhum dos dois há a circulação do gênero artigo. O portal UOL congrega as empresas do grupo na Internet.

4.4 O Estado de S. Paulo

O jornal *O Estado de S. Paulo*²⁴⁸, com sede em São Paulo (SP), pertence ao Grupo Estado, que também é dono do *Jornal da Tarde* (1966), da Rádio Eldorado, do Estúdio Eldorado, da OESP Gráfica, da agência de notícias Agência Estado e do Portal Estadão.

O Estado de S. Paulo foi fundado em 4 de janeiro de 1885, por um grupo de republicanos paulistas, com o nome de *A Província de São Paulo*. A partir de 1888, o nome de Júlio de Mesquita, que já trabalhava no jornal desde 1884, passou a constar do cabeçalho do jornal. Com a proclamação da República, o nome do jornal foi alterado para *O Estado de S. Paulo*. De 7 de abril de 1940 a 5 de dezembro de 1945, o jornal foi dirigido por pessoas indicadas pelo regime ditatorial. O jornal não reconhece esses cinco anos como parte de sua trajetória histórica.

Em relação à política editorial, *O Estado de S. Paulo* se pauta na "intransigência em defesa dos princípios democráticos, da cidadania, da liberdade de informação e da livre iniciativa"²⁴⁹. Também traz serviços de lazer e cultura. Enquanto *O Estado de S. Paulo* é

²⁴⁶ www.uol.com.br/np/nghis.htm.

²⁴⁷ www.uol.com.br/bgrupofol/ft4.thm.

²⁴⁸ Os dados foram retirados de:

www.estado.com.br, em 22/02/00;

www.agesestado.com.br, em 17/03/00;

Vianna, R. P. A., *A informatização da imprensa brasileira*, 1992.

²⁴⁹ www.agesestado.com.br/instituc/estado/estadao.htm, p. 1.

definido pelo grupo como tradicional e moderno, o *Jornal da Tarde*, criado para se dedicar à vida de São Paulo e seus habitantes, é definido como aquele "de linguagem revolucionária, (...) que valorizou a linguagem coloquial, as grandes reportagens, a prestação de serviços e o uso generoso de imagens", sendo seu público leitor "jovem, moderno, irreverente e inovador"²⁵⁰.

Com uma circulação média de 10 milhões de exemplares mensais, o *Estado de S. Paulo* é distribuído em 11 mil pontos espalhados pelo País. É lido por leitores das classes A e B, formados por intelectuais, estudantes, políticos e empresários. Os jovens, segundo opinião do grupo, preferem o *Jornal da Tarde*. Na Internet, os diferentes jornais e outras empresas do grupo ficam congregados no portal Estadão, que foi criado após a coleta dos dados da pesquisa.

4.5 Considerações gerais sobre os jornais pesquisados

Uma análise global dos grupos empresariais aos quais pertencem os quatro jornais focalizados faz retomar algumas preocupações a respeito da comunicação jornalística no contexto social atual, expressas por Eco e Ramonet. No tocante à relação entre jornalismo e poder, segundo os autores, as novas tecnologias de comunicação e a nova ordem econômica alteram o domínio do poder e a relação da imprensa com ele. Nas décadas de 70 e 80, o jornalismo, a partir do seu papel no contexto da vida social, era denominado como o quarto poder, ao lado, ou em oposição, aos outros três poderes políticos instituídos (o legislativo, o executivo e o judiciário), cuja função seria a de acompanhá-los, criticar seus abusos. "A imprensa intervinha exatamente lá onde as forças políticas calavam-se e a magistratura não via."²⁵¹ Mas essa vinculação já não é mais tão simples e direta como pode parecer.

Conforme Ramonet, na relação entre jornalismo e poder, não dá mais para identificar esse poder com o político, na escala da ascensão do econômico e do financeiro. A forma e a distribuição das grandes forças sociais já não é mais a mesma. Para que o fosse, deveriam existir os três primeiros e a hierarquia deveria ser válida. Mas, na conjuntura atual, o poder não é mais identificado só com o poder político, e os meios de

²⁵⁰ www.agedasto.com.br/instituc/jt/tt.htm, p.1.

²⁵¹ Eco, *Sobre a imprensa*, p. 81.

comunicação de massa não se encontram mais em relação de dependência com o poder político. "De um poder vertical, hierárquico e autoritário, estamos passando para um poder horizontal, reticular e consensual (um consenso obtido por meio de manipulações midiáticas)"²⁵².

Para o autor, o primeiro poder hoje é exercido pela economia, o segundo, em intersecção forte com o primeiro, é o midiático, controlado por grandes corporações empresariais, sendo que o político viria em terceiro lugar. Como se tem observado, a Internet, inicialmente tida como acéfala, sem dono, já está sendo "administrada" pelo setor empresarial (via provedores, portais, megaportais, que controlam os acessos). Os grandes jornais começam a se fundir e a pertencer aos donos das grandes redes de comunicação. Por exemplo, o *Jornal de Santa Catarina*, fundado em 1971, de circulação estadual no passado, foi adquirido pelo Grupo RBS em 1992, quando foram redimensionados, entre outros aspectos, o seu projeto de circulação (regionalizou-se o jornal)²⁵³. O jornalismo passa a ser dominado por um jornalismo de reverência, por grupos industriais e financeiros, regido pelas leis de mercado. A censura também passa pelo setor financeiro, pelos grupos de controle das redes; o acesso à nova mídia e à informação são pagos. Nem todos os jornais impressos veiculados na Internet ou então os jornais *online* oferecem acesso livre, como a *Folha de S. Paulo* na Internet, que é restrita aos assinantes do jornal ou da UOL.

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade.

Se a imprensa é livre, se é objetiva, se representa todos os setores da sociedade, essas são questões colocadas, antes de mais nada, *não* pelos grupos dominados, mas pelos próprios detentores do poder, na medida em que se vêem ameaçados por outras informações que põem em risco seu monopólio, venham elas da base da sociedade ou de grupos adversários.²⁵⁴

Ora, a análise dos quatro jornais mostra que as observações levantadas são pertinentes. Os quatro grupos empresariais aos quais pertencem os jornais destacados, com

²⁵² Ramonet, *A tirania da comunicação*, p. 39.

²⁵³ Os dados foram retirados de <http://santa.clicrbs.com.br/santa/historia.htm>, em 06/01/01;

exceção do *A Notícia*, detêm outros meios de comunicação, como emissoras de rádio, de TV, bem como suas próprias agências de notícias, entre outras. Além do mais, os grupos controlam mais de um jornal impresso, com características distintas, destinados a públicos diferentes. A imagem dos destinatários, construída diversamente nesses jornais, marca-se na circulação diferenciada de alguns gêneros do discurso, como a ausência do artigo e do editorial em certos jornais dos referidos grupos. Nessa situação, é preciso lembrar, ainda, que os jornais destinados às classes populares não são produzidos por esses grupos sociais, mas pelo grupo social dominante, exercendo-se o poder deste sobre aqueles.

Os questionamentos de Ramonet sobre a atividade jornalística no contexto atual fazem sentido: "como estar certo de que a informação oferecida por um meio de comunicação não visará defender direta ou indiretamente muito mais os interesses dos conglomerados ao qual pertence do que os do cidadão?"²⁵⁵ Pode-se, portanto, nessa situação analisada, falar de democracia no acesso e na circulação das informações e das opiniões, ou estas estão sujeitas ao controle dos grupos que detêm as diversas redes de circulação dos enunciados? A respeito, comenta Vélez:

Outro sinal, não tão recente como a informatização, porém muito significativo das tendências monopolísticas do jornalismo moderno, é a concentração de vários meios ou veículos jornalísticos sob um único conglomerado empresarial, que passa a ser administrado como um moderno "trust", com diferenciação de produtos e com especialização de áreas de produção.

Eis como existe concentração especializada num tipo de veículo, por exemplo em veículos jornalísticos impressos, ou concentração diversificada como seria o caso das Organizações Roberto Marinho. A concentração especializada aproveita os recursos propriamente jornalísticos para produzir informação que será utilizada em seus vários jornais. A Agência Folhas [sic] é um bom exemplo disto, pois ela subministra informação jornalística à Folha de São Paulo, Folha da Tarde, Cidade de Santos, todos jornais da Empresa Folha da Manhã S.A.. A concentração diversificada permite formar blocos de comercialização de espaços publicitários, onde os veículos mais fracos são protegidos pelos mais fortes, obtendo vantagens financeiras além de outras vantagens empresariais.

Não interessa agora examinar como se dá esta tendência monopolística no jornalismo brasileiro, interessa constatar como ela entrou numa etapa de desenvolvimento capitalista moderno, que está se

²⁵⁴ Marcondes Filho, C. *O capital da notícia (o jornalismo como produção social de segunda natureza)*, 1986, p. 11.

²⁵⁵ Ramonet, *A tirania da comunicação*, p. 129.

consolidando, segmentando seus mercados e partindo para a conquista de novos mercados e novas fronteiras.²⁵⁶

5 Os gêneros do discurso da esfera jornalística

Numa primeira busca de compreensão da especificidade dos gêneros, as esferas sociais, em função das suas finalidades particulares de comunicação social e suas condições determinadas, constituíram-se na unidade de fundamento pertinente para a análise da constituição e do funcionamento dos diferentes gêneros, bem como um princípio pertinente para a sua organização (agrupamento). Entretanto, fica ainda a questão de se buscar compreender o processo de formação e de diferenciação dos gêneros nas próprias esferas.

Novamente seguindo a perspectiva bakhtiniana, pode-se tomar como princípio de formação e de diferenciação dos gêneros dentro das esferas sociais, para além do desenvolvimento e "complexificação" da própria esfera, a finalidade da interação social e a relação social entre os participantes e entre o objeto da interação. A relação sócio-hierárquica, o "cálculo" que o autor (falante) faz do fundo aperceptivo que o interlocutor (destinatário) tem do seu discurso (conhecimento da situação, do objeto do discurso, suas valorações, sua reação ativa frente ao enunciado etc.)²⁵⁷ são determinantes para a particularização dos gêneros. Também cada enunciado, cada gênero, na sua orientação para o destinatário, têm um objetivo sócio-discursivo, uma finalidade típica, como cumprimentar, criticar o interlocutor, instruí-lo, levá-lo a realizar uma ação, dar a conhecer determinados fatos e pontos de vista, convencê-lo. Pode-se dizer que cada gênero está assentado num diferente cronotopo: uma organização particular do tempo, do espaço e do homem sócio-históricos, ou seja, comprehende uma situação social de interação particular (no sentido de que se diferencia das outras).

Entretanto, se tais unidades se mostram como índices históricos para se observar a formação de diferentes gêneros com suas características próprias de constituição e de funcionamento, da mesma forma que na busca da organização dos gêneros pelas esferas sociais, elas não podem ser concebidas como parâmetros para se elaborar listas e

²⁵⁶ Vélez, M. M. L. *As folhas do diário (um estudo dos gêneros jornalísticos e das mudanças na Folha de São Paulo)*, 1985, p. 13.

²⁵⁷ Entretanto, não é a concepção comum que cria uma imagem do destinatário a partir da sua "ignorância".

classificações fechadas dos gêneros dentro das esferas, ou então para conceituar e descrever os gêneros como unidades do discurso cristalizadas, ou seja, totalmente estabilizadas. Isso seria perder de vista uma de suas características fundamentais que os distinguem das unidades lingüísticas, a sua relativa estabilidade, o seu dinamismo, características do seu processo de constituição contínua na cadeia da comunicação discursiva e sua relação com o social, pois "o gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo"²⁵⁸.

Outro aspecto a ser relembrado é a plasticidade dos gêneros e os limites muitas vezes tênues entre eles, resultando em entrecruzamento e intersecções de características de gêneros próximos. Furlanetto, comentando a esse respeito, traz um exemplo que mostra a fluidez dos limites entre gêneros próximos, no caso o romance e a novela, da esfera artística:

O que é novela para um autor pode ser considerado romance por outrem. Tenho em mãos um exemplo real. Na apresentação da obra *Os papéis do coronel*, romance de Harry Laus, conceituado escritor catarinense, Zahidé L. Muzard comenta:

"Embora o belíssimo, e infelizmente já de há muito esgotado, *Monólogo de uma Cachorra sem Preconceitos* possa ser considerado como romance, o autor classificou-o como novela. Temos, então, com *Os Papéis do Coronel*, o seu primeiro e único romance, pois Harry Laus faleceu em 1992."²⁵⁹

Semelhante situação se observa na esfera jornalística, onde se encontram gêneros mais ou menos relativamente estabilizados. Dessa forma, enquanto gêneros como editorial e notícia remetem para conformações genéricas (de gênero) mais definidas, já não se pode dizer o mesmo para outros gêneros, tais como a coluna e o comentário. Essas nuances genéricas de conformação menos nítida são decorrência da própria atividade jornalística em si e da natureza ideológica da comunicação social, também responsável pela natureza singular da esfera jornalística e seus gêneros nos diferentes contextos geo-culturais (a título de exemplo, o *fait divers* no jornalismo francês, a crônica no jornalismo brasileiro). Um exemplo de ambigüidade na identificação do gênero na esfera jornalística pode ser visto na seguinte observação de Melo:

²⁵⁸ Bakhtin, *Problemas da poética de Dostoiévski*, p. 106.

²⁵⁹ Furlanetto, M. M. *Produzindo textos: gêneros ou tipos?*, [1998], p. 10.

Referindo-se, por exemplo, a Newton Carlos cujos comentários rotula indevidamente como "crônicas", o jornalista Márcio Cavalheiro, na resenha "Grotesca América" (*Jornal do Brasil*, 26-08-1979), apreende essa dimensão histórica (daí talvez o emprego das palavras "crônica", "cronista", que correspondem a "registro para a história", "historiador do presente") das matérias que integram o volume *América Latina: dois pontos (...)*.²⁶⁰

No quadro dessas orientações é que se buscou apreender as concepções que a noção de gênero do discurso²⁶¹ assume no contexto jornalístico e científico (na ciência do jornalismo). De acordo com Melo, embora a identificação e a análise dos gêneros do discurso da esfera jornalística seja um dos temas de pesquisa da área acadêmica de jornalismo, a sua origem está assentada na própria práxis. Para o autor, a busca de classificação dos gêneros jornalísticos pode ser identificada já no início do século XVIII (1702), na estratégia do editor inglês Samuel Buckley, que fez a separação dos textos jornalísticos *news* e *comments* no jornal *Daily Courant*. No entanto, o autor observa que se nesse período, em função da "natureza incipiente" da atividade jornalística, fosse possível a superposição entre essas duas categorias de Buckley e os gêneros do discurso, as mudanças pelas quais passou o jornalismo, em decorrência das transformações tecnológicas e principalmente das alterações culturais, faz com que hoje já não seja mais aceitável essa superposição. A relação entre categorias e gêneros jornalísticos, na perspectiva de Melo, não é de superposição, mas de correspondência.

Entretanto, é essa a noção de gênero que é apresentada por Rabaça e Barbosa no *Dicionário de comunicação*:

Jornalismo: (...) Quanto aos seus gêneros, costuma-se classificá-lo, grosso modo, nos seguintes grupos:

- a) *informativo* – ênfase à notícia objetiva, à informação pura, imparcial, impessoal e direta; limita-se a narrar os fatos;
- b) *interpretativo* – embora a notícia, a informação de fatos correntes, continue sendo o ingrediente básico, verifica-se uma sensível tendência ao gênero interpretativo, em substituição à rigorosa objetividade da notícia presa aos fatos. (...);

²⁶⁰ Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 110.

²⁶¹ Como o objeto de estudo é o artigo, as observações centram-se em torno dos gêneros do discurso do jornalismo impresso.

- c) *opinativo* – representado principalmente nos **editoriais**²⁶² e em alguns **artigos, crônicas e sueltos**. Não se deve confundir interpretação com opinião. A interpretação é constituída de elementos adicionais que tornam a informação mais explícita e contextualizada. Opinião é o ponto de vista expresso; é o juízo que se faz do assunto;
- d) *de entretenimento* – representado pelas matérias recreativas (passatempos, **tiras, features** etc.) (...).²⁶³

Melo situa historicamente como categorias jornalísticas fundamentais (predominantes e mais estabilizadas), obtendo o consenso dos pesquisadores e profissionais da área do jornalismo, independentemente de valorações sócio-ideológicas e modos de produção econômica específicas da sociedade, as categorias do jornalismo informativo e do jornalismo opinativo. Elas correspondem a "modalidades de relato dos fatos e das idéias"²⁶⁴ diferenciadas no espaço jornalístico, não recaindo, segundo o autor, no dilema da pretensa objetividade da atividade jornalística, ou na dicotomia de que o jornalismo informativo se limita a informar e o opinativo se restringe ao universo da opinião. Para o autor, o reconhecimento dessas duas modalidades não significa o desconhecimento de que a atividade jornalística é um processo social de implicações valorativas determinadas, mas que, nascidas historicamente da necessidade de se diferenciar os fatos da opinião explícita, as diferentes categorias são uma divisão de natureza profissional e sócio-política:

Profissional no sentido contemporâneo, significando o limite em que o *jornalista* se move, circulando entre o dever de informar (registrando honestamente o que observa) e o poder de opinar, que constitui uma concessão que lhe é facultada ou não pela instituição em que atua. Político no sentido histórico: ontem, o editor burlando a vigilância do Estado, assumindo riscos calculados nas matérias cuja autoria era revelada (*comments*); hoje, desviando a vigilância do público leitor em relação às matérias que aparecem como informativas (*news*), mas na prática possuem vieses ou conotações.²⁶⁵

Melo ainda ressalta que embora historicamente haja o predomínio do jornalismo informativo e opinativo, contemporaneamente eles vivem com duas novas categorias, o

²⁶² Editorial, artigo etc. os autores consideram como *texto* e não gênero. Por exemplo: "Editorial - Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impersonal e publicado sem assinatura (...)" (Rabaça, Barbosa, *Dicionário de comunicação*, p. 227).

²⁶³ Rabaça, Barbosa, *op. cit.*, p. 346-347.

²⁶⁴ Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 24.

²⁶⁵ Melo, *op. cit.*, p. 24.

jornalismo interpretativo e o de diversão. Quanto a essas novas categorias, o autor observa a discrepancia de opinião entre os profissionais do jornalismo e os pesquisadores quanto a sua função e autonomia na esfera jornalística. Em relação ao jornalismo interpretativo, a sua função é a de esclarecer, explicar e detalhar os fatos, as notícias que são objeto de informação jornalística, enriquecendo o acervo de conhecimentos da coletividade²⁶⁶.

Quanto ao jornalismo diversional, Melo ressalta, em primeiro lugar, que essa forma de jornalismo acaba sendo interpretada muitas vezes como o conjunto dos divertimentos das páginas dos jornais: charadas, palavras cruzadas, histórias em quadrinhos etc. Para o autor, o conjunto dessas atividades não são matérias jornalísticas, ou seja, não têm caráter jornalístico, estando vinculadas ao campo do lazer, centrado na função da distração²⁶⁷. O jornalismo diversional, na perspectiva do autor, "engloba aqueles textos que, fincados no real, procuram dar uma aparência romanesca aos fatos e personagens captados pelo repórter. Entre os gêneros que integram o jornalismo diversional estão as histórias de interesse humano, as histórias coloridas, os depoimentos, etc."²⁶⁸, que buscam resgatar formas literárias de expressão, próximas do conto, da novela.

Em síntese, embora reconhecendo a formulação dessas duas novas modalidades, o autor questiona a sua autonomia no campo jornalístico, defendendo que as suas funções podem ser preenchidas pelas "expressões" já existentes no domínio informativo (como o *fait divers* do jornalismo francês para a categoria diversional) e no domínio opinativo (os gêneros agrupados nessa categoria preencheriam a função interpretativa). Melo identifica no jornalismo brasileiro a presença das categorias do jornalismo informativo e jornalismo opinativo. Salienta que as categorias do jornalismo interpretativo e diversional não encontram ancoragem na práxis do jornalismo no Brasil.

A classificação do jornalismo em diferentes categorias também se encontra consolidada no âmbito da atividade jornalística, confirmada nos manuais de redação e estilo das instituições jornalísticas, que são documentos de regulamentação da comunicação jornalística, legitimados sócio-historicamente²⁶⁹.

²⁶⁶ Essa função jornalística parece próxima da "visão alargada" para o jornalismo impresso, defendida por Eco.

²⁶⁷ Seria pertinente pensar-se em uma nova esfera social, a do lazer?

²⁶⁸ Melo, *op. cit.*, p. 34.

²⁶⁹ De origem norte-americana, os manuais de redação (*style books*) são um conjunto de normas, instruções, procedimentos e recomendações, criados pela redação dos jornais com o objetivo de padronizar a produção dos textos jornalísticos das diversas seções dos jornais e sistematizar o processo da preparação dos textos, para facilitar o trabalho de diagramação e de composição do jornal. No Brasil, o primeiro manual de redação e estilo foi elaborado pelo jornal *Diário Carioca*, na década de 50. Dos jornais

Jornalismo analítico/opinativo – Os fatos contemporâneos cada vez mais exigem a análise do noticiário. A análise dá ao leitor a oportunidade de se aprofundar nos eventos, questões ou tendências. A análise do noticiário não deve ser confundida com a opinião ou o comentário, que devem estar circunscritos às colunas e aos artigos. A opinião é subjetiva e arbitrária e não precisa necessariamente comprovar o seu ponto de vista. Já a análise procura explicar o noticiário de maneira mais objetiva possível e envolve uma série de procedimentos (...).²⁷⁰

Opiniões. 1 – O jornal, como um todo, tem opiniões sobre os assuntos que publica e as expressa em editoriais. O noticiário, por isso, deve ser essencialmente informativo, evitando o repórter ou redator interpretar os fatos segundo sua ótica pessoal. Por interpretar os fatos entenda-se também a distorção ou condução do noticiário. (...) Deixe esse gênero de ilação a cargo dos especialistas ou editorialistas e apenas descreva os acontecimentos.²⁷¹

Interpretação – Jornal não adivinha nem é oráculo. No entanto, está nas suas atribuições somar dois e dois e chegar a quatro. E saber usar a memória. A receita de uma boa matéria interpretativa não passa disso: acrescentam-se aos fatos do dia comportamentos anteriores, leis e regulamentos que se aplicam ao tema, posições e opiniões conhecidas de pessoas ou instituições que, sem ligação imediata com os fatos, serão por eles afetadas etc. Será com base nesses acréscimos que o jornalista alinhará possíveis desdobramentos e chegará a conclusões: apenas o "quatro" tornado inevitável pelo "dois mais dois".

Em suma, interpretar não é editorializar, mas dar ao leitor elementos suficientes, relacionados à raiz e à essência dos fatos, para que ele entenda, faça suas previsões e forme opinião. (...)

Opinião – O jornal diz o que pensa em seus editoriais; articulistas e columnistas fazem o mesmo em textos assinados, e para eles a liberdade de estilo é tão grande quanto a de opinar. Mas há normas para a opinião.²⁷²

A estratégia de Buckley "fez história" tanto na esfera jornalística quanto na acadêmica. Mas algumas observações precisam ser feitas em torno das categorias jornalísticas (jornalismo informativo e opinativo), que se transformaram em um verdadeiro

pesquisados, o *A Notícia* e o *Diário Catarinense* não possuem um manual de redação de circulação pública. O *Novo manual da redação*, da *Folha de S. Paulo*, e o *Manual de redação e estilo*, do jornal *O Estado de S. Paulo*, têm objetivos e características que os instituem como trabalhos voltados para as especificidades da escritura de textos jornalísticos, com normas de ortografia, estilo e redação, algumas específicas de cada empresa, e são dirigidos aos profissionais do jornalismo. Mas os autores dos manuais também pretendem atingir um público mais amplo, pois consideram que o manual poder ser tomado como fonte de consulta para aqueles que escrevem com regularidade (apostam no seu caráter prescritivo e normativo como pertinente para outras esferas da comunicação), e ainda como meio de acesso e fiscalização do processo de fazer jornalístico.

²⁷⁰ Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*, p. 36 ou 83.

²⁷¹ Martins Filho, *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*, p. 204-205.

paradigma, dividindo o jornalismo em informação e opinião. A primeira delas diz respeito a sua vinculação direta à decisão de Buckley, sem considerar o próprio contexto jornalístico da época do *Daily Courant*, as reinterpretações pelas quais passou a estratégia de Buckley e ainda as transformações da própria atividade jornalística.

Pode-se começar a discussão em torno do sentido da palavra *comments*, associada ao jornalismo opinativo, incorporada na cultura jornalística como *opinião*, como uma atitude valorativa do falante e não como um gênero do discurso particular da época, e que se poderia interpretar como *artigo*. Por exemplo, para Albertos²⁷³, na língua espanhola, o termo *artigo* pode ser considerado como a tradução adaptada do termo *comments*. Ou seja, pode-se dizer que a estratégia do editor na separação entre *news* e *comments* estava orientada antes para a questão das formas discursivas do jornalismo e não na separação entre informação e opinião.

A esse respeito, Chaparro²⁷⁴ apresenta considerações relevantes, ao dizer que esta estratégia de separação do editor inglês produziu uma clareza pedagógica na organização de textos e espaços no jornal. Entretanto, o autor critica o paradigma que divide e organiza o jornalismo em informação e opinião, pois, dogmatizado o paradigma, criaram-se valores e conceitos que "iludem" os leitores, levando-os a acreditar que a paginação diferenciada dos artigos²⁷⁵ lhes garante informação purificada, objetiva, livre de pontos de vista. Ainda questiona a associação da divisão do jornalismo em informação e opinião à estratégia de Buckley.

Além do equívoco terminológico²⁷⁶, também um equívoco de conceito tumultuava, preliminarmente, a abordagem sobre gêneros jornalísticos: o uso dos termos **informação** e **opinião** como categorias opostas. Quando, no *Daily Courant*, Samuel Buckley decidiu separar as notícias (*news*) dos comentários (*comments*), porque o leitor tinha capacidade para "elaborar suas próprias reflexões", ele não separou opinião de informação, mas dois tipos de texto, um eficaz para relatar, outro eficaz para comentar. E na base da estratégia de Buckley estava, implícito, um pressuposto opinativo que influenciaria, decisivamente, as ações jornalísticas.²⁷⁷

²⁷² O Globo, *Manual de redação e estilo*, p. 46-47.

²⁷³ Albertos, *Redaccion Periodistica (los estilos y los géneros en la prensa escrita)*.

²⁷⁴ Chaparro, M. *Jornalismo, discurso em dois gêneros*, 1997.

²⁷⁵ Ou seja, sua inserção em cadernos, seções e rubricas específicas. O autor usa o termo *artigo* como sinônimo de texto, matéria jornalística.

²⁷⁶ O autor está se referindo ao fato de se utilizar a palavra *artigo* como sinônimo de opinião.

²⁷⁷ Chaparro, *op. cit.*, p. 51.

Como se pôde observar, a problemática das categorias jornalísticas reside na questão de se tentar separar a comunicação jornalística, articulando informação e objetividade de um lado e opinião e subjetividade de outro. Sedimentada essa divisão na cultura jornalística, é possível buscar compreender essa situação como um trabalho teórico-prático de compreensão e classificação (portanto, sempre sujeito a arbitrariedades) do processo sócio-ideológico da produção da comunicação jornalística. O fundamento não estaria na efetiva separação entre opinião e informação, entre subjetividade e objetividade, mas no *efeito de produção de sentido* que essa divisão acabou assumindo na comunicação jornalística (a separação dos enunciados em cadernos e seções é também um exemplo desse efeito). Essas duas vertentes teórico-práticas da comunicação social jornalística poderiam, de certo modo, pelo olhar bakhtiniano, ser configuradas como produzindo dois grandes efeitos ideológico-discursivos particulares em relação ao destinatário – *fazer saber* e *fazer crer* –, estabelecendo uma espécie de contrato de comunicação entre o autor e o leitor.

Dessa forma, assume-se essa "divisão" como um efeito discursivo da comunicação jornalística e como um resultado do trabalho de análise teórica desse processo discursivo (categorias teóricas). Assim, a separação e a classificação teórica dos gêneros em torno dessas duas categorias (que não é apenas uma tendência do jornalismo brasileiro), antes de serem vistas como uma situação de separação e intransponibilidade entre essas categorias, podem ser consideradas como uma questão de agrupamento dos gêneros em torno dessas duas polaridades de efeito de sentido, em que não se está diante de uma situação de tudo ou nada, mas de um contínuo, onde cada gênero pode tender mais para um lado ou para outro. Por fim, também não se poderia deixar de dizer que, como todo trabalho teórico de classificação, sempre se está diante de uma questão arbitrária, imposta pelo critério de classificação e agrupamento adotado, que sempre pode ser contestado a partir da adoção de outros critérios. Portanto, pode-se acrescentar que nem todos os gêneros se "acomodam" da mesma maneira, com a mesma "facilidade" nesses agrupamentos (onde colocar, por exemplo, o gênero análise econômica e política?).

Dada a concepção assumida em torno da noção das categorias jornalísticas e a distinção entre categoria e gênero, buscou-se ainda resgatar e discutir a concepção que a noção de gênero do discurso assume no contexto científico e jornalístico brasileiro, fazendo-se menção mais especificamente aos trabalhos de Vélez, Chaparro e Melo, junto com os manuais de redação e estilo dos jornais pesquisados.

Vélez, no seu trabalho sobre os gêneros jornalísticos na *Folha de S. Paulo*, também comenta o fato de que no jornalismo, nas classificações propostas, existe confusão conceitual entre o que são os gêneros e as categorias jornalísticas (ou seja, para alguns autores, jornalismo informativo é um gênero; para outros, a notícia é um gênero e o jornalismo informativo uma categoria). A autora propõe "um tipo de análise dos gêneros que vincule contribuições externas à teoria jornalística"²⁷⁸, que vai buscar no estruturalismo, com Jauss e Propp (a estrutura do conto maravilhoso), em Jakobson (funções da linguagem) e na retórica do grupo de pesquisadores do *Centre d'études poétiques*, da Universidade de Liége (o chamado grupo μ).

Da teoria do grupo μ, a autora centra-se na figura retórica da metataxe (que altera o grau zero da sintaxe), pois nela se pode colocar o trabalho sintático realizado pelos gêneros sobre a organização da frase e do texto jornalístico. A sintaxe jornalística difere da sintaxe da literatura ou da linguagem oral, imposta pelos seus gêneros. Essa sintaxe a partir da qual se produz o trabalho retórico por supressão, adjunção ou permutação parte da frase jornalística fundamental, a frase que forma o *lead*, considerada pela autora a sintaxe jornalística por excelência, de onde se pode observar as operações retóricas dos gêneros.

Os gêneros agrupam todas as regras de redação em protótipos de mensagens que nos manuais ou textos de ensino, ou mesmo nas salas de redação, são conhecidos como informativo, opinativo e interpretativo, ou por nomes mais precisos, como notícia, crônica, editorial, entrevista etc.²⁷⁹

Nessa perspectiva, a autora define os gêneros como "trabalho retórico metatáxico e não no sentido dos tipos de redação codificados pelos manuais"²⁸⁰. Com essa concepção de gênero, efetua um estudo de caso, aplicando um modelo de análise a um corpus específico e limitado²⁸¹, buscando achar as "formas típicas" com que são reconhecidas certas "formas genéricas de redação jornalística". Como resultado, Vélez chega à conclusão de que no jornalismo existem três gêneros:

²⁷⁸ Vélez, *As folhas do diário (um estudo dos gêneros jornalísticos e das mudanças na Folha de São Paulo)*, p. 78.

²⁷⁹ Vélez, *op. cit.*, p. 108.

²⁸⁰ Vélez, *op. cit.*, p. 111.

- a) a *notícia* (e não gênero informativo);
- b) a *reportagem* (para o jornalismo interpretativo);
- c) a *crônica* (para o jornalismo opinativo).

O realmente importante não é a precisão dos nomes adotados para denominar os gêneros jornalísticos, mas o fato de que na análise chegamos sempre a *três categorias*, que chamando-as como as chamaremos, refletiam *tipos distintos de redação, de relacionamento do jornalista com seu texto, de referentes e de funções dos textos*. O nome, então, não é o que preocupa e sim conseguir expor os elementos que caracterizam estes *três tipos de redação*, estes *três gêneros jornalísticos*, na Folha de São Paulo.²⁸²

O *gênero notícia* tem a função da linguagem referencial como fundamental, estando orientado para os fatos novos. Ele se apresenta sob distintos tipos, dependendo da função da linguagem que se acrescenta à referencial: notícia referencial, notícia referencial-fática, notícia referencial-metalingüística, notícia referencial-conativa, notícia referencial-emotiva e notícia referencial-poética. A *notícia* é definida como "um texto jornalístico com a função, prioritariamente referencial, de narrar epicamente o que aconteceu num fato novo, valendo-se do lead e da pirâmide invertida"²⁸³. O *gênero reportagem*, que tem como referente uma pessoa ou personagem, é definido como "um texto jornalístico, com função emotiva ou referencial, onde expressam-se lírica ou dramaticamente, pelo menos dois sujeitos, utilizando uma estrutura de entrevista ou de diálogo"²⁸⁴. No *gênero crônica*, a função da linguagem fundamental é a emotiva; o emissor é sempre o jornal e os mecanismos empresariais que o cercam, independentemente de a matéria ser assinada ou não, ou de ser redigida por colaborador externo (considerado como fonte). Ele também apresenta tipos distintos: a crônica emotiva (editorial), a crônica metalingüística e a crônica poética (que inclui os textos de colaboradores²⁸⁵, colunistas fixos e da rubrica painel). Esse gênero é conceituado como "um texto jornalístico, prioritariamente emotivo, que apresenta lírica ou epicamente a forma como o emissor percebe um fato, um conceito, outro texto, ou um personagem, valendo-se de estilos e estruturas narrativa variadas"²⁸⁶.

²⁸¹ A análise é resultado do estudo das edições da *Folha de S. Paulo* entre novembro de 1984 a junho de 1985, período da doença e morte de Tancredo Neves.

²⁸² Vélez, *op. cit.*, p. 168. Os itálicos foram acrescentados à citação.

²⁸³ Vélez, *op. cit.*, p. 190.

²⁸⁴ Vélez, *op. cit.*, p. 224.

²⁸⁵ O artigo encontra-se incluído nesse gênero poético.

²⁸⁶ Vélez, *op. cit.*, p. 212.

Tal como comentado, também Chaparro critica o paradigma que separa o jornalismo nas categorias opinião e informação. Segundo o autor, o paradigma anglo-saxônico contém um equívoco terminológico e conceitual. Consideram-se por sinônimas as palavras artigo e opinião; usam-se os termos informação e opinião como categorias opostas. Para o autor, o termo opinião está no universo do conteúdo, enquanto a palavra artigo está na dimensão da forma. Para a construção do seu objeto de estudo, os gêneros jornalísticos, como Vélez, o autor busca vínculos teóricos fora dos limites do jornalismo, escolhendo a definição de gênero proposta por Aristóteles ("gênero é a parte da essência comum entre espécies diferentes")²⁸⁷, Todorov ("gêneros são classes de texto com propriedades comuns"), entre outros, e o campo teórico da pragmática. A opção do autor é pela teoria de Van Dijk, que, na perspectiva de Chaparro, "elabora pontes entre a pragmática e o jornalismo, produzindo um ferramental de análise e explicação precioso para a compreensão da ação jornalística"²⁸⁸.

É principalmente nas conceituações de superestrutura ("ordem externa do texto", "se relaciona com a forma") e macroestrutura ("ordem interna do texto", "se relaciona com o conteúdo") de Van Dijk que Chaparro se atém, afirmando que a questão dos gêneros estaria colocada no âmbito das superestruturas, relacionando-os com os tipos de esquemas das superestruturas. Assim, Chaparro propõe a existência de dois gêneros do discurso jornalístico, o relato e o comentário, articulados com a noção dos esquemas das superestruturas: a) esquema da narração, para o relato dos acontecimentos; b) esquema da argumentação, para o comentário dos acontecimentos. Para o autor, cada um desses dois gêneros agrupa dois agrupamentos de espécies, que abrigam sub-espécies jornalísticas, chegando à seguinte grade classificatória, que, segundo ele, não teria tido como critério de classificação os conceitos de opinião e informação.

O jornalismo, enquanto linguagem de relato e análise da atualidade, realiza-se por um conjunto de técnicas desenvolvidas na experiência do fazer. Embora seja uma atividade com natureza propícia a transgressões da criatividade, o jornalismo impresso consolidou, neste século, formas relativamente restritas de organizar e estruturar seus textos. Com mais ou menos filhotes estilísticos, são quatro as espécies básicas da expressão verbal do jornalismo impresso: a Reportagem, o Artigo, a Entrevista e a Notícia. No jornalismo brasileiro, mais duas

²⁸⁷ Esse conceito de gênero é retirado do *Organon*.

²⁸⁸ Chaparro, *Jornalismo, discurso em dois gêneros*, p. 59.

espécies constituem marcas fortes de identidade: a Crônica, por tradição própria; e a Coluna, por influência do jornalismo americano.²⁸⁹

Gênero	Agrup./espécies	Espécies	Sub-espécies ²⁹⁰
Relato	Espécies Narrativas	Reportagem	
		Notícia	
		Entrevista	
		Coluna ²⁹¹	
	Espécies Práticas	Roteiros	
		Indicadores	
		Agendamentos	
		Previsão de tempo	
		Cartas-consulta	
		Orientações úteis	

Figura 3: Chaparro: gênero relato e suas espécies
(Adaptado de Chaparro, *Jornalismo, discurso em dois gêneros*, p. 64)

Gênero	Agrup./Espécies	Espécies	Sub-espécies
Comentário	Espécies Argumentativas	Artigo	Editorial, Artigo Assinado, Resenha Crítica, Crítica
		Crônica	
		Cartas	
		Coluna	
	Espécies Gráfico-artísticas	Caricatura	
		Charge	

Figura 4: Chaparro: gênero comentário e suas espécies
(Adaptado de Chaparro, *Jornalismo, discurso em dois gêneros*, p. 64)

²⁸⁹ Chaparro, *op. cit.*, p. 32.

²⁹⁰ As várias subespécies podem ser encontradas no trabalho do autor. Em função dos objetivos do trabalho, serão listadas somente aquelas ligadas ao objeto de pesquisa da tese.

²⁹¹ A coluna é considerada pelo autor como uma espécie de vocação híbrida, "que serve com igual aptidão ao comentário e ao relato".

Algumas indagações ficam em aberto nessa proposta de Chaparro. Por exemplo, se no "gênero relato" pode-se compreender que o agrupamento das duas espécies tenha como critério de separação o que é e não é especificamente do domínio da esfera jornalística, nos agrupamentos do "gênero comentário", a divisão entre espécies argumentativas e espécies gráfico-artísticas suscita questionamentos. Nessa concepção de agrupamentos, se é levado a pressupor que as espécies gráfico-artísticas não são argumentativas. Na realidade, o critério de agrupamento do autor não está assentado na diferença entre o argumentativo e o não argumentativo, mas no do "material semiótico" (Bakhtin) dessas diferentes espécies, a linguagem verbal e a linguagem pictórica (ou o autor considera que as linguagens não verbais não são argumentativas).

Outra questão que se levanta, agora incluindo o trabalho de Vélez, é a concepção de gênero do discurso que norteia essas pesquisas. Buscando fundamentos teóricos em diferentes áreas, como na lingüística, esses autores acabam trabalhando com uma noção teórica e uma classificação abstrata de gênero, que se distanciam da concepção histórica de Bakhtin. Conforme a posição de Todorov, discutida no início deste capítulo, pode-se dizer que eles deduzem os gêneros a partir de um princípio abstrato, trabalhando com a noção de gênero teórico (categoria), afastada da noção histórica. Confirma essa hipótese a seguinte observação de Chaparro a respeito das subespécies da espécie reportagem: "estabelecemos, como critério, que a *criação de subespécies* nos gêneros do discurso dá-se exclusivamente no ambiente e na competência da práxis jornalística, e não nos livros"²⁹², ou seja, as subespécies é que são as manifestações históricas, sendo os gêneros construções teóricas abstratas. O que para esse autor são subespécies de gêneros ou tipos de texto para Vélez, é que são, segundo Bakhtin, os gêneros do discurso.

A abordagem dos gêneros do discurso feita por Melo²⁹³ toma como referência a classificação dos gêneros estabelecida por Luiz Beltrão para o jornalismo brasileiro, justificando a sua atitude não apenas pela significação histórica do trabalho deste autor, mas "sobretudo pela natureza empírica que possui, aproximando-se portanto da práxis profissional observada"²⁹⁴. Nesse aspecto, pode-se dizer que também a proposta de Melo tem como um dos critérios a relação entre a esfera científica (do jornalismo) e a esfera

²⁹² Chaparro, *op. cit.*, p. 43. Grifo acrescentado à citação.

²⁹³ Para Chaparro, o trabalho de Melo sobre os gêneros jornalísticos é a obra mais importante no ambiente de língua portuguesa. Já Melo menciona Beltrão como o único pesquisador a se preocupar sistematicamente com a questão dos gêneros no jornalismo brasileiro.

²⁹⁴ Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 62.

jornalística, ou seja, o caráter de articulação entre o trabalho acadêmico e a atividade jornalística.

Melo adota dois critérios para a classificação dos gêneros: o agrupamento pelas categorias jornalísticas e a natureza "estrutural" dos gêneros. O primeiro critério se concretiza "agrupando os gêneros em categorias que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos²⁹⁵ através de que se configuram"²⁹⁶. O autor identifica duas vertentes, a reprodução do real (os acontecimentos) e a leitura do real, articuladas com a função jornalística, centrada em dois núcleos de interesse, a informação (saber o que se passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que se passa). A reprodução do real dá-se na observação e "descrição" dos acontecimentos que são objeto da esfera jornalística, a partir dos critérios da atualidade e da novidade. A leitura do real dá-se pela análise e avaliação dos acontecimentos, "dentro dos padrões que dão fisionomia à instituição jornalística"²⁹⁷. O autor identifica essas duas vertentes com as categorias do jornalismo informativo e jornalismo opinativo.

O segundo critério "busca identificar os gêneros a partir da natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos"²⁹⁸. Essa natureza estrutural não se refere especificamente à estrutura lingüística (escrita, oral, segundo o autor) do texto, mas busca observar a articulação (do ponto de vista processual) que existe entre os acontecimentos, sua expressão jornalística e sua apreensão pelos interlocutores. Dessa perspectiva, aponta diferenças existentes entre os gêneros agrupados em torno das duas categorias jornalísticas.

Os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações). Já nos casos dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulagem (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião).²⁹⁹

²⁹⁵ Outro termo utilizado pelo autor para "relato" é "expressão jornalística", que corresponderia na teoria bakhtiniana à noção de enunciado.

²⁹⁶ Melo, *op. cit.*, p. 62.

²⁹⁷ Melo, *op. cit.*, p. 62.

²⁹⁸ Melo, *op. cit.*, p. 64.

²⁹⁹ Melo, *op. cit.*, p. 64.

A partir desses dois critérios, o autor propõe a seguinte classificação para os gêneros discursivos da esfera jornalística:

1. Jornalismo informativo

- a) Nota
- b) Notícia
- c) Reportagem
- d) Entrevista
- e) Serviço (*briefing*)
- f) Enquete³⁰⁰

2. Jornalismo opinativo

- a) Editorial
- b) Comentário
- c) Artigo
- d) Ensaio³⁰¹
- e) Resenha (ou crítica)
- f) Coluna
- g) Crônica
- h) Carta

Os gêneros agrupados em torno da categoria do jornalismo opinativo, onde se situa o artigo, segundo o autor, têm em comum a presença de uma valoração explícita quanto aos acontecimentos (o que se colocou anteriormente como domínio discursivo que se situa em torno do *fazer-crer*, efeito ideológico construído pela situação de interação). No entanto, eles assumem feições particulares a partir da autoria e da angulação espacial e temporal. Quanto ao *editorial*, *comentário*, *artigo*, *ensaio* e à *resenha*, com exceção do editorial, todos têm a identificação nominal da autoria, que é um índice que orienta a

³⁰⁰ Os dois últimos gêneros não se encontram na classificação elaborada no livro *A opinião no jornalismo brasileiro*, mas estão referidos na introdução do livro *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo* como novos gêneros que se configuraram na comunicação jornalística. Dessa forma, tomou-se a liberdade de inseri-los na classificação do autor.

³⁰¹ Melo, na verdade, não separa o ensaio do artigo; na descrição do artigo, identifica duas espécies de artigo: o artigo propriamente dito e o ensaio. Mas, dadas as diferenças que o autor apresenta entre eles e a própria crença de que podem se constituir como dois gêneros, optou-se por separá-los.

leitura do interlocutor, sendo um parâmetro para a sua valoração em relação ao texto. Já o editorial não apresenta uma autoria explicitada nominalmente. Ela corresponde à instituição jornalística, ou melhor, "ao consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização"³⁰²: acionistas majoritários, financiadores que subsidiam a operação das empresas, anunciantes, o Estado. Na angulagem temporal, o comentário e o editorial se caracterizam por uma angulagem que exige continuidade e imediatismo. Na resenha, no artigo e no ensaio, a angulagem temporal não se caracteriza pelo imediatismo e continuidade, mas pelo critério de competência dos seus autores na valoração dos acontecimentos³⁰³.

Em relação à *coluna*, à *crônica*, à *caricatura* e à *carta*, em todos há a identificação da autoria. Na angulagem temporal, tem-se que a coluna e a caricatura emitem opiniões temporariamente contínuas, ligadas com o emergir dos fatos. Já a crônica e a carta se relacionam de maneira mais "defasada" em relação aos acontecimentos, não coincidindo com a sua eclosão. Na angulagem espacial, a caricatura é o gênero que se articula com a empresa jornalística; a coluna e a crônica fazem a mediação com a ótica da comunidade ou dos grupos sociais a que se destina o jornal, enquanto que a carta representa o ângulo do leitor.

Portanto, a valoração dos acontecimentos constitui-se a partir de quatro núcleos: a empresa jornalística, o jornalista, o colaborador e o leitor. A opinião da empresa, além de se manifestar em outros mecanismos de avaliação ideológica, como a linha editorial, a pauta, a organização/disposição das matérias jornalísticas nas folhas do jornal etc., aparece mais explicitamente (oficialmente) no editorial. A perspectiva do jornalista como profissional pertencente à empresa jornalística se manifesta no comentário, na resenha, na coluna e na caricatura. O ponto de vista do colaborador se expressa no artigo, no ensaio, enquanto a manifestação discursiva do leitor se concretiza no gênero carta.

Na concepção de Chaparro³⁰⁴, Melo recorre a critérios que não têm relação com a "forma do texto". Chaparro não considera a temporalidade e a angulagem como critérios pertinentes para a conceituação e a caracterização dos gêneros. Ele ainda critica a grande quantidade de gêneros elencados por Melo, muitos deles similares entre si, o que não se harmonizaria com a noção de gênero na filosofia e na literatura. No entanto, a noção de

³⁰² Melo, *op. cit.*, p. 96.

³⁰³ Na análise dos dados, no entanto, observou-se que grande parte dos artigos também estão vinculados aos acontecimentos sociais do momento.

³⁰⁴ Chaparro, *Jornalismo, discurso em dois gêneros*.

gênero jornalístico de Melo é a que melhor se coaduna com a concepção de gênero assumida na práxis jornalística, retratada nos manuais de redação e estilo. Essa convergência acontece porque o autor leva em conta critérios de análise que não se limitam aos aspectos formais. A título de exemplo:

Matéria – Termo genérico usado para qualquer texto que se produz para jornal. (...) *Prefira a denominação exata do gênero jornalístico: artigo, crítica, entrevista, reportagem etc.*³⁰⁵

Análise – *Gênero jornalístico* que explora diversos aspectos de fatos relevantes e recentes, em especial seus antecedentes e consequências. Em geral, o autor deve abster-se de opinar. É sempre assinado.³⁰⁶

Considerando-se a comunicação jornalística e os seus gêneros como um processo sócio-ideológico, dos autores citados, também é Melo o que mais se aproxima da noção de *gênero histórico*, a unidade concreta *típica* da comunicação discursiva³⁰⁷, a concepção de gênero defendida por Bakhtin. A distinção entre os gêneros só se faz mediante a consideração da situação de interação.

Em resumo, neste capítulo, até aqui, na relação entre gênero e formação social, destacaram-se como condições principais de constituição dos gêneros o surgimento de novas motivações sociais, novas esferas de comunicação e as mídias. Desse modo, se de um ângulo se tem as condições socioeconômicas e a própria inter-relação entre as esferas como fatores determinantes para a constituição e o funcionamento das diferentes esferas sociais e seus gêneros discursivos, também as esferas de comunicação e os gêneros exercem seu papel no conjunto da vida social. É nessa perspectiva que Bakhtin/Voloshinov³⁰⁸ afirmam que uma vez que a consciência passou por todas as etapas da objetivação social, que entrou na esfera da ciência, da moral, da arte, do direito, e, deve-se acrescentar, do jornalismo, ela se torna uma força real (materializada nas organizações sociais, reforçada pelos domínios ideológicos), capaz de exercer em retorno uma ação sobre a vida social. Assim, pode-se falar dos gêneros do discurso e das esferas sociais

³⁰⁵ Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*, p. 90. Grifos acrescentados à citação.

³⁰⁶ Folha de S. Paulo, *op. cit.*, p. 52-53. Grifos acrescentados à citação.

³⁰⁷ Outro ponto de vista concordante é a noção de que não é o código (a natureza do material do sistema semiótico: linguagem verbal, desenho etc.) que determina o gênero. Discorda-se, no entanto, de que os gêneros são determinados pelo estilo. Na concepção bakhtiniana, os estilos são estilos dos gêneros, ou seja, são unidades, elementos, dos gêneros.

³⁰⁸ Bakhtin, Volochinov. *Marxismo e filosofia da linguagem*.

como lugares ideológicos de produção e circulação de sentidos, como forças sociais. É nessa orientação da comunicação jornalística e dos gêneros do discurso, que se analisa o gênero artigo.

6 A situação social de interação do artigo: um "entimema" particular

Se a situação social, correspondendo a um *tipo* particular de interação em uma dada esfera, constitui-se como uma dimensão fundamental para a formação histórica, para a constituição e o funcionamento dos gêneros do discurso, ela se apresenta, então, como uma das dimensões essenciais para a apreensão das especificidades do artigo.

As particularidades da comunicação discursiva³⁰⁹ no conjunto das atividades e da comunicação social são, seguindo Bakhtin, a porta de entrada para a análise dos seus gêneros e da língua. Dadas as condições sócio-históricas e tecnológicas de produção e a finalidade ideológica da comunicação jornalística no conjunto da comunicação social, o artigo, um dos seus gêneros do discurso, apresenta certos traços em comum com os outros gêneros dessa esfera, tais como: a sua interação autor/leitor não se dá no mesmo espaço e tempo físicos; também não se dá "de pessoa a pessoa", mas é "mediada" ideologicamente pela esfera do jornalismo; ele tem uma determinada periodicidade (diária, semanal) e "validade" prevista (um curso de vinte e quatro horas nos jornais diários; de uma semana etc.).

Entretanto, pela junção de uma organização particular dos participantes da interação (autor e leitor), do objeto do discurso, junto com uma finalidade discursiva (objetivo da interação) específica, ou seja, por se inscrever em uma interação social singular no espaço do jornalismo impresso, o artigo apresenta particularidades que lhes são próprias, uma vez que cada gênero "adapta-se, em qualquer lugar, ao canal da interação social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o tipo, a estrutura, os objetivos e a composição social do grupo"³¹⁰.

³⁰⁹ Uma vez que se toma como fundamentação o quadro teórico bakhtiniano, mantém-se, na análise, a mesma terminologia. O que Bakhtin denomina como diferentes *tipos* e variedades de comunicação discursiva (como visto, comunicação jornalística, científica, escolar etc.) podem ser considerados como próximo ao que se tem denominado em diferentes teorias do discurso como tipos de discurso (discurso jornalístico, científico, escolar etc.).

³¹⁰ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 126.

Dessa forma, pode-se dizer, fazendo uma relação com a perspectiva de Maingueneau a respeito do funcionamento dos textos singulares, que o gênero artigo se encontra na junção de duas cenas enunciativas: a cena englobante (as especificidades da comunicação jornalística) e a sua própria cena (a sua cena genérica), instaurada por um tipo particular de interação sócio-discursiva no quadro da comunicação jornalística.

La **scène englobante** est celle qui correspond au type de discours. Quand on reçoit un tract dans la rue, on doit être capable de déterminer s'il relève du type de discours religieux, politique, publicitaire ..., autrement dit sur quelle scène englobante il faut se placer pour l'interpréter, à quel titre il interpelle son lecteur, en fonction de quelle finalité il est organisé. Une énonciation politique, par exemple, implique un "citoyen" s'adressant à des "citoyens".(...)

Dire que la scène d'énonciation d'un énoncé politique est la scène englobante politique, celle d'un énoncé philosophique la scène englobante philosophique, etc., est insuffisant: un co-énonciateur n'a pas affaire à du politique ou du philosophique non spécifié, mais à des *genres de discours* particuliers. Chaque genre de discours définit ses propres rôles: dans un tract de campagne électorale il va s'agir d'un "candidat" s'adressant à des "électeurs", dans un cours il va s'agir d'un professeur s'adressant à des élèves, etc.³¹¹

É o conjunto das duas cenas – a cena englobante e a cena genérica –, nomeado por Maingueneau como quadro cênico do texto, que define um espaço discursivo relativamente estável, no interior do qual o texto (enunciado) adquire seu sentido. Analisada a cena englobante, a esfera da comunicação jornalística, passa-se à análise da cena genérica instaurada pelo artigo, a sua situação de interação.

6.1 Os sentidos da palavra *artigo*: algumas considerações

Na análise, tem-se, de início, a questão da polissemia do termo *artigo*. Em um determinado sentido, a palavra *artigo* não se refere a um gênero discursivo em particular, mas a quaisquer enunciados (textos) do jornalismo impresso, independentemente da sua formulação genérica. Nesse contexto, *artigo* assume o sentido de texto escrito, veiculado por jornais ou revistas, semelhante ao que acontece com a expressão *matéria*, do jargão jornalístico.

³¹¹ Maingueneau, D. *Analyser les textes de communication*, p. 70.

Dice el Diccionario que el artículo es "cualquiera de los escritos de mayor extensión que se insertan en los periódicos u otras publicaciones análogas".

Definición ésta incompleta y no muy ajustada a la realidad. No: el artículo no es "*cualquiera* de los escritos que se insertan en el periódico". Es el concepto vulgar y corriente que suele confundir "artículo", reportaje, crónica y "artículo propiamente dicho". El artículo es un género determinado, específico, com características propias.

No es tampoco "de mayor" ni de menor extensión. No es la extensión lo que define al artículo, aunque, por regla general se pide que sea breve.³¹²

Em relação à palavra *matéria* como sinônimo de texto jornalístico, nos manuais de redação e estilo, são apresentadas ressalvas quanto ao seu uso na comunicação jornalística, por ser considerada um termo técnico, de uso restrito no ambiente de trabalho. Ou seja, na perspectiva bakhtiniana, pode-se dizer que é um termo de circulação da esfera do trabalho, um caso de estratificação profissional da língua.

Matéria – Termo genérico usado para qualquer texto que se produz para jornal. Não use em textos para publicação. Prefira a denominação exata do gênero jornalístico: *artigo*, *crítica*, *entrevista*, *reportagem* etc.³¹³

Matéria. É palavra do jargão jornalístico. Use, conforme o caso, notícia, informação, reportagem, texto, artigo, comentário, editorial, crítica, crônica, etc. Reserve a designação **matéria** apenas para uso interno.³¹⁴

Matéria – Quando indica texto jornalístico, é jargão de redação. Deve-se preferir **reportagem**, **artigo** ou **notícia**.³¹⁵

Para Melo³¹⁶, é o sentido de senso comum de *artigo* que é utilizado na Lei de Imprensa, quando é estabelecida a diferença entre artigo assinado e não assinado. No primeiro, a autoria é identificada, enquanto que no segundo não o é, sendo que é essa a questão que interessa ao poder judiciário. O autor ainda apreende uma outra acepção (menos ampla que a anterior, mas ainda não se referindo a um determinado gênero), em que a palavra tem o sentido de colaboração (texto escrito por colaborador) para jornal ou revista.

³¹² Vivaldi, G. M. *Generos periodisticos*, 1979, p. 175-176.

³¹³ Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*, p. 90.

³¹⁴ Martins Filho, *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*, p. 174.

³¹⁵ O Globo, *Manual de redação e estilo*, p. 160.

Na esfera científica, algumas vezes, o termo *artigo* é considerado como uma categoria teórica de classificação, que abarca vários gêneros jornalísticos. Pode-se citar, como exemplo, a classificação proposta por Albertos para os gêneros do jornalismo espanhol. O autor, no capítulo *Géneros periodísticos interpretativos: el artículo e sus diferentes modalidades*, salienta:

De acuerdo com un esquema de clasificación ya esbozado anteriormente – y que podría describirse como de inspiración anglosajona – queremos estudiar conjuntamente en este capítulo todos los géneros periodísticos que pueden ser englobados bajo la denominación de *comments*. (...)

Lo que tienen de común entre sí todas estas manifestaciones es que no trabajan directamente sobre hechos, no tienen la finalidad rigurosamente informativa de transmitir datos. Trabajan sobre ideas, deducen consecuencias ideológicas, culturales, filosóficas, etc., de unos acontecimientos más o menos actuales. Por este motivo, todo este cúmulo de trabajos periodísticos o para-periodísticos pueden ser denominados conjuntamente de *artículos*. Este término vendría a ser la traducción adaptada a nuestro idioma del *comment* anglosajón.³¹⁷

Sob a denominação de *artigo*, o autor abriga os gêneros artigo, editorial, comentário, suelto, crítica, artigo de ensaio, de humor, de costumes etc. A classificação dos gêneros jornalísticos desse autor se assenta, como ele mesmo observa, no paradigma tradicional da divisão do jornalismo em *notícia* e *comentário*, na relação entre os gêneros e as categorias teóricas de classificação da comunicação jornalística, que tem uma forte tradição na cultura jornalística. Entretanto, conforme discutido neste capítulo, se na gênese do jornalismo esse entrelaçamento entre categorias e gêneros era até possível, hoje já não o é mais, pois, com as transformações sócio-tecnológicas e com a "complexificação" da atividade jornalística, novos gêneros foram se consolidando. Assim, é no quadro desse processo histórico de formação e de diferenciação dos gêneros que se pode compreender o uso das expressões *artigo assinado* para o artigo e *artigo de fundo* para o editorial³¹⁸.

Outro sentido é aquele que assume a palavra *artigo* como gênero discursivo específico. É esse o sentido que a palavra tem na práxis jornalística (brasileira) e também

³¹⁶ Melo, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*.

³¹⁷ Albertos, *Redacción periodística*, p. 139.

³¹⁸ Por exemplo, ver os verbetes *articulista*, *artigo* e *artigo de fundo* em Rabaça, C. Al., Barbosa, G. *Dicionário de Comunicação*.

na pesquisa acadêmica³¹⁹: o artigo é visto como um gênero jornalístico particular da esfera do jornalismo impresso. Se o artigo apresenta traços em comum com outros gêneros considerados como "opinativos" (como a finalidade da interação social), ele assume feições particulares a partir da sua autoria, um dos fundamentos de diferenciação dos gêneros, segundo Bakhtin. A posição da autonomia do artigo como gênero do discurso se encontra consolidada nos manuais de redação e estilo das instituições jornalísticas, como se pôde observar, a título de ilustração, nas citações do início desta seção (sobre o termo matéria) e ainda no verbete a seguir:

Artigo – Gênero jornalístico que traz interpretação ou opinião do autor. Sempre assinado.³²⁰

No *Novo manual da redação*, do jornal *Folha de S. Paulo*, como visto, o artigo é definido como um gênero jornalístico que "traz interpretação ou opinião do autor". Por isso, ele sempre é assinado. A autoria e outras informações sobre o articulista, como idade, profissão, função ou cargo constam no pé biográfico (nome do autor em letras maiúsculas e em negrito; informações biográficas, em letra minúscula, sem negrito). Nos verbetes *colaboradores* e *crédito*, tem-se que o jornal solicita textos a colaboradores (pessoas que prestam serviço sem relação de emprego com o jornal) fixos ou eventuais, que podem ser jornalistas ou não. Os colaboradores eventuais são personalidades ou especialistas de grande destaque social. O jornal também pode publicar artigos enviados espontaneamente à Redação.

O jornal explicita que adota como critério publicar artigos inéditos no Brasil, ou no mesmo dia em que são veiculados em outro meio (em caráter de exceção)³²¹. Usa como norma publicar artigos que expressem pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema. Entretanto, estabelece como critério o direito de não publicar artigos que, na opinião da assessoria jurídica, veiculem calúnia, difamação, injúria. Também não publica os que possam dar margem a processo judicial, pois mesmo que a responsabilidade jurídica seja de quem assina o artigo, o seu autor, a responsabilidade jornalística e política é creditada

³¹⁹ Os trabalhos de J. M. de Melo se enquadram nessa situação. Mas essa não é uma posição unânime no meio acadêmico. De acordo com o conceito de gênero assumido pelo pesquisador, o artigo vai ter ou não o estatuto de gênero, como visto na seção anterior.

³²⁰ Folha de S. Paulo. *Novo manual da redação*, p. 54 ou 123.

³²¹ A esse respeito, ver as observações arroladas a partir da análise dos dados.

ao jornal. "A qualidade do jornal também depende das opiniões de jornalistas, críticos e colaboradores."³²²

Os critérios apresentados para avaliar a conveniência da publicação de artigo de colaborador são: grau de conhecimento sobre o assunto, qualidade do texto, atualidade jornalística do tema e caráter polêmico das opiniões defendidas no artigo. Além disso, para ser publicado, passa pela aprovação prévia ("conhecimento prévio") da Direção de Redação; é a ela que compete essa decisão.

Em relação às normas de redação, o artigo pode ser redigido em primeira pessoa, há maior liberdade para o uso de adjetivos (com a recomendação de serem usados "com sobriedade") e admite-se o recurso à ironia (com cautela). Podem ser usadas frases nominais nos títulos. O artigo de colaborador não pode ser modificado pelo copidesque sem concordância prévia do seu autor, a não ser para adequação do texto às normas gramaticais e de padronização gráfica, estabelecidas pelo manual, "salvo exceções definidas pela Secretaria de Redação"³²³.

No *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*, como no manual anterior, tem-se a orientação de que o noticiário dever ser essencialmente informativo. O jornal expõe seus pontos de vista no editorial. Também são apresentadas ao leitor, na forma de outros gêneros, perspectivas diversas sobre um mesmo assunto, nem sempre coincidentes com as do jornal: "o jornal tem críticos, comentaristas, analistas, articulistas, correspondentes e outros que, em textos assinados, poderão expor suas opiniões"³²⁴.

Quanto à especificidade do gênero artigo, o manual não apresenta nenhum verbete em particular sobre o gênero (o mesmo se dá com os outros gêneros). Da análise do todo, tem-se que o artigo é um gênero jornalístico opinativo, sempre assinado, escrito por colaboradores internos ao jornal ou não. A identificação da autoria é feita em nota publicada no pé do artigo, onde constam o nome do autor, profissão, local de trabalho (dados em negrito).

Na construção do artigo, é permitido o uso da primeira pessoa como forma de expressão, mas recomenda-se evitar, "a todo custo", o uso do pronome *eu*, por dar uma sensação de narcisismo ao texto (o recurso à primeira pessoa só se justifica nas crônicas); também é permitido o uso de formas de tratamento, de adjetivos (com parcimônia), tomando-se cuidado, no entanto, com os "adjetivos fortes", que podem surpreender o leitor

³²² Folha de S. Paulo, *op. cit.*, p. 97.

³²³ Folha de S. Paulo, *op. cit.*, p. 65.

ou causar efeito de se impor opinião definitiva sobre alguma coisa ou alguém; aos colaboradores externos, pode ser admitido o uso de palavras e expressões vetadas pelo manual³²⁵, com exceção daquelas tidas como vulgares e chulas. No título, deve-se evitar o uso de gerúndio.

O conjunto das informações levantadas sobre o gênero artigo a partir dos manuais de redação dos jornais pesquisados traz indícios importantes para a compreensão do gênero do ponto de vista da esfera jornalística. O artigo é considerado como um gênero onde se constrói a defesa de um ponto de vista particular a respeito de um tema da atualidade que, segundo os manuais, não precisa coincidir com a opinião do jornal. A assinatura, como se verá, assume um papel importante, pois identifica a autoria, que tem uma função de responsabilidade ideológico-discursiva e jurídica.

Assim, na articulação entre o quadro teórico assumido e as posições da esfera jornalística, ratifica-se a posição de o artigo se constituir como um gênero do discurso característico do jornalismo impresso, veiculado por jornais, revistas e mais recentemente pela Internet.

6.2 O cronotopo do artigo: seu lugar discursivo e sua periodicidade

Entre o processo da produção e o da interpretação dos enunciados na comunicação jornalística, há o espaço do trabalho de mediação da esfera jornalística, que é constitutivo dos enunciados. Esse trabalho de mediação que se instaura entre as instâncias de produção e os interlocutores "regulamenta" as diferentes interações no espaço jornalístico, "filtra", "interpreta" e põe em evidência os fatos, acontecimentos, idéias, saberes, opiniões etc. que vão fazer parte do universo temático jornalístico. Esse processo de mediação da comunicação jornalística pode ser comparado aos "contraintes" do *contrato de comunicação midiático* proposto por Charaudeau: "tout acte de communication, pour ce qui est de sa signification, dépend d'un *contract de communication*"³²⁶. Entre os elementos que compõem o contrato de comunicação podem ser citados a finalidade, os participantes, o tema (objeto) da comunicação, os dispositivos midiáticos.

³²⁴ Martins Filho, *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*, p. 205.

³²⁵ O manual apresenta uma relação de palavras e expressões de uso vetado, por considerá-las "antijornalísticas, pernósticas, desnecessárias, redundantes, malformadas ou inadmissíveis" (*op. cit.*, p. 208).

Dessa forma, o trabalho de seleção e divisão do universo temático-discursivo na esfera da comunicação jornalística em cadernos, seções, rubricas, suplementos já é um ato temático, estilístico e composicional. Como observa Verón, "os acontecimentos não são, em si mesmo, *fait divers*, não pertencem tampouco, por si só, à ordem do político, do econômico etc. É o tratamento discursivo que os constrói como tais. De acontecimentos 'por si só' não sabemos nada"³²⁷. Embora as divisões do universo temático jornalístico e as suas rubricas sejam diversificadas, o que se privilegia em cada divisão também apresente certas variações entre as diferentes instâncias jornalísticas, no que é essencial, tem-se em comum a questão de que essa segmentação, além de selecionar e "rotular" o que faz parte do seu universo temático-discursivo, é um índice de produção e interpretação indispensável dos enunciados individuais e dos gêneros³²⁸.

Em relação ao gênero artigo, há uma sistematicidade quanto a sua topografia no jornalismo impresso diário, que se constitui como um dos elementos importantes para a compreensão do funcionamento desse gênero. No jornal impresso *A Notícia*, o gênero artigo se situa na seção Opinião, no primeiro caderno do jornal, dividindo o espaço com gêneros como editorial, charge, carta do leitor, expediente do jornal. No jornal *AN On-line*, o artigo fica na seção denominada Opinião, dividindo espaço com o editorial, carta do leitor, charge. No *Diário Catarinense online*, o artigo se situa na seção Opinião, junto com o editorial, sendo a mesma organização encontrada na página do jornal impresso, onde também se tem o expediente do jornal. A carta do leitor é incluída em outra seção, nas páginas finais do jornal.

A *Folha de S. Paulo* na Internet apresenta os artigos na seção Opinião. Nessa seção, encontra-se o artigo do articulista fixo (escreve sempre no mesmo dia da semana), junto com o editorial, a charge e o comentário e, na rubrica Tendências/Debates, os artigos de articulistas variados. Também nesta seção encontra-se a carta do leitor. Essa distribuição é semelhante a do jornal impresso, onde a seção Opinião se encontra no caderno Brasil, o primeiro caderno do jornal. O artigo se situa na coluna vertical (página 2), junto com o editorial, o expediente, a charge e o comentário; e na rubrica Tendências e Debates (página 3). A coluna vertical do jornal tem como característica o fato de ser o espaço destinado aos

³²⁶ Charaudeau, P. *Le discours d'information médiatique*, 1997, p. 68.

³²⁷ Verón, E. *Nacos de um tecido*. In.: _____. *A produção de sentido*, 1980, p. 228.

³²⁸ Uma constatação interessante a respeito da variação da divisão do universo temático-discursivo entre os jornais destinados às diferentes classes sociais é dada por Véron (*op. cit.*) e retomada por Charaudeau (*op. cit.*): enquanto nos jornais mais elitizados o processo do trabalho de divisão e nomeação é mais claro e constante, nos jornais populares, ele não é tão explícito e nem tão sistemático.

articulistas fixos do jornal, que publicam seus textos sempre em determinado dia da semana.

No *NetEstado*, o artigo se localiza na seção Editoriais, que é dividida em Notas e Informações e Espaço Aberto. Na primeira rubrica, encontram-se o editorial e a carta do leitor (no Fórum dos Leitores). Na rubrica Espaço Aberto, circulam o artigo e o Fórum de Debates, que é um espaço discursivo próprio do jornal, que se situa entre a carta e o artigo. Com a reformulação do jornal na Internet, após a coleta dos dados, o editorial e o artigo ficaram em seções distintas: Editorial e Espaço Aberto. No *O Estado de S. Paulo* impresso, o artigo é publicado no primeiro caderno, na seção Espaço Aberto, junto com o Fórum de Debates e o expediente.

Uma análise comparativa da topografia do gênero artigo jornalístico veiculado na Internet e no jornal impresso confirma a posição levantada, no início do capítulo, a respeito da diferença entre jornalismo *online* propriamente dito e jornalismo veiculado pela Internet, pautado no jornalismo impresso. Os quatro jornais na Internet de onde foram coletados os dados, apesar da diferença do suporte material de inscrição e de circulação que a Internet implica, são, no caso, antes um novo meio (uma nova versão) de circulação do próprio jornalismo impresso³²⁹. Excetuando-se o caso dos jornais propriamente ditos *online*, tem-se a questão levantada por Debray³³⁰, a de que uma nova revolução midiológica (a audiovisual) não elimina os outros modos de transmissão (a tipografia); também o uso de uma nova mídia é sempre mais "arcaico" do que as suas reais potencialidades.

Por exemplo, em relação à tipografia e à imprensa, durante quase um século após Gutenberg, a forma do "livro impresso" continuou sendo a do manuscrito³³¹. No caso da Internet, apesar da possibilidade de uso de imagens e voz para o artigo, o seu material semiótico privilegiado é a linguagem verbal escrita. Ou seja, volta-se à tese de que o artigo constitui-se como um gênero característico do jornalismo impresso veiculado por jornais (ou revistas) ou pela Internet. Para Melo³³², no telejornalismo e no radiojornalismo, a função ideológico-discursiva do artigo é desempenhada pelo gênero entrevista.

³²⁹ Entretanto, há dois casos de diferenciação na forma de identificação da autoria, que serão abordados no próximo capítulo.

³³⁰ Debray, *Manifestos midiológicos*, p. 24..

³³¹ Debray, R. op. cit.; Martins, *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*.

³³² Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*.

Quanto a sua temporalidade, o artigo é um gênero de publicação diária³³³; seu aparecimento e sua temporalidade se limitam ao período das vinte e quatro horas de circulação do jornal. A incidência quantitativa diária de circulação do gênero varia, nos jornais pesquisados, entre a publicação de 1 a 3 artigos. No jornal *A Notícia*, são publicados 3 artigos diariamente; no Diário Catarinense, 1 artigo; na *Folha de S. Paulo*, 1 artigo na coluna fixa e 2 no espaço Tendências/Debates, totalizando 3 artigos por edição; no *O Estado de S. Paulo* são publicados 2 artigos diariamente. Essa taxa de circulação diária se mantém nos diferentes dias da semana³³⁴. A tabela a seguir sintetiza a incidência quantitativa da manifestação do artigo e a sua freqüência de circulação nos jornais pesquisados

Edição Jornal	16/09/98 (4 ^a feira)	15/10/98 (5 ^a feira)	20/11/98 (6 ^a feira)	19/12/98 (sábado)	17/01/99 (domin.)	15/02/99 (2 ^a feira)	16/03/99 (3 ^a feira)	Total
NA ³³⁵	3	3	3	3	3	3	3	21
DC	1	1	1	1	1	1	1	7
FSP	3	3	2	3	3	3	3	20
OESP	2	2	2	2	2	2	2	14

Figura 5: Número de artigos por edição em cada jornal

Na análise do número de editoriais publicados por edição no jornal, constatou-se que a incidência quantitativa também é diversa, variando de 1 a 3, conforme mostra a tabela a seguir. A análise comparativa entre o número de editoriais e artigos por edição nos diferentes jornais aponta para uma circulação desigual desses gêneros. No jornal *A Notícia*, é maior o número de publicação de artigos do que de editoriais: 3 artigos e 1 editorial. Na *Folha de São Paulo*, há um equilíbrio quantitativo: 3 artigos e 3 editoriais. Já no *Diário Catarinense* e no *O Estado de S. Paulo*, há uma inversão, ou seja, há uma maior publicação de editoriais por edição: 1 artigo e 2 editoriais; 2 artigos e 3 editoriais respectivamente. A

³³³ Característica que pode ser considerada como um dos índices de diferenciação em relação ao gênero ensaio.

³³⁴ Em um dos dias da coleta de dados – 20 de novembro de 1998, uma sexta-feira –, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou somente um (1) artigo na rubrica Tendências/Debates.

³³⁵ Para facilitar a diagramação e a leitura, optou-se pelo uso de siglas para os nomes dos jornais: AN para o jornal *A Notícia*; DC para o *Diário Catarinense*; FSP para a *Folha de S. Paulo*; OESP para o jornal *O Estado de S. Paulo*.

divisão da seção de Opinião do jornal entre os gêneros cuja autoria emana diretamente da instituição (editorial, charge, comentário, expediente etc.) e os gêneros cuja autoria representa a opinião externa (artigo, carta); a relação entre o número de editoriais e artigos constitui-se como índice para se observar a maior ou menor abertura dos jornais à manifestação da opinião externa.

Jornal \ Edição	16/09/98 (4 ^a feira)	15/10/98 (5 ^a feira)	20/11/98 (6 ^a feira)	19/12/98 (sábado)	17/01/99 (domin.)	15/02/99 (2 ^a feira)	16/03/99 (3 ^a feira)	Total
AN	1	1	1	1	1	1	1	7
DC	2	2	2	2	2	2	2	14
FSP	3	3	2	3	2	3	3	19
OESP	3	3	3	3	3	3	3	21

Figura 6: Número de editoriais por edição em cada jornal

Dividindo o espaço com outros gêneros na seção Opinião, o artigo se situa entre os gêneros que historicamente têm seu horizonte temático e axiológico orientado para a manifestação da expressão valorativa a respeito de acontecimentos sociais que são notícia jornalística. É uma das formas discursivas onde os participantes da interação reconhecem e se assumem esse trabalho avaliativo do autor. O artigo é definido pela instância jornalística e pela esfera acadêmica como o gênero cuja finalidade discursiva da interação social é a manifestação de um ponto de vista, um comentário a respeito dos acontecimentos sociais do universo temático jornalístico, que apresenta aos leitores uma determinada orientação apreciativa, cuja autoria representa uma pessoa externa à empresa jornalística.

Artigo – Gênero jornalístico que traz interpretação ou opinião do autor. Sempre assinado.(...) A **Folha** só publica artigos inéditos no Brasil ou, em ocasião excepcional, no mesmo dia que outro jornal. A **Folha** tem por princípio editar artigos que expressem pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema.³³⁶

Para oferecer ao leitor maior diversidade de pontos de vista, o jornal tem críticos, comentaristas, articulistas, correspondentes e outros que, em

³³⁶ Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*, p. 123.

textos assinados, poderão expor suas opiniões, nem sempre coincidentes com as do **Estado**.³³⁷

Trata-se de uma matéria [sic] jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma idéia e apresenta sua opinião.³³⁸

*Escrito, de muy vario y muy amplio contenido, de varia y muy diversa forma, en el que se interpreta, valora o explica un hecho o una idea actuales, de especial transcendencia, según la convicción del articulista.*³³⁹

A publicação do artigo cria para o leitor a imagem de pluralidade ideológica e de interação com a instituição. Para o jornal, além disso, cria o efeito de imparcialidade jornalística, de qualidade do produto oferecido, "requisitos" buscados pela empresa jornalística. Na perspectiva de Melo, o artigo tem um importante papel na imprensa, pois dinamiza a comunicação jornalística para além do jornalismo propriamente informativo e da opinião do jornal, trazendo outros ângulos de análise, novas perspectivas e idéias sobre o cenário sócio-político.

O artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. É claro que essa democratização constitui uma decorrência do espírito de cada veículo: sua disposição para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais.³⁴⁰

Entretanto, a divisão do espaço da opinião com a exterioridade acontece menos como uma consequência de democratização da comunicação jornalística, mas antes como uma decorrência da necessidade de credibilidade do jornal, pois "a qualidade do jornal também depende das opiniões de jornalistas, críticos e colaboradores"³⁴¹. É um espaço aberto pelo instância jornalística para a manifestação da orientação valorativa externa, mas que, para a publicação, passa pelo crivo da sua aprovação. O artigo, mesmo abarcando a imagem de "liberdade" que dá ao seu autor na seleção do assunto e na forma do seu

³³⁷ Martins Filho, *Manual de redação e de estilo de O Estado de S. Paulo*, p. 205.

³³⁸ Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 116.

³³⁹ Vivaldi, *Generos periodísticos*, p. 176.

³⁴⁰ Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 122.

³⁴¹ Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*, p. 97.

tratamento³⁴², marca-se como um gênero cuja fala é aquela consentida pela empresa, inclusive quando é divergente da posição assumida por ela. Nesse caso, a sua presença reforça a imagem de imparcialidade e de pluralidade ideológica. O artigo é "un género que necesita el periódico como medio de expresión formativo, ideológico, orientador"³⁴³.

Portanto, a topografia do jornalismo impresso cotidiano, o lugar legitimado historicamente para a manifestação do artigo é na seção Opinião. As páginas dessa seção, incluídas normalmente no primeiro caderno dos jornais, são consideradas como as suas "páginas nobres". Nos jornais *Diário Catarinense* (impresso e na Internet) e *AN on-line*, o espaço destinado ao artigo se encontra nomeado como tal, ou seja, no jornal impresso, acima do texto, tem-se o nome do gênero; na versão *online*, a chamada do texto se dá pelo seu próprio nome.

Retomando o que foi dito, a seção onde se encontra o artigo é o lugar discursivo que a instituição e o leitor reconhecem (pelo "contrato de comunicação", pela situação de interação) como o espaço do trabalho, da manifestação assumida da orientação valorativa do seu autor. Dessa forma, a própria seção Opinião é um elemento constitutivo do gênero artigo, pois ela é o lugar da sua ancoragem ideológica, delimitando a que parte do universo temático do jornalismo ele se refere, qual o seu horizonte temático, sua finalidade da interação. Ou seja, a situação social da interação é parte constitutiva do gênero: não se pode interpretar o sentido do enunciado, compreender o gênero sem a sua consideração. Os textos coletados são enunciados, exemplares do gênero artigo se se levar em conta a dimensão verbal e a extraverbal, ou seja, o seu cronotopo na comunicação jornalística.

Bakhtin/Voloshinov, ao discutirem a relação entre a parte verbal e a extraverbal dos enunciados a partir da ilustração de uma situação de interação da vida cotidiana, fazem uma analogia entre a situação social de interação e o entimema, que também pode ser ampliada para as situações de interação social das esferas especializadas.

Donc l'enoncé quotidien considéré comme un tout porteur de sens se décompose en deux parties: 1) une partie verbale actualisée, 2) une partie sous-entendue. C'est pourquoi on peut comparer l'enoncé quotidien à l'"enthymème".

C'est là néanmoins un enthymème d'un genre particulier.³⁴⁴

³⁴² "Textos de colaboradores devem ser copidescados apenas para adequação às normas da gramática e deste manual, salvo exceções definidas pela Secretaria de Redação." (Folha de S. Paulo, *op. cit.*, p. 65).

³⁴³ Vivaldi, *Generos periodisticos*, p. 175.

Tem-se, no conjunto dos dados, dois casos extremos que ilustram essa relação inextricável entre a dimensão verbal e a extraverbal dos enunciados e dos gêneros. Fora do seu espaço de interação, os textos (texto-texto) "Querido padre Marcelo Rossi" (FSP3.2³⁴⁵) e "Pedra de toque" (OESP5.2) são apenas exemplares de textos, de tipos de textos, no caso duas *cartas*, constituindo-se em enunciados, pertencentes a um determinado gênero apenas se se leva em conta a sua contrapartida social.

6.3 A circulação social: o leitor previsto

Além dos aspectos espaciais, temporais, temáticos da situação social, os gêneros têm uma concepção de autor e destinatário, que também lhes é constitutiva, conforme discutido no primeiro capítulo. O gênero se encontra orientado para um objeto discursivo, inclui os participantes da interação e suas valorações face ao objeto do discurso. O autor e os leitores, dadas as condições de produção e de circulação da comunicação jornalística, não se conhecem, não estão em uma relação de interação face-a-face.

Mas a instituição jornalística fornece o contato (interação "mediada" pelo jornalismo) entre os participantes da interação, cabendo, ao autor, no entanto, manter esse vínculo. Perelman e Olbrechts-Tyteca vêem essa mediação como responsável pelo contato autor/interlocutor, condição prévia para a interação, dando como exemplo típico a questão da comunicação científica, mas lembrando que, apesar de essa mediação já estar estabelecida em determinadas áreas, não se deve ignorar a importância do contato entre o autor e o interlocutor (ou, segundo a terminologia dos autores, o contato entre o orador e o auditório).

É verdade que esses autores [autores de comunicação ou de memórias científicas], na medida em que tomam a palavra numa sociedade científica ou publicam um artigo numa revista especializada, podem descuidar dos meios de entrar em contato com o seu público, porque uma instituição, sociedade ou revista, fornece o vínculo indispensável entre o orador e seu auditório. O papel do autor é apenas manter, entre ele e o público, o contato que a instituição científica possibilitou estabelecer.³⁴⁶

³⁴⁴ Bakhtin, Voloshinov, *Le discours dans la vie et le discours das la poésie*, p. 191.

³⁴⁵ Para efeitos de simplificação e facilidade de leitura, cada artigo foi nomeado por uma sigla diferenciada. Por exemplo, FSP3.2: a) FSP indica o jornal de origem; b) 3 o mês de coleta (novembro); c) 2 indica que é o segundo artigo da seção. Os artigos encontram-se nos Anexos da tese.

³⁴⁶ Perelman, C., Olbrechts-Tyteca, L. *Tratado de argumentação*, 1996, p. 20.

O autor tem uma projeção, um conhecimento "virtual" dos seus leitores, pelas enquetes socioeconômicas feitas pelas empresas jornalísticas, que definem o "perfil" do público leitor do jornal. Embora se afirme que o jornalista "escreve para **todos os tipos** de leitor"³⁴⁷, os jornais têm uma determinada concepção de destinatário. As grandes empresas jornalísticas publicam jornais diferenciados, destinados ao consumo de diferentes tipos de destinatários, normalmente estabelecendo como critério a classe socioeconômica. Os destinatários previstos para os jornais pesquisados são as pessoas das classes A e B (*A Notícia*³⁴⁸, *Diário Catarinense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) e C (*A Notícia* e *Diário Catarinense*). Esse dado, embora possa parecer pouco relevante para a pesquisa, deixa de sê-lo na medida que se analisa a circulação social dos gêneros.

Enquanto nos jornais destinados aos leitores dessas classes sociais tem-se a presença constante do gênero artigo, uma tendência que se observa é a sua ausência nos jornais destinados exclusivamente aos leitores das classes populares (as classes C, D e outras). Essa situação pode ser ilustrada a partir dos jornais do Grupo Folha. Segundo dados da empresa³⁴⁹, o jornal *Agora* está direcionado para leitores cuja renda mensal gira em torno de 500 a 2000 reais. O *Notícias Populares*, "veículo de informação para o trabalhador, principalmente dos grandes centros urbanos", tem como leitores previstos membros das classes C, E, D (70%), principalmente homens entre 29 e 43 anos. Em relação à circulação do artigo nos jornais do grupo, observa-se que, enquanto na *Folha de S. Paulo* o artigo é um dos gêneros de circulação diária na seção de opinião, essa presença não se marca nos jornais *Agora* e *Notícias Populares*³⁵⁰.

A partir dessas constatações, seria ainda interessante um trabalho científico de investigação da circulação do artigo nos jornais de pequeno porte. Ao que parece, a tendência é pela não circulação do artigo nesses jornais. Mas essa é uma conclusão a que se chegou de uma análise informal, que precisaria ser confirmada. Desse modo, percebe-se como o trabalho da ideologia e os índices sociais de valor se manifestam não só nos "conteúdos" dos enunciados, mas nas suas formas discursivas e na circulação social

³⁴⁷ Martins Filho, *Manual de redação e de estilo de O Estado de S. Paulo*, p. 15.

³⁴⁸ Os dados a respeito do público leitor (classe social) do jornal *A Notícia* se baseiam no conhecimento que se tem desse jornal, uma vez que não foram conseguidas informações oficiais a respeito.

³⁴⁹ Os dados foram tirados do site do Grupo Folha.

³⁵⁰ Já no *Jornal da Tarde*, do Grupo Estado, tem-se a circulação do artigo. Esse fato seria um indício de que esse jornal se direciona mais ao público jovem, como afirma o grupo? Em relação aos jornais do Grupo RBS, tem-se a questão de serem mais orientados para diferentes regiões. Por exemplo, o *Zero Hora* para o estado do Rio Grande do Sul; o *Diário Catarinense* para Santa Catarina; o *Jornal de Santa Catarina*,

diferenciada dos gêneros do discurso, que vão implicar em diferentes condições sociais de investimento dos gêneros.

Porque, aun siendo escritor claro y sencillo – de gran público –, nadie puede aspirar a ser comprendido por todo el mundo. La simple mayoría amorfa es... *la masa*. Y el buen articulista no puede ser un escritor masista, demagógico. Debe aspirar a que su palabra llegue a los más, al mayor número posible, pero no absolutamente a todos. Po eso, entre la "élite", la minoría, y la gran masa, elegimos la *mayoría selecta* que, en nuestro caso, vendría a ser como "una inmensa minoría". Apuntamos al hombre de cultura media, capaz de comprendernos y "consentirnos".³⁵¹

A projeção do interlocutor e do seu fundo aperceptivo (os seus valores, posições etc.) orienta o autor, influi naquilo que é dito e como é dito, pois todo enunciado se encontra orientado para o interlocutor. Nessa perspectiva, também se deve incluir a instituição jornalística como um leitor privilegiado, constitutivo do artigo, uma vez que a publicação do artigo passa pela leitura e aprovação prévia da instituição: "todo artigo de colaborador deve ser publicado com conhecimento prévio da Direção de Redação"³⁵².

6.4 A posição da autoria: um argumento de autoridade

Todo texto, visto como enunciado, tem um autor; todo gênero tem sua própria concepção de autoria. Desse modo, se "el análisis lingüístico dentro de unos límites determinados puede abstraerse totalmente de la autoría"³⁵³, na análise do texto-enunciado e do gênero do discurso já não se pode efetuar esse recorte³⁵⁴. Quanto à autoria do gênero, esta não se refere à pessoa física (empírica), mas a uma posição de autoria inscrita no próprio gênero. Ou, de acordo com Bakhtin, refere-se a uma "postura de autor"³⁵⁵, com sua

jornal regional, para os municípios do Vale do Itajaí (SC); neste último jornal, na versão *online*, não se tem a circulação do gênero artigo.

³⁵¹ Vivaldi, *Generos periodísticos*, p. 184.

³⁵² Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*, p. 133.

³⁵³ Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 295.

³⁵⁴ Por exemplo, os estudos de Ducrot a respeito da polifonia não incorporam a noção da autoria. A questão em torno da autoria se constitui como uma das diferenças entre a lingüística (lingüística textual), que, tendo como objeto de estudo o texto-texto, pode abstrair-se da noção de autoria, e a metalinguística (teorias do discurso), que se orienta para o texto-enunciado.

³⁵⁵ Bakhtin M., *De los apuntes de 1970-1971*, p. 372.

responsabilidade discursiva. A forma da autoria no enunciado singular, na concepção de Bakhtin, investe a concepção da autoria do gênero do enunciado.

No jornalismo brasileiro, o artigo é redigido ou por um jornalista que pertence ao quadro da empresa ou, mais freqüentemente, por um colaborador do jornal – fixo, eventual ou às vezes espontâneo –, convidado pela organização para expor seu ponto de vista sobre determinado assunto da atualidade jornalística, de sua competência. De acordo com Melo³⁵⁶, em função da legislação em vigor, que regulamenta a profissão de jornalista, a segunda opção de autoria é mais freqüente, uma vez que o colaborador, definido como não-jornalista, presta serviços eventuais à empresa. Na análise dos dados, essa posição se confirmou. Além disso, o espaço discursivo para o posicionamento opinativo do jornalista como membro do quadro da empresa se materializa no gênero comentário. Segundo Gomes³⁵⁷, quando o articulista é um jornalista, ele não está representando a empresa na qual trabalha, mas a opinião de um segmento da sociedade civil. Em função da tendência crescente dos jornais em adaptar-se aos modelos industriais de eficiência e profissionalismo, os artigos redigidos pelos colaboradores tendem a passar por um processo cada vez mais seletivo para a sua publicação. Por essas razões, Beltrão³⁵⁸ comenta que a colaboração espontânea, gratuita, tende a ser transferida para a "seção" opinativa do leitor, ou seja, fica mais restrita ao gênero carta do leitor.

Colaborador – Pessoa que presta serviço a um meio de comunicação sem relação de emprego. Pode ser jornalista ou não. A **Folha** solicita textos a colaboradores e pode publicar artigos enviados espontaneamente à Redação. Para avaliar a conveniência da publicação de artigo de colaborador, deve-se levar em conta o seu grau de conhecimento sobre o assunto, a qualidade do texto, a atualidade jornalística do tema e o caráter polêmico das opiniões defendidas no artigo.³⁵⁹

Mas enquanto a expressão *colaborador* se refere mais ao caráter do vínculo profissional entre o autor e a empresa (colaborador externo, colaborador interno), a palavra *articulista* remete mais especificamente à forma da autoria de um gênero específico. A designação da autoria prevista para o artigo tem uma certa estabilidade semântica, quer

³⁵⁶ Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*.

³⁵⁷ Gomes, P. G. *Artigo*. In.: ____ et al. *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*, 1987.

³⁵⁸ Beltrão, L. *Jornalismo opinativo*, 1980.

³⁵⁹ Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*, p. 132.

dizer, há um reconhecimento social de sua posição discursiva no conjunto da comunicação jornalística, conforme se pode observar nas citações:

Articulista: Profissional que periodicamente escreve **artigos** assinados para jornais e revistas, onde opina pessoalmente sobre fatos econômicos, políticos e sociais. Pode ou não fazer parte do quadro funcional.³⁶⁰

Para oferecer ao leitor maior diversidade de pontos de vista, o jornal tem críticos, comentaristas, analistas, **articulistas** (...).³⁶¹

Pela análise dos manuais de redação, tem-se como dados sobre a autoria apenas que o artigo pode ser redigido por jornalista ou por colaborador, contínuo ou não, que é convidado pelo jornal para escrever sobre assuntos da sua competência. O fato de o articulista ser alguém de fora da empresa jornalística levanta a questão de se querer saber quem são os articulistas, de que lugar social eles falam, qual o seu papel na comunicação jornalística. Ou seja, o que é ser um autor articulista; ou, dito por outro ângulo, o que é preciso para poder se investir da postura de articulista?

A partir da análise dos dados (62 enunciados do gênero)³⁶², constatou-se que há articulistas que têm publicado o seu texto, no mesmo dia, em diferentes jornais. Foram encontrados, nos sete dias da semana de coleta, três ocorrências desse tipo, com a publicação de textos idênticos simultaneamente nos jornais *A Notícia* e *Folha de S. Paulo*. É o caso dos artigos "A sugestão do ministro Malan" (AN1.1) e "A sugestão do ministro Malan" (FSP1.1); "Uma tarde de tédio" (AN3.1) e "Uma tarde de tédio" (FSP3.1); "A Previdência e a expectativa de vida" (AN5.1) e "A Previdência e a expectativa de vida" (FSP5.1)³⁶³. Os articulistas que escrevem às quartas-feiras, sextas-feiras e domingo na coluna fixa da *Folha de S. Paulo* também têm publicado os seus textos, nos mesmos dias da semana, no jornal *A Notícia*³⁶⁴. Como regularidade, tem-se o fato de essa situação só

³⁶⁰ Rabaça, Barbosa, *Dicionário de comunicação*, p. 51.

³⁶¹ Martins Filho, *Manual de redação e de estilo de O Estado de S. Paulo*, p. 205. Grifo acrescentado à citação.

³⁶² Conforme tabelas no Anexo 1 – Tabelas, nos Anexos da tese.

³⁶³ Nesses exemplos, pode-se levantar também a diferença entre enunciado e texto, tal como abordado no primeiro capítulo. Se do ponto de vista da lingüística tem-se um único texto para as duas ocorrências de publicação, do ponto de vista da metalinguística está-se diante de dois enunciados.

³⁶⁴ Em uma análise mais ampla, para além dos dados da pesquisa, observou-se que tal fato também ocorre com mais dois articulistas fixos dos jornais citados. Em outro dia da semana, por exemplo, variam os autores (físicos), mas a esfera de onde falam é a mesma, como a esfera religiosa.

ocorrer com os artigos dos articulistas fixos da *Folha de S. Paulo* (os da coluna vertical, da página 2).

Há a presença de articulistas fixos em determinados jornais, ou seja, que publicam seus textos semanalmente, no mesmo dia da semana. Esse fato foi verificado nos jornais *A Notícia* e *Folha de S. Paulo* (na coluna fixa). Neste, há a indicação dessa situação: "Fulano de Tal escreve às quartas-feiras nesta coluna".³⁶⁵ Embora com certas descontinuidades, tem-se também o mesmo fenômeno no jornal *O Estado de S. Paulo*. Essa situação não foi verificada nos dados coletados do *Diário Catarinense*. Ainda é comum o fato de os articulistas, fora desse espaço semanal fixo nos jornais, também escreverem em outros dias da semana. Por fim, um mesmo articulista (fixo ou não) pode escrever para diferentes jornais (tendo-se inclusive um caso de publicação, no mesmo dia, de dois artigos de um mesmo autor (físico)). Ilustram essa situação os artigos "O direito à oportunidade" (AN4.1) e "Rezando o terço" (DC7.1); "Sansão e as colunas do templo" (AN5.2) e "Os Estados e o déficit" (DC5.1); "Para que votar?" (FSP1.3) e "Emoções" (OESP3.1).

Quanto ao lugar social de onde falam, há principalmente a presença de articulistas da esfera política (governamental), representada preferencialmente por deputados federais. Em seguida, tem-se a esfera da indústria, do comércio e da administração, representada em grande parte por presidentes de associações empresariais da indústria, do comércio e da prestação de serviços. Outra esfera representativa é a científico-acadêmica. Entretanto, nessa situação, normalmente não se tem na posição da autoria a figura do cientista voltado para um objeto científico, mas a figura do homem social público falando, da sua esfera de atuação, sobre os acontecimentos sociais do momento. Essa posição se justifica porque os pesquisadores/professores são preferencialmente das áreas sociais: economia, história, sociologia, jornalismo etc. Também tem-se a presença das esferas religiosa, jornalística, artística e jurídica³⁶⁶.

Entretanto, aqui vale ressaltar que nessa situação de interação não se está diante de uma *situação de comunicação na própria esfera*, por exemplo na esfera da produção, dos negócios, da administração, ou na esfera política, mas em uma *situação de interação em que um dos seus participantes dialoga com a sociedade*, ou com uma parcela dessa sociedade. É uma interação mediada pelo jornalismo e que "sofre" as restrições e a

³⁶⁵ Lembrando que foi esta uma das razões de se coletar os dados em diferentes dias da semana, objetivando, com isso, evitar ter-se muitos exemplares do gênero cuja autoria fosse um mesmo autor físico.

³⁶⁶ No critério de seleção dos dados para a análise da dimensão verbal, acabou não ficando incluída a esfera jurídica.

influência dessa esfera. A autoria se constrói nessa interface entre o extra-jornalístico e o jornalístico. Ainda, a divisão dos articulistas por esfera não é algo estanque, mas sempre um trabalho aproximativo, pois as esferas se constroem entre fronteiras e se interceptam. Assim, mesmo o articulista se posicionando da esfera política, pode haver traços das suas relações com outras esferas (indústria, por exemplo).

O autor fala a partir do ponto de vista da sua esfera de atuação, como um representante legitimado por ela. Muitas vezes, no artigo, tem-se menos a fala "individual" do autor, o seu ponto de vista particular como membro dessa esfera. Há um deslocamento, ou melhor, uma sobreposição, em que, por um processo de "ventriloquismo", na fala do autor tem-se a voz da instituição que ele está representando. Ele assume o papel de porta-voz, encarnando a instituição que representa, constituindo-se a sua fala um discurso bivocal.

(01)³⁶⁷ No caso do setor gráfico, essa responsabilidade é um compromisso muito sério, em razão de sua ligação intrínseca com a produção de livros, cadernos, jornais, revistas e todos os materiais impressos que contêm informações. Além disso, a indústria gráfica está diretamente ligada à rotina diária da população, ou seja, ao exercício de todos os direitos inerentes à cidadania na sociedade contemporânea. (...).

Para marcar a sua posição em defesa da democratização das oportunidades e do exercício da cidadania, a Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) é, pelo quarto ano consecutivo, uma das patrocinadoras do Prêmio de Direitos Humanos, instituído em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. [Presidente da Abigraf] (AN4.1)

(02) O inestimável apoio comunitário e a presença constante dos órgãos colegiados nas grandes decisões que têm norteado a Universidade do Vale do Itajaí, tem-nos garantido que vimos acertando na busca dos objetivos.

(...)

Não que a pontuação no conceito A, obtida pelo curso de Odontologia no chamado "provão" do MEC, nos tivesse imbuído de euforia fácil. Nada disso. Quem nos tem acompanhado sabe que a recente instalação do curso de Medicina é a coroação de esforços antigos. [Reitor da Univali] (DC4.1)

(03) Enquanto continuam a se desenvolver, no Brasil e no mundo, os eventos políticos e econômicos decorrentes da desvalorização do real, a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, ao mesmo

³⁶⁷ Na apresentação dos exemplos, pode ocorrer a repetição de trechos de artigos já citados, mas ilustrando uma outra questão de análise.

tempo em que procuram analisar e compreender o que se passa, mantêm sua aposta no futuro do país, acreditando que o mercado será capaz, nos próximos dias, de encontrar seu próprio equilíbrio.

(...)

As nossas entidades estimulam os associados para que se esforçem a fim de manter estáveis os níveis dos preços dos produtos e insumos industriais. E fazem um apelo ao governo: os preços públicos não podem dar um mau exemplo ao mercado. [Presidente da Fiesp/Ciesp] (FSP5.2)

(04) Em 3/6/98, o Senado aprovou a Lei nº 9.656, reconhecidamente cheia de erros e equívocos técnicos e conceituais, com o compromisso de fazer correções gradativas capazes de aperfeiçoá-la.

Manifestamos, naquela ocasião, que era muito mais lógico esgotar o esforço corretivo antes de aprovar a lei para promulgar-se uma lei já adequada. A matriz da lei de regulamentação dos planos de saúde sempre padeceu de distorção incorrigível, pelo forte viés securitário que a caracterizava. Também, desde o início das discussões, na Câmara dos Deputados, foram alimentadas falácias de que o mercado, a concorrência e o produto "doença", tratado como "mercadoria", esvaziaria o SUS e aumentaria o universo de 43 milhões para 80 milhões de usuários assistidos, consubstanciando uma grande solução. [Diretor Presidente da UNIMED no Brasil] (OESP4.1)

Nos exemplos acima, se de um ponto de vista estritamente lingüístico se tem a instituição como referente (objeto do discurso) dos textos (a Associação da Indústria Gráfica, a Univali, a Fiesp/Ciesp), do ponto de vista do enunciado e do gênero tem-se uma questão de estilo, uma questão de vozes, ou seja, um caso de um discurso bivocal. A instituição se encontra no jogo da interface entre objeto e autora do discurso (o *ele* que é um *eu*); o autor incorpora o seu ponto de vista. É uma estratégia discursiva semelhante a que ocorre na esfera familiar, na relação entre pais e filhos, quando, por exemplo, a mãe se dirigindo ao filho diz "A mãe não quer você faça isso". A assimilação da voz do autor com a da instituição de onde fala pode se marcar textualmente, por exemplo, pelo presença do pronome *nós* ou do verbo conjugado na primeira pessoa do plural. Assim, em muitas partes do enunciado, o *nós* não engloba o autor e o leitor do artigo, mas o autor e o seu segmento de atuação/representação:

(05) Por suas consequências trágicas para o País, considero³⁶⁸ esse descontrole público um dos principais pontos sobre o qual o PT e o conjunto das forças de esquerda e democráticas devem se debruçar.

³⁶⁸ Os sublinhados forma acrescentados aos exemplos, com o objetivo de destacar os tópicos trabalhados.

(...)

A esse desafio, já temos respondido com iniciativas, como o orçamento participativo em administração populares e com o orçamento regionalizado – experiência inovadora que transformamos em lei aqui em Santa Catarina. [Deputado federal] (AN3.2)

(06) Não que a pontuação no conceito A, obtida pelo curso de Odontologia no chamado "provão" do MEC, nos tivesse imbuído de euforia fácil. Nada disso. Quem nos tem acompanhado sabe que a recente instalação do curso de Medicina é a coroação de esforços antigos. [Reitor da Univali] (DC4.1)

(07) As nossas entidades estimulam os associados para que se esforcem a fim de manter estáveis os níveis dos preços dos produtos e insumos industriais. E fazem um apelo ao governo: os preços públicos não podem dar um mau exemplo ao mercado. [Presidente da Fiesp/Ciesp] (FSP5.2)

(08) Manifestamos, naquela ocasião, que era muito mais lógico esgotar o esforço corretivo antes de aprová-la para promulgar-se uma lei já adequada. A matriz da lei de regulamentação dos planos de saúde sempre padeceu de distorção incorrigível, pelo forte viés securitário que a caracterizava. [Diretor Presidente da UNIMED no Brasil] (OESP4.1)

Como já abordado, uma das particularidades do artigo reside na questão de a sua autoria implicar uma pessoa externa à empresa jornalística. Também a divisão do espaço temático da opinião na comunicação jornalística entre a empresa jornalística, seus jornalistas e a opinião externa não acontece como uma concessão, mas como uma decorrência da necessidade de "exigência de credibilidade" para o jornal.

Le critère d'extériorité correspond à une exigence de crédibilité. C'est une façon pour les médias de reconnaître qu'ils ne sont pas les seuls à commenter le monde, que d'autres acteurs de la vie sociale ont leur mot à dire, à la fois comme témoins, analystes, ou penseurs, et comme représentants directs, à titres divers, du débat social. Les médias entretiennent cependant une relation ambiguë vis-à-vis de ces représentants. D'une part, ils ne cessent de les solliciter pour se faire les champions d'une sorte de "democratie directe" – (...) – d'autre part ils les utilisent comme alibi pour se légitimer.³⁶⁹

³⁶⁹ Charaudeau, P. *Le discours d'information médiatique*, p. 196.

No caso do artigo, qual o critério da seleção da opinião externa, ou seja, qual a identidade do articulista? Quais são as classes ou categorias sociais representadas? Se o lugar social de onde fala o articulista já é um elemento relevante para a compreensão do gênero artigo, tem-se ainda como pertinente a questão do seu papel desempenhado na sua esfera de atuação ou no meio social de um modo geral e a sua implicação na esfera da comunicação jornalística. Uma vez que "o enunciado não é o mesmo, quando emana deste ou daquele autor, ele muda de significado; não há simples transferência de valores, mas reinterpretação num contexto novo, fornecido pelo que se sabe do autor presumido"³⁷⁰, como se constrói a autoria no artigo?

Pela análise da esfera de onde fala o autor, do seu papel social que nela desempenha, a concepção da autoria do gênero artigo está ligada à noção de destaque (notoriedade) social, e à concepção de homem público³⁷¹. Essa "imagem" é construída ou a partir da posição privilegiada que o autor ocupa no cenário sócio-político (ele é um político, uma pessoa que é objeto de notícia na mídia) ou a partir da sua situação profissional de destaque em certas esferas sociais de atuação: ele exerce a função de empresário, administrador, presidente de associações, reitor, bispo, ou ainda é professor universitário, é um jornalista, um juiz conhecido. Em resumo, o articulista assume os traços de uma pessoa pública que tem uma papel social e profissional de destaque na sociedade e que exerce normalmente um função de decisão no seu espaço de atuação profissional. Como observa Beltrão³⁷², "de fato, raramente um autor desconhecido do editor e do público (aqui incluídos muitos redatores principais do *staff* redacional) tem as honras da inclusão de seu artigo na página nobre do jornal".

Em relação a esse aspecto, é importante ressaltar o caráter restritivo dessa abertura concedida pelos jornais para a manifestação da opinião externa, que se processa por dois viéses diferentes. Em primeiro lugar, pela recorrência dos mesmos escritores, o que já limita a noção de pluralidade ideológica. Há uma espécie de "profissionalização" da autoria do artigo. Em segundo lugar, o aspecto da notoriedade como fundamento para a autoria, engendrado pela mídia e pela sociedade, a partir do destaque social e profissional, exclui aqueles sem prestígio social, os "sem nome", do "diálogo" jornalístico. Além disso, a abertura concedida a partir do destaque do autor na sua área de atuação não abrange todos

³⁷⁰ Perelman, C., Olbrechts-Tyteca, L. *Tratado de argumentação*, p. 362.

³⁷¹ Este é um dos aspectos de diferenciação do gênero artigo para o ensaio, cuja autoria está ligada à imagem do homem cientista. Embora este (mais nas ciências sociais) também possa assumir a posição de pessoa pública, de destaque social e assim assumir a autoria do artigo, a recíproca não é verdadeira.

os segmentos sociais, mas se circunscreve àquelas funções que gozam de prestígio social e midiológico (ou seja, não basta ter apenas destaque profissional, depende da profissão, da esfera). Assim sendo, não é qualquer leitor, qualquer cidadão que pode assumir a autoria do artigo. A pluralidade ideológica e o caráter de abertura para a manifestação da opinião externa à empresa são, na verdade, uma imagem construída pela esfera jornalística.

O reconhecimento social e profissional do articulista na sua esfera de atuação, confirmado tanto pelo jornal (que abre espaço para a sua fala na "página nobre", que se constitui como um autor interposto no artigo) quanto pela sociedade (leitores dos jornais), outorga credibilidade à fala do autor, coloca-o na posição de "articulador" de um ponto de vista autorizado, de formador de opinião. Seu comentário, isto é, seu posicionamento sobre determinado acontecimento social constitui-se em tema (objeto) de interesse (é notícia) para os jornais e para o público leitor. A aceitação ou concordância com o ponto de vista (persuasão do leitor) do autor se encontra vinculada ao valor da sua esfera social e ao seu prestígio nessa esfera ou no contexto mais amplo.

Cuando nos disponemos a leer un artículo de un gran escritor, nos interesan no tanto *las cosas*, como las ideas del escritor sobre esas cosas. En el reportaje – y también en la crónica – los títulos nos inducen a la lectura; conocemos, de antemano, el tema del escrito; sabemos, sobre poco más o menos, lo que vamos a leer. En el artículo, el título – aun siendo significativo o sugerente – no lo dice todo: sólo anuncia levemente el contenido sin descubrirlo. Es *la firma* del autor lo que nos arrastra a la lectura. No es totalmente indispensable que el autor del artículo sea un escritor consagrado; basta un nombre conocido, famoso: Picasso hablando de pintura; Casals, de música; Indira Gandhi de política internacional... No son propiamente escritores, pero su gran personalidad sería señuelo suficiente para atraer al lector, en el supuesto de unos artículos escritos por tan renombradas "firmas".

Tampoco quiere decirse que se desprecien o menosprecien los hechos, la ideas. Sería tanto como defender el artículo vano, vacío, sin contenido. Lo expuesto significa, simplemente, que *el autor de un artículo está siempre en primer plano*.³⁷³

Por essas razões e pela sua relação assimétrica com o leitor no espaço da comunicação jornalística (ele é um autor de elite, pois é um leitor selecionado e autorizado pela empresa jornalística para assumir a palavra; está, portanto, em uma relação de superioridade, em uma situação de interação vertical), o articulista incorpora o *ethos* da

³⁷² Beltrão, L. *Jornalismo opinativo*, p.65.

³⁷³ Vivaldi, *Generos periodisticos*, p. 188.

competência social, angariada pela sua circulação na mídia, pela função profissional exercida, ou, ainda, pela moral (a fala dos religiosos, por exemplo), pelo conhecimento científico³⁷⁴ etc. Esse *ethos* de competência social e profissional se manifesta ideologicamente no gênero: ele legitima o ponto de vista do autor, funcionando como garantia para o seu discurso. O articulista é visto como sujeito competente também para aquilo que diz. Ele incorpora a aura da competência sócio-discursiva, inclusive para a abordagem de temas fora do seu domínio de atuação, como no artigo "Os malefícios do tabagismo" (AN6.1), onde tem-se um empresário abordando os males causados à saúde pelo cigarro, lugar onde se esperaria menos uma competência empresarial, mas médica, científica ou pedagógica. Entretanto, o *ethos* de competência, de autoridade do articulista não é um aspecto "citado", mas mostrado pelo artigo.

Hoje, o elogio que o orador fizesse de sua própria pessoa nos pareceria o mais das vezes deslocado e ridículo. Comumente, o presidente da sessão assume esse papel, mas na maioria dos casos o orador é conhecido, seja porque fala perante um auditório familiar, seja porque se sabe quem é ele, por meio da imprensa e de todas as formas modernas de publicidade. A vida do orador, na medida em que é pública, constitui um longo preâmbulo a seu discurso.³⁷⁵

O que se tem, então, é que essa competência é construída pela própria situação de interação, ou seja, pela cena genérica. A situação de interação incorpora e determina a "imagem" que se tem do articulista. Dessa forma, se a autoria do artigo incorpora esse *ethos* de competência social e discursiva, por outro lado, a partir do momento que o sujeito ocupa essa cena genérica, ele também é investido dessa competência discursiva requerida.

Portanto, pelo prestígio público, profissional (no entanto, como visto, esse prestígio se limita a determinadas áreas e profissões) e midiológico que goza, pela competência sócio-discursiva angariada, o *ethos* do articulista constitui-se como garantia de credibilidade para o seu discurso. Essa posição se amplia também para as situações em que a voz do articulista incorpora o discurso da instituição que ele representa. Nessas situações, o *ethos* da instituição também funciona como uma garantia. Afinal, ela incorpora o estatuto de prestígio social, que lhe credita a aura de competência, de credibilidade social, que

³⁷⁴ Embora a competência científica, no artigo, não seja uma das condições mais importantes; seu lugar está vinculado antes ao gênero ensaio.

³⁷⁵ Perelman, C., Olbrechts-Tyteca, L. *Tratado de argumentação*, p. 364.

legitimam o seu discurso (como desqualificar a posição discursiva de uma instituição de prestígio como a universidade, uma associação etc.?).

O *ethos* da autoria no gênero artigo, além de se constituir como uma garantia, funciona como um argumento de autoridade para aquilo que é dito. Na verdade, tem-se um duplo argumento de autoridade: o do articulista – legitimado pela sua esfera de atuação, pelo jornal e pelos leitores – e o do jornal, por funcionar como um autor interposto. Dessa forma, o autor ancora o seu ponto de vista, muitas vezes, na sua própria autoridade, legitimada pela sua competência, pelo seu saber enciclopédico, pela sua circulação social³⁷⁶. Também o argumento de autoridade que emana da autoria não é um argumento citado, mas mostrado pela cena genérica do artigo e pelo próprio discurso.

(09) Surge agora um novo conceito, "a gestão por competências". Um aglutinador de ações no campo das habilidades de gestão e que vem para dar início à "new company of the 21th century".

É um modelo absolutamente novo, conhecido e iniciado por poucas organizações no mundo. Não há literatura a respeito, e as experiências são ainda embrionárias. Porém, este modelo será capaz de determinar as competências básicas das empresas, que por sua vez determinarão as competências humanas que a atenderão, alinhando-as. Serão necessárias muitas mil horas para definir o que é competência, adentrar a visão e o planejamento estratégico, descobrir valores e talentos inerentes às pessoas e que suportarão essa nova companhia. [Consultor para o desenvolvimento humano e organizacional] (AN6.3)

(10) As eleições de 4 de outubro trouxeram alguns ensinamentos e lições importantes que, se bem aprendidos, poderão servir de parâmetro para os futuros pleitos eleitorais, especialmente com relação ao partido político ao qual sou filiada há tantos anos, integrando a atual executiva estadual – o PMDB.

O eleitor desmentiu a sua aparente apatia inicial na campanha política, impondo derrotas que entendeu merecidas, mesmo aos que detinham o poder da máquina administrativa e acreditavam que essa força se estenderia à manipulação eleitoral. [Vice-presidente do PMDB/SC] (DC3.1)

(11) Com a experiência de quem jogou quatro Copas do Mundo e acompanhou outras sete de perto, não tenho dúvida em dizer que não é boa a idéia do novo presidente da Fifa, Joseph Blatter, que disse ter a intenção de fazer uma Copa a cada dois anos – em vez de a cada quatro,

³⁷⁶ Outro traço de diferenciação entre o artigo e o ensaio, pois neste gênero o autor costuma legitimar o seu ponto de vista pela introdução do argumento de autoridade centrado não na sua autoria, mas em uma autoridade externa ao processo de interação, a voz de um outro cientista, legitimada pela esfera científica.

como acontece desde 1930, exceção feita aos anos 40, os da Segunda Guerra Mundial, quando não houve copa.

Aliás, duas coisas me causaram estranheza em torno da idéia de Blatter. [Ex-jogador de futebol e tri-campeão pela seleção brasileira] (FSP5.3)

(12) A fórmula de um bom jornal reclama uma balanceada combinação de convicção e dúvida. A candura, num país dominado pela tradição da impunidade, acaba sendo um desserviço à sociedade. É indispensável o exercício da denúncia fundamentada. Precisamos, independentemente do escárnio da delinqüência arrogante, perseverar num autêntico jornalismo de bulldogues. Um dia a coisa vai mudar. Graças também ao esforço investigativo dos bons jornalistas. Essa atitude, contudo, não se confunde com o cinismo de quem sabe "o preço de cada coisa e o valor de coisa alguma". O repórter, observador diário da corrupção e da miséria, não pode deixar que a alma envelheça. Convém renovar a rebeldia sonhadora do começo da carreira. O coração do foca deve pulsar em cada matéria. [Diretor do Master de Jornalismo para Editores, professor de Ética Jornalística] (OESP6.2)

A autoria, marcada pela "imagem" do *ethos* da competência e autoridade socio-discursiva, em articulação com o cronotopo do artigo, funciona como o lugar do estabelecimento e da ancoragem da entonação do gênero (um tom autorizado), da sua atitude valorativa na comunicação jornalística. A orientação apreciativo-opinativa do artigo vincula-se à organização da situação de interação do gênero, à posição do autor nessa situação. Ambas, autoria e entonação, se encontram na intersecção entre o verbal e o social, bem como estabelecem o vínculo entre essas duas dimensões constitutivas do gênero. Pode-se considerar a autoria, a partir da sua função e do seu papel no artigo, como um elemento do gênero que se situa não só na intersecção da dimensão extraverbal e verbal do gênero, mas também que se manifesta como parte da sua dimensão verbal. É a forma (posição) da autoria que, junto com o cronotopo, cria a cena genérica do artigo e, assim, imprime o seu caráter e a sua atitude opinativa. Dessa forma, comprehende-se que a assinatura e o pé biográfico assumem um papel relevante como um dos traços do gênero artigo.

Portanto, como discutido no primeiro capítulo e mostrado neste, através da análise, a situação de interação não pode ser concebida apenas como um elemento que envolve o enunciado e o gênero. Ela é uma parte constitutiva deles. Sem a sua consideração, pode-se abordar apenas o texto-texto, propor tipos teóricos de texto. É essa a posição teórica que norteia a análise da dimensão verbal do artigo, apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

ASPECTOS DA DIMENSÃO VERBAL DO ARTIGO

Concebendo a dimensão social do artigo como um *tipo* particular de interação, ou seja, um cronotopo específico na esfera da comunicação jornalística, foram as especificidades dos elementos constitutivos da sua situação de interação, bem como a consideração da interação social como a realidade fundamental da linguagem, que se apresentaram como os traços norteadores e articuladores para a análise e interpretação do funcionamento do gênero artigo a partir da sua dimensão verbal. Nessa perspectiva, na análise dos dados, a pesquisa orientou-se para a apreensão do objeto do discurso, ou seja, do que trata o artigo, o que "motiva" o seu aparecimento; em como se dá a sua orientação dialógica para o objeto do discurso, para os enunciados já-ditos e para a reação-resposta ativa do leitor; para as estratégias estilístico-composicionais de enquadramento, de incorporação e de manifestação dessas relações no artigo; para o papel dos gêneros intercalados e aspectos em torno da assinatura, articulados à concepção de autoria.

1 O objeto do discurso: do que trata o artigo

Na análise do conjunto, os gêneros da seção de opinião dos jornais dividem entre si o trabalho da orientação apreciativa. Em uma mesma edição, editoriais e artigos costumam não tratar de um mesmo assunto, como diferentes posições semânticas a respeito de um

mesmo acontecimento social, mas se orientam para diferentes objetos discursivos³⁷⁷. Tem-se um caso à parte quando, na rubrica Tendências e Debates, do jornal *Folha de S. Paulo*, os artigos se constituem como respostas divergentes a um enunciado específico, uma pergunta proposta pelo jornal aos articulistas. Juntos, os enunciados da seção opinativa formam um mosaico discursivo que recobre o conjunto dos acontecimentos sociais (internacionais, nacionais, estaduais ou locais) de interesse da esfera jornalística para essa seção.

Se o conteúdo temático dos artigos e editoriais, em uma mesma edição da seção opinativa, tem como característica abranger objetos discursivos diferentes, por outro lado, ocorre que os artigos (ou com mais freqüência os editoriais) publicados em diferentes jornais (ou ainda no mesmo jornal, excepcionalmente no mesmo dia, como na rubrica Tendências e Debates), por estarem orientados para os mesmos acontecimentos sociais de interesse jornalístico, acabam abordando uma mesma temática. Eles entabulam também relações dialógicas, uma forma particular de "dialogismo não intencionado"³⁷⁸.

Os artigos "Natal e mercado" (AN4.2) e "Apreensões e esperanças" (FSP4.1), publicados no mesmo dia, em diferentes jornais, orientam-se para um mesmo objeto discursivo, a questão do significado do Natal no nosso contexto. Os artigos "Começou o incêndio" (AN5.3) e "Tenacidade e esperança em favor do Brasil" (FSP5.2), também publicados no mesmo dia, partem de um mesmo acontecimento, a crise político-econômica do Brasil da semana anterior: desvalorização do real, mudanças no câmbio, desestabilização econômica, desgaste político do governo federal. Os artigos "O jornalismo covarde e a reforma da imprensa" (OESP5.1) e "O tempero da mídia" (OESP6.2), publicados em diferentes datas, no mesmo jornal, como os títulos sugerem, enfocam os rumos do jornalismo. Os artigos "Um surto de populismo?" (FSP6.1) e "A Europa e a responsabilidade da esquerda" (FSP6.2), publicados no mesmo dia, no mesmo jornal, tecem críticas ao movimento político populista que vem tomado força no cenário político internacional.

A característica de a autoria do artigo estar vinculada a uma pessoa externa à empresa jornalística implica, na constituição do objeto do discurso desse gênero, em uma inter-relação entre a esfera de atuação do autor e a jornalística. De um lado, como

³⁷⁷ A análise se ateve apenas à comparação entre o artigo e o editorial, os gêneros mais característicos da seção de opinião do jornal.

³⁷⁸ Bakhtin, *El problema del texto en la lingüística, filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*, p. 309.

mencionado no capítulo anterior, o conteúdo temático do artigo não se refere a um objeto discursivo construído pela comunicação discursiva da esfera de onde o autor se enuncia, orientado para os seus interlocutores específicos; ou seja, não se trata de uma situação de interação particular nessas esferas (o empresário falando com seus empregados no ambiente de trabalho, o político com os seus pares, o religioso com seus fiéis etc.), mas de uma situação discursiva onde um dos seus membros se encontra em situação de interação com a sociedade, mediada pela esfera jornalística. Por outro lado, a esfera do jornalismo, pelas especificidades da sua finalidade ideológico-discursiva na comunicação social, intercepta e se orienta entre os eventos dessas esferas (mais ou menos como na literatura, não há domínios alheios ao jornalismo, com exceção da esfera privada, pelo menos do ponto de vista ético). Os novos acontecimentos da área política (atuação do governo), econômica (queda das bolsas), científica (novas pesquisas), do cotidiano, por exemplo, constituem-se em objeto de interesse dos diferentes gêneros do discurso da esfera jornalística.

Dessa forma, o horizonte temático do artigo se constitui nessa interseção: refere-se a acontecimentos que são próprios do universo da comunicação jornalística, mas que estão vinculados ou então dizem respeito à esfera de atuação do autor³⁷⁹ (e é a partir desse lugar que ele se posiciona), constituindo-se em objeto da sua competência discursiva e do seu interesse. É o político que comenta a performance do seu partido nas eleições, como em "PMDB, as lições de 98" (DC3.1); ou os rumos e ações da política governamental – municipal, estadual, mas principalmente federal –: "Desafios para a esquerda" (AN3.2), "Os Estados e o déficit" (DC5.1), "Exigência para o crescimento" (FSP4.2), "Os caminhos da oposição" (OESP4.2). É o empresário, o presidente de associações empresariais abordando a política econômica: "A Previdência e a expectativa de vida" (AN5.1/FSP5.1), "Tenacidade e esperança em favor do Brasil" (FSP5.2), "Bom senso" (OESP4.1). O cientista (cientista político, historiador etc.) que também discute os acontecimentos político-governamentais, como em "Um surto de populismo" (FSP6.1), "Os caminhos da oposição" (OESP4.2), ou outros assuntos da alçada da esfera acadêmica: "Ciência arte" (AN4.3), "A universidade que queremos" (DC4.1). Também é o religioso que trata de acontecimentos ligados a sua esfera e que repercutem na mídia: "Natal e mercado" (AN4.2), "Querido padre Marcelo Rossi" (FSP3.2); o jornalista que discute a função e a atuação do jornalismo no contexto atual, como em "O tempero da mídia" (OESP6.2), ou

então os acontecimentos da esfera da política governamental, como em "Visões entre as nuvens" (OESP3.2).

Pelo critério de subdivisão dos dados para a análise do artigo a partir da sua dimensão verbal, conforme discutido, a esfera jurídica acabou não ficando representada nesse subconjunto dos dados. Mas as observações a respeito do funcionamento do artigo são as mesmas: tem-se o advogado discutindo a aposentadoria vista como um direito do cidadão em "A questão do idoso" (AN2.2)³⁸⁰; o juiz apresentando o funcionamento e as vantagens do uso de determinada tecnologia no processo eleitoral em "Sistema do voto cantado" (AN1.3); a promotora de justiça comentando as repercussões jurídico-políticas do escândalo amoroso envolvendo o presidente dos Estados Unidos em "Pecados de um presidente" (OESP1.1)

Os assuntos abordados nos artigos têm como característica a sua vinculação aos acontecimentos sócio-históricos do momento. Eles tratam principalmente de questões ligadas à política governamental e as suas decorrências. Resta saber se essa "preferência discursiva" do artigo é consequência do investimento da autoria, ou seja, como resultado de os articulistas serem em grande parte da esfera política, ou se os jornais priorizam os acontecimentos político-econômicos e, em decorrência, abrem mais espaço para articulistas relacionados a essas áreas. De qualquer modo, confirmam-se no funcionamento discursivo do gênero artigo as observações de Eco, discutidas no segundo capítulo, a respeito da relação estreita entre o jornalismo e o poder político-econômico.

As características da orientação para assuntos da esfera político-governamental apresentam-se como grandes tendências, mas não esgotam todas as possibilidades de manifestação temática do gênero. O universo temático do artigo, para além da orientação para os acontecimentos político-governamentais (nacionais ou internacionais), também engloba, embora em proporção bem menor, temas ligados ao jornalismo, ao contexto científico-acadêmico, como em "O tempero da mídia" (OESP6.2), "Aids e as drogas" (DC6.1), "Sem investimento não há educação" (AN6.2). Há ainda aqueles artigos que se orientam a partir da comemoração de datas especiais do contexto social de um modo mais amplo, ou de grupos sociais, de uma instituição específica. É o caso dos artigos "Natal e mercado" (AN4.2), "Apreensões e esperanças" (FSP4.1), que constroem o seu objeto

³⁷⁹ Com algumas exceções, como no caso do artigo AN6.1, situação já mencionada no capítulo anterior.

³⁸⁰ É ainda interessante notar como a diferença da esfera de onde se enuncia o autor provoca diferenças de sentido no artigo. Basta comparar os artigos "A questão do idoso" (AN2.2), cujo articulista é um

discursivo a partir da comemoração do Natal. Também se enquadra nessa particularidade genérica o artigo "A consciência de ser negro num país racista" (AN3.3), que tem seu aparecimento motivado pelo Dia Nacional da Consciência Negra³⁸¹.

Também outra característica se liga à questão da atualidade do objeto discursivo no universo do jornalismo, que se orienta desde por aquela ligada a uma atualidade máxima, vinculada aos acontecimentos sociais do momento, até aquela vinculada a uma atualidade mínima. Fazendo uma analogia com o próprio discurso jornalístico, tem-se artigos que tratam de assuntos "quentes" e "frios". Nessa escala, artigos como "Começou o incêndio" (AN5.3), "Tenacidade e esperança em favor do Brasil" (FSP5.2), "A Europa e a responsabilidade da esquerda" (FSP6.2), "Os caminhos da oposição" (OESP4.2) e "Sem investimento não há educação" (AN6.2) estão vinculados aos acontecimentos sociais e políticos do momento: as diversas crises político-econômicas brasileiras (OESP4.2, FSP5.2, AN5.3), o lançamento da moeda "euro" na Europa (FSP6.2), a divulgação dos resultados do SAEB (AN6.2). Em um nível intermediário podem ser situados artigos como "A gestão por competências" (AN6.3) e "Aids e as drogas" (DC6.1), pois a sua publicação não se condiciona aos eventos sociais do momento, tanto que poderiam ser publicados em um outro momento, sem perder a sua atualidade imediata, o que não acontece com os artigos anteriores. Em um grau mínimo de vinculação à atualidade social se encontram os artigos "Pedra de toque" (OESP5.2), que é uma "diálogo" ligado à literatura, e "Emoções" (OESP3.1), que busca "definir" o universo da emoção humana. Apesar dessa escala de variação, em grande parte, é pela abordagem de assuntos vinculados à atualidade jornalística que o artigo se centra. Melo, apoiando-se em Vivaldi, apresenta a atualidade como um dos elementos diferenciadores do gênero artigo:

Atualidade – O articulista tem liberdade de conteúdo e de forma, mas ele deve tratar de fato ou idéia da atualidade, coadunando-se com o espírito do jornal. É claro que o sentido da atualidade não se restringe ao cotidiano, mas ao momento histórico vivido. Isso justamente diferencia o artigo do comentário. Enquanto o comentário é produzido por jornalistas que analisam os fatos em cima da sua ocorrência, o artigo é normalmente

³⁸¹ advogado, e "A previdência e a expectativa de vida" (AN5.1/FSP5.1), em que a autoria é investida por um empresário.

³⁸¹ Apesar de não se ter muitos exemplos de artigos que se enquadram especificamente nessa situação, no conjunto dos dados, tem-se outros exemplos, como nos artigos "Dia do Professor" [autor: Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de SC] (DC2.1) e "Muito além do sétimo dia" [autor: Engenheiro agrônomo, presidente da Cooperalfa] (AN2.3), onde a motivação se marca pelo dia dos professores e pela comemoração dos 31 anos de existência da Cooperalfa, respectivamente.

feito por colaboradores que apreendem as dimensões menos efêmeras dos acontecimentos.³⁸²

Por estar vinculado com ou orientado para os acontecimentos da atualidade histórico-jornalística, bem como por estar inserido em uma determinada seção temática do jornal, outra característica do conteúdo temático do artigo diz respeito aos seus aspectos implícitos. O articulista e o leitor compartilham de um mundo sócio-cultural e temporal (atual) comum: eles pertencem às mesmas classes sociais, são leitores do jornal. Assim, uma série de aspectos textuais tem sua referencialidade situada fora dos limites do contexto verbal. Esses aspectos implícitos são retomados a partir do conhecimento social, político, econômico, cultural (conhecimento do modo de produção da comunicação jornalística) dos participantes da interação.

(13) Novembro não é maio e nem vinte é 13. O tempo é de consciência, apenas de consciência, para os negros brasileiros que lentamente começam a perceber a importância de não ser somente cidadãos e passam a lutar contra o preconceito velado que há décadas assola este País. (AN3.3)

(14) O eleitor desmentiu a sua aparente apatia inicial na campanha política, impondo derrotas que entendeu merecidas, mesmo aos que detinham o poder da máquina administrativa e acreditavam que essa força se estenderia à manipulação eleitoral.

(...) Deve-se registrar, igualmente, que o instituto da reeleição não assegura a vitória antecipada nas eleições majoritárias.

Quando o candidato não possui o concenso dentro do partido, o que aconteceu com o candidato ao governo do Estado pelo PMDB, resultado até da falaciosa desistência inicial de candidatura, para posterior imposição pseudamente ungida por imaginoso anseio popular-partidário, a semente da derrota começou a germinar. (DC3.1)

(15) E não estamos no final, mas no começo de um ciclo de arrepiares que vem pela frente. Um grotesco retrocesso, às portas do terceiro milênio e em plena era da globalização. Primeiro foi o PMDB, com Sarney e Itamar. Depois o incendiário de Alagoas, agora os tucanos neoliberais, doutores em tudo. (AN5.3)

(16) Talvez a publicação, pelo Sunday Times de Rupert Murdoch, das memórias da sra. Robin Cook revelando detalhes da intimidade do ministro das Relações Exteriores, finalmente convença a maioria

³⁸² Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 117-118

trabalhista do Parlamento a fazer alguma coisa para que a imprensa volte a seguir as leis. Quando Tony Blair formou seu governo, eu lhe disse que a mídia era o equivalente nos anos 90 dos sindicatos fora de controle dos anos 70. Os sindicatos haviam destruído os governos de Wilson, Heath e Callaghan e continuariam erodindo a Constituição se Margareth Thatcher não os tivesse domesticado de uma vez por todas.

(...)

Quando eu apresentei a mesma questão a Peter Mandelson, recebi uma resposta semelhante. Não havia possibilidade de o Parlamento aprovar legislação restringindo a imprensa, disse ele, e de qualquer maneira medidas desse tipo não teriam resultados. (OESP5.1)

(17) O primeiro mês do ano trouxe-nos o euro e, com ele, uma certa fugaz euforia européia. O contraste com o resto do mundo poderá explicar o fenômeno. A crise está a generalizar-se inexorável e perigosamente, da Ásia à América Latina, da Rússia à África.

É certo que, do outro lado do Atlântico, Clinton fez um discurso não menos eufórico sobre o Estado da União, como se a América tivesse resolvido, durante seus mandatos, todos os problemas – os seus e os dos outros – e só lhe faltasse agora recolher a sagrada universal. Está longe de ser o caso.

(...)

Sem isso, a UE não ultrapassará o impasse em que está. Seu alargamento não será possível em tempo razoável, coisa gravíssima, visto que a associação à UE é a única esperança consistente para os países da Europa Central e Oriental e o melhor antídoto para defendê-los de seu inseguro e turbulento vizinho do leste.(FSP6.2)

Nos exemplos acima, muitas das informações referentes ao objeto discursivo estão ancoradas na situação social da interação (não somente na situação específica de interação, ou no contexto de enunciação, como se tem normalmente denominado nas teorias de enunciação, mas no contexto mais amplo). Em AN3.3, não há referência ao Dia Nacional da Consciência Negra, com exceção da frase "Novembro não é maio e nem vinte é 13." e o dia da publicação do artigo no jornal, elementos a partir dos quais o leitor deve resgatar a data especial e então o sentido do trecho do enunciado. No exemplo DC3.1, há uma série de informações implícitas, que giram em torno da situação da crise política interna no PMDB em Santa Catarina, que teve seu ápice com a derrota do então governador do Estado, que concordava à reeleição. Há todo um conjunto de dados não ditos, mas insinuados, a respeito da conduta política do governador, que são do conhecimento dos leitores do jornal. Pode-se mesmo ver o enunciado como uma resposta indireta, uma crítica velada ao próprio governador.

Em AN5.3, OESP5.1 e também em FSP6.2, há um elenco de nomes próprios aos quais o leitor precisa atribuir o seu papel e as suas inter-relações no enunciado a partir dos seus conhecimentos sociais. Qual a relação entre o partido político PMDB, os nomes próprios Sarney, Itamar e as expressões avaliativas "incendiário de Alagoas", "tucanos neoliberais, doutores em tudo"? Ela precisa ser feita pelo interlocutor do artigo para a compreensão da sua orientação temática. O mesmo caso tem-se no trecho do artigo OESP5.1: em comparação com o exemplo anterior, este aqui tem como diferença a questão de exigir do seu leitor um conhecimento da política governamental internacional. Se esse conhecimento parece mais presente para a retomada do referente Clinton, em função do seu papel político e principalmente do papel dos EUA no cenário internacional (FSP6.2), e até mesmo de referentes como Tony Blair (OESP5.1), não se pode dizer o mesmo de Peter Mandelson e Rupert Murdoch, sra. Robin Cook (OESP5.1), que exigem do leitor um conhecimento mais preciso da política governamental e da imprensa inglesa. Da mesma forma, tem-se a expressão "inseguro e turbulento vizinho do leste" (FSP6.2). No caso do artigo OESP5.1, por ser um artigo de uma revista britânica, fica mesmo a questão de se saber se ele foi produzido especificamente para o jornal onde se encontra publicado. Essa mesma observação pode ser pertinente ao artigo FSP6.2 (se são traduções, tem-se ainda a presença do tradutor como um autor interposto desses artigos).

Por essa sua vinculação à atualidade histórico-social, compartilhada pelos leitores, pode-se propor uma espécie de "validade discursiva espacial e temporal" para o gênero artigo: o intervalo das vinte e quatro horas de circulação do jornal e o seu espaço de abrangência sócio-geográfico. Quanto mais o leitor efetivo se encontra afastado dessas características, mais difícil se torna a compreensão do sentido do artigo³⁸³.

Todo enunciado se constrói sobre um fundo dialogizador, o que lhe permite a possibilidade de deixar implícitas muitas informações. Como discutido, essa característica no artigo se justifica pela própria situação de interação: autor e leitor dividem o mesmo ambiente sócio-cultural. Também o espaço físico fixo no jornal (coluna) destinado à publicação do artigo não é muito grande, o que faz com que o articulista tenha que trabalhar com essa estratégia de implícitos (que também pode ser uma estratégia de um determinado autor, em um determinado enunciado). Além disso, como a finalidade discursiva do artigo não se orienta especificamente para a apresentação dos acontecimentos

³⁸³ Essa constatação se torna mais efetiva quando se lêem artigos em jornais mais antigos ou principalmente artigos publicados em jornais de outros países.

sociais em si (como na notícia), mas para a sua apreciação, esses próprios acontecimentos acabam se constituindo como um fundo discursivo dialogizador, considerado de domínio do leitor, a partir do qual o articulista constrói o seu ponto de vista.

Outro característica referente ao conteúdo temático do gênero artigo diz respeito aos eventos sociais que se mostram discursivamente como desencadeadores dos enunciados singulares. O acontecimento do artigo se constitui como que motivado por esses eventos (mudanças na política governamental e econômica, crises financeiras internacionais, eleições, datas comemorativas etc.), que aparecem discursivizados no texto³⁸⁴.

(18) Do escandaloso processo de privatização ao pacote de onde saltará mais recessão e desemprego, só para citar dois fatos mais visíveis atualmente, uma coisa deve chamar a atenção de quem se preocupa, de fato, com a democracia: a falta de controle público sobre o Estado. Ou seja, sobre a fonte das decisões que afetam o conjunto da sociedade. No lugar do controle público, temos o privado. Telefonemas, articulações, tramas entre amigos decidem negócios de bilhões de dólares para vender empresas estratégicas à soberania nacional. (AN3.2)

(19) As eleições de 4 de outubro trouxeram alguns ensinamentos e lições importantes que, sem bem aprendidos, poderão servir de parâmetro para os futuros pleitos eleitorais, especialmente com relação ao partido político ao qual sou filiada há tantos anos, integrando a atual executiva estadual – o PMDB. (DC3.1)

(20) Enquanto continuam a se desenvolver, no Brasil e no mundo, os eventos políticos e econômicos decorrentes da desvalorização do real, a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que procuram analisar e compreender o que se passa, mantêm sua aposta no futuro do país, acreditando que o mercado será capaz, nos próximos dias, de encontrar seu próprio equilíbrio.

Até as últimas horas de sexta-feira, dirigentes da entidade mantiveram contatos, procurando avaliar os reflexos que as mudanças no regime cambial teriam para a indústria. (FSP5.2)

(21) Mutatis mutandis e observadas as devidas proporções, o tema mudanças climáticas também parece nuvem (não tratasse ele de questões atmosféricas). Dependendo de quem olha, muda a configuração. Parece uma coisa para ambientalistas preocupados com realidades que a maior

³⁸⁴ Com isso não se está afirmando que esses acontecimentos são verdadeiros e que são a motivação real do aparecimento do enunciado, mas que, a partir do sentido do artigo, constituem-se como verossímeis e são mostrados como tais.

parte dos cientistas aponta, uma outra situação para a parte de cientistas mais céticos, uma terceira para os representantes de governos que têm a espinhosa missão de negociar, concretamente, o que se vai fazer na prática para reduzir as emissões de poluentes que aumentam a temperatura da Terra e ameaçam mudar o clima do planeta e gerar catástrofes.

A maior parte dos ambientalistas – e cientistas que os apóiam – saiu decepcionada da reunião de Buenos Aires, onde se tentava, no âmbito da Convenção sobre Mudanças Climáticas, definir procedimentos para tornar viáveis as reduções de poluentes acertadas em Kyoto, em dezembro de 1997. Na opinião deles, praticamente nada se avançou. (OESP3.2)

(22) O inusitado encontro de Fernando Henrique com Lula é sinal dos tempos difíceis que vêm por aí. Com 1999 em recessão, juros ainda muito altos e desemprego disparando, o governo e o País estão reduzidos à expectativa de que o próximo ano seja apenas uma dura transição para 2000 um pouco melhor. As circunstâncias nos deixam, pois, apenas a alternativa de torcer por um mal menor; além de ter de agüentar o coro dos pessimistas, que garantem o desastre inevitável. (OESP4.2)

Os eventos sociais do momento, como o processo de privatização, o pacote econômico (AN3.2), as eleições (DC3.1), a desvalorização do real (FSP5.2), a reunião ocorrida em Buenos Aires sobre mudanças climáticas (OESP3.2) e o encontro de Fernando Henrique Cardoso com Lula (OESP4.2), são alguns dos exemplos representativos dos acontecimentos motivadores (desencadeadores) da emergência do artigo. Muitos desses acontecimentos sociais são determinados enunciados que aparecem mencionados no artigo. Sobre essa questão, é preciso salientar que os fatos que motivam o aparecimento do enunciado já são acontecimentos discursivizados. A esse respeito, por exemplo, Marcondes Filho³⁸⁵ discute como a notícia se constrói através de outros enunciados, os "textos-fonte", como informes, mensagens transmitidas pelas agências de notícias, boletins de imprensa, documentos, publicações diversas, relatórios, conversas telefônicas, entrevistas.

São exemplos que marcam textualmente essa relação com um determinado enunciado já-dito os trechos de artigos a seguir:

(23) Ganhei um livro no último Natal sobre os problemas da sociedade que envelhece. O estudo é de grande valor para um país como o Brasil, cuja população está envelhecendo a uma velocidade espantosa

³⁸⁵ Marcondes Filho, *O capital da notícia (o jornalismo como produção social de segunda natureza)*.

("Maintaining Prosperity in an Ageing Society", OECD, 1998). (AN5.1/ FSP5.1)

(24) Quando derrubou as colunas do templo, Sansão estava cego. Não creio que o governador de Minas Gerais, com a longa experiência política e o exercício de tantos cargos relevantes (inclusive a Presidência da República), fosse incapaz de enxergar as repercussões de sua "moratória".

(...)

Mas não imaginou que, por ser ex-presidente e governador de um dos Estados mais poderosos da Federação, o inadvertido anúncio de calote nos eurobônus iria provocar um ataque especulativo tão grande ao País e um pânico tão forte nas bolsas de valores mais importantes do Brasil e do exterior. (AN5.2)

(25) Precaução e investimento são as palavras que nos vêm à mente, em primeiro lugar, ao tomar conhecimento dos trágicos resultados da segunda edição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Estarrecido, o Brasil ficou sabendo que o desempenho médio dos alunos da terceira série do ensino médio em provas de português, matemática e ciências equivale ao que seria esperado de estudantes da oitava série do ensino fundamental. Já esses têm notas que deveriam ter sido atingidas quatro séries antes. (AN6.2)

(26) Os últimos dias de 1998 suscitam nossa reflexão para a salvaguarda sempre maior da dignidade da pessoa e dos direitos humanos. Acaba de ser anunciada a vibrante mensagem do papa João Paulo 2º, por ocasião do 22º Dia Mundial da Paz. É na perspectiva da defesa e promoção de toda pessoa, cuja dignidade é iluminada pela redenção realizada por Jesus Cristo, que precisamos analisar as apreensões e alimentar esperanças. (FSP4.1)

(27) Com a experiência de quem jogou quatro Copas do Mundo e acompanhou outras sete de perto, não tenho dúvida em dizer que não é boa a idéia do novo presidente da Fifa, Joseph Blatter, que disse ter a intenção de fazer uma Copa a cada dois anos – em vez de a cada quatro, como acontece desde 1930, exceção feita aos anos 40, os da Segunda Guerra Mundial, quando não houve Copa. (FSP5.3)

(28) Talvez a publicação, pelo Sunday Times de Rupert Murdoch, das memórias da sra. Robin Cook revelando detalhes da intimidade do ministro das Relações Exteriores, finalmente convença a maioria trabalhista do parlamento a fazer alguma coisa para que a imprensa volte a seguir as leis. (OESP5.1)

(29) Arrogância, precipitação e superficialidade têm sido, na opinião de James Fallows, autor do afiadíssimo Detonando a Notícia, o tempero da mídia. A crítica, forte e despida de corporativismo, despertou reações iradas e aplausos entusiasmados. (OESP6.2)

A publicação de um livro determinado (AN5.1/ FSP5.1), a moratória anunciada pelo Governador (AN5.2), a divulgação do resultado do Saeb (AN6.2), a mensagem do papa, junto com a chegada do Natal (FSP4.1), a idéia do presidente da Fifa (FSP5.3), a publicação das memórias de uma determinada pessoa (OESP5.1), a publicação de um enunciado (artigo, ensaio?) particular, "Detonando a Notícia" (OESP6.2), entre outros enunciados, cujos autores são pessoas públicas, constituem-se como enunciados desencadeadores do artigo. O gênero marca, com a textualização do acontecimento motivador, na sua dimensão verbal, a relação dialógica para com outros enunciados, o já-dito (os elos anteriores). No seu funcionamento, o artigo já se constitui como uma reação-resposta aos eventos sociais, marcando a sua dupla orientação: para esses eventos discursivos e para os seus interlocutores (leitores).

Entretanto, há aqueles artigos que não se constituem a partir de um determinado evento, mas a partir de um conjunto de acontecimentos sociais, onde a indicação dessa relação interdiscursiva aparece mais difusa, como nos artigos "Uma tarde de tédio" (AN3.1/FSP3.1), "Ciência arte" (AN4.3), "Aids e as drogas" (DC6.1) e "Querido padre Marcelo Rossi" (FSP3.2), ou que não precisam explicitar essa relação, por já estar marcada na seção do jornal. O segundo caso ocorre na rubrica Tendências e Debates, da *Folha de S. Paulo*, quando os artigos respondem a uma pergunta proposta pelo jornal. Nos dois exemplos dos dados, "Exigência para o crescimento" (FSP4.2) e "Uma reforma que concentra" (FSP4.3), os artigos não fazem menção direta e explícita ao enunciado do jornal: "A proposta de reforma tributária do governo vai racionalizar a arrecadação?". Uma das razões para este posicionamento pode estar no fato de a pergunta proposta aos articulistas já se encontrar publicada na seção e de os leitores já conhecerem essa proposta de interação do jornal, não havendo necessidade de os autores dos artigos manifestarem explicitamente essa referência. Ainda, como um caso mais típico, onde não se tem indicações textualizadas dos acontecimentos sociais desencadeadores do artigo (ou seja, há um maior apagamento dessa motivação), pode ser citado o artigo "Emoções" (OESP 3.1).

Em síntese, a especificidade do artigo, em relação aos aspectos voltados para o seu conteúdo temático, reside menos na apresentação dos acontecimentos sociais em si, que na

sua análise. Eles se constituem como eventos desencadeadores do artigo. Interessa, de um modo geral, junto com eles, a posição do autor do artigo frente a eles (construída dialogicamente, como se discutirá). O conteúdo temático do artigo (referido a objetos e sentidos (enunciados), como observa Bakhtin) se encontra na articulação entre a apreciação dos acontecimentos sociais e a questão do angulamento da autoria (um posicionamento externo ao do jornal (empresa)). Por exemplo, em "Os Estados e o déficit" (DC5.1), interessam não só as informações sobre o déficit público, que poderiam ser buscadas em outros enunciados, de outros gêneros, mas o posicionamento de uma pessoa pública (um prefeito, neste enunciado específico) sobre esse assunto.

Assim sendo, pode-se dizer, relativamente a uma certa regularidade do gênero (mas não como regra), que o conteúdo temático do gênero artigo constitui-se como o ponto de vista do seu autor, o articulista (uma pessoa pública, credenciada socialmente, externa ao jornal), a respeito dos acontecimentos sócio-políticos da atualidade histórica, que são objeto de notícia jornalística. O jornal noticia como informação jornalística a opinião do articulista sobre esses acontecimentos.

2 As relações dialógicas: a reação-resposta ao já-dito

Conforme visto na seção anterior, a constituição do artigo normalmente se encontra orientada para os eventos sócio-políticos da atualidade, que motivam o seu acontecimento. Muitos desses acontecimentos são determinados enunciados com os quais o artigo interage. Mencionou-se, ainda, que os eventos motivadores da emergência do artigo, mesmo não sendo determinados enunciados, são acontecimentos discursivizados, uma vez que são fatos que, por sua atualidade e interesse social, marcam-se como temas de circulação da comunicação sócio-discursiva. Portanto, até que ponto o autor tem "acesso" a esses eventos, se não pelo discurso, ou seja, pelos enunciados alheios, pelo já-dito, normalmente veiculado pela comunicação jornalística? Há, também, aqueles artigos que apagam os traços de sua reação dialógica face aos acontecimentos sociais que poderiam se constituir como os seus eventos desencadeadores.

Esses eventos sociais que se apresentam no artigo como "desencadeadores" do seu acontecimento podem ser tomados pelo articulista como objeto de crítica, questionamento; de concordância, comentário positivo; de apoio para o seu discurso (como um argumento

introdutório) ou, então, como uma espécie de ponto de partida (gancho) para a construção do seu discurso. As diferentes orientações valorativas do articulista diante dos acontecimentos desencadeadores podem ser observadas nos exemplos a seguir³⁸⁶:

a) crítica, questionamento:

(30) Do escandaloso processo de privatização ao pacote de onde saltará mais recessão e desemprego, só para citar dois fatos mais visíveis atualmente, uma coisa deve chamar a atenção de quem se preocupa, de fato, com a democracia: a falta de controle público sobre o Estado. (AN3.2)

(31) Quando derrubou as colunas do templo, Sansão estava cego. Não creio que o governador de Minas Gerais, com a longa experiência política e o exercício de tantos cargos relevantes (inclusive a Presidência da República), fosse incapaz de enxergar as repercussões de sua "moratória". (AN5.2)

(32) Você tem sido "ibopizado". Entrou no ar, sobe a audiência. Sua imagem vende CDs e terços, camisetas e quinquilharias. Mas lembre-se: quanto maior a altura, maior o tombo. Exaltados devem ser Jesus e sua mensagem: a solidariedade, a justiça para com os pobres, a denúncia das injustiças, o amor aos excluídos e a utopia de uma nova ordem das coisas, consubstanciada na categoria do Reino de Deus. (FSP3.2)

(33) Com a experiência de quem jogou quatro Copas do Mundo e acompanhou outras sete de perto, não tenho dúvida em dizer que não é boa a idéia do novo presidente da Fifa, Joseph Blatter, que disse ter a intenção de fazer uma Copa a cada dois anos – em vez de a cada quatro, como acontece desde 1930, exceção feita aos anos 40, os da Segunda Guerra Mundial, quando não houve Copa. (FSP5.3)

(34) Em 3/6/98, o Senado aprovou a Lei nº 9.656, reconhecidamente cheia de erros e equívocos técnicos e conceituais, com o compromisso de fazer correções gradativas capazes de aperfeiçoá-la.

Manifestamos, naquela ocasião, que era muito mais lógico esgotar o esforço corretivo antes de aprová-la para promulgar-se uma lei já adequada. (OESP4.1)

(35) Não há ajuste fiscal que tire o País da crise, se não houver uma reengenharia da Federação. A Federação brasileira é maior do que o PIB.

³⁸⁶ Os agrupamentos e as nomeações são um esboço aproximativo dessas diferentes relações do articulista com os acontecimentos sociais.

Os R\$250 bilhões que os brasileiros pagam anualmente, em tributos, para o Estado nacional têm mais da metade de sua destinação inteiramente voltada para sustentar servidores ativos e inativos das 5,5 mil entidades federativas, formadas por políticos e burocratas. (OESP6.1)

b) concordância, comentário positivo:

(36) Para marcar a sua posição em defesa da democratização das oportunidades e do exercício da cidadania, a Associação Brasileira da Indústria Gráfica (ABIGRAF) é, pelo quarto ano consecutivo, uma das patrocinadoras do Prêmio de Direitos Humanos, instituído em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A participação da iniciativa privada nesse prêmio, entregue no início de dezembro, demonstra que a sociedade civil está plenamente engajada na luta pelo desenvolvimento, conquista que não cabe apenas ao governo, mas a toda a Nação.(AN4.1)

(37) Surge agora um novo conceito, "a gestão por competências". Um aglutinador de ações no campo das habilidades de gestão e que vem para dar início à "new company of the 21th century".

É um modelo absolutamente novo, conhecido e iniciado por poucas organizações no mundo. Não há literatura a respeito, e as experiências são ainda embrionárias. Porém, este modelo será capaz de determinar as competências básicas das empresas, que por sua vez determinarão as competências humanas que a atenderão, alinhando-as. (AN6.3)

(38) A reforma do sistema tributário não é apenas uma necessidade tecnicamente reconhecida. Passou a ser uma exigência indispensável para o Brasil continuar modernizando sua economia, de modo a se preparar para os desafios da integração econômica dos mercados – sob pena de, sem reformas, perder a competitividade, que já é pouca. [artigo como resposta à pergunta feita pelo jornal: "A proposta de reforma tributária do governo vai racionalizar a arrecadação?"] (FSP4.2)

(39) Enquanto continuam a se desenvolver, no Brasil e no mundo, os eventos políticos e econômicos decorrentes da desvalorização do real, a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que procuram analisar e compreender o que se passa, mantêm sua aposta no futuro do país, acreditando que o mercado será capaz, nos próximos dias, de encontrar seu próprio equilíbrio. (FSP5.2)

c) apoio (argumento):

(40) Ganhei um livro no último Natal sobre os problemas da sociedade que envelhece. O estudo é de grande valor para um país como o Brasil,

cuja população está envelhecendo a uma velocidade espantosa ("Maintaining Prosperity in an Ageing Society", OECD, 1998).

(...)

Essas coisas parecem remotas, mas é preciso tomar providências já para evitar um colapso maior no futuro. Ou seja, estamos num mundo em que a seguridade social precisa ser continuamente reformada e ajustada às condições predominantes que caracterizam a economia atual. Da mesma maneira, impõe-se reformular a legislação trabalhista para facilitar a interface entre os mais velhos e os mais jovens no mercado de trabalho. (AN5.1/FSP5.1)

(41) A Justiça americana acaba de conceder uma megaindenização de US\$ 51,5 milhões a uma senhora que tem um câncer de pulmão causado pelo fumo. Pagará a empresa produtora dos cigarros que ela fumou durante 35 anos.

(...)

Mas, no caso do tabagismo, as pesquisas são inequívocas ao apontar o fumo como um dos principais responsáveis por várias doenças graves, em especial câncer, hipertensão, infarto e aneurisma. (AN6.1)

(42) As eleições de 4 de outubro trouxeram alguns ensinamentos e lições importantes que, se bem aprendidos, poderão servir de parâmetro para os futuros pleitos eleitorais, especialmente com relação ao partido político ao qual sou filiada há tantos anos, integrando a atual executiva estadual – o PMDB. (DC3.1)

(43) Os últimos dias de 1998 suscitam nossa reflexão para a salvaguarda sempre maior da dignidade da pessoa e dos direitos humanos. Acaba de ser anunciada a vibrante mensagem do papa João Paulo 2º, por ocasião do 22º Dia Mundial da Paz. É na perspectiva da defesa e promoção de toda pessoa, cuja dignidade é iluminada pela redenção realizada por Jesus Cristo, que precisamos analisar as apreensões e alimentar esperanças.

(...)

O caso específico do general Pinochet levanta a questão mais ampla da existência de um tribunal internacional que possa julgar os crimes contra a humanidade. Na mensagem sobre a paz, o papa João Paulo 2º refere-se à contribuição que esse futuro tribunal poderá trazer para a prática efetiva dos direitos humanos. (FSP4.1)

(44) Arrogância, precipitação e superficialidade têm sido, na opinião de James Fallows, autor do afiadíssimo Detonando a Notícia, o tempero da mídia. A crítica, forte e despida de corporativismo, despertou reações iradas e aplausos entusiasmados. A polêmica está acesa. E a poeira não deve baixar tão cedo. (OESP6.2)

d) ponto de partida:

(45) Precaução e investimento são as palavras que nos vêm à mente, em primeiro lugar, ao tomar conhecimento dos trágicos resultados da segunda edição do sistema de Avaliação da Educação Básica(Saeb).

(...)

Investimento é a segunda palavra de ordem, pois está provado que, sem ele, continuaremos a lamentar nossa condição de País do terceiro mundo. E esse investimento precisa ser maciço, pois educação de qualidade custa caro, mas dá retorno garantido, com a melhoria das condições de vida da sociedade em geral. (AN6.2)

(46) O inusitado encontro de Fernando Henrique com Lula é sinal dos tempos difíceis que vêm por aí. Com 1999 em recessão, juros ainda muito altos e desemprego disparando, o governo e o País estão reduzidos à expectativa de que o próximo ano seja apenas uma dura transição para 2000 um pouco melhor. As circunstâncias nos deixam, pois, apenas a alternativa de torcer por um mal menor; além de ter de agüentar o coro dos pessimistas, que garantem o desastre inevitável. (OESP4.2)

No artigo, a opinião, expressa em forma de um comentário, um ponto de vista determinado, constitui-se como uma resposta valorativa frente aos acontecimentos sociais, objetos da comunicação jornalística. O artigo é um gênero que se caracteriza discursivamente como uma réplica dialógica a esses acontecimentos sociais, diante dos quais o autor se posiciona. É essa a perspectiva de Bakhtin, ao discutir o papel do falante e de sua palavra nos diferentes "gêneros retóricos"³⁸⁷ (na esfera judiciária, política, jornalística).

O discurso do publicista³⁸⁸ também diz respeito à palavra e ao homem que é portador da palavra: ele critica um enunciado, um artigo, um ponto de vista, ele polemiza, acusa, ridiculariza, etc. Se ele analisa uma ação, descobre os pontos de vista que a motivou, e a formula verbalmente acentuando-a como lhe convém – com irônica indignação, etc., isto não significa, obviamente, que a retórica sacrifique um fato, um ato, uma realidade não verbal, em seu discurso. Mas ela diz respeito ao homem

³⁸⁷ Em *O discurso no romance*, Bakhtin faz algumas vezes referência aos gêneros jornalísticos e de outras áreas como "gêneros retóricos vivos".

³⁸⁸ O termo publicística, de um modo geral, refere-se a um jornalismo de caráter mais "opinativo", anterior à fase industrial e profissional do jornalismo (mais pautada no jornalismo "informativo"). Assim, em determinadas áreas da ciência do jornalismo, esse termo tem certas conotações pejorativas. No conjunto da obra bakhtiniana, tem-se tanto os termos publicística como jornalismo. Segundo nota do tradutor do livro *Problemas da poética de Dostoiévski* (p. 118), "o termo publicística é empregado pela crítica soviética como gênero literário ou literatura político-social centrada em temas da atualidade".

social, de quem todo ato essencial é interpretado ideologicamente pela palavra ou diretamente encarnado nela.³⁸⁹

Embora um dos traços do artigo seja a questão de a autoria se constituir como um argumento de autoridade para o que é dito, mesmo assim, a orientação apreciativa do articulista face aos acontecimentos sociais não se constrói de modo solitário, mas se encontra entrelaçada com outras posições discursivas, entabulando com elas relações dialógicas, desde as "não intencionadas" (conforme delimitado na seção anterior) até aquelas vozes que o autor incorpora ao seu discurso e com as quais mantém diferentes graus e formas de relação. O ponto de vista do autor vai se construindo pelo modo diferenciado de incorporação e tratamento que dá às diferentes vozes (pontos de vista) arregimentadas no seu enunciado.

Esses outros pontos de vista incorporados recebem diferentes valorações. Tem-se, como uma certa regularidade genérica (de gênero) do artigo, a manifestação de dois conjuntos de movimentos dialógicos em relação aos enunciados já-ditos: a incorporação de outras vozes ao discurso do autor, avaliadas positivamente, que são "chamadas" para a construção do seu ponto de vista, que se denominou como *movimento dialógico de assimilação* (ou acentuação, confluência); e o apagamento, distanciamento, isolamento, desqualificação das vozes às quais o autor se opõe, que se denominou como *movimento dialógico de distanciamento* (ou desqualificação, reacentuação).

Uma primeira faceta do *movimento dialógico de assimilação* de vozes ocorre pelo acúmulo da autoria no artigo, discutido no capítulo anterior. Pelo processo de constituição do gênero, o jornal funciona como um "autor interposto". Além do articulista, em razão do processo de aprovação e publicação pela qual passa o artigo ("todo artigo de colaborador deve ser publicado com conhecimento prévio da Direção de Redação"³⁹⁰), também o jornal acaba se constituindo de certa forma como uma espécie de autor do artigo, uma vez que "a responsabilidade jornalística e política cabe ao jornal."³⁹¹.

De todas formas – y a despecho de la cautela tópica habitual en la mayor parte de las publicaciones y en virtud de la cual "las opiniones expuestas en los trabajos firmados son de la exclusiva responsabilidad de sus autores" –, lo cierto es que el periódico siempre comulga de alguna manera con las tesis recogidas en los comentarios, críticas, ensayos, etc.,

³⁸⁹ Bathtin, *O discurso no romance*, p. 152.

³⁹⁰ Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*, p. 133.

³⁹¹ *Op. cit.*, p. 123.

etc., que se publican en sus páginas. Los artículos firmados, como señala Mostaza, son "una opinión individual que usa el periódico para expresarse". La ausencia de responsabilidad debe entenderse únicamente en el terreno legal, no en el moral o ideológico, puesto que nadie obliga al periódico a publicar un determinado escrito si no se encuentra en su línea de pensamiento. Únicamente cabría admitir una exoneración total y absoluta, una total desvinculación ideológica entre periódico y trabajo, en aquellos casos de escritos cuya publicación esté impuesta por la fuerza de la ley – por aplicación del derecho de rectificación y de réplica –, o bien cuando el periódico abre sus páginas de modo inequívoco a la *Tribuna pública* o *Tribuna libre* con la disposición psicológica de admitir en sus espacios toda suerte de opiniones sobre un tema, aunque no coincidan con la línea editorial de la casa.³⁹²

O acúmulo de autoria dá uma amplitude e credibilidade maior ao que é dito. O jornal, que, pela publicação do artigo, "sustenta" o ponto de vista do articulista, funciona como credenciador do seu discurso³⁹³. Embora não se tenha a "fala" física do jornal na expressão verbal do artigo, por este estar incluído no jornal X, na seção Y, na Rubrica Z, sente-se o ponto de vista do jornal no gênero artigo; ele é uma autoridade "mostrada" pelo processo de publicação e circulação do gênero.

Um outro movimento de assimilação de vozes encontra-se na relação do autor com a sua esfera de atuação. Ele, pela sua projeção profissional, sua circulação social, apresenta-se como uma fala autorizada por essa esfera, constituindo-se como seu representante legitimado no espaço jornalístico. A esfera também se mostra, assim, como um argumento de autoridade: é a partir dela que o autor fala, que ele busca mostrar a sua autoridade para o que diz. A esfera social (ou o órgão que o articulista está representando), como visto, muitas vezes se torna como que uma voz junto da do articulista. O jornal e a esfera social de onde fala o autor são os dois "pilares" que sustentam a opinião do articulista e que, pelas condições da situação de interação, são as grandes regularidades que se encontram nas formas de assimilação do discurso do outro para a sustentação da opinião (de certa forma, são eles que enquadram o discurso do articulista).

Mas, na composição da orientação valorativa, o autor incorpora outras vozes ao seu discurso, que, em conjunto, vão construir a orientação valorativa do artigo. A fala do outro dialogiza o próprio enunciado (artigo) e dá credibilidade à fala do articulista. Ela traz

³⁹² Albertos, *Redaccion periodistica*, p. 140-141.

³⁹³ Numa relação inversa, também é verdade que o articulista, pela sua posição social, legitima e amplia o discurso do jornal (cria o efeito de pluralidade ideológica). A seção de opinião se constitui como um lugar da formação da opinião pública justamente pela "divisão" deste espaço com a exterioridade.

consigo outras opiniões, verdades, fatos, dados com os quais o autor mantém relações dialógicas que vão dar corporeidade e sustentação a sua opinião. Se um dos meios de sustentação da opinião é através de fatos³⁹⁴, as relações dialógicas com os outros enunciados, o já-dito, (e ainda os gêneros intercalado) são a porta de entrada no artigo.

No processo de construção do ponto de vista do autor, há uma grande assimilação de outras vozes, podendo-se "mapear" certas preferências, ou seja, mostrar de que lugar social vêm com mais freqüência os outros discursos que os articulistas incorporam aos seus enunciados. Se, como observa Bakhtin, em cada época, círculo social e familiar sempre existem enunciados que gozam de prestígio, que dão o tom, que são imitados, seguidos, citados etc., esse fenômeno também se encontra no artigo. Em uma escala do mais ao menos freqüente, tem-se a presença de vozes da esfera do cotidiano (pelo chamamento da voz do senso comum, da opinião pública), das esferas da ciência, da política, do jornalismo, da religião e da literatura, entre outras menos marcantes³⁹⁵.

a) Esfera do cotidiano:

(47) Para isso, além da conciliação da estabilidade com o crescimento econômico e a geração de emprego em larga escala, é fundamental trabalhar pela universalização do ensino e da cultura. Trata-se de um direito humano fundamental. (AN4.1)

(48) O governo Fernando Henrique Cardoso negociou a dívida dos Estados em condições excepcionais. Aquela coisa que, no popular, se chama de pai para filho (6% ao ano e três décadas para pagar). (DC5.1)

(49) A opinião pública européia espera que os governos a que deu o poder sejam fiéis aos valores de solidariedade que representam, ajudem a mudar as condições de vida dos mais desfavorecidos, lutem com êxito contra o desemprego e a exclusão e não desperdicem essa grande oportunidade histórica. (FSP6.2)

(50) Ou o Brasil muda a Federação ou a Federação acaba com o Brasil. (OESP6.1)

³⁹⁴ "A opinião sustentada em fatos é mais forte do que a apenas adjetivada" (Folha de S. Paulo, *Novo manual da redação*, p. 50.).

b) Esfera da ciência:

(51) O professor doutor Ozeas da Rocha Machado, presidente da Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil, em recente publicação, explica assim as diferenças: "Psiquiatria é a parte da medicina que se ocupa das doenças mentais". (AN4.3)

(52) Embora muito se tenha aprendido sobre essa doença, os pesquisadores não têm previsão de cura no futuro imediato, prevendo-se que seja crescente o número de indivíduos infectados com HIV. (DC6.1)

(53) O estudo é de grande valor para um país como o Brasil, cuja população está envelhecendo a uma velocidade espantosa ("Maintaining Property in an Ageing Society", OECD, 1998.) [em seguida tem-se o resumo dos dados] (AN5.1/ FSP5.1)

c) Esfera da política:

(54) E eles, os congressistas de meia pataca, é que devem ser responsabilizados. Não passam, mostram suas reações de pânico dos últimos dias, daquilo mesmo que Lula, num rasgo de lucidez e coragem, ousou classificá-los: "picaretas". (AN5.3)

(55) É para mim evidente que a viragem à esquerda dos eleitorados europeus resulta de condições objetivas, como se dizia no tempo do marxismo triunfante. (FSP6.2)

(56) Dizia o falecido ministro e governador Magalhães Pinto que "política é como nuvem: você olha, está de um jeito, dali a pouco, olha de novo e já mudou". Deve ser assim mesmo, um céu entre as nuvens – ou tantas pessoas não o disputariam com sede e ferocidade –, repleto de nuances desafiadoras para a sobrevivência de quem está ali, enquanto lá embaixo se amontoam tristes realidades. Às vezes, o próprio inferno. (OESP3.2)

d) Esfera do jornalismo:

(57) Jânio de Freitas, na "Folha de S. Paulo" de sexta-feira, inicia seu artigo "À volta, a escuridão" com o seguinte parágrafo: "Tanta pose pedante, tanto falatório prepotente, tanta arrogância para esse final pígio. (...)". (AN5.3)

³⁹⁵ É certo que às vezes se pode pôr em questionamento o que é do âmbito de cada esfera, uma vez que, como já discutido, os limites entre as esferas se interceptam e se cruzam.

(58) Foi num dia desses que, para nossa perplexidade, Carlos Lacerda anunciou: "Vou escrever, hoje, sobre a Sociedade Protetora dos Animais". (AN3.1/FSP3.1)

(59) Até lá, como ressaltou em editorial este jornal, na quarta-feira, se o que estamos fazendo é ou não suficiente para evitar as mudanças climáticas, só a ciência e o tempo dirão. (OESP3.2)

e) Esfera da religião:

(60) Mas ainda vai chegar um dia em que a humanidade irá perceber que todos somos filhos de um mesmo Deus e que a cor da pele não tem qualquer importância. (AN3.3)

(61) A quem, como Jesus, você chamaria de "raposa" hoje (Lucas 13, 32)? O que diria para o homem rico? Como trataria as mulheres adúlteras, os amasiados, os pecadores confessos?

Sua pastoral obedece a uma fórmula de sucesso: muita emoção, pouca razão. Não recomendam as Escrituras darmos "as razões de nossa esperança" (1Pedro 3, 15)? (FSP3.2)

(62) Na mensagem sobre a paz, o papa João Paulo 2º refere-se à contribuição que esse futuro tribunal poderá trazer para a prática efetiva dos direitos humanos. Serão julgados os crimes de genocídio, de tortura, de prisões arbitrárias de guerra e agressões contra a humanidade. Isso inclui o reconhecimento das injustiças e a punição dos responsáveis, aos quais se deve assegurar a defesa, evitando revanchismo e espírito de vingança. (FSP4.1)

(63) Feitos de barro e sopro, somos um feixe de surpreendentes emoções, em geral congeladas pelo medo de ser o que se é. (OESP3.1)

f) Esfera artística:

(64) Era a lei do manda quem pode, obedece quem tem juízo. Ou será que ainda é assim? Como diria "Chicó", personagem de "O Auto da Compadecida": "Não sei, só sei que foi assim". Pretendo realmente que tenha sido assim e que esta seja mais uma página virada (e que já vá longe) desta tão conturbada relação entre o capital e o trabalho. (AN6.3)

(65) As levianas acusações de que o único causador da derrota eleitoral foi o Diretório Estadual do partido motivando, com isto, a

tentativa de golpe, pretendendo a destituição da direção partidária, levaramos à histriônica conclusão da eterna "culpa do mordomo", como se os erros e comportamentos não fossem de conhecimento público. (DC3.1)

(66) Preocupa-me ver religiosos que fogem da imprensa como o diabo foge da cruz. Não sabem o que dizer ou praticam a mera ortofonia, sem idéias próprias, criatividade, alegria. Um apóstolo triste não combina com a imagem que tenho de Jesus, retratada no romance "Entre Todos os Homens". (FSP3.2)

(67) (...) ambos fomos seduzidos quando jovens pelos romancistas norte-americanos e pela literatura francesa, e nossa vocação cresceu acalentada pelas idéias dos existencialistas, pelas polêmicas entre Sartre e Camus e pelas convicções predominantes sobre "o compromisso" naqueles anos. Esta tese de que a literatura não pode ser mero entretenimento, que ela influi na vida modelando a sensibilidade e a consciência dos leitores e, por meio destes, deixa uma marca, para o bem ou para o mal, na história, já não está em moda. Os cultores da literatura light, do êxito em nossos dias, descartam-na com ceticismo brincalhão. (OESP5.2)

Os outros discursos, incorporados ao enunciado do autor, funcionam como argumentos para a construção do seu ponto de vista. Nesse sentido, observam-se lugares sociais do preferível na orientação e na relação para outros enunciados. Não se faz referência de maneira indiferente, há determinadas opções, pois a fala do outro é sempre uma fala social, com um determinado valor. A preferência pela arregimentação das falas da esfera do cotidiano pode ser interpretada, em primeiro lugar, como que orientada para o leitor, consideradas como fazendo parte do seu universo cultural, portanto, de seu conhecimento. Os provérbios e outros gêneros similares apresentam um valor ideológico cristalizado. Também, com suas formas discursivas fixas, cuja autoria é encarnada pela voz do povo, do senso comum, gozam de um certo prestígio na comunicação social. Pela sua constante re-enunciação se cristalizaram como tal e seu reaparecimento na construção da orientação valorativa do artigo faz as vezes de que a voz do povo é a voz de Deus.

O chamamento pelos enunciados da esfera da ciência tem sua razão de ser pelo valor ideológico da ciência na comunicação social. A ciência assume a aura do conhecimento de causa, a sua palavra tem o valor de verdade. Nessa mesma direção caminha a preferência pelo chamamento da esfera da religião, como uma voz da verdade divina, uma autoridade. A ciência e a religião constituem-se instituições cujo discurso goza de credibilidade. O jornalismo, a política e a literatura podem ter a sua entrada justificada a

partir do seu prestígio e circulação social, entre outros aspectos. O chamamento destes outros discursos traz com ele, além da credibilidade, outros pontos de vista e fatos que dão corporeidade ao artigo, constroem e sustentam o ponto de vista do autor.

Assim, para a construção do seu ponto de vista, se no movimento dialógico de assimilação o autor busca e incorpora no seu artigo diferentes vozes que constroem e sustentam, a sua fala, no *movimento dialógico de distanciamento* há o trabalho de isolamento da orientação valorativa do outro (ela é colocada a sós, sem o apoio de outras vozes). O movimento de desqualificação também se observa no chamamento de outras perspectivas que não têm (ou não adquirem no enunciado do autor) o estatuto de credibilidade das vozes anteriores e que o autor desqualifica pelo enquadramento que dá a elas. Tem-se como exemplos:

(68) Os livros esquecem de contar o motivo da assinatura dessa lei.
Não é dito que os fazendeiros falidos abriram as porteiras para liberar os escravos e assim evitar gastos com comida e alojamento. Para esses senhores de engenho, a abolição ocorreu antes mesmo da assinatura da Lei Áurea. Para quem tinha dinheiro e não estava em crise financeira, a resistência foi grande. (AN3.3)

(69) E quando se fala em déficit público, logo se pensa que se trata apenas do desajuste das contas do governo federal.

Na verdade, o déficit público engloba, em boa conta, as dívidas dos Estados e municípios, sendo que, neste caso, 80% são devidos somente pela Prefeitura de São Paulo. (DC5.1)

(70) Racionalizar o sistema é também torná-lo proveitoso para o maior número possível de envolvidos. O novo sistema, escondido atrás de uma pretensa simplificação, traz bons proveitos à União. O ministro da Fazenda, na justificativa da proposta, sugere que justiça tributária é o superávit gerado pelo equilíbrio das contas públicas, fator fundamental para o país em face do novo padrão econômico internacional.

A reforma tributária tende a ser pautada, como as demais, pela necessidade de cobrir a crescente conta de juros do governo central. (FSP4.3)

(71) E o assunto ainda promete complicar-se, porque, contrariando resoluções já tomadas na Rio-92 e em Kyoto, alguns cientistas lançaram a tese de que os Estados Unidos e Canadá já estariam, com suas florestas, absorvendo mais carbono do que emitem. Não precisariam reduzir suas emissões. (OESP3.2)

(72) O inusitado encontro de Fernando Henrique com Lula é sinal dos tempos difíceis que vêm por aí. Com 1999 em recessão, juros ainda muito altos e desemprego disparando, o governo e o País estão reduzidos à expectativa de que o próximo ano seja apenas uma dura transição para 2000 um pouco melhor. As circunstâncias nos deixam, pois, apenas a alternativa de torcer por um mal menor; além de ter de agüentar o coro dos pessimistas, que garantem o desastre inevitável. (OESP4.2)

No movimento de desqualificação, não se tem a identificação de um determinado livro, mas uma referência mais vaga, que apaga o seu valor apreciativo, como em "os livros", fazendo menção à esfera escolar; o ministro não afirma, mas "sugere". Em lugar de o renomado cientista Fulano de Tal, milhares de cientistas, tem-se "alguns cientistas" (embora pertencendo à esfera da ciência, nesse caso, os cientistas referidos, pelo seu processo de enquadramento no artigo, são como que afastados da credibilidade da comunidade científica). A oposição ao governo e o povo são designados como "coro de pessimistas"; ou ainda se indetermina a origem discursiva do enunciado, como em "logo se pensa".

Através dos *movimentos dialógicos de assimilação e de distanciamento*, o articulista vai tecendo a sua orientação apreciativa face aos acontecimentos sociais diante dos quais ele é levado a se posicionar. No entanto, não se pode pensar que esses movimentos são construídos "livremente" pelo autor do enunciado artigo; há uma certa "determinação" sócio-ideológica dessas orientações; no artigo, os enunciados da esfera científica, por exemplo, pelo estatuto de credibilidade dessa esfera, tendem mais a aparecer no movimento dialógico de assimilação. A orientação valorativa face aos outros enunciados já-ditos se constrói na/pela linguagem, aspecto que será discutido na próxima seção.

3 Projeções estilístico-compositivas

Muitos dos aspectos estilístico-compositivos do artigo têm sua origem ligada ao objeto do discurso e outros dizem respeito ao processo de produção da comunicação jornalística. Assim, por exemplo, a extensão do artigo está condicionada ao tamanho da coluna do jornal impresso destinada à publicação do gênero. Os jornais pesquisados não trazem dados específicos a respeito da extensão do artigo. Já o jornal *Zero Hora*, do grupo

RBS, no pé do artigo, apresenta as seguintes informações: "Os artigos para esta página devem ter até 45 linhas de 60 espaços (2.700 caracteres) e ser enviados para a Editoria de Opinião. (...)" . Esse é um dado que não pode ser desconsiderado na constituição do gênero artigo. Na leitura do artigo "Aids e as drogas" (DC6.1), tem-se a sensação de que o texto do autor sofreu um corte para ser inserido na coluna disponível no jornal, pois o seu fim no jornal não tem os aspectos de acabamento esperado de um texto (enunciado).

(73) A Aids propriamente dita se caracteriza por uma patologia correspondente a um destes quatro tipos de afecções:

- 1º infecções oportunistas (pneumonia, tuberculose pulmonar etc);
- 2º tumores (Sarcoma de Kaposi e outros);
- 3º desnutrição ou síndrome de caquexia;
- 4º transtornos neurológicos causados pelo vírus, demência, afeção das funções cerebrais superiores, paralisia facial etc. [fim] (DC6.1)

Entretanto, também a orientação ativa para os enunciados já-ditos molda a manifestação lingüístico-composicional do artigo. Se a relação dialógica é um fenômeno intrínseco ao discurso de todas as esferas, sendo que só "convencionalmente"³⁹⁶ é que ele pode se afastar da sua orientação dialógica, o grau de aparecimento da palavra do outro, a sua forma de tratamento verbal no enunciado, a sua relação com a palavra do autor variam segundo a função ideológica da interação verbal e da sua esfera ideológica. A esse respeito, Bakhtin³⁹⁷ tece observações referentes a algumas singularidades da presença da palavra do outro nos gêneros da esfera literária, no caso o romance, comparando-as com a questão da palavra do outro nos gêneros fora dos âmbitos da literatura, como na esfera judiciária, política e "publicística", que são relevantes para a compreensão da manifestação das relações dialógicas com os enunciados já-ditos no gênero artigo.

Segundo o autor, na literatura, o dialogismo, o tema do homem que fala e sua fala, são fecundados pelo plurilingüismo social. O dialogismo perde as suas contradições individuais (a relação dialógica não se orienta para um determinado enunciado), para personificar o plurilingüismo. O discurso do outro se orienta para a "imagem" da linguagem e constitui-se como *meio de representação* desse plurilingüismo social. Ele tende para o bilingüismo como um *fim discursivo*. No caso da bivocalidade no romance, ela é uma *representação bivocal*, orientada sobre a imagem da linguagem, vista como um ideologema social.

³⁹⁶ Bakhtin, *O discurso no romance*.

Já nos gêneros não literários, o dialogismo ressoa antes no ápice semântico do enunciado, constrói-se não sobre o plurilingüismo, ou com vistas a sua representação. Dessa forma, pode-se dizer que o dialogismo se orienta preponderantemente para enunciados "individuais" ou para enunciados generalizados (de um grupo social, do senso comum). O sujeito que fala e o seu discurso são *objetos de transmissão interessada*³⁹⁸, cujo fim não se encontra em "trabalhar", por meio desses enunciados, a imagem de uma linguagem social³⁹⁹. Entretanto, se a bivocalidade fora do âmbito do romance não se constrói sobre o plurilingüismo nem o visa, ela tem outra função ideológica. No gênero artigo, ela se orienta para a função da construção do ponto de vista do autor, ou seja, a construção da sua orientação valorativa, com vistas à reação-resposta ativa do leitor (a sua persuasão).

3.1 Estratégias de inter-relação com o discurso do outro

Os movimentos dialógicos de assimilação e de distanciamento do ponto de vista do outro incorporado no enunciado do autor "marcam-se" pelas diferentes estratégias (procedimentos, meios) de "enquadramento contextual" ("exame") e de "transmissão"⁴⁰⁰ do discurso do outro no artigo. O enquadramento do discurso do outro no enunciado cria a perspectiva, o fundo dialógico que é dado ao discurso introduzido.

É necessário observar o seguinte: por maior que seja a precisão com que é transmitido, o discurso do outro incluído no contexto sempre está submetido a notáveis transformações de significado. O contexto que avoluma a palavra do outro origina um fundo dialógico cuja influência pode ser muito grande. Recorrendo a procedimentos de enquadramento apropriados, pode-se conseguir transformações notáveis de um enunciado alheio, citado de maneira exata. O polemista inescrupuloso e hábil sabe perfeitamente que fundo dialógico convém dar às palavras de seu adversário, citadas com fidelidade, a fim de lhes alterar o significado. (...) A palavra alheia introduzida no contexto do discurso estabelece com o discurso que a enquadra não um contexto mecânico, mas uma amalgama química (no plano do sentido e da expressão); o grau de influência mútua do diálogo pode ser imenso. Por isso, ao estudar as diversas formas de

³⁹⁷ Bakhtin, *op. cit.*

³⁹⁸ Mas sem excluir certos aspectos de representação.

³⁹⁹ Daí o autor falar em *formas de representação* da fala do outro na literatura e em *procedimentos de transmissão* nos gêneros não literários.

⁴⁰⁰ Bakhtin, *op. cit.*

transmissão do discurso de outrem, não se pode separar os procedimentos de elaboração deste discurso dos procedimentos de seu enquadramento contextual (dialógico): um se relaciona indissoluvelmente ao outro.⁴⁰¹

O processo de enquadramento do discurso do outro constrói-se pelo todo do artigo. Entretanto, há certos traços estilístico-composicionais que marcam mais pontualmente essas diferentes estratégias de inter-relação do discurso do autor com o discurso alheio introduzido. Na incorporação de outras vozes orientadas para a posição valorativa do autor (movimento dialógico de assimilação), entre as formas de enquadramento podem-se destacar o uso de determinados verbos ou grupos proposicionais introdutórios do discurso relatado e o uso de determinadas palavras e expressões avaliativas que incidem sobre o enunciado do outro⁴⁰².

a) Verbos introdutórios: Os verbos ou grupos preposicionais de introdução do discurso relatado, além de indicarem a presença de um outro discurso, dão-lhe uma orientação apreciativa. O verbo *dizer*, por exemplo, gozando da aura da neutralidade, acaba reforçando o movimento de assimilação, pois imprime um efeito de objetividade ao processo de avaliação e de introdução do discurso citado. Outros verbos não incidem sobre a avaliação do enunciado, mas sobre a ação interativa total.

(74) Se esse hábito não for reduzido, os epidemiologistas estimam que, por volta de 2020, o fumo matará 10 milhões de pessoas anualmente. (AN6.1)

(75) Com certeza, muito da descrença popular numa saída para a eterna crise brasileira – sentimento que contribui para a vitória do FHC, com o voto na "mediocridade estável", como diz Tarso Genro – tem a ver com a impotência da sociedade para controlar a corrupção e os desmandos, que aparecem ser inerentes à atividade política. (AN3.2)

(76) É para mim evidente que a viragem à esquerda dos eleitorados europeus resulta de condições objetivas, como se dizia no tempo do marxismo triunfante. (FSP6.2)

⁴⁰¹ Bathtin, *op. cit.*, p. 141.

⁴⁰² Como a análise do uso de palavras ou expressões avaliativas se orientou para as estratégias de enquadramento do discurso, essas observações se restringem a esse aspecto gênero.

(77) "Sem solidariedade", disse ao jornal "Público" o ministro polonês Bronislaw Geremek, "a Europa corre o risco de uma crise profunda". Tem razão. (FSP6.2)

(78) Até lá, como ressaltou em editorial este jornal, na quarta-feira, se o que estamos fazendo é ou não suficiente para evitar as mudanças climáticas, só a ciência e o tempo dirão. (OESP3.2)

(79) Fallows questiona, por exemplo, a aspiração de exercer um contrapoder que está no cerne de inúmeras matérias. (OESP6.2)

(80) A psicologia, continua o professor doutor Ozeas, "é a ciência que se ocupa das atividades mentais e de conduta objetiva, ou, como alguns tratados estabelecem, a ciência do comportamento humano e animal. (...)" (AN4.3)

(81) Não passam, mostram suas reações de pânico dos últimos dias, daquilo mesmo que Lula, num rasgo de lucidez e coragem, ousou classificá-los: "picaretas". (AN5.3)

b) Palavras e expressões avaliativas: são as palavras e expressões qualificativas que incidem sobre o discurso do outro ou sobre a própria pessoa a quem é atribuído o discurso, valorados de forma positiva, que o autor incorpora ao seu ponto de vista, como nos exemplos abaixo:

(82) Ganhei um livro no último Natal sobre os problemas da sociedade que envelhece. O estudo é de grande valor para um país como o Brasil, cuja população está envelhecendo a uma velocidade espantosa ("Maintaining Prosperity in an Ageing Society", OECD, 1998). (AN5.1/FSP5.1)

(83) Acaba de ser anunciada a vibrante mensagem do papa João Paulo 2º, por ocasião do 22º Dia Mundial da Paz. (FSP4.1)

(84) Arrogância, precipitação e superficialidade têm sido, na opinião de James Fallows, autor do afiadíssimo Detonando a Notícia, o tempero da mídia. (OESP6.2)

(85) "Sem solidariedade", disse ao jornal "Público" o ministro polonês Bronislaw Geremek, "a Europa corre o risco de uma crise profunda". Tem razão. (FSP6.2)

(86) Uns viam uma sátira e buscavam carapuças; outros, uma mensagem cifrada aos golpistas que pululavam na cena política. Nada além do que uma tarde de tédio do grande jornalista. (AN3.1/FSP3.1)

(87) No auge do confronto entre oposição e governo, durante o regime de 1964, Ulysses Guimarães – a quem nunca faltou coragem e determinação, mesmo nos momentos mais graves – alertava: "Não podemos agir como Sansão, que, ao derrubar as colunas do templo, faz o teto desabar sobre a própria cabeça". (AN5.2)

Se o movimento dialógico de assimilação apresenta uma variedade menor de estratégias de enquadramento da fala do outro, o movimento dialógico de distanciamento apresenta um conjunto de estratégias mais diversificado, como se verá a seguir. Essa diferenciação pode ser justificada porque no movimento de qualificação já se tem como uma característica forte o chamamento de outras vozes discursivas que, junto com a voz do autor, constroem a orientação apreciativa do enunciado. Também uma certa insistência sobre o caráter positivo, pertinente desses enunciados evocados pelo autor poderia causar um efeito de excesso no artigo, desqualificando a sua legitimidade como tal. Já no movimento de desqualificação, de distanciamento, cujo objetivo é desautorizar um determinado ponto de vista, distanciar-se dele, essa marcação se torna muito mais necessária e eficaz.

No *movimento dialógico de distanciamento*, entre as estratégias de enquadramento tem-se: o uso de palavras e expressões avaliativas, a negação, as aspas, os operadores argumentativos, o chamamento do discurso de um outro, a ironia, os pronomes demonstrativos. Dessas estratégias de enquadramento, muitas funcionam simultaneamente também como formas de introdução/transmissão do outro discurso, como a negação, a ironia, as aspas, os operadores argumentativos⁴⁰³.

a) Palavras e expressões avaliativas: Como no movimento dialógico de assimilação, essas palavras e expressões incidem ou sobre a fala do outro ou sobre ele próprio, marcando uma apreciação do articulista. Nas instruções dos manuais de redação e estilo, em relação ao uso dos adjetivos, tem-se que estes devem ser empregados "com sobriedade", uma vez que "a opinião sustentada em fatos é mais forte do que a apenas adjetivada"⁴⁰⁴; "com parcimônia", evitando-se os "adjetivos fortes", que podem

⁴⁰³ Por essa razão, esses elementos são mencionados mais de uma vez na análise.

⁴⁰⁴ Folha de S. Paulo. *Novo manual da redação*, p. 50.

surpreender o leitor ou causar efeito de opinião definitiva sobre alguma coisa ou alguém⁴⁰⁵. Se essas recomendações podem, até certo ponto, ser observadas no movimento dialógico de assimilação, no movimento dialógico de distanciamento, o uso de adjetivos ou outras palavras e expressões qualificadoras é uma estratégia muito freqüente, pois cria um enquadramento negativo ou de distanciamento (desqualificação) em relação ao outro e a sua fala.

(88) Mas não imaginou que, por ser ex-presidente e governador de um dos Estados mais poderosos da Federação, o inadvertido anúncio de calote nos eurobônus iria provocar um ataque especulativo tão grande ao País (...). (AN5.2)

(89) Não que a pontuação no conceito A, obtida pelo curso de Odontologia no chamado "provão" do MEC, nos tivesse imbuído de euforia fácil. Nada disso. (DC4.1)

(90) Entretanto, o simples anúncio da idéia já desencadeou pelo país uma disputa desmedida entre os Estados para atrair investimentos e, com isso, minorar os efeitos perversos da crise econômica nacional sobre o emprego. É a prática do velho ditado "farinha pouca, meu pirão primeiro". (FSP4.3)

(91) Na verdade acho que Blatter está inteligentemente repetindo aquela velha história de pôr o bode na sala para depois causar um grande alívio ao tirá-lo de lá. (FSP5.3)

(92) Insistiu-se em continuar planejando procedimentos que tornem viável a chamada "compensação" de emissões entre países industrializados, com um deles reduzindo de seu balanço o que o outro diminuir no seu. (OESP3.2)

(93) Também, desde o início das discussões, na Câmara dos Deputados, foram alimentadas falácias de que o mercado, a concorrência e o produto "doença", tratado como "mercadoria", esvaziaria o SUS e aumentaria o universo de 43 milhões para 80 milhões de usuários assistidos, consubstanciando uma grande solução. (OESP4.1)

(94) Do escandaloso processo de privatização ao pacote de onde saltará mais recessão e desemprego, só para citar dois fatos mais visíveis atualmente, uma coisa deve chamar a atenção de quem se preocupa, de fato, com a democracia. (AN3.2)

⁴⁰⁵ Martins Filho, *Manual de Redação e estilo de O Estado de S. Paulo*.

(95) Este, que se reconheça, é mais um legado da "Constituição cidadã", de 1988, que marcou o início do delírio coletivo a que estivemos mergulhados até que as sirenes dos bombeiros revelassem que o incêndio anunciado não era coisa de "fracassomaníacos". (AN5.3)

(96) Do ponto de vista ideológico, aparecem personagens tratando de demonstrar que o populismo é o regime político mais conveniente para a América Latina. Veja-se, por exemplo, a entrevista do cientista político mexicano Jorge Castañeda (Folha, 7/2), figura bastante influente nos meios intelectuais de esquerda. (...)

Embora Castañeda aluda a um "populismo democrático", não são as instituições democráticas que caracterizam o populismo. Os traços mais significativos das figuras que o encarnam, tanto historicamente quanto hoje, consistem, pelo contrário, em manipular essas instituições, em desprezar a representatividade do Congresso e dos partidos, em estabelecer uma relação carismática entre o líder e as massas. (FSP6.1)

Enquanto no movimento de assimilação o enunciado do outro é "afiadíssimo", "vibrante", de "grande valor", e o seu autor é uma "grande pessoa", de "coragem", é um cientista, uma instituição renomada, no movimento dialógico de distanciamento, o anúncio de moratória é "inadvertido anúncio de calote", o ponto de vista alheio é "falácia", "delírio coletivo". É um outro, não o articulista, que qualifica um exame de "provão". O dizer do outro pode ser resumido, comparado com "velhos ditados". Quem se preocupa "de fato" com a democracia impõe ao outro o ônus de não se preocupar com ela. Há cientistas que são cientistas renomados e outros que são considerados como "personagens" (da mesma maneira, tem-se políticos e personagens), desqualificando, desse modo, a sua fala, que assume as feições de ficção. Entretanto, é preciso ressaltar que essas palavras e expressões assumem a função de desqualificação, de distanciamento *somente no todo do enunciado*, tanto que podem assumir feições positivas em outra situação⁴⁰⁶.

b) Negação: Pela negação, tem-se a oposição manifesta a uma determinada perspectiva ideológica, desqualificada pelo autor. Há, no artigo, o embate de dois pontos de vista ideológicos divergentes.

(97) O conceito de "cidadão" não se limita ao verbete expresso nos dicionários ("aquele que mantém uma relação de direitos e deveres com o Estado"). (AN4.1)

⁴⁰⁶ "Era o velho panfletário que sabia descobrir nos fatos conspirações difíceis de desvendar e que ele, na sua genialidade, transformava em denúncias." (AN3.1/FSP3.1)

(98) A reforma tributária é a mais importante do processo de modernização do Estado. Sem ela, não haverá ajuste fiscal, as empresas continuarão sufocadas e a sonegação será crescente. O novo sistema tributário deve ser um instrumento da sociedade, para o bem da população brasileira; não em favor de determinados Estados, municípios, setores ou regiões. (FSP4.2)

(99) A proposta não torna o sistema tributário mais racional porque reforça seu caráter indireto, regressivo e, portanto, injusto. (FSP4.3)

(100) Não há ajuste fiscal que tire o País da crise, se não houver uma reengenharia da Federação. (OESP6.1)

Pela negação, apresenta-se a manifestação de confronto entre duas diferentes posições ideológicas em torno de um determinado objeto discursivo. No signo "cidadão" confrontam-se índices de valor contraditórios. Em FSP4.2, nega-se a posição de que o ajuste fiscal possa ser feito sem a reforma tributária. Em OESP6.1, o autor se opõe à posição de que se possa fazer o ajuste fiscal sem se repensar o modelo atual da Federação. O trecho do enunciado FSP4.3 está respondendo negativamente à pergunta feita pelo jornal. Em torno dos temas reforma tributária e ajuste fiscal tem-se o cruzamento de diferentes perspectivas ideológicas; assim, por exemplo, se a reforma tributária para determinados grupos sociais torna o sistema tributário mais racional, para outros não.

c) Aspas: Pelo aspeamento de determinadas palavras ou expressões, o autor isola certos sentidos da palavra, distanciando-se deles (em maior ou menor grau) e atribuindo a outros (uma determinada pessoa, grupo, senso comum) a sua responsabilidade.

(101) O governo federal tem procuração para reter os valores das transferências aos Estados, para resarcimento de sua dívida rolada, o que torna a declaração de "moratória" muito mais retórica do que eficaz. (AN5.2)

(102) Não que a pontuação no conceito A, obtida pelo curso de Odontologia no chamado "provão" do MEC, nos tivesse imbuído de euforia fácil. Nada disso. (DC4.1)

(103) Estaríamos condenados ao populismo e a sua irmã gêmea – a tentação autoritária? Deveríamos reconhecer que as instituições forjadas ao longo de séculos, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, são

incompatíveis com a "índole latino-americana", como sempre pensaram nossos intelectuais autoritários? (FSP6.1)

(104) Recentemente assistimos aos pouco edificantes espetáculo [sic] de Alan Rusbridger, editor do Guardian, rolando na sarjeta com Piers Morgan, editor do The Minor (e anteriormente do News of the World), cada um tentando arrancar os olhos do outro para conseguir o "vazamento" da história de Mandelson primeiro, cada um acusando o outro de mentiroso.

O que devem fazer os humildes repórteres diante de tal "liderança"? (OESP5.1)

Ao mesmo tempo que o autor faz uso das palavras aspeadas, ou seja, elas estão integradas sintaticamente ao seu discurso, por meio dessa estratégia, ele não assume os sentidos que elas evocam, criando uma certa distância apreciativa em relação a elas. São palavras de *um* outro. A moratória só pode ser "moratória", pois é valorada como um "calote" pelo autor. São os outros (voz anônima) que qualificam os exames do MEC de "provão"; é a voz de um certo senso comum, com ares de estereótipo, que é evocada em "índole latino-americana". São atribuídos ao discurso opositor os sentidos de "vazamento" e "liderança".

d) Operadores argumentativos: Certos operadores argumentativos marcam, no enunciado, uma relação dialógica divergente entre duas orientações apreciativas, sendo que uma delas, por essa relação opositiva, recebe um enquadramento de distanciamento. No artigo, essa função é preferencialmente exercida pelo uso do *mas*.

(105) Ao assumirmos essa tarefa, estaremos nos contrapondo concretamente aos setores conservadores, para os quais a democracia não é um valor estratégico para o bem da humanidade, mas uma contingência histórica, aceita desde que seja frágil o suficiente para exercerem sua ditadura velada, manipuladora e corrupta. (AN3.2)

(106) E o congresso, que nada fez e nada faz, se apressa, acuado, a aprovar o que lhe põem à mesa. Mas é tarde, terrível e tragicamente tarde. Eles, os congressistas de meia pataca, é que devem ser responsabilizados. Não passam, mostram suas reações de pânico dos últimos dias, daquilo mesmo que Lula, num rasgo de lucidez e coragem, ousou classificá-los: "picaretas". (AN5.3)

(107) Os novos governadores, muitos deles com razão, declaram seus Estados em agônica situação financeira. Mas, antes de ameaçarem não pagar a dívida, generosamente negociada pelo governo federal (aliás, uma ameaça que não tem sentido porque a União tem o poder de reter parcelas de receitas tributárias), é preciso que os novos governadores, com o capital político que possuem no momento, começem por reduzir o número de secretarias, e, pela metade, os cargos de confiança. (DC5.1)

(108) Portanto, sim ao euro; mas com a condição de avançar no aprofundamento institucional e político da União, para poder passar a uma nova fase, mais responsável e fecunda, como se impõe. (FSP6.2)

(109) O que determina o @ 4º, inciso I, do artigo 60 da Constituição federal – assim redigido: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: (...) I. a forma federativa de Estado; ..." – é que a Federação não pode ser "abolida", mas não impede que seja "modificada". E a modificação urge. (OESP6.1)

O operador *mas*, que pode estar tanto no meio como no início da frase, acompanhado ou não da negação, embora acolha uma determinada orientação valorativa, ao mesmo tempo se opõe a ela. Essa estratégia discursiva cria, em AN3.2, o embate entre duas posições ideológicas a respeito do conceito de democracia, uma das quais desqualificada no enunciado do autor. Em AN5.3, a posição dos congressistas, de agirem diante da situação, aprovando as medidas necessárias, que poderia ser vista como um ato positivo, é desqualificada pela avaliação negativa que o autor faz da sua ação. Em DC5.1, a "agônica situação financeira" dos Estados, diante da generosa negociação do Governo Federal, não é argumento suficientemente forte para o não pagamento da dívida desses Estados. No artigo OESP6.1, o autor interpreta que se a Federação legalmente não pode ser abolida, nada impede que seja modificada. Já em FSP6.2, a euforia em torno do lançamento da moeda da comunidade européia é vista com certa reserva, expressa pelo operador *mas*, pois há outros aspectos mais relevantes para a integração dos países que compõem a UE.

e) Pela fala do outro: O movimento de desqualificação do discurso do outro também se realiza através da introdução da fala, de atos avaliativos de um outro locutor. Desse modo, o autor se exime da responsabilidade dessa avaliação negativa. Entretanto, este discurso chamado no discurso do autor é um discurso citado; portanto, também passou pelo processo de enquadramento. É no artigo que esses pontos de vista são colocados em

relação dialógica, pelo fundo aperceptivo criado por ele. Em realidade, nessa situação, tem-se presente também o movimento de assimilação, pois o autor, embora crie o efeito de isenção face aos atos avaliativos do discurso citado, assimila essa voz.

(110) Com certeza, muito da descrença popular numa saída para a eterna crise brasileira – sentimento que contribui para a vitória do FHC, com o voto na "mediocridade estável", como diz Tarso Genro – tem a ver com a impotência da sociedade para controlar a corrupção e os desmandos, que aparecem ser inerentes à atividade política. (AN3.2)

(111) O governo Fernando Henrique Cardoso negociou a dívida dos Estados em condições excepcionais. Aquela coisa que, no popular, se chama de pai para filho (6% ao ano e três décadas para pagar). E o mesmo quer a alcaldia paulistana, sob o título de renegociar, também, as "dívidas dos municípios". (DC5.1)

(112) Como positivo, poder-se-ia citar o fato de a proposta acabar com a guerra fiscal, ao estabelecer alíquota uniforme do novo ICMS. Entretanto, o simples anúncio da idéia já desencadeou pelo país uma disputa desmedida entre os Estados para atrair investimentos e, com isso, minorar os efeitos perversos da crise econômica nacional sobre o emprego. É a prática do velho ditado "farinha pouca, meu pirão primeiro". (FSP4.3)

(113) Estou convencido de que a tese de repensar a Federação é profundamente mal vista por políticos e burocratas e, ao defendê-la, aumentarei a legião dos meus adversários. Mas também estou convencido de que, se a sociedade brasileira não rediscutir tal modelo, o século 21 será um século de mais sofrimentos, mais deceções e mais crises para o País.

Ou o Brasil muda a Federação ou a Federação acaba com o Brasil.
(OSP6.1)

No exemplo AN3.2, a avaliação negativa da vitória de FHC é atribuída a um outro locutor. Ao mesmo tempo que o autor se apóia nessa outra fala, ele se isenta da sua responsabilidade. Em DC5.1 e FSP4.3, são incorporados ao enunciado ditados populares e provérbios, que têm a função de avaliar e sintetizar o ponto de vista discutido no artigo. Esses vozes, por serem enunciados que trazem condensados valores ideológicos cristalizados, por seu tom sentencioso, antecipam o desfecho do assunto discutido no artigo. Em OSP6.1, pela paráfrase, o autor incorpora um enunciado conhecido da comunidade brasileira, quase um *slogan*, "Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba

com o Brasil". As duas orientações temáticas, a do artigo e a do enunciado incorporado, são tratadas como similares, convergem para uma mesma orientação de sentidos. E, juntas, constroem o movimento de distanciamento do discurso do outro.

f) Ironia: Ao mesmo tempo que a ironia mostra o discurso do outro, ela também o enquadra, apontando a sua contradição, distanciando-se dele o autor do artigo.

(114) Felizmente há, hoje, boas notícias. Na mesma Inglaterra da Terceira Via, de Tony Blair, proibiram-se experiências científicas de uso de colírio nos olhos dos ratos e de cremes de beleza no focinho dos porcos. (AN3.1/FSP3.1)

(115) A economia moderna pode produzir sem limite. Seu problema não é produzir – é a superprodução e o consumismo. Os interesses econômicos giram em torno de publicidade, consumo, concorrência, lucro. São os famosos quatro "p" = produto, propaganda, preço, praça. Nessas quatro palavras, está o destino e a sorte do capitalismo. (AN4.2)

Os exemplos, "felizmente há, hoje, boas notícias (...)" e "famosos quatro 'p' = produto, propaganda, preço, praça ", embora incorporados sintática e composicionalmente no discurso do autor, pela orientação axiológica do enunciado, são sentidos (portanto, enunciados) que "destoam" da posição do autor, construída pelo todo do artigo. A ironia, no gênero artigo, apresenta-se como uma estratégia discursiva discreta, talvez pelas próprias normas impostas pela comunicação jornalística. No *Novo manual da redação*, da *Folha de S. Paulo*⁴⁰⁷, há a observação de que o recurso à ironia é admitido, mas com cautela.

g) Pronomes demonstrativos: No estudo gramatical da língua (língua-sistema), os pronomes demonstrativos são definidos como tendo a função de situar a posição de um ser ou objeto no tempo e no espaço, tendo como referente os participantes da interação. Os pronomes *aquela*, *aquele*, *aquilo* indicam um afastamento temporal e espacial do objeto ou ser em relação aos participantes da interação. Na Lingüística Textual, eles são englobados no grupo dos elementos anafóricos remissivos não-referenciais, considerados como elementos coesivos que "não fornecem ao leitor/ouvinte quaisquer instruções de sentido,

⁴⁰⁷ Folha de S. Paulo. *Novo manual da redação*.

mas apenas instruções de conexão (por ex., concordância de gênero e número)"⁴⁰⁸. Eles podem exercer, ainda, como anafóricos, função localizadora na linearidade do texto: relacionam-se ao referente mais distante. Também podem exercer a função de elementos dêiticos. Entretanto, no artigo, encontrou-se um outro sentido marcado por esses demonstrativos, que não se refere a uma distância espacial ou temporal, mas a um distanciamento axiológico. O autor introduz uma outra fala no seu discurso, mas se afasta dela, não a assumindo, ou contrapondo-se a ela⁴⁰⁹.

(116) Carlos Lacerda era dono e ícone, o santo guerreiro para uns, o demônio, a fera do Lavradio, o Corvo, e tudo o mais para aqueles que eram alvo de sua pena de fogo. (AN3.1/FSP3.1)

(117) O tempo é de consciência, apenas de consciência, para os negros brasileiros que lentamente começam a perceber a importância de não ser somente cidadãos e passam a lutar contra o preconceito velado que há décadas assola este País. O momento é de tirar aquela idéia de que negro só é bom no futebol, na música e na dança. Outras atividades, entre as quais a empresarial, são desenvolvidas com grande desenvoltura pelos negros do Brasil. (AN3.3)

(118) No Brasil, quando se fala em criar trabalho para idosos, logo vêm aqueles que temem criar dificuldades para o emprego dos jovens. Penso, porém, que esse argumento não se sustenta. (AN5.1)

(119) O governo Fernando Henrique Cardoso negociou a dívida dos Estados em condições excepcionais. Aquela coisa que, no popular, se chama de pai para filho (6% ao ano e três décadas para pagar). E o mesmo quer a alcaldia paulistana, sob o título de renegociar, também, as "dívidas dos municípios". (DC5.1)

(120) Na verdade acho que Blatter está inteligentemente repetindo aquela velha história de pôr o bode na sala para depois causar um grande alívio ao tirá-lo de lá. (...)

A Copa de seleções a cada dois anos só seria mesmo boa para aquelas confederações que subjugam os clubes e vivem de explorá-los. (FSP5.3)

(121) O CNSP, a Susep e o Ministério da Fazenda seriam os coordenadores da política daquilo que se passou a chamar de Saúde

⁴⁰⁸ Koch, Ingedore V. *A coesão textual*, 1989, p. 33.

⁴⁰⁹ Perelman, em *Tratado da argumentação*, interpreta esse "emprego inusitado do demonstrativo" como possibilidade para a criação de um "efeito de presença muito vivo" no enunciado, o que, segundo Gardon, embora seja inaceitável do ponto de vista da lógica pura, é um artifício excelente para a técnica romanesca.

Suplementar, com sentido de completar o que o SUS oferecia ou mesmo substituí-lo. (OESP4.1)

No primeiro exemplo, a opção por *aqueles* não é uma questão gramatical, mas de estilo⁴¹⁰, pois poderia se ter em lugar a palavra *outros* que, aliás, é a opção em uma construção sintática semelhante no mesmo texto: "Uns viam uma sátira e buscavam carapuças; outros, uma mensagem cifrada aos golpistas que populavam na cena política" (AN3.1/FSP3/1). Em AN3.3 e OESP4.1, o pronome *aquele* indica o distanciamento ideológico que o autor mantém face ao discurso racista e à validade do Programa de Saúde Suplementar, respectivamente. Nos artigos DC5.1 e FSP5.3, o distanciamento valorativo do articulista dá-se não com relação ao ditado popular e à "velha história", conhecidos do leitor e que entram na constituição do movimento dialógico de assimilação, mas com relação aos discursos/valores axiológicos que eles também põem em discussão. Também esses pronomes não marcam apenas um enquadramento de distância face ao outro discurso, mas também em relação ao seu autor (AN5.1).

As diferentes estratégias de enquadramento do gênero aqui levantadas, como se pode observar nos vários exemplos apresentados, funcionam como que em cadeia, quer dizer, em conjunto. Em um único trecho do enunciado podem ser encontradas diferentes estratégias, que, produzindo diferentes efeitos de sentido, vão articulando os *movimentos dialógicos de assimilação e de distanciamento*, vão construindo o horizonte axiológico do artigo face aos outros enunciados já-ditos da comunicação social. Pelas suas estratégias de enquadramento, o artigo "lapida" o discurso do outro introduzido no seu discurso.

3. 2 Formas compostionais de introdução e organização do discurso do outro

A consideração das relações dialógicas e a sua manifestação no enunciado impulsionaram um vasto conjunto de pesquisas, muitas delas tendo as concepções de Bakhtin ou como fundamento ou como um lugar teórico de interlocução⁴¹¹. Entre elas, pode-se citar a teoria polifônica de Ducrot⁴¹². O autor adapta a noção de polifonia,

⁴¹⁰ É enquanto questão de estilo que são analisadas certas particularidades do gênero artigo e que, dependendo da perspectiva de análise, poderiam ser vistas como uma questão gramatical.

⁴¹¹ Por exemplo, o termo *intertextualidade*, criado por Julia Kristeva, foi influenciado pelo conceito de *dialogismo* de Bakhtin, segundo Proença Filho. (Proença Filho, Domício. *A Linguagem literária*, 1990.)

⁴¹² Ducrot, Oswald. *Polifonia y argumentación*, 1988;

metáfora usada por Bakhtin para definir o romance de Dostoiévski, para a sua análise propriamente lingüística de "pequeños segmentos de discurso que llamamos enunciados"⁴¹³. Para Ducrot, o autor de um enunciado (segmento) nunca se expressa diretamente, mas põe em cena em um mesmo enunciado um certo número de personagens, sendo que o sentido do enunciado nasce do confronto desses diferentes sujeitos. Para desenvolver seu quadro polifônico, postula que o sujeito falante remete a várias funções diferentes, o sujeito empírico (o autor efetivo, o produtor do enunciado), o locutor (o ser do discurso responsável pelo enunciado, inscrito no sentido do enunciado; a ele se referem as marcas de primeira pessoa do discurso; há enunciados sem locutor: os provérbios e o discurso histórico de Benveniste, por exemplo) e o enunciador (é a origem do ponto de vista que se apresenta no enunciado, é considerado como se expressando através da enunciação, sem que lhe sejam atribuídas palavras precisas: "se eles 'falam' é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras"⁴¹⁴).

Ducrot, assumindo a posição de que o semanticista não se preocupa com a questão da autoria, mas com o sentido do enunciado (o que disse o enunciado), desenvolve a sua teoria da polifonia em torno da noção de locutores e enunciadores, fazendo uma analogia com a teoria das categorias narrativas de Genette: o locutor está para o narrador, assim como o enunciador está para o centro de perspectiva. E é em torno da distinção entre locutores e enunciadores que propõe duas formas de polifonia: a primeira, quando, no enunciado, há a existência de dois locutores distintos, em casos de "dupla enunciação", como no discurso relatado direto; a segunda forma de polifonia é aquela a nível de enunciadores, bem mais freqüente, onde se encontra uma outra voz, que não tem as propriedades atribuídas ao locutor.

Mesmo tendo como fundo teórico as noções bakhtinianas, essa teoria se distancia da teoria bakhtiniana em determinados aspectos. Em primeiro lugar, tem-se a noção de enunciado (definido como "segmento" ou "fragmento de discurso") que, embora centrada na questão de sentido, assemelha-se, às vezes, à noção de *proposição*, não equivalendo ao *todo de sentido* que o enunciado assume em Bakhtin. Outro aspecto refere-se ao próprio conceito de polifonia, metáfora usada por Bakhtin para definir a peculiaridade das relações de sentido entre autor e personagens como multiplicidade de consciências eqüipolentes

⁴¹³ _____. *O dizer e o dito*, 1987.

⁴¹³ Ducrot, O. *Polifonia y argumentación*, p. 16.

(vozes que participam do diálogo em pé de igualdade, que não se objetificam), vistas no todo do enunciado, do gênero, no romance de Dostoiévski.

Por último, a noção de autoria de Ducrot não é a mesma noção de autoria proposta pelo teórico russo. Ducrot discute a sua noção de sujeito empírico como o autor empírico, o produtor efetivo do enunciado, e a dificuldade de se definir quem é este autor efetivo. Ele ilustra essa dificuldade através de dois exemplos, uma autorização escolar (o pai recebe uma autorização para assinar, redigida pela escola, onde autoriza o filho a realizar determinada atividade) e uma circular administrativa: "Imaginemos un enunciado en una circular administrativa, ¿a quién voy a considerar como productor de este enunciado: a la secretaria, al funcionario que dictó la circular, al funcionario de grado superior que tomó las decisiones que allí se anuncian?"⁴¹⁵. Essas questões se apresentam na medida que se desconsidera a dimensão social da linguagem e se trabalha com o enunciado tomado como segmento de discurso. Nos exemplos, independentemente de quem tenha executado o papel de "escrevente", ou de "redator", há uma postura de autoria inscrita para o todo do enunciado, redigido como gênero autorização ou circular administrativa (apesar de que essas outras instâncias enunciativas vão funcionar, em maior ou menor proporção, como autores interpostos).

Se o recorte efetuado e a não consideração das determinações sociais⁴¹⁶ e da historicidade da linguagem permitem a exclusão da autoria e o trabalho com segmentos do enunciado (definidos como enunciados), a análise do enunciado e do gênero, na teoria bakhtiniana, implica a consideração da autoria e a análise das relações dialógicas no âmbito do enunciado como um todo de sentido (texto-enunciado). Mesmo que nenhuma marca lingüística no enunciado possa ser imputada ao autor, que este não se expresse "diretamente", mas de modo refratado (como nos dois artigos em forma de carta: FSP3.2 e OESP5.2), percebe-se a sua presença, mesmo que apenas na construção do enunciado.

Na construção do artigo, o articulista vai buscando outros elos da comunicação discursiva, orientando-se por entre o já-dito; o artigo mesmo já é uma reação-resposta aos acontecimentos sociais. O sentido do artigo é tecido pela incorporação de outros sentidos. Mas esses outros enunciados com os quais o articulista se relaciona discursivamente nem sempre se "diluem" completamente no seu enunciado; antes, eles deixam certos traços no artigo. As relações dialógicas manifestam-se não só no plano do conteúdo temático;

⁴¹⁴ Ducrot, *O dizer e o dito*, p. 192.

⁴¹⁵ Ducrot, *Polifonía y argumentación*, p.16.

também no plano estilístico-composicional podem ser percebidos esses traços do outro discurso. Os outros enunciados já-ditos "sulcam" o artigo: a incorporação ou o "reflexo" de outros vozes, que são outros enunciados, criam o efeito de heterogeneidade, tornam o artigo multiplanar (a mônada).

O grau de incorporação apresenta-se também de maneira diferenciada no gênero artigo: pode ser observada desde a citação de um enunciado completo no do artigo, até uma palavra, uma expressão que funcionam como representantes do todo de um enunciado com o qual o articulista mantém relação dialógica; elas representam no artigo uma outra posição de sentido. O outro discurso pode ainda não estar "em presença", mas pode-se sentir a sua presença ausente como que refletida no artigo, pela seleção dos recursos lingüísticos, pela entonação etc. Na incorporação de enunciados inteiros, tem-se como característico os provérbios e ditados populares (considerados como gêneros intercalados). Por serem enunciados breves, podem ser reenunciados no artigo, que também é um gênero de extensão relativamente curta⁴¹⁷.

Bakhtin, em *O discurso no romance*, observa que nem todas as palavras alheias podem ser colocadas entre aspas, bem como as formas dialógicas de transmissão da palavra do outro não se esgotam nas formas lingüísticas do discurso relatado direto e indireto. Os meios de "incorporação" são variados. No artigo, as estratégias de introdução e incorporação do outro discurso são diversificadas, tendo-se como efeito dialógico desde a presença de uma inter-relação mais marcada, explícita, onde se cita o outro enunciado, como nos casos do discurso relatado direto e indireto, até aquela mais diluída, implícita, que "escapa" às formalizações lingüísticas de inter-relação com o discurso do outro, como na ironia.

Entre as formas de reação-introdução do discurso do outro (os enunciados já-ditos), no artigo, tem-se a presença do discurso relatado direto, do discurso relatado indireto, do discurso bivocal e, ainda, dos gêneros intercalados.

⁴¹⁶ Tal como definidas no primeiro capítulo.

3.2.1 O discurso relatado direto

O discurso relatado direto, ao mesmo tempo que indica que o discurso transmitido é um outro discurso (uma outra posição semântica, axiológica), também transmite a sua expressão (a sua "fala"), destacada da do autor (por aspas, por exemplo). Esse movimento de separação da fala do outro busca marcar uma inter-relação de objetividade e de neutralidade do articulista diante do discurso citado. Entretanto, como discutido anteriormente, essa posição nada mais é que um efeito. Todo discurso citado deixa de ser um acontecimento da sua situação de interação para se tornar um acontecimento do artigo, passando pelo processo de enquadramento (a situação de interação do discurso citado fica ausente; ele se torna parte do cronotopo do artigo). As aspas que "emolduram" o discurso relatado direto não são lacres que garantem a integridade do discurso citado. São sinais de alteridade entre o discurso do autor e do outro incorporado que, junto com a explicitação desse outro, funcionam como marcadores de confiabilidade, criam o efeito de integridade da transmissão da fala.

No gênero artigo, a presença do discurso relatado direto é menor que a do discurso relatado indireto. Isso pode ser justificado pela função discursiva do gênero na esfera jornalística, que se orienta mais para a análise e o comentário do discurso do outro, do que pela sua "expressão" propriamente dita. A presença e a função do discurso relatado direto no artigo podem ser observadas sob dois ângulos: o seu papel dentro dos gêneros intercalados e o seu papel no todo do artigo.

Nos gêneros intercalados, o discurso relatado direto cria o efeito da reconstituição das falas dos participantes de uma determinada situação de interação (vivida ou hipotética), como no gênero intercalado relato de fatos. Ele pode imprimir a demarcação ideológica de um ponto de vista que não o do autor (movimento de distanciamento). Ainda, funciona como um índice de autenticidade (garantia) do trabalho avaliativo do articulista, como no gênero intercalado resumo.

(122) Foi num dia desses que, para nossa perplexidade, Carlos Lacerda anunciou: "Vou escrever, hoje, sobre a Sociedade Protetora dos Animais". Entreolhamo-nos intrigados. Ele completou: "A situação está tão confusa e eu tão desolado que não tenho outro assunto senão os animais". E, no dia seguinte, os udenistas atônitos leram a "Tribuna da

⁴¹⁷ Nos casos de incorporação de enunciados mais longos, no artigo, tem-se a estratégia dos gêneros intercalados.

"Imprensa". No lugar do artigo furioso do Carlos Lacerda encontraram uma dissertação amena sobre a nossa obrigação de defender os bichos. As interpretações foram as mais disparatadas. (AN3.1/FSP3.1)

(123) Quando Tony Blair formou seu governo, eu lhe disse que a mídia era o equivalente nos anos 90 dos sindicatos fora de controle dos anos 70. Os sindicatos haviam destruído os governos de Wilson, Heath e Callaghan e continuariam erodindo a Constituição se Margareth Thatcher não os tivesse domesticado de uma vez por todas.

Agora, eu lhe disse, a mídia estava fazendo a mesma coisa: "Efetivamente destruiu o governo Major e vai destruir o seu também". Blair riu: "A mídia é algo com que temos de conviver", foi sua resposta confiante. (OESP5.1)

(124) Veja-se, por exemplo, a entrevista do cientista político mexicano Jorge Castañeda (Folha, 7/2), figura bastante influente nos meios intelectuais de esquerda. Castañeda saúda o triunfo de Chávez, conduzido ao poder pelo voto dos eleitores "não-brancos", e espera "que ele se transforme num verdadeiro populista latino-americano", missão que parece destinar também ao presidente Fernando Henrique. E nos explica que "a via de um partido operário à esquerda da social-democracia, que poderia ter sido concretizado no PT brasileiro ou no partido Revolucionário Democrático (PRD) no México, ainda não decolou". (FSP6.1)

Em AN3.1/FSP3.1, a presença do discurso relatado direto situa-se dentro do gênero intercalado relato de fatos. Tem-se, na verdade, a incorporação de uma forma de introdução e transmissão do discurso dentro de outra (discurso relatado direto < relato de fatos < artigo). No contexto do relato, o discurso relatado direto recria e representa a cena de interação retratada. Os verbos de introdução não somente se referem à ação verbal (o dizer), mas incidem sobre a situação de interação, teatralizando-a: "ele completou" (AN3.1/FSP3.1), "Blair riu" (OESP5.1). Assim, o discurso relatado direto corporifica, dá vida ao relato; e ambos corporificam o artigo, constroem a sua orientação valorativa.

Em FSP6.1, o discurso relatado direto manifesta-se no interior do resumo de um determinado enunciado, uma entrevista. A introdução direta de trechos dessa entrevista objetiva destacar no resumo não só o conteúdo da entrevista (o que foi dito), mas a própria fala do entrevistado. Embora no fio do discurso do "autor" do gênero intercalado resumo, essa fala é separada pelas aspas, criando o efeito de distanciamento, mostrando-a como um outro discurso. Nesse exemplo, observa-se que o discurso relatado direto é introduzido pela

forma tradicional de introdução do discurso relatado indireto: "(...) e nos explica que 'a via de um partido operário à esquerda da social-democracia (...)'".

Para Maingueneau, nesse exemplo, está-se diante de um caso de forma híbrida de discurso relatado, que denomina como resumo com citação⁴¹⁸. O autor salienta que o seu uso é comum na imprensa, onde a presença do discurso indireto livre é rara (é mais próprio da esfera artística). "Le résumé avec citations a en effet une prétention *documentaire*, il repose sur une éthique de la parole exacte, de l'objectivité, que amène la voix du discours citant à se faire la plus discrète possible."⁴¹⁹

Uma outra possibilidade de interpretação, que é a assumida aqui, é a de se estar diante de um caso de discurso relatado direto dentro de um gênero intercalado no artigo, o resumo. Desse modo, construções desse tipo não seriam uma forma híbrida de discurso relatado, o resumo com citação, mas uma variante de discurso relatado direto (provavelmente característica não só do artigo, mas também dos gêneros resumo e resenha⁴²⁰, entre outros – até por que, no caso do exemplo acima, essa variante de discurso relatado direto se encontra no gênero intercalado resumo), que Bakhtin/Voloshinov⁴²¹ denominaram de discurso direto preparado. Distinguindo-o do discurso indireto analisador da expressão, Bakhtin/Voloshinov definem o discurso direto preparado como aquele que emerge do discurso indireto, continuando-o (o que é um resumo, senão um forma de discurso indireto?). A opção de interpretação assumida, ou seja, a de que se está diante de um caso de discurso direto preparado, no contexto do gênero intercalado ou no todo do artigo, dá conta, também, no exemplo em questão, da primeira citação: "e espera que 'ele se transforme (...)'"; ou, ainda, do exemplo a seguir:

⁴¹⁸ Para Maingueneau, a forma híbrida *resumo com citação* é diferenciada de uma outra, o *discurso direto com que*, também presente na imprensa. O autor estabelece a diferença entre essas formas, salientando que enquanto o *resumo com citação* reconstitui o conjunto de um enunciado, o *discurso direto com que* tem as formas de introdução do indireto, mas os embreadores são retomados [repérés] com relação ao discurso citado, como no discurso relatado direto. Essa forma de discurso relatado híbrido também não se refere ao conjunto de um determinado enunciado, como no resumo com citação. Mas, ao que parece, essa distinção do autor não dá conta da diferença entre essas duas formas híbridas quando, como no exemplo acima, no interior do resumo com citação tem-se ainda o discurso direto com que.

⁴¹⁹ Maingueneau, D. *Analyser les textes de communication*, p. 133.

⁴²⁰ Dois exemplos dessa situação em resenha: "O segundo mito, de que 'o brasileiro não sabe português e que só em Portugal se fala bem português', levanta primeiramente a questão (...). O autor justifica a existência do quarto mito, o que diz que 'as pessoas sem instrução falam tudo errado', através da manutenção de crenças (...)" (Viana, Ana. Resenha. In.: *Linguagem & ensino*, v. 3, n. 1, 2000, p. 157-158).

⁴²¹ Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem*.

(125) Dizia o falecido ministro e governador Magalhães Pinto que "política é como nuvem: você olha, está de um jeito, dali a pouco, olha de novo e já mudou". (OESP3.2)

Como elemento composicional de introdução e organização do discurso do outro, no todo do artigo, o discurso relatado direto pode funcionar como uma estratégia parafrástica para a construção do ponto de vista do autor, ou seja, como uma voz à qual ele se une (movimento dialógico de assimilação) e que destaca do seu discurso, colocando-a como um argumento de autoridade. Também pode ser incorporado ao enunciado do autor como uma estratégia para desqualificar uma determinada situação ou ponto de vista, mas que o articulista não faz diretamente, mas pela via indireta, colocando na boca de outro a responsabilidade dessa avaliação negativa (são palavras mostradas como sendo de um outro).

(126) O nascimento de Jesus, o pobre de Belém, acabou em crescimento do lucro dos ricos. A encarnação do filho de Deus, que "sendo rico se fez pobre" (II Cor. 8,9), é festa de quem "pobrezinho nasceu em Belém". (AN4.2)

(127) A psicologia, continua o professor doutor Ozeas, "é a ciência que se ocupa das atividades mentais e de conduta objetiva, ou, como alguns tratados estabelecem, a ciência do comportamento humano e animal. (...)" . (AN4.3)

(128) As dificuldades da UE não são assim tão difíceis de ultrapassar; são ridiculamente menores em termos de euros. "Sem solidariedade", disse ao jornal "Público" o ministro polonês Bronislaw Geremek, "a Europa corre o risco de uma crise profunda". Tem razão. (FSP6.2)

(129) Mas é tarde, terrível e tragicamente tarde. E eles, os congressistas de meia pataca, é que devem ser responsabilizados. Não passam, mostram suas reações de pânico dos últimos dias, daíllo mesmo que Lula, num rasgo de lucidez e coragem, ousou classificá-los: "picaretas". (AN5.3)

(130) O que determina o @ 4º, inciso I, do artigo 60 da Constituição federal – assim redigido: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: (...) I. a forma federativa de Estado; ..." – é que a federação não pode ser "abolida", mas não impede que seja "modificada". (OESP6.1)

Normalmente está entre aspas o discurso relatado direto que o autor cita mas não assume (AN5.3), ou que é do âmbito da palavra de uma autoridade, que precisa ser destacada, um vez que não se acomoda no discurso do autor (é preciso separá-la, mesmo no movimento de assimilação, marcar a sua origem, seu direito autoral), tal como no caso da voz da Bíblia, de um pesquisador, da Constituição de um País (diferentemente dos provérbios e ditados populares, por exemplo, que podem estar entre aspas ou não, citados integralmente ou não).

A palavra autoritária [de autoridade] exige de nós o reconhecimento e a assimilação, ela se impõe a nós independentemente do grau de sua persuasão interior no que nos diz respeito; nós já a encontramos unida à autoridade. (...)

A vinculação da palavra com a autoridade – reconhecida por nós ou não – distingue e isola a palavra de maneira específica; ela exige distância em relação a si mesma (distância que pode tomar uma coloração tanto positiva como negativa, nossa relação pode ser tanto fervorosa como hostil. A palavra autoritária pode organizar em torno de si massas de outras palavras (que a interpretam, que a exaltam, que a aplicam desta ou de outra maneira), mas ela não se confunde com elas (...).⁴²²

3.2.2 O discurso relatado indireto

A presença do discurso relatado indireto é bem mais representativa no gênero artigo. Para Bakhtin/Voloshinov⁴²³, o discurso relatado indireto é uma transmissão analítica do discurso de outrem. A análise é como a alma do discurso indireto. Os elementos emocionais e afetivos desse outro discurso, para além do verbo *dicendi*, tendem a não ser transpostos no discurso relatado indireto, uma vez que eles costumam não ser expressos no conteúdo do enunciado, mas na sua forma. Os autores apresentam duas variantes do discurso indireto, o discurso indireto analisador do conteúdo e o discurso indireto analisador da expressão (e, ainda, uma terceira variante, a impressionista).

O discurso indireto analisador da expressão é uma apreensão analítica não só do objeto do outro discurso, mas, também, do próprio falante, do seu dizer. O enunciado citante integra, na construção indireta, palavras e sentidos do discurso citado. Normalmente

⁴²² Bakhtin, *O discurso no romance*, p. 143.

⁴²³ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*.

colocadas entre aspas, essas palavras criam relevo no enunciado, colorem-no. Essa variante do discurso relatado indireto não se confunde com o discurso direto preparado, pois enquanto este emerge do discurso indireto, aquele são "pontos" que colorem o indireto. Essa variante pode ser comparada com uma das variantes híbridas, as "ilhotas"⁴²⁴ textuais ou "enunciativas" de Maingueneau⁴²⁵. Embora este autor comente que essa variante é freqüente na imprensa, no gênero artigo, ela não é tão representativa. Nos exemplos apresentados a seguir, ela se encontra em uma pergunta retórica⁴²⁶ e no gênero intercalado relato.

(131) Estaríamos condenados ao populismo e a sua irmã gêmea – a tentação autoritária? Deveríamos reconhecer que as instituições forjadas ao longo de séculos, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, são incompatíveis com a "índole latino-americana", como sempre pensaram nossos intelectuais autoritários? (FSP6.1)

(132) A maior parte dos ambientalistas – e cientistas que os apóiam – saiu decepcionada da reunião de Buenos Aires, onde se tentava, no âmbito da Convenção sobre Mudanças Climáticas, definir procedimentos para tornar viáveis as reduções de poluentes acertadas em Kyoto, em dezembro de 1997. Na opinião deles, praticamente nada se avançou.

(...) Tal procedimento, acham os ambientalistas, implica reconhecer o "direito" de um país emitir, poluir um "pedaço" da atmosfera e, depois, se reduzir as emissões, vender essa parte do "direito". (OESP3.2)

Nos exemplos, as palavras entre aspas são pontos de discurso relatado direto que rompem o discurso relatado indireto e adquirem relevo nele. Elas sofrem um estranhamento: ao mesmo tempo que se acomodam no discurso indireto do autor, são remetidas ao discurso do outro. Esse relevo, essa coloração provocada pelo discurso indireto analisador da expressão pode se desdobrar em diversas facetas dialógicas, que apontam para a multiplicidade de planos do enunciado e sua complexa rede dialógica. Em OESP3.2, por exemplo, a quem atribuir a expressão "direito"? Aos ambientalistas? Ou, por

⁴²⁴ Bakhtin, em *O discurso no romance*, denomina de ilhotas o discurso direto do autor que se encontra espalhado, banhado pelo plurilingüismo no romance humorístico de Dikhens. Se esse discurso fosse aspeado, essas ilhotas se destacariam.

⁴²⁵ Maingueneau, D. *Analyser les textes de communication*. O autor distingue a forma híbrida ilhotas textuais do resumo com citação, esclarecendo que, enquanto, nas ilhotas trata-se de fatos localizados, no resumo com citação tem-se a restituição de um conjunto de um discurso já enunciado.

⁴²⁶ Portanto, já orientada para a reação-resposta do leitor. A relação dialógica para a reação-resposta do leitor é discutida a seguir.

estar inserida no resumo do seu discurso, a uma fala dos países que se posicionam como tal?

Já o discurso indireto analisador do conteúdo, para Bakhtin/Voloshinov, é uma tomada de posição em relação ao "conteúdo semântico preciso", ou seja, ele se volta para o que o falante disse. Ele preserva a "integridade" e a autonomia do discurso do outro menos em termos sintáticos, estilísticos, mas semânticos. O outro existe mais como uma posição semântica. Assim, abre grandes tendências à réplica e ao comentário. Essa variante é mais rara no contexto literário, sendo encontrada preferencialmente "nos contextos epistemológicos ou retóricos (de natureza científica, filosófica, política, etc.), nos quais o autor é levado a expor as opiniões de outrem sobre um determinado assunto, opô-las e delimitá-las"⁴²⁷. É essa a variante que é representativa do discurso relatado indireto no gênero artigo, que, pela sua natureza ideológica, pela sua finalidade discursiva na comunicação jornalística, orienta-se mais para a análise da posição axiológica do outro, que se avoluma no artigo.

Essa variante do discurso indireto pode trazer desde um outro discurso especificado, ou seja, um determinado enunciado, que se particulariza no artigo (AN6.1, FSP5.3), como pode fazer referência a uma fala não precisa, como a opinião pública ou um locutor social indeterminado (AN6.1, DC5.1, FSP6.2), mostrando, por essas gradações de diluição do outro enunciado e do seu autor, o seu enquadramento no artigo e o grau de adesão do articulista a essas vozes.

(133) No mundo, o cigarro mata 3 milhões de pessoas por ano. Se esse hábito não for reduzido, os epidemiologistas estimam que, por volta de 2020, o fumo matará 10 milhões de pessoas anualmente ("Mortality in the Developed Countries", Oxford University Press, 1999). (AN6.1)

(134) Com a experiência de quem jogou quatro Copas do Mundo e acompanhou outras sete de perto, não tenho dúvida em dizer que não é boa a idéia do novo presidente da Fifa, Joseph Blatter, que disse ter a intenção de fazer uma Copa a cada dois anos – em vez de a cada quatro, como acontece desde 1930 (...). (FSP5.3)

(135) Nas ações judiciais, os produtores defendem-se ao dizer que em todos os maços está escrito que o cigarro faz mal à saúde e que só fuma quem quer. Muitos argumentam, porém, que essa informação é

⁴²⁷ Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem* p. 161.

insuficiente para as pessoas entenderem a extensão do problema. (AN6.1)

(136) Dentre os parâmetros macroeconômicos, o que mais ameaça a estabilidade do real é o déficit público. E quando se fala em déficit público, logo se pensa que se trata apenas do desajuste das contas do governo federal. (DC5.1)

(137) É para mim evidente que a viragem à esquerda dos eleitorados europeus resulta de condições objetivas, como se dizia no tempo do marxismo triunfante. (FSP6.2)

Outra característica do discurso relatado indireto no artigo diz respeito ao seu modo de introdução. Muitas vezes o verbo de introdução não é propriamente um verbo de elocução, mas outros, que incorporam o sentido de um ato verbal; também o verbo pode não aparecer seguido de *que* ou *se*. Outras vezes, a sua introdução não é marcada por um verbo, mas pela presença da referência ao enunciado citado.

(138) A contaminação através do uso de drogas injetáveis significa cerca de 21% do total das ocorrências da transmissão do HIV em todo o mundo. Os números são cada vez mais crescentes, sendo esta a via de transmissão responsável pela alteração contínua do perfil da epidemia (segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS – com base nas informações disponíveis que foram divulgadas em 1997). (DC6.1)

(139) No quadro da luta em favor da produção, a Fiesp/Ciesp sugere uma ofensiva nacional pelo aumento das exportações. (...)

A indústria entende que, a duras custas, está completando o seu próprio ajuste. (FSP5.2)

(140) A opinião pública européia espera que os governos a que deu o poder sejam fiéis aos valores de solidariedade que representam, ajudem a mudar as condições de vida dos mais desfavorecidos, lutem com êxito contra o desemprego e a exclusão e não desperdicem essa grande oportunidade histórica. (FSP6.2)

(141) O governador Esperidião Amin, de Santa Catarina, sugeriu que Minas e Rio Grande do Sul voltassem a ser territórios por não pagarem suas dívidas. Estou convencido de que, se Rio Grande e Minas ficassem com 50% dos tributos federais que arrecadam e só repassassem 50%, não estariam em crise. (OESP6.1)

(142) E os detentores do poder (políticos e burocratas) argumentam que tal modelo não pode ser mudado por ser cláusula pétreia, quando, em verdade, o modelo pode ser mudado, desde que continue federativo. (OESP6.1)

Como no discurso relatado direto, também se encontra a presença do discurso indireto analisador do conteúdo dentro dos gêneros intercalados no artigo, dialogizando internamente estes gêneros (relatos).

(143) A maior parte dos ambientalistas – e cientistas que os apóiam – saiu decepcionada da reunião de Buenos Aires, onde se tentava, no âmbito da Convenção sobre Mudanças Climáticas, definir procedimentos para tornar viáveis as reduções de poluentes acertadas em Kyoto, em dezembro de 1997. Na opinião deles, praticamente nada se avançou.

E o assunto ainda promete complicar-se, porque, contrariando resoluções já tomadas na Rio-92 e em Kyoto, alguns cientistas lançaram a tese de que Estados Unidos e Canadá já estariam, com suas florestas, absorvendo mais carbono do que emitem. Não precisariam reduzir suas emissões.

O que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, com milhares de cientistas de mais de 150 países, tem dito é que a temperatura da Terra já subiu 0,6 grau centígrado e há indícios fortes de que ações humanas têm contribuído decisivamente para isso. (OESP3.2)

(144) Quando eu apresentei a mesma questão a Peter Mandelson, recebi uma resposta semelhante. Não havia possibilidade de o Parlamento aprovar legislação restringindo a imprensa, disse ele, e de qualquer maneira medidas desse tipo não teriam resultados. (OESP5.1)

(145) No ano passado fiz palestras a alunos de duas escolas admiráveis, os rapazes de Ampleforth em Yorkshire e as garotas de Godolphin e Larymer em Londres e nas duas ocasiões implorai a esses jovens animados – tão mais sofisticados e bem informados do que eu era na idade deles – que não escolhessem carreiras no jornalismo. Disse-lhes que, se entrassem em jornais, mesmo os nacionais, suas chances de escapar da corrupção moral eram remotas. (OESP5.1)

O discurso relatado direto e indireto, como formas e estratégias composicionais de introdução e de transmissão do discurso do outro, o já-dito, dialogizam o artigo. Alguns enunciados são introduzidos para serem desqualificados, outros são incorporados para a sustentação do ponto de vista do autor. Tanto no discurso relatado direto como indireto, há um contexto ausente, a sua situação de interação. Esses enunciados citados deixam de ser acontecimentos da sua esfera de comunicação para constituírem-se como acontecimentos

do artigo. Juntos, esses enunciados já-ditos com os quais o articulista mantém relação dialógica, incorporados no acontecimento do artigo, constroem e solidificam a sua orientação valorativa.

3.2.3 O discurso bivocal⁴²⁸

As formas do discurso relatado direto, indireto e suas variantes, como formas de introdução e de transmissão do outro discurso, também poderiam ser consideradas como um tipo de discurso bivocal, pois, estando no enunciado do articulista, ocupam "espaço" no discurso direto do autor, são estratégias de refração da expressão do discurso do autor. Entretanto, são formas de introdução e de transmissão onde há a presença de certos traços lingüísticos (sintáticos) que marcam as fronteiras internas (mais ou menos visíveis) entre o discurso do autor e o outro discurso. Já no discurso bivocal, foram agrupadas as formas de inter-relação dialógica, que, no artigo, tendem a diluir progressivamente as fronteiras internas formais entre o discurso direto do autor e o outro discurso já-dito que ele incorpora no artigo ou que se reflete nele; que tendem a diluir a origem enunciativa desse outro discurso, ou seja, impessoalizam-no: é o discurso da opinião pública, de um determinado grupo social, profissional etc.

O discurso bivocal foi considerado como o discurso que do ponto de vista gramatical (sintático) pertence a um único falante, mas onde se tem, na verdade, a "fusão" de dois enunciados (potenciais), de duas perspectivas axiológicas (assimiláveis ou não). As palavras pertencem formalmente ao articulista, mas nelas ressoa uma outra voz. A palavra, o conjunto sintático, nessa situação, serve simultaneamente a dois locutores: exprime a intenção refratada do autor e a de um outro locutor incorporado ao discurso.

(...) a bivocalidade intencional e o híbrido internamente dialogizado possuem uma estrutura sintática bastante específica: nos limites de seu enunciado estão fundidos dois enunciados potenciais, como que duas réplicas de um possível diálogo. É verdade que jamais estas réplicas potenciais poderão se atualizar totalmente, constituir-se em enunciados acabados, mas discernem-se nitidamente as suas formas inacabadas na

⁴²⁸ Essa nomeação é apenas uma forma de interpretação e de nomeação do agrupamento de determinadas manifestações estilístico-composicionais de relações dialógicas que se manifestam no artigo, podendo não corresponder exatamente à noção de bivocalidade proposta por Bakhtin para o discurso literário romanesco.

estrutura sintática do híbrido bivocal. (...) Esta fusão é possível também nos híbridos retóricos univocais.⁴²⁹

No artigo, o discurso bivocal encontra-se tanto na construção do movimento dialógico de assimilação quanto no movimento dialógico de distanciamento, embora pareça mais "visível", produzir mais efeitos no segundo caso. Na assimilação, ele pode ser observado na inter-relação do autor com a sua esfera de atuação. Em muitas situações, junto a sua voz, fala a instituição que o articulista representa, tal como já salientado no capítulo anterior. A resposta à pergunta "quem fala nesse artigo?" mostra essa bivocalidade. Também tem-se, algumas vezes, a presença da estratificação profissional da língua, emergindo traços da esfera de atuação profissional do articulista. Essas relações dialógicas podem se manifestar em construções como as seguintes:

(146) Por suas consequências trágicas para o País, considero esse descontrole público um dos principais pontos sobre o qual o PT e o conjunto das forças de esquerda e democráticas devem se debruçar. Precisamos definir, com urgência, propostas que combatam a privatização do Estado. (...)

A esse desafio, já temos respondido com iniciativas, como o orçamento participativo em administração populares e com o orçamento regionalizado – experiência inovadora que transformamos em lei aqui em Santa Catarina. (AN3.2)

(147) O inestimável apoio comunitário e a presença constante dos órgãos colegiados nas grandes decisões que têm norteado a Universidade do Vale do Itajaí, têm-nos garantido que vimos acertando na busca dos objetivos. (...)

No caso da Univali, que atendendo aos apelos comunitários desenvolveu um modelo multicampi, a grande preocupação, agora, é a estruturação daquelas unidades. (DC4.1)

(148) A Fiesp/Ciesp compartilha com a sociedade a forte preocupação com a possibilidade de que a inflação volte a subir, como efeito da desvalorização. Por isso mesmo, declara-se explicitamente inimiga da indexação (esse perverso agente inflacionário) e defensora da estabilidade da nossa moeda. Voltar atrás seria o pior dos mundos.

As nossas entidades estimulam os associados para que se esforcem a fim de manter estáveis os níveis dos preços dos produtos e insumos industriais. (FSP5.2)

⁴²⁹ Bakhtin, *O discurso no romance*, p. 158.

(149) Surge agora um novo conceito, "a gestão por competências". Um aglutinador de ações no campo das habilidades de gestão e que vem para dar início à "new company of the 21th century".

(...)

Como resultados, obteremos o desenho e redesenho de carreiras, o inplacement ou realocação funcional, a locação das competências humanas às competências requeridas por determinados projeto [sic]. (...)

Além disso, outro benefício é o outplacement, cujo papel será o de reorientar as pessoas para a busca de um novo mercado, adequando posturas e abrindo novos horizontes que dificilmente seriam percebidos no inebriante mundo organizacional. (AN6.3)

(150) Essa atitude, contudo, não se confunde com o cinismo de quem sabe "o preço de cada coisa e o valor de coisa alguma". O repórter, observador diário da corrupção e da miséria, não pode deixar que a alma envelheça. Convém renovar a rebeldia sonhadora do começo da carreira. O coração do foca deve pulsar em cada matéria. (OESP6.2)

Nos exemplos AN3.2, DC4.1 e FSP5.2, percebe-se o jogo enunciativo entre o articulista e a entidade que representa. Ora tem-se a objetificação (de objeto, de referente) dessas entidades: é o PT, a Univali, a Fiesp/Ciesp; ora se tem sua personificação, elas se enunciam junto com o articulista: autor e entidade formam um *nós*. Na verdade, o pronome *nós* não é o plural do pronome *eu*, mas a ampliação do quadro de locutores. Assim, o nós pode estilisticamente referir-se a um plural de modéstia, como acontece nos gêneros do discurso científico. Também pode incorporar o autor mais outros locutores (*eu + eu*) o autor e o(s) leitor(es) (*eu + tu*)⁴³⁰. Mas ainda pode incorporar o autor mais o objeto do discurso (*eu + ele*), como nos exemplos AN3.2, DC4.1, FSP5.2. No artigo AN3.2, tem-se inclusive essa passagem da primeira pessoa do singular ("considero esse descontrole") para o nós. O pronome nós no artigo pode, ainda, incorporar o autor mais outros locutores, como nos relatos intercalados: "... era o lugar onde nos reuníamos para saber as maldades que o jornal soltaria no dia seguinte contra Juscelino" (AN3.1/FSP3.1).

Nos exemplos AN6.3 e OESP6.2, tem-se situações mais marcadas da relação do gênero artigo com a estratificação profissional da língua. Embora Bakhtin comente que a estratificação profissional possa coincidir com a estratificação genérica (de gênero) da língua, pelo fato de o artigo incorporar uma postura de autoria que implica diferentes esferas da atividade e da comunicação humanas, tal relação unívoca não é coincidente (ou, no mínimo, é heterogênea). No entanto, em cada artigo (enunciado), tem-se uma inter-

relação do que é do gênero e do que vem da esfera do autor, cuja inter-relação pode se tornar mais aguda ("visível"), tal como nos exemplos.

No movimento dialógico de assimilação, o discurso bivocal pode ser considerado como de orientação única, pois as diferentes vozes, isto é, a voz do autor mais a outra incorporada, tendem para uma mesma orientação valorativa. No movimento dialógico de distanciamento, tem-se uma situação de bivocalidade de orientação dupla. O enunciado refletido no artigo tende para uma diferente orientação axiológica que o enunciado do autor. Os limites entre a posição do autor e o outro discurso, o embate entre essas diferentes posições valorativas materializam-se no discurso em certos traços seus, tais como no aspeamento de determinadas palavras, na ironia, na negação, em determinados operadores argumentativos, traços que simultaneamente enquadraram e introduzem esse discurso do outro.

À diferença do valor das aspas no discurso relatado direto e suas variantes, onde elas podem funcionar como um marcador de confiabilidade, de destaque da palavra de autoridade, demarcando as fronteiras entre o discurso relatado do discurso direto do autor e onde a alteridade é explicitamente indicada, contrapõe-se o seu valor bivocal: aqui, normalmente, as aspas funcionam como um marcador de atitude de distanciamento do articulista face às palavras e expressões aspeadas, sem se marcar sintaticamente a alteridade, que fica implícita. A palavra aspeada é um fragmento usado e mencionado, pois é uma palavra que remete também a um outro discurso, que é uma perspectiva diferente da do autor. Nessas palavras destacadas, vistas como signos ideológicos, tem-se, no seu interior, a presença de dois sentidos, de dois discursos, ou seja, de dois enunciados potenciais, marcando a relação dialógica do autor com esse outro discurso.

O distanciamento do autor face às palavras aspeadas no discurso pode apresentar diferentes matizes de sentido, ou seja, indicar diferentes orientações dialógicas, desde uma pequena tomada de distanciamento até uma rejeição total. Mas, apesar dessas diferentes relações com o outro, as aspas mantêm esse outro discurso a uma certa distância, marcando o seu papel também na construção do movimento de desqualificação, de distanciamento no artigo⁴³¹.

⁴³⁰ As questões em torno do *nós* como plural de modéstia ou como incorporação do ponto de vista do leitor serão discutidas nas próximas seções.

⁴³¹ Embora também marquem uma relação de distanciamento, não foram levadas em consideração: o aspeamento de palavras estrangeiras (que não é um fenômeno representativo); as aspas de ênfase, ou seja, que são comutáveis com o itálico, negrito (pouco significantes no artigo); e as de proteção, que indicam que a palavra é uma determinada maneira de falar, que parecem, com isso, antecipar uma possível reação-

(151) O conceito de "cidadão" não se limita ao verbete expresso nos dicionários ("aquele que mantém uma relação de direitos e deveres com o Estado"). Alimentar-se, vestir-se e morar adequadamente, ter acesso à cultura e ao ensino e, portanto, ao alcance das leis são prerrogativas inerentes ao ser humano que precedem e condicionam a sua capacidade de exercitar com plenitude a cidadania. (AN4.1)

(152) Estamos mal. No meio das chamas de um incêndio que deixará um país devorado pela recessão, desemprego, inflação e na incompetência de seus governantes. Este, que se reconheça, é mais um legado da "Constituição cidadã", de 1988, que marcou o início do delírio coletivo a que estivemos mergulhados até que as sirenas dos bombeiros revelassem que o incêndio anunciado não era coisa de "fracassomaníacos". (AN5.3)

(153) O governo Fernando Henrique Cardoso negociou a dívida dos Estados em condições excepcionais. Aquela coisa que, no popular, se chama de pai para filho (6% ao ano e três décadas para pagar). E o mesmo quer a alcaldia paulistana, sob o título de renegociar, também, as "dívidas dos municípios". (DC5.1)

(154) Os anos que se seguiram ao fim do regime militar, em vários países da América Latina, tenderam a confirmar duas constatações negativas. Em "nuestra America", ainda não se implantaram instituições democráticas estáveis nem se enraizou uma cultura democrática. (FSP6.1)

(155) Recentemente assistimos aos pouco edificantes espetáculo [sic] de Alan Rusbridger, editor do Guardian, rolando na sarjeta com Piers Morgan, editor do The Minor (e anteriormente do News of the World), cada um tentando arrancar os olhos do outro para conseguir o "vazamento" da história de Mandelson primeiro, cada um acusando o outro de mentiroso.

O que devem fazer os humildes repórteres diante de tal "liderança"? (OESP5.1)

Nos exemplos DC5.1, FSP6.1 e OESP5.1, as palavras aspeadas ao mesmo tempo que se encontram no discurso do articulista, pelo aspeamento remetem a um outro enunciado, de um outro locutor, do qual o autor se afasta. Os proprietários, editores de jornais são "lideranças" apenas do ponto de vista deles, mas não do autor. "Nuestra

resposta do leitor (...) de modo que o efeito da mudança cambial resulte, no máximo, em um 'solução' inflacionário de 10%." (FSP6.2); (...) chegando ao paradoxismo de ser necessário obter 'senhas oficiais' para que se possa entrar na fila e aguardar a expedição de um dos inúmeros documentos (...)." (OESP6.1)).

"America" não marca uma outra língua, mas uma outra voz, um outro discurso, o qual o autor, na seqüência do artigo, vai desqualificando. Em AN4.1 e AN5.3, tem-se, na palavra posta entre aspas, o embate entre duas orientações contraditórias. O autor ao mesmo tempo que se orienta para esse outro enunciado, opõe-se a ele e o desqualifica. É de um outro a posição de que a Constituição de 1988 é cidadã, que o conceito de cidadão é aquele do verbete citado. O signo apresenta-se como a arena onde se confrontam índices de valor contraditórios. As aspas mostram as fronteiras ideológicas entre esses discursos. Pelas aspas, o autor como que "corrigé" as orientações valorativas desses outros enunciados.

Na perspectiva bakhtiniana do enunciado, a ironia não é interpretada como uma figura de pensamento, um *tropo*, que expressa uma oposição, resultado da relação do autor com o seu objeto do discurso (como na retórica formalista, por exemplo), mas como um caso de inter-relação dialógica que se mostra no enunciado. O enquadramento e as fronteiras (internas) entre o discurso do autor e o outro discurso incorporado são fronteiras de ordem semântica (embora possam se combinar com as aspas, por exemplo). Na ironia, o discurso do autor é um discurso refratado que se eclipsa no discurso do outro, que "fala" diretamente no enunciado do articulista. As palavras pertencem formalmente ao autor, mas não o discurso, que é de um outro, pois elas estão afastadas dele pela entonação irônica. O autor é um vetríloquo que mostra, põe em cena um outro locutor, um outro enunciado, mas do qual se distancia dialogicamente, no todo do enunciado, pela entonação. A orientação apreciativa do discurso mostrado, assim, no todo do enunciado, destoa do ponto de vista do articulista, torna-se deslocada, absurda. Pela ironia, tem-se o embate de dois pontos de vista, um meio dialógico para a construção do movimento de distanciamento no gênero artigo.

(156) Felizmente há, hoje, boas notícias. Na mesma Inglaterra da Terceira Via, de Tony Blear, proibiram-se experiências científicas de uso de colírio nos olhos dos ratos e de cremes de beleza no focinho dos porcos. (AN3.1/FSP3.1)

(157) A liberação ocorreu de forma algoz e desumana. De uma hora para outra, a negrada é expulsa das terras onde trabalhava como animal. Fica perdida sem ter um destino. (AN3.3)

(158) A economia moderna pode produzir sem limite. Seu problema não é produzir – é a superprodução e o consumismo. Os interesses econômicos giram em torno de publicidade, consumo, concorrência,

lucro. São os famosos quatro "p" = produto, propaganda, preço, praça. Nessas quatro palavras, está o destino e a sorte do capitalismo. Eis a divinização (fetichismo) do mercado. A vida está condenada a ser uma tragédia de compra e venda. É uma perversa inversão do mundo, que por sua vez inverte também a religião. (AN4.2)

(159) O Príncipe, coitado, correu de um helicóptero a outro, daqui para lá, sem saber de nada. O governo escoou, enfim, pelo ralo da mediocridade que impera em Brasília. (AN5.3)

(160) Rezo por você todo dia. Primeiro, para que seu trabalho dê frutos, "cem por um", como quer Jesus. Considero-o positivo no que concerne ao reavivamento espiritual, ao consolo dos aflitos, à cura dos enfermos, ao reencontro da fé. Como é bom ver aquela multidão em júbilo, num momento de graça!

O que me atemoriza é ver um padre pop star. (FSP3.2)

Nos exemplos, há o embate entre diferentes perspectivas valorativas acerca de uma mesma temática, ou seja, o diálogo tenso entre o discurso do articulista com essa outra perspectiva incorporada, que o autor desqualifica pelo enquadramento irônico. Em AN3.1/FSP3.1, o embate se situa em torno dos acontecimentos sociais que são objeto de notícia (jornalística). Pela orientação temática artigo, construída através da intercalação de um relato sobre uma situação social, jornalística, já acontecida⁴³², e pela relação entre esse relato e o trecho exemplificado, o marcador atitudinal "felizmente", a enumeração das boas notícias do dia não são enunciados (ditos) na perspectiva do autor. É a voz de um outro que é incorporada pelo autor e que, embora pareça dita e sustentada por ele (não há índices gramaticais da introdução de um outro discurso), se relacionada com o todo do enunciado, marca as suas fronteiras de sentido. A coerência do artigo resulta justamente na compreensão dessa divisão dos discursos e do enquadramento irônico dado ao trecho destacado.

Em AN4.2, o embate se constrói em torno de duas perspectivas axiológicas do que seja o Natal: uma festa religiosa, a posição defendida pelo articulista, e uma festa pagã, consumista, que o autor atribui ao comércio, aos defensores do capitalismo. Dessa forma, o discurso do comércio é introduzido ironicamente no discurso do autor. Movimento semelhante se tem nos outros exemplos, em que há a incorporação de um outro discurso,

⁴³² "Foi num dia desses que, para nossa perplexidade, Carlos Lacerda anunciou: 'Vou escrever, hoje, sobre a Sociedade Protetora dos Animais'. Entreolhamo-nos intrigados. Ele completou: 'A situação está tão confusa e eu tão desolado que não tenho outro assunto senão os animais'. (...)"(AN3.1/FSP3.1)

mas que é afastado da posição axiológica do articulista, pelo enquadramento irônico. Essas outras vozes, ao mesmo tempo que são incorporadas, são desqualificadas pelo autor pelo recurso da ironia que se constitui uma estratégia para a construção do movimento de distanciamento do autor face a essas vozes.

Uma outra situação de relação dialógica, de discurso bivocal no artigo tem-se quando o outro discurso não é incorporado ao enunciado, ao discurso do autor, mas aparece como que influenciando o enunciado de fora para dentro. É um outro enunciado refletido no discurso do autor. Mesmo não citado, referido, sente-se o diálogo tenso do articulista com esses outros sentidos, que podem se mostrar no artigo por determinados indícios lingüísticos como a negação e certos operadores argumentativos.

Esses elementos lingüísticos, no entanto, são índices de relação dialógica apenas em uma análise do texto visto como enunciado. A esse respeito, tem-se as observações de Bakhtin sobre o fenômeno da negação, que tem merecido a atenção de diferentes domínios científicos, como a lógica e a lingüística. Para este autor, as relações dialógicas são irreduzíveis às relações lógicas ou concreto-semânticas, que por si mesmas não podem ser dialógicas. Entre elas só pode haver o diálogo se forem vistas da perspectiva da língua como discurso, ou seja, se nessas relações forem vistas as posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem.

"A vida é boa". "A vida não é boa". Estamos diante de dois juízos revestidos de determinada forma lógica e um conteúdo concreto-semântico (juízos filosóficos acerca do valor da vida) definido. Entre esses juízos há certa relação lógica: um é a negação do outro. Mas entre eles não há nem pode haver quaisquer relações dialógicas, eles não discutem absolutamente nada entre si (embora possam propiciar matéria concreta e fundamento lógico para a discussão). Esses dois juízos devem materializar-se para que possa surgir relação dialógica entre eles ou tratamento dialógico deles. Assim, esses dois juízos, como uma tese e uma antítese, podem unir-se num enunciado de um sujeito, que expresse a posição dialética uma deste em relação a um dado problema. Neste caso não surgem relações dialógicas. Mas se esses dois juízos forem divididos entre dois diferentes enunciados de dois sujeitos diferentes, então surgirão entre eles relações dialógicas.⁴³³

⁴³³ Bakhtin, *Problemas da poética de Dostoiévsky*, p. 183.

No artigo, pela própria natureza da negação⁴³⁴, que pode ser vista como um fenômeno de cristalização da relação dialógica na língua, ela se manifesta como um meio para a construção do movimento de distanciamento, de desqualificação da outra perspectiva axiológica à qual o autor se opõe, ou que não pode deixar de mencionar, pois a construção do seu ponto de vista como que é atravessado por essa outra voz.

(161) Novembro não é maio e nem vinte é 13. O tempo é de consciência, apenas de consciência, para os negros brasileiros que lentamente começam a perceber a importância de não ser somente cidadãos e passam a lutar contra o preconceito velado que há décadas assola este país. (AN3.3)

(162) A reforma tributária é a mais importante do processo de modernização do Estado. Sem ela, não haverá ajuste fiscal, as empresas continuarão sufocadas e a sonegação será crescente. O novo sistema tributário deve ser um instrumento da sociedade, para o bem da população brasileira; não em favor de determinados Estados, municípios, setores ou regiões. (FSP4.2)

(163) Não há ajuste fiscal que tire o País da crise, se não houver uma reengenharia da Federação. A Federação brasileira é maior do que o PIB. Os R\$ 250 bilhões que os brasileiros pagam anualmente, em tributos, para o Estado nacional têm mais da metade da sua destinação inteiramente voltada para sustentar servidores ativos e inativos das 5,5 mil entidades federativas, formadas por políticos e burocratas. (OESP6.1)

A negação, nos exemplos, faz sentir a tensão do discurso do autor com o outro discurso, que acaba se refletindo na construção do seu enunciado. Orientado para o seu objeto, como diz Bakhtin, o autor acaba não podendo deixar de tocar nesses outros discursos. O ponto de vista do autor se constrói pela diferença, ou pela recusa das outras vozes.

⁴³⁴ Ducrot, em *O dizer e o dito*, faz uma diferenciação entre a *negação descritiva* (não há oposição de enunciados, mas a representação de um estado de coisas), a *negação metalingüística* e a *negação polêmica*. A diferença entre a negação metalingüística e a polêmica é que a primeira "contradiz os próprios termos de uma fala efetiva, a qual se opõe" (como em: Ele não parou de trabalhar, ele jamais trabalhou), é um caso de polifonia a nível de locutores; a segunda, mais freqüente, é aquela onde ocorre a polifonia a nível de enunciadores, onde o que é negado "não pode ser assimilado ao autor de nenhum discurso efetivo", e que mantém os seus pressupostos (Pedro não é inteligente). Como não se faz aqui a distinção entre polifonia a nível de locutores e enunciadores, entre discursos efetivamente ditos e aqueles construídos pelo enunciado, não se considerou essa distinção na análise, até por que, de qualquer forma, está-se diante de uma situação de relações dialógicas em ambos os casos.

Processo discursivo semelhante ao da negação se tem na presença do operador *mas*, que estabelece uma relação dialógica entre dois pontos de vista diferentes. Muitas vezes, esse operador se encontra articulado com a negação⁴³⁵.

(164) A participação da iniciativa privada nesse prêmio, entregue no início de dezembro, demonstra que a sociedade civil está plenamente engajada na luta pelo desenvolvimento, conquista que não cabe apenas ao governo, mas a toda a Nação. (AN4.1)

(165) Os novos governadores, muito [sic] deles com razão, declaram seus Estados em agônica situação financeira. Mas, antes de ameaçarem não pagar a dívida, generosamente negociada pelo governo federal (aliás, uma ameaça que não tem sentido porque a União tem o poder de reter parcelas de receitas tributárias), é preciso que os novos governadores, com o capital político que possuem no momento, começem por reduzir o número de secretarias, e, pela metade, os cargos de confiança. (DC5.1)

(166) Portanto, sim ao euro; mas com a condição de avançar no aprofundamento institucional e político da União, para poder passar a uma nova fase, mais responsável e fecunda, como se impõe. (FSP6.2)

(167) Várias invenções a respeito dos planos futuros de Mandelson apareceram naquela mídia. Na verdade, ele ainda não tem planos futuros.

Mas tenho uma sugestão para ele. Ele deveria adotar a causa da reforma da mídia, persuadir os membros do Parlamento com estatura na votação dos Private Members para fazer o mesmo e conduzir sua passagem pelo plenário.(OESP5.1)

O operador *mas* articula e mostra outras perspectivas, nem sempre expressas no artigo, mas implícitas, ao mesmo tempo que se separa delas. Ainda pode ocorrer a relação do articulista com um outro discurso não dito, mas pressuposto, que o autor "levanta" na construção do artigo, e que pode ser observado em matizes de sentido como no exemplo a seguir. A intercalação da expressão "de fato" remete a um outro enunciado, a de que há aqueles que não se preocupam com a democracia. O chamamento dessa voz indeterminada instaura o embate entre duas orientações ideológicas, portanto, dois posicionamentos enunciativos em torno do que seja a democracia.

⁴³⁵ Essa característica de funcionamento faz Ducrot postular a diferença entre o *masSN* e o *masPA*. O *masSN*, seguido da negação, tem uma função opositiva e corretiva, e não propriamente argumentativa. O *masSN*, além de estabelecer a orientação argumentativa, marca a presença de diferentes vozes. Sem negar a diferença de funcionamento desse operador proposto pelo autor, pode-se ver na função opositiva também um movimento de reação à palavra do outro, portanto, um caso de relação dialógica.

(168) Do escandaloso processo de privatização ao pacote de onde saltará mais recessão e desemprego, só para citar dois fatos mais visíveis atualmente, uma coisa deve chamar a atenção de quem se preocupa, de fato, com a democracia: a falta de controle público sobre o Estado. Ou seja, sobre a fonte das decisões que afetam o conjunto da sociedade. (AN3.2)

As relações entre o discurso alheio (no caso, os elos anteriores da comunicação discursiva), segundo a teoria bakhtiniana, não têm analogia com as relações sintáticas dentro da língua, mas são análogas com as que se estabelecem entre as réplicas de um diálogo. Elas são relações entre diferentes sujeitos, expressas pela linguagem. O discurso alheio introduzido no discurso próprio possui uma dupla expressividade: a própria, que é alheia, pois ele passa a ser um elemento do acontecimento do artigo, e a expressividade do artigo, que "acolhe" o discurso alheio. Essas relações, como discutido, vão se manifestar no artigo através do discurso relatado direto e indireto, do discurso bivocal e, ainda, através dos gêneros intercalados.

4 As relações dialógicas: a orientação para o leitor

A orientação para os enunciados já-ditos, os elos anteriores da comunicação discursiva, e sua incorporação no artigo dá-se, na verdade, em razão do interlocutor, pois é em função dele que se constrói o discurso. A orientação para o já-dito, em parte, constitui-se como uma estratégia discursivo-argumentativa, pois é através da relação dialógica do artigo com esses enunciados que o articulista vai construindo o seu objeto do discurso, tecendo o seu ponto de vista, orientado para a reação-resposta ativa do seu destinatário. O interlocutor (o leitor) é a medida dessa orientação face ao já-dito.

Mas além da relação dialógica para os elos anteriores, o artigo também tem seu modo de orientação para o seu destinatário e para a sua reação-resposta ativa. Todo enunciado se encontra ajustado ao interlocutor e na sua resposta. Para Bakhtin, uma das características dos gêneros secundários é que eles estão voltados para a reação-resposta de ação retardada. No caso do artigo, a interação verbal entre autor-articulista e interlocutor-leitor, como retratado, não é uma relação dialógica direta, ou seja, face a face ("de pessoa a pessoa"),

mas mediada. A interação dos participantes é mediada por diferentes instâncias⁴³⁶, como a própria escrita (procedimento geral de simbolização), o jornal e a Internet (suporte material de inscrição e rede de difusão), e a esfera jornalística (função ideológica)⁴³⁷.

Nessa situação social, qual a finalidade ideológica da interação no artigo? Como o articulista se orienta para o seu interlocutor e como o percebe? Qual a forma de reação-resposta esperada nesse tipo de interação verbal, uma vez que os diversos gêneros pressupõem diferentes objetivos discursivos?⁴³⁸ De um modo geral, pode-se dizer que a finalidade da interação orienta-se para a persuasão⁴³⁹ do leitor, para a busca da sua adesão ao ponto de vista, à opinião do articulista. É nessa perspectiva que se pode considerar seção de opinião dos jornais como um dos lugares ideológicos de formação da opinião pública (do grupo dominante).

Enquanto na relação dialógica com os enunciados já-ditos tinha-se a presença dos movimentos dialógicos de assimilação ou de distanciamento, na orientação para o leitor e sua reação-ativa (os elos posteriores da comunicação discursiva), tem-se, de um modo geral, uma finalidade de persuasão, que assinala para um relação de interação assimétrica e hierarquizada do autor sobre o leitor. Essa posição de superioridade do autor constitui-se como resultado das condições sociais de interação do artigo: a esfera jornalística como instituição que intermedia a relação e a própria constituição da autoria do artigo, em que o articulista se mostra como um sujeito social privilegiado e, ainda, como um leitor privilegiado, marcando, assim, sua posição de superioridade sobre o leitor do artigo. É a palavra de uma personalidade que se orienta para o ouvinte, tendendo a se constituir como uma palavra de autoridade⁴⁴⁰.

⁴³⁶ O que remete à discussão feita no segundo capítulo de um modo geral e mais especificamente à questão do papel da mídia na esfera jornalística e nos seus gênero discursivos.

⁴³⁷ Sobre a interação verbal mediada pela literatura, ver Bakhtin/Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, terceira parte do livro.

⁴³⁸ Esses questionamentos, em uma perspectiva bakhtiniana, apontam para o fato de que o objetivo de fazer compreensível o seu discurso é apenas um momento abstrato do projeto discursivo concreto e total do autor. Essa concepção implica em uma outra postura pedagógica para as atividades de leitura, diferente daquelas que se orientam para um concepção passiva do leitor e para apenas a atividade de compreensão (=decifração) do texto.

⁴³⁹ Embora em muitas correntes teóricas se tenha a distinção entre *convencer* e *persuadir*, esta distinção não está pressuposta neste trabalho, uma vez que ela se baseia em uma concepção filosófico-ideológica dualista (abstrata) que opõe no sujeito o ser da crença e do sentimento ao ser da razão e da inteligência, como se um pudesse se afirmar sem o outro.

⁴⁴⁰ Essa questão deve ser vista como uma perspectiva gradativa, como já comentado. Em termos de gênero, com exceção daqueles "padronizados", pode-se falar antes de tendências, mais ou menos presentes nos enunciados individuais.

Se é em função do leitor que se dá o acontecimento do enunciado e que o projeto discursivo do autor se orienta para a reação-ativa do leitor, buscando antecipar e prever as possíveis reações (verbais ou não) dele face a sua fala, no que toca à relação dialógica entre o autor e o interlocutor, no artigo, pode-se dizer que a finalidade da interação, a persuasão do leitor, constrói-se através de três movimentos dialógicos básicos: o *movimento de engajamento* do leitor ao discurso do autor, o *movimento de refutação* da possível contra-palavra do leitor e o *movimento de interpelação* do leitor ao ponto de vista do autor.

a) Movimento dialógico de engajamento: No movimento dialógico de engajamento, o articulista eleva o leitor à posição de aliado, de um co-autor do artigo. O discurso é construído como se o articulista incorporasse o ponto de vista do leitor, como se ambos falassem de uma mesma posição valorativa, em uma relação de concordância, tal como se pode observar nos exemplos a seguir.

(169) O mercado hoje é o centro de nossas sociedades. A busca do lucro e do consumo tornou-se o maior objetivo das pessoas. A mercadoria é o objeto do desejo. A economia moderna pode produzir sem limite. Seu problema não é produzir – é a superprodução e o consumismo. (AN4.2)

(170) Essas coisas parecem remotas, mas é preciso tomar providências já para evitar um colapso maior no futuro. Ou seja, estamos num mundo em que a segurança social precisa ser continuamente reformada e ajustada às condições predominantes que caracterizam a economia atual. Da mesma maneira, impõe-se reformular a legislação trabalhista para facilitar a interface entre os mais velhos e os mais jovens no mercado de trabalho. (AN5.1/FSP5.1)

(171) Se todos fizerem a lição de casa, o déficit público será controlado. Mas, se os Estados não quiserem pagar suas dívidas, o governo federal só terá uma saída: aumentar impostos. E nós, cidadãos, é que pagaremos a conta. (DC5.1)

(172) Estaríamos condenados ao populismo e a sua irmã gêmea – a tentação autoritária? Deveríamos reconhecer que as instituições forjadas ao longo de séculos, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, são incompatíveis com a "índole latino-americana", como sempre pensaram nossos intelectuais autoritários? (FSP6.1)

(173) A crise brasileira atual teria gerado uma situação tão especial que pudesse viabilizar um pacto capaz de pôr no mesmo saco PSDB, PFL, PMDB e PT? A estreiteza de opções que a globalização provocou em todo o mundo, pasteurizando as ideologias e limitando orçamentariamente as suas ações, tem restringido as atuais oposições brasileiras quase que exclusivamente às propostas de maxidesvalorização cambial e restrição seletiva das importações. Se depender de recursos adicionais, a própria prioridade para o social não será viável. A única via seria uma revolução da sua própria gestão, revertendo-a à comunidade e mantendo no governo o papel normativo e regulador. (OESP4.2)

(174) Pagamos tributos para sustentar uma máquina administrativa que não gera riqueza, mas atraso, na medida em que é criadora de obstáculos, a título de controlar o "cidadão", afastando desenvolvimento, investimentos e destruindo a produção e o emprego.

Por isso, o ideal da maioria dos brasileiros é ingressar no serviço público e integrar a classe de privilegiados, que, quando aposentados, recebem dez vezes mais, em média, que o cidadão comum, sobre não correrem os riscos de desemprego e da luta pela existência. (OESP6.1)

Nos exemplos dados, o movimento de engajamento se constrói pela aproximação do leitor ao ponto de vista do autor. O leitor é alçado à posição de um co-autor. Sua reação-resposta é assimilável à orientação valorativa do articulista, que se manifesta em certos traços estilístico-compositivos, como o verbo e o pronome na primeira pessoa do plural (nessa situação, o *nós* é um *eu + tu*) e as perguntas retóricas como questionamentos possíveis do leitor.

b) Movimento dialógico de refutação: Neste movimento, o autor antecipa as possíveis reações-resposta de objeção que o leitor poderia contrapor ao seu discurso, abafando-as. Assim, pelo movimento de refutação, o autor provoca o silenciamento de enunciados pré-figurados (possível contra-palavra), que ou incorpora no seu discurso, ou leva em conta na construção do seu enunciado.

(175) A Justiça americana acaba de conceder uma megaindenização de US\$ 51,5 milhões a uma senhora que tem um câncer de pulmão causado pelo fumo. Pagará a empresa produtora dos cigarros que ela fumou durante 35 anos.

As indenizações judiciais nos campos do consumo, do meio ambiente, da saúde ocupacional, do assédio sexual e outros estão se transformando numa verdadeira indústria advocatícia em todo o mundo. Isso é preocupante.

Mas, no caso do tabagismo, as pesquisas são inequívocas ao apontar o fumo como um dos principais responsáveis por várias doenças graves (...). (AN6.1)

(176) Não que a pontuação no conceito A, obtida pelo curso de Odontologia no chamado "provão" do MEC, nos tivesse imbuído de euforia fácil. Nada disso. Quem nos tem acompanhado sabe que a recente instalação do curso de Medicina é a coroação de esforços antigos. (DC4.1)

(177) Daí decorre o que classifico como os cinco ralos de sonegação e evasão fiscal existentes no Brasil.

São eles: (...).

É um quadro trágico, mas reflete a realidade tributária nacional, agravada a cada ano. A reforma tributária é a mais importante do processo de modernização do Estado. (FSP4.2)

(178) O segundo ingrediente é o aprofundamento do ajuste fiscal, não pelo lado do aumento de impostos, mas com cortes de despesas do governo, cobranças de dívidas do INSS, renegociação de débitos de impostos e, onde for possível, novas mudanças na Previdência. (FSP6.3)

(179) Le Monde publica as matérias fascinantes na primeira página. Nem uma palavra apareceu no Times, ou em nenhum outro jornal britânico, pelo que sei. Agora, não me entendam mal: também não quero ver a vida particular de Murdoch invadida. Mas a proteção privilegiada na qual ele insiste para si mesmo deveria ser outorgada, como direito legal, a Robin Cook e a todo mundo. (OESP5.1)

(180) Dessa forma, mais de 50% do que recolhemos em tributos – que é 100% do que os argentinos recolhem e 150% do que os paraguaios destinam aos cofres públicos – é endereçado ao pagamento de servidores e aposentados de uma máquina federativa criada para gerar cargos e benesses, e não para servir à Nação.

Quando falo em 100% em relação à Argentina e 150%, ao Paraguai é porque a carga tributária do Brasil é o dobro da incidente na Argentina e o triplo da do Paraguai. (OESP 6.1)

Nos exemplos AN6.1, DC4.1, FSP4.2 e FSP6.3, as possíveis reações do leitor ao discurso do articulista, contrárias ao seu ponto de vista, são incorporadas ao discurso do autor e enquadradas de modo refutativo. Trechos como "As indenizações judiciais nos campos do consumo, do meio ambiente, da saúde ocupacional, do assédio sexual e outros estão se transformando numa verdadeira indústria advocatícia em todo o mundo. Isso é preocupante." (AN6.1); "É um quadro trágico" (FSP4.2) constituem-se como possíveis

enunciados pré-figurados do leitor (pois são dados da sua perspectiva), que dialogizam o artigo, como que reconstruindo a forma composicional de um diálogo. São possíveis respostas avaliativas do leitor face ao discurso do articulista. Entretanto, elas são refutadas pelo enquadramento do discurso do autor: "Mas, no caso do tabagismo, as pesquisas são inequívocas" (AN6.1); "Nada disso" (DC4.1); É um quadro trágico, mas reflete a realidade do país" (FSP4.2).

Já nos exemplos OESP5.1 e OESP6.1, não se tem a incorporação da fala do leitor, mas sente-se a presença tensa de uma possível reação sua à palavra do autor, que tenta justificar a sua posição: "Agora, não me entendam mal" (OESP5.1); "Quando falo em 100% em relação à Argentina (...) é porque" (OESP6.1).

Se é possível falar de uma relação de semelhança de orientação de sentidos entre os *movimentos dialógicos de assimilação* (orientado para os enunciados já-ditos) e de *engajamento* (orientado para a reação-resposta do leitor), os *movimentos de distanciamento e de refutação* vão apresentar matizes de sentidos diversificados. A refutação da possível contra-palavra do leitor constrói-se de modo discreto, "amenó", pois, pela situação de interação, o artigo tende a buscar a adesão do leitor à perspectiva do articulista, que só vai produzir seu efeito se o movimento discursivo conduzir favoravelmente o leitor à perspectiva do autor, papel que o movimento de distanciamento, tal como construído na orientação para o já-dito, às vezes não poderia desempenhar, pois, muitas vezes, além de desqualificar e distanciar um determinado enunciado, esse movimento também pode incidir sobre o seu autor (*cientista x personagem*). A desqualificação do destinatário não é uma estratégia pertinente para obter a sua adesão. Assim, por exemplo, a ironia, no movimento de refutação, aparece somente na relação de um suposto autor com um suposto leitor, como no artigo FSP3.2, na relação dialógica do suposto autor com o suposto interlocutor do gênero intercalado, o destinatário da carta.

c) Movimento dialógico de interpelação: No movimento dialógico de interpelação, de imposição ao leitor, *um* determinado ponto de vista é apresentado como *o* ponto de vista, como *a* verdade à qual o leitor deve se sentir compelido, persuadido a aderir. A opinião do articulista, um interlocutor de elite, constitui-se como uma certa norma para os leitores. Afinal, a posição social da autoria mostra-se como um argumento para a plausibilidade, credibilidade, do enunciado do articulista.

(181) No momento em que o Brasil enfrenta dificuldades, oriundas do quadro internacional e do próprio atraso nos ajustes internos, especialmente a reforma constitucional, é preciso que todos ofereçam sua contribuição concreta para que seja um país melhor. E o respeito aos direitos humanos, aqui entendidos de forma mais ampla, abrangendo o acesso de todos os cidadão a uma vida mais digna, é condição essencial para ingressarmos no próximo milênio com plenas condições de conquistar o desenvolvimento. (AN4.1)

(182) O Natal precisa renascer na conquista de sua originalidade cristã e religiosa. Natal sem Deus, Natal sem o Menino, Natal sem o pobrezinho, é festa pagã, festa do mercado. O verdadeiro Natal é a memória de Deus com rosto humano, o Tudo escondido no fragmento, o Eterno no tempo, o Invisível feito carne, o Infinito na estrebaria, o Todo-poderoso na periferia, o Criador envolto em faixas , Deus no homem. (AN4.2)

(183) A transmissão do vírus da Aids aos usuários de drogas injetáveis é uma das formas de contágio mais freqüentes. O contágio ocorre através de seringas, agulhas ou outros objetos contaminados com sangue (colherinhas, chumaços de algodão etc.). O uso de seringas e agulhas descartáveis suprime qualquer risco de contágio. Uma seringa ou agulha deve ser utilizada uma vez só e nunca pode ser jogada em qualquer lugar (...). (DC6.1)

(184) O maior risco nessa trajetória é a inflação. Assim, o grande desafio é monitorar a equação câmbio-juros, de modo que o efeito da mudança cambial resulte, no máximo, em um "soluço" inflacionário de 10%. Para isso, precisamos de um conjunto de ações que demonstrem não apenas vontade, mas a construção de uma trajetória permanente de reestruturação interna. Isso é fundamental para balizar as expectativas dos agentes internos e externos. Precisamos de um choque de credibilidade.

(...)

A sociedade pode e deve boicotar produtos que tenham seus preços reajustados. Num momento em que estão querendo aumentar até o preço da água de coco, é preciso que consumidores e agentes econômicos das diversas cadeias produtivas se unam para resistir. (FSP6.3)

(185) O que determina o @ 4º, inciso I, do artigo 60 da Constituição federal – assim redigido: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: (...) I. a forma federativa de Estado; ..." – é que a federação não pode ser "abolida", mas não impede que seja "modificada". E a modificação urge. É fundamental, é questão de sobrevivência da Nação. Sem ela, a geração futura não terá horizontes e a perda de competitividade externa e interna será decorrência natural, com a inércia, a recessão, o desemprego acompanhando os 160 milhões de

brasileiros, apenas excluídos os privilegiados dos 5,5 mil governos brasileiros.

(...)

Há necessidade de repensar a Federação.

Há necessidade de os brasileiros conscientes começarem a exigir coragem e patriotismo dos dirigentes nacionais. (OESP6.1)

Nesses exemplos, tem-se menos uma projeção de antecipação ou incorporação da possível resposta do leitor, mas a busca de direcionamento da sua reação-resposta. A interação dialógica do autor e leitor se apresenta como uma certa relação de imposição sobre o leitor, marcada no enunciado preferencialmente por indicadores modais do tipo: "é preciso", "o Natal precisa", "deve ser", "Isso é fundamental", "é fundamental, é questão de sobrevivência", "há necessidade"⁴⁴¹.

5 Projeções estilístico-composicionais⁴⁴²

Se a inter-relação para com o discurso do outro no objeto (enunciados já-ditos) encontra-se mais "marcada" no artigo, quer dizer, percebe-se melhor a sua presença no discurso do articulista, a relação dialógica para com o discurso de outrem na resposta antecipada do leitor, como apenas projeções de enunciados pré-figurados, presumidos (ou seja, enunciados não ditos, sem existência concreta), tende a se diluir mais no enunciado do autor. As fronteiras entre esses discursos tornam-se mais tênues. No entanto, há certos traços estilístico-composicionais no artigo que fazem sentir a presença ativa do leitor, sendo que os seus possíveis enunciados também "sulcam" o artigo.

Os diferentes movimentos de orientação ativa para o leitor e o seu discurso se presentificam no artigo por determinadas características estilístico-composicionais de incorporação e de orientação, sendo que a sua introdução e o seu enquadramento se "marcam" pelo uso dos pronomes e dos verbos na primeira pessoa do plural, pelos indicadores modais, pela negação, pelo uso de certos operadores, como o *mas*, e pelas perguntas retóricas.

⁴⁴¹ A modalização será discutida na próxima seção.

⁴⁴² Nesta seção, são discutidas conjuntamente as estratégias de inter-relação e as formas compostionais de introdução e organização do discurso do outro, que foram apresentadas em seções diferentes na análise das relações dialógicas para os enunciados já-ditos.

Para Bakhtin, as duas formas de relações dialógicas (no objeto, na resposta antecipada), sendo em essência diferentes, engendram efeitos estilísticos diferentes no discurso; no entanto, podem também se entrelaçar. Essa situação pode ser observada no gênero artigo. Embora muitos efeitos estilísticos sejam específicos de cada tipo de relação dialógica, certos traços lingüísticos da presença de um outro discurso podem remeter tanto às relações dialógicas com o discurso do outro no objeto como com o discurso resposta do leitor. É o caso do uso dos pronomes e verbos na primeira pessoa do plural, da negação e do operador *mas*, que exigem do leitor que ele leve em conta a situação de interação do artigo como condição necessária para a interpretação desses elementos (embora muitas vezes seja difícil discernir, tanto para o interlocutor quanto para o pesquisador, os limites entre um e outro efeito estilístico).

a) Pronomes e verbos na primeira pessoa do plural: Os pronomes e os verbos na primeira pessoa do plural, como se pôde perceber no decorrer da análise, provocam diversos efeitos estilísticos no artigo⁴⁴³:

1) podem fazer as vezes de plural de modéstia (ou majestático) (eu + 0), tal como no discurso científico:

(186) Sumariamente, poderíamos dizer que a psicanálise consiste em:
 1) um método de investigação do inconsciente; 2) uma psicoterapia baseada nesse método, chamada "talking call; 3) um conjunto de teorias e normas em que são sistematizados dados introduzidos pelo método psicanalítico (...). (AN4.3)

(187) Acreditamos que, sem atropelos e tendo continuidade de funcionamento na Câmara de Saúde Suplementar, todos os pontos dúbios ou controversos serão democrática e tecnicamente analisados, com soluções inteligentes e viáveis, beneficiando pacientes, operadoras e, por conseguinte, a comunidade. (OESP4.1)

2) podem marcar a relação dialógica do autor com o objeto do discurso (eu + ele (a)), por exemplo, nos casos em que a instituição se apresenta como um co-autor:

⁴⁴³ As múltiplas faces dos pronomes pessoais são discutidas, por exemplo, por Catherine Kerbrat-Orecchioni em *L'énonciation de la subjectivité dans le langage* (1999).

(188) No caso da Univali, que atendendo aos apelos comunitários desenvolveu um modelo multicampi, a grande preocupação, agora, é a estruturação daquelas unidades. Os alunos de Balneário Camboriú, Tijucas, Biguaçu e São José entre, outras unidades que ainda temos, merecem as mesmas preocupações, o mesmo acabamento que os tão numerosos que freqüentam o campus central de Itajaí. (...).

A nossa⁴⁴⁴ Univali, para o bem de todos, tem-se destacado numa área fundamental (...).(DC4.1)

- 3) podem mostrar a relação do autor com outro locutor de um outro enunciado, de uma outra situação de interação, (eu + eu), comum no gêneros intercalados:

(189) Aliás, duas coisas me causaram estranheza em torno da idéia de Blatter.

A primeira delas foi que nós, da chamada Comissão do Futebol (uma comissão que ele mesmo teve a delicadeza de montar recentemente, com ex-jogadores do porte do alemão Franz Beckenbauer, do francês Michel Platini, do inglês Bobby Charlton etc.), não fomos ouvidos a respeito, como, penso, teria sido melhor. (FSP5.3)

- 4) ou podem ainda marcar a relação do autor com o leitor (eu + tu) situação que interessa aqui e que, como visto, cumpre o efeito de colocar o leitor no papel de um aliado da perspectiva do articulista:

(190) No caso da declaração mineira, além de provocar a evasão de capitais externos e a desvalorização do real (fazendo aumentar o estoque da dívida estadual), provocou uma onda de descrédito no Brasil, com a sensação, lá fora, de que nossa País é ingovernável. (AN5.2)

(191) Finalmente, lembramos a importância da participação dos pais na gestão das escolas públicas. Eles são que sabem onde devem ser aplicados os recursos, geralmente escassos, e ainda podem promover melhorias na base do trabalho voluntário.

O Brasil precisa arregaçar as mangas para dar uma virada na educação, e essa é uma tarefa de todos nós. (AN6.2)

(192) Se todos fizerem a lição de casa, o déficit público será controlado. Mas, se os Estados não quiserem pagar suas dívidas, o governo federal só terá uma saída: aumentar impostos. E nós, cidadãos, é que pagaremos a conta. (DC5.1)

⁴⁴⁴ O jogo enunciativo, em um mesmo artigo, pode assumir diferentes facetas, como neste caso, onde o nós incorpora dialogicamente o leitor. Esse tipo de projeção enunciativa diversificada é comum no artigo.

(193) Afirma-se, assim, o direito concedido a todos de recorrer a um tribunal independente, imparcial, que repare as falhas, omissões, arbitrariedades cometidas no âmbito de uma nação. O importante é que não fiquem mais impunes crimes que violaram gravemente a vida e a dignidade de pessoas. A soberania dos Estados não está acima da Justiça, nem deve acobertar a impunidade de criminosos. Todos estamos sujeitos às exigências maiores do respeito pleno à dignidade da pessoa humana. (FSP4.1)

(194) E a crise internacional, que começou seu estrago em fins de 97, encontrou o Brasil no meio do caminho: dependente de importações, ainda com baixa competitividade sistêmica e grande déficit público. Com a confusão nos mercados mundiais, os juros explodiram, o comércio internacional reduziu-se, a defasagem cambial antiga cobrou seu preço e tivemos de desembocar no FMI para não quebrar. (OESP4.2)

O recurso aos pronomes ou aos verbos na primeira pessoa do plural, nos exemplos, cria o efeito de uma dupla enunciação, de uma assimilação do ponto vista do leitor ao do autor. No artigo, algumas vezes, tem-se o pronome *todos* junto com o pronome pessoal ou o verbo, reforçando a adesão do leitor. Esse movimento de assimilação, de engajamento do interlocutor, adquire nuances particulares em alguns artigos, onde o texto se inicia na primeira pessoa do singular ou de modo impessoal (o eu do articulista) e termina na primeira pessoa do plural (articulista + leitores).

(195) Ganhei um livro no último Natal sobre os problemas da sociedade que envelhece. O estudo é de grande valor para um país como o Brasil, cuja população está envelhecendo a uma velocidade espantosa ("Maintaining Prosperity in an Ageing Society", OECD, 1998).

(...)

Essas coisas parecem remotas, mas é preciso tomar providências já para evitar um colapso maior no futuro. Ou seja, estamos num mundo em que a segurança social precisa ser continuamente reformada e ajustada às condições predominantes que caracterizam a economia atual. (AN5.1/FSP5.1)

(196) Não creio que o governador Itamar Franco esteja conscientemente querendo provocar o caos, com a desestabilização da economia nacional.

(...)

No caso da declaração mineira, além de provocar a evasão de capitais externos e a desvalorização do real (fazendo aumentar o estoque da dívida estadual), provocou uma onda de descrédito no Brasil, com a sensação, lá fora, de que nossa País é ingovernável. (AN5.2)

(197) Quando assumi a prefeitura de Joinville, tratei, logo na primeira semana, de propor à Câmara uma reforma administrativa nesse sentido. Por isso, mesmo com todas as dificuldades de conjuntura, temos nos distinguido por poder transformar Joinville num canteiro de obras, não obstante tenhamos concedido um aumento linear a todos os servidores e venhamos pagando em dia os salários. Aliás, Joinville foi o primeiro governo, em todo o país, a pagar integralmente o décimo-terceiro salário. No dia 27 de outubro.

Se todos fizerem a lição de casa, o déficit público será controlado. Mas, se os Estados não quiserem pagar suas dívidas, o governo federal só terá uma saída: aumentar impostos. E nós, cidadãos, é que pagaremos a conta. (DC5.1)

b) Indicadores modais: O conceito de modalidade tem chamado a atenção tanto de lógicos como de lingüistas. Para Cervoni⁴⁴⁵, tendo no âmbito da lógica (a lógica modal) a sua origem, a noção de modalidade, na lingüística contemporânea, após um eclipse que corresponde ao período do estruturalismo e do gerativismo, retomou sua força. Essa reintrodução foi favorecida pelas novas áreas de estudo, como a pragmática e a semiótica, por exemplo, segundo o autor.

A questão da modalização na linguagem pressupõe a distinção, no enunciado (proposição), de um *dito* (conteúdo proposicional) e de uma *modalidade*, distinguindo-se tradicionalmente os seguintes tipos de modalidades: aléticas (referentes ao eixo da existência, determinando o valor de verdade do conteúdo das proposições), epistêmicas (que se referem ao saber, à crença de um estado de coisas) e deônticas (que se referem ao âmbito da conduta, das normas).

Os indicadores modais são considerados como a "lexicalização" dessas modalidades, como "sinalizadores" lingüísticos da atitude do falante perante o seu enunciado (proposição). É dessa forma que Ducrot e Todorov⁴⁴⁶ definem a modalização, como uma atitude assumida pelo sujeito falante com respeito ao conteúdo, ou seja, com o *dictum*. Essa é a visão mais geral a respeito da modalização. Já Alexandrescu⁴⁴⁷ a define como a atitude do locutor para com o enunciado ou para com o seu interlocutor. No que se refere aos indicadores modais, interessa aqui o seu papel como elementos estilísticos que são indícios, no artigo, da inter-relação do articulista com a reação-resposta do leitor.

⁴⁴⁵ Cervoni, Jean, *A enunciação*, 1989.

⁴⁴⁶ Ducrot, O., Todorov, T. *Dicionário encyclopédico das ciências da linguagem*, 1998.

⁴⁴⁷ Alexandrescu, Sorin. *Sur les modalités croire et savoir*. In.: *Langages*, n. 43, 1976.

(198) A democracia é uma realidade concreta e certamente definitiva no País. Entretanto, a Nação deve, sem mais adiamentos, criar as condições para que a liberdade política seja instrumento efetivo de exercício da cidadania. (AN4.1)

(199) Envolvendo as muitas dimensões da natureza humana, de matéria e espírito, a psicanálise, pode-se dizer, é uma nova fronteira da sempre velha e renovada curiosidade do homem em saber a origem e as motivações de seus atos.

(...)

Sumariamente, poderíamos dizer que a psicanálise consiste em: (...). (AN4.3)

(200) Creio que pela matéria aqui exposta o leitor chegará à conclusão de que o problema não é só do Brasil, mas principalmente de todos os países onde a saúde e a educação venham a permitir uma maior expectativa de vida. (AN5.1/FSP5.1)

(201) É certo que, do outro lado do Atlântico, Clinton fez um discurso não menos eufórico sobre o Estado da União, como se a América tivesse resolvido, durante seus mandatos, todos os problemas – os seus e os dos outros – e só lhe faltasse agora recolher a sagrada universal. Está longe de ser o caso. (FSP6.2)

(202) Esperam-se para o ano de 1999 grandes discussões no campo certo – Ministério da Saúde e Consu sobre planos de saúde e idem sobre seguros de saúde no Ministério da Fazenda-CNSP-Susep.

Evidentemente, o Consu não deverá abrir mão de definir os produtos de seguro-saúde e o Conselho Nacional de Seguros Privados e a Susep terão competência de fiscalizar o cumprimento de seus atributos. (OESP4.1)

Nos exemplos, os indicadores modais são traços da projeção que o articulista faz da reação ativa do leitor. Em AN4.3, o emprego dos modalizadores "pode-se dizer", "poderíamos dizer" é uma estratégia de reação do próprio autor, uma espécie de recuo, contra uma possível objeção do interlocutor quanto ao conceito de psicanálise apresentado. O uso desse tipo de modalização cria um efeito de "amenização" dos sentidos e da interação. Essa mesma reação face ao leitor tem-se no primeiro exemplo. No artigo AN5.1/FSP5.1, o verbo *crer* não só é uma atitude de avaliação da resposta-resposta desejada, mas um modo de introduzir ou considerar o possível discurso do leitor: "o problema não é só do Brasil, mas principalmente de todos os países onde a saúde e a educação (...) permitir uma maior expectativa de vida" (AN5.1/FSP5.1). A interpelação

direta do leitor nesse exemplo ("o leitor chegará à conclusão"), no entanto, pode ser considerada antes como uma exceção, ou melhor, como um estilo ocasional desse enunciado artigo.

No caso dos trechos FSP6.2 e OESP4.1, os operadores modais recaem sobre um possível enunciado do interlocutor, ao qual o autor se opõe, constituindo-se o seu discurso como que uma reação ao discurso do leitor, onde "é certo que" e "está longe de ser o caso" são os elementos que enquadram o enunciado pré-figurado. Os modalizadores destacados constituem-se como "pistas" de um diálogo não desenvolvido, que poderia ser reconstruído como:

- A crise está a generalizar-se inexorável e perigosamente, da Ásia à América Latina... [articulista]
- Mas Clinton fez um discurso eufórico sobre o Estado da União ... [leitor]
- Sim, é certo que Clinton fez um discurso sobre (...). Está longe de ser o caso.[articulista]

Situação discursiva semelhante tem-se em OESP4.1, onde o modalizador "evidentemente" se direciona a um possível questionamento do leitor diante da divisão das tarefas propostas pelo autor entre o Ministério da Saúde, Consu e Ministério da Fazenda-CNSP-Susep. Tem-se uma relação dialógica orientada para o leitor, onde se projeta a antecipação de suas possíveis contestações, indagações, ou seja, dos seus enunciados pré-figurados. Essa reação-resposta antecipada e inserida no discurso do articulista, cria no artigo um efeito de uma consequência "já prevista", embora seja antes uma estratégia para evitar essa possível contra-palavra por parte do leitor.

Entretanto, os operadores modais, além de introduzirem e avaliarem uma possível reação-resposta do leitor, abafando uma contra-argumentação não desejada (movimento dialógico de refutação), também funcionam no artigo como um outro modo de persuasão do leitor: eles não introduzem um possível enunciado do leitor, mas funcionam como lugares de sua interpelação (movimento dialógico de interpelação), ou seja, objetivam orientar a sua reação-resposta (verbal ou não, imediata ou retardada). Esse é uma das funções discursivas centrais da modalização no artigo.

(203) Primeiro vem o alimento da auto-estima, rasgando de vez a carapuça de que preto nasceu para ser empregado, serviçal ou marginal. É preciso descer o morro, a favela, e ocupar áreas residenciais nobres.

Afinal, a humanidade é nobre, e todas as raças estão incluídas em tal conceito. Ou seja: as oportunidades devem ser iguais para todos.

O segundo passo, extremamente decisivo, é que os espaços devem ser ocupados. Os bancos escolares precisam ter mais negros sentados, porque esse é o único caminho capaz de igualar brancos, índios, alemães, italianos, japoneses, etc. (AN3.3)

(204) No momento em que o Brasil enfrenta dificuldades, oriundas do quadro internacional e do próprio atraso nos ajustes internos, especialmente a reforma constitucional, é preciso que todos ofereçam sua contribuição concreta para que seja um país melhor. (AN4.1)

(205) Não há país que apresente equilíbrio nas contas da seguridade social, o que levou a OECD a propor uma série de medidas, das quais destaco as seguintes:

1) Os sistemas de aposentadoria, a estrutura tributária e os programas sociais devem ser reformados de modo a remover os incentivos à aposentadoria precoce; 2) as leis trabalhistas devem ser modificadas de forma a estimular e assegurar a atividade dos mais idosos; 3) os benefícios das aposentadorias devem ser compostos de um "mix" de recursos públicos e privados. (AN5.1/FSP5.1)

(206) Na verdade, o déficit público engloba, em boa conta, as dívidas dos Estados e municípios, sendo que, neste caso, 80% são devidos somente pela prefeitura de São Paulo. (DC5.1)

(207) Não basta defender a pessoa dos abusos de poder que restringem a liberdade e recorrem à tortura e a demais atrocidades. É preciso garantir as condições dignas de vida para o povo. (FSP4.1)

(208) A reforma tributária é a mais importante do processo de modernização do Estado. Sem ela, não haverá ajuste fiscal, as empresas continuarão sufocadas e a sonegação será crescente. O novo sistema tributário deve ser um instrumento da sociedade, para o bem da população brasileira (...). (FSP4.2)

(209) Esse fatalismo equivale ao desprezo a anos de luta contra ditaduras militares e regimes unipessoais. Equivale a recusar o caminho da democracia substantiva que, apesar dos pesares, permanece viável. É preciso insistir nele, enfrentando o golpismo grosso ou ilustrado e o canto das sereias desencantadas. (FSP6.1)

(210) Há necessidade de repensar a Federação.

Há necessidade de os brasileiros conscientes começarem a exigir coragem e patriotismo dos dirigentes nacionais. (OESP6.1)

Nesses exemplos de modalização, a relação dialógica com o leitor orienta-se menos como um movimento de introdução da palavra do outro, do que como uma estratégia no sentido de impor um determinado ponto de vista (uma opinião) como uma verdade, como uma norma a ser seguida. Ou seja, volta-se à questão do caráter hierárquico da situação de interação do artigo e da sua faceta de autoridade em relação ao leitor.

Os indicadores modais do tipo "é preciso" e "deve-se", índices da presença de uma modalização deôntica do campo da obrigação, são traços dessa relação assimétrica entre autor e leitor, podendo-se situar o artigo, pela ótica da modalização, no âmbito do discurso de autoridade. A manifestação de uma relação dialógica de autoridade através da modalização⁴⁴⁸ pode ser confirmada em Koch que, apoiando-se nos trabalhos de Alexandrescu e, mais especificamente, nos de Blanché, observa que, quando um locutor se orienta para as modalidades que se situam nos vértice superiores do hexágono de Blanché (vértices A, E, U), o discurso apresenta-se como autoritário.

Quando um locutor, ao produzir seus enunciados, recorre predominantemente às modalidades que se situam nos vértices superiores do hexágono de Blanché (A, E, U), seja qual for o eixo (alético, epistêmico, deôntico, axiológico), o discurso apresenta-se como autoritário: é o campo da necessidade, da certeza, do imperativo, das normas. O locutor procura manifestar um saber (explícito ou implícito) e obriga o interlocutor a aderir ao seu discurso, aceitando-o como verdadeiro. Tem-se, aqui, o grau máximo de engajamento do locutor e a intenção de impor ao alocutário os seus argumentos, apresentando-os como incontestáveis (eu sei, portanto, é verdade). Para torná-los mais convincentes, ele utilizará, em larga escala, o recurso à autoridade –, fazendo uso de lexicalizações das modalidades A, E, U, do tipo: é certo..., é preciso..., é necessário..., todos sabem, é impossível..., é proibido..., não pode haver dúvidas..., é dever de todos..., etc.⁴⁴⁹

c) Negação e operador *mas*: Tal como discutido no início desta seção, a negação e o *mas* são elementos de estilo que são indícios, no artigo, quer da relação dialógica do autor com o discurso do outro no objeto, quer da relação com a reação-resposta do leitor. Essa diferença, algumas vezes tênue, aponta para o dialogismo no enunciado e no gênero artigo como uma relação de sentido, uma vez que entre esses dois tipos de relação dialógica, presentificados pela negação e pelo *mas*, não há diferenças formais.

⁴⁴⁸ Entretanto, do ponto de vista do gênero, a ausência dessas marcas não significa, por si só, que o artigo não apresente indícios de uma palavra de autoridade, uma vez que o autor pode "mascarar" lingüisticamente essa sua relação de autoridade sobre o leitor.

(211) Não se trata de ser contra, ou de rezar pela cartilha do pior. O incêndio está aí, queimando o País por dentro e por fora. Não querer vê-lo, é pretender esconder o sol com a peneira, como diziam os mais antigos. (AN5.3)

(212) E, como um milagre, o pessoal ficou mais feliz, passou a participar com maior empolgação do dia-a-dia das empresas, deu sugestões, construiu modelos de administração participativa (não me refiro ao efficientíssimo CCQ), e o famoso QI passou a ser bem menos importante face ao recém-chegado QE (coeficiente emocional). (AN6.3)

(213) Fazer a lição de casa não significa jogar na rua milhares de humildes servidores. Mas sustar os privilégios de uma burocracia que se organizou para contemplar-se com vantagens que fazem as folhas crescerem vegetativamente como bolas de neve. (DC5.1)

(214) Há um ceticismo ético, base da reportagem investigativa. É a saudável desconfiança que se alimenta de uma paixão: o desejo dominante de descobrir e contar a verdade. Outra coisa, totalmente diferente, é o que podemos definir como jornalismo de suspeita. O profissional suspicaz não tem "olhos de ver". Não admite que possa existir decência, retidão, bondade. Tudo passa por um crivo negativo que se traduz numa incapacidade crescente de elogiar. O jornalista não deve ser ingênuo. Mas não precisa ser cínico. Basta ser honrado e independente. (OESP6.2)

(215) Essas coisas parecem remotas, mas é preciso tomar providências já para evitar um colapso maior no futuro. (AN5.1/FSP5.1)

(216) Daí decorre o que classifico como os cinco ralos de sonegação e evasão fiscal existentes no Brasil.

São eles: a) O sonegador relapso. (...) b) O inadimplente. (...) c) Evasão fiscal por via judicial. (...) d) Evasão fiscal pela ignorância legal. (...) e) Evasão fiscal pelo cidadão anarquista. (...)

É um quadro trágico, mas reflete a realidade tributária nacional, agravada a cada ano. (FSP4.2)

Na negação, tem-se a introdução e o enquadramento contra-argumentativo da reação-resposta do leitor diante das colocações do articulista. Em AN5.3, já no início do texto, o autor "descarta" a perspectiva do leitor, a de que a sua opinião é própria de quem é do contra, que reza pela cartilha do pior. Processo semelhante apresenta-se no artigo DC5.1, onde o articulista se opõe à projeção de um possível enunciado-resposta, que

⁴⁴⁹ Koch, Ingredore G. Villaça, *Argumentação e linguagem*, 1987, p. 87.

questiona se a proposta de "fazer a lição de casa", exemplificada posteriormente, "significa jogar na rua milhares de humildes servidores". Entre parênteses, o trecho "não me refiro ao eficientíssimo CCQ", do artigo AN6.3, também é uma reação à reação-resposta ativa do leitor.

Tem-se também a presença do *mas*, que produz o mesmo efeito discursivo que a negação, constituindo-se como uma reação-resposta à projeção de um enunciado pré-figurado do leitor, como se pode observar nos exemplos apresentados: "essas coisas parecem remotas" (AN5.1/FSP5.1); "é um quadro trágico"(FSP4.2). Ainda, o operador pode se articular com a negação, onde, além de "cortar" a perspectiva do outro (do leitor), opõe uma contra-palavra: o que realmente significa fazer a lição de casa (DC5.1), qual deve ser efetivamente o posicionamento do jornalista (OESP6.2).

d) Perguntas retóricas: Como último elemento de análise das projeções estilístico-composicionais da perspectiva do leitor no artigo, tem-se as perguntas retóricas. Para Bakhtin, como mencionado no primeiro capítulo (ao tratar da alternância dos sujeitos discursivos), as perguntas retóricas são um dos fenômenos da representação convencional da comunicação discursiva e dos gêneros primários no enunciado. Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin/Voloshinov incluem as perguntas retóricas no discurso direto retórico, que consideram como uma das variantes lineares do discurso direto. Os autores fazem menção, ainda, ao seu valor persuasivo no enunciado, que pode ser observada na análise do gênero artigo.

(217) De que se ocupa a Psicanálise? "Ocupa-se dos distúrbios psíquicos originados no inconsciente. Seu propósito é descobrir, no inconsciente dos seres humanos, as necessidades, complexos, traumas e tudo o mais que perturbe o psiquismo, trazendo-os à tona da consciência, a fim de removê-los e possibilitar, assim, o equilíbrio emocional do indivíduo", conforme os termos da "Enciclopédia Saraiva de Direito".

(...)

No que se diferencia a psicanálise de outras ciências interfacetárias, como a psiquiatria, neurologia, psicologia, etc.? (AN4.3)

(218) Até onde e até quando o Brasil resistirá, se escaparmos, por algum milagre da Previdência, do incêndio de hoje? Com câmbio livre e tudo, o dia de amanhã será para todos nós o dia D, de desembarque mesmo. Do real e do século 20. (AN5.3)

(219) Qual é a sua teologia? Ouço e leio suas entrevistas. Fica sempre uma pergunta sem resposta: o que você pensa? A quem, como Jesus,

você chamaria de "raposa" hoje (Lucas, 13, 32)? O que diria para o homem rico? (FSP3.2)

(220) Foi a consciência dessa verdadeira crise de civilização que levou a esquerda ao poder em tantos países da UE. Para fazer o quê? O mesmo que os governos de direita, gerindo o dia-a-dia com os olhos nas pesquisas, a ajuda do marketing político e uma posição de subserviência permanente perante o poder do dinheiro, as exigências do mercado e as reivindicações corporativas dos segmentos mais agressivos do eleitorado? Seguramente, não. (FSP6.2)

(221) Mas, afinal, qual dos caminhos seguintes – supondo-se que ambos são viáveis – seria mais útil ao País ver o PT trilhar? Buscar legitimamente, e com competência, sua condição de líder de um arco de oposições, estruturando um plano alternativo consistente e lutando por sua vez? Ou, diante da agudeza da crise, ter algumas de suas facções aproximando-se do governo, forçando-o a um movimento para a esquerda e ajudando a restringir os espaços do PFL? (OESP4.2)

O caráter persuasivo das perguntas retóricas no gênero artigo pode ser compreendido na medida em que projetam no enunciado uma perspectiva de interação tipo diálogo, em que as perguntas podem se dar tanto da perspectiva do autor como da do leitor, sendo que preferencialmente representam uma antecipação de uma possível reação-resposta deste. Mas, ao mesmo tempo que o articulista incorpora os possíveis questionamentos entrevistados da perspectiva do leitor, ele mesmo os responde. O trecho "Seguramente, não." (em FSP6.2) ilustra bem essa situação discursiva.

6 O papel dos gêneros intercalados

Um dos traços relativos à heterogeneidade dos gêneros diz respeito à característica de combinação, de intercalação (implantação) de gêneros, que pode ser vista tanto no seu processo histórico de formação como no seu funcionamento discursivo, que se denominou como *heterogeneidade genérica*⁴⁵⁰. Os gêneros intercalados são outro modo de introdução do discurso do outro no artigo, da sua dialogização.

Bakhtin dá atenção especial à questão da heterogeneidade genérica na constituição histórica do romance dialógico, ou do romance polifônico, em *Problemas da poética de*

⁴⁵⁰ Rodrigues, R. H. *Gêneros discursivos e heterogeneidade*, 2000.

Dostoiévski. Considerando Dostoiévsky como o criador do romance polifônico considerado como variante do gênero romanesco, o autor vai buscar as condições e os elementos que possibilitaram o aparecimento histórico desse gênero, apontando como determinantes para a criação do romance dialógico dois gêneros, o diálogo socrático e a sátira menipéia.

Outro aspecto referente à heterogeneidade genérica é a capacidade de muitos gêneros de absorver e implantar diferentes gêneros no seu funcionamento. Nessa situação, os gêneros introduzidos, chamados de gêneros intercalados, perdem a sua relação direta com a realidade extraverbal e com os enunciados de outros falantes, pois não há a alternância real dos sujeitos discursivos, para se tornarem componentes do gênero no qual se encontram. Em *O discurso no romance*, Bakhtin afirma que no gênero romanesco não há limites para a incorporação de outros gêneros, que não se reduz à introdução dos gêneros da criação literária e dos gêneros primários, mas também abrange os das outras esferas sociais. "Em princípio, qualquer gênero pode ser introduzido na estrutura do romance, e de fato é muito difícil encontrar um gênero que não tenha sido alguma vez incluído num romance por algum autor"⁴⁵¹. Esses diferentes gêneros, como elementos do romance, introduzem nele suas linguagens, seus mundos específicos. Em muitas situações, os gêneros intercalados não apenas entram como elemento do romance, mas determinam a sua forma como um todo, criando variedades particulares do gênero romanesco: romance epistolar, romance confissão, romance-diário (outros exemplos: poema-receita, classificado poético etc.).

No trabalho *El problema de los géneros discursivos*, Bakhtin observa que a grande maioria dos gêneros literários são gêneros secundários, compostos de diversos gêneros primários transformados. Acrescenta, ainda, que a peculiaridade de transformação e de implantação de gêneros é um traço próprio não só dos gêneros literários, mas dos secundários de um modo geral, pois, na sua formação histórica, eles absorvem e reelaboram gêneros primários. Também no seu funcionamento discursivo costumam representar diferentes gêneros primários e formas da comunicação discursiva primária. Esse processo de transformação e de intercalação se constitui como uma das causas da dialogização mais ou menos marcada dos gêneros.

O fenômeno da heterogeneidade genérica pode ser visto, ainda, como uma possibilidade de constituição e de funcionamento dos gêneros de um modo geral, não

apenas dos secundários, pois as diferentes esferas sociais não são estranhas umas às outras, elas travam diálogos entre si. Entre elas não há fronteiras rígidas, ou melhor, elas se formam entre fronteiras, têm suas zonas de contato e de influência recíproca. Assim sendo, os gêneros de uma dada esfera podem aparecer incorporados nos de outra: pode-se transferir a forma de um gênero da esfera oficial (da saudação, por exemplo) para a familiar, procedimento que Bakhtin denomina como *reacentuação*; podem-se mesclar os gêneros de diferentes esferas, transferir o estilo de um gênero para o de outro. Entretanto, nesses casos já não se trata mais do mesmo gênero: a forma da saudação oficial, na esfera familiar, não pode ser mais considerada como uma saudação oficial; o poema-receita não é uma receita culinária. Na mesma direção vai a observação do autor a respeito do soneto paródico, que não pertence mais ao gênero soneto⁴⁵².

No entanto, cumpre salientar que o fenômeno do funcionamento da heterogeneidade genérica, ou melhor, da intercalação de gêneros deve se manifestar de maneira distinta, mais ou menos freqüente e ter funções particulares nos diferentes gêneros. Ainda segundo Bakhtin⁴⁵³, os gêneros intercalados são as formas composicionais mais importantes e substanciais de introdução e organização do plurilingüismo no romance. Os gêneros intercalados reforçam a multiplicidade de estilos e a pluritonalidade no gênero.

No gênero artigo, a presença de gêneros intercalados também aparece como um elemento relevante. Entretanto, embora a presença do gênero intercalado imprima no artigo aspectos do seu estilo e da sua composição, sua função não está voltada à construção do plurilingüismo, como no romance, mas à da articulação do ponto de vista, da opinião do autor. Mas, como explicar os gêneros intercalados em termos de relações dialógicas? É que, além das relações dialógicas para com o já-dito e para com o interlocutor, o enunciado pode estabelecer relações dialógicas com a sua própria enunciação como um todo ou com partes isoladas, quando o locutor (autor) se separa de sua fala, como uma espécie de desdobramento da sua voz, assumindo diferentes posições enunciativas, incorporando outras situações de interação (outros gêneros) no enunciado (artigo).

A introdução dos gêneros intercalados assume um papel relevante na construção do ponto de vista do autor, pois permite a este refratar a sua fala, substituir o seu discurso

⁴⁵¹ Bakhtin, *O discurso no romance*, p. 124.

⁴⁵² Bakhtin, M. M. *Da pré-história do discurso romanesco*. In.: _____. *Questões de literatura e de estética*, 1993, p. 372.

⁴⁵³ Bakhtin, *O discurso no romance*.

direto para além do discurso relatado direto, indireto e o discurso bivocal. À diferença entre as formas do discurso relatado e bivocal, o autor não incorpora outras falas, mas, como dito, ele se desdobra enunciativamente, enuncia-se a partir de outras situações de interação, assumindo outras posições discursivas, que são incorporadas no artigo, dialogizando-o.

Os gêneros intercalados no artigo são relato (de fatos vividos, lidos, presumidos – são relatos cotidianos, ou seja, gêneros primários), provérbio, ditado e resumo, que são introduzidos e organizados de diferentes modos no artigo, estabelecendo com ele relações dialógicas. Os gêneros introduzidos, por se situarem nos limites do artigo, perdem a relação com a sua situação de interação, para se tornarem acontecimentos do artigo, transformando-se (pelo enquadramento), neste gênero, em maior ou menor grau, pois "no tiene lugar un cambio real de los sujetos discursivos"⁴⁵⁴ Mas, mesmo se situando nos limites do enunciado artigo, as relações entre os gêneros intercalados e o artigo são relações de sentido (dialógicas).

(222) Em 1957, a "Tribuna da Imprensa", depois da sessão da Câmara dos Deputados, era o lugar em que nos reuníamos para saber as maldades que o jornal soltaria no dia seguinte contra Juscelino. Odylo Costa, filho, o grande renovador da imprensa brasileira, era o secretário. Carlos Castelo Branco, articulista, já incorporara o título de mestre. Carlos Lacerda era dono e ícone, o santo guerreiro para uns, o demônio, a fera do Lavradio, o Corvo, e tudo o mais para aqueles que eram alvo de sua pena de fogo.

(...)

As interpretações foram as mais disparatadas. Uns viam uma sátira e buscavam carapuças; outro, uma mensagem cifrada aos golpistas que pululavam na cena política. Nada além do que uma tarde de tédio do grande jornalista. Um interlúdio para fazer pensar.

Recordo o fato e descubro (...). (AN3.1/FSP3.1)

(223) No auge do confronto entre oposição e governo, durante o regime de 1964, Ulysses Guimarães – a quem nunca faltou coragem e determinação, mesmo nos momentos mais graves – alertava: "Não podemos agir como Sansão, que, ao derrubar as colunas do templo, faz o teto desabar sobre a própria cabeça".

Não creio que o governador Itamar Franco esteja conscientemente querendo provocar o caos, com a desestabilização da economia nacional.

Quando derrubou as colunas do templo, Sansão estava cego. Não creio que o governador de Minas Gerais. (AN5.2)

⁴⁵⁴ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 262.

(224) Talvez a publicação, pelo Sunday Times de Rupert Murdoch, das memórias da sra. Robin Cook revelando detalhes da intimidade do ministro das Relações Exteriores, finalmente convença a maioria trabalhista do Parlamento a fazer alguma coisa para que a imprensa volte a seguir as leis. Quando Tony Blair formou seu governo, eu lhe disse que a mídia era o equivalente nos anos 90 dos sindicatos fora de controle dos anos 70. Os sindicatos haviam destruídos os governos de Wilson, Heath e Callaghan e continuariam erodindo a Constituição se Margareth Thatcher não os tivesse domesticado de uma vez por todas.

Agora, eu lhe disse, a mídia estava fazendo a mesma coisa: "Efetivamente destruiu o governo Major e vai destruir o seu também". Blair riu: "A mídia é algo com que temos de conviver", foi sua resposta confiante.

Quando eu apresentei a mesma questão a Peter Mandelson, recebi uma resposta semelhante. Não havia possibilidade de o Parlamento aprovar legislação restringindo a imprensa, disse ele, e de qualquer maneira medidas desse tipo não teriam resultados.

Tendo ouvido a mesma coisa a respeito dos sindicatos quando estávamos em campanha para a abolição de seus privilégios legais nos anos 70, contentei-me em esperar que os acontecimentos fizessem o serviço. E é o que está acontecendo agora. Os jornais de circulação nacional emergiram do Boteco da Última Chance (...). (OESP5.1)

Nos três exemplos acima, tem-se a intercalação do gênero relato no artigo. A incorporação do relato de fatos passados traz com ele o *ethos* da autoridade da experiência vivida do seu autor, do seu saber enciclopédico; incorpora ao artigo dados com os quais o articulista constrói e sustenta o seu ponto de vista, pois, mostrando-os como exemplos, ilustrações, coloca-os em relação com os acontecimentos presentes, que são o objeto do seu discurso. Em AN3.1/FSP3.1, o relato de uma situação das esferas político-jornalística é apresentada para a construção da avaliação que o autor faz de uma situação presente. Aliás, o final irônico do artigo só o é à medida que é relacionado com a temática do relato. Em AN5.2, o relato também cumpre a mesma função axiológica, pois o articulista se enuncia a partir de uma outra situação de interação para avaliar os acontecimentos políticos atuais. No artigo OESP5.1 tem-se a mesma situação: pelo relato, o autor faz uma analogia entre a situação passada dos sindicatos com a situação presente da imprensa.

Outro aspecto referente ao relato intercalado é que ele, no seu interior, também é dialogizado, pois nele estão incorporadas outras vozes, outros pontos de vista. No segundo exemplo, o articulista se apóia em uma outra voz (voz do político, Ulisses) para construir o seu ponto de vista, que já é também uma voz refratada (voz da Bíblia): articulista > político (Ulisses) > Bíblia. As relações dialógicas tornam-se complexas, conjugadas nos vários

planos do artigo. Ainda outro aspecto a ser observado é o das fronteiras e das formas de enquadramento (de sentido), que "mostram" o relato no artigo: " (...) Recordo o fato e descubro, (...)" (AN3.1/FSP3.1); "... Quando derrubou as colunas do templo, Sansão estava cego. Não creio que o governador de Minas (...)" (AN5.2); "... E é o que está acontecendo agora." (OESP5.1).

Outro gênero intercalado que pode ser encontrado no artigo é o resumo (com ou sem intercalação de discurso relatado direto ou indireto). O resumo difere do discurso relatado direto e indireto porque, enquanto nestes se tem apenas a incorporação de determinados trechos de um enunciado de um outro, no resumo tem-se a orientação para o enunciado total (oral ou escrito). O autor, no artigo, desdobra-se em uma outra função discursiva, que é a de "relatar" e de "resumir" um outro texto (enunciado) para o interlocutor, mas que, intercalado no artigo, entra como elemento constitutivo deste gênero para a construção do ponto de vista do autor. Aqui tem-se um caso de dupla bivocalidade: pelo desdobramento da função de locutor e pelo relato de um outro discurso: "relatar um texto com nossas próprias palavras é, até um certo ponto, fazer um relato bivocal das palavras de outrem; pois as 'nossas palavras' não devem dissolver completamente a originalidade das palavras alheias, o relato com nossas próprias palavras deve trazer um caráter misto, reproduzir nos lugares necessários o estilo e as expressões do texto transmitido."⁴⁵⁵

(225) Ganhei um livro no último Natal sobre os problemas da sociedade que envelhece. O estudo é de grande valor para um país como o Brasil, cuja população está envelhecendo a uma velocidade espantosa ("Maintaining Prosperity in an Ageing Society", OECD, 1998).

(...)

Não há país que apresente equilíbrio nas contas da seguridade social, o que levou a OECD a propor uma série de medidas, das quais destaco as seguintes:

1) Os sistemas de aposentadoria, a estrutura tributária e os programas sociais devem ser reformados de modo a remover os incentivos à aposentadoria precoce ; 2) as leis trabalhistas devem ser modificadas de forma a estimular e assegurar a atividade dos mais idosos; 3) os benefícios das aposentadorias devem ser compostos de um "mix" de recursos públicos e privados. (AN5.1/FSP5.1)

(226) O ponto básico da proposta de reforma tributária do governo é a criação do novo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

⁴⁵⁵ Bakhtin, *O discurso no romance*, p. 142.

Serviços), instituído, regulado e compartilhado pela União, porém arrecadado e fiscalizado pelos Estados. A incumbência desse imposto é substituir o ICMS estadual, o IPI, a Cofins, o PIS e o salário-educação, todos extintos pela proposta governista.

Como um dos objetivos é não diminuir a receita atual, o novo imposto deverá responder por uma arrecadação mínima de R\$ 100 bilhões, que corresponde ao somatório da receita dos tributos eliminados.

Para atingir tal volume de arrecadação, poderá ser necessário adotar alíquotas de até 40%. Na atual conjuntura, uma alíquota tão alta representará forte estímulo ao ilícito fiscal.

A proposta não torna o sistema tributário mais racional (...). (FSP4.3)

(227) Do ponto de vista ideológico, aparecem personagens tratando de demonstrar que o populismo é o regime político mais conveniente para a América Latina. Veja-se, por exemplo, a entrevista do cientista político mexicano Jorge Castañeda (Folha, 7/2), figura bastante influente nos meios intelectuais de esquerda. Castañeda saúda o triunfo de Chávez, conduzido ao poder pelo voto dos eleitores "não-brancos", e espera "que ele se transforme num verdadeiro populista latino-americano", missão que parece destinar também ao presidente Fernando Henrique. E nos explica que "a via de um partido operário à esquerda da social-democracia, que poderia ter sido concretizada no PT brasileiro ou no Partido Revolucionário Democrático (PRD) no México ainda não decolou".

Embora Castañeda aluda a um "populismo democrático", não são as instituições democráticas que caracterizam o populismo. (FSP6.1)

(228) Mutatis mutandis e observadas as devidas proporções, o tema mudanças climáticas também parece nuvem (não tratasse ele de questões atmosféricas). Dependendo de quem olha, muda a configuração. Parece uma coisa para ambientalistas preocupados com realidades que a maior dos cientistas aponta, uma outra situação para a parte de cientistas mais céticos, uma terceira para os representantes de governos que têm a espinhosa missão de negociar, concretamente, o que se vai fazer na prática para reduzir as emissões de poluentes que aumentam a temperatura da Terra e ameaçam mudar o clima do planeta e gerar catástrofes.

A maior parte dos ambientalistas – e cientistas que os apóiam – saiu decepcionada da reunião de Buenos Aires, onde se tentava, no âmbito da Convenção sobre Mudanças Climáticas, definir procedimentos para tornar viáveis as reduções de poluentes acertadas em Kyoto, em dezembro de 1997. Na opinião deles, praticamente nada se avançou.

Não se definiram regras para execução do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, pelo qual um país industrializado poderá financiar projetos que reduzam emissões em outro país em desenvolvimento (e descontar as emissões em seu balanço próprio de poluentes).

(...)

A maioria dos países industrializados continua sem assinar e/ou ratificar o Protocolo de Kyoto e no maior emissor, os Estados Unidos, ainda não se vislumbra o dia em que dois terços do seu Senado venham a aprovar as resoluções de Kyoto para que elas tenham efeito no território norte-americano. Tudo isso desaponta os ambientalistas.

Do ângulo de quem negocia diretamente essas questões, a nuvem parece diferente. (OESP3.2)

Nos exemplos, os resumos intercalados apontam para uma outra situação de interação (finalidade do resumo, sua concepção de autor, destinatário); como elementos composticionais do artigo, estabelecem a relação dialógica do autor com um outro enunciado e sua situação de interação: com um livro (AN5.1/FSP5.1), um projeto de lei (FSP4.3), uma entrevista (FSP6.1), uma reunião (OESP3.2). O gênero intercalado resumo tanto pode entrar na construção do movimento de assimilação como no de distanciamento (FSP6.1). As fronteiras internas do resumo no artigo (alternância interna do gênero intercalado no artigo) podem ser notadas em certos traços estilísticos e temáticos (de sentido) como: "levou a OECD a propor uma série de medidas, das quais destaco as seguintes" (AN5.1/FSP5.1); "Para atingir tal volume de arrecadação, poderá ser necessário adotar alíquotas de até 40%. Na atual conjuntura, uma alíquota tão alta representará forte estímulo ao ilícito fiscal" (FSP4.3); "Embora Castañeda aluda a um 'populismo democrático', não são as instituições democráticas que caracterizam o populismo." (FSP6.1); "Tudo isso desaponta os ambientalistas. Do ângulo de quem negocia diretamente essas questões, a nuvem parece diferente." (OESP3.2). No último exemplo, o resumo crítico quase se expande por todo o artigo.

Outros gêneros intercalados no artigo são o provérbio e o ditado popular. Diferentemente do relato e do resumo, onde há um desdobramento da posição da autoria, no provérbio há ao mesmo tempo a incorporação de uma outra voz, a do senso comum. Para Maingueneau⁴⁵⁶, na enunciação do provérbio, o locutor (o autor) apresenta-o como a retomada de um número ilimitado de enunciações anteriores, de todos aqueles locutores que já proferiram o provérbio. Dessa forma, o provérbio, tal como discutido anteriormente, com seu ar de *déjà vu*, seu tom sentencioso, funciona como um argumento de autoridade que o articulista incorpora ao seu enunciado.

(229) Não querervê-lo, é pretender esconder o sol com a peneira, como diziam os mais antigos. (AN5.3)

⁴⁵⁶ Maingueneau, *Analyser les textes de communication*.

(230) Aquela coisa que, no popular, se chama de pai para filho (6% ao ano e três décadas para pagar).(DC5.1)

(231) Mas lembre-se: quanto maior a altura, maior o tombo. (FSP3.2)

(231) É a prática do velho ditado "farinha pouca, meu pirão primeiro". (FSP4.3)

Embora parecido do ponto de vista formal com o discurso relatado direto, o provérbio, segundo Maingueneau⁴⁵⁷, difere daquele porque "dire un proverbe (...) c'est faire entendre à travers sa propre voix une autre voix, celle de 'la Sagesse des nations', à laquelle on attribue la responsabilité de l'énoncé. L'énonciateur n'explicite pas la source de cet énoncé: c'est au co-énonciateur d'identifier le proverbe comme tel". Mas, mais do que fazer entender uma outra voz através da sua, os provérbios podem ser vistos como um caso de intercalação de um gênero, onde o articulista se enuncia de uma outra situação de interação, a do provérbio. Ele funciona no discurso do autor como gênero cristalizado, em que gênero/acontecimento do enunciado se fundem e que o autor incorpora de maneira total (ou como um parte que representa a sua totalidade) no artigo.

Ainda, tal como Bakhtin observou na questão do romance, os gêneros intercalados podem determinar certos elementos do conjunto do artigo: seu estilo, sua composição etc. É dessa perspectiva que se pode tentar explicar o artigo "Emoções" (OESP3.1), que incorpora o estilo (estilização?) dos procedimentos poéticos (de poesia), tal como no trecho a seguir, em que se tem a presença da rima aliterada (ou aliteração): a coincidência das consoantes *f* e *s* no início das palavras. Essa relação dialógica com os procedimentos poéticos acompanha toda a composição do artigo.

(233) Se a saudade é recompensada, trocamos breves palavras, saudações, como vai, e seguimos desarvorados. A lufada de vento arranca folhas das plantas de nosso jardim. Num segundo somos estranhos a nós mesmos, enlevados pela poesia que reverbera na intimidade. Comungamos o que temos de melhor, sabor que o paladar experimenta, mas não retém.

(...)

Uma saudade. Funda, farta, forte, fértil. Ninguém desconfia. Eis a singularidade de nosso ser em sua liberdade mais plena. Agora somos plurais. Evocação de Deus, da(o) amada(o), do momento indelevelmente gravado. Sabor de viver. Mistério que só a intimidade vislumbra e, no

⁴⁵⁷ Maingueneau, *op. cit.*, p. 147-148.

entanto, nos transfigura por dentro e por fora. Saudável e saudosa saudade. Salve a memória! (OESP3.1)

O papel dos gêneros intercalados ainda pode assumir uma outra feição no artigo, que é a de não apenas marcar o seu estilo, como no exemplo acima, mas chegar a determinar o todo do artigo. O discurso direto do autor locutor, o articulista, é substituído por uma outra voz, um outro locutor, criando o efeito de um outro cronótopo, de uma outra concepção de autor e destinatário, intercalados na situação de interação do artigo. Para Bakhtin, "a ausência do discurso diretamente referencial é um fenômeno comum. A última instância significativa, a idéia do autor, não está realizada no discurso direto deste mas através de palavras de um outro, criadas e distribuídas de certo modo como palavras de um outro."⁴⁵⁸ É essa a situação dos artigos "Querido padre Marcelo Rossi" (FSP3.2) e "Pedra de toque" (OESP5.2), que assumem a forma do gênero intercalado carta.

(234) Querido padre Marcelo Rossi [título]

Rezo por você todo dia. Primeiro, para que seu trabalho dê frutos, "cem por um", como quer Jesus. Considero-o positivo no que concerne ao reavivamento espiritual, ao consolo dos aflitos, à cura dos enfermos, ao reencontro da fé. Como é bom ver aquela multidão em júbilo, num momento de graça!

(...)

Reze também por mim, um católico com muita vontade de se tornar cristão. [fim do texto] (FSP3.2)

(235) Caro Kenzaburo Oe, Foi uma grande satisfação para mim receber sua carta, algo que de certa forma eu esperava porque, depois daquele almoço em Tóquio, em 1979 – já faz 20 anos! –, vimo-nos apenas um par de vezes, mas desde então continuei conversando com você, por meio de seus livros que em todos estes anos tenho estado lendo nas traduções em espanhol, inglês ou francês, quando ficaram ao meu alcance.

(...)

A inocência sobreviverá neste terceiro milênio para cuja inauguração nos preparamos? São muitos os motivos em nosso milênio para inclinarmo-nos a temer que não. Mas, por sorte, há também alguns que nos permitem alimentar esperanças. Sua obra é uma delas.

Um abraço de seu leitor e amigo, Mario Vargas Llosa. (OESP5.2)

⁴⁵⁸ Bakhtin, *Problemas da poética de Dostoiévski*, p. 188.

Nos dois casos, o artigo assume a forma do gênero carta. O segundo exemplo, com mais características formais de carta que o primeiro (forma de introdução, fechamento), marca-se como constituindo uma resposta a uma outra carta, situação de interação onde aquele a quem o enunciado responde é também aquele a quem o autor se dirige.

El destinatario del enunciado puede coincidir *personalmente* con aquel (o aquellos) a quien responde el enunciado. En un diálogo cotidiano o en una correspondencia tal coincidencia personal es común: el destinatario es a quien yo contexto y de quien espero, a mi turno, una respuesta. Pero en los casos de coincidencia personal, un solo individuo cumple con dos papeles, y lo que importa es precisamente esta diferenciación de roles.⁴⁵⁹

Nos dois exemplos, há um desdobramento do papel do autor, que se enuncia de uma outra situação de interação, sendo o texto todo construído em cima de um "suposto autor"⁴⁶⁰ e um suposto leitor: as marcas de primeira pessoa ("Talvez o anacrônico seja eu, que jamais aceito convites para aparecer na TV" (FSP3.2); "Eu não sabia que o Pen Club japonês se negou nos anos 70 a protestar contra a perseguição ao poeta coreano Kim Ji Ha" (OESP5.2)) não são marcas de discurso relatado direto, nem as do autor; também as marcas lingüísticas de interpelação do leitor ("Espero que você não se torne prisioneiro da própria imagem e possa se sentar com sua família (...)" (FSP3.2); "Para mim, sempre foi inquietante o tema, mencionado em sua carta, da cumplicidade de alguns escritores com os estragos que o fanatismo religioso ou político causa." (OESP5.2)) não se referem ao leitor do artigo. Mas, pela situação de interação, o leitor do jornal interpreta que o enunciado, mesmo em forma de carta, não é esse gênero cotidiano, mas um gênero jornalístico, o artigo. O leitor interpreta essa situação como um caso de *reacentuação de gênero*.

Nas situações em que o gênero intercalado determina a composição do conjunto do texto, é como uma outra janela genérica (de gênero) que se maximiza sobre a do artigo: sua composição, seu estilo, por exemplo, são de um outro gênero; entretanto, pela ancoragem do texto (texto) na situação de interação, ou melhor, pela dimensão social do texto (enunciado), está-se diante de um artigo, mas cujo gênero intercalado implantou naquele a sua dimensão verbal.

Por fim, há ainda um outro caso nos dados que se poderia tentar interpretar a partir da noção da heterogeneidade genérica, do ponto de vista da formação histórica dos gêneros

⁴⁵⁹ Bakhtin, *El problema de los géneros discursivos*, p. 286.

⁴⁶⁰ Bakhtin, *O discurso no romance*.

ou do ponto de vista do seu funcionamento. Como sempre foi destacado no curso da análise do gênero, as regularidades se constituem como certas características encontradas para o artigo, como uma certa tendência do gênero, mas que vão se manifestar em um grau maior ou menor em cada enunciado individual. Dito de outro modo, cada enunciado artigo pode se encontrar, em uma escala gradual, mais ou menos próximo dessas características levantadas, compartilhando com outros enunciados artigo um conjunto maior ou menos de traços semelhantes.

A noção em torno da finalidade discursivo-ideológica do artigo na esfera jornalística, seu espaço de circulação em determinada seção do jornal, sua concepção de autor e destinatário, fizeram com que se considerasse o artigo e o ensaio como gêneros distintos na comunicação jornalística, apesar de apresentarem traços de gênero próximos, como o seu autor implicar uma pessoa externa ao jornal, na figura de colaborador⁴⁶¹. Entretanto, os artigos "Ciência arte" (AN4.3), "Os malefícios do tabagismo" (AN6.1) e "Aids e as drogas" (DC6.1) são casos em que essa individuação entre os dois gêneros parece se diluir.

(236) No campo da pesquisa comportamental, a psicanálise é uma ciência que vem em auxílio de outras áreas de estudo que tratam do comportamento humano e neste final de século estão adquirindo importância sempre maior.

O estudo da natureza humana, de seus impulsos, vontades, emoções e reações sempre fascinou o homem (...) saber a origem e as motivações de seus atos. (AN4.3)

(237) Em todas as partes do mundo, a disseminação do vírus da imunodeficiência humana, o HIV, continua em ritmo alarmante. Essa pandemia criou um impacto dramático e freqüentemente devastador em muitos países. Embora muito se tenha aprendido sobre essa doença, os pesquisadores não têm previsão de cura no futuro imediato, prevendo-se que seja crescente o número de indivíduos infectados com o HIV. (DC6.1)

Do ponto de vista histórico, essa mescla poderia ser vista como um traço remanescente dessa proximidade entre esses dois gêneros (um princípio histórico comum?). Entretanto, a autoria inscrita no ensaio é a do colaborador cientista, condição que a autoria firmada (empresário) no artigo "Os malefícios do tabagismo" (AN6.1) não

⁴⁶¹ Lembrando-se que Melo, apesar de apontar um série de diferenças entre ambos, considera o ensaio como uma "espécie" de artigo.

preenche. Já nos outros dois enunciados, a autoria firmada (professor universitário) preenche essa condição. Melo⁴⁶² e Vivaldi⁴⁶³ observam que o ensaio – cuja finalidade é a de divulgação e sumarização de novas descobertas científicas ou a de educação, no sentido de levar os leitores à adoção de novos conhecimentos e ao emprego de novas descobertas – pode aparecer nas edições diárias dos jornais, o que corroboraria a idéia de que se está diante do gênero ensaio. Nesses exemplos, sua circulação na seção de opinião ocorreria em função do porte menor dos jornais onde os enunciados citados foram publicados, o *A Notícia* e o *Diário Catarinense*, razão pela qual o ensaio circularia no mesmo espaço do artigo. Outra opção seria a de se interpretar esses exemplos como um caso de intercalação de certos traços do ensaio no artigo, traços esses com características mais pedagógicas que científicas.

Em síntese, o processo de intercalação de gêneros no artigo funciona como uma estratégia discursiva que possibilita ao autor se enunciar a partir de outros lugares enunciativos, dialogizando também o gênero e construindo a sua orientação axiológica. A reação-resposta ao já-dito e a presença dos gêneros intercalados se no romance funcionam como estratégias ou modos de organização do plurilingüismo, no artigo, funcionam como estratégias ou modos de construção da opinião do autor, da argumentação no enunciado, que não é um ato solitário deste face ao seu objeto, mas um ato dialógico. Essa reação aos enunciados já-ditos, pré-figurados, como visto, marca-se de modo diversificado no artigo: de maneira mais explícita, implícita etc.

As diferentes formas de incorporação dos outros enunciados, os gêneros intercalados apontam para a elasticidade e plasticidade dos gêneros, para a própria essência da sua forma, ou seja, a relativa estabilidade da sua parte verbal. Ainda, mostram que a dimensão verbal não é o todo do enunciado, do gênero, mas uma parte, que tem de estar articulada com a dimensão social, a situação social de interação.

7 Em torno da "assinatura"

O gênero artigo constitui-se como uma reação-resposta do seu autor face aos acontecimentos sociais do momento. Essa resposta, como visto neste capítulo, não se

⁴⁶² Melo, *A opinião no jornalismo brasileiro*.

⁴⁶³ Vivaldi, *Generos periodisticos*.

constrói sem se relacionar com a palavra do outro (os enunciados já-ditos e os pré-figurados), refutando-a, tomando-a em conta, refratando-se nela, encontrando-se incorporada ou refletida de diversas maneiras na dimensão verbal do artigo. Mas, e na arregimentação desses outros discursos, no mosaico enunciativo que constituem, como se expressa a "última instância semântica do autor"⁴⁶⁴ nesse gênero?

Nas suas diversas máscaras, o autor pode se manifestar de forma totalmente refratada, como em FSP3.2 e OESP5.2, onde gênero intercalado carta "impõe" a sua composição e o seu estilo: as formas de primeira pessoa do singular e plural, por exemplo, não se referem à autoria do artigo, mas representam a fala de um "suposto autor", posto em cena pelo/no artigo.

(238) Rezo por você todo dia. Primeiro, para que seu trabalho dê frutos, "cem por um", como quer Jesus. Considero-o positivo no que concerne ao reavivamento espiritual, ao consolo dos aflitos, à cura dos enfermos, ao reencontro da fé. Como é bom ver aquela multidão em júbilo, num momento de graça!

O que me atemoriza é ver um padre pop star. Talvez o anacrônico seja eu, que jamais aceito convites para aparecer na TV. (FSP3.2)

(239) Para mim, sempre foi inquietante o tema, mencionado em sua carta, da cumplicidade de alguns escritores com os estragos que o fanatismo religioso ou político causa. (...)

Eis por que, depois de também haver sonhado, quando jovem, com a sociedade perfeita, há 30 anos me convenci de que é preferível, para a sobrevivência da civilização humana, conformar-se com os avanços lentos e maçantes da democracia a buscar a inacessível utopia que produz hecatombes. (OESP5.2)

Ainda, a "última instância semântica do autor" pode se manifestar pela indeterminação lingüística da autoria. É o caso dos artigos AN6.1 e FSP4.3. Mesmo não se tendo nenhuma marca explícita de primeira pessoa remetendo a uma instância enunciativa, sente-se o trabalho e a responsabilidade da autoria na organização do enunciado, que se "marca" nessa estratégia estilística.

(240) Com o fumo, a guerra será mais difícil. No caso da Aids, as pessoas não precisam se privar do prazer do sexo. Em relação ao cigarro, elas terão de abandonar um hábito para desfrutar o prazer de viver mais

⁴⁶⁴ Bakhtin, *Problemas da poética de Dostoiévsky*.

tempo. Isso será demorado. Mas parece não haver outro caminho. (AN6.1)

(241) Como positivo, poder-se-ia citar o fato de a proposta acabar com a guerra fiscal, ao estabelecer alíquota uniforme do novo ICMS. Entretanto, o simples anúncio da idéia já desencadeou pelo país uma disputa desmedida entre os Estados para atrair investimentos e, com isso, minorar os efeitos perversos da crise econômica nacional sobre o emprego. É a prática do velho ditado "farinha pouca, meu pirão primeiro". (FSP4.3)

Como uma certa preferência genérica, no entanto, a manifestação da autoria marca-se pela presença da primeira pessoa do plural ou da primeira pessoa do singular articulada conjuntamente com a primeira do plural (nos dados não se teve nenhum artigo onde se tivesse só a marcação da primeira pessoa do singular). No caso da primeira pessoa do plural, essa projeção da autoria pode implicar a assimilação do leitor ao artigo (AN4.1, OESP4.2); pode ainda, em certos artigos, tratar-se de um plural de modéstia (AN4.3, OESP4.1); ou de um *nós* que não inclui o leitor, mas um outro locutor incorporado/assimilado à perspectiva do autor (DC4.1, FSP5.2). Essa situação discursiva pode ser observada nos exemplos a seguir.

(242) E o respeito aos direitos humanos, aqui entendidos de forma mais ampla, abrangendo o acesso de todos os cidadãos a uma vida mais digna, é condição essencial para ingressarmos no próximo milênio com plenas condições de conquistar o desenvolvimento. (AN4.1)

(243) O inusitado encontro de Fernando Henrique com Lula é sinal dos tempos difíceis que vêm por aí. Com 1999 em recessão, juros ainda muito altos e desemprego disparando, o governo e o País estão reduzidos à expectativa de que o próximo ano seja apenas uma dura transição para 2000 um pouco melhor. As circunstâncias nos deixam, pois, apenas a alternativa de torcer por um mal menor; além de agüentar o coro dos pessimistas, que garantem o desastre inevitável. (OESP4.2)

(244) Sumariamente, poderíamos dizer que a psicanálise consiste em: 1) um método de investigação do inconsciente; 2) uma psicoterapia baseada nesse método, chamada "talking call"; 3) um conjunto de teorias e normas (...). (AN4.3)

(245) Em 3/6/98, o Senado aprovou a Lei nº 9.656, reconhecidamente cheia de erros e equívocos técnicos e conceituais, com o compromisso de fazer correções gradativas capazes de aperfeiçoá-la.

Manifestamos, naquela ocasião, que era muito mais lógico esgotar o esforço corretivo antes de aprová-la para promulgar-se uma lei já adequada. (OESP4.1)

(246) É olhando para o futuro que traçamos o perfil do que queremos. A busca incessante do amanhã tem caracterizado tanto nossa trabalho, que já se transformou em lema. É no futuro que projetamos as experiências do passado e pomos as necessidades e os desejos do presente. Tanto que, no presente momento, tudo o que queremos é qualidade. A universidade agora, e já há algum tempo, tem tido a qualidade como grande meta a ser perseguida. [autor: reitor + universidade] (DC4.1)

(247) A Fiesp/Ciesp compartilha com a sociedade a forte preocupação com a possibilidade de que a inflação volte a subir, como efeito da desvalorização. Por isso mesmo, declara-se explicitamente inimiga da indexação (esse perverso agente inflacionário) e defensora da estabilidade da nossa moeda. Voltar atrás seria o pior dos mundos.

As nossas entidades estimulam os associados para que se esforcem a fim de manter estáveis os níveis dos preços dos produtos e insumos industriais. E fazem um apelo ao governo: os preços públicos não podem dar um mau exemplo ao mercado. [autor: presidente da Fiesp/Ciesp + Fiesp/Ciesp] (FSP5.2)

A presença da primeira pessoa do plural pode, em um mesmo artigo, marcar-se como um caso de plural de modéstia, inclusão ou exclusão do leitor e ainda como uma marca de um locutor dentro de um gênero intercalado⁴⁶⁵. Também pode se manifestar de uma maneira mais ostensiva ou discreta no artigo.

Por fim, como mencionado antes, a projeção da autoria pode se manifestar lingüisticamente pelas marcas de primeira pessoa do singular⁴⁶⁶ e plural conjuntamente no artigo, onde a primeira pessoa do plural pode assumir as diferentes nuances de sentido já discutidas.

(248) Não creio que o governador Itamar Franco esteja conscientemente querendo provocar o caos, com a desestabilização da economia nacional.

(...)

No caso da declaração mineira, além de provocar a evasão de capitais externos e a desvalorização do real (...), provocou uma onda de descrédito no Brasil, com a sensação, lá fora, de que nossa País é ingovernável. (AN5.2)

⁴⁶⁵ "No auge do confronto entre oposição e governo, durante o regime de 1964, Ulisses Guimarães (...) alertava: 'Não podemos agir como Sansão (...)"'. (AN5.2).

⁴⁶⁶ Como na primeira pessoa do plural, pode-se ter marcas de primeira pessoa do singular, por exemplo, nos gêneros intercalados, que são marcas de um locutor, mas que não podem ser atribuídas como expressando a instância enunciativa do articulista: "Ele completou: 'A situação está tão confusa e eu tão desolado que não tenho outro assunto senão os animais'." (AN3.1/FSP3.1)

(249) Quando assumi a prefeitura de Joinville, tratei, logo na primeira semana, de propor à Câmara uma reforma administrativa nesse sentido. Por isso, mesmo com todas as dificuldades de conjuntura, temos nos distinguido por poder transformar Joinville num canteiro de obras, não obstante tenhamos concedido um aumento linear a todo os servidores e venhamos pagando em dia os salários. Aliás, Joinville foi o primeiro governo, em todo o país, a pagar integralmente o décimo terceiro salário. No dia 27 de outubro.

Se todos fizerem a lição de casa, o déficit público será controlado. Mas, se os Estados não quiserem pagar suas dívidas, o governo federal só terá uma saída: aumentar impostos. E nós, cidadãos, é que pagaremos a conta. (DC5.1)

(250) Daí decorre o que classifico como os cinco ralos de sonegação e evasão fiscal existentes no Brasil.

São eles: a) O sonegador relapso. (...) b) O inadimplente. (...) c) Evasão fiscal por via judiciária. (...) d) Evasão fiscal pela ignorância legal. (...) e) Evasão fiscal pelo cidadão anarquista. (...)

(...)

No Congresso constituinte de 1988, tentamos aprimorar o sistema tributário, mesmo sem poder partir para uma reforma total; mas evoluímos pouco. (FSP4.2)

(251) Quando falo em 100% em relação à Argentina e 150%, ao Paraguai é porque a carga tributária do Brasil é o dobro da incidente na Argentina e o triplo da do Paraguai.

(...)

Pagamos tributos para sustentar uma máquina administrativa que não gera riqueza, mas atraso, na medida em que é criadora de obstáculos, a título de controlar o "cidadão", afastando desenvolvimento, investimentos e destruindo a produção e o emprego. (OESP6.1)

Essa opção genérica pela manifestação da primeira pessoa do discurso é uma questão de estilo que, até de certo modo, contraria as normas de redação de alguns manuais. No *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*, há o estabelecimento de normas a respeito do uso dos pronomes pessoais, algumas das quais já mencionadas no capítulo anterior. Referindo-se à produção dos textos jornalísticos, há a instrução de que o jornalista não deve usar formas pessoais no texto, como: "*Disse-nos o deputado*", "*Em conversa com a reportagem do Estado*". Construções como estas são cabíveis em comentários, crônicas e editoriais, mas nunca no noticiário. Segundo o jornal, "o recurso à **primeira pessoa** só se justifica, em geral, nas crônicas"⁴⁶⁷, ou em casos especiais, quando o repórter figura como testemunha. No verbete *pronomes retos*, na seção dos casos especiais, quanto ao uso do pronome *eu*, tem-se que textos especiais, como crônicas,

artigos etc. podem usar a primeira pessoa como uma "forma de expressão", mas que "convém evitar, a todo custo, o recurso expressivo ao *eu*, que dá uma desagradável sensação de narcisismo"⁴⁶⁸. Editorialistas, articulistas e autores costumam usar o *nós* plural de modéstia em lugar do *eu*.

A presença das marcas lingüísticas de primeira pessoa (singular ou plural), no entanto, não deve levar a crer que se esteja diante de um "discurso subjetivo", diferente de um discurso objetivo, cuja característica seria a ausência das marcas de primeira pessoa. Como observa Kerbrat-Orecchioni⁴⁶⁹, a subjetividade se manifesta através da impessoalização, da mesma maneira que a objetividade do discurso pode se marcar pelo *eu*. Grange, citado por Cervoni⁴⁷⁰, sublinha que o *eu*, considerado como marca por excelência de subjetividade, deixa de sê-lo em muitas situações. Por exemplo, o *eu* do poeta é ambíguo, podendo se manifestar como traço do eu do poeta, mas também um traço da poesia lírica, que remete ao estatuto social do Poeta.

Com a presença das marcas lingüísticas de primeira pessoa (singular ou plural) no artigo tem-se uma situação análoga, uma vez que, pelo cronotopo desse gênero, elas não se inscrevem em uma situação de interação de caráter pessoal, subjetivo. Essas marcas têm sua função discursiva própria, funcionando como um recurso de autoridade, pois fazem menção ao autor do enunciado e a sua posição social de destaque: é o articulista que fala, que tem boas razões para dizer o que diz (elas remetem a um discurso de autoridade).

A articulação da presença da autoria também se marca no artigo através da assinatura e do pé biográfico (nome do articulista informações sobre ele). Esses elementos costumam apresentar-se na composição textual do artigo da seguinte maneira:

Jornais: AN, FSP, OESP	Jornal: DC ⁴⁷¹
Título	Título
Nome do articulista (assinatura)	Nome do articulista (assin.) + Pé biográfico
"Texto"	"Texto"
Pé biográfico	

Figura 7: Lugar de manifestação textual da assinatura e do pé biográfico

⁴⁶⁷ Martins Filho, *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*, p. 18.

⁴⁶⁸ Martins Filho, *op. cit.*, p. 241.

⁴⁶⁹ Kerbrat-Orecchioni, *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*.

⁴⁷⁰ Cervoni, *A enunciação*.

⁴⁷¹ No jornal impresso encontra-se a mesma ordem textual dos outros jornais, mas sem o nome próprio do articulista após o título do artigo.

Aqui é necessário um parêntese para identificar duas diferenças entre o artigo veiculado pelo jornal e pela Internet. No *O Estado de S. Paulo*, no período da coleta de dados, o jornal na Internet apenas trazia o nome do autor, sem mais outras informações. Posteriormente, com a reformulação do jornal na rede, o pé biográfico passou a ser publicado, ratificando-o como um elemento constitutivo importante desse gênero. No *Diário Catarinense*, na Internet, não se encontra o desenho do rosto do autor, que normalmente acompanha o artigo no jornal impresso. Do ponto de vista da análise do gênero artigo, essa diferença acaba tendo que ser notada, pois é um elemento semiótico de identificação relevante da autoria que não se tem no artigo veiculado na Internet.

A reflexão que se levanta é que elementos como a assinatura e o pé biográfico podem ser vistos como externos ao texto (como elementos paratextuais) apenas em uma perspectiva de análise que considera a situação social como "contorno" do texto (o texto-texto, como abordado no primeiro capítulo). Entretanto, quando se considera o texto como enunciado (texto-enunciado), o gênero enquanto *tipo* histórico de enunciado, a assinatura e o pé biográfico acabam se constituindo também partes do texto (enunciado) e do gênero, indispensáveis a sua interpretação.

Contrariamente à posição de Rabaça e Barbosa⁴⁷², que afirmam que o artigo "geralmente" é assinado, não é o que ocorre na prática discursiva. Na comunicação jornalística, tem-se uma característica constante, confirmada pelos manuais de redação: o artigo sempre é assinado e é acompanhado do pé biográfico. A assinatura (o nome completo do autor, que nos enunciados impressos, *online* assume esse papel) tem, entre outras, uma função jurídica: ela identifica e responsabiliza juridicamente o autor. Do ponto de vista legal, é ao articulista que é imputada a responsabilidade pelas posições enunciadas no artigo. Discursivamente, a assinatura inscreve o autor no artigo (enunciado), mostra-se como uma "*marca de autoridade e compromisso*"⁴⁷³ dele com o seu enunciado. Também estabelece o vínculo entre o articulista e o seu texto, e a relação intrínseca entre a postura do autor prevista no gênero e o autor concreto, mostrando-se como o "selo da individualidade" do autor do enunciado.

O pé biográfico, composto pelo nome do autor, profissão, cargo ou função que ocupa o articulista, acrescido da sua idade, no jornal *Folha de S. Paulo*⁴⁷⁴, também é um elemento

⁴⁷² Rabaça, Barbosa, *Dicionário de comunicação*.

⁴⁷³ Furlanetto, M. M. *Autoria, a recusa do impossível?*, p. 13.

⁴⁷⁴ Quando o articulista pertence à equipe do jornal (articulista fixo), a *Folha de S. Paulo* não publica o pé biográfico.

importante na construção do sentido do artigo, pois traz indicações da autoria, ou melhor, funciona como uma biografia-síntese do articulista: quem fala no artigo, de que lugar social ele se enuncia etc. Entretanto, pela constituição sócio-discursiva da autoria no artigo, o pé biográfico também funciona como um recurso à autoridade, pelo fato de mostrar o caráter de prestígio social e midiológico do autor. A relevância desse elemento do gênero artigo pode ser exemplificada com os dados do jornal *O Estado de S. Paulo* na Internet. Como mencionado antes, na época da coleta dos dados, os artigos não continham o pé biográfico; no entanto, posteriormente, os artigos passaram a ser acrescidos desse elemento, mostrando, por essa atitude, o seu caráter de elemento constitutivo desse gênero.

(252) **João A. F. Araújo**, consultor para o desenvolvimento humano e organizacional / jaraujo@akros.com.br (AN6.3)

(253) ANDERSON NUNERBERG
Professor da UFSC (DC6.1)

(254) Emerson Kapaz, 43, é deputado federal pelo PSDB-SP, vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e conselheiro da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais). Foi secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. (FSP6.3)

(255) Carlos Alberto di Franco, diretor do Master de Jornalismo para editores e professor de Ética Jornalística, é representante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra no Brasil. (OESP6.2)

Dessa forma, orientados para o leitor, a assinatura e o pé biográfico funcionam discursivamente como elementos de leitura, constituindo-se como índices importantes para a construção da orientação temática do gênero e do sentido dos enunciados singulares. Eles como que ratificam o discurso do autor. Furlanetto⁴⁷⁵, comentando a respeito da autoria e da assinatura, diz que esta "poderia ser vista como a duplicação (ou a redundância) de seu [do autor] estilo". Situação semelhante ocorre com o pé biográfico. O papel da autoria do artigo, "marcado" na função da assinatura e do pé biográfico, confirmam a posição de Vivaldi, citado no capítulo anterior: é a "firma" do autor que conduz o interlocutor para a leitura do artigo.

⁴⁷⁵ Furlanetto, *op. cit.*, p. 10.

Portanto, pensando-se globalmente na constituição de um jornal, pode-se mesmo propor que certos gêneros, como o artigo e o comentário, a partir da sua finalidade discursiva na comunicação jornalística e da sua concepção de autoria, funcionam, no conjunto do jornal, como a sua "comissão de frente"⁴⁷⁶: neles é permitida uma certa "transgressão" a determinadas normas de redação impostas pelo jornal (por exemplo, o uso de palavras vetadas pelo jornal, de ironia (com cautela), de adjetivos, de marcas de primeira pessoa etc.; são textos que podem (e devem) ser assinados por seu autor). É em cima deles que o jornal constrói seu discurso de instituição que se abre para a manifestação da opinião externa ao jornal, de pluralidade ideológica, embora se saiba que a publicação do artigo passa pelo crivo da aprovação da equipe editorial. A diferença de concepção do trabalho da autoria nesses gêneros para outros, como a notícia, pode ser ilustrada com uma passagem retirada dos dados da tese de doutorado de Bonini:

(...) Como eu sou repórter, é sempre o texto noticioso. Então, eu penso nesse, obviamente. Né? Agora, não penso em ficar variando até porque não dá. O jornal que eu trabalho não deixa. A *Folha* não deixa. Né? Várias vezes, tentei escrever isso de outras maneiras, com uma linguagem um pouco diferente, dentro do texto jornalístico também, mas menos rígido dentro do manual de redação, não passou pelo editor. Ele falou: "óh, reescreve, que não estão (xxx). Você não é o Arnaldo Jabor. Então, reescreve que isso não passa".⁴⁷⁷

Fechando com os aspectos em torno da assinatura e da autoria, neste capítulo, foram discutidas questões que, articuladas com a contrapartida social do artigo, configuram determinados aspectos de funcionamento da dimensão verbal desse gênero na esfera da comunicação jornalística.

⁴⁷⁶ Marcondes Filho, em *O capital da notícia*, usa a expressão de Peter Kammerer alcunhada para definir o papel dos intelectuais no Partido Comunista Italiano, "estrelas de Mercedes", para sintetizar o papel que alguns jornalistas assumem na comunicação jornalística, devendo-se acrescentar nessa analogia também papel dos articulistas.

⁴⁷⁷ Bonini, A. *O conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais: uma contribuição à teoria das superestruturas textuais*, 1999, p. 136. Os grifos foram acrescentados à citação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de análise do gênero artigo, por questões teórico-metodológicas, separou-se a análise das suas dimensões social e verbal em capítulos diferentes. Especialmente no que se refere à dimensão verbal, o trabalho não pretendeu ser exaustivo, apresentar todas as características desse gênero, mas orientar-se para aquelas que, pela fundamentação teórica e pela metodologia de análise seguidas, foram se mostrando como produtivas e relevantes para a interpretação do artigo, considerando-se o texto como enunciado e o gênero do discurso como *tipo* histórico de enunciado, e isso tendo como fundamento a concepção bakhtiniana da linguagem como *interação*. Assim, a heterogeneidade da dimensão verbal dos dados, levantada na introdução do trabalho, ao invés de ser um problema ou um complicador para a análise, um quadro de exceções àquilo que se buscasse como "regras", "normas" do gênero, mostrou-se como um "sintoma" da própria relativa estabilidade do gênero artigo e até da própria concepção do que seja o gênero, do seu funcionamento no conjunto da atividade e da comunicação humanas (embora não se possa negar que essa heterogeneidade seja assustadora e até desanimadora para uma pesquisa de doutorado).

Também quer-se ressaltar novamente que os aspectos da dimensão verbal considerados não podem ser vistos como regras de construção do artigo, como uma análise padrão, mas como tendências (dinâmicas e em processo de desenvolvimento), como certos traços do seu funcionamento verbal, indissociáveis das suas especificidades sociais. Procurou-se manter no horizonte de análise o aspecto da plasticidade, do dado e do novo dos gêneros do discurso, ou seja, do seu caráter em construção, defendido por Bakhtin. O gênero "orienta" a produção e a interpretação do enunciado ao mesmo tempo que o

acontecimento do enunciado promove a continuidade e a modificação do gênero, sendo que nisto consiste a sua vida.

Assim, na verdade, tem-se uma relação inextricável entre as dimensões social e verbal do enunciado, que formam a sua unidade, e do enunciado singular e o seu gênero (que só podem ser separados para fins de análise). Em resumo, tal como discutido no decorrer do trabalho, a situação social não é uma dimensão que apenas envolve o artigo. Também não tem sua razão de ser sem a sua contrapartida verbal. Ela precisa se semiotizar. Por outro lado, a dimensão verbal do artigo também não é apenas um reflexo, um espelho da situação de interação. Mas, no entanto, só adquire seu sentido em articulação com a sua contraparte social. O gênero "acaba" uma situação de interação. Essa relação imbricada entre o verbal e o social foi o que se buscou manter na análise do gênero artigo, apesar da divisão formal nos capítulos da tese. A análise e a descrição dessas duas dimensões do artigo se completam (aproximando-se, em alguns procedimentos metodológicos, da análise que Bakhtin faz do romance de Dostoiévski). Por exemplo, o caráter de prestígio social da posição da autoria tende a se "marcar" e a produz esse efeito através da presença do pé biográfico, da assinatura e, inclusive, das marcas lingüísticas de primeira pessoa.

A apreensão do sentido dos artigos individuais (enunciados) é possível porque há certas regularidades genéricas do artigo. Dito bem, são regularidades, não regras capazes de fornecer listas estatísticas de determinados aspectos formais do artigo, ou uma descrição "modelar" de gênero, que implicaria considerá-lo um molde (fórmula) no qual fosse possível o autor colar o seu discurso. As regularidades foram consideradas como certos traços recorrentes da situação de interação na comunicação jornalística e dos enunciados individuais. No âmbito dessas regularidades sócio-discursivas é que se pode dizer que um enunciado particular investe-se mais ou menos de determinadas características do gênero artigo.

É certo que há gêneros mais padronizados, consequência da própria situação de interação mais estabilizada ou do processo de ensino sistematizado. Não é o caso do artigo. Como interpretar os textos FSP3.2 e OESP5.2, cuja construção composicional assume a forma do gênero intercalado carta, como sendo artigos fora da sua situação de interação? Até se pode questionar a menção a esses dois exemplos, uma vez que representam uma pequena proporção no conjunto dos dados, embora significativa para a compreensão desse gênero, uma vez que o artigo permite essa variação composicional. No entanto, excluídos

esses dois exemplos mais extremos, confirma-se que prevalecem entre os artigos analisados os que requerem a dimensão social para serem compreendidos e interpretados como tais. Ou seja, volta-se à similitude de certos traços lingüístico-textuais entre gêneros próximos em uma dada esfera e, principalmente, à questão da dimensão social como elemento constitutivo do gênero e do enunciado, como demonstrado na análise e descrição do artigo. A constituição histórica e a diferenciação do gênero concretiza-se na sua relação com o seu lugar de produção e de circulação, em resumo, no seu *cronotopo* dentro de uma determinada esfera social. É a partir desse lugar discursivo que é possível apreender matizes de singularidades dos diferentes gêneros. Portanto, limitar a pesquisa do artigo apenas à análise da sua dimensão verbal não alcança a apreensão do funcionamento do gênero.

Então, foi a partir da sua finalidade sócio-ideológica (finalidade sócio-discursiva) na esfera da comunicação jornalística que se buscou apreender matizes do gênero artigo, pois *o signo e a situação social em que se insere estão indissoluvelmente ligados*. É no seu horizonte cronotópico que o funcionamento verbal do artigo tem/faz sentido, que ele completa o sentido do artigo. Nessa perspectiva, o *cronotopo* do artigo constitui a sua maior regularidade, o lugar da apreensão das suas especificidades genéricas (de gênero): finalidade ideológico-discursiva, espaço/tempo de circulação na comunicação jornalística, concepção de autor e destinatário.

Resumindo o que se discutiu nos capítulos de análise, pode-se considerar que o artigo jornalístico veiculado por jornais ou pela Internet constitui-se como um gênero cujas particularidades se encontram no fato de ele próprio já se constituir como uma reação-resposta aos acontecimentos sociais do momento histórico e de interesse da comunicação jornalística, que, na maioria das vezes, estão ligados à esfera político-econômica ou, de um modo mais amplo, ao que se poderia denominar como os acontecimentos de interesse do homem da *polis*. Ele se apresenta como um posicionamento-resposta, ou melhor, como um comentário avaliativo do seu autor sobre esses acontecimentos. Pela projeção da concepção da autoria, esse comentário torna-se objeto de interesse (de certa forma, é notícia) do jornal e dos seus leitores. E é na sua concepção da autoria que se encontra outro dos seus traços particularizadores, pois o artigo representa o ponto de vista de uma autoria externa ao jornal, na figura de um colaborador, embora a empresa se constitua como um autor interposto. Ser um autor articulista implica possuir certos traços que o distinguem dos outros participantes-leitores (e ainda da autoria dos outros gêneros da esfera jornalística): é

preciso ser um leitor autorizado para assumir esta posição de autoria, ter projeção social e midiológica. Está-se diante de uma relação de interação vertical (hierárquica) do articulista e do jornal sobre o leitor. Este também não é um interlocutor indistinto: ele pertence predominantemente às classes sociais A, B e C.

Além da sua atualidade discursiva, fruto da sua orientação dialógico-apreciativa para os acontecimentos sociais do momento, o artigo caracteriza-se por ser-lhe atribuído caráter opinativo pela esfera da comunicação jornalística. Pode-se dizer que a construção da orientação apreciativo-opinativa diante dos acontecimentos que tematizam o artigo, em primeiro lugar, efetua-se pela inscrição desse gênero em uma determinada seção do jornal, a *seção de opinião*, que historicamente se consolidou como o espaço da manifestação explícita da opinião da empresa jornalística, dividido com outras instâncias de autoria da comunicação jornalística, e que os participantes da interação reconhecem como tal. Interpretar o artigo implica levar em conta, "ler" junto com o texto essa sua dimensão. Dessa forma, o cronotopo do artigo pode ser visto, do ponto de vista da autoria, como o lugar onde se constitui o seu tom opinativo-apreciativo, a sua orientação argumentativa; do ponto de vista do leitor, constitui-se como um dos lugares de produção da persuasão.

A produção da orientação apreciativa do autor e, como corolário, da persuasão do leitor, constrói-se, em linhas gerais, através da relação dialógica particular das três instâncias enunciativas da situação de interação. A primeira refere-se à própria *posição da autoria*, que, pela sua constituição sócio-ideológica, funciona como um recurso à autoridade no artigo, legitimando a sua fala. Não obstante o prestígio da posição da autoria, que cria o efeito de credibilidade para o discurso do articulista, este não pode deixar de levar em consideração os outros *enunciados já-ditos* (instâncias enunciativas) que se relacionam com o seu discurso, nem deixar de antever no horizonte a *reação-resposta ativa do leitor* (instância enunciativa). Portanto, a produção valorativa do discurso no gênero artigo constrói-se:

- a) *através da posição da autoria*: A relação social vertical, assimétrica do autor sobre o interlocutor cria o efeito de autoridade do articulista. Ele passa a ser visto como aquele que tem credibilidade para assumir a palavra e dizer o que diz. Outro efeito discursivo da autoria marca-se na própria relação dialógica do autor consigo mesmo, ou seja, na possibilidade de desdobramento enunciativo da posição da autoria, na possibilidade de ele poder conjuntamente se enunciar, no artigo, a partir de outras posições discursivas, características de outras situações de interação. Assim, a própria posição da autoria pode

apresentar-se muitas vezes como um "coro" de vozes, que não dar corporeidade e sustentação ao ponto de vista do autor. Essas características da constituição da autoria podem se manifestar no texto nas marcas de primeira pessoa (sou eu (ou somos nós), fulano X quem digo), mas também nas marcas de impessoalização, como uma espécie de mimetismo da posição discursiva do "autor-cientista", na assinatura, no pé biográfico e na presença dos gêneros intercalados (relato, resumo, provérbio etc), que, conjuntamente, não entrar na construção da orientação argumentativa do artigo;

- b) através da relação dialógica com outras posições valorativas, mais especificamente, com os enunciados já-ditos que interagem com discurso do articulista e com os quais este se relaciona de diferentes modos: ele os aproxima ou os afasta do seu discurso, criando, no artigo, o que se denominou como os *movimentos dialógicos de assimilação* e de *distanciamento* do discurso do outro. O chamamento de outros discursos e a sua valoração positiva, que se manifestam em certas projeções estilístico-compositivas no artigo, funcionam como sustentação do ponto de vista do autor, bem como dão credibilidade ao seu discurso. Já o movimento de distanciamento, também com seu funcionamento estilístico-compositivo, desqualifica ou apaga aquelas vozes divergentes da posição do autor. Ambos os movimentos entram na construção da orientação valorativa do artigo e na persuasão do leitor;
- c) através da relação dialógica do autor com a perspectiva do leitor (com a reação-resposta ativa), que se concretiza pelos *movimentos dialógicos de engajamento*, de *refutação* e de *interpelação*, que também se mostram no artigo através do funcionamento de certas facetas estilístico-compositivas e que buscam a adesão do leitor ao ponto de vista construído no artigo.

Um olhar retrospectivo crítico para o processo teórico-metodológico construído para a análise do gênero artigo aponta para a consideração de três grandes instâncias de apreensão do gênero: a sua esfera social, o seu cronotopo e as suas relações dialógicas. A busca da interpretação do artigo a partir dessas "categorias" permite que se considere que a pesquisa também, de certo modo, construiu uma metodologia de análise, que detalhou, complementou aquela proposta por Bakhtin (que não foi um percurso nem evidente e nem fácil de se construir). Assim, se essas instâncias de observação são o fundamento constitutivo de todo gênero, o que se buscou na pesquisa foi esboçar certos matizes do seu funcionamento no gênero artigo, embora eles não lhe sejam exclusivos. Nesse conjunto de reflexões sobre o gênero, outras perguntas ficam em aberto, à espera de outras pesquisas.

Entre elas, como se manifestam essas instâncias nos outros gêneros? A metodologia de pesquisa desenvolvida para a análise do artigo é pertinente para a análise de outros gêneros, ou cada um deles exige um detalhamento metodológico próprio?

Enfim, a pesquisa não pretendeu esgotar os dados, nem construir uma noção acabada do gênero artigo. Parafraseando a fala de Bakhtin, este trabalho é apenas um primeiro passo no vasto estudo dos gêneros. É muito possível que esse passo seja insuficientemente firme e parcialmente exato. Estamos, contudo, convencidos da importância da tarefa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A NOTÍCIA. *Informações: Institucional. Site do jornal A Notícia.* URL: <http://www.an.com.br/0inst.htm>. Consultado em 24/02/00.
- ALBERTOS, José Luis Martínez. **Redacción periodística** (los estilos y los géneros en la prensa escrita). Barcelona: ATE, 1974.
- ALEXANDRESCU, Sorin. Sur les modalités *croire et savoir*. **Lagages**, Paris, n. 43, p. 19-27, sept. 1976.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997a.
- _____. *Os gêneros do discurso*. In.: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução do francês por Maria Ermantina G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997b. p. 277-326.
- _____. *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária*. In.: _____. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Tradução do russo por Aurora F. Bernadini, José P. Júnior, Augusto G. Júnior et al. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec, 1993. p. 13-70.
- _____. *O discurso no romance*. In.: _____. _____. p. 71-210.
- _____. *Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica)*. In.: _____. _____. p. 211-362.
- _____. *Da pré-história do discurso romanesco*. In.: _____. _____. p. 363-396.
- _____. *Epos e romance (Sobre a metodologia de estudo do romance)*. In.: _____. _____. p. 397-428.

- _____. *The problem of speech genres*. In.: _____. **Speech genres and other late essays**. Tradução do russo por Vern W. McGee; editado por Michael Holquist e Caryl Emerson. Austin: University of Texas Press, 1986. p. 60-102.
- _____. *Autor y personaje en la actividad estética*. In.: _____. **Estética de la creación verbal**. Tradução do russo por Tatiana Bubnova. 2. ed. México: Siglo Veintiuno, 1985. p. 13-190.
- _____. *La novela de educación y su importancia en la historia del realismo*. In.: _____. _____. p. 200-247.
- _____. *El problema de los géneros discursivos*. In.: _____. _____. p. 248-293.
- _____. *El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciencias humanas. Ensayo de análisis filosófico*. In.: _____. _____. p.294-323.
- _____. *Respuesta a la pregunta hecha por la revista "Novy Mir"*. In.: _____. _____. p. 346-353.
- _____. *De los apuntes de 1970-1971*. In.: _____. _____. p. 354-380.
- _____, VOLOSHINOV, V. N. *¿Qué es el lenguaje?* Tradução do italiano por Ariel Bignami. In.: SILVESTRI, Adriana, BLANCK, Guilhermo. **Bajtín y Vigotsky: la organización semiótica de la conciencia**. Barcelona: Anthropos, 1993. p. 217-243.
- _____. *La construcción de la enunciación* . _____. In.: _____. _____.p. 245-276.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução do francês por Michel Lahud e Yara F. Vieira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Le discours dans la vie e le discours das la poésie. Contribution à une poétique sociologique*. Tradução do russo por Georges Philippenko. In.: TODOROV, Tzvetan. **Mikhail Bakhtine: le principe dialogique** - suivi de écrits du cercle de Bakhtine. Paris: Éditions du Seuil, 1981. p. 181-215.
- _____. Les frontières entre poétique et linguistique. _____. In.: _____. _____. p. 243-285.
- _____. *La structure de l'énoncé*. _____. In.: _____. _____. p. 287-316.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BONINI, Adair. **O conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais: uma contribuição à teoria das superestruturas textuais**. Tese de doutorado. UFSC, 1999.
- BRASIL. SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. **Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

- CERVONI, Jean. **A enunciação.** Tradução de L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.
- CHAPARRO, Manuel Carlos da Conceição. **Jornalismo, discurso em dois gêneros.** Tese de livre docência. USP, 1997.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social.** Paris: Nathan, 1997.
- DEBRAY, Régis. **Manifestos midiológicos.** Tradução de Guilherme J. de F. Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DINES, Alberto. *Novo jornalismo ou jornalismo renovado?* In.: _____. **O papel do jornal.** 6. ed. atual., São Paulo: Summus, 1996. p. 89-98.
- DUCROT, Oswald. **Polifonia y argumentación** – conferencias del seminario Teoría de la argumentación y análisis del discurso. Cali: Universidad de Vale-Cali, 1988.
- _____. **O dizer e o dito.** Rev. técnica da trad. de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- _____, Todorov, Tzvedan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem.** Tradução de Alice Kyoko Miyashiro, L. Guinsburg, Mary Amazonas Leite de Barros et al. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- ECO, Umberto. *Sobre a imprensa.* In.: _____. **Cinco escritos morais.** Tradução de Eliana Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 55-89.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo manual da redação.** 9. ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.
- FURLANETTO, Maria Marta. **Autoria: a recusa do impossível.** URL: <http://freeserves.com/autoria.htm> e <http://freeserves.com/autoria2.htm>. Consultado em 10/01/2001.
- _____. **Produzindo textos: gêneros ou tipos?** 1998. (inédito)
- GENETTE, Gean. Palimpsestes. Paris: Séuil, 1982.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Artigo.* In.: ____, MELO, José Marques de (org.), SILVA, Rafael Souza et al. **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo.** São Paulo: FTD, 1992. p. 15-46.
- GRUPO ESTADO/AGÊNCIA ESTADO. *O Estado de S. Paulo. Site da Agência Estado.* URL: <http://www.agedado.com.br/instituc/estado/estadao.htm>. Consultado em 17/03/00.

- GRUPO ESTADO/AGÊNCIA ESTADO. *Jornal da Tarde. Site da Agência Estado.* URL: <http://www.agestado.com.br/instituc/jt/jt.htm>. Consultado em 17/03/00.
- GRUPO ESTADO. *Institucional. O Estado de S. Paulo.* Site do Grupo Estado. URL: <http://www.estado.com.br/inst/inst.html>. Consultado em 22/02/00.
- GRUPO FOLHA. *Site do Grupo Folha.* URL: <http://www.uol.com.br/grupofol/>. Consultado em 23/03/00.
- GRUPO FOLHA. *Folha de S. Paulo. Site do Grupo Folha.* URL: <http://www.uol.com.br/grupofol/fsp4.htm>. Consultado em 23/03/00.
- GRUPO FOLHA. *Agora. Site do Grupo Folha.* URL: <http://www.uol.br/grupofol/ft4htm>. Consultado em 23/03/00.
- GRUPO FOLHA. *Notícias Populares. Site do Grupo Folha.* URL: <http://www.uol.com.br/np/nghis.htm>. Consultado em 23/03/00.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage.* Paris: Armand Colin, 1980.
- KOCH, Ingodore Grunfeld Villaça. *A coesão textual.* São Paulo: contexto, 1989.
- _____. *Argumentação e linguagem.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia.* 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *Linguagem jornalística.* 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Analyser les textes de communication.* Paris: Dunod, 1998.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia (jornalismo como produção social de segunda natureza).* São Paulo: Ática, 1986.
- MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo de O Estado de São Paulo.* 3. ed. rev. e amp. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.* 3. ed. rev. São Paulo: Ática, 1998.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro.* 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *Introdução.* In.: ____ (org.), GOMES, Pedro Gilberto, SILVA, Rafael Souza et al. *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo.* São Paulo: FTD, 1992. p. 5-14.
- MOTA, Carlos Guilherme, CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo: 1921-1981.* São Paulo: IMPRESS, 1981.

- O GLOBO. **Manual de redação e estilo.** Org. e edit. por Luiz Garcia. 26. ed. São Paulo: Globo, 1999.
- PERELMAN, Chaïm, OLBRECHS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação.** Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- RABAÇA, Carlos Alberto, BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação.** Tradução de Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1999.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica.** Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- REDE BRASIL SUL DE COMUNICAÇÕES. *Jornal de Santa Catarina. Site RBS Jornal.* URL: <http://santa.clicrbs.com.br/santa/historia.htm>. Consultado em 06/01/01.
- REDE BRASIL SUL DE COMUNICAÇÕES. *Diário Catarinense. Site RBS Jornal.* URL: [Http://www.rbsjornal.com.br/](http://www.rbsjornal.com.br/). Consultado em 30/03/00.
- REDE BRASIL SUL DE COMUNICAÇÕES. **Site do Grupo RBS.** URL: <http://www.rbs.com.br/>. Consultado em 17/03/00.
- REDE BRASIL SUL DE COMUNICAÇÕES. *RBS Jornal. Site do Grupo RBS.* URL: [http://www.rbs.com.br/veículos/jornal/jornal.htm](http://www.rbs.com.br/veiculos/jornal/jornal.htm). Consultado em 17/03/00.
- REYTER, Yves. **Enseigner et apprendre à écrire.** Paris: ESF Editeur, 1996.
- RODRIGUES. Rosângela Hammes. *O artigo jornalístico e o ensino da produção escrita.* In.: Rojo, Roxane Helena Rodrigues (org.). **Praticando os PCNs: dos Parâmetros Curriculares Nacionais à prática de sala de aula.** São Paulo/Campinas: EDUC/Mercado de Letras, 2001 (a sair).
- _____. *Gêneros discursivos e heterogeneidade. II Congresso Nacional da ABRALIN.* Florianópolis, p. 557-565, 2000 (CD-Rom).
- _____. *As diferentes esferas sócio-discursivas como critério para a elaboração de currículos. Intercâmbio,* São Paulo, v. 8, p. 93-100, 1999.
- SANCHES, Fabíola Caixeta. **Jornalismo digital: um estudo sobre o novo gênero jornalístico.** Dissertação de mestrado. UFMG, 1997.
- SANTA CATARINA. SEED. **Proposta curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e médio: disciplinas curriculares.** Florianópolis: COGEN, 1998.

- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- TODOROV, Tzvetan. **Mikhaïl Bakhtine: le principe dialogique** - suivi de écrits du cercle de Bakhtine. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
- _____. **Os gêneros do discurso.** Tradução de Elisa A. Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- VÉLEZ, Maria Margarita Londoño. **As folhas do diário** (um estudo dos gêneros jornalísticos e das mudanças na Folha de São Paulo). Dissertação de mestrado. USP, 1985.
- VERÓN, Eliseo. *Nacos de um tecido*. In.: _____. **A produção de sentido.** São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 205- 238.
- VIANA, Ana. *Resenha de Preconceito lingüístico – o que é, como se faz, de Marcos Bagno. Linguagem & ensino*, Pelotas, v.3, n.1, p. 147-159, jan. 2000.
- VIANNA, Ruth Penha Alves. **A informatização da imprensa brasileira.** São Paulo: Loyola, 1992.
- VIVALDI, Gonzalo Martin. **Géneros periodísticos.** 2. ed. corrig. e aum. Madrid: Paraninfo, 1979.

A N E X O S

ANEXO 1 – TABELAS

Tabela 1 – Títulos e autores dos artigos do jornal *A Notícia*

A Notícia		
Título Data	Título	Autor
16/09/98	A sugestão do ministro Malan	Antônio Delfin Netto
	Família, fonte e alicerce da vida	Dom Tito Buss
	Sistema do voto cantado	Carlos Adilson Silva
15/10/98	A família em frangalhos	Valmor Bolan
	A questão do idoso	Rodrigo Carneiro Mussi
	Muito além do sétimo dia	Mário Lanznaster
20/11/98	Uma tarde de tédio	José Sarney
	Desafio para a esquerda	Carlito Merss
	A consciência de ser negro num país racista	Carlos Silva
19/12/98	O direito à oportunidade	Max Schrappe
	Natal e mercado	Dom Orlando Brandes
	Ciência arte	Mário Cesar Cubas
17/01/99	A Previdência e a expectativa de vida	Antônio Ermírio de Moraes
	Sansão e as colunas do templo	Luiz Henrique da Silveira
	Começou o incêndio	Apolinário Ternes
15/02/99	Os malefícios do tabagismo	Antônio Ermírio de Moraes
	Sem investimento não há educação	Magno de Aguiar Maranhão
	A gestão por competências	João A. F. Araújo
16/03/99	Ferramentas de decisão na agricultura	Djalma R. Guimarães
	Unicidade/unidade ou pluralidade/pluralismo sindicais	Vernon Luiz de Campos
	Congelamento dos salários	Salim Shead dos Santos

Tabela 2- Títulos e autores dos artigos do jornal *Diário Catarinense*

Diário Catarinense		
Título Data	Título	Autor
16/09/98	A metamorfose de Florianópolis	Rodolfo Pinto da Luz
15/10/98	Dia do Professor	José Zinder
20/11/98	PMDB, as lições de 98	Zuleica Mussi Lenzi
19/12/98	A universidade que queremos	Edson Villela
17/01/99	Os Estados e o déficit	Luiz Henrique da Silveira
15/02/99	Aids e as drogas	Anderson Nunerberg
16/03/99	Rezando o terço	Max Shrappe

Tabela 3 - Títulos e autores dos artigos do jornal *Folha de S. Paulo*

Folha de S. Paulo		
Título Data	Título	Autor
16/09/98	A sugestão do ministro Malan	Antônio Delfim Netto
	O ano em que vivemos perigosamente (trad.)	Jeffrey Sachs
	Para que votar?	Frei Betto
15/10/98	Guia prático do voto	Otavio Frias Filho
	O tucanato condenado à social-democracia	Candido Mendes
	De Porto Seguro a Porto Rico	Gilberto Vasconcellos
20/11/98	Uma tarde de tédio	José Sarney
	Querido padre Marcelo Rossi	Frei Betto
19/12/98	Apreensões e esperanças	Luciano Mendes de Almeida
	Exigências para o crescimento ⁴⁷⁸	Benito Gama
	Uma reforma que concentra	Paulo Bernardo
17/01/99	A Previdência e a expectativa de vida	Antônio Ermírio de Moraes
	Tenacidade e esperança em favor do Brasil	Horacio Lafer Piva
	Um bode chamado Copa a cada dois anos	Pelé
15/02/99	Um surto de populismo?	Boris Fausto
	A Europa e a responsabilidade da esquerda	Mário Soares
	Choque de credibilidade	Emerson Kapaz
16/03/99	O brasileiro do século	Ariano Suassuna
	Saídas contra a corrupção em São Paulo	Walter Feldman
	As verdadeiras causa do blecaute	Joaquim Francisco de Carvalho

⁴⁷⁸ Os artigos *Exigências para o crescimento* e *Uma reforma que concentra* são respostas à pergunta proposta pelo jornal *Folha de S. Paulo*: "A proposta de reforma tributária do governo vai racionalizar a arrecadação?"

Tabela 4 - Títulos e autores dos artigos do jornal *O Estado de S. Paulo*

O Estado de S. Paulo		
Título Data	Título	Autor
16/09/98	Pecados de um presidente	Luiza Nagibeluf
	A hora é ontem	José Nêumanne
15/10/98	Ameaça de intervenção da Otan na Iugoslávia	Antônio Amaral de Sampaio
	Ensino gratuito ou estudante pago	Roberto Macedo
20/11/98	Emoções	Frei Betto
	Visões entre as nuvens	Washington Novaes
19/12/98	Bom senso	Edmundo Castilho
	Os caminhos da oposição	Gilberto Dupas
17/01/99	O jornalismo covarde e a reforma da imprensa	Paul Johnson
	Pedra de toque	Mario Vargas Llosa
15/02/99	O peso de uma Federação falida	Ives Gandra da S. Martins
	O tempero da mídia	Carlos Alberto di Franco
16/03/99	Um decreto para ser esquecido	Gianni Samaja
	Os Estados e os fundos de pensão	César Borges

Tabela 5 - Nome, esfera e papel social dos articulistas do jornal *A Notícia*

A Notícia		
Articulista Data	Nome	Esfera, papel social
16/09/98	Antônio Delfim Netto	Deputado federal (PPB/SP), ex-ministro da Fazenda
	Dom Tito Buss	Bispo de Rio do Sul
	Carlos Adilson Silva	Juiz eleitoral em Joinville
15/10/98	Valmor Bolan	Doutor em Sociologia, Vice-Reitor da Universidade Grande - ABC Paulista SP)
	Rodrigo Carneiro Mussi	Advogado em Florianópolis
	Mário Lanznaster	Engenheiro agrônomo, presidente da Cooperalfa
20/11/98	José Sarney	Senador (PMDB/AP), ex-presidente da República
	Carlito Merss	Deputado federal (PT/SC)
	Carlos Silva	Professor e jornalista em Blumenau
19/12/98	Max Schrappe	Presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf)
	Dom Orlando Brandes	Bispo da diocese de Joinville
	Mário César Cubas	Professor em Joinville
17/01/99	Antônio Ermírio de Moraes	Empresário (SP)
	Luiz Henrique da Silveira	Prefeito de Joinville
	Apolinário Ternes	Jornalista e historiador
15/02/99	Antônio Ermírio de Moraes	Empresário (SP)
	Magno de Aguiar Maranhão	Membro do Conselho Estadual de Educação (RJ)
	João A. F. Araújo	Consultor para o desenvolvimento humano e organizacional
16/03/99	Djalma R. Guimarães	Engenheiro agrônomo, secretário-executivo do Instituto Cepa
	Vernon Luiz de Campos	Administrador de empresas e consultor em Joinville
	Salim Schead dos Santos	Juiz de Direito, vice-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses

Tabela 6 - Nome, esfera e papel social dos articulistas do jornal *Diário Catarinense*

Diário Catarinense		
Articulista Data	Nome	Esfera, papel social
16/09/98	Rodolfo Pinto da Luz	Reitor da UFSC
15/10/98	José Zinder	Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de SC
20/11/98	Zuleica Mussi Lenzi	Vice-presidente do PMDB/SC
19/12/98	Edson Villela	Reitor da Univali
17/01/99	Luiz Henrique da Silveira	Prefeito de Joinville
15/02/99	Anderson Nunerberg	Professor da UFSC
16/03/99	Max Schrappe	Presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf)

Tabela 7 - Nome, esfera e papel social dos articulistas do jornal *Folha de S. Paulo*

Articulista Data	Folha de S. Paulo	
	Nome	Esfera, papel social
16/09/98	Antônio Delfim Netto	(Dep. federal (PPB/SP), ex-ministro da Fazenda) ⁴⁷⁹
	Jefrey Sachs	Economista, professor da Univ. Harvard – EUA, coordenador da Pesq. de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial
	Frei Betto	Frade dominicano, escritor, assessor de movimentos pastorais e sociais, autor de "A Obra do Artista - Uma visão Holística do Universo"
15/10/98	Otávio Frias Filho	(Diretor de Redação da Folha de S. Paulo)
	Candido Mendes	Presidente do "senior board" do Conselho Internacional de Ciências Sociais da Unesco, Membro da Ac. Br. Letras, dep. fed. PSDB/RJ
	Giberto Vasconcellos	Professor de ciências sociais da Univ. Federal de Juiz de Fora, autor de "O Príncipe da Moeda"
20/11/98	José Sarney	(Senador (PMDB/AP), ex-presidente da República)
	Frei Betto	Frade dominicano, escritor, assessor dos movimentos pastorais e sociais
19/12/98	Luciano Mendes de Almeida	(Arcebispo)
	Benito Gama	Deputado federal (PFL-BA), ex-líder do gov. FHC na Câmara dos Deputados
	Paulo Bernardo	Dep. Fed. (PT-PR), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
17/01/99	Antônio Ermírio de Moraes	(Empresário (SP))
	Horacio Lafer Piva	Industrial, Presidente da Fiesp/Ciesp
	Pelé	Ex-jogador de futebol e tri-campeão pela seleção brasileira, empresário, ex-ministro dos Esportes
15/02/99	Boris Fausto	(Historiador,sociólogo)
	Mário Soares	Advogado, ex-primeiro-ministro, ex-presidente de Portugal, co-autor (com FHC) de "O mundo em português - um diálogo"
	Emerson Kapaz	Dep. fed. (PSDB/SP), vice-presidente do Centro das Ind. do Est. de SP e conselheiro da Fund. Abriq, ex-secretário de Ciência... do Estado de SP
16/03/99	Ariano Suassuna	(Escritor)
	Walter Feldman	Médico, dep. est. (PSDB/SP), ex-secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo
	Joaquim Francisco de Carvalho	Engenheiro do setor elétrico, consultor para assuntos de energia, ex-coordenador do setor industrial do Ministério do Planejamento

⁴⁷⁹ A *Folha de S. Paulo* não fornece o pé biográfico dos autores que escrevem artigo semanalmente na coluna fixa. Portanto, os dados, por não serem fornecidos pelo jornal, foram colocados entre parênteses.

Tabela 8 - Nome, esfera e papel social dos articulistas do jornal *O Estado de S. Paulo*

O Estado de S. Paulo		
Articulista Data	Nome	Esfera, papel social ⁴⁸⁰
16/09/98	Luiza Nagibeluf	Procuradora de Justiça de São Paulo, foi Secretária Nacional dos Direitos da Cidadania (governo FHC)
	José Nêumanne	Jornalista e escritor, é editorialista do Jornal da Tarde
15/10/98	Antônio Amaral de Sampaio	Diplomata, foi Embaixador do Brasil em Belgrado (1991-1993)
	Roberto Macedo	Economista com doutorado em Hardward (EUA), é professor e consultor
20/11/98	Frei Betto	Escritor, autor de <i>Entre todos os homens, linguagem romanceada de Jesus</i> (Ática), entre outros livros
	Washington Novaes	Jornalista
19/12/98	Edmundo Castilho	Diretor-Presidente da UNIMED do Brasil
	Gilberto Dupas	Coordenador da área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP, é professor da FDC no INSEAD (França)
17/01/99	Paul Johnson	Articulista da revista britânica "The Spectator"
	Mario Vargas Llosa	Escritor
15/02/99	Ives Gandra da S. Martins	Professor emérito das Universidades Mackenzie, Paulista e da Escola do Comando e Estado-maior do Exército, é Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo
	Carlos Alberto di Franco	Diretor do Master de Jornalismo para Editores e professor de Ética Jornalística, é representante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra no Brasil
16/03/99	Gianni Samaja	Presidente do Sindicato da indústria de produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo
	César Borges	César Borges, engenheiro civil, governador reeleito do Estado da Bahia

⁴⁸⁰ O jornal *O Estado de S. Paulo* na Internet, na época da coleta dos dados, não fornecia o pé biográfico dos articulistas. Os dados sobre os articulistas foram obtidos através do arquivo do jornal.

ANEXO 2 – ARTIGOS JORNALÍSTICOS⁴⁸¹

⁴⁸¹ Foram anexados somente os dados do subgrupo utilizado para a análise da dimensão verbal do gênero artigo.

ARTIGOS DO JORNAL *A NOTÍCIA*

Uma tarde de tédio [AN3.1]

José Sarney

Em 1957, a "Tribuna da Imprensa", depois da sessão da Câmara dos Deputados, era o lugar em que nos reuníamos para saber as maldades que o jornal soltaria no dia seguinte contra Juscelino. Odylo Costa, filho, o grande renovador da imprensa brasileira, era o secretário. Carlos Castelo Branco, articulista, já incorporara o título de mestre. Carlos Lacerda era dono e ícone, o santo guerreiro para uns, o demônio, a fera do Lavradio, o Corvo, e tudo o mais para aqueles que eram alvo de sua pena de fogo.

Carlos Lacerda chegava à redação e, nos seus dias "inspirados", quase não cumprimentava ninguém. Com espalhafatosa força batia o teclado da máquina de escrever, que, resistente, sobrevivia ao seu talento.

Era o velho panfletário que sabia descobrir nos fatos conspirações difíceis de desvendar e que ele, na sua genialidade, transformava em denúncias. Ninguém tão sedutor quando, de bom humor, queria agradar, e ninguém mais perigoso, violento, agressivo, intolerante quando possuído da ira santa da agressão. A UDN tinha com ele cumplicidade, e uma cumplicidade medrosa. Era o ídolo e o verdugo. A história passava pelos homens, tinha contorções e remexia as entranhas do Brasil.

Foi num dia desses que, para nossa perplexidade, Carlos Lacerda anunciou: "Vou escrever, hoje, sobre a Sociedade Protetora dos Animais". Entreolhamo-nos intrigados. Ele completou: "A situação está tão confusa e eu tão desolado que não tenho outro assunto senão os animais". E, no dia seguinte, os udenistas atônicos leram a "Tribuna da Imprensa". No lugar do artigo furioso do Carlos Lacerda encontraram uma dissertação amena sobre a nossa obrigação de defender os bichos. As interpretações foram as mais disparatadas. Uns viam uma sátira e buscavam carapuças; outros, uma mensagem cifrada aos golpistas que pululavam na cena política. Nada além do que uma tarde de tédio do grande

jornalista. Um interlúdio para fazer pensar.

Recordo o fato e descubro, no redemoinho de tantos assuntos, como deixamos escapar, em certos instantes, o gosto de falar de coisas tão simbólicas como, agora, a chuva de estrelas, esses restos da Criação que estão fazendo brilhar o céu de nossas noites, legados do cometa Tempel-Tuttle, que, sonolento, cumpre sua órbita de 33 em 33 anos, raspando nossa atmosfera. E pensar que os antigos não sabiam disso e eram mais felizes do que nós, porque viam nas estrelas bons augúrios dos deuses e maravilhas dos mistérios.

Nós, envolvidos na tragédia do desemprego, na miséria das desigualdades sociais, não pensamos na bobagem de Robinson Crusoé, querendo sair daquela ilha do Pacífico, com Sexta-Feira e tudo, esperando navios que não chegavam. Ele não sabia que ali estava o tesouro que Francis Drake enterrou. Como todos os piratas ingleses, Drake tornou-se sir, um dia saqueou Cartagena de Índias e derrubou com um tiro de canhão a torre da igreja, para ser lembrado.

Felizmente há, hoje, boas notícias. Na mesma Inglaterra da Terceira Via, de Tony Blair, proibiram-se experiências científicas de uso de colírio nos olhos dos ratos e de cremes de beleza no focinho dos porcos.

José Sarney, senador (PMDB/AP),
ex-presidente da República

Desafio para a esquerda [AN3.2]

Carlito Merss

Do escandaloso processo de privatização ao pacote de onde saltará mais recessão e desemprego, só para citar dois fatos mais visíveis atualmente, uma coisa deve chamar a atenção de quem se preocupa, de fato, com a democracia: a falta de controle público sobre o Estado. Ou seja, sobre a fonte das decisões que afetam o conjunto da sociedade. No lugar do controle público, temos o privado. Telefonemas, articulações, tramas entre amigos decidem negócios de bilhões de dólares para vender empresas estratégicas à soberania nacional. Especuladores, FMI & cia. determinam cortes na saúde e educação, como se o dinheiro estivesse sobrando para essas áreas; como se o povo estivesse passando bem, obrigado.

Por suas consequências trágicas para o País, considero esse descontrole público um dos principais pontos sobre o qual o PT e o conjunto das forças de esquerda e democráticas devem se debruçar. Precisamos definir, com urgência, propostas que combatam a privatização do Estado. Com certeza, muito da descrença popular numa saída para a eterna crise brasileira - sentimento que contribui para a vitória do FHC, com o voto na "mediocridade estável", como diz Tarso Genro - tem a ver com a impotência da sociedade para controlar a corrupção e os desmandos, que aparecem ser inerentes à atividade política.

A esse desafio, já temos respondido com iniciativas, como o orçamento participativo em administração populares e com o orçamento regionalizado - experiência inovadora que transformamos em lei aqui em Santa Catarina. Em ambas, a sociedade se organiza para participar mais diretamente das decisões que envolvem as verbas públicas e, assim, pode fiscalizar melhor sua aplicação. Mas é preciso avançar muito mais. Ao assumirmos essa tarefa, estaremos nos contrapondo concretamente aos setores conservadores, para os quais a democracia não é um valor estratégico para o bem da humanidade, mas uma contingência histórica, aceita desde que seja frágil o suficiente para exercerem sua ditadura

velada, manipuladora e corrupta.

Se empunharmos com determinação essa bandeira, com uma nova reflexão sobre os rumos da sociedade e, portanto, com uma renovada ação de esquerda, estaremos realizando um discurso e uma prática capazes de responder às necessidades da população (emprego, saúde, educação, etc.) com políticas públicas de inclusão - palavra-chave neste final de mais um século de exploração. Só assim, acredito, poderemos ser os depositários da esperança dos milhões de brasileiros que estarão conosco num outro tipo de governo, radicalmente democrático, promotor do fim das desigualdades sociais e do controle público do Estado.

Carlito Merss, deputado federal eleito pelo
PT/SC

A consciência de ser negro num país racista [AN3.3]

Carlos Silva

Novembro não é maio e nem vinte é 13. O tempo é de consciência, apenas de consciência, para os negros brasileiros que lentamente começam a perceber a importância de não ser somente cidadãos e passam a lutar contra o preconceito velado que há décadas assola este País. O momento é de tirar aquela idéia de que negro só é bom no futebol, na música e na dança. Outras atividades, entre as quais a empresarial, são desenvolvidas com grande desenvoltura pelos negros do Brasil.

Mas essa mudança passa a acontecer, porque a consciência da comunidade negra entrou numa fase de mutação natural. Não adianta esperar pelos outros. A dignidade deve ocorrer individualmente, para depois ser absorvido pelo inconsciente coletivo. E é exatamente isso que está acontecendo.

Primeiro vem o alimento da auto-estima, rasgando de vez a carapuça de que preto nasceu para ser empregado, serviçal ou marginal. É preciso descer o morro, a favela, e ocupar áreas residenciais nobres. Afinal, a humanidade é nobre, e todas as raças estão incluídas em tal conceito. Ou seja: as oportunidades devem ser iguais para todos.

O segundo passo, extremamente decisivo, é que os espaços devem ser ocupados. Os bancos escolares precisam ter mais negros sentados, porque esse é o único caminho capaz de igualar brancos, índios, alemães, italianos, japoneses, etc. Os melhores postos de trabalho são disputados e ocupados por quem tem condições de ocupá-los. E a igualdade que os negros pretendem está ocorrendo da seguinte maneira:

Os pais estão educando melhor seus filhos, apontando como tudo pode ser feito e que nada cai do céu. Bem ao contrário daquilo que conta a história e seu 13 de maio, quando a princesa Isabel assinou a lei de abolição da escravatura e não deu

qualquer condição de sobrevivência para quem saía das senzalas. Os livros esquecem de contar o motivo da assinatura dessa lei. Não é dito que os fazendeiros falidos abriram as porteiras para liberar os escravos e assim evitar gastos com comida e alojamento. Para esses senhores de engenho, a abolição ocorreu antes mesmo da assinatura da Lei Áurea. Para quem tinha dinheiro e não estava em crise financeira, a resistência foi grande.

A liberação ocorreu de forma algoz e desumana. De uma hora para outra, a negrada é expulsa das terras onde trabalhava como animal. Fica perdida sem ter um destino. Sem propriedade, restaram a marginalidade, as ofensas e o preconceito. O resgate da dignidade vem a passos de cágado, mas a virada do século vislumbra uma nova realidade. A consciência do negro começa a tomar rumo, quebrando a imbecilidade de algumas pessoas. Mas ainda vai chegar um dia em que a humanidade irá perceber que todos somos filhos de um mesmo Deus e que a cor da pele não tem qualquer importância. Somos todos iguais em quase tudo, até mesmo na morte.

Carlos Silva, professor e
jornalista/Blumenau

O direito à oportunidade [AN4.1]

Max Schrappe

A democracia é uma realidade concreta e certamente definitiva no País. Entretanto, a Nação deve, sem mais adiamentos, criar as condições para que a liberdade política seja instrumento efetivo de exercício da cidadania. Nesse sentido, é necessário que os brasileiros que ainda vivem na pobreza ou abaixo da linha da miséria sejam incluídos com urgência nos benefícios da economia. O conceito de "cidadão" não se limita ao verbete expresso nos dicionários ("aquele que mantém uma relação de direitos e deveres com o Estado"). Alimentar-se, vestir-se e morar adequadamente, ter acesso à cultura e ao ensino e, portanto, ao alcance das leis são prerrogativas inerentes ao ser humano que precedem e condicionam a sua capacidade de exercitar com plenitude a cidadania.

Portanto, impõe-se a democratização das oportunidades. Para isso, além da conciliação da estabilidade com o crescimento econômico e a geração de emprego em larga escala, é fundamental trabalhar pela universalização do ensino e da cultura. Trata-se de um direito humano fundamental. O saber potencializa o ser. Ou seja, a informação, seja no nível pedagógico-escolar, literário, jornalístico, científico ou técnico, é o principal "insumo" da construção de uma nação mais justa. A sociedade civil e a comunidade devem mobilizar-se cada vez mais para responder a esse desafio.

No caso do setor gráfico, essa responsabilidade é um compromisso muito sério, em razão de sua ligação intrínseca com a produção de livros, cadernos, jornais, revistas e todos os materiais impressos que contêm informações. Além disso, a indústria gráfica está diretamente ligada à rotina diária da população, ou seja, ao exercício de todos os direitos inerentes à cidadania na sociedade contemporânea. As embalagens, os talões de cheques, os formulários contínuos, as bulas dos remédios, os manuais dos automóveis e bens de consumo, as notas fiscais e até a moeda nacional constituem-se em produtos da indústria gráfica. É

preciso estender o acesso a todos esses direitos à parcela da população ainda situada à margem dos benefícios da economia.

Para marcar a sua posição em defesa da democratização das oportunidades e do exercício da cidadania, a Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) é, pelo quarto ano consecutivo, uma das patrocinadoras do Prêmio de Direitos Humanos, instituído em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A participação da iniciativa privada nesse prêmio, entregue no início de dezembro, demonstra que a sociedade civil está plenamente engajada na luta pelo desenvolvimento, conquista que não cabe apenas ao governo, mas a toda a Nação.

No momento em que o Brasil enfrenta dificuldades, oriundas do quadro internacional e do próprio atraso nos ajustes internos, especialmente a reforma constitucional, é preciso que todos ofereçam sua contribuição concreta para que seja um país melhor. E o respeito aos direitos humanos, aqui entendidos de forma mais ampla, abrangendo o acesso de todos os cidadãos a uma vida mais digna, é condição essencial para ingressarmos no próximo milênio com plenas condições de conquistar o desenvolvimento.

Max Schrappe, presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf)

Natal e mercado [AN4.2]

Dom Orlando Brandes

O mercado hoje é o centro de nossas sociedades. A busca do lucro e do consumo tornou-se o maior objetivo das pessoas. A mercadoria é objeto de desejo. A economia moderna pode produzir sem limite. Seu problema não é produzir - é a superprodução e o consumismo. Os interesses econômicos giram em torno de publicidade, consumo, concorrência, lucro. São os famosos quatro "p" = produto, propaganda, preço, praça. Nessas quatro palavras, está o destino e a sorte do capitalismo. Eis a divinização (fetichismo) do mercado. A vida está condenada a ser uma tragédia de compra e venda. É uma perversa inversão do mundo, que por sua vez inverte também a religião.

A propaganda cria desejos, e o Natal, a religião, Deus tornam-se instrumentos do sistema consumista. É a inversão da religião, é a instrumentalização religiosa que leva todos ao santuário do mercado. É a religião a serviço da economia, é a religiosidade do capitalismo. Eis o paraíso neoliberal: acumulação infinita de riquezas às custas inclusive da religião. O mercado roubou até o dia do Senhor, transformando-o em dia de negócios. Comércio no domingo é o decreto que instala o mercado total. Bom cristão hoje é o que cumpre a lei do mercado, deixa de ir à igreja para ir ao shopping. É a mística da eficácia e do consumo. A vida e a religião estão subordinadas ao lucro. Até parece que nosso Deus é o ventre, e nosso destino, engordar.

Natal passou a ser feriadão, superlotação das praias, longas filas de automóveis nas estradas, correria ao shopping, em síntese: lazer, consumo, festa, divertimento e até mais pecado. O nascimento de Jesus, o pobre de Belém, acabou em crescimento do lucro dos ricos. A encarnação do filho de Deus, que "sendo rico se fez pobre" (II Cor. 8,9), é festa de quem "pobrezinho nasceu em Belém".

O Natal precisa renascer na conquista de sua originalidade cristã e religiosa. Natal sem Deus,

Natal sem o Menino, Natal sem o pobrezinho, é festa pagã, festa do mercado. O verdadeiro Natal é a memória de Deus com rosto humano, o Tudo escondido no fragmento, o Eterno no tempo, o Invisível feito carne, o Infinito na estrebaria, o Todo-poderoso na periferia, o Criador envolto em faixas, Deus no homem. Natal é o escândalo de encarnação, é a descida de Deus e elevação do homem, pobreza de Deus e riqueza dos pecadores e pobres. Que o Natal nos encha de assombro e gratidão, de encanto e compromisso.

Dom Orlando Brandes, bispo da diocese de Joinville

Ciência arte [AN4.3]

Mário César Cubas

No campo da pesquisa comportamental, a psicanálise é uma ciência que vem em auxílio de outras áreas de estudo que tratam do comportamento humano e neste final de século estão adquirindo importância sempre maior.

O estudo da natureza humana, de seus impulsos, vontades, emoções e reações sempre fascinou o homem desde o chamado período clássico, por volta do quinto século antes de Cristo, ou desde que os sábios da Grécia desenvolveram o conhecimento filosófico. Envolvendo as muitas dimensões da natureza humana, de matéria e espírito, a psicanálise, pode-se dizer, é uma nova fronteira da sempre velha e renovada curiosidade do homem em saber a origem e as motivações de seus atos.

O principal estruturador da psicanálise, em pleno século 20, foi Sigmund Freud. Dele é a seguinte definição sobre a controvertida ciência que estuda a natureza humana: "É a profissão de pessoas leigas que cuidam de almas, que não necessitam de ser médicos e que não devem ser sacerdotes".

De que se ocupa a psicanálise? "Ocupa-se dos distúrbios psíquicos originados no inconsciente. Seu propósito é descobrir, no inconsciente dos seres humanos, as necessidades, complexos, traumas e tudo o mais que perturbe o psiquismo, trazendo-os à tona da consciência, a fim de removê-los e possibilitar, assim, o equilíbrio emocional do indivíduo", conforme os termos da "Encyclopédia Saraiva de Direito".

Sumariamente, poderíamos dizer que a psicanálise consiste em: 1) um método de investigação do inconsciente; 2) uma psicoterapia baseada nesse método, chamada "talking call"; 3) um conjunto de teorias e normas em que são sistematizados dados introduzidos pelo método psicanalítico; 4) uma ciência das perturbações caracterológicas e estados neuróticos, perturbações da sexualidade, perturbações somáticas de origem psíquica e determinadas neuroses de ordem funcional.

No que se diferencia a psicanálise de outras ciências interfacetárias, como a psiquiatria, neurologia, psicologia, etc.? O professor doutor Ozeas da Rocha Machado, presidente da Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil, em recente publicação, explica assim as diferenças: "Psiquiatria é a parte da medicina que se ocupa das doenças mentais". Esclareço que as "doenças mentais", ou melhor dizendo, "doenças

cérebro-mentais, objeto da psiquiatria, são aquelas de origem orgânica, geralmente apresentando lesões do córtex cerebral, e sua terapia se efetua por meio de processos medicamentosos e até cirúrgicos.

Já a neurologia é a parte da medicina que se ocupa do sistema nervoso, central ou periférico. Trata das doenças deste sistema, de modo medicamentoso e cirúrgico. A psicologia, continua o professor doutor Ozeas, "é a ciência que se ocupa das atividades mentais e de conduta objetiva, ou, como alguns tratados estabelecem, a ciência do comportamento humano e animal. A psicologia se preocupada desta maneira, com o comportamento humano em seus aspectos objetivos e observáveis, que possam ser medidos, testados, compreendidos, controlados, descritos e preditos objetivamente. No caso, o psicólogo se ocupa da mente consciente do homem". Já a psicanálise, conhecida também como "ciência arte", se preocupa em tornar o inconsciente em consciente.

Mário César Cubas, professor em Joinville

A Previdência e a expectativa de vida [AN5.1]

Antonio Ermírio de Moraes

Ganhei um livro no último Natal sobre os problemas da sociedade que envelhece. O estudo é de grande valor para um país como o Brasil, cuja população está envelhecendo a uma velocidade espantosa ("Maintaining Prosperity in an Ageing Society", OECD, 1998).

Os avanços da medicina têm permitido espichar a vida média para além dos 70 anos e com mais saúde. Há países, como o Japão, em que a maioria das pessoas vive mais de 80 anos.

Ao mesmo tempo, os seres humanos vêm se aposentando cada vez mais precocemente. Em uma vida de 80 anos, as pessoas trabalham 35. Nesses 35 anos, o tempo trabalhado é pouco mais da metade dos dias do ano.

Em outras palavras, o mundo caminha para uma situação em que, ao longo de sua existência, os seres humanos trabalham um ano para ficar dois sem trabalhar. Essa equação sobrecarrega os sistemas previdenciários. Não há país que apresente equilíbrio nas contas da seguridade social, o que levou a OECD a propor uma série de medidas, das quais destaco as seguintes:

- 1) Os sistemas de aposentadoria, a estrutura tributária e os programas sociais devem ser reformados de modo a remover os incentivos à aposentadoria precoce; 2) as leis trabalhistas devem ser modificadas de forma a estimular e assegurar a atividade dos mais idosos; 3) os benefícios das aposentadorias devem ser compostos de um "mix" de recursos públicos e privados.

No Brasil, quando se fala em criar trabalho para idosos, logo vêm aqueles que temem criar dificuldades para o emprego dos jovens. Penso, porém, que esse argumento não se sustenta. A redução do enorme déficit da Previdência Social tem um impacto positivo na geração de mais investimentos e empregos para todos.

Além do mais, os mais velhos carregam consigo uma experiência profissional valiosa que pode ser transferida aos mais jovens, melhorando a sua empregabilidade.

No mesmo mês em que a OECD lançava o precioso estudo em

Paris, várias empresas do interior de São Paulo começaram a雇用 pessoas com mais de 50 anos.

As experiências mostram que os mais velhos estão transmitindo aos mais jovens os valores do zelo, da honestidade, cordialidade, disciplina e várias outras qualidades que são essenciais no mundo atual. Trata-se de valores que dificilmente se apreendem na escola e que, no entanto, por meio do exemplo, são inoculados nos mais jovens.

Essas coisas parecem remotas, mas é preciso tomar providências já para evitar um colapso maior no futuro. Ou seja, estamos num mundo em que a segurança social precisa ser continuamente reformada e ajustada às condições predominantes que caracterizam a economia atual. Da mesma maneira, impõe-se reformular a legislação trabalhista para facilitar a interface entre os mais velhos e os mais jovens no mercado de trabalho.

Creio que pela matéria aqui exposta o leitor chegará à conclusão de que o problema não é só do Brasil, mas principalmente de todos os países onde a saúde e a educação venham a permitir uma maior expectativa de vida.

Antonio Ermírio de Moraes, empresário/SP

Sansão e as colunas do templo

Luiz Henrique da Silveira [AN5.2]

No auge do confronto entre oposição e governo, durante o regime de 1964, Ulysses Guimarães - a quem nunca faltou coragem e determinação, mesmo nos momentos mais graves - alertava: "Não podemos agir como Sansão, que, ao derrubar as colunas do templo, faz o teto desabar sobre a própria cabeça".

Não creio que o governador Itamar Franco esteja conscientemente querendo provocar o caos, com a desestabilização da economia nacional.

Quando derrubou as colunas do templo, Sansão estava cego. Não creio que o governador de Minas Gerais, com a longa experiência política e o exercício de tantos cargos relevantes (inclusive a Presidência da República), fosse incapaz de enxergar as repercussões de sua "moratória".

Quis o ex-presidente, sim, desde logo, assumir as funções de principal opositor do governo, imantando os demais governadores da oposição. E, além disso, desviar de seu caixa para o federal as pressões dos credores de Minas Gerais.

Mas não imaginou que, por ser ex-presidente e governador de um dos Estados mais poderosos da Federação, o inadvertido anúncio de calote nos eurobônus iria provocar um ataque especulativo tão grande ao País e um pânico tão forte nas bolsas de valores mais importantes do Brasil e do exterior.

Não fossem as condições peculiares do País (grande estoque de reservas - ainda por volta de US\$ 40 bilhões; o "cheque especial" concedido pelo FMI no final do ano passado; e os ajustes em realização), o governador mineiro poderia ter provocado avassaladora fuga de capitais.

E nós estariamos amargando a volta da inflação, com todas as suas danosas consequências.

O governo federal tem procuração para reter os valores das transferências aos Estados, para resarcimento de sua dívida rolada, o que torna a declaração de "moratória" muito mais retórica do que eficaz.

No caso da declaração mineira, além de provocar a evasão de

capitais externos e a desvalorização do real (fazendo aumentar o estoque da dívida estadual), provocou uma onda de descrédito no Brasil, com a sensação, lá fora, de que nosso País é ingovernável.

Essa declaração, ao invés de servir para aumentar os votos de oposição no Congresso, fez com que o presidente Fernando Henrique obtivesse aprovação de 80% do ajuste fiscal, por larga margem.

Do episódio, fica uma grande lição: qualquer insucesso do programa de estabilização, aqui, repercute no mundo todo. Afinal de contas, somos já a oitava economia do mundo!

Luiz Henrique da Silveira, prefeito de Joinville

Começou o incêndio [AN5.3]

Apolinário Ternes

Não se trata de ser contra, ou de rezar pela cartilha do pior. O incêndio está aí, queimando o País por dentro e por fora. Não querervê-lo, é pretender esconder o sol com a peneira, como diziam os mais antigos. A continuar assim, em pouco tempo teremos de concordar que o governo FHC terá sido mais desastrado e mais ruinoso ao Brasil do que os meses em que estivemos sob a presidência de Fernando 1º, Collor de Mello, de trágica memória.

Jânio de Freitas, na "Folha de S. Paulo" de sexta-feira, inicia seu artigo "À volta, a escuridão" com o seguinte parágrafo: "Tanta pose pedante, tanto falatório prepotente, tanta arrogância para esse final pívio. Um governo entregue às baratas, um monturo de incompetências que impuseram quatro anos de sacrifícios à grande maioria do País ansioso por desenvolver-se - para esse final reles. Um governo de mentiras, um governo de mentira".

O artigo aborda a crise da semana, que marca o início do fim do real, da estabilidade econômica, de qualquer vestígio de crescimento nos próximos cinco anos e o fim, melancólico, do segundo mandato do Príncipe, 10 dias depois de iniciado.

O retrato do Brasil de hoje é similar aos últimos dias do governo Collor. Estamos no "buraco negro", no vácuo. E o Congresso, que nada fez e nada faz, se apressa, acuado, a aprovar o que lhe põem à mesa. Mas é tarde, terrível e tragicamente tarde. E eles, os congressistas de meia pataca, é que devem ser responsabilizados. Não passam, mostram suas reações de pânico dos últimos dias, daquilo mesmo que Lula, num rasgo de lucidez e coragem, ousou classificá-los: "picaretas". Com meia dúzia de exceções, no universo de 583 politiqueiros da mais baixa categoria que já tivemos em toda República.

O Príncipe, coitado, correu de um helicóptero a outro, daqui para lá, sem saber de nada. O governo escoou, enfim, pelo ralo da mediocridade que impera em Brasília. Do ministério faz-de-conta que montou, às pressões de bandidos comuns, os seqüestradores de Abílio Diniz, que encurrallaram e finalmente derrotaram o governo. Ali, de joelho, acabou qualquer resquício de governabilidade desse ajuntamento de interesses que se instalou em Brasília à volta do Príncipe.

Estamos muito mal. No centro da pior crise das últimas

décadas. Um país desmoralizado perante o resto do mundo, com o Príncipe fazendo pose de estadista. As reservas viraram pó. O real continuará sendo desvalorizado, inapelavelmente. O mundo está se lixando para o Brasil, e só agora iremos saber que os Estados Unidos deverão agir e reagir segundo seus interesses estratégicos, e não para salvar um país "bonzinho" da Latino América.

Estamos mal. No meio das chamas de um incêndio que deixará um país devorado pela recessão, desemprego, inflação e na incompetência de seus governantes. Este, que se reconheça, é mais um legado da "Constituição cidadã", de 1988, que marcou o início do delírio coletivo a que estivemos mergulhados até que as sirenes dos bombeiros revelassem que o incêndio anunciado não era coisa de "fracassomaníacos".

E não estamos no final, mas no começo de um ciclo de arrepiajar que vem pela frente. Um grotesco retrocesso, às portas do terceiro milênio e em plena era da globalização. Primeiro foi o PMDB, com Sarney e Itamar. Depois o incendiário de Alagoas, agora os tucanos neoliberais, doutores em tudo.

Até onde e até quando o Brasil resistirá, se escaparmos, por algum milagre da Previdência, do incêndio de hoje? Com câmbio livre e tudo, o dia de amanhã será para todos nós o dia D, de desembarque mesmo. Do real e do século 20.

Apolinário Ternes, jornalista e
historiador/aternes@netville.com.br

Os malefícios do tabagismo [AN6.1]

ANTONIO ERMÍRIO DE MORAES

A Justiça americana acaba de conceder uma megaindenização de US\$ 51,5 milhões a uma senhora que tem um câncer de pulmão causado pelo fumo. Pagará a empresa produtora dos cigarros que ela fumou durante 35 anos.

As indenizações judiciais nos campos do consumo, do meio ambiente, da saúde ocupacional, do assédio sexual e outros estão se transformando numa verdadeira indústria advocatícia em todo o mundo. Isso é preocupante.

Mas, no caso do tabagismo, as pesquisas são inequívocas ao apontar o fumo como um dos principais responsáveis por várias doenças graves, em especial câncer, hipertensão, infarto e aneurisma. Os fumantes têm uma chance de contrair câncer do pulmão que é 22 vezes maior do que os que não fumam. Uma vez contraído, em 90% dos casos, esse câncer leva o seu portador à morte. É um problema gravíssimo.

Os estragos do cigarro não param aí. A letalidade do câncer no esôfago entre os fumantes é de 78%; na laringe, 81%; e, na cavidade bucal, 92% (American Cancer Society, 1998)! No mundo, o cigarro mata 3 milhões de pessoas por ano. Se esse hábito não for reduzido, os epidemiologistas estimam que, por volta de 2020, o fumo matará 10 milhões de pessoas anualmente ("Mortality in Developed Countries", Oxford University Press, 1999). Antes da sua morte, os países gastarão uma fábula com essas pessoas. Só os Estados Unidos despendem, hoje em dia, US\$ 45 bilhões por ano para tratar de doenças causadas pelo cigarro.

A produção mundial é de 6 trilhões de cigarros por ano. Até há pouco tempo, o consumo se concentrava nos países desenvolvidos. Nos últimos anos, os produtores de cigarros passaram a explorar com intensidade os países mais pobres.

Nenhuma causa de morte é tão prevenível quanto a do cigarro. Mas, infelizmente, o hábito de fumar

está arraigado nas pessoas e é reforçado pela propaganda. Nas ações judiciais, os produtores defendem-se ao dizer que em todos os maços está escrito que o cigarro faz mal à saúde e que só fuma quem quer. Muitos argumentam, porém, que essa informação é insuficiente para as pessoas entenderem a extensão do problema.

Ao tomar conhecimento de pesquisas científicas que fornecem dados específicos sobre as graves consequências do tabagismo, a Justiça da Califórnia decidiu apoiar financeiramente a mais ampla divulgação desses estudos. Isso visa deixar claro aos fabricantes que a sociedade e eles próprios, daqui em diante, saberão, em detalhes, os sérios problemas causados pelo cigarro - como já acontece nas campanhas de combate à Aids.

Com o fumo, a guerra será mais difícil. No caso da Aids, as pessoas não precisam se privar do prazer do sexo. Em relação ao cigarro, elas terão de abandonar um hábito para desfrutar o prazer de viver mais tempo. Isso será demorado. Mas parece não haver outro caminho.

Antonio Ermírio de Moraes, empresário/SP

Sem investimento não há educação [AN6.2]

Magno de Aguiar Maranhão

Precaução e investimento são as palavras que nos vêm à mente, em primeiro lugar, ao tomar conhecimento dos trágicos resultados da segunda edição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Estarrecido, o Brasil ficou sabendo que o desempenho médio dos alunos da terceira série do ensino médio em provas de português, matemática e ciências equivale ao que seria esperado de estudantes da oitava série do ensino fundamental. Já esses têm notas que deveriam ter sido atingidas quatro séries antes.

Falamos em precaução, porque o Saeb é uma prova padronizada para todo o País, de dimensão continental e de realidades sociais as mais diversas. Existe, portanto, uma grande diferença entre o currículo oficial e a realidade de cada Estado e lugarejo, cada um com sua prática em sala de aula.

O currículo é uma expectativa que, normalmente, não é alcançada, porque a forma como o conteúdo é transmitido depende de condições, como a boa formação dos professores e a estrutura das escolas, a maioria das quais sequer dispõe de biblioteca.

Em alguns casos, o currículo é baseado até mesmo na realidade de outros países.

Lembramos que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece a liberdade para a formação dos currículos, respeitando as características regionais, mas, na prática, isso ainda não acontece.

Portanto, o resultado do Saeb deve servir para sacudir educadores e autoridades, mas não pode ser lido ao pé da letra, sob pena de cometemos injustiças.

Investimento é a segunda palavra de ordem, pois está provado que, sem ele, continuaremos a lamentar nossa condição de País do terceiro mundo. E esse investimento precisa ser maciço, pois educação de qualidade custa caro, mas dá retorno garantido, com a melhoria das condições de vida da sociedade em geral.

Não é à toa que Minas Gerais foi o Estado com melhor desempenho no Saeb. Afinal, ele vem primando pela continuidade e pelo investimento; tem uma reforma em andamento há 12 anos; e aplicou 45% do orçamento em educação, além de 300 milhões de dólares emprestados pelo Bird.

Com esses recursos do Bird, Minas melhorou e criou bibliotecas nas escolas, informatizou a administração escolar, instalou 700 centrais de computadores, capacitou professores e diretores e investiu na avaliação do sistema educacional.

Mas também as comparações de rendimento entre Estados têm de ser feitas com cuidado, pois dois exames (o primeiro foi em 1995), ainda mais com instrumentos diferentes, são insuficientes.

Nenhum resultado de avaliação seria tem posições definitivas sobre tendências educacionais antes de uma série histórica de, pelo menos, cinco avaliações.

Finalmente, lembramos a importância da participação dos pais na gestão das escolas públicas. Eles é que sabem onde devem ser aplicados os recursos, geralmente escassos, e ainda podem promover melhorias na base do trabalho voluntário.

O Brasil precisa arregaçar as mangas para dar uma virada na educação, e essa é uma tarefa de todos nós.

Magno de Aguiar Maranhão, membro do Conselho Estadual de Educação (RJ)

A gestão por competências [AN6.3]

João A. F. Araújo

Até bem pouco tempo, vivíamos o império das competências, ou seja, competia a você fazer tudo o que seu chefe mandasse. Era a lei do manda quem pode, obedece quem tem juízo. Ou será que ainda é assim? Como diria "Chicó", personagem de "O Auto da Compadecida": "Não sei, só sei que foi assim". Pretendo realmente que tenha sido assim e que esta seja mais uma página virada (e que já vá longe) desta tão conturbada relação entre o capital e o trabalho.

Com o passar dos tempos e no avançar das relações intra-organizacionais, e no que sobrou depois dos downsizings, rightsizings e das reengenharias - a propósito, alguém viu o Hammer por aí? -, novos modelos de gestão foram sendo desenvolvidos, as relações trabalhistas foram melhorando, os funcionários ganharam o título de colaboradores (mas nem por isso deixaram de ser excluídos), vieram as learning organizations, a competição selvagem, as empresas globais, os blocos econômicos e - ufa! -, a globalização trazendo discursos de prosperidade e um rastro de desemprego e desespero.

Nas organizações atônicas mundo afora, percebeu-se que as habilidades até então conhecidas (especificamente as técnicas) não mais satisfaziam clientes que, de repente, passaram a ser muito exigentes. E pior, promover um bom técnico a um cargo gerencial já não era a melhor alternativa para garantir uma produção com qualidade. Era preciso mais.

Passou-se, então, a valorizar os estilos de gestão mais voltados às relações interpessoais, à capacidade de tomar decisões, à criatividade, ao trabalho em equipe, à predisposição para correr riscos, ao saber ouvir entre outras tantas competências. E, como um milagre, o pessoal ficou mais feliz, passou a participar com maior empolgação do dia-a-dia das empresas, deu sugestões, construiu modelos de administração participativa (não me refiro ao eficientíssimo CCQ), e o famoso QI passou a ser bem menos importante

face ao recém-chegado QE (coeficiente emocional).

Surge agora um novo conceito, "a gestão por competências". Um aglutinador de ações no campo das habilidades de gestão e que vem para dar início à "new company of the 21th century".

É um modelo absolutamente novo, conhecido e iniciado por poucas organizações no mundo. Não há literatura a respeito, e as experiências são ainda embrionárias. Porém, este modelo será capaz de determinar as competências básicas das empresas, que por sua vez determinarão as competências humanas que a atenderão, alinhando-as. Serão necessárias muitas mil horas para definir o que é competência, adentrar a visão e o planejamento estratégico, descobrir valores e talentos inerentes às pessoas e que suportarão essa nova companhia.

Como resultados, obteremos o desenho e redesenho de carreiras, o inplacement ou realocação funcional, a locação das competências humanas às competências requeridas por determinados projeto. Neste ponto, cabe ressaltar que competências iguais ou similares produzem a eficiência, quiçá a eficácia. Contudo, competências diferenciadas proporcionarão a excelência. Caberá ao novo gerente do conhecimento e aos novos gerentes de processos conhecê-las e administrá-las. Tal saber redefinirá a remuneração que passará a ser estratégica para aqueles cargos ou funções também estratégicos, e os planos de treinamento, desenvolvimento e educação continuada ou não terão nova dimensão, preparando aqueles que serão os exponenciais e que virão a garantir a sobrevivência e perenidade das organizações.

Além disso, outro benefício é o outplacement, cujo papel será o de reorientar as pessoas para a busca de um novo mercado, adequando posturas e abrindo novos horizontes que dificilmente seriam percebidos no inebriante mundo organizacional.

Este novo modelo é apenas uma trilha com grandes possibilidades de tornar-se ampla avenida de mão dupla que, espero, seja repleta de felicidade.

João A. F. Araújo, consultor para o
desenvolvimento humano e
organizacional/jaraujo@akros.com.br

ARTIGOS DO JORNAL *DIÁRIO CATARINENSE*

PMDB, as lições de 98 [DC3.1]

ZULEIKA MUSSI LENZI, vice-presidente do PMDB/SC

As eleições de 4 de outubro trouxeram alguns ensinamentos e lições importantes que, se bem aprendidos, poderão servir de parâmetro para os futuros pleitos eleitorais, especialmente com relação ao partido político ao qual sou filiada há tantos anos, integrando a atual executiva estadual - o PMDB.

O eleitor desmentiu a sua aparente apatia inicial na campanha política, impondo derrotas que entendeu merecidas, mesmo aos que detinham o poder da máquina administrativa e acreditavam que essa força se estenderia à manipulação eleitoral.

O PMDB elegeu em Santa Catarina 10 deputados estaduais e quatro deputados federais. Relacionando-se com o pleito de 1994, perdeu uma cadeira na Câmara Federal. A diminuição da representação federal corresponde à situação eleitoral nos outros Estados do Sul e Sudeste. O partido cresceu no Nordeste e tornou-se a terceira bancada na Câmara Federal. Continua a ser a maior bancada no Senado. A vontade do eleitor não se manipula: ou se conquista ou se é derrotado. Deve-se registrar, igualmente, que o instituto da reeleição não assegura a vitória antecipada nas eleições majoritárias.

Quando o candidato não possui o concenso dentro do partido, o que aconteceu com o candidato ao governo do Estado pelo PMDB, resultado até da falaciosa desistência inicial de candidatura, para posterior imposição pseudamente ungida por imaginoso anseio popular-partidário, a semente da derrota começou a germinar.

As levianas acusações de que o único causador da derrota eleitoral foi o Diretório Estadual do partido motivando, com isto, a tentativa de golpe, pretendendo a destituição da direção partidária, leva-nos à histriônica conclusão da eterna "culpa do mordomo", como se os erros e comportamentos não fossem de conhecimento público.

As decisões políticas, engendradas e maquinadas em gabinetes, substituindo as que naturalmente deveriam sair do comando partidário, ajudou na constatação da resultante comédia de erros.

A grande lição ficou: o PMDB deve redefinir suas metas políticas, lutar pelo desenvolvimento econômico e social, apresentar alternativas estratégicas para geração de empregos e mostrar como alcançar a justiça social.

A universidade que queremos [DC4.1]

O inestimável apoio comunitário e a presença constante dos órgãos colegiados nas grandes decisões que têm norteado a Universidade do Vale do Itajaí, têm-nos garantido que vimos acertando na busca dos objetivos. Vez por outra enunciados e renovados nos textos e falas que tão freqüentes devemos ao público, estes objetivos são sinais de que temos persistido com fé, mas a sua realização, porém, tem sido seguida de muito trabalho.

É olhando para o futuro que traçamos o perfil do que queremos. A busca incessante do amanhã tem caracterizado tanto nosso trabalho, que já se transformou em lema. É no futuro que projetamos as experiências do passado e pomos as necessidades e os desejos do presente. Tanto que, no presente momento, tudo o que queremos é qualidade. A universidade agora, e já algum tempo, tem tido a qualidade como grande meta a ser perseguida.

No caso da Univali, que atendendo aos apelos comunitários desenvolveu um modelo multicampi, a grande preocupação, agora, é a estruturação daquelas unidades. Os alunos de Balneário Camburiú, Tijucas, Biguaçu e São José entre, outras unidades que ainda temos, merecem as mesma preocupações, o mesmo acabamento que os tão numerosos que freqüentam o campus central de Itajaí. E é de de visitar e ver. Todos eles vêm conseguindo uma estrutura invejável.

Há, porém, algo a considerar que merece uma reflexão acurada. Basta que se olhe o panorama das instituições de Ensino Superior do Brasil e do mundo para se concluir que nenhuma universidade pode ser ótima em tudo. Seria utopia. Sem que se desmereça nenhuma das suas ofertas, todas as universidades têm uma orientação que as destaca. A nossa Univali, para o bem de todos, tem-se destacado numa área fundamental, das que, ninguém, em sã consciência, relegaria para outros planos: a saúde.

Não que a pontuação no conceito A, obtida pelo curso de Odontologia no chamado “provão” do MEC, nos tivesse imbuído de euforia fácil. Nada disso. Quem nos tem acompanhado sabe que a recente instalação do curso de Medicina é a coroação de esforços antigos.

EDSON VILLELA, reitor da Univali.

Os Estados e o déficit [DC5.1]

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Prefeito de Joinville

Dentre os parâmetros macroeconômicos, o que mais ameaça a estabilidade do real é o déficit público. E quando se fala em déficit público, logo se pensa que se trata apenas do desajuste das contas do governo federal.

Na verdade, o déficit público engloba, em boa conta, as dívidas dos Estados e municípios, sendo que, neste caso, 80% são devidos somente pela Prefeitura de São Paulo.

O governo Fernando Henrique Cardoso negociou a dívida dos Estados em condições excepcionais. Aquela coisa que, no popular, se chama de pai para filho (6% ao ano e três décadas para pagar). E o mesmo quer a alcaldia paulistana, sob o título de renegociar, também, as “dívidas dos municípios”.

Fazer a lição de casa não significa jogar na rua milhares de humildes servidores. Mas sustar os privilégios de uma burocracia que se organizou para contemplar-se com vantagens que fazem as folhas crescerem vegetativamente como bolas de neve.

Os novos governadores, muito deles com razão, declaram seus Estados em agônica situação financeira. Mas, antes de ameaçarem não pagar a dívida, generosamente negociada pelo governo federal (aliás, uma ameaça que não tem sentido porque a União tem o poder de reter parcelas de receitas tributárias) , é preciso que os novos governadores, com o capital político que possuem no momento, começem por reduzir o número de secretarias, e, pela metade, os cargos de confiança.

Quando assumi a prefeitura de Joinville, tratei, logo na primeira semana, de propor à Câmara uma reforma administrativa nesse sentido. Por isso, mesmo com todas as dificuldades de conjuntura, temos nos distinguido por poder transformar Joinville num canteiro de obras, não obstante tenhamos concedido um aumento linear a todos os servidores e venhamos pagando em dia os salários. Aliás, Joinville foi o primeiro governo, em todo o país, a pagar integralmente o décimo-terceiro salário. No dia 27 de outubro.

Se todos fizerem a lição de casa, o déficit público será controlado. Mas, se os Estados não quiserem pagar suas dívidas, o governo federal só terá uma saída: aumentar impostos. E nós, cidadãos, é que pagaremos a conta.

Aids e as drogas [DC6.1]

ANDERSON NUNERBERG
Professor da UFSC

Em todas as partes do mundo, a disseminação do vírus da imunodeficiência humana, o HIV, continua em ritmo alarmante. Essa pandemia criou um impacto dramático e freqüentemente devastador em muitos países. Embora muito se tenha aprendido sobre essa doença, os pesquisadores não têm previsão de cura no futuro imediato, prevendo-se que seja crescente o número de indivíduos infectados com HIV.

Atualmente se estima que 22,6 milhões de pessoas estão infectadas por HIV no mundo e, até o ano 2000, as projeções indicam que haverá entre 38 e 108 milhões de pessoas infectadas pelo vírus transmissor da Aids.

A contaminação através do uso de drogas injetáveis significa cerca de 21% do total das ocorrências da transmissão do HIV em todo o mundo. Os números são cada vez mais crescentes, sendo esta a via de transmissão responsável pela alteração contínua do perfil da epidemia (segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS - com base nas informações disponíveis que foram divulgadas em 1997).

Adicionalmente, podemos acrescentar que a rápida expansão do uso de drogas, como o crack, em suas associações com a prostituição e a violência, constitui-se em fator que vem aumentando a vulnerabilidade das pessoas em relação às doenças sexualmente transmissíveis, entre elas a Aids.

A transmissão do vírus da Aids aos usuários de drogas injetáveis é uma das formas de contágio mais freqüentes. O contágio ocorre através de seringas, agulhas ou outros objetos contaminados com sangue (colherinhas, chumaços de algodão etc). O uso de seringas e agulhas descartáveis suprime qualquer risco de contágio. Uma seringa ou agulha deve ser utilizada uma vez só e nunca pode ser jogada em qualquer lugar, sendo possível a ocorrência de acidentes com estes materiais perfuro-cortantes. Uma atitude despreocupada como esta pode fazer com que outras pessoas sejam infectadas.

A Aids propriamente dita se caracteriza por uma patologia correspondente a um destes quatro tipos de afecções:

1º infecções oportunistas (pneumonia, tuberculose pulmonar etc);

2º tumores (Sarcoma de Kaposi e outros);

3º desnutrição ou síndrome de caquexia;

4º transtornos neurológicos causados pelo vírus, demência, afecção das funções cerebrais superiores, paralisia facial etc.

ARTIGOS DO JORNAL *FOLHA DE S. PAULO*

Uma tarde de tédio [FSP3.1]

JOSÉ SARNEY

Em 1957, a "Tribuna da Imprensa", depois da sessão da Câmara dos Deputados, era o lugar em que nos reuníamos para saber as maldades que o jornal soltaria no dia seguinte contra Juscelino. Odylo Costa, filho, o grande renovador da imprensa brasileira, era o secretário. Carlos Castelo Branco, articulista, já incorporara o título de mestre. Carlos Lacerda era dono e ícone, o santo guerreiro para uns, o demônio, a fera do Lavradio, o Corvo, e tudo o mais para aqueles que eram alvo de sua pena de fogo. Carlos Lacerda chegava à redação e, nos seus dias "inspirados", quase não cumprimentava ninguém. Com espalhafatosa força batia o teclado da máquina de escrever, que, resistente, sobrevivia ao seu talento.

Era o velho panfletário que sabia descobrir nos fatos conspirações dificeis de desvendar e que ele, na sua genialidade, transformava em denúncias. Ninguém tão sedutor quando, de bom humor, queria agradar, e ninguém mais perigoso, violento, agressivo, intolerante quando possuído da ira santa da agressão. A UDN tinha com ele uma cumplicidade medrosa. Era o ídolo e o verdugo. A história passava pelos homens, tinha contorções e remexia as entranhas do Brasil.

Foi num dia desses que, para nossa perplexidade, Carlos Lacerda anunciou: "Vou escrever, hoje, sobre a Sociedade Protetora dos Animais". Entreolhamo-nos intrigados. Ele completou: "A situação está tão confusa e eu tão desolado que não tenho outro assunto senão os animais". E, no dia seguinte, os udenistas atônicos leram a "Tribuna da Imprensa". No lugar do artigo furioso do Carlos Lacerda encontraram uma dissertação amena sobre a nossa obrigação de defender os bichos. As interpretações foram as mais disparatadas. Uns viam uma sátira e buscavam carapuças; outros, uma mensagem cifrada aos golpistas que pululavam na cena política. Nada além do que uma tarde de tédio do grande jornalista. Um interlúdio para fazer pensar.

Recordo o fato e descubro, no redemoinho de tantos assuntos, como deixamos escapar, em certos instantes, o gosto de falar de coisas tão simbólicas como, agora, a chuva de estrelas, esses restos da Criação que estão fazendo brilhar o céu de nossas noites, legados do cometa Tempel-Tuttle, que, sonolento, cumpre sua órbita de 33 em 33 anos, raspando nossa atmosfera. E pensar que os antigos não sabiam disso e eram mais felizes do que nós, porque viam nas estrelas bons augúrios dos deuses e maravilhas dos mistérios.

Nós, envolvidos na tragédia do desemprego, na miséria das desigualdades sociais, não pensamos na bobagem de Robinson Crusoé, querendo sair daquela ilha do Pacífico, com Sexta-Feira e tudo, esperando navios que não chegavam. Ele não sabia que ali

estava o tesouro que Francis Drake enterrou. Como todos os piratas ingleses, Drake tornou-se sir, um dia saqueou Cartagena de Índias e derrubou com um tiro de canhão a torre da igreja, para ser lembrado.

Felizmente há, hoje, boas notícias. Na mesma Inglaterra da Terceira Via, de Tony Blair, proibiram-se experiências científicas de uso de colírio nos olhos dos ratos e de cremes de beleza no focinho dos porcos.

José Sarney escreve às sextas-feiras nesta coluna.

Querido padre Marcelo Rossi [FSP3.2]

**É bom ver aquela multidão em
júbilo, num momento de graça. O
que me atemoriza é ver um padre
pop star**

FREI BETTO

Rezo por você todo dia. Primeiro, para que seu trabalho dê frutos, "cem por um", como quer Jesus. Considero-o positivo no que concerne ao reavivamento espiritual, ao consolo dos aflitos, à cura dos enfermos, ao reencontro da fé. Como é bom ver aquela multidão em júbilo, num momento de graça!

O que me atemoriza é ver um padre pop star. Talvez o anacrônico seja eu, que jamais aceito convites para aparecer na TV. Prefiro aparecer entre os excluídos, nas comunidades eclesiais de base, na pastoral operária, na periferia, entre sem-terra e sem-teto.

Sempre me recordo de São Paulo, que pretendeu fazer sucesso no areópago de Atenas. Pregou ali com entusiasmo. Foi um fiasco, que o levou a trocar a sabedoria deste mundo pela loucura da cruz. Passou a viver em Corinto, entre gente simples, trabalhando com as próprias mãos. Não pregava a si mesmo, mas a "Jesus crucificado" (1 Coríntios 2, 2).

Você, Marcelo, rompe o bloqueio eclesiástico diante da mídia.

Nisso é discípulo de um grande mestre: João Paulo 2º.

Preocupa-me ver religiosos que fogem da imprensa como o diabo da cruz. Não sabem o que dizer ou praticam a mera ortofonia, sem idéias próprias, criatividade, alegria. Um apóstolo triste não combina com a imagem que tenho de Jesus, retratada no romance "Entre Todos os Homens".

Parecem não se dar conta de que, se o púlpito era o grande emissor em tempos de antanho, como o alto-falante da matriz no interior, hoje o púlpito é a mídia. Para o bem e para o mal. Mas é preciso saber usá-lo sem se deixar usar.

Você tem sido "ibopizado". Entrou no ar, sobe a audiência. Sua imagem vende CDs e terços, camisetas e quinquilharias. Mas lembre-se: quanto maior a altura, maior o tombo. Exaltados devem ser Jesus e sua mensagem: a solidariedade, a justiça para com os pobres, a denúncia das injustiças, o amor aos excluídos e a utopia de uma nova ordem das coisas, consubstanciada na categoria do Reino de Deus.

Qual é sua teologia? Ouço e leio suas entrevistas. Fica sempre uma pergunta sem resposta: o que você pensa? A quem, como Jesus, você chamaria de "raposa" hoje (Lucas 13, 32)? O que diria para o homem rico? Como trataria as mulheres adúlteras, os amasiados, os pecadores confessos?

Sua pastoral obedece a uma fórmula de sucesso: muita emoção,

pouca razão. Não recomendam as Escrituras darmos "as razões de nossa esperança" (1 Pedro 3, 15)? Gosto de ver a multidão vibrando com sua ginástica litúrgica, você com paramentos mais brilhantes que os demais concelebrantes; todos cantam com entusiasmo. Mas... igreja não é comunidade? Se voltar sua memória um pouco na história, encontrará outros movimentos carismáticos que, após um período de pique, fracassaram por não integrar os fiéis em comunidades. É como um alucinógeno: passado o efeito, perde-se o ânimo.

Centrar a espiritualidade no Espírito Santo é exigência de nossa fé. Porém, em todas as vezes que se privilegia o Espírito, nossa espiritualidade tende ao subjetivismo; se o Cristo, ao ativismo; se o Pai, ao conservadorismo. Nossa espiritualidade deve ser trinitária, ensina a igreja. E seu fruto, não arroubos e palavras sem nexo, mas o amor ao próximo, sobretudo aos mais pobres, amor que instaura a justiça e engendra a paz.

Espero que você não se torne prisioneiro da própria imagem e possa se sentar com sua família num restaurante aos domingos ou com os amigos no boteco da esquina. Ao perder o gosto pelas coisas simples da vida -passar num parque, tomar um banho de cachoeira, ir a um cinema-, temo que a gente comece a se dar uma importância indevida.

Vale o exemplo de João Batista. Ele evitava aparecer para que Jesus fosse exaltado (João 3, 30). Desconfie da mídia que se dobra à sua presença e não suporta ouvir os nomes de d. Hélder Câmara, d. Paulo Evaristo Arns e d. Pedro Casaldáliga. Essa mídia não quer o Evangelho. Quer uma isca que atraia maior audiência. Mais audiência significa ampliar a veiculação de clipes publicitários -formar consumidores e não cidadãos. Muito menos cristãos.

Nunca nos falamos. Espero encontrá-lo numa dessas ocasiões em que sem-teto são desalojados, sem-terra expulsos do assentamento, portadores de HIV alijados dos hospitais, favelados cercados pela polícia. Traga seu rebanho para as obras de justiça. Para os que têm fome e precisam de quem lhes dê de comer; estão oprimidos e precisam ser libertados; enfim, os excluídos. É neles que Jesus quer ser reconhecido, servido e amado, como ele ensina no capítulo 25 do Evangelho de Mateus. Reze também por mim, um católico com muita vontade de se tornar cristão.

Carlos Alberto Libânio Christo (frei Betto), 53, frade dominicano e escritor, é assessor de movimentos pastorais e sociais.

Apreensões e esperanças [FSP4.1]

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

Os últimos dias de 1998 suscitam nossa reflexão para a salvaguarda sempre maior da dignidade da pessoa e dos direitos humanos. Acaba de ser anunciada a vibrante mensagem do papa João Paulo 2º, por ocasião do 22º Dia Mundial da Paz. É na perspectiva da defesa e promoção de toda pessoa, cuja dignidade é iluminada pela redenção realizada por Jesus Cristo, que precisamos analisar as apreensões e alimentar esperanças.

1) Entre as questões que causam preocupação, surge, em primeiro lugar, o recente bombardeio contra o Iraque. Vidas humanas inocentes não podem ser sacrificadas. O uso da violência, se à primeira vista parece eficaz, leva, no entanto, a reações igualmente violentas e incontroláveis. Temos que insistir na força do diálogo, na educação da liberdade, na busca incansável de meios pacíficos para a solução dos problemas internacionais, confiando na abertura de todo ser humano à verdade e justiça, bases de uma nova ordem social.

2) O caso específico do general Pinochet levanta a questão mais ampla da existência de um tribunal internacional que possa julgar os crimes contra a humanidade. Na mensagem sobre a paz, o papa João Paulo 2º refere-se à contribuição que esse futuro tribunal poderá trazer para a prática efetiva dos direitos humanos. Serão julgados os crimes de genocídio, de tortura, de prisões arbitrárias de guerra e agressões contra a humanidade. Isso inclui o reconhecimento das injustiças e a punição dos responsáveis, aos quais se deve assegurar a defesa, evitando revanchismo e espírito de vingança.

Afirma-se, assim, o direito concedido a todos de recorrer a um tribunal independente, imparcial, que repare as falhas, omissões, arbitrariedades cometidas no âmbito de uma nação. O importante é que não fiquem mais impunes crimes que violaram gravemente a vida e a dignidade de pessoas. A soberania dos Estados não está acima da Justiça, nem deve acobertar a impunidade de criminosos. Todos estamos sujeitos às exigências maiores do respeito pleno à dignidade da pessoa humana.

3) Outra situação indissociável dos direitos humanos é a aspiração à justiça social. Não basta defender a pessoa dos abusos de poder que restringem a liberdade e recorrem à tortura e a demais atrocidades. É preciso garantir as condições dignas de vida para o povo. A esse respeito temos que confessar que a especulação financeira internacional, as imposições econômicas, o controle do FMI, os altos juros da dívida externa e outros fatores fazem crescer a recessão e o desemprego. Em vez de buscarmos incrementar a distribuição dos benefícios sociais, temos constatado diante da situação de pobreza do povo a incongruência e insensibilidade dos que reduzem os gastos na área

social e dos que acabam de propor o aumento salarial do funcionalismo para alguns setores, sem assegurar o mesmo aumento para outros servidores.

Na mesma perspectiva, era de esperar uma discussão mais séria e participada sobre o corte na isenção das entidades filantrópicas, que foram desfiguradas pela mídia e pela própria medida provisória, quando merecem incentivo e apoio pelos serviços benficiantes que prestam. As apreensões podem e devem se transformar em esperanças, à medida que, pelo diálogo franco e pela busca de soluções, com a colaboração de todos,せjamos capazes de colocar como critério prioritário a promoção do bem comum.

A aproximação do Natal há de suscitar em nós, com a graça divina, não só o dever da cidadania, mas a prática da solidariedade e do amor cristão.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

A proposta de reforma tributária do governo vai racionalizar a arrecadação?

SIM

Exigência para o crescimento [FSP4.2]

BENITO GAMA

A reforma do sistema tributário não é apenas uma necessidade tecnicamente reconhecida. Passou a ser uma exigência indispensável para o Brasil continuar modernizando sua economia, de modo a se preparar para os desafios da integração econômica dos mercados -sob pena de, sem reformas, perder a competitividade, que já é pouca.

O sistema vigente induz fortemente à concentração da economia no Centro-Sul do país, como é o caso das alíquotas interestaduais do ICMS, com tributação na origem e não no destino. As regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste) são submetidas a um lento processo de crescimento, o que aprofunda os desniveis regionais. Estrategicamente, em termos de economia, é um grave erro.

O caráter perverso da evasão de receitas é proporcionado pelo próprio sistema e decorre do excesso de tributação sobre os mesmos contribuintes, no planos federal, estadual e municipal, além do volume da burocracia, que complica a situação das empresas, induzindo-as à sonegação. Daí decorre o que classifico como os cinco ralos de sonegação e evasão fiscal existentes no Brasil.

São eles: a) O sonegador relapso. Contumaz, existe aqui e em todo o mundo e precisa ser combatido. b) O inadimplente. É o contribuinte que deve, reconhece, declara, mas, por razões de ordem econômica ou excesso de tributação, não consegue pagar. c) Evasão fiscal por via judicial. Em qualquer decisão do fisco, advogados recorrem à Justiça e, por liminares, suspendem os pagamentos. Esses casos ocorrem com frequência. d) Evasão fiscal pela ignorância legal. O contribuinte pode pagar, quer pagar, mas a gigantesca quantidade de normas, resoluções e portarias, em todos os níveis de governo, leva ao desconhecimento das obrigações. Isso torna vulnerável qualquer empresa brasileira diante do fisco. Neste momento, alguma nova norma fiscal pode estar entrando em vigor. e) Evasão fiscal pelo cidadão anarquista. Esse, felizmente, é o grupo minoritário, que não recolhe impostos sob a alegação de que os governos gastam mal.

É um quadro trágico, mas reflete a realidade tributária nacional, agravada a cada ano. A reforma tributária é a mais importante do processo de modernização do Estado. Sem ela, não haverá ajuste

fiscal, as empresas continuarão sufocadas e a sonegação será crescente. O novo sistema tributário deve ser um instrumento da sociedade, para o bem da população brasileira; não em favor de determinados Estados, municípios, setores ou regiões.

Há tempos, o governo, tanto este como os anteriores, dispõe de diagnósticos e estudos. A questão é de engenharia política: organizar um acordo no Congresso para efetivamente simplificar e reduzir a quantidade de impostos, desonrar a produção e respeitar a capacidade contributiva do cidadão.

A batalha pela reforma tributária no Brasil é muito antiga, mas os governos jamais atenderam a essa necessidade. Para enfrentar um problema complexo, adotaram-se paliativos simplistas: aumento de impostos, criação de tributos, elevação de alíquotas, por aí seguindo num processo de quase extorsão de empresas e cidadãos.

No Congresso constituinte de 1988, tentamos aprimorar o sistema tributário, mesmo sem poder partir para uma reforma total; mas evoluímos pouco. Na época, recém-saído de um período autoritário, o Congresso sofria de perda da prática democrática, baixo índice de discussão e grande renovação parlamentar, originando uma mescla de posições e idéias diversas, algumas utópicas, que viriam a resultar numa Constituição mais idealista do que realista.

Na época, os debates se limitaram à partilha das rendas públicas entre Estados, municípios e União, numa verdadeira "guerra civil" para definir a participação de cada ente da Federação no bolo tributário. Não foi a discussão apropriada diante da magnitude do problema, que só viria a se acentuar nos anos seguintes.

Prevaleceu, então, a luta entre os níveis de governo porque a reforma tributária era tida como uma simples repartição de rendas -não como um sistema complexo e necessário de relações econômicas, sociais e políticas de um país.

A consequência foi que, após 1988, Estados, municípios e União se uniram contra o cidadão e as empresas. A carga tributária individual, setorial e global sobre as mesmas pessoas aumentou assustadoramente, com a complacência da maioria do Congresso e a baixa capacidade de indignação do povo brasileiro. Esta começa a mudar, felizmente. Hoje, não se criam nem se aumentam impostos impunemente no Brasil.

O sistema tributário brasileiro, na verdade, está esgotado.

Sobreviveu dificultando a vida de cidadãos, empresas e governos num período em que o país vivia distante do mundo, pelo autoritarismo do governo e por meio de políticas protecionistas, que prejudicaram a inserção de sua economia no mercado internacional. Tal sistema, mesmo assim, prevaleceu por três décadas, resistindo à reforma e à análise realista. Hoje, nossos indicadores econômicos são infinitamente superiores, em termos de PIB, exportações, investimentos estrangeiros e todos os demais.

O sistema tributário que ora caduca, tardivamente, prevaleceu num regime político fechado, sem debates, críticas ou criatividade (como todo absolutismo). Prevaleceu como a reserva de mercado para a informática, o baixo índice tecnológico industrial e a ausência de competitividade dos produtos brasileiros. Hoje, esgotou-se. A reforma tributária é uma exigência para o crescimento do país e a sobrevivência de suas empresas e contribuintes.

Benito Gama, 50, é deputado federal pelo PFL-BA e ex-líder do governo Fernando Henrique na Câmara dos Deputados. E-mail: bgama@svn.com.br

A proposta de reforma tributária do governo vai racionalizar a arrecadação?

NÃO
Uma reforma que concentra [FSP4.3]

PAULO BERNARDO

O ponto básico da proposta de reforma tributária do governo é a criação do novo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), instituído, regulado e compartilhado pela União, porém arrecadado e fiscalizado pelos Estados. A incumbência desse imposto é substituir o ICMS estadual, o IPI, a Cofins, o PIS e o salário-educação, todos extintos pela proposta governista.

Como um dos objetivos é não diminuir a receita atual, o novo imposto deverá responder por uma arrecadação mínima de R\$ 100 bilhões, que corresponde ao somatório da receita dos tributos eliminados.

Para atingir tal volume de arrecadação, poderá ser necessário adotar alíquotas de até 40%. Na atual conjuntura, uma alíquota tão alta representará forte estímulo ao ilícito fiscal.

A proposta não torna o sistema tributário mais racional porque reforça seu caráter indireto, regressivo e, portanto, injusto. O novo ICMS, se aprovado, teria um mérito: deixar claro o peso dos impostos indiretos em nosso sistema comparado ao dos diretos, como os impostos sobre a renda e sobre a propriedade, socialmente mais justos.

Além disso, a proposta aumenta o poder tributário da União e fragiliza as receitas dos Estados. Hoje, as unidades da Federação despendem grandes esforços para modernizar a máquina arrecadadora. Impor-lhes a incumbência de substituir o fisco federal na fiscalização dos contribuintes da Cofins, do IPI, do PIS e do salário-educação é acrescentar ônus sem a devida contrapartida, já que a proposta estabelece a manutenção do atual nível de receita disponível em cada esfera de governo.

Nos últimos cinco anos, o que a União mais fez foi concentrar receitas em detrimento dos Estados e municípios, por mecanismos como o FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), a Lei Kandir (que desonera do ICMS as exportações) e o Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), entre outros. Querer manter o atual nível de receitas estaduais e municipais aumentando as responsabilidades desses níveis de governo parece piada.

A CPMF vira um imposto permanente, o IMF (Imposto sobre Movimentação Financeira), que não será repartido com Estados e

municípios e será desvinculado das ações de saúde. Há a previsão de que seu pagamento seja compensado com outro tributo devido, possivelmente o Imposto de Renda. Mais uma vez, a conta sobrará para Estados e municípios. Diminuindo a arrecadação do IR, caem as transferências por meio dos fundos de participação.

Esses aspectos indicam maior concentração de receitas na esfera federal e despreocupação em distribuir de forma mais justa a carga tributária entre os contribuintes.

Como positivo, poder-se-ia citar o fato de a proposta acabar com a guerra fiscal, ao estabelecer alíquota uniforme do novo ICMS. Entretanto, o simples anúncio da idéia já desencadeou pelo país uma disputa desmedida entre os Estados para atrair investimentos e, com isso, minorar os efeitos perversos da crise econômica nacional sobre o emprego. É a prática do velho ditado "farinha pouca, meu pirão primeiro".

Racionalizar o sistema é também torná-lo proveitoso para o maior número possível de envolvidos. O novo sistema, escondido atrás de uma pretensa simplificação, traz bons proveitos à União. O ministro da Fazenda, na justificativa da proposta, sugere que justiça tributária é o superávit gerado pelo equilíbrio das contas públicas, fator fundamental para o país em face do novo padrão econômico internacional.

A reforma tributária tende a ser pautada, como as demais, pela necessidade de cobrir a crescente conta de juros do governo central.

Paulo Bernardo, 46, é deputado federal pelo PT do Paraná e presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

A Previdência e a expectativa de vida [FSP5.1]

ANTONIO ERMÍRIO DE MORAES

Ganhei um livro no último Natal sobre os problemas da sociedade que envelhece. O estudo é de grande valor para um país como o Brasil, cuja população está envelhecendo a uma velocidade espantosa ("Maintaining Prosperity in an Ageing Society", OECD, 1998).

Os avanços da medicina têm permitido espichar a vida média para além dos 70 anos e com mais saúde. Há países, como o Japão, em que a maioria das pessoas vive mais de 80 anos.

Ao mesmo tempo, os seres humanos vêm se aposentando cada vez mais precocemente. Em uma vida de 80 anos, as pessoas trabalham 35. Nesses 35 anos, o tempo trabalhado é pouco mais da metade dos dias do ano.

Em outras palavras, o mundo caminha para uma situação em que, ao longo de sua existência, os seres humanos trabalham um ano para ficar dois sem trabalhar. Essa equação sobrecarrega os sistemas previdenciários. Não há país que apresente equilíbrio nas contas da seguridade social, o que levou a OECD a propor uma série de medidas, das quais destaco as seguintes:

1) Os sistemas de aposentadoria, a estrutura tributária e os programas sociais devem ser reformados de modo a remover os incentivos à aposentadoria precoce; 2) as leis trabalhistas devem ser modificadas de forma a estimular e assegurar a atividade dos mais idosos; 3) os benefícios das aposentadorias devem ser compostos de um "mix" de recursos públicos e privados.

No Brasil, quando se fala em criar trabalho para idosos, logo vêm aqueles que temem criar dificuldades para o emprego dos jovens. Penso, porém, que esse argumento não se sustenta. A redução do enorme déficit da Previdência Social tem um impacto positivo na geração de mais investimentos e empregos para todos.

Além do mais, os mais velhos carregam consigo uma experiência profissional valiosa que pode ser transferida aos mais jovens, melhorando a sua empregabilidade.

No mesmo mês em que a OECD lançava o precioso estudo em Paris, várias empresas do interior de São Paulo começaram a雇用 pessoas com mais de 50 anos. As experiências mostram que os mais velhos estão transmitindo aos mais jovens os valores do zelo, da honestidade, cordialidade, disciplina e várias outras qualidades que são essenciais no mundo atual. Trata-se de valores que dificilmente se apreendem na escola e que, no entanto, por meio do exemplo, são inoculados nos mais jovens.

Essas coisas parecem remotas, mas é preciso tomar providências já para evitar um colapso maior no futuro. Ou seja, estamos num mundo em que a seguridade social precisa ser continuamente reformada e ajustada às condições predominantes que caracterizam a economia atual. Da mesma maneira, impõe-se

reformular a legislação trabalhista para facilitar a interface entre os mais velhos e os mais jovens no mercado de trabalho.

Creio que pela matéria aqui exposta o leitor chegará à conclusão de que o problema não é só do Brasil, mas principalmente de todos os países onde a saúde e a educação venham a permitir uma maior expectativa de vida.

Antonio Ermírio de Moraes escreve aos domingos nesta coluna.

Tenacidade e esperança em favor do Brasil [FSP5.2]

A desvalorização feita por meio da livre flutuação deve se refletir favoravelmente para a produção industrial

HORACIO LAFER PIVA

Enquanto continuam a se desenvolver, no Brasil e no mundo, os eventos políticos e econômicos decorrentes da desvalorização do real, a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que procuram analisar e compreender o que se passa, mantêm sua aposta no futuro do país, acreditando que o mercado será capaz, nos próximos dias, de encontrar seu próprio equilíbrio.

Até as últimas horas de sexta-feira, dirigentes da entidade mantiveram contatos, procurando avaliar os reflexos que as mudanças no regime cambial teriam para a indústria.

Em princípio, a desvalorização da moeda feita por meio da livre flutuação do câmbio deve se refletir favoravelmente para a produção industrial, estimulando as exportações e eliminando o subsídio oculto que de fato existia para as importações. É um passo importante na direção da isonomia competitiva dos produtos brasileiros.

A Fiesp/Ciesp reafirma, neste momento, seu compromisso com os princípios lançados por meio do Pacto pela Produção e pelo Emprego (que propôs em dezembro passado), que leva em conta o lado real da economia. Assim, continuará lutando por uma redução sustentada da taxa de juros, com a consequente retomada do crescimento econômico.

A desvalorização da moeda pode permitir, como já permitiu nos países asiáticos e no México, a redução dos juros. A entidade agirá também na busca de um amplo entendimento nacional, que envolva governo, oposição e diversos setores da sociedade civil. A Fiesp/Ciesp compartilha com a sociedade a forte preocupação com a possibilidade de que a inflação volte a subir, como efeito da desvalorização. Por isso mesmo, declara-se explicitamente inimiga da indexação (esse perverso agente inflacionário) e defensora da estabilidade da nossa moeda. Voltar atrás seria o pior dos mundos.

As nossas entidades estimulam os associados para que se esforcem a fim de manter estáveis os níveis dos preços dos

produtos e insumos industriais. E fazem um apelo ao governo: os preços públicos não podem dar um mau exemplo ao mercado. No quadro da luta em favor da produção, a Fiesp/Ciesp sugere uma ofensiva nacional pelo aumento das exportações. Do mesmo modo, estimula uma ação articulada no combate às importações supérfluas ou desleais, por meio dos mecanismos disponíveis. A indústria entende que, a duras custas, está completando o seu próprio ajuste. Flexibilizada pelos recentes saltos de produtividade e com baixo grau de endividamento, até por causa da própria irracionalidade da recente política monetária, tem condições de resistir com sucesso aos atuais embates da economia.

A Fiesp/Ciesp reafirma, nesta hora, a sua crença na capacidade do setor privado brasileiro e na competência do nosso empresariado. As entidades renovam o seu apelo ao Congresso para que complete imediatamente o ajuste fiscal e, logo em seguida, aprove a reforma tributária e as demais reformas estruturais, tão necessárias para libertar no Brasil o dinamismo e a eficácia do livre empreendimento. Sem as reformas, todo sacrifício imposto à nação de nada valerá.

Com tenacidade e esperança, os industriais de São Paulo respondem aos desafios do momento. Em favor do Brasil.

Horacio Lafer Piva, 41, industrial, é presidente da Fiesp/Ciesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo).

Um bode chamado Copa a cada dois anos [FSP5.3]

**Acho que uma Copa a cada dois
anos será muito ruim para os
clubes, razão de ser de nossas
seleções nacionais**

PELÉ

Com a experiência de quem jogou quatro Copas do Mundo e acompanhou outras sete de perto, não tenho dúvida em dizer que não é boa a idéia do novo presidente da Fifa, Joseph Blatter, que disse ter a intenção de fazer uma Copa a cada dois anos -em vez de a cada quatro, como acontece desde 1930, exceção feita aos anos 40, os da Segunda Guerra Mundial, quando não houve Copa.

Aliás, duas coisas me causaram estranheza em torno da idéia de Blatter.

A primeira delas foi que nós, da chamada Comissão do Futebol (uma comissão que ele mesmo teve a delicadeza de montar recentemente, com ex-jogadores do porte do alemão Franz Beckenbauer, do francês Michel Platini, do inglês Bobby Charlton etc.), não fomos ouvidos a respeito, como, penso, teria sido melhor.

Portanto, que fique claro, a idéia é de Blatter.

A segunda estranheza minha diz respeito ao fato de que estou sendo apresentado, inclusive por alguma confusão do próprio Blatter, como um dos apoiadores do projeto. Só pode ser fruto de algum mal-entendido.

Acho que uma Copa a cada dois anos será muito ruim para os clubes, razão de ser das seleções nacionais.

Cada vez mais os clubes é que devem ser fortalecidos, pois são os responsáveis pela revelação de talentos e por sua manutenção. Sou a favor, sim, como Blatter também é, de uma Copa do Mundo dos clubes que envolva todos os continentes, mais ambiciosa, portanto, que o modelo que temos hoje em dia -com o jogo em Tóquio entre apenas o campeão da Europa e o da Copa Libertadores da América.

Quando eu jogava no Santos, ao menos, a decisão era em dois ou três jogos, um na casa do adversário e o outro na nossa casa.

Assim foi quando derrotamos o Benfica, de Portugal, em 1962, ganhando no Maracanã e no Estádio da Luz, em Lisboa (3 a 2 no Brasil e 5 a 2 em Portugal, num dos maiores jogos da história do

Santos), e, no ano seguinte, diante do Milan, quando perdemos em Milão por 4 a 2, ganhamos no Rio pelo mesmo placar e selamos o bicampeonato no terceiro jogo, também no Rio, ganhando de 1 a 0.

Na verdade acho que Blatter está inteligentemente repetindo aquela velha história de pôr o bode na sala para depois causar um grande alívio ao tirá-lo de lá. Ele está querendo enfrentar os grandes clubes europeus, que cada vez mais alimentam o sonho de fazer uma "superliga" e um campeonato continental nos moldes dos campeonatos nacionais de hoje em dia.

A Copa de seleções a cada dois anos só seria mesmo boa para aquelas confederações que subjugam os clubes e vivem de explorá-los.

Veja, por exemplo, a situação da nossa CBF, que faz contratos milionários explorando a camisa amarela tetracampeã e não repassa nem um tostão para os clubes, em última e primeira análise os responsáveis pela existência da seleção vitoriosa.

Nunca me esqueço do que disse João Saldanha, em 1969, ao montar a seleção que esmagaria os adversários nas eliminatórias para a Copa de 70 e acabaria tricampeã invicta: "Vou arrebentar com o Santos e com o Botafogo, mas vou fazer um time vitorioso".

De fato fez, basicamente montando a seleção com jogadores de ambos.

Se hoje em dia já é um sacrifício enorme para os clubes ceder seus craques a cada quatro anos por cerca de dois meses, imagine isso reproduzido de dois em dois anos. É inviável.

Só pode mesmo, com todo respeito, ser a teoria do bode.

Um bode com duas utilidades: a primeira, como já dito, a de atemorizar os clubes europeus e tentar fazê-los esquecer seus planos revolucionários.

A segunda, a de domesticar também o Comitê Olímpico Internacional, que anda inconformado com o fato de a Fifa impor a limitação de apenas três jogadores com mais de 25 anos em cada seleção que dispute a Olimpíada.

É como se Joseph Blatter estivesse alertando o COI para não chiar, porque uma Copa a cada dois anos esvaziaria de vez o torneio de futebol nos Jogos Olímpicos.

Estou convencido, enfim, de que o século 21 será dos clubes e de que a Fifa terá de se adequar a essa realidade, pois corre o risco até de enfrentar um movimento separatista, com a criação de uma nova entidade mundial do futebol -como existe, por exemplo, no basquete, com a NBA e a Fiba, para não citar o caso do boxe, com um sem-número de entidades.

Joseph Blatter é um dirigente inteligente e sensato, o verdadeiro responsável pela administração da Fifa nos últimos anos, e não acredito que vá levar muito adiante a sua idéia.

Porque é um blefe que os europeus certamente pagarão para ver. Eu, particularmente, preferia ter dito tudo isso pessoalmente ao

presidente Blatter, com lealdade. Como não fui consultado, está dito, no mínimo, para desfazer qualquer confusão.

Edson Arantes do Nascimento, Pelé, 58, ex-jogador de futebol e tricampeão pela seleção brasileira, é empresário. Foi ministro extraordinário dos Esportes (1995-1998).

Um surto de populismo? [FSP6.1]

BORIS FAUSTO

Os anos que se seguiram ao fim do regime militar, em vários países da América Latina, tenderam a confirmar duas constatações negativas. Em "nuestra America", ainda não se implantaram instituições democráticas estáveis nem se enraizou uma cultura democrática.

No plano dos fatos, governantes populistas ou neopopulistas estão no poder, ou em plena ascensão, em vários países. No Peru, apesar da queda de popularidade de Fujimori; no Paraguai, onde o general da reserva Lino Oviedo, no centro de uma grave crise, desponta como uma figura popular; e agora na Venezuela, com o triunfo eleitoral do general Hugo Chávez, que tem em seu currículo uma tentativa sangrenta de golpe de Estado.

Do ponto de vista ideológico, aparecem personagens tratando de demonstrar que o populismo é o regime político mais conveniente para a América Latina. Veja-se, por exemplo, a entrevista do cientista político mexicano Jorge Castañeda (Folha, 7/2), figura bastante influente nos meios intelectuais de esquerda. Castañeda saúda o triunfo de Chávez, conduzido ao poder pelo voto dos eleitores "não-brancos", e espera "que ele se transforme num verdadeiro populista latino-americano", missão que parece destinar também ao presidente Fernando Henrique. E nos explica que "a via de um partido operário à esquerda da social-democracia, que poderia ter sido concretizada no PT brasileiro ou no Partido Revolucionário Democrático (PRD) no México, ainda não decolou".

Embora Castañeda aluda a um "populismo democrático", não são as instituições democráticas que caracterizam o populismo. Os traços mais significativos das figuras que o encarnam, tanto historicamente quanto hoje, consistem, pelo contrário, em manipular essas instituições, em desprezar a representatividade do Congresso e dos partidos, em estabelecer uma relação carismática entre o líder e as massas.

Essa sintética enumeração indica algumas das razões do renascimento populista em alguns países da América Latina que, é bom lembrar, não são os mais importantes do continente. Em grau variável, a experiência democrática não veio acompanhada de uma significativa redução das desigualdades sociais, da corrupção ou das mazelas cotidianas que lhe assegurasse o apoioável das massas; por sua vez, a exposição cerrada do Congresso a críticas justas ou injustas de toda ordem, assim como as inconsistências dos partidos, resultou em um enorme descrédito. Compreende-se, assim, a atração exercida pelos heróis salvadores, cuja capacidade de estabelecer relações simbólicas diretas com as massas é inegável.

Estaríamos condenados ao populismo e a sua irmã gêmea -a tentação autoritária? Deveríamos reconhecer que as instituições

forjadas ao longo de séculos, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, são incompatíveis com a "índole latino-americana", como sempre pensaram nossos intelectuais autoritários?

Esse fatalismo equivale ao desprezo a anos de luta contra ditaduras militares e regimes unipessoais. Equivale a recusar o caminho da democracia substantiva que, apesar dos pesares, permanece viável. É preciso insistir nele, enfrentando o golpismo grosseiro ou ilustrado e o canto das sereias desencantadas.

Boris Fausto escreve às segundas-feiras nesta coluna.

A Europa e a responsabilidade da esquerda [FSP6.2]

A UE tem um papel de tremenda importância, se for capaz de criar um espaço de estabilidade social, progresso e paz

MÁRIO SOARES O primeiro mês do ano trouxe-nos o euro e, com ele, uma certa fugaz euforia européia. O contraste com o resto do mundo poderá explicar o fenômeno. A crise está a generalizar-se inexorável e perigosamente, da Ásia à América Latina, da Rússia à África.

É certo que, do outro lado do Atlântico, Clinton fez um discurso não menos eufórico sobre o Estado da União, como se a América tivesse resolvido, durante seus mandatos, todos os problemas -os seus e os dos outros- e só lhe faltasse agora recolher a sagrada universal. Está longe de ser o caso.

Voltando à Europa, convenhamos que o euro é, seguramente, uma boa coisa. Mas não constitui fim em si mesmo: é um motor para a efetiva integração européia, baseada na solidariedade de objetivos e valores. Sem uma verdadeira unidade política, a Europa não conseguirá afirmar-se no mundo nem adquirir a estabilidade capaz de a pôr ao abrigo dos velhos demônios da conflitualidade, dos nacionalismos agressivos, da xenofobia e do racismo, responsáveis por duas guerras mundiais.

Portanto, sim ao euro; mas com a condição de avançar no aprofundamento institucional e político da União, para poder passar a uma nova fase, mais responsável e fecunda, como se impõe. Será isso possível?

Trata-se de um desafio decisivo: afirmar a importância da UE na Europa e no mundo, dando-lhe uma consistência política e uma unidade efetiva que só podem resultar do aprofundamento institucional, dotando-a de mecanismos apropriados de decisão e de uma eficaz coordenação das políticas externas e de segurança. Sem isso, a UE não ultrapassará o impasse em que está.

Seu alargamento não será possível em tempo razoável, coisa gravíssima, visto que a associação à UE é a única esperança consistente para os países da Europa Central e Oriental e o melhor antídoto para defendê-los de seu inseguro e turbulento vizinho do leste. Terá a Alemanha, que preside a União neste ano, consciência perfeita de suas responsabilidades históricas? Terá a determinação e a coragem necessárias para ultrapassar as resistências das rotinas instaladas, dos inevitáveis egoísmos nacionais e das pressões dos interesses imediatistas do eleitorado,

como teve quando chegou a hora da reunificação?

Ao mesmo tempo em que a social-democracia chega ao poder na Alemanha, o Reino Unido é governado pelos trabalhistas, com Blair; a França, por Jospin; a Itália, por D'Alema; para não falar nos países menores, como Portugal, onde o socialismo democrático foi o primeiro a regressar ao poder, pela mão de António Guterres. Dos 15 países da UE, 13 são hoje governados por partidos com assento na Internacional Socialista ou têm partidos socialistas associados ao governo. É uma tremenda responsabilidade. É uma oportunidade histórica também, sobre a qual não devemos passar como se de mera coincidência fortuita se tratasse.

É para mim evidente que a viragem à esquerda dos eleitorados europeus resulta de condições objetivas, como se dizia no tempo do marxismo triunfante. Quais? A crise manifesta do neoliberalismo, que concentra a riqueza em cada vez menos mãos e gera a pobreza mais ignara, sem a mínima sensibilidade social; o flagelo do desemprego, que atinge as sociedades mais desenvolvidas; o primado da economia sobre a política e o social, criando legiões de marginalizados; o capitalismo especulativo, de extraordinária mobilidade, cujo único objetivo é o lucro pelo lucro, indiferente aos valores e interesses de populações e de Estados; o culto da violência, alimentada cotidianamente pelos meios audiovisuais, condicionados pelos grandes interesses; a impunidade da criminalidade internacional organizada, como nos casos do narcotráfico, do tráfico de armas, da lavagem de dinheiro por aparentemente respeitáveis instituições financeiras. Foi a consciência dessa verdadeira crise de civilização que levou a esquerda ao poder em tantos países da UE. Para fazer o quê? O mesmo que os governos de direita, gerindo o dia-a-dia com os olhos nas pesquisas, a ajuda do marketing político e uma posição de subserviência permanente perante o poder do dinheiro, as exigências do mercado e as reivindicações corporativas dos segmentos mais agressivos do eleitorado? Seguramente, não. A opinião pública européia espera que os governos a que deu o poder sejam fiéis aos valores de solidariedade que representam, ajudem a mudar as condições de vida dos mais desfavorecidos, lutem com êxito contra o desemprego e a exclusão e não desperdicem essa grande oportunidade histórica. Que seria da União Européia e do papel de equilíbrio que se espera desempenhe no mundo se essa chance se perdesse? O caminho para novas aventuras totalitárias e para o populismo mais demagógico ficaria grandemente facilitado...

Abra-se, pois, o grande debate das idéias e dos valores, a começar pelo interior do Partido Socialista Europeu, que tem tido até agora uma tão discreta existência. Discutam entre si, fraternalmente, os partidos com responsabilidades nos governos de seus países, para concertar o caminho a seguir, a estratégia do ataque à crise mundial e o modelo de sociedade que importa

defender.

Alargue-se esse debate a todos os setores que se reclamam da esquerda: a Europa pode e deve ser a nova utopia criadora de generosas soluções. Mobilizem-se as sociedades civis em favor das grandes causas, com largura de espírito e independentemente de posições político-ideológicas. A União Européia tem um papel de tremenda importância histórica, se for capaz de criar um espaço sólido de estabilidade social, progresso e paz, donde se irradiem valores de solidariedade, justiça e pluralismo que iluminem um mundo em crise.

Só a União Européia, em parceria crítica responsável e em igualdade com os EUA, será capaz de dar novo impulso às Nações Unidas e aos grandes ideais humanistas que estiveram na base da sua criação, após duas terríveis guerras.

Queremos regressar aos estéreis conflitos dos séculos 19 e 20 ou abrir resolutamente, para o próximo século, os caminhos do futuro e da esperança? Se houver vontade política e ambição para tanto, é o momento de atuar no quadro europeu, talvez mesmo mais do que em cada nação. Vale a pena. Há condições para que tal combate tenha sucesso. O que está em jogo é muito importante. As dificuldades da UE não são assim tão dificeis de ultrapassar; são ridiculamente menores em termos de euros. "Sem solidariedade", disse ao jornal "Público" o ministro polonês Bronislaw Geremek, "a Europa corre o risco de uma crise profunda". Tem razão. Elevemos, pois, o debate para além dos interesses imediatos e egoístas de cada comunidade nacional. Ousemos lutar e abrir novos caminhos. É urgente!

Mário Soares, 74, advogado, é ex-primeiro-ministro (1976 a 78 e 1983 a 85) e ex-presidente de Portugal (1986 a 91 e 1991 a 96). É co-autor, com Fernando Henrique Cardoso, de "O Mundo em Português -Um Diálogo" (editora Paz e Terra).

Choque de credibilidade [FSP6.3]

É preciso que consumidores e agentes econômicos das diversas cadeias produtivas se unam para resistir

EMERSON KAPAZ Estamos no momento mais duro de uma transição irreversível. A corrente que segurava a âncora cambial foi cortada, e esta se perdeu no mar. Queremos navegar rumo a um almejado reequilíbrio do balanço de pagamentos e da dívida interna, que possibilite à estabilidade lançar novas âncoras, sem artificialismos.

No momento em que completarmos essa transição, a mudança estrutural na economia será sentida rapidamente. As importações, mais caras, vão diminuir, e as exportações serão ampliadas. Com isso, a indústria nacional será valorizada no exterior e no âmbito das cadeias produtivas (como já ocorre com as autopeças), viabilizando a retomada do desenvolvimento e do emprego.

O maior risco nessa trajetória é a inflação. Assim, o grande desafio é monitorar a equação câmbio-juros, de modo que o efeito da mudança cambial resulte, no máximo, em um "soluço" inflacionário de 10%. Para isso, precisamos de um conjunto de ações que demonstrem não apenas vontade, mas a construção de uma trajetória permanente de reestruturação interna. Isso é fundamental para balizar as expectativas dos agentes internos e externos. Precisamos de um choque de credibilidade.

O primeiro dos ingredientes desse choque é estabilizar o câmbio. A tarefa está agora entregue a operadores experientes no Banco Central, respeitados pelo mercado. E a sociedade pode fazer muito mais que simplesmente torcer.

A sociedade pode e deve boicotar produtos que tenham seus preços reajustados. Num momento em que estão querendo aumentar até o preço da água de coco, é preciso que consumidores e agentes econômicos das diversas cadeias produtivas se unam para resistir.

O segundo ingrediente é o aprofundamento do ajuste fiscal, não pelo lado do aumento de impostos, mas com cortes de despesas do governo, cobrança de dívidas do INSS, renegociação de débitos de impostos e, onde for possível, novas mudanças na Previdência.

A sociedade deve pressionar pela aprovação das futuras reformas. Precisa exigir do Legislativo e do Judiciário maior corte de gastos e cobrar do Executivo uma arrumação permanente nas contas públicas. Tudo isso nas três instâncias: União, Estados e municípios.

O terceiro ingrediente, o mais delicado de todos, é a queda dos juros. Trata-se do mais importante sinalizador da recuperação econômica, que facilita o próprio ajuste fiscal. Juros altos ampliam exageradamente a dívida pública; assim, matam a credibilidade. A operação eficiente do câmbio, a resistência à inflação, a tomada de consciência da classe política sobre a necessidade do ajuste fiscal e a pressão da sociedade poderão possibilitar a queda dos juros já a partir de março. O Brasil que recebeu investimentos produtivos de US\$ 40 bilhões voltará à tona.

Em março, ingressam os recursos do FMI. Com as reservas garantidas, o Brasil procurará a ampliação das linhas de crédito dos bancos privados internacionais. Nesse momento, o maior cacife do país será a sinalização clara de que o choque de credibilidade está -e continuará- dando certo.

Emerson Kapaz, 43, é deputado federal pelo PSDB-SP, vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e conselheiro da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais). Foi secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

ARTIGOS DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*

Emoções FREIBETTO [OESP3.1]

Eis o imprevisível: boas e más emoções. Peraltices a desconcertar a razão. Não há sisudez, rigor acadêmico, pose ou propósito que resista à força da emoção.

Um filme. Visto na sala adequada, tudo surpreende. A trama toca a sensibilidade e nos transporta para além de nós mesmos. Ultrapassamo-nos, impelidos pela estética que ressuscita o outro ser adormecido no âmago de nosso espírito, dopado por trivialidades. Ao deixar o cinema, a cidade brilha diferente aos nossos olhos.

O reencontro. Está tudo bem, a casa em ordem, os filhos sadios e o casamento oscila entre muitos deveres e pequenos prazeres. Súbito, uma esquina, um restaurante, uma viagem... e eis aquele(a) que havia sido racionalmente excluído(a) de nossa vida. Ainda que se finja não vê-lo(a), ele(a) vem conosco, como um fardo que sufoca e perturba. O raciocínio inquieta-se. A imaginação enlouquece.

Górgonas: inveja, calúnia e ódio. Após desterrar as três irmãs dotadas de um só olho e um único dente, eis que o reencontro casual desperta o tigre confinado a um recanto da memória. Fingimos não ver, evitamos olhar, aceleramos o passo. Há quem suscite o que há em nós de mais satânico. Banido de nosso mundo, preferimos ignorar-lhe a existência. Contudo, o acaso promove o reencontro. As emoções sopram como ventos furiosos que destelham a razão e embaralham sentimentos.

Se a saudade é recompensada, trocamos breves palavras, saudações, como vai, e seguimos desarvorados. A lufada de vento arranca folhas das plantas de nosso jardim. Num segundo somos estranhos a nós mesmos, enlevados pela poesia que reverbera na intimidade. Comungamos o que temos de melhor, sabor que o paladar experimenta, mas não retém.

Um retrato, uma bengala, um xale. Sacramentos de quem partiu, deixando-nos órfãos. Apenas um objeto e, no entanto, um mundo intraduzível encerrado nele. Só os olhos do coração enxergam. A faxineira talvez atirasse ao lixo aquela entrada de teatro amarelecida pelo tempo. Sacrilégio de quem ignora quanto significado ali contido. É o que resta de um amor que jamais morre.

Uma saudade. Funda, farta, forte, fértil. Ninguém desconfia. Eis a singularidade de nosso ser em sua liberdade mais plena. Agora somos plurais. Evocação de Deus, da(o) amada(o), do momento indelevelmente gravado. Sabor de viver. Mistério que só a intimidade vislumbra e, no entanto, nos transfigura por dentro e por fora. Saudável e saudosa saudade. Salve a memória!

Um toque, um olhar, uma palavra. Eis a garganta arranhada, o calor no peito, as lágrimas. Nosso mundo individual se insere numa tribo restrita. Como se no cofre do amor coubesse muito pouco. O suficiente para imprimir deleite a esta breve existência.

A volta. Ali está a cidade, entre fraldas de montanhas ou à luz generosa do porto. Desembarcamos em busca de um passado que só resta na memória. Já não há

o coreto, o porto é um mangue de embarcações sem viço, a rua perdeu o encanto. Andamos em busca de um tempo que passou. Partiram os amigos, as mangueiras cederam lugar aos postes, o campo de futebol ficava no estacionamento do supermercado.

Ainda assim, insistimos em ver o invisível: a casa da madrinha, o armário que hoje abriga a sorveteria, o rio que a avenida cobriu. Percorremos a cidade em busca da criança que brinca de esconder em alguma dobra de nosso ser. Como seria bom dobrar a esquina e, de repente, encontrar a mesma rua, o Ford bigode de seu Jacinto, a janela em que Marinalva se debruçava à espera do caixeiro-viajante que partiu levando, juntamente com amostras de remédios e catálogos de ferramentas, o coração dela.

Uma obra de arte. Apenas uma tela, uma escultura, uma poesia, um romance. No entanto, tudo ali. O artista retrata nossas faces obscuras e, também, as mais utópicas. Faz vibrar com intensidade as alamedas oníricas de nossos bosques secretos. Quedamos paralisados diante da pintura, enquanto o olhar a penetra em profundidade.

Os olhos remodelam cada curva da escultura e a emoção extraí-lhe a alma. Parla! Ela revive em nós. O poema ressoa como a música que nos convida ao baile de fantasias aladas. O romance nos conduz por veredas jamais pressentidas. Este ou aquele personagem é o nosso clone. O sentido da existência se tece no tecido do texto.

Uma surpresa. O abraço, o presente, a comemoração. A idade se volatiliza. Somos transportados ao imponderável. Fingimos reticências por não saber soltar emoções como balões em céu azul. Eis o céu limpo, os ventos favoráveis e, de fato, somos nós que levitamos acima da razão, da lógica, das aparentes certezas que trazem ilusórias seguranças.

Feitos de barro e sopro, somos um feixe de surrendentes emoções, em geral congeladas pelo medo de ser o que se é.

[Frei Betto é escritor, autor de *Entre Todos os Homens, Linguagem Romanceada de Jesus* (Ática), entre outros livros.]⁴⁸²

⁴⁸² Na época da coleta dos dados, nos artigos *online* não era publicado o pé biográfico. Os dados do autor foram retirados do jornal impresso. Posteriormente o jornal passou a publicar o pé biográfico do articulista no jornal *online*.

Visões entre as nuvens WASHINGTONNOVAES [OESP3.2]

Dizia o falecido ministro e governador Magalhães Pinto que "política é como nuvem: você olha, está de um jeito, dali a pouco, olha de novo e já mudou". Deve ser assim mesmo, um céu entre as nuvens - ou tantas pessoas não o disputariam com sede e ferocidade -, repleto de nuances desafiadoras para a sobrevivência de quem está ali, enquanto lá embaixo se amontoam tristes realidades. Às vezes, o próprio inferno.

Mutatis mutandis e observadas as devidas proporções, o tema mudanças climáticas também parece nuvem (não tratasse ele de questões atmosféricas). Dependendo de quem olha, muda a configuração. Parece uma coisa para ambientalistas preocupados com realidades que a maior parte dos cientistas aponta, uma outra situação para a parte de cientistas mais céticos, uma terceira para os representantes de governos que têm a espinhosa missão de negociar, concretamente, o que se vai fazer na prática para reduzir as emissões de poluentes que aumentam a temperatura da Terra e ameaçam mudar o clima do planeta e gerar catástrofes.

A maior parte dos ambientalistas - e cientistas que os apóiam - saiu decepcionada da reunião de Buenos Aires, onde se tentava, no âmbito da Convenção sobre Mudanças Climáticas, definir procedimentos para tornar viáveis as reduções de poluentes acertadas em Kyoto, em dezembro de 1997. Na opinião deles, praticamente nada se avançou.

Não se definiram regras para execução do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, pelo qual um país industrializado poderá financiar projetos que reduzam emissões em outro país em desenvolvimento (e descontar as emissões em seu balanço próprio de poluentes). Insistiu-se em continuar planejando procedimentos que tornem viável a chamada "compensação" de emissões entre países industrializados, com um deles reduzindo de seu balanço o que o outro diminuir no seu. Tal procedimento, acham os ambientalistas, implica reconhecer o "direito" de um país emitir, poluir um "pedaço" da atmosfera e, depois, se reduzir as emissões, vender essa parte do "direito". Pior ainda seria reconhecer o "direito" de um país como a Rússia vender os "direitos" às emissões que reduziu desde 1990, porque seu produto industrial diminuiu quase 50% (essa tese não é aceita pela maioria dos países em desenvolvimento). Quem garante que as contas do produto serão corretas?

Também não se regulamentou a questão das florestas plantadas, capazes de retirar carbono da atmosfera, durante seu período de crescimento (os chamados "sumidouros" de carbono). E o assunto ainda promete complicar-se, porque, contrariando resoluções já tomadas na Rio-92 e em Kyoto, alguns cientistas lançaram a tese de que Estados Unidos e Canadá já estariam, com suas florestas, absorvendo mais carbono do que emitem. Não precisariam reduzir suas emissões.

A maioria dos países industrializados continua sem assinar e/ou ratificar o Protocolo de Kyoto e no maior emissor, os Estados Unidos, ainda não se vislumbra o dia em que dois terços do seu Senado venham a aprovar as resoluções de Kyoto para que elas tenham efeito no território norte-americano. Tudo isso desaponta os ambientalistas.

Do ângulo de quem negocia diretamente essas questões, a nuvem parece diferente. Porque as realidades das quais partem são muito duras. Os Estados Unidos - só para ficar em um exemplo - comprometeram-se em Kyoto a reduzir suas emissões em mais 7%, sobre os níveis de 1990. Como a partir dessa data já as aumentaram em mais de 10%, terão de conseguir uma redução de cerca de 20% sobre os níveis atuais, entre 2008 e 2012. Só de dióxido de carbono a América do Norte está emitindo 1,75 bilhão de toneladas ao ano e custa US\$ 100 a tonelada, em média, mudar a matriz energética para conseguir a redução. Só aí, portanto, seriam necessários US\$ 35 bilhões - a serem pagos pelos contribuintes. Chegar à mesma redução em todos países envolvidos por esse compromisso significaria uns US\$ 100 bilhões. E pode afetar os preços de muitos produtos, reduzir a competitividade de mercadorias de nações que tenham esse compromisso ou melhorar a das que já estejam mais avançadas nas mudanças em suas matrizes energéticas.

Consideradas essas dificuldades é que não se deveria minimizar a decisão do Executivo norte-americano de assinar o Protocolo de Kyoto. Embora continue faltando a ratificação do Senado, na prática se elimina o voto virtual ao protocolo pela recusa norte-americana, associada à russa, de não assinar o documento (os dois, juntos, com 55% das emissões, poderiam bloquear o protocolo). E abre-se campo para um jogo de pressões que pode mudar a posição do Senado dos Estados Unidos.

Também seria importante observar que a vigorosa reação do Grupo dos 77 (ao qual pertencem Brasil, Índia e China) impediu que prosperasse a tese argentina de os países em desenvolvimento assumirem imediatamente compromissos de reduzir suas emissões - eles têm mais prazo para isso, considerando que os industrializados emitem há muito mais tempo, desde o início da revolução industrial, e os gases permanecem na atmosfera durante muito tempo. Em Buenos Aires, a proposta argentina simplesmente saiu da agenda.

Da mesma forma, como não valorizar o fato de se haver criado um programa e estabelecido um prazo de dois anos para regulamentar o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, até a sexta reunião da convenção, no ano 2000? Como não reconhecer o avanço de se marcar, já para março, o workshop, no Brasil, que preparará os procedimentos para que na reunião técnica de junho, em Bonn, se iniciem as discussões sobre a proposta brasileira de avaliar a participação de um país no aumento da temperatura da Terra juntando suas emissões "históricas" (ao longo dos tempos) com as emissões atuais? Pensam assim os que participam das negociações.

Num quadro tão polêmico como esse, só a ciência - ou alguma catástrofe, que não se deseja - pode tirar a dúvida. O que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, com milhares de cientistas de mais de 150 países, tem dito é que a temperatura da Terra já subiu 0,6 grau centígrado e há indícios fortes de que ações humanas têm contribuído decisivamente para isso. Os dez anos mais quentes da Terra foram de 1980 para cá. E nesse ritmo, com mais 2% de emissões de poluentes ao ano, como está acontecendo, as atuais emissões poderão dobrar em 34 anos e jogar mais 1 trilhão de toneladas de poluentes na atmosfera ao longo do século 21. A temperatura pode subir entre 1,5 e 4,5 graus, com consequências muito graves para a humanidade.

Muitos cientistas, entretanto - isentos ou não -, continuam a contestar essas previsões. Dos que julgam estar acontecendo uma elevação natural do clima (como se isso nos desobrigasse de ser prudentes) aos que buscam, aqui e ali, razões e modelos científicos para contestar as possibilidades apontadas pelo painel. E este só voltará a pronunciar-se no ano 2000.

Até lá, como ressaltou em editorial este jornal, na quarta-feira, se o que estamos fazendo é ou não suficiente para evitar as mudanças climáticas, só a ciência e o tempo dirão.

Não há alternativas.

[Washington Novaes é jornalista.]

Bom senso EDMUNDO CASTILHO [OESP4.1]

Em 3/6/98, o Senado aprovou a Lei nº 9.656, reconhecidamente cheia de erros e equívocos técnicos e conceituais, com o compromisso de fazer correções gradativas capazes de aperfeiçoá-la.

Manifestamos, naquela ocasião, que era muito mais lógico esgotar o esforço corretivo antes de aprová-la para promulgar-se uma lei já adequada. A matriz da lei de regulamentação dos planos de saúde sempre padeceu de distorção incorrigível, pelo forte viés securitário que a caracterizava. Também, desde o início das discussões, na Câmara dos Deputados, foram alimentadas falácia de que o mercado, a concorrência e o produto "doença", tratado como "mercadoria", esvaziaria o SUS e aumentaria o universo de 43 milhões para 80 milhões de usuários assistidos, consubstanciando uma grande solução.

O CNSP, a Susep e o Ministério da Fazenda seriam os coordenadores da política daquilo que se passou a chamar de Saúde Suplementar, com sentido de completar o que o SUS oferecia ou mesmo substituí-lo.

O Ministério da Saúde seria um mero coadjuvante, embora toda a responsabilidade pela política curativa ou preventiva fosse sua para a maioria da população. Eis que aquilo que parecia insanável foi, por meio de medidas provisórias e resoluções, gradativamente, sendo levado para o Consu aquilo que inadequadamente estava no CNSP-Susep.

Agora, torna-se evidente que o plano de saúde que se obriga a prestar serviços de assistência médica, com a contrapartida de pré-pagamento, é diferente da operação financeira praticada pela seguradora, na modalidade de reembolso de despesas médico-hospitalares.

O Consu criou a Câmara de Saúde Suplementar, palco de discussões e consenso sobre os produtos estudados e definidos pelos técnicos do Ministério da Saúde e submetidos aos segmentos da comunidade ligados e interessados no assunto. Enquanto isso, a Susep elaborava projeto de resolução a ser aprovado pelo CNSP, definindo garantias de insolvência (capital, patrimônio líquido, fundos de reserva, etc.) nas operações de planos de saúde como se seguros de saúde fossem. Com isso, confundiu os atributos específicos das cooperativas de saúde que se sentiram atropeladas por equivocados e absurdos conceitos capitalistas com obrigações a ser cumpridas pelo segmento de medicina social que é.

Infelizmente, em que pese a Susep ter procurado realizar simulacros de Câmara com operadoras e usuários isoladamente, nada foi de consenso a não ser se consolidar a

convicção de que seguro-saúde é uma coisa e operação financeira e plano de saúde - obrigação de prestar serviço - é outra completamente diferente.

Querer ser ora uma e ora outra coisa ao sabor das conveniências das seguradoras levou à conclusão definitiva da iniquidade e da impraticabilidade do intento ou do procedimento.

Esperam-se para o ano de 1999 grandes discussões no campo certo - Ministério da Saúde e Consu sobre planos de saúde e idem sobre seguros de saúde no Ministério da Fazenda-CNSP-Susep.

Evidentemente, o Consu não deverá abrir mão de definir os produtos de seguro-saúde e o Conselho Nacional de Seguros Privados e a Susep terão competência de fiscalizar o cumprimento de seus atributos.

Que se louve a acuidade do Ministério da Saúde e a sensatez do CNSP-Susep por estarem aperfeiçoando algo que nasceu todo equivocado e parece estar a caminho de correção.

Deve-se realçar também que o aludido módulo odontologia, que, com os módulos ambulatorial e hospitalar, formam o plano referência, teve a obrigatoriedade de oferecimento prorrogada para dezembro de 1999.

Todavia, 2 de janeiro de 99 é a data fatal para que tudo o que for comercializado esteja adequado às normas do Consu. Assim, estarão protegidos os clientes, empresas e os médicos, de preferência ligados à autogestão cooperativada chamada Usimed.

Ainda falta muito para se chegar ao ideal, mas é justo reconhecer que, desde a sua promulgação, houve processo evolutivo positivo, com o real ajustamento de rotinas específicas para as operadoras e as seguradoras.

Acreditamos que, sem atropelos e tendo continuidade de funcionamento na Câmara de Saúde Suplementar, todos os pontos dúbios ou controversos serão democrática e tecnicamente analisados, com soluções inteligentes e viáveis, beneficiando pacientes, operadoras e, por conseguinte, a comunidade.

[Edmundo Castilho é diretor-presidente da Unimed do Brasil.]

Os caminhos da oposição GILBERTO DUPAS [OESP4.2]

O inusitado encontro de Fernando Henrique com Lula é sinal dos tempos difíceis que vêm por aí. Com 1999 em recessão, juros ainda muito altos e desemprego disparando, o governo e o País estão reduzidos à expectativa de que o próximo ano seja apenas uma dura transição para 2000 um pouco melhor. As circunstâncias nos deixam, pois, apenas a alternativa de torcer por um mal menor; além de ter de agüentar o coro dos pessimistas, que garantem o desastre inevitável.

A vitória contra a inflação havia feito 15 milhões de brasileiros pularem para cima da linha de pobreza. Parecíamos recuperar nossa confiança no futuro. E as grandes reformas começavam, prometendo o mais cedo possível fazer o País voltar a crescer a taxas compatíveis com seus imensos problemas sociais a resolver, ou seja, um mínimo de 5% ao ano. A questão é que, apesar do enorme sucesso da estabilização monetária, desde 94, ano a ano, a economia vem tendo queda em seu crescimento. E a crise internacional, que começou seu estrago em fins de 97, encontrou o Brasil no meio do caminho: dependente de importações, ainda com baixa competitividade sistêmica e grande déficit público. Com a confusão nos mercados mundiais, os juros explodiram, o comércio internacional reduziu-se, a defasagem cambial antiga cobrou seu preço e tivemos de desembocar no FMI para não quebrar.

A estratégia de abertura e inserção internacional - sem dúvida necessária a um país de nossas dimensões -, mesmo que administrada com mais rigor do que foi, já causaria um inevitável impacto nas condições sociais; é o que tem ocorrido no mundo todo e, em especial, na grande semiperiferia do capitalismo global, como Brasil, México, Argentina e Índia. Para compensar a crise social decorrente da crescente exclusão social, os próprios países ricos acabaram elegendo personagens como Jospin, Schroeder e Tony Blair, que procuram legitimar a inserção global com o discurso volátil e hiperpragmático da terceira via. E, principalmente, tentam manter os recursos orçamentários para bancar despesas de caráter social compensatórias (welfare transfers), que continuam sendo utilizadas intensamente.

No Brasil, tendo-se de amargar cortes contínuos no Orçamento - incluindo as áreas sociais - para atingir um equilíbrio cada vez mais ameaçado pelo volume dos juros, a questão do atendimento aos precarizados estará atingindo seu ponto crítico justamente no ano que vem. Havendo já incorporado integralmente os padrões mundiais de automação e o novo paradigma de trabalho flexível, o País fica mais sensível que nunca ao perverso efeito da queda do PIB sobre o aumento do desemprego. E estará condenado à mágica de ter de fazer muito mais no social com menos recursos.

É aí que entra a vital importância das conversas com o PT. O partido de Lula, ainda que com sucessos e decepções, tem uma legítima experiência de mobilização social e articulação com a base carente da sociedade. Suas ligações com a Igreja, os movimentos dos sem-terra e as comunidades marginalizadas são relativamente sólidas e permitiram alguns programas bem-sucedidos em prefeituras de municípios importantes. Este é um capital social fundamental para um ano como 1999. A grande questão é: como emprestá-lo a um governo que o PT acusa de causador, e não de vítima, da crise social?

Governos de unidade nacional e pactos sociais são engenharias políticas de raro sucesso nas sociedades contemporâneas. Somente circunstâncias que envolveram vazios políticos profundos - quase colapsos nacionais - têm propiciado alguns exemplos bem-sucedidos de alianças de amplo espectro. Foi o caso do clássico Pacto de Moncloa, da Espanha pós-franquista. O que as democracias nos apresentam como próprio de sua dinâmica renovadora é a alternância de poder, remetendo esses raros governos de unidade nacional à condição de acidentes próprios de circunstâncias muito especiais. O regime democrático supõe - isto sim - sistemas bipolares situação-oposição, que permitem oferecer continuamente um programa alternativo razoavelmente sólido, que parte da sociedade acredite viável.

A crise brasileira atual teria gerado uma situação tão especial que pudesse viabilizar um pacto capaz de pôr no mesmo saco PSDB, PFL, PMDB e PT? A estreiteza de opções que a globalização provocou em todo o mundo, pasteurizando as ideologias e limitando orçamentariamente as suas ações, tem restringido as atuais oposições brasileiras quase que exclusivamente às propostas de maxidesvalorização cambial e restrição seletiva das importações. Se depender de recursos adicionais, a própria prioridade para o social não será viável. A única via seria uma revolução da sua própria gestão, revertendo-a à comunidade e mantendo no governo o papel normativo e regulador.

Mas, afinal, qual dos caminhos seguintes - supondo-se que ambos são viáveis - seria mais útil ao País ver o PT trilhar? Buscar legitimamente, e com competência, sua condição de líder de um arco de oposições, estruturando um plano alternativo consistente e lutando por sua vez? Ou, diante da agudeza da crise, ter algumas de suas facções aproximando-se do governo, forçando-o a um movimento para a esquerda e ajudando a restringir os espaços do PFL?

A inteligente iniciativa de Fernando Henrique, tentando preencher seu atualmente enfraquecido flanco esquerdo, pode criar um dilema para algumas áreas mais pragmáticas do PT. Com o agravamento da crise, mantendo-se muito críticas, elas serão inevitavelmente acusadas de pregar o "quanto pior, melhor". Se ingressarem na estrutura do poder, poderão abrir espaço para uma saudável revolução na gestão do social, tentar isolar o PFL e até preparar um caminho próprio para uma alternativa governista mais à esquerda na sucessão, em 2002.

Artimanhas e armadilhas políticas à parte, o País merece que tanto governo quanto oposição aprofundem essas reflexões. A conversa entre Lula e Fernando Henrique foi apenas um início. O tamanho da crise exigirá muito mais.

[Gilberto Dupas é coordenador da área de assuntos internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP e professor da FDC no INSEAD (França).]

O jornalismo covarde e a reforma da imprensa PAUL JOHNSON

[OESP5.1]

Talvez a publicação, pelo Sunday Times de Rupert Murdoch, das memórias da sra. Robin Cook revelando detalhes da intimidade do ministro das Relações Exteriores, finalmente convença a maioria trabalhista do Parlamento a fazer alguma coisa para que a imprensa volte a seguir as leis. Quando Tony Blair formou seu governo, eu lhe disse que a mídia era o equivalente nos anos 90 dos sindicatos fora de controle dos anos 70. Os sindicatos haviam destruído os governos de Wilson, Heath e Callaghan e continuariam erodindo a Constituição se Margaret Thatcher não os tivesse domesticado de uma vez por todas.

Agora, eu lhe disse, a mídia estava fazendo a mesma coisa: "Efetivamente destruiu o governo Major e vai destruir o seu também." Blair riu: "A mídia é algo com que temos de conviver", foi sua resposta confiante.

Quando eu apresentei a mesma questão a Peter Mandelson, recebi uma resposta semelhante. Não havia possibilidade de o Parlamento aprovar legislação restringindo a imprensa, disse ele, e de qualquer maneira medidas desse tipo não teriam resultados.

Tendo ouvido a mesma coisa a respeito dos sindicatos quando estávamos em campanha para a abolição de seus privilégios legais nos anos 70, contentei-me em esperar que os acontecimentos fizessem o serviço. E é o que está acontecendo agora. Os jornais de circulação nacional emergiram do Boteco da Última Chance, bêbados de poder e loucos por uma briga.

Será que os membros do Parlamento terão a coragem de enfrentá-los?

O que poderá fortalecer a resolução dos políticos é o óbvio double standard em operação, sob o qual proprietários de jornais e editores, e ninguém mais, estão protegidos de intrusão. Enquanto Robin Cook está sendo crucificado por causa de seu divórcio, o caso de divórcio mais interessante da década - o do próprio Rupert Murdoch - tem escapado de publicação, a não ser nos termos breves e sanitizados que o próprio magnata dita. Sua mulher está mantendo silêncio porque tem, sob a lei do Estado da Califórnia, excelentes possibilidades de ficar com metade de todo o seu império.

Mas e sua amante chinesa, que vive no que seus jornais chamariam de "ninho de amor" em Nova York? Ela é jovem, bonita e determinada, e seu desejo de exercer um papel de destaque no império global de mídia de Murdoch está provocando grande mal-estar entre os filhos dele. Mas para ler a respeito é preciso procurar o Le Monde, que não participa do pacto mútuo de não-agressão da imprensa britânica. Le Monde publica as matérias fascinantes na primeira página. Nem uma palavra apareceu no Times, ou em nenhum outro jornal britânico, pelo que sei. Agora, não me entendam mal: também não quero ver a vida particular de Murdoch invadida. Mas a proteção privilegiada na qual ele insiste para si mesmo deveria ser outorgada, como direito legal, a Robin Cook e a todo mundo.

A corrupção da imprensa opera de acordo com a Lei de Greenshaw da mídia: a má cobertura afasta a boa cobertura. Os métodos intrusivos dos tablóides de sarjeta foram adotados pelos tablóides da outra ponta do mercado e, progressivamente, pelos jornais. O Times e o Guardian há tempos são causas perdidas e agora até mesmo os jornais do grupo Telegraph estão começando a publicar material "confessional".

Uma podridão molhada e malcheirosa está subindo dos esgotos e espalhando-se. E todo esse material repelente está devorando os centímetros de coluna disponíveis para notícias sérias. De fato, a velha distinção entre jornais populares e jornais de qualidade já era.

Recentemente assistimos aos pouco edificantes espetáculo de Alan Rusbridger, editor do Guardian, rolando na sarjeta com Piers Morgan, editor do The Minor (e anteriormente do News of the World), cada um tentando arrancar os olhos do outro para conseguir o "vazamento" da história de Mandelson primeiro, cada um acusando o outro de mentiroso.

O que devem fazer os humildes repórteres diante de tal "liderança"? Não restam muitas pessoas incorruptas na imprensa nacional, e elas se sentem cada vez mais impotentes. Os padrões vêm caindo há décadas, mas recentemente o declínio tem-se precipitado.

No ano passado fiz palestras a alunos de duas escolas admiráveis, os rapazes de Ampleforth em Yorkshire e as garotas de Godolphin e Larymer em Londres e nas duas ocasiões implorei a esses jovens animados - tão mais sofisticados e bem informados do que eu era na idade deles - que não escolhessem carreiras no jornalismo. Disse-lhes que, se entrassem em jornais, mesmo os nacionais, suas chances de escapar da corrupção moral eram remotas. Não quero continuar dando esse conselho aos jovens, e essa é talvez a minha única e maior razão para reivindicar a reforma legal da mídia. Tenho escrito mais artigos sobre esse assunto do que qualquer outro tópico, e minha campanha trouxe-me retaliação, incluindo, é claro, invasão da minha intimidade, como era de se esperar. Mas não vou ficar com medo. E agora tenho esperanças de que, como os conservadores se esquivaram da questão, os trabalhistas poderão levá-la adiante.

Já se foi o tempo em que a mídia podia sair livre com uma simples lei protegendo a privacidade dos indivíduos de invasão (com uma defesa do interesse público). Um estatuto mais amplo é necessário, para tratar de ao menos duas outras áreas: uso da tecnologia e códigos de conduta. A lei deveria obrigar escritórios de mídia a manter registro de estoques de todas as ferramentas usadas para reportagem, como câmaras fotográficas e gravadores, e tornar ilegal o uso de qualquer material não registrado. Cada retirada desses materiais para uso teria de ser registrada, com a sua finalidade, com assinaturas de autorização de executivos sênior da organização.

Em segundo lugar, escritórios de mídia seriam legalmente obrigados a adotar um amplo código de conduta nas linhas daquele que atualmente cobrem ministros e membros do Parlamento. Violações do código se tornariam ofensas profissionais e, em certos casos, criminais. Uma instituição legal independente, escolhida e remunerada pelo público - ao contrário da ridícula Comissão de Queixas da Imprensa -,

supervisionaria o cumprimento dos códigos e a operação das garantias à privacidade e monitoraria os registros de estoques. A imprensa chiaria e teria de ser arrastada, chutando e gritando, para fora da cozinha criada por ela mesma, como aconteceu com os sindicatos com as reformas de Thatcher. Mas todos os jornalistas decentes dariam as boas-vindas aos códigos e seriam rapidamente aceitos assim que se tornassem a lei do país. Quantos querem desfazer as reformas sindicais? O mesmo aconteceria com a Lei dos Abusos da Mídia.

Várias invenções a respeito dos planos futuros de Mandelson apareceram naquela mídia. Na verdade, ele ainda não tem planos futuros.

Mas tenho uma sugestão para ele. Ele deveria adotar a causa da reforma da mídia, persuadir os membros do Parlamento com estatura na votação dos Private Members para fazer o mesmo e conduzir sua passagem pelo plenário. Não posso imaginar um serviço público mais valioso que Mandelson pudesse prestar, ou um serviço com mais chances de restabelecer sua reputação política. Ele deveria lembrar-se, como deveriam também os membros do Parlamento, que, com poucas exceções, jornalistas são covardes - assim como os sindicalistas - e tudo o que é preciso para trazê-los para o abrigo da lei é firmeza.

[Paul Johnson é articulista da revista britânica "The Spectator".]

Pedra de toque MARIO VARGAS LLOSA [OESP5.2]

Caro Kenzaburo Oe, Foi uma grande satisfação para mim receber sua carta, algo que de certa forma eu esperava porque, depois daquele almoço em Tóquio, em 1979 - já faz 20 anos! -, vimo-nos apenas um par de vezes, mas desde então continuei conversando com você, por meio de seus livros que em todos estes anos tenho estado lendo nas traduções em espanhol, inglês ou francês, quando ficaram ao meu alcance. É uma obra à qual devo muitas horas de prazer, embora também, às vezes, de certa angústia.

Lendo-o, descobri que temos muito em comum: somos quase da mesma idade, nós dois ensinamos em Princeton, ambos fomos seduzidos quando jovens pelos romancistas norte-americanos e pela literatura francesa, e nossa vocação cresceu acalentada pelas idéias dos existencialistas, pelas polêmicas entre Sartre e Camus e pelas convicções predominantes sobre "o compromisso" naqueles anos. Esta tese de que a literatura não pode ser mero entretenimento, que ela influi na vida modelando a sensibilidade e a consciência dos leitores e, por meio destes, deixa uma marca, para o bem ou para o mal, na história, já não está em moda. Os cultores da literatura light, do êxito em nossos dias, descartam-na com ceticismo brincalhão. Mas creio que fizemos bem quando continuamos escrevendo com a ilusão, talvez infundada, de que a literatura serve para algo mais do que passar um momento divertido.

Eu não sabia que o Pen Club japonês se negou nos anos 70 a protestar contra a perseguição ao poeta coreano Kim Ji Ha. Nos três anos em que fui presidente do Pen Internacional, descobri que alguns centros não cumpriam a obrigação de lutar contra a censura e a perseguição política dos escritores, a razão de ser da instituição. O caso mais doloroso que conheci foi o do romancista argentino Antonio di Benedetto, vítima da ditadura militar, por cuja libertação o Pen Internacional fazia campanha. Ele foi expulso do Pen de Buenos Aires enquanto estava preso, por não pagar as contribuições. No entanto, casos escandalosos como esse não são a regra, mas a exceção. De modo geral, a imensa maioria de centros do Pen mantém uma linha de defesa da liberdade intelectual e da coexistência pacífica de escritores de crenças e filiações distintas, conforme faz hoje em dia em sua campanha contra o fanatismo e a repressão intelectual no Irã.

Para mim, sempre foi inquietante o tema, mencionado em sua carta, da cumplicidade de alguns escritores com os estragos que o fanatismo religioso ou político causa. Ao pé dos patibulos e dos fornos crematórios erguidos pelo nazismo houve intelectuais dispostos a justificá-los, e também às portas do gulag stalinista, negando sua existência. Da mesma forma como os infernos acessos pelo fundamentalismo islâmico têm seus chantres literários, é difícil esquecer que o maior responsável pelos crimes raciais e pela limpeza étnica na Bósnia foi um distinto psiquiatra e poeta, o doutor Radovan Karadzic. A ditadura castrista, que completou 40 anos de férreo despotismo, ainda tem na América Latina um séquito intelectual. No Peru, o fundador e cérebro do Sendero Luminoso, movimento maoísta cujas operações terroristas desde 1980 causaram dezenas de milhares de mortes de inocentes e contribuíram de modo decisivo para o desmoronamento da democracia, é um antigo professor de filosofia que escreveu sua tese de doutorado sobre Kant. Como explicar o fascínio que o mito da violência redentora exerce sobre tantos pensadores e artistas?

Talvez por causa da repugnância que eles têm pela democracia, um sistema que recusa a perfeição e faz da mediocridade um ideal social. Os consensos e as concessões que garantem a coexistência na diversidade condenam a sociedade à imperfeição, à moral do mal menor. Há ditaduras perfeitas; as democracias só podem ser imperfeitas. Com seu empenho em transpor para a realidade política o ideal estético ou filosófico da perfeição, muitos intelectuais sucumbem à tentação totalitária e emprestam seu talento à ignomínia. Porque o sonho da perfeição social absoluta (representado em nossa época pelos integralismos religiosos e pelos nacionalismos) fez correr rios de sangue ao longo do século que termina.

Eis por que, depois de também haver sonhado, quando jovem, com a sociedade perfeita, há 30 anos me convenci de que é preferível, para a sobrevivência da civilização humana, conformar-se com os avanços lentos e maçantes da democracia a buscar a inacessível utopia que produz hecatombes.

Mas podemos por acaso sufocar em nós a sede do absoluto? A ambição do perfeito deu origem às maiores empreitadas humanas, desde as grandes descobertas científicas e realizações estéticas à formação de indivíduos exemplares. Não é possível nem desejável renunciar ao céu e às estrelas. Mas é preciso saber que esse mundo coerente, belo, racional, justo, sem mácula, de acordo com nossos desejos, não existe fora do domínio da arte, da literatura e da fantasia, ou do solitário destino de um punhado de personalidades excêntricas. Ele é incompatível com a realidade da vida coletiva, malha de diversidades e aspirações contraditórias que, para não sucumbir à violência, requer regras de jogo que nos condenam ao rebaixamento e sacrifício da opção máxima. Em outras palavras, aos avanços sinuosos, desesperantes, sempre ameaçados de retrocessos, da cultura democrática.

Entre os personagens de seus livros tenho um carinho especial pelo atormentado Bird, o herói de *Uma Questão Pessoal*, cujo caso estranho ilustra delicadamente o que tento dizer. É um ser humano bastante imperfeito. A idéia de haver gerado um "monstro" extrai do fundo de sua personalidade um medo feroz e um instinto estruidor que na verdade o transformam num pequeno monstro, num pai ansioso para que a morte do recém-nascido - que ele está disposto a provocar - o livre da opressiva responsabilidade de cuidar do menino anormal. No entanto, o sofrimento também desperta um traço íntimo de solidariedade e decência, até então adormecido, e no final da história encontramos outro Bird. Ele assumiu sua paternidade recente, sem alarme, até com alegria íntima. Não se transformou num santo nem num super-homem, apenas num ser humano melhor que o anterior. A vinda do filho inválido fez brotar nele uma fonte de humanidade e limpeza até então obstruída.

Sempre me impressionou em suas histórias o papel que desempenham esses seres desvalidos, enfermos, desditosos, que aparecem nelas para pôr à prova os limites da decência e da indecência humanas e para lembrar aos seres normais as anomalias e secretas grandezas que eles também possuem. E, sobretudo, para romper a casca egoísta que os envolve e ensinar-lhes a ternura e o amor. Essa relação está esboçada e matizada em seus relatos com mestria e sobriedade clássica, sem incorrer na grosseria ou no sentimentalismo.

Precisamente o recato com que, em *A Healing Family*, se conta a história de seu filho Hikari - que, graças à música, pôde vencer a quarentena a que o condenava sua enfermidade - é o que dá a essas páginas o vigoroso sopro de vida que arrebata o leitor. Também ocorre na história daquele aviador norte-americano negro, prisioneiro numa aldeia remota, com o qual brincam as crianças do lugar até que a残酷da da guerra aparece, abre-lhes os olhos para a realidade adulta e suprime sua inocência. É de surpreender que um relato tão perfeito tenha saído das mãos de um jovem que começava a escrever.

A inocência sobreviverá neste terceiro milênio para cuja inauguração nos preparamos? São muitos os motivos em nosso milênio para inclinarmo-nos a temer que não. Mas, por sorte, há também alguns que nos permitem alimentar esperanças. Sua obra é uma delas.

Um abraço de seu leitor e amigo, Mario Vargas Llosa.

[Mario Vargas Llosa é escritor.]

O peso de uma Federação falida IVESGANDRADASILVAMARTINS [OESP6.1]

Não há ajuste fiscal que tire o País da crise, se não houver uma reengenharia da Federação. A Federação brasileira é maior do que o PIB. Os R\$ 250 bilhões que os brasileiros pagam anualmente, em tributos, para o Estado nacional têm mais da metade de sua destinação inteiramente voltada para sustentar servidores ativos e inativos das 5,5 mil entidades federativas, formadas por políticos e burocratas.

Nos Estados Unidos, os "vereadores" dos médios e pequenos municípios nada recebem. Sentem-se honrados em servir à cidade. No Brasil, os nove vereadores (número mínimo de composição legislativa) dos menores municípios são remunerados. Estados falidos, que deveriam ser territórios federais, porque não geram receita própria, pagam a seus políticos, magistrados e funcionários remuneração superior à que percebem os que servem à União. Dessa forma, mais de 50% do que recolhemos em tributos - que é 100% do que os argentinos recolhem e 150% do que os paraguaios destinam aos cofres públicos - é endereçado ao pagamento de servidores e aposentados de uma máquina federativa criada para gerar cargos e benesses, e não para servir à Nação.

Quando falo em 100% em relação à Argentina e 150%, ao Paraguai é porque a carga tributária do Brasil é o dobro da incidente na Argentina e o triplo da do Paraguai.

Por outro lado, a máquina administrativa brasileira é das mais esclerosadas, arcaicas e ultrapassadas. E a "inflação legislativa" - num país que tem vigendo, entre Constituições, leis orgânicas, leis complementares, ordinárias e atos normativos, mais de 1 milhão de diplomas legais distribuídos pelos 5,5 mil entes federativos - gerou uma "inflação de obrigações burocráticas" inúteis, de tal maneira que nada, neste país, se faz sem um papel, um documento, uma certidão, uma autorização, chegando ao paroxismo de ser necessário obter "senhas oficiais" para que se possa entrar na fila e aguardar a expedição de um dos inúmeros documentos que todo o brasileiro é obrigado a ter para mostrar que "existe".

Pagamos tributos para sustentar uma máquina administrativa que não gera riqueza, mas atraso, na medida em que é criadora de obstáculos, a título de controlar o "cidadão", afastando desenvolvimento, investimentos e destruindo a produção e o emprego.

Por isso, o ideal da maioria dos brasileiros é ingressar no serviço público e integrar a classe de privilegiados, que, quando aposentados, recebem dez vezes mais, em média, que o cidadão comum, sobre não correrem os riscos de desemprego e da luta pela existência.

Embora a maioria dos que ingressam na administração pública dos Estados, municípios e da União tenha mais por objetivo ser beneficiária do sistema do que dele servidora, não cabe a generalização. Tal atitude termina por atingir a dignidade e a honra dos verdadeiros servidores públicos, ou seja, daqueles que entraram na carreira por vocação e, na maior parte das vezes, por serem "servidores", e não "políticos",

terminam até mesmo não sendo promovidos, embora o mereçam, pois, no País, têm mais facilmente acesso aos altos escalões os que se servem do poder que aqueles que servem ao público.

A criação de Estados e municípios - com a Constituição de 1988 surgiram 1,9 mil municípios, em apenas dez anos, três Estados, que deveriam continuar como territórios, condição a que deveriam retornar diversas outras unidades da Federação - inchou o pacto federativo a ponto de transformar o Brasil da atualidade num país medieval, com os nobres feudais enquistados no poder gerando "déficits" públicos, de um lado, e os escravos da gleba, que são os cidadãos fora do governo, de outro, sendo chamados sempre para cobrir, com "ajustes fiscais" sucessivos, os fracassos permanentes das administrações federativas, insaciáveis na obtenção de recursos para manter a "falida Federação brasileira".

E, à evidência, o "déficit" gera a necessidade de financiamento, o financiamento gera o crescimento da dívida, o crescimento da dívida gera juros elevados e os juros elevados geram o aumento dos tributos pagos pela sociedade escravizada por um modelo federativo quebrado.

E os detentores do poder (políticos e burocratas) argumentam que tal modelo não pode ser mudado por ser cláusula pétreia, quando, em verdade, o modelo pode ser mudado, desde que continue federativo.

O que determina o @ 4º, inciso I, do artigo 60 da Constituição federal - assim redigido: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: (...) I. a forma federativa de Estado; ..." - é que a Federação não pode ser "abolida", mas não impede que seja "modificada". E a modificação urge. É fundamental, é questão de sobrevivência da Nação. Sem ela, a geração futura não terá horizontes e a perda de competitividade externa e interna será decorrência natural, com a inércia, a recessão, o desemprego acompanhando os 160 milhões de brasileiros, apenas excluídos os privilegiados dos 5,5 mil governos brasileiros.

O governador Esperidião Amin, de Santa Catarina, sugeriu que Minas e Rio Grande do Sul voltassem a ser territórios por não pagarem suas dívidas. Estou convencido de que, se Rio Grande e Minas ficassem com 50% dos tributos federais que arrecadam e só repassassem 50%, não estariam em crise. Se dois terços dos Estados e mais da metade dos municípios, que não são auto-sustentáveis (ou seja, não se mantêm com receita própria), voltassem, os primeiros, a ser territórios federais e os segundos, a se integrar a outros municípios, o custo da Federação seria consideravelmente reduzido e a sociedade brasileira poderia crescer para tornar o País a grande nação do futuro.

Há necessidade de repensar a Federação.

Há necessidade de os brasileiros conscientes começarem a exigir coragem e patriotismo dos dirigentes nacionais.

Estados sem população deveriam ter, no máximo, um deputado, como ocorre nos Estados Unidos. A representação da população brasileira no Parlamento deveria ser

proporcional ao seu número, e não como ocorre: a minoria do eleitorado controla a maioria do Congresso. Nos Estados Unidos, que são uma Federação como o Brasil, a representação da população, nos três órgãos colegiados (Câmara, Senado e colégio eleitoral), é proporcional à sua densidade.

Estou convencido de que a tese de repensar a Federação é profundamente malvista por políticos e burocratas e, ao defendê-la, aumentarei a legião dos meus adversários. Mas também estou convencido de que, se a sociedade brasileira não rediscutir tal modelo, o século 21 será um século de mais sofrimentos, mais decepções e mais crises para o País.

Ou o Brasil muda a Federação ou a Federação acaba com o Brasil.

[Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito das universidades Mackenzie, Paulista e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.]

O tempero da mídia CARLOS ALBERTO DI FRANCO [OESP6.2]

Arrogância, precipitação e superficialidade têm sido, na opinião de James Fallows, autor do afiadíssimo *Detonando a Notícia*, o tempero da mídia. A crítica, forte e despida de corporativismo, despertou reações iradas e aplausos entusiasmados. A polêmica está acesa. E a poeira não deve baixar tão cedo.

A síndrome não reflete uma idiossincrasia da imprensa norte-americana. Trata-se de um problema universal. Também nosso. Reconhecê-lo é importante. Superá-lo, um dever. Fallows questiona, por exemplo, a aspiração de exercer um contrapoder que está no cerne de inúmeras matérias. Freqüentemente, a investigação jornalística não brota da dúvida necessária, da interrogação inteligente. Nasce, muitas vezes, de uma enxurrada de preconceitos.

Há um ceticismo ético, base da reportagem investigativa. É a saudável desconfiança que se alimenta de uma paixão: o desejo dominante de descobrir e contar a verdade. Outra coisa, totalmente diferente, é o que podemos definir como jornalismo de suspeita. O profissional suspicaz não tem "olhos de ver". Não admite que possa existir decência, retidão, bondade. Tudo passa por um crivo negativo que se traduz numa incapacidade crescente de elogiar. O jornalista não deve ser ingênuo. Mas não precisa ser cínico. Basta ser honrado e independente.

A fórmula de um bom jornal reclama uma balanceada combinação de convicção e dúvida. A candura, num país dominado pela tradição da impunidade, acaba sendo um desserviço à sociedade. É indispensável o exercício da denúncia fundamentada. Precisamos, independentemente do escárnio da delinqüência arrogante, perseverar num autêntico jornalismo de buldogues. Um dia a coisa vai mudar. Graças também ao esforço investigativo dos bons jornalistas. Essa atitude, contudo, não se confunde com o cinismo de quem sabe "o preço de cada coisa e o valor de coisa alguma". O repórter, observador diário da corrupção e da miséria, não pode deixar que a alma envelheça. Convém renovar a rebeldia sonhadora do começo da carreira. O coração do foca deve pulsar em cada matéria.

A precipitação é outro vírus que ameaça a qualidade informativa. O título de impacto, oposto ao fato ou fora do contexto, transmite ao leitor o desconforto de um logro, uma indisfarçável marca de engajamento. Repórteres carentes de informação especializada e de documentação apropriada acabam sendo instrumentalizados pela fonte. Sobra declaração, mas falta apuração rigorosa. A incompetência arrogante foge dos bancos de dados. Confunde nomes. Troca milhão por bilhão. E la nave và.

O culto à frivolidade e a submissão à ditadura dos modismos estão na outra ponta do problema. Vivemos sob o domínio do politicamente correto e sucumbimos à tirania do inconsistente. A obsessão seletiva pelo underground da vida tem transformado páginas de comportamento num compêndio freudiano. Biografias não-autorizadas não têm repercutido apenas nas páginas dos tablóides sensacionalistas. Infelizmente.

Maledicência e agressões injustas à privacidade parecem estar imunes aos critérios da qualidade. O strip-tease da intimidade, ridículo e deselegante, ganha status de informação relevante. O que interessa não são as idéias do entrevistado, mas o desnudamento de suas transas e fantasias eróticas. O que importa é chocar.

Ao tentar disputar espaço com o mundo do entretenimento, a chamada imprensa séria está entrando num processo de autofagia. A frivolidade não é a melhor companheira para a viagem da qualidade. O prestígio de uma publicação não é fruto do acaso. É uma conquista diária. A credibilidade não combina com a leviandade. Só há uma receita duradoura: ética, profissionalismo e talento.

[Carlos Alberto di Franco, diretor do Master de Jornalismo para editores e professor de ética jornalística, é representante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra no Brasil.]

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA E
ESTUDOS DA LINGUAGEM (LAEL)

**A CONSTITUIÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO GÊNERO
JORNALÍSTICO ARTIGO: CRONOTOPO E DIALOGISMO**

Apêndice da tese: tabelas e dados

Rosângela Hammes Rodrigues
hammes@cce.ufsc.br

SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 2001

A N E X O S

ANEXO 1 – TABELAS

Tabela 1 – Títulos e autores dos artigos do jornal *A Notícia*

A Notícia		
Título Data	Título	Autor
16/09/98	A sugestão do ministro Malan	Antônio Delfin Netto
	Família, fonte e alicerce da vida	Dom Tito Buss
	Sistema do voto cantado	Carlos Adilson Silva
15/10/98	A família em frangalhos	Valmor Bolan
	A questão do idoso	Rodrigo Carneiro Mussi
	Muito além do sétimo dia	Mário Lanznaster
20/11/98	Uma tarde de tédio	José Sarney
	Desafio para a esquerda	Carlito Merss
	A consciência de ser negro num país racista	Carlos Silva
19/12/98	O direito à oportunidade	Max Schrappe
	Natal e mercado	Dom Orlando Brandes
	Ciência arte	Mário Cesar Cubas
17/01/99	A Previdência e a expectativa de vida	Antônio Ermírio de Moraes
	Sansão e as colunas do templo	Luiz Henrique da Silveira
	Começou o incêndio	Apolinário Ternes
15/02/99	Os malefícios do tabagismo	Antônio Ermírio de Moraes
	Sem investimento não há educação	Magno de Aguiar Maranhão
	A gestão por competências	João A. F. Araújo
16/03/99	Ferramentas de decisão na agricultura	Djalma R. Guimarães
	Unicidade/unidade ou pluralidade/pluralismo sindicais	Vernon Luiz de Campos
	Congelamento dos salários	Salim Shead dos Santos

Tabela 2- Títulos e autores dos artigos do jornal *Diário Catarinense*

Diário Catarinense		
Título Data	Título	Autor
16/09/98	A metamorfose de Florianópolis	Rodolfo Pinto da Luz
15/10/98	Dia do Professor	José Zinder
20/11/98	PMDB, as lições de 98	Zuleica Mussi Lenzi
19/12/98	A universidade que queremos	Edson Villela
17/01/99	Os Estados e o déficit	Luiz Henrique da Silveira
15/02/99	Aids e as drogas	Anderson Nunerberg
16/03/99	Rezando o terço	Max Shrappe

Tabela 3 - Títulos e autores dos artigos do jornal *Folha de S. Paulo*

Folha de S. Paulo		
Título Data	Título	Autor
16/09/98	A sugestão do ministro Malan	Antônio Delfim Netto
	O ano em que vivemos perigosamente (trad.)	Jeffrey Sachs
	Para que votar?	Frei Betto
15/10/98	Guia prático do voto	Otavio Frias Filho
	O tucanato condenado à social-democracia	Candido Mendes
	De Porto Seguro a Porto Rico	Gilberto Vasconcellos
20/11/98	Uma tarde de tédio	José Sarney
	Querido padre Marcelo Rossi	Frei Betto
19/12/98	Apreensões e esperanças	Luciano Mendes de Almeida
	Exigências para o crescimento ¹	Benito Gama
	Uma reforma que concentra	Paulo Bernardo
17/01/99	A Previdência e a expectativa de vida	Antônio Ermírio de Moraes
	Tenacidade e esperança em favor do Brasil	Horacio Lafer Piva
	Um bode chamado Copa a cada dois anos	Pelé
15/02/99	Um surto de populismo?	Boris Fausto
	A Europa e a responsabilidade da esquerda	Mário Soares
	Choque de credibilidade	Emerson Kapaz
16/03/99	O brasileiro do século	Ariano Suassuna
	Saídas contra a corrupção em São Paulo	Walter Feldman
	As verdadeiras causa do blecaute	Joaquim Francisco de Carvalho

¹ Os artigos *Exigências para o crescimento* e *Uma reforma que concentra* são respostas à pergunta proposta pelo jornal *Folha de S. Paulo*: "A proposta de reforma tributária do governo vai racionalizar a arrecadação?"

Tabela 4 - Títulos e autores dos artigos do jornal *O Estado de S. Paulo*

O Estado de S. Paulo		
Título Data	Título	Autor
16/09/98	Pecados de um presidente	Luiza Nagibeluf
	A hora é ontem	José Nêumanne
15/10/98	Ameaça de intervenção da Otan na Iugoslávia	Antônio Amaral de Sampaio
	Ensino gratuito ou estudante pago	Roberto Macedo
20/11/98	Emoções	Frei Betto
	Visões entre as nuvens	Washington Novaes
19/12/98	Bom senso	Edmundo Castilho
	Os caminhos da oposição	Gilberto Dupas
17/01/99	O jornalismo covarde e a reforma da imprensa	Paul Johnson
	Pedra de toque	Mario Vargas Llosa
15/02/99	O peso de uma Federação falida	Ives Gandra da S. Martins
	O tempero da mídia	Carlos Alberto di Franco
16/03/99	Um decreto para ser esquecido	Gianni Samaja
	Os Estados e os fundos de pensão	César Borges

Tabela 5 - Nome, esfera e papel social dos articulistas do jornal *A Notícia*

A Notícia		
Articulista Data	Nome	Esfera, papel social
16/09/98	Antônio Delfim Netto	Deputado federal (PPB/SP), ex-ministro da Fazenda
	Dom Tito Buss	Bispo de Rio do Sul
	Carlos Adilson Silva	Juiz eleitoral em Joinville
15/10/98	Valmor Bolan	Doutor em Sociologia, Vice-Reitor da Universidade Grande - ABC Paulista SP)
	Rodrigo Carneiro Mussi	Advogado em Florianópolis
	Mário Lanznaster	Engenheiro agrônomo, presidente da Cooperalfa
20/11/98	José Sarney	Senador (PMDB/AP), ex-presidente da República
	Carlito Merss	Deputado federal (PT/SC)
	Carlos Silva	Professor e jornalista em Blumenau
19/12/98	Max Schrappe	Presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf)
	Dom Orlando Brandes	Bispo da diocese de Joinville
	Mário César Cubas	Professor em Joinville
17/01/99	Antônio Ermírio de Moraes	Empresário (SP)
	Luiz Henrique da Silveira	Prefeito de Joinville
	Apolinário Ternes	Jornalista e historiador
15/02/99	Antônio Ermírio de Moraes	Empresário (SP)
	Magno de Aguiar Maranhão	Membro do Conselho Estadual de Educação (RJ)
	João A. F. Araújo	Consultor para o desenvolvimento humano e organizacional
16/03/99	Djalma R. Guimarães	Engenheiro agrônomo, secretário-executivo do Instituto Cepa
	Vernon Luiz de Campos	Administrador de empresas e consultor em Joinville
	Salim Schead dos Santos	Juiz de Direito, vice-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses

Tabela 6 - Nome, esfera e papel social dos articulistas do jornal *Diário Catarinense*

Diário Catarinense		
Articulista Data	Nome	Esfera, papel social
16/09/98	Rodolfo Pinto da Luz	Reitor da UFSC
15/10/98	José Zinder	Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de SC
20/11/98	Zuleica Mussi Lenzi	Vice-presidente do PMDB/SC
19/12/98	Edson Villela	Reitor da Univali
17/01/99	Luiz Henrique da Silveira	Prefeito de Joinville
15/02/99	Anderson Nunerberg	Professor da UFSC
16/03/99	Max Schrappe	Presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf)

Tabela 7 - Nome, esfera e papel social dos articulistas do jornal *Folha de S. Paulo*

Folha de S. Paulo		
Articulista Data	Nome	Esfera, papel social
16/09/98	Antônio Delfim Netto	(Dep. federal (PPB/SP), ex-ministro da Fazenda) ²
	Jefrey Sachs	Economista, professor da Univ. Harvard - EUA, coordenador da Pesq. de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial
	Frei Betto	Frade dominicano, escritor, assessor de movimentos pastorais e sociais, autor de "A Obra do Artista - Uma visão Holística do Universo"
15/10/98	Otávio Frias Filho	(Diretor de Redação da Folha de São Paulo)
	Candido Mendes	Presidente do "senior board" do Conselho Internacional de Ciências Sociais da Unesco, Membro da Ac. Br. Letras, dep. fed. PSDB/RJ
	Giberto Vasconcellos	Professor de ciências sociais da Univ. Federal de Juiz de Fora, autor de "O Príncipe da Moeda"
20/11/98	José Sarney	(Senador (PMDB/AP), ex-presidente da República)
	Frei Betto	Frade dominicano, escritor, assessor dos movimentos pastorais e sociais
19/12/98	Luciano Mendes de Almeida	(Arcebispo)
	Benito Gama	Deputado federal (PFL-BA), ex-líder do gov. FHC na Câmara dos Deputados
	Paulo Bernardo	Dep. Fed. (PT-PR), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
17/01/99	Antônio Ermírio de Moraes	(Empresário (SP))
	Horacio Lafer Piva	Industrial, Presidente da Fiesp/Ciesp
	Pelé	Ex-jogador de futebol e tri-campeão pela seleção brasileira, empresário, ex-ministro dos Esportes
15/02/99	Boris Fausto	(Historiador,sociólogo)
	Mário Soares	Advogado, ex-primeiro-ministro, ex-presidente de Portugal, co-autor (com FHC) de "O mundo em português - um diálogo"
	Emerson Kapaz	Dep. fed. (PSDB/SP), vice-presidente do Centro das Ind. do Est. de SP e conselheiro da Fund. Abriq, ex-secretário de Ciência... do Estado de SP
16/03/99	Ariano Suassuna	(Escritor)
	Walter Feldman	Médico, dep. est. (PSDB/SP), ex-secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo
	Joaquim Francisco de Carvalho	Engenheiro do setor elétrico, consultor para assuntos de energia, ex-coordenador do setor industrial do Ministério do Planejamento

² A *Folha de S. Paulo* não fornece o pé biográfico dos autores que escrevem artigo semanalmente na coluna fixa. Portanto, os dados, por não serem fornecidos pelo jornal, foram colocados entre parênteses.

Tabela 8 - Nome, esfera e papel social dos articulistas do jornal *O Estado de S. Paulo*

O Estado de S. Paulo		
Articulista Data	Nome	Esfera, papel social ³
16/09/98	Luiza Nagibeluf	Procuradora de Justiça de São Paulo, foi Secretária Nacional dos Direitos da Cidadania (governo FHC)
	José Nêumanne	Jornalista e escritor, é editorialista do Jornal da Tarde
15/10/98	Antônio Amaral de Sampaio	Diplomata, foi Embaixador do Brasil em Belgrado (1991-1993)
	Roberto Macedo	Economista com doutorado em Hardward (EUA), é professor e consultor
20/11/98	Frei Betto	Escritor, autor de <i>Entre todos os homens, linguagem romanceada de Jesus</i> (Ática), entre outros livros
	Washington Novaes	Jornalista
19/12/98	Edmundo Castilho	Diretor-Presidente da UNIMED do Brasil
	Gilberto Dupas	Coordenador da área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP, é professor da FDC no INSEAD (França)
17/01/99	Paul Johnson	Articulista da revista britânica "The Spectator"
	Mario Vargas Llosa	Escritor
15/02/99	Ives Gandra da S. Martins	Professor emérito das Universidades Mackenzie, Paulista e da Escola do Comando e Estado-maior do Exército, é Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo
	Carlos Alberto di Franco	Diretor do Master de Jornalismo para Editores e professor de Ética Jornalística, é representante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra no Brasil
16/03/99	Gianni Samaja	Presidente do Sindicato da indústria de produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo
	César Borges	César Borges, engenheiro civil, governador reeleito do Estado da Bahia

³ O jornal *O Estado de S. Paulo* na Internet, na época da coleta dos dados, não fornecia o pé biográfico dos articulistas. Os dados sobre os articulistas foram obtidos através do arquivo do jornal.

ANEXO 2 – ARTIGOS JORNALÍSTICOS⁴

⁴ Foram anexados somente os dados do subgrupo utilizados para a análise da dimensão verbal do gênero artigo.

ARTIGOS DO JORNAL *A NOTÍCIA*

Uma tarde de tédio [AN3.1]

José Sarney

Em 1957, a "Tribuna da Imprensa", depois da sessão da Câmara dos Deputados, era o lugar em que nos reuníamos para saber as maldades que o jornal soltaria no dia seguinte contra Juscelino. Odylo Costa, filho, o grande renovador da imprensa brasileira, era o secretário. Carlos Castelo Branco, articulista, já incorporara o título de mestre. Carlos Lacerda era dono e ícone, o santo guerreiro para uns, o demônio, a fera do Lavradio, o Corvo, e tudo o mais para aqueles que eram alvo de sua pena de fogo.

Carlos Lacerda chegava à redação e, nos seus dias "inspirados", quase não cumprimentava ninguém. Com espalhafatosa força batia o teclado da máquina de escrever, que, resistente, sobrevivia ao seu talento.

Era o velho panfletário que sabia descobrir nos fatos conspirações difíceis de desvendar e que ele, na sua genialidade, transformava em denúncias. Ninguém tão sedutor quando, de bom humor, queria agradar, e ninguém mais perigoso, violento, agressivo, intolerante quando possuído da ira santa da agressão. A UDN tinha com ele cumplicidade, e uma cumplicidade medrosa. Era o ídolo e o verdugo. A história passava pelos homens, tinha contorções e remexia as entranhas do Brasil.

Foi num dia desses que, para nossa perplexidade, Carlos Lacerda anunciou: "Vou escrever, hoje, sobre a Sociedade Protetora dos Animais". Entreolhamo-nos intrigados. Ele completou: "A situação está tão confusa e eu tão desolado que não tenho outro assunto senão os animais". E, no dia seguinte, os udenistas atônicos leram a "Tribuna da Imprensa". No lugar do artigo furioso do Carlos Lacerda encontraram uma dissertação amena sobre a nossa obrigação de defender os bichos. As interpretações foram as mais disparatadas. Uns viam uma sátira e buscavam carapuças; outros, uma mensagem cifrada aos golpistas que pululavam na cena política. Nada além do que uma tarde de tédio do grande

jornalista. Um interlúdio para fazer pensar.

Recordo o fato e descubro, no redemoinho de tantos assuntos, como deixamos escapar, em certos instantes, o gosto de falar de coisas tão simbólicas como, agora, a chuva de estrelas, esses restos da Criação que estão fazendo brilhar o céu de nossas noites, legados do cometa Tempel-Tuttle, que, sonolento, cumpre sua órbita de 33 em 33 anos, raspando nossa atmosfera. E pensar que os antigos não sabiam disso e eram mais felizes do que nós, porque viam nas estrelas bons augúrios dos deuses e maravilhas dos mistérios.

Nós, envolvidos na tragédia do desemprego, na miséria das desigualdades sociais, não pensamos na bobagem de Robinson Crusoé, querendo sair daquela ilha do Pacífico, com Sexta-Feira e tudo, esperando navios que não chegavam. Ele não sabia que ali estava o tesouro que Francis Drake enterrou. Como todos os piratas ingleses, Drake tornou-se sir, um dia saqueou Cartagena de Índias e derrubou com um tiro de canhão a torre da igreja, para ser lembrado.

Felizmente há, hoje, boas notícias. Na mesma Inglaterra da Terceira Via, de Tony Blair, proibiram-se experiências científicas de uso de colírio nos olhos dos ratos e de cremes de beleza no focinho dos porcos.

José Sarney, senador (PMDB/AP),
ex-presidente da República

Desafio para a esquerda [AN3.2]

Carlito Merss

Do escandaloso processo de privatização ao pacote de onde saltará mais recessão e desemprego, só para citar dois fatos mais visíveis atualmente, uma coisa deve chamar a atenção de quem se preocupa, de fato, com a democracia: a falta de controle público sobre o Estado. Ou seja, sobre a fonte das decisões que afetam o conjunto da sociedade. No lugar do controle público, temos o privado. Telefonemas, articulações, tramas entre amigos decidem negócios de bilhões de dólares para vender empresas estratégicas à soberania nacional. Especuladores, FMI & cia. determinam cortes na saúde e educação, como se o dinheiro estivesse sobrando para essas áreas; como se o povo estivesse passando bem, obrigado.

Por suas consequências trágicas para o País, considero esse descontrole público um dos principais pontos sobre o qual o PT e o conjunto das forças de esquerda e democráticas devem se debruçar. Precisamos definir, com urgência, propostas que combatam a privatização do Estado. Com certeza, muito da descrença popular numa saída para a eterna crise brasileira - sentimento que contribui para a vitória do FHC, com o voto na "mediocridade estável", como diz Tarso Genro - tem a ver com a impotência da sociedade para controlar a corrupção e os desmandos, que aparecem ser inerentes à atividade política.

A esse desafio, já temos respondido com iniciativas, como o orçamento participativo em administração populares e com o orçamento regionalizado - experiência inovadora que transformamos em lei aqui em Santa Catarina. Em ambas, a sociedade se organiza para participar mais diretamente das decisões que envolvem as verbas públicas e, assim, pode fiscalizar melhor sua aplicação. Mas é preciso avançar muito mais. Ao assumirmos essa tarefa, estaremos nos contrapondo concretamente aos setores conservadores, para os quais a democracia não é um valor estratégico para o bem da humanidade, mas uma contingência histórica, aceita desde que seja frágil o suficiente para exercerem sua ditadura

velada, manipuladora e corrupta.

Se empunharmos com determinação essa bandeira, com uma nova reflexão sobre os rumos da sociedade e, portanto, com uma renovada ação de esquerda, estaremos realizando um discurso e uma prática capazes de responder às necessidades da população (emprego, saúde, educação, etc.) com políticas públicas de inclusão - palavra-chave neste final de mais um século de exploração. Só assim, acredito, poderemos ser os depositários da esperança dos milhões de brasileiros que estarão conosco num outro tipo de governo, radicalmente democrático, promotor do fim das desigualdades sociais e do controle público do Estado.

Carlito Merss, deputado federal eleito pelo
PT/SC

A consciência de ser negro num país racista [AN3.3]

Carlos Silva

Novembro não é maio e nem vinte é 13. O tempo é de consciência, apenas de consciência, para os negros brasileiros que lentamente começam a perceber a importância de não ser somente cidadãos e passam a lutar contra o preconceito velado que há décadas assola este País. O momento é de tirar aquela idéia de que negro só é bom no futebol, na música e na dança. Outras atividades, entre as quais a empresarial, são desenvolvidas com grande desenvoltura pelos negros do Brasil.

Mas essa mudança passa a acontecer, porque a consciência da comunidade negra entrou numa fase de mutação natural. Não adianta esperar pelos outros. A dignidade deve ocorrer individualmente, para depois ser absorvido pelo inconsciente coletivo. E é exatamente isso que está acontecendo.

Primeiro vem o alimento da auto-estima, rasgando de vez a carapuça de que preto nasceu para ser empregado, serviçal ou marginal. É preciso descer o morro, a favela, e ocupar áreas residenciais nobres. Afinal, a humanidade é nobre, e todas as raças estão incluídas em tal conceito. Ou seja: as oportunidades devem ser iguais para todos.

O segundo passo, extremamente decisivo, é que os espaços devem ser ocupados. Os bancos escolares precisam ter mais negros sentados, porque esse é o único caminho capaz de igualar brancos, índios, alemães, italianos, japoneses, etc. Os melhores postos de trabalho são disputados e ocupados por quem tem condições de ocupá-los. E a igualdade que os negros pretendem está ocorrendo da seguinte maneira:

Os pais estão educando melhor seus filhos, apontando como tudo pode ser feito e que nada cai do céu. Bem ao contrário daquilo que conta a história e seu 13 de maio, quando a princesa Isabel assinou a lei de abolição da escravatura e não deu

qualquer condição de sobrevivência para quem saía das senzalas. Os livros esquecem de contar o motivo da assinatura dessa lei. Não é dito que os fazendeiros falidos abriram as porteiras para liberar os escravos e assim evitar gastos com comida e alojamento. Para esses senhores de engenho, a abolição ocorreu antes mesmo da assinatura da Lei Áurea. Para quem tinha dinheiro e não estava em crise financeira, a resistência foi grande.

A liberação ocorreu de forma algoz e desumana. De uma hora para outra, a negrada é expulsa das terras onde trabalhava como animal. Fica perdida sem ter um destino. Sem propriedade, restaram a marginalidade, as ofensas e o preconceito. O resgate da dignidade vem a passos de cágado, mas a virada do século vislumbra uma nova realidade. A consciência do negro começa a tomar rumo, quebrando a imbecilidade de algumas pessoas. Mas ainda vai chegar um dia em que a humanidade irá perceber que todos somos filhos de um mesmo Deus e que a cor da pele não tem qualquer importância. Somos todos iguais em quase tudo, até mesmo na morte.

Carlos Silva, professor e
jornalista/Blumenau

O direito à oportunidade [AN4.1]

Max Schrappe

A democracia é uma realidade concreta e certamente definitiva no País. Entretanto, a Nação deve, sem mais adiamentos, criar as condições para que a liberdade política seja instrumento efetivo de exercício da cidadania. Nesse sentido, é necessário que os brasileiros que ainda vivem na pobreza ou abaixo da linha da miséria sejam incluídos com urgência nos benefícios da economia. O conceito de "cidadão" não se limita ao verbete expresso nos dicionários ("aquele que mantém uma relação de direitos e deveres com o Estado"). Alimentar-se, vestir-se e morar adequadamente, ter acesso à cultura e ao ensino e, portanto, ao alcance das leis são prerrogativas inerentes ao ser humano que precedem e condicionam a sua capacidade de exercitar com plenitude a cidadania.

Portanto, impõe-se a democratização das oportunidades. Para isso, além da conciliação da estabilidade com o crescimento econômico e a geração de emprego em larga escala, é fundamental trabalhar pela universalização do ensino e da cultura. Trata-se de um direito humano fundamental. O saber potencializa o ser. Ou seja, a informação, seja no nível pedagógico-escolar, literário, jornalístico, científico ou técnico, é o principal "insumo" da construção de uma nação mais justa. A sociedade civil e a comunidade devem mobilizar-se cada vez mais para responder a esse desafio.

No caso do setor gráfico, essa responsabilidade é um compromisso muito sério, em razão de sua ligação intrínseca com a produção de livros, cadernos, jornais, revistas e todos os materiais impressos que contêm informações. Além disso, a indústria gráfica está diretamente ligada à rotina diária da população, ou seja, ao exercício de todos os direitos inerentes à cidadania na sociedade contemporânea. As embalagens, os talões de cheques, os formulários contínuos, as bulas dos remédios, os manuais dos automóveis e bens de consumo, as notas fiscais e até a moeda nacional constituem-se em produtos da indústria gráfica. É

preciso estender o acesso a todos esses direitos à parcela da população ainda situada à margem dos benefícios da economia.

Para marcar a sua posição em defesa da democratização das oportunidades e do exercício da cidadania, a Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) é, pelo quarto ano consecutivo, uma das patrocinadoras do Prêmio de Direitos Humanos, instituído em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A participação da iniciativa privada nesse prêmio, entregue no início de dezembro, demonstra que a sociedade civil está plenamente engajada na luta pelo desenvolvimento, conquista que não cabe apenas ao governo, mas a toda a Nação.

No momento em que o Brasil enfrenta dificuldades, oriundas do quadro internacional e do próprio atraso nos ajustes internos, especialmente a reforma constitucional, é preciso que todos ofereçam sua contribuição concreta para que seja um país melhor. E o respeito aos direitos humanos, aqui entendidos de forma mais ampla, abrangendo o acesso de todos os cidadãos a uma vida mais digna, é condição essencial para ingressarmos no próximo milênio com plenas condições de conquistar o desenvolvimento.

Max Schrappe, presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf)

Natal e mercado [AN4.2]

Dom Orlando Brandes

O mercado hoje é o centro de nossas sociedades. A busca do lucro e do consumo tornou-se o maior objetivo das pessoas. A mercadoria é objeto de desejo. A economia moderna pode produzir sem limite. Seu problema não é produzir - é a superprodução e o consumismo. Os interesses econômicos giram em torno de publicidade, consumo, concorrência, lucro. São os famosos quatro "p" = produto, propaganda, preço, praça. Nessas quatro palavras, está o destino e a sorte do capitalismo. Eis a divinização (fetichismo) do mercado. A vida está condenada a ser uma tragédia de compra e venda. É uma perversa inversão do mundo, que por sua vez inverte também a religião.

A propaganda cria desejos, e o Natal, a religião, Deus tornam-se instrumentos do sistema consumista. É a inversão da religião, é a instrumentalização religiosa que leva todos ao santuário do mercado. É a religião a serviço da economia, é a religiosidade do capitalismo. Eis o paraíso neoliberal: acumulação infinita de riquezas às custas inclusive da religião. O mercado roubou até o dia do Senhor, transformando-o em dia de negócios. Comércio no domingo é o decreto que instala o mercado total. Bom cristão hoje é o que cumpre a lei do mercado, deixa de ir à igreja para ir ao shopping. É a mística da eficácia e do consumo. A vida e a religião estão subordinadas ao lucro. Até parece que nosso Deus é o ventre, e nosso destino, engordar.

Natal passou a ser feriadão, superlotação das praias, longas filas de automóveis nas estradas, correria ao shopping, em síntese: lazer, consumo, festa, divertimento e até mais pecado. O nascimento de Jesus, o pobre de Belém, acabou em crescimento do lucro dos ricos. A encarnação do filho de Deus, que "sendo rico se fez pobre" (II Cor. 8,9), é festa de quem "pobrezinho nasceu em Belém".

O Natal precisa renascer na conquista de sua originalidade cristã e religiosa. Natal sem Deus,

Natal sem o Menino, Natal sem o pobrezinho, é festa pagã, festa do mercado. O verdadeiro Natal é a memória de Deus com rosto humano, o Tudo escondido no fragmento, o Eterno no tempo, o Invisível feito carne, o Infinito na estrebaria, o Todo-poderoso na periferia, o Criador envolto em faixas, Deus no homem. Natal é o escândalo de encarnação, é a descida de Deus e elevação do homem, pobreza de Deus e riqueza dos pecadores e pobres. Que o Natal nos encha de assombro e gratidão, de encanto e compromisso.

Dom Orlando Brandes, bispo da diocese de Joinville

Ciência arte [AN4.3]

Mário César Cubas

No campo da pesquisa comportamental, a psicanálise é uma ciência que vem em auxílio de outras áreas de estudo que tratam do comportamento humano e neste final de século estão adquirindo importância sempre maior.

O estudo da natureza humana, de seus impulsos, vontades, emoções e reações sempre fascinou o homem desde o chamado período clássico, por volta do quinto século antes de Cristo, ou desde que os sábios da Grécia desenvolveram o conhecimento filosófico. Envolvendo as muitas dimensões da natureza humana, de matéria e espírito, a psicanálise, pode-se dizer, é uma nova fronteira da sempre velha e renovada curiosidade do homem em saber a origem e as motivações de seus atos.

O principal estruturador da psicanálise, em pleno século 20, foi Sigmund Freud. Dele é a seguinte definição sobre a controvertida ciência que estuda a natureza humana: "É a profissão de pessoas leigas que cuidam de almas, que não necessitam de ser médicos e que não devem ser sacerdotes".

De que se ocupa a psicanálise? "Ocupa-se dos distúrbios psíquicos originados no inconsciente. Seu propósito é descobrir, no inconsciente dos seres humanos, as necessidades, complexos, traumas e tudo o mais que perturbe o psiquismo, trazendo-os à tona da consciência, a fim de removê-los e possibilitar, assim, o equilíbrio emocional do indivíduo", conforme os termos da "Encyclopédia Saraiva de Direito".

Sumariamente, poderíamos dizer que a psicanálise consiste em: 1) um método de investigação do inconsciente; 2) uma psicoterapia baseada nesse método, chamada "talking call"; 3) um conjunto de teorias e normas em que são sistematizados dados introduzidos pelo método psicanalítico; 4) uma ciência das perturbações caracterológicas e estados neuróticos, perturbações da sexualidade, perturbações somáticas de origem psíquica e determinadas neuroses de ordem funcional.

No que se diferencia a psicanálise de outras ciências interfacetárias, como a psiquiatria, neurologia, psicologia, etc.? O professor doutor Ozeas da Rocha Machado, presidente da Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil, em recente publicação, explica assim as diferenças: "Psiquiatria é a parte da medicina que se ocupa das doenças mentais". Esclareço que as "doenças mentais", ou melhor dizendo, "doenças

cérebro-mentais, objeto da psiquiatria, são aquelas de origem orgânica, geralmente apresentando lesões do córtex cerebral, e sua terapia se efetua por meio de processos medicamentosos e até cirúrgicos.

Já a neurologia é a parte da medicina que se ocupa do sistema nervoso, central ou periférico. Trata das doenças deste sistema, de modo medicamentoso e cirúrgico. A psicologia, continua o professor doutor Ozeas, "é a ciência que se ocupa das atividades mentais e de conduta objetiva, ou, como alguns tratados estabelecem, a ciência do comportamento humano e animal. A psicologia se preocupada desta maneira, com o comportamento humano em seus aspectos objetivos e observáveis, que possam ser medidos, testados, compreendidos, controlados, descritos e preditos objetivamente. No caso, o psicólogo se ocupa da mente consciente do homem". Já a psicanálise, conhecida também como "ciência arte", se preocupa em tornar o inconsciente em consciente.

Mário César Cubas, professor em Joinville

A Previdência e a expectativa de vida [AN5.1]

Antonio Ermírio de Moraes

Ganhei um livro no último Natal sobre os problemas da sociedade que envelhece. O estudo é de grande valor para um país como o Brasil, cuja população está envelhecendo a uma velocidade espantosa ("Maintaining Prosperity in an Ageing Society", OECD, 1998).

Os avanços da medicina têm permitido espichar a vida média para além dos 70 anos e com mais saúde. Há países, como o Japão, em que a maioria das pessoas vive mais de 80 anos.

Ao mesmo tempo, os seres humanos vêm se aposentando cada vez mais precocemente. Em uma vida de 80 anos, as pessoas trabalham 35. Nesses 35 anos, o tempo trabalhado é pouco mais da metade dos dias do ano.

Em outras palavras, o mundo caminha para uma situação em que, ao longo de sua existência, os seres humanos trabalham um ano para ficar dois sem trabalhar. Essa equação sobrecarrega os sistemas previdenciários. Não há país que apresente equilíbrio nas contas da seguridade social, o que levou a OECD a propor uma série de medidas, das quais destaco as seguintes:

- 1) Os sistemas de aposentadoria, a estrutura tributária e os programas sociais devem ser reformados de modo a remover os incentivos à aposentadoria precoce; 2) as leis trabalhistas devem ser modificadas de forma a estimular e assegurar a atividade dos mais idosos; 3) os benefícios das aposentadorias devem ser compostos de um "mix" de recursos públicos e privados.

No Brasil, quando se fala em criar trabalho para idosos, logo vêm aqueles que temem criar dificuldades para o emprego dos jovens. Penso, porém, que esse argumento não se sustenta. A redução do enorme déficit da Previdência Social tem um impacto positivo na geração de mais investimentos e empregos para todos.

Além do mais, os mais velhos carregam consigo uma experiência profissional valiosa que pode ser transferida aos mais jovens, melhorando a sua empregabilidade.

No mesmo mês em que a OECD lançava o precioso estudo em

Paris, várias empresas do interior de São Paulo começaram a empregar pessoas com mais de 50 anos.

As experiências mostram que os mais velhos estão transmitindo aos mais jovens os valores do zelo, da honestidade, cordialidade, disciplina e várias outras qualidades que são essenciais no mundo atual. Trata-se de valores que dificilmente se apreendem na escola e que, no entanto, por meio do exemplo, são inoculados nos mais jovens.

Essas coisas parecem remotas, mas é preciso tomar providências já para evitar um colapso maior no futuro. Ou seja, estamos num mundo em que a segurança social precisa ser continuamente reformada e ajustada às condições predominantes que caracterizam a economia atual. Da mesma maneira, impõe-se reformular a legislação trabalhista para facilitar a interface entre os mais velhos e os mais jovens no mercado de trabalho.

Creio que pela matéria aqui exposta o leitor chegará à conclusão de que o problema não é só do Brasil, mas principalmente de todos os países onde a saúde e a educação venham a permitir uma maior expectativa de vida.

Antonio Ermírio de Moraes, empresário/SP

Sansão e as colunas do templo

Luiz Henrique da Silveira [AN5.2]

No auge do confronto entre oposição e governo, durante o regime de 1964, Ulysses Guimarães - a quem nunca faltou coragem e determinação, mesmo nos momentos mais graves - alertava: "Não podemos agir como Sansão, que, ao derrubar as colunas do templo, faz o teto desabar sobre a própria cabeça".

Não creio que o governador Itamar Franco esteja conscientemente querendo provocar o caos, com a desestabilização da economia nacional.

Quando derrubou as colunas do templo, Sansão estava cego. Não creio que o governador de Minas Gerais, com a longa experiência política e o exercício de tantos cargos relevantes (inclusive a Presidência da República), fosse incapaz de enxergar as repercussões de sua "moratória".

Quis o ex-presidente, sim, desde logo, assumir as funções de principal opositor do governo, imantando os demais governadores da oposição. E, além disso, desviar de seu caixa para o federal as pressões dos credores de Minas Gerais.

Mas não imaginou que, por ser ex-presidente e governador de um dos Estados mais poderosos da Federação, o inadvertido anúncio de calote nos eurobônus iria provocar um ataque especulativo tão grande ao País e um pânico tão forte nas bolsas de valores mais importantes do Brasil e do exterior.

Não fossem as condições peculiares do País (grande estoque de reservas - ainda por volta de US\$ 40 bilhões; o "cheque especial" concedido pelo FMI no final do ano passado; e os ajustes em realização), o governador mineiro poderia ter provocado avassaladora fuga de capitais.

E nós estariamos amargando a volta da inflação, com todas as suas danosas consequências.

O governo federal tem procuração para reter os valores das transferências aos Estados, para resarcimento de sua dívida rolada, o que torna a declaração de "moratória" muito mais retórica do que eficaz.

No caso da declaração mineira, além de provocar a evasão de

capitais externos e a desvalorização do real (fazendo aumentar o estoque da dívida estadual), provocou uma onda de descrédito no Brasil, com a sensação, lá fora, de que nosso País é ingovernável.

Essa declaração, ao invés de servir para aumentar os votos de oposição no Congresso, fez com que o presidente Fernando Henrique obtivesse aprovação de 80% do ajuste fiscal, por larga margem.

Do episódio, fica uma grande lição: qualquer insucesso do programa de estabilização, aqui, repercute no mundo todo. Afinal de contas, somos já a oitava economia do mundo!

Luiz Henrique da Silveira, prefeito de Joinville

Começou o incêndio [AN5.3]

Apolinário Ternes

Não se trata de ser contra, ou de rezar pela cartilha do pior. O incêndio está aí, queimando o País por dentro e por fora. Não querervê-lo, é pretender esconder o sol com a peneira, como diziam os mais antigos. A continuar assim, em pouco tempo teremos de concordar que o governo FHC terá sido mais desastrado e mais ruinoso ao Brasil do que os meses em que estivemos sob a presidência de Fernando 1º, Collor de Mello, de trágica memória.

Jânio de Freitas, na "Folha de S. Paulo" de sexta-feira, inicia seu artigo "À volta, a escuridão" com o seguinte parágrafo: "Tanta pose pedante, tanto falatório prepotente, tanta arrogância para esse final pígio. Um governo entregue às baratas, um monturo de incompetências que impuseram quatro anos de sacrifícios à grande maioria do País ansioso por desenvolver-se - para esse final reles. Um governo de mentiras, um governo de mentira".

O artigo aborda a crise da semana, que marca o início do fim do real, da estabilidade econômica, de qualquer vestígio de crescimento nos próximos cinco anos e o fim, melancólico, do segundo mandato do Príncipe, 10 dias depois de iniciado.

O retrato do Brasil de hoje é similar aos últimos dias do governo Collor. Estamos no "buraco negro", no vácuo. E o Congresso, que nada fez e nada faz, se apressa, acuado, a aprovar o que lhe põem à mesa. Mas é tarde, terrível e tragicamente tarde. E eles, os congressistas de meia pataca, é que devem ser responsabilizados. Não passam, mostram suas reações de pânico dos últimos dias, daquilo mesmo que Lula, num rasgo de lucidez e coragem, ousou classificá-los: "picaretas". Com meia dúzia de exceções, no universo de 583 politiqueiros da mais baixa categoria que já tivemos em toda República.

O Príncipe, coitado, correu de um helicóptero a outro, daqui para lá, sem saber de nada. O governo escoou, enfim, pelo ralo da mediocridade que impera em Brasília. Do ministério faz-de-conta que montou, às pressões de bandidos comuns, os seqüestradores de Abílio Diniz, que encurrallaram e finalmente derrotaram o governo. Ali, de joelho, acabou qualquer resquício de governabilidade desse ajuntamento de interesses que se instalou em Brasília à volta do Príncipe.

Estamos muito mal. No centro da pior crise das últimas

décadas. Um país desmoralizado perante o resto do mundo, com o Príncipe fazendo pose de estadista. As reservas viraram pó. O real continuará sendo desvalorizado, inapelavelmente. O mundo está se lixando para o Brasil, e só agora iremos saber que os Estados Unidos deverão agir e reagir segundo seus interesses estratégicos, e não para salvar um país "bonzinho" da Latino América.

Estamos mal. No meio das chamas de um incêndio que deixará um país devorado pela recessão, desemprego, inflação e na incompetência de seus governantes. Este, que se reconheça, é mais um legado da "Constituição cidadã", de 1988, que marcou o início do delírio coletivo a que estivemos mergulhados até que as sirenes dos bombeiros revelassem que o incêndio anunciado não era coisa de "fracassomaníacos".

E não estamos no final, mas no começo de um ciclo de arrepiajar que vem pela frente. Um grotesco retrocesso, às portas do terceiro milênio e em plena era da globalização. Primeiro foi o PMDB, com Sarney e Itamar. Depois o incendiário de Alagoas, agora os tucanos neoliberais, doutores em tudo.

Até onde e até quando o Brasil resistirá, se escaparmos, por algum milagre da Previdência, do incêndio de hoje? Com câmbio livre e tudo, o dia de amanhã será para todos nós o dia D, de desembarque mesmo. Do real e do século 20.

Apolinário Ternes, jornalista e
historiador/aternes@netville.com.br

Os malefícios do tabagismo [AN6.1]

ANTONIO ERMÍRIO DE MORAES

A Justiça americana acaba de conceder uma megaindenização de US\$ 51,5 milhões a uma senhora que tem um câncer de pulmão causado pelo fumo. Pagará a empresa produtora dos cigarros que ela fumou durante 35 anos.

As indenizações judiciais nos campos do consumo, do meio ambiente, da saúde ocupacional, do assédio sexual e outros estão se transformando numa verdadeira indústria advocatícia em todo o mundo. Isso é preocupante.

Mas, no caso do tabagismo, as pesquisas são inequívocas ao apontar o fumo como um dos principais responsáveis por várias doenças graves, em especial câncer, hipertensão, infarto e aneurisma. Os fumantes têm uma chance de contrair câncer do pulmão que é 22 vezes maior do que os que não fumam. Uma vez contraído, em 90% dos casos, esse câncer leva o seu portador à morte. É um problema gravíssimo.

Os estragos do cigarro não param aí. A letalidade do câncer no esôfago entre os fumantes é de 78%; na laringe, 81%; e, na cavidade bucal, 92% (American Cancer Society, 1998)! No mundo, o cigarro mata 3 milhões de pessoas por ano. Se esse hábito não for reduzido, os epidemiologistas estimam que, por volta de 2020, o fumo matará 10 milhões de pessoas anualmente ("Mortality in Developed Countries", Oxford University Press, 1999). Antes da sua morte, os países gastarão uma fábula com essas pessoas. Só os Estados Unidos despendem, hoje em dia, US\$ 45 bilhões por ano para tratar de doenças causadas pelo cigarro.

A produção mundial é de 6 trilhões de cigarros por ano. Até há pouco tempo, o consumo se concentrava nos países desenvolvidos. Nos últimos anos, os produtores de cigarros passaram a explorar com intensidade os países mais pobres.

Nenhuma causa de morte é tão prevenível quanto a do cigarro. Mas, infelizmente, o hábito de fumar

está arraigado nas pessoas e é reforçado pela propaganda. Nas ações judiciais, os produtores defendem-se ao dizer que em todos os maços está escrito que o cigarro faz mal à saúde e que só fuma quem quer. Muitos argumentam, porém, que essa informação é insuficiente para as pessoas entenderem a extensão do problema.

Ao tomar conhecimento de pesquisas científicas que fornecem dados específicos sobre as graves consequências do tabagismo, a Justiça da Califórnia decidiu apoiar financeiramente a mais ampla divulgação desses estudos. Isso visa deixar claro aos fabricantes que a sociedade e eles próprios, daqui em diante, saberão, em detalhes, os sérios problemas causados pelo cigarro - como já acontece nas campanhas de combate à Aids.

Com o fumo, a guerra será mais difícil. No caso da Aids, as pessoas não precisam se privar do prazer do sexo. Em relação ao cigarro, elas terão de abandonar um hábito para desfrutar o prazer de viver mais tempo. Isso será demorado. Mas parece não haver outro caminho.

Antonio Ermírio de Moraes, empresário/SP

Sem investimento não há educação [AN6.2]

Magno de Aguiar Maranhão

Precaução e investimento são as palavras que nos vêm à mente, em primeiro lugar, ao tomar conhecimento dos trágicos resultados da segunda edição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Estarrecido, o Brasil ficou sabendo que o desempenho médio dos alunos da terceira série do ensino médio em provas de português, matemática e ciências equivale ao que seria esperado de estudantes da oitava série do ensino fundamental. Já esses têm notas que deveriam ter sido atingidas quatro séries antes.

Falamos em precaução, porque o Saeb é uma prova padronizada para todo o País, de dimensão continental e de realidades sociais as mais diversas. Existe, portanto, uma grande diferença entre o currículo oficial e a realidade de cada Estado e lugarejo, cada um com sua prática em sala de aula.

O currículo é uma expectativa que, normalmente, não é alcançada, porque a forma como o conteúdo é transmitido depende de condições, como a boa formação dos professores e a estrutura das escolas, a maioria das quais sequer dispõe de biblioteca.

Em alguns casos, o currículo é baseado até mesmo na realidade de outros países.

Lembramos que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece a liberdade para a formação dos currículos, respeitando as características regionais, mas, na prática, isso ainda não acontece.

Portanto, o resultado do Saeb deve servir para sacudir educadores e autoridades, mas não pode ser lido ao pé da letra, sob pena de cometemos injustiças.

Investimento é a segunda palavra de ordem, pois está provado que, sem ele, continuaremos a lamentar nossa condição de País do terceiro mundo. E esse investimento precisa ser maciço, pois educação de qualidade custa caro, mas dá retorno garantido, com a melhoria das condições de vida da sociedade em geral.

Não é à toa que Minas Gerais foi o Estado com melhor desempenho no Saeb. Afinal, ele vem primando pela continuidade e pelo investimento; tem uma reforma em andamento há 12 anos; e aplicou 45% do orçamento em educação, além de 300 milhões de dólares emprestados pelo Bird.

Com esses recursos do Bird, Minas melhorou e criou bibliotecas nas escolas, informatizou a administração escolar, instalou 700 centrais de computadores, capacitou professores e diretores e investiu na avaliação do sistema educacional.

Mas também as comparações de rendimento entre Estados têm de ser feitas com cuidado, pois dois exames (o primeiro foi em 1995), ainda mais com instrumentos diferentes, são insuficientes.

Nenhum resultado de avaliação seria tem posições definitivas sobre tendências educacionais antes de uma série histórica de, pelo menos, cinco avaliações.

Finalmente, lembramos a importância da participação dos pais na gestão das escolas públicas. Eles é que sabem onde devem ser aplicados os recursos, geralmente escassos, e ainda podem promover melhorias na base do trabalho voluntário.

O Brasil precisa arregaçar as mangas para dar uma virada na educação, e essa é uma tarefa de todos nós.

Magno de Aguiar Maranhão, membro do Conselho Estadual de Educação (RJ)

A gestão por competências [AN6.3]

João A. F. Araújo

Até bem pouco tempo, vivíamos o império das competências, ou seja, competia a você fazer tudo o que seu chefe mandasse. Era a lei do manda quem pode, obedece quem tem juízo. Ou será que ainda é assim? Como diria "Chicó", personagem de "O Auto da Compadecida": "Não sei, só sei que foi assim". Pretendo realmente que tenha sido assim e que esta seja mais uma página virada (e que já vá longe) desta tão conturbada relação entre o capital e o trabalho.

Com o passar dos tempos e no avançar das relações intra-organizacionais, e no que sobrou depois dos downsizings, rightsizings e das reengenharias - a propósito, alguém viu o Hammer por aí? -, novos modelos de gestão foram sendo desenvolvidos, as relações trabalhistas foram melhorando, os funcionários ganharam o título de colaboradores (mas nem por isso deixaram de ser excluídos), vieram as learning organizations, a competição selvagem, as empresas globais, os blocos econômicos e - ufa! -, a globalização trazendo discursos de prosperidade e um rastro de desemprego e desespero.

Nas organizações atônicas mundo afora, percebeu-se que as habilidades até então conhecidas (especificamente as técnicas) não mais satisfaziam clientes que, de repente, passaram a ser muito exigentes. E pior, promover um bom técnico a um cargo gerencial já não era a melhor alternativa para garantir uma produção com qualidade. Era preciso mais.

Passou-se, então, a valorizar os estilos de gestão mais voltados às relações interpessoais, à capacidade de tomar decisões, à criatividade, ao trabalho em equipe, à predisposição para correr riscos, ao saber ouvir entre outras tantas competências. E, como um milagre, o pessoal ficou mais feliz, passou a participar com maior empolgação do dia-a-dia das empresas, deu sugestões, construiu modelos de administração participativa (não me refiro ao eficientíssimo CCQ), e o famoso QI passou a ser bem menos importante

face ao recém-chegado QE (coeficiente emocional).

Surge agora um novo conceito, "a gestão por competências". Um aglutinador de ações no campo das habilidades de gestão e que vem para dar início à "new company of the 21th century".

É um modelo absolutamente novo, conhecido e iniciado por poucas organizações no mundo. Não há literatura a respeito, e as experiências são ainda embrionárias. Porém, este modelo será capaz de determinar as competências básicas das empresas, que por sua vez determinarão as competências humanas que a atenderão, alinhando-as. Serão necessárias muitas mil horas para definir o que é competência, adentrar a visão e o planejamento estratégico, descobrir valores e talentos inerentes às pessoas e que suportarão essa nova companhia.

Como resultados, obteremos o desenho e redesenho de carreiras, o inplacement ou realocação funcional, a locação das competências humanas às competências requeridas por determinados projeto. Neste ponto, cabe ressaltar que competências iguais ou similares produzem a eficiência, quiçá a eficácia. Contudo, competências diferenciadas proporcionarão a excelência. Caberá ao novo gerente do conhecimento e aos novos gerentes de processos conhecê-las e administrá-las. Tal saber redefinirá a remuneração que passará a ser estratégica para aqueles cargos ou funções também estratégicos, e os planos de treinamento, desenvolvimento e educação continuada ou não terão nova dimensão, preparando aqueles que serão os exponenciais e que virão a garantir a sobrevivência e perenidade das organizações.

Além disso, outro benefício é o outplacement, cujo papel será o de reorientar as pessoas para a busca de um novo mercado, adequando posturas e abrindo novos horizontes que dificilmente seriam percebidos no inebriante mundo organizacional.

Este novo modelo é apenas uma trilha com grandes possibilidades de tornar-se ampla avenida de mão dupla que, espero, seja repleta de felicidade.

João A. F. Araújo, consultor para o
desenvolvimento humano e
organizacional/jaraujo@akros.com.br

ARTIGOS DO JORNAL *DIÁRIO CATARINENSE*

PMDB, as lições de 98 [DC3.1]

ZULEIKA MUSSI LENZI, vice-presidente do PMDB/SC

As eleições de 4 de outubro trouxeram alguns ensinamentos e lições importantes que, se bem aprendidos, poderão servir de parâmetro para os futuros pleitos eleitorais, especialmente com relação ao partido político ao qual sou filiada há tantos anos, integrando a atual executiva estadual - o PMDB.

O eleitor desmentiu a sua aparente apatia inicial na campanha política, impondo derrotas que entendeu merecidas, mesmo aos que detinham o poder da máquina administrativa e acreditavam que essa força se estenderia à manipulação eleitoral.

O PMDB elegeu em Santa Catarina 10 deputados estaduais e quatro deputados federais. Relacionando-se com o pleito de 1994, perdeu uma cadeira na Câmara Federal. A diminuição da representação federal corresponde à situação eleitoral nos outros Estados do Sul e Sudeste. O partido cresceu no Nordeste e tornou-se a terceira bancada na Câmara Federal. Continua a ser a maior bancada no Senado. A vontade do eleitor não se manipula: ou se conquista ou se é derrotado. Deve-se registrar, igualmente, que o instituto da reeleição não assegura a vitória antecipada nas eleições majoritárias.

Quando o candidato não possui o consenso dentro do partido, o que aconteceu com o candidato ao governo do Estado pelo PMDB, resultado até da falaciosa desistência inicial de candidatura, para posterior imposição pseudamente ungida por imaginoso anseio popular-partidário, a semente da derrota começou a germinar.

As levianas acusações de que o único causador da derrota eleitoral foi o Diretório Estadual do partido motivando, com isto, a tentativa de golpe, pretendendo a destituição da direção partidária, leva-nos à histriônica conclusão da eterna "culpa do mordomo", como se os erros e comportamentos não fossem de conhecimento público.

As decisões políticas, engendradas e maquinadas em gabinetes, substituindo as que naturalmente deveriam sair do comando partidário, ajudou na constatação da resultante comédia de erros.

A grande lição ficou: o PMDB deve redefinir suas metas políticas, lutar pelo desenvolvimento econômico e social, apresentar alternativas estratégicas para geração de empregos e mostrar como alcançar a justiça social.

A universidade que queremos [DC4.1]

O inestimável apoio comunitário e a presença constante dos órgãos colegiados nas grandes decisões que têm norteado a Universidade do Vale do Itajaí, têm-nos garantido que vimos acertando na busca dos objetivos. Vez por outra enunciados e renovados nos textos e falas que tão freqüentes devemos ao público, estes objetivos são sinais de que temos persistido com fé, mas a sua realização, porém, tem sido seguida de muito trabalho.

É olhando para o futuro que traçamos o perfil do que queremos. A busca incessante do amanhã tem caracterizado tanto nosso trabalho, que já se transformou em lema. É no futuro que projetamos as experiências do passado e pomos as necessidades e os desejos do presente. Tanto que, no presente momento, tudo o que queremos é qualidade. A universidade agora, e já algum tempo, tem tido a qualidade como grande meta a ser perseguida.

No caso da Univali, que atendendo aos apelos comunitários desenvolveu um modelo multicampi, a grande preocupação, agora, é a estruturação daquelas unidades. Os alunos de Balneário Camburiú, Tijucas, Biguaçu e São José entre, outras unidades que ainda temos, merecem as mesma preocupações, o mesmo acabamento que os tão numerosos que freqüentam o campus central de Itajaí. E é de de visitar e ver. Todos eles vêm conseguindo uma estrutura invejável.

Há, porém, algo a considerar que merece uma reflexão acurada. Basta que se olhe o panorama das instituições de Ensino Superior do Brasil e do mundo para se concluir que nenhuma universidade pode ser ótima em tudo. Seria utopia. Sem que se desmereça nenhuma das suas ofertas, todas as universidades têm uma orientação que as destaca. A nossa Univali, para o bem de todos, tem-se destacado numa área fundamental, das que, ninguém, em sã consciência, relegaria para outros planos: a saúde.

Não que a pontuação no conceito A, obtida pelo curso de Odontologia no chamado “provão” do MEC, nos tivesse imbuído de euforia fácil. Nada disso. Quem nos tem acompanhado sabe que a recente instalação do curso de Medicina é a coroação de esforços antigos.

EDSON VILLELA, reitor da Univali.

Os Estados e o déficit [DC5.1]

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Prefeito de Joinville

Dentre os parâmetros macroeconômicos, o que mais ameaça a estabilidade do real é o déficit público. E quando se fala em déficit público, logo se pensa que se trata apenas do desajuste das contas do governo federal.

Na verdade, o déficit público engloba, em boa conta, as dívidas dos Estados e municípios, sendo que, neste caso, 80% são devidos somente pela Prefeitura de São Paulo.

O governo Fernando Henrique Cardoso negociou a dívida dos Estados em condições excepcionais. Aquela coisa que, no popular, se chama de pai para filho (6% ao ano e três décadas para pagar). E o mesmo quer a alcaldia paulistana, sob o título de renegociar, também, as “dívidas dos municípios”.

Fazer a lição de casa não significa jogar na rua milhares de humildes servidores. Mas sustar os privilégios de uma burocracia que se organizou para contemplar-se com vantagens que fazem as folhas crescerem vegetativamente como bolas de neve.

Os novos governadores, muito deles com razão, declaram seus Estados em agônica situação financeira. Mas, antes de ameaçarem não pagar a dívida, generosamente negociada pelo governo federal (aliás, uma ameaça que não tem sentido porque a União tem o poder de reter parcelas de receitas tributárias), é preciso que os novos governadores, com o capital político que possuem no momento, começem por reduzir o número de secretarias, e, pela metade, os cargos de confiança.

Quando assumi a prefeitura de Joinville, tratei, logo na primeira semana, de propor à Câmara uma reforma administrativa nesse sentido. Por isso, mesmo com todas as dificuldades de conjuntura, temos nos distinguido por poder transformar Joinville num canteiro de obras, não obstante tenhamos concedido um aumento linear a todos os servidores e venhamos pagando em dia os salários. Aliás, Joinville foi o primeiro governo, em todo o país, a pagar integralmente o décimo-terceiro salário. No dia 27 de outubro.

Se todos fizerem a lição de casa, o déficit público será controlado. Mas, se os Estados não quiserem pagar suas dívidas, o governo federal só terá uma saída: aumentar impostos. E nós, cidadãos, é que pagaremos a conta.

Aids e as drogas [DC6.1]

ANDERSON NUNERBERG
Professor da UFSC

Em todas as partes do mundo, a disseminação do vírus da imunodeficiência humana, o HIV, continua em ritmo alarmante. Essa pandemia criou um impacto dramático e freqüentemente devastador em muitos países. Embora muito se tenha aprendido sobre essa doença, os pesquisadores não têm previsão de cura no futuro imediato, prevendo-se que seja crescente o número de indivíduos infectados com HIV.

Atualmente se estima que 22,6 milhões de pessoas estão infectadas por HIV no mundo e, até o ano 2000, as projeções indicam que haverá entre 38 e 108 milhões de pessoas infectadas pelo vírus transmissor da Aids.

A contaminação através do uso de drogas injetáveis significa cerca de 21% do total das ocorrências da transmissão do HIV em todo o mundo. Os números são cada vez mais crescentes, sendo esta a via de transmissão responsável pela alteração contínua do perfil da epidemia (segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS - com base nas informações disponíveis que foram divulgadas em 1997).

Adicionalmente, podemos acrescentar que a rápida expansão do uso de drogas, como o crack, em suas associações com a prostituição e a violência, constitui-se em fator que vem aumentando a vulnerabilidade das pessoas em relação às doenças sexualmente transmissíveis, entre elas a Aids.

A transmissão do vírus da Aids aos usuários de drogas injetáveis é uma das formas de contágio mais freqüentes. O contágio ocorre através de seringas, agulhas ou outros objetos contaminados com sangue (colherinhas, chumaços de algodão etc). O uso de seringas e agulhas descartáveis suprime qualquer risco de contágio. Uma seringa ou agulha deve ser utilizada uma vez só e nunca pode ser jogada em qualquer lugar, sendo possível a ocorrência de acidentes com estes materiais perfuro-cortantes. Uma atitude despreocupada como esta pode fazer com que outras pessoas sejam infectadas.

A Aids propriamente dita se caracteriza por uma patologia correspondente a um destes quatro tipos de afecções:

1º infecções oportunistas (pneumonia, tuberculose pulmonar etc);

2º tumores (Sarcoma de Kaposi e outros);

3º desnutrição ou síndrome de caquexia;

4º transtornos neurológicos causados pelo vírus, demência, afecção das funções cerebrais superiores, paralisia facial etc.

ARTIGOS DO JORNAL *FOLHA DE S. PAULO*

Uma tarde de tédio [FSP3.1]

JOSÉ SARNEY

Em 1957, a "Tribuna da Imprensa", depois da sessão da Câmara dos Deputados, era o lugar em que nos reuníamos para saber as maldades que o jornal soltaria no dia seguinte contra Juscelino. Odylo Costa, filho, o grande renovador da imprensa brasileira, era o secretário. Carlos Castelo Branco, articulista, já incorporara o título de mestre. Carlos Lacerda era dono e ícone, o santo guerreiro para uns, o demônio, a fera do Lavradio, o Corvo, e tudo o mais para aqueles que eram alvo de sua pena de fogo. Carlos Lacerda chegava à redação e, nos seus dias "inspirados", quase não cumprimentava ninguém. Com espalhafatosa força batia o teclado da máquina de escrever, que, resistente, sobrevivia ao seu talento.

Era o velho panfletário que sabia descobrir nos fatos conspirações dificeis de desvendar e que ele, na sua genialidade, transformava em denúncias. Ninguém tão sedutor quando, de bom humor, queria agradar, e ninguém mais perigoso, violento, agressivo, intolerante quando possuído da ira santa da agressão. A UDN tinha com ele uma cumplicidade medrosa. Era o ídolo e o verdugo. A história passava pelos homens, tinha contorções e remexia as entranhas do Brasil.

Foi num dia desses que, para nossa perplexidade, Carlos Lacerda anunciou: "Vou escrever, hoje, sobre a Sociedade Protetora dos Animais". Entreolhamo-nos intrigados. Ele completou: "A situação está tão confusa e eu tão desolado que não tenho outro assunto senão os animais". E, no dia seguinte, os udenistas atônicos leram a "Tribuna da Imprensa". No lugar do artigo furioso do Carlos Lacerda encontraram uma dissertação amena sobre a nossa obrigação de defender os bichos. As interpretações foram as mais disparatadas. Uns viam uma sátira e buscavam carapuças; outros, uma mensagem cifrada aos golpistas que pululavam na cena política. Nada além do que uma tarde de tédio do grande jornalista. Um interlúdio para fazer pensar.

Recordo o fato e descubro, no redemoinho de tantos assuntos, como deixamos escapar, em certos instantes, o gosto de falar de coisas tão simbólicas como, agora, a chuva de estrelas, esses restos da Criação que estão fazendo brilhar o céu de nossas noites, legados do cometa Tempel-Tuttle, que, sonolento, cumpre sua órbita de 33 em 33 anos, raspando nossa atmosfera. E pensar que os antigos não sabiam disso e eram mais felizes do que nós, porque viam nas estrelas bons augúrios dos deuses e maravilhas dos mistérios.

Nós, envolvidos na tragédia do desemprego, na miséria das desigualdades sociais, não pensamos na bobagem de Robinson Crusoé, querendo sair daquela ilha do Pacífico, com Sexta-Feira e tudo, esperando navios que não chegavam. Ele não sabia que ali

estava o tesouro que Francis Drake enterrou. Como todos os piratas ingleses, Drake tornou-se sir, um dia saqueou Cartagena de Índias e derrubou com um tiro de canhão a torre da igreja, para ser lembrado.

Felizmente há, hoje, boas notícias. Na mesma Inglaterra da Terceira Via, de Tony Blair, proibiram-se experiências científicas de uso de colírio nos olhos dos ratos e de cremes de beleza no focinho dos porcos.

José Sarney escreve às sextas-feiras nesta coluna.

Querido padre Marcelo Rossi [FSP3.2]

**É bom ver aquela multidão em
júbilo, num momento de graça. O
que me atemoriza é ver um padre
pop star**

FREI BETTO

Rezo por você todo dia. Primeiro, para que seu trabalho dê frutos, "cem por um", como quer Jesus. Considero-o positivo no que concerne ao reavivamento espiritual, ao consolo dos aflitos, à cura dos enfermos, ao reencontro da fé. Como é bom ver aquela multidão em júbilo, num momento de graça!

O que me atemoriza é ver um padre pop star. Talvez o anacrônico seja eu, que jamais aceito convites para aparecer na TV. Prefiro aparecer entre os excluídos, nas comunidades eclesiais de base, na pastoral operária, na periferia, entre sem-terra e sem-teto.

Sempre me recordo de São Paulo, que pretendeu fazer sucesso no areópago de Atenas. Pregou ali com entusiasmo. Foi um fiasco, que o levou a trocar a sabedoria deste mundo pela loucura da cruz. Passou a viver em Corinto, entre gente simples, trabalhando com as próprias mãos. Não pregava a si mesmo, mas a "Jesus crucificado" (1 Coríntios 2, 2).

Você, Marcelo, rompe o bloqueio eclesiástico diante da mídia.

Nisso é discípulo de um grande mestre: João Paulo 2º.

Preocupa-me ver religiosos que fogem da imprensa como o diabo da cruz. Não sabem o que dizer ou praticam a mera ortofonia, sem idéias próprias, criatividade, alegria. Um apóstolo triste não combina com a imagem que tenho de Jesus, retratada no romance "Entre Todos os Homens".

Parecem não se dar conta de que, se o púlpito era o grande emissor em tempos de antanho, como o alto-falante da matriz no interior, hoje o púlpito é a mídia. Para o bem e para o mal. Mas é preciso saber usá-lo sem se deixar usar.

Você tem sido "ibopizado". Entrou no ar, sobe a audiência. Sua imagem vende CDs e terços, camisetas e quinquilharias. Mas lembre-se: quanto maior a altura, maior o tombo. Exaltados devem ser Jesus e sua mensagem: a solidariedade, a justiça para com os pobres, a denúncia das injustiças, o amor aos excluídos e a utopia de uma nova ordem das coisas, consubstanciada na categoria do Reino de Deus.

Qual é sua teologia? Ouço e leio suas entrevistas. Fica sempre uma pergunta sem resposta: o que você pensa? A quem, como Jesus, você chamaria de "raposa" hoje (Lucas 13, 32)? O que diria para o homem rico? Como trataria as mulheres adúlteras, os amasiados, os pecadores confessos?

Sua pastoral obedece a uma fórmula de sucesso: muita emoção,

pouca razão. Não recomendam as Escrituras darmos "as razões de nossa esperança" (1 Pedro 3, 15)? Gosto de ver a multidão vibrando com sua ginástica litúrgica, você com paramentos mais brilhantes que os demais concelebrantes; todos cantam com entusiasmo. Mas... igreja não é comunidade? Se voltar sua memória um pouco na história, encontrará outros movimentos carismáticos que, após um período de pique, fracassaram por não integrar os fiéis em comunidades. É como um alucinógeno: passado o efeito, perde-se o ânimo.

Centrar a espiritualidade no Espírito Santo é exigência de nossa fé. Porém, em todas as vezes que se privilegia o Espírito, nossa espiritualidade tende ao subjetivismo; se o Cristo, ao ativismo; se o Pai, ao conservadorismo. Nossa espiritualidade deve ser trinitária, ensina a igreja. E seu fruto, não arroubos e palavras sem nexo, mas o amor ao próximo, sobretudo aos mais pobres, amor que instaura a justiça e engendra a paz.

Espero que você não se torne prisioneiro da própria imagem e possa se sentar com sua família num restaurante aos domingos ou com os amigos no boteco da esquina. Ao perder o gosto pelas coisas simples da vida -passar num parque, tomar um banho de cachoeira, ir a um cinema-, temo que a gente comece a se dar uma importância indevida.

Vale o exemplo de João Batista. Ele evitava aparecer para que Jesus fosse exaltado (João 3, 30). Desconfie da mídia que se dobra à sua presença e não suporta ouvir os nomes de d. Hélder Câmara, d. Paulo Evaristo Arns e d. Pedro Casaldáliga. Essa mídia não quer o Evangelho. Quer uma isca que atraia maior audiência. Mais audiência significa ampliar a veiculação de clipes publicitários -formar consumidores e não cidadãos. Muito menos cristãos.

Nunca nos falamos. Espero encontrá-lo numa dessas ocasiões em que sem-teto são desalojados, sem-terra expulsos do assentamento, portadores de HIV alijados dos hospitais, favelados cercados pela polícia. Traga seu rebanho para as obras de justiça. Para os que têm fome e precisam de quem lhes dê de comer; estão oprimidos e precisam ser libertados; enfim, os excluídos. É neles que Jesus quer ser reconhecido, servido e amado, como ele ensina no capítulo 25 do Evangelho de Mateus. Reze também por mim, um católico com muita vontade de se tornar cristão.

Carlos Alberto Libânio Christo (frei Betto), 53, frade dominicano e escritor, é assessor de movimentos pastorais e sociais.

Apreensões e esperanças [FSP4.1]

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

Os últimos dias de 1998 suscitam nossa reflexão para a salvaguarda sempre maior da dignidade da pessoa e dos direitos humanos. Acaba de ser anunciada a vibrante mensagem do papa João Paulo 2º, por ocasião do 22º Dia Mundial da Paz. É na perspectiva da defesa e promoção de toda pessoa, cuja dignidade é iluminada pela redenção realizada por Jesus Cristo, que precisamos analisar as apreensões e alimentar esperanças.

1) Entre as questões que causam preocupação, surge, em primeiro lugar, o recente bombardeio contra o Iraque. Vidas humanas inocentes não podem ser sacrificadas. O uso da violência, se à primeira vista parece eficaz, leva, no entanto, a reações igualmente violentas e incontroláveis. Temos que insistir na força do diálogo, na educação da liberdade, na busca incansável de meios pacíficos para a solução dos problemas internacionais, confiando na abertura de todo ser humano à verdade e justiça, bases de uma nova ordem social.

2) O caso específico do general Pinochet levanta a questão mais ampla da existência de um tribunal internacional que possa julgar os crimes contra a humanidade. Na mensagem sobre a paz, o papa João Paulo 2º refere-se à contribuição que esse futuro tribunal poderá trazer para a prática efetiva dos direitos humanos. Serão julgados os crimes de genocídio, de tortura, de prisões arbitrárias de guerra e agressões contra a humanidade. Isso inclui o reconhecimento das injustiças e a punição dos responsáveis, aos quais se deve assegurar a defesa, evitando revanchismo e espírito de vingança.

Afirma-se, assim, o direito concedido a todos de recorrer a um tribunal independente, imparcial, que repare as falhas, omissões, arbitrariedades cometidas no âmbito de uma nação. O importante é que não fiquem mais impunes crimes que violaram gravemente a vida e a dignidade de pessoas. A soberania dos Estados não está acima da Justiça, nem deve acobertar a impunidade de criminosos. Todos estamos sujeitos às exigências maiores do respeito pleno à dignidade da pessoa humana.

3) Outra situação indissociável dos direitos humanos é a aspiração à justiça social. Não basta defender a pessoa dos abusos de poder que restringem a liberdade e recorrem à tortura e a demais atrocidades. É preciso garantir as condições dignas de vida para o povo. A esse respeito temos que confessar que a especulação financeira internacional, as imposições econômicas, o controle do FMI, os altos juros da dívida externa e outros fatores fazem crescer a recessão e o desemprego. Em vez de buscarmos incrementar a distribuição dos benefícios sociais, temos constatado diante da situação de pobreza do povo a incongruência e insensibilidade dos que reduzem os gastos na área

social e dos que acabam de propor o aumento salarial do funcionalismo para alguns setores, sem assegurar o mesmo aumento para outros servidores.

Na mesma perspectiva, era de esperar uma discussão mais séria e participada sobre o corte na isenção das entidades filantrópicas, que foram desfiguradas pela mídia e pela própria medida provisória, quando merecem incentivo e apoio pelos serviços benficiantes que prestam. As apreensões podem e devem se transformar em esperanças, à medida que, pelo diálogo franco e pela busca de soluções, com a colaboração de todos, sejamos capazes de colocar como critério prioritário a promoção do bem comum.

A aproximação do Natal há de suscitar em nós, com a graça divina, não só o dever da cidadania, mas a prática da solidariedade e do amor cristão.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

A proposta de reforma tributária do governo vai racionalizar a arrecadação?

SIM

Exigência para o crescimento [FSP4.2]

BENITO GAMA

A reforma do sistema tributário não é apenas uma necessidade tecnicamente reconhecida. Passou a ser uma exigência indispensável para o Brasil continuar modernizando sua economia, de modo a se preparar para os desafios da integração econômica dos mercados -sob pena de, sem reformas, perder a competitividade, que já é pouca.

O sistema vigente induz fortemente à concentração da economia no Centro-Sul do país, como é o caso das alíquotas interestaduais do ICMS, com tributação na origem e não no destino. As regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste) são submetidas a um lento processo de crescimento, o que aprofunda os desniveis regionais. Estrategicamente, em termos de economia, é um grave erro.

O caráter perverso da evasão de receitas é proporcionado pelo próprio sistema e decorre do excesso de tributação sobre os mesmos contribuintes, no planos federal, estadual e municipal, além do volume da burocracia, que complica a situação das empresas, induzindo-as à sonegação. Daí decorre o que classifico como os cinco ralos de sonegação e evasão fiscal existentes no Brasil.

São eles: a) O sonegador relapso. Contumaz, existe aqui e em todo o mundo e precisa ser combatido. b) O inadimplente. É o contribuinte que deve, reconhece, declara, mas, por razões de ordem econômica ou excesso de tributação, não consegue pagar. c) Evasão fiscal por via judicial. Em qualquer decisão do fisco, advogados recorrem à Justiça e, por liminares, suspendem os pagamentos. Esses casos ocorrem com frequência. d) Evasão fiscal pela ignorância legal. O contribuinte pode pagar, quer pagar, mas a gigantesca quantidade de normas, resoluções e portarias, em todos os níveis de governo, leva ao desconhecimento das obrigações. Isso torna vulnerável qualquer empresa brasileira diante do fisco. Neste momento, alguma nova norma fiscal pode estar entrando em vigor. e) Evasão fiscal pelo cidadão anarquista. Esse, felizmente, é o grupo minoritário, que não recolhe impostos sob a alegação de que os governos gastam mal.

É um quadro trágico, mas reflete a realidade tributária nacional, agravada a cada ano. A reforma tributária é a mais importante do processo de modernização do Estado. Sem ela, não haverá ajuste

fiscal, as empresas continuarão sufocadas e a sonegação será crescente. O novo sistema tributário deve ser um instrumento da sociedade, para o bem da população brasileira; não em favor de determinados Estados, municípios, setores ou regiões.

Há tempos, o governo, tanto este como os anteriores, dispõe de diagnósticos e estudos. A questão é de engenharia política: organizar um acordo no Congresso para efetivamente simplificar e reduzir a quantidade de impostos, desonrar a produção e respeitar a capacidade contributiva do cidadão.

A batalha pela reforma tributária no Brasil é muito antiga, mas os governos jamais atenderam a essa necessidade. Para enfrentar um problema complexo, adotaram-se paliativos simplistas: aumento de impostos, criação de tributos, elevação de alíquotas, por aí seguindo num processo de quase extorsão de empresas e cidadãos.

No Congresso constituinte de 1988, tentamos aprimorar o sistema tributário, mesmo sem poder partir para uma reforma total; mas evoluímos pouco. Na época, recém-saído de um período autoritário, o Congresso sofria de perda da prática democrática, baixo índice de discussão e grande renovação parlamentar, originando uma mescla de posições e idéias diversas, algumas utópicas, que viriam a resultar numa Constituição mais idealista do que realista.

Na época, os debates se limitaram à partilha das rendas públicas entre Estados, municípios e União, numa verdadeira "guerra civil" para definir a participação de cada ente da Federação no bolo tributário. Não foi a discussão apropriada diante da magnitude do problema, que só viria a se acentuar nos anos seguintes.

Prevaleceu, então, a luta entre os níveis de governo porque a reforma tributária era tida como uma simples repartição de rendas -não como um sistema complexo e necessário de relações econômicas, sociais e políticas de um país.

A consequência foi que, após 1988, Estados, municípios e União se uniram contra o cidadão e as empresas. A carga tributária individual, setorial e global sobre as mesmas pessoas aumentou assustadoramente, com a complacência da maioria do Congresso e a baixa capacidade de indignação do povo brasileiro. Esta começa a mudar, felizmente. Hoje, não se criam nem se aumentam impostos impunemente no Brasil.

O sistema tributário brasileiro, na verdade, está esgotado.

Sobreviveu dificultando a vida de cidadãos, empresas e governos num período em que o país vivia distante do mundo, pelo autoritarismo do governo e por meio de políticas protecionistas, que prejudicaram a inserção de sua economia no mercado internacional. Tal sistema, mesmo assim, prevaleceu por três décadas, resistindo à reforma e à análise realista. Hoje, nossos indicadores econômicos são infinitamente superiores, em termos de PIB, exportações, investimentos estrangeiros e todos os demais.

O sistema tributário que ora caduca, tardivamente, prevaleceu num regime político fechado, sem debates, críticas ou criatividade (como todo absolutismo). Prevaleceu como a reserva de mercado para a informática, o baixo índice tecnológico industrial e a ausência de competitividade dos produtos brasileiros. Hoje, esgotou-se. A reforma tributária é uma exigência para o crescimento do país e a sobrevivência de suas empresas e contribuintes.

Benito Gama, 50, é deputado federal pelo PFL-BA e ex-líder do governo Fernando Henrique na Câmara dos Deputados. E-mail: bgama@svn.com.br

A proposta de reforma tributária do governo vai racionalizar a arrecadação?

NÃO
Uma reforma que concentra [FSP4.3]

PAULO BERNARDO

O ponto básico da proposta de reforma tributária do governo é a criação do novo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), instituído, regulado e compartilhado pela União, porém arrecadado e fiscalizado pelos Estados. A incumbência desse imposto é substituir o ICMS estadual, o IPI, a Cofins, o PIS e o salário-educação, todos extintos pela proposta governista.

Como um dos objetivos é não diminuir a receita atual, o novo imposto deverá responder por uma arrecadação mínima de R\$ 100 bilhões, que corresponde ao somatório da receita dos tributos eliminados.

Para atingir tal volume de arrecadação, poderá ser necessário adotar alíquotas de até 40%. Na atual conjuntura, uma alíquota tão alta representará forte estímulo ao ilícito fiscal.

A proposta não torna o sistema tributário mais racional porque reforça seu caráter indireto, regressivo e, portanto, injusto. O novo ICMS, se aprovado, teria um mérito: deixar claro o peso dos impostos indiretos em nosso sistema comparado ao dos diretos, como os impostos sobre a renda e sobre a propriedade, socialmente mais justos.

Além disso, a proposta aumenta o poder tributário da União e fragiliza as receitas dos Estados. Hoje, as unidades da Federação despendem grandes esforços para modernizar a máquina arrecadadora. Impor-lhes a incumbência de substituir o fisco federal na fiscalização dos contribuintes da Cofins, do IPI, do PIS e do salário-educação é acrescentar ônus sem a devida contrapartida, já que a proposta estabelece a manutenção do atual nível de receita disponível em cada esfera de governo.

Nos últimos cinco anos, o que a União mais fez foi concentrar receitas em detrimento dos Estados e municípios, por mecanismos como o FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), a Lei Kandir (que desonera do ICMS as exportações) e o Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), entre outros. Querer manter o atual nível de receitas estaduais e municipais aumentando as responsabilidades desses níveis de governo parece piada.

A CPMF vira um imposto permanente, o IMF (Imposto sobre Movimentação Financeira), que não será repartido com Estados e

municípios e será desvinculado das ações de saúde. Há a previsão de que seu pagamento seja compensado com outro tributo devido, possivelmente o Imposto de Renda. Mais uma vez, a conta sobrará para Estados e municípios. Diminuindo a arrecadação do IR, caem as transferências por meio dos fundos de participação.

Esses aspectos indicam maior concentração de receitas na esfera federal e despreocupação em distribuir de forma mais justa a carga tributária entre os contribuintes.

Como positivo, poder-se-ia citar o fato de a proposta acabar com a guerra fiscal, ao estabelecer alíquota uniforme do novo ICMS. Entretanto, o simples anúncio da idéia já desencadeou pelo país uma disputa desmedida entre os Estados para atrair investimentos e, com isso, minorar os efeitos perversos da crise econômica nacional sobre o emprego. É a prática do velho ditado "farinha pouca, meu pirão primeiro".

Racionalizar o sistema é também torná-lo proveitoso para o maior número possível de envolvidos. O novo sistema, escondido atrás de uma pretensa simplificação, traz bons proveitos à União. O ministro da Fazenda, na justificativa da proposta, sugere que justiça tributária é o superávit gerado pelo equilíbrio das contas públicas, fator fundamental para o país em face do novo padrão econômico internacional.

A reforma tributária tende a ser pautada, como as demais, pela necessidade de cobrir a crescente conta de juros do governo central.

Paulo Bernardo, 46, é deputado federal pelo PT do Paraná e presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

A Previdência e a expectativa de vida [FSP5.1]

ANTONIO ERMÍRIO DE MORAES

Ganhei um livro no último Natal sobre os problemas da sociedade que envelhece. O estudo é de grande valor para um país como o Brasil, cuja população está envelhecendo a uma velocidade espantosa ("Maintaining Prosperity in an Ageing Society", OECD, 1998).

Os avanços da medicina têm permitido espichar a vida média para além dos 70 anos e com mais saúde. Há países, como o Japão, em que a maioria das pessoas vive mais de 80 anos.

Ao mesmo tempo, os seres humanos vêm se aposentando cada vez mais precocemente. Em uma vida de 80 anos, as pessoas trabalham 35. Nesses 35 anos, o tempo trabalhado é pouco mais da metade dos dias do ano.

Em outras palavras, o mundo caminha para uma situação em que, ao longo de sua existência, os seres humanos trabalham um ano para ficar dois sem trabalhar. Essa equação sobrecarrega os sistemas previdenciários. Não há país que apresente equilíbrio nas contas da seguridade social, o que levou a OECD a propor uma série de medidas, das quais destaco as seguintes:

1) Os sistemas de aposentadoria, a estrutura tributária e os programas sociais devem ser reformados de modo a remover os incentivos à aposentadoria precoce; 2) as leis trabalhistas devem ser modificadas de forma a estimular e assegurar a atividade dos mais idosos; 3) os benefícios das aposentadorias devem ser compostos de um "mix" de recursos públicos e privados.

No Brasil, quando se fala em criar trabalho para idosos, logo vêm aqueles que temem criar dificuldades para o emprego dos jovens. Penso, porém, que esse argumento não se sustenta. A redução do enorme déficit da Previdência Social tem um impacto positivo na geração de mais investimentos e empregos para todos.

Além do mais, os mais velhos carregam consigo uma experiência profissional valiosa que pode ser transferida aos mais jovens, melhorando a sua empregabilidade.

No mesmo mês em que a OECD lançava o precioso estudo em Paris, várias empresas do interior de São Paulo começaram a雇用 pessoas com mais de 50 anos. As experiências mostram que os mais velhos estão transmitindo aos mais jovens os valores do zelo, da honestidade, cordialidade, disciplina e várias outras qualidades que são essenciais no mundo atual. Trata-se de valores que dificilmente se apreendem na escola e que, no entanto, por meio do exemplo, são inoculados nos mais jovens.

Essas coisas parecem remotas, mas é preciso tomar providências já para evitar um colapso maior no futuro. Ou seja, estamos num mundo em que a seguridade social precisa ser continuamente reformada e ajustada às condições predominantes que caracterizam a economia atual. Da mesma maneira, impõe-se

reformular a legislação trabalhista para facilitar a interface entre os mais velhos e os mais jovens no mercado de trabalho.

Creio que pela matéria aqui exposta o leitor chegará à conclusão de que o problema não é só do Brasil, mas principalmente de todos os países onde a saúde e a educação venham a permitir uma maior expectativa de vida.

Antonio Ermírio de Moraes escreve aos domingos nesta coluna.

Tenacidade e esperança em favor do Brasil [FSP5.2]

A desvalorização feita por meio da livre flutuação deve se refletir favoravelmente para a produção industrial

HORACIO LAFER PIVA

Enquanto continuam a se desenvolver, no Brasil e no mundo, os eventos políticos e econômicos decorrentes da desvalorização do real, a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que procuram analisar e compreender o que se passa, mantêm sua aposta no futuro do país, acreditando que o mercado será capaz, nos próximos dias, de encontrar seu próprio equilíbrio.

Até as últimas horas de sexta-feira, dirigentes da entidade mantiveram contatos, procurando avaliar os reflexos que as mudanças no regime cambial teriam para a indústria.

Em princípio, a desvalorização da moeda feita por meio da livre flutuação do câmbio deve se refletir favoravelmente para a produção industrial, estimulando as exportações e eliminando o subsídio oculto que de fato existia para as importações. É um passo importante na direção da isonomia competitiva dos produtos brasileiros.

A Fiesp/Ciesp reafirma, neste momento, seu compromisso com os princípios lançados por meio do Pacto pela Produção e pelo Emprego (que propôs em dezembro passado), que leva em conta o lado real da economia. Assim, continuará lutando por uma redução sustentada da taxa de juros, com a consequente retomada do crescimento econômico.

A desvalorização da moeda pode permitir, como já permitiu nos países asiáticos e no México, a redução dos juros. A entidade agirá também na busca de um amplo entendimento nacional, que envolva governo, oposição e diversos setores da sociedade civil. A Fiesp/Ciesp compartilha com a sociedade a forte preocupação com a possibilidade de que a inflação volte a subir, como efeito da desvalorização. Por isso mesmo, declara-se explicitamente inimiga da indexação (esse perverso agente inflacionário) e defensora da estabilidade da nossa moeda. Voltar atrás seria o pior dos mundos.

As nossas entidades estimulam os associados para que se esforcem a fim de manter estáveis os níveis dos preços dos

produtos e insumos industriais. E fazem um apelo ao governo: os preços públicos não podem dar um mau exemplo ao mercado. No quadro da luta em favor da produção, a Fiesp/Ciesp sugere uma ofensiva nacional pelo aumento das exportações. Do mesmo modo, estimula uma ação articulada no combate às importações supérfluas ou desleais, por meio dos mecanismos disponíveis. A indústria entende que, a duras custas, está completando o seu próprio ajuste. Flexibilizada pelos recentes saltos de produtividade e com baixo grau de endividamento, até por causa da própria irracionalidade da recente política monetária, tem condições de resistir com sucesso aos atuais embates da economia.

A Fiesp/Ciesp reafirma, nesta hora, a sua crença na capacidade do setor privado brasileiro e na competência do nosso empresariado. As entidades renovam o seu apelo ao Congresso para que complete imediatamente o ajuste fiscal e, logo em seguida, aprove a reforma tributária e as demais reformas estruturais, tão necessárias para libertar no Brasil o dinamismo e a eficácia do livre empreendimento. Sem as reformas, todo sacrifício imposto à nação de nada valerá.

Com tenacidade e esperança, os industriais de São Paulo respondem aos desafios do momento. Em favor do Brasil.

Horacio Lafer Piva, 41, industrial, é presidente da Fiesp/Ciesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo).

Um bode chamado Copa a cada dois anos [FSP5.3]

**Acho que uma Copa a cada dois
anos será muito ruim para os
clubes, razão de ser de nossas
seleções nacionais**

PELÉ

Com a experiência de quem jogou quatro Copas do Mundo e acompanhou outras sete de perto, não tenho dúvida em dizer que não é boa a idéia do novo presidente da Fifa, Joseph Blatter, que disse ter a intenção de fazer uma Copa a cada dois anos -em vez de a cada quatro, como acontece desde 1930, exceção feita aos anos 40, os da Segunda Guerra Mundial, quando não houve Copa.

Aliás, duas coisas me causaram estranheza em torno da idéia de Blatter.

A primeira delas foi que nós, da chamada Comissão do Futebol (uma comissão que ele mesmo teve a delicadeza de montar recentemente, com ex-jogadores do porte do alemão Franz Beckenbauer, do francês Michel Platini, do inglês Bobby Charlton etc.), não fomos ouvidos a respeito, como, penso, teria sido melhor.

Portanto, que fique claro, a idéia é de Blatter.

A segunda estranheza minha diz respeito ao fato de que estou sendo apresentado, inclusive por alguma confusão do próprio Blatter, como um dos apoiadores do projeto. Só pode ser fruto de algum mal-entendido.

Acho que uma Copa a cada dois anos será muito ruim para os clubes, razão de ser das seleções nacionais.

Cada vez mais os clubes é que devem ser fortalecidos, pois são os responsáveis pela revelação de talentos e por sua manutenção. Sou a favor, sim, como Blatter também é, de uma Copa do Mundo dos clubes que envolva todos os continentes, mais ambiciosa, portanto, que o modelo que temos hoje em dia -com o jogo em Tóquio entre apenas o campeão da Europa e o da Copa Libertadores da América.

Quando eu jogava no Santos, ao menos, a decisão era em dois ou três jogos, um na casa do adversário e o outro na nossa casa.

Assim foi quando derrotamos o Benfica, de Portugal, em 1962, ganhando no Maracanã e no Estádio da Luz, em Lisboa (3 a 2 no Brasil e 5 a 2 em Portugal, num dos maiores jogos da história do

Santos), e, no ano seguinte, diante do Milan, quando perdemos em Milão por 4 a 2, ganhamos no Rio pelo mesmo placar e selamos o bicampeonato no terceiro jogo, também no Rio, ganhando de 1 a 0.

Na verdade acho que Blatter está inteligentemente repetindo aquela velha história de pôr o bode na sala para depois causar um grande alívio ao tirá-lo de lá. Ele está querendo enfrentar os grandes clubes europeus, que cada vez mais alimentam o sonho de fazer uma "superliga" e um campeonato continental nos moldes dos campeonatos nacionais de hoje em dia.

A Copa de seleções a cada dois anos só seria mesmo boa para aquelas confederações que subjugam os clubes e vivem de explorá-los.

Veja, por exemplo, a situação da nossa CBF, que faz contratos milionários explorando a camisa amarela tetracampeã e não repassa nem um tostão para os clubes, em última e primeira análise os responsáveis pela existência da seleção vitoriosa.

Nunca me esqueço do que disse João Saldanha, em 1969, ao montar a seleção que esmagaria os adversários nas eliminatórias para a Copa de 70 e acabaria tricampeã invicta: "Vou arrebentar com o Santos e com o Botafogo, mas vou fazer um time vitorioso".

De fato fez, basicamente montando a seleção com jogadores de ambos.

Se hoje em dia já é um sacrifício enorme para os clubes ceder seus craques a cada quatro anos por cerca de dois meses, imagine isso reproduzido de dois em dois anos. É inviável.

Só pode mesmo, com todo respeito, ser a teoria do bode.

Um bode com duas utilidades: a primeira, como já dito, a de atemorizar os clubes europeus e tentar fazê-los esquecer seus planos revolucionários.

A segunda, a de domesticar também o Comitê Olímpico Internacional, que anda inconformado com o fato de a Fifa impor a limitação de apenas três jogadores com mais de 25 anos em cada seleção que dispute a Olimpíada.

É como se Joseph Blatter estivesse alertando o COI para não chiar, porque uma Copa a cada dois anos esvaziaria de vez o torneio de futebol nos Jogos Olímpicos.

Estou convencido, enfim, de que o século 21 será dos clubes e de que a Fifa terá de se adequar a essa realidade, pois corre o risco até de enfrentar um movimento separatista, com a criação de uma nova entidade mundial do futebol -como existe, por exemplo, no basquete, com a NBA e a Fiba, para não citar o caso do boxe, com um sem-número de entidades.

Joseph Blatter é um dirigente inteligente e sensato, o verdadeiro responsável pela administração da Fifa nos últimos anos, e não acredito que vá levar muito adiante a sua idéia.

Porque é um blefe que os europeus certamente pagarão para ver. Eu, particularmente, preferia ter dito tudo isso pessoalmente ao

presidente Blatter, com lealdade. Como não fui consultado, está dito, no mínimo, para desfazer qualquer confusão.

Edson Arantes do Nascimento, Pelé, 58, ex-jogador de futebol e tricampeão pela seleção brasileira, é empresário. Foi ministro extraordinário dos Esportes (1995-1998).

Um surto de populismo? [FSP6.1]

BORIS FAUSTO

Os anos que se seguiram ao fim do regime militar, em vários países da América Latina, tenderam a confirmar duas constatações negativas. Em "nuestra America", ainda não se implantaram instituições democráticas estáveis nem se enraizou uma cultura democrática.

No plano dos fatos, governantes populistas ou neopopulistas estão no poder, ou em plena ascensão, em vários países. No Peru, apesar da queda de popularidade de Fujimori; no Paraguai, onde o general da reserva Lino Oviedo, no centro de uma grave crise, desponta como uma figura popular; e agora na Venezuela, com o triunfo eleitoral do general Hugo Chávez, que tem em seu currículo uma tentativa sangrenta de golpe de Estado.

Do ponto de vista ideológico, aparecem personagens tratando de demonstrar que o populismo é o regime político mais conveniente para a América Latina. Veja-se, por exemplo, a entrevista do cientista político mexicano Jorge Castañeda (Folha, 7/2), figura bastante influente nos meios intelectuais de esquerda. Castañeda saúda o triunfo de Chávez, conduzido ao poder pelo voto dos eleitores "não-brancos", e espera "que ele se transforme num verdadeiro populista latino-americano", missão que parece destinar também ao presidente Fernando Henrique. E nos explica que "a via de um partido operário à esquerda da social-democracia, que poderia ter sido concretizada no PT brasileiro ou no Partido Revolucionário Democrático (PRD) no México, ainda não decolou".

Embora Castañeda aluda a um "populismo democrático", não são as instituições democráticas que caracterizam o populismo. Os traços mais significativos das figuras que o encarnam, tanto historicamente quanto hoje, consistem, pelo contrário, em manipular essas instituições, em desprezar a representatividade do Congresso e dos partidos, em estabelecer uma relação carismática entre o líder e as massas.

Essa sintética enumeração indica algumas das razões do renascimento populista em alguns países da América Latina que, é bom lembrar, não são os mais importantes do continente. Em grau variável, a experiência democrática não veio acompanhada de uma significativa redução das desigualdades sociais, da corrupção ou das mazelas cotidianas que lhe assegurasse o apoioável das massas; por sua vez, a exposição cerrada do Congresso a críticas justas ou injustas de toda ordem, assim como as inconsistências dos partidos, resultou em um enorme descrédito. Compreende-se, assim, a atração exercida pelos heróis salvadores, cuja capacidade de estabelecer relações simbólicas diretas com as massas é inegável.

Estaríamos condenados ao populismo e a sua irmã gêmea -a tentação autoritária? Deveríamos reconhecer que as instituições

forjadas ao longo de séculos, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, são incompatíveis com a "índole latino-americana", como sempre pensaram nossos intelectuais autoritários?

Esse fatalismo equivale ao desprezo a anos de luta contra ditaduras militares e regimes unipessoais. Equivale a recusar o caminho da democracia substantiva que, apesar dos pesares, permanece viável. É preciso insistir nele, enfrentando o golpismo grosseiro ou ilustrado e o canto das sereias desencantadas.

Boris Fausto escreve às segundas-feiras nesta coluna.

A Europa e a responsabilidade da esquerda [FSP6.2]

A UE tem um papel de tremenda importância, se for capaz de criar um espaço de estabilidade social, progresso e paz

MÁRIO SOARES O primeiro mês do ano trouxe-nos o euro e, com ele, uma certa fugaz euforia européia. O contraste com o resto do mundo poderá explicar o fenômeno. A crise está a generalizar-se inexorável e perigosamente, da Ásia à América Latina, da Rússia à África.

É certo que, do outro lado do Atlântico, Clinton fez um discurso não menos eufórico sobre o Estado da União, como se a América tivesse resolvido, durante seus mandatos, todos os problemas -os seus e os dos outros- e só lhe faltasse agora recolher a sagrada universal. Está longe de ser o caso.

Voltando à Europa, convenhamos que o euro é, seguramente, uma boa coisa. Mas não constitui fim em si mesmo: é um motor para a efetiva integração européia, baseada na solidariedade de objetivos e valores. Sem uma verdadeira unidade política, a Europa não conseguirá afirmar-se no mundo nem adquirir a estabilidade capaz de a pôr ao abrigo dos velhos demônios da conflitualidade, dos nacionalismos agressivos, da xenofobia e do racismo, responsáveis por duas guerras mundiais.

Portanto, sim ao euro; mas com a condição de avançar no aprofundamento institucional e político da União, para poder passar a uma nova fase, mais responsável e fecunda, como se impõe. Será isso possível?

Trata-se de um desafio decisivo: afirmar a importância da UE na Europa e no mundo, dando-lhe uma consistência política e uma unidade efetiva que só podem resultar do aprofundamento institucional, dotando-a de mecanismos apropriados de decisão e de uma eficaz coordenação das políticas externas e de segurança. Sem isso, a UE não ultrapassará o impasse em que está.

Seu alargamento não será possível em tempo razoável, coisa gravíssima, visto que a associação à UE é a única esperança consistente para os países da Europa Central e Oriental e o melhor antídoto para defendê-los de seu inseguro e turbulento vizinho do leste. Terá a Alemanha, que preside a União neste ano, consciência perfeita de suas responsabilidades históricas? Terá a determinação e a coragem necessárias para ultrapassar as resistências das rotinas instaladas, dos inevitáveis egoísmos nacionais e das pressões dos interesses imediatistas do eleitorado,

como teve quando chegou a hora da reunificação?

Ao mesmo tempo em que a social-democracia chega ao poder na Alemanha, o Reino Unido é governado pelos trabalhistas, com Blair; a França, por Jospin; a Itália, por D'Alema; para não falar nos países menores, como Portugal, onde o socialismo democrático foi o primeiro a regressar ao poder, pela mão de António Guterres. Dos 15 países da UE, 13 são hoje governados por partidos com assento na Internacional Socialista ou têm partidos socialistas associados ao governo. É uma tremenda responsabilidade. É uma oportunidade histórica também, sobre a qual não devemos passar como se de mera coincidência fortuita se tratasse.

É para mim evidente que a viragem à esquerda dos eleitorados europeus resulta de condições objetivas, como se dizia no tempo do marxismo triunfante. Quais? A crise manifesta do neoliberalismo, que concentra a riqueza em cada vez menos mãos e gera a pobreza mais ignara, sem a mínima sensibilidade social; o flagelo do desemprego, que atinge as sociedades mais desenvolvidas; o primado da economia sobre a política e o social, criando legiões de marginalizados; o capitalismo especulativo, de extraordinária mobilidade, cujo único objetivo é o lucro pelo lucro, indiferente aos valores e interesses de populações e de Estados; o culto da violência, alimentada cotidianamente pelos meios audiovisuais, condicionados pelos grandes interesses; a impunidade da criminalidade internacional organizada, como nos casos do narcotráfico, do tráfico de armas, da lavagem de dinheiro por aparentemente respeitáveis instituições financeiras. Foi a consciência dessa verdadeira crise de civilização que levou a esquerda ao poder em tantos países da UE. Para fazer o quê? O mesmo que os governos de direita, gerindo o dia-a-dia com os olhos nas pesquisas, a ajuda do marketing político e uma posição de subserviência permanente perante o poder do dinheiro, as exigências do mercado e as reivindicações corporativas dos segmentos mais agressivos do eleitorado? Seguramente, não. A opinião pública européia espera que os governos a que deu o poder sejam fiéis aos valores de solidariedade que representam, ajudem a mudar as condições de vida dos mais desfavorecidos, lutem com êxito contra o desemprego e a exclusão e não desperdicem essa grande oportunidade histórica. Que seria da União Européia e do papel de equilíbrio que se espera desempenhe no mundo se essa chance se perdesse? O caminho para novas aventuras totalitárias e para o populismo mais demagógico ficaria grandemente facilitado...

Abra-se, pois, o grande debate das idéias e dos valores, a começar pelo interior do Partido Socialista Europeu, que tem tido até agora uma tão discreta existência. Discutam entre si, fraternalmente, os partidos com responsabilidades nos governos de seus países, para concertar o caminho a seguir, a estratégia do ataque à crise mundial e o modelo de sociedade que importa

defender.

Alargue-se esse debate a todos os setores que se reclamam da esquerda: a Europa pode e deve ser a nova utopia criadora de generosas soluções. Mobilizem-se as sociedades civis em favor das grandes causas, com largura de espírito e independentemente de posições político-ideológicas. A União Européia tem um papel de tremenda importância histórica, se for capaz de criar um espaço sólido de estabilidade social, progresso e paz, donde se irradiem valores de solidariedade, justiça e pluralismo que iluminem um mundo em crise.

Só a União Européia, em parceria crítica responsável e em igualdade com os EUA, será capaz de dar novo impulso às Nações Unidas e aos grandes ideais humanistas que estiveram na base da sua criação, após duas terríveis guerras.

Queremos regressar aos estéreis conflitos dos séculos 19 e 20 ou abrir resolutamente, para o próximo século, os caminhos do futuro e da esperança? Se houver vontade política e ambição para tanto, é o momento de atuar no quadro europeu, talvez mesmo mais do que em cada nação. Vale a pena. Há condições para que tal combate tenha sucesso. O que está em jogo é muito importante. As dificuldades da UE não são assim tão dificeis de ultrapassar; são ridiculamente menores em termos de euros. "Sem solidariedade", disse ao jornal "Público" o ministro polonês Bronislaw Geremek, "a Europa corre o risco de uma crise profunda". Tem razão. Elevemos, pois, o debate para além dos interesses imediatos e egoístas de cada comunidade nacional. Ousemos lutar e abrir novos caminhos. É urgente!

Mário Soares, 74, advogado, é ex-primeiro-ministro (1976 a 78 e 1983 a 85) e ex-presidente de Portugal (1986 a 91 e 1991 a 96). É co-autor, com Fernando Henrique Cardoso, de "O Mundo em Português -Um Diálogo" (editora Paz e Terra).

Choque de credibilidade [FSP6.3]

É preciso que consumidores e agentes econômicos das diversas cadeias produtivas se unam para resistir

EMERSON KAPAZ Estamos no momento mais duro de uma transição irreversível. A corrente que segurava a âncora cambial foi cortada, e esta se perdeu no mar. Queremos navegar rumo a um almejado reequilíbrio do balanço de pagamentos e da dívida interna, que possibilite à estabilidade lançar novas âncoras, sem artificialismos.

No momento em que completarmos essa transição, a mudança estrutural na economia será sentida rapidamente. As importações, mais caras, vão diminuir, e as exportações serão ampliadas. Com isso, a indústria nacional será valorizada no exterior e no âmbito das cadeias produtivas (como já ocorre com as autopeças), viabilizando a retomada do desenvolvimento e do emprego.

O maior risco nessa trajetória é a inflação. Assim, o grande desafio é monitorar a equação câmbio-juros, de modo que o efeito da mudança cambial resulte, no máximo, em um "soluço" inflacionário de 10%. Para isso, precisamos de um conjunto de ações que demonstrem não apenas vontade, mas a construção de uma trajetória permanente de reestruturação interna. Isso é fundamental para balizar as expectativas dos agentes internos e externos. Precisamos de um choque de credibilidade.

O primeiro dos ingredientes desse choque é estabilizar o câmbio. A tarefa está agora entregue a operadores experientes no Banco Central, respeitados pelo mercado. E a sociedade pode fazer muito mais que simplesmente torcer.

A sociedade pode e deve boicotar produtos que tenham seus preços reajustados. Num momento em que estão querendo aumentar até o preço da água de coco, é preciso que consumidores e agentes econômicos das diversas cadeias produtivas se unam para resistir.

O segundo ingrediente é o aprofundamento do ajuste fiscal, não pelo lado do aumento de impostos, mas com cortes de despesas do governo, cobrança de dívidas do INSS, renegociação de débitos de impostos e, onde for possível, novas mudanças na Previdência.

A sociedade deve pressionar pela aprovação das futuras reformas. Precisa exigir do Legislativo e do Judiciário maior corte de gastos e cobrar do Executivo uma arrumação permanente nas contas públicas. Tudo isso nas três instâncias: União, Estados e municípios.

O terceiro ingrediente, o mais delicado de todos, é a queda dos juros. Trata-se do mais importante sinalizador da recuperação econômica, que facilita o próprio ajuste fiscal. Juros altos ampliam exageradamente a dívida pública; assim, matam a credibilidade. A operação eficiente do câmbio, a resistência à inflação, a tomada de consciência da classe política sobre a necessidade do ajuste fiscal e a pressão da sociedade poderão possibilitar a queda dos juros já a partir de março. O Brasil que recebeu investimentos produtivos de US\$ 40 bilhões voltará à tona.

Em março, ingressam os recursos do FMI. Com as reservas garantidas, o Brasil procurará a ampliação das linhas de crédito dos bancos privados internacionais. Nesse momento, o maior cacife do país será a sinalização clara de que o choque de credibilidade está -e continuará- dando certo.

Emerson Kapaz, 43, é deputado federal pelo PSDB-SP, vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e conselheiro da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais). Foi secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

ARTIGOS DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*

Emoções FREIBETTO [OESP3.1]

Eis o imprevisível: boas e más emoções. Peraltices a desconcertar a razão. Não há sisudez, rigor acadêmico, pose ou propósito que resista à força da emoção.

Um filme. Visto na sala adequada, tudo surpreende. A trama toca a sensibilidade e nos transporta para além de nós mesmos. Ultrapassamo-nos, impelidos pela estética que ressuscita o outro ser adormecido no âmago de nosso espírito, dopado por trivialidades. Ao deixar o cinema, a cidade brilha diferente aos nossos olhos.

O reencontro. Está tudo bem, a casa em ordem, os filhos sadios e o casamento oscila entre muitos deveres e pequenos prazeres. Súbito, uma esquina, um restaurante, uma viagem... e eis aquele(a) que havia sido racionalmente excluído(a) de nossa vida. Ainda que se finja não vê-lo(a), ele(a) vem conosco, como um fardo que sufoca e perturba. O raciocínio inquieta-se. A imaginação enlouquece.

Górgonas: inveja, calúnia e ódio. Após desterrar as três irmãs dotadas de um só olho e um único dente, eis que o reencontro casual desperta o tigre confinado a um recanto da memória. Fingimos não ver, evitamos olhar, aceleramos o passo. Há quem suscite o que há em nós de mais satânico. Banido de nosso mundo, preferimos ignorar-lhe a existência. Contudo, o acaso promove o reencontro. As emoções sopram como ventos furiosos que destelham a razão e embaralham sentimentos.

Se a saudade é recompensada, trocamos breves palavras, saudações, como vai, e seguimos desarvorados. A lufada de vento arranca folhas das plantas de nosso jardim. Num segundo somos estranhos a nós mesmos, enlevados pela poesia que reverbera na intimidade. Comungamos o que temos de melhor, sabor que o paladar experimenta, mas não retém.

Um retrato, uma bengala, um xale. Sacramentos de quem partiu, deixando-nos órfãos. Apenas um objeto e, no entanto, um mundo intraduzível encerrado nele. Só os olhos do coração enxergam. A faxineira talvez atirasse ao lixo aquela entrada de teatro amarelecida pelo tempo. Sacrilégio de quem ignora quanto significado ali contido. É o que resta de um amor que jamais morre.

Uma saudade. Funda, farta, forte, fértil. Ninguém desconfia. Eis a singularidade de nosso ser em sua liberdade mais plena. Agora somos plurais. Evocação de Deus, da(o) amada(o), do momento indelevelmente gravado. Sabor de viver. Mistério que só a intimidade vislumbra e, no entanto, nos transfigura por dentro e por fora. Saudável e saudosa saudade. Salve a memória!

Um toque, um olhar, uma palavra. Eis a garganta arranhada, o calor no peito, as lágrimas. Nosso mundo individual se insere numa tribo restrita. Como se no cofre do amor coubesse muito pouco. O suficiente para imprimir deleite a esta breve existência.

A volta. Ali está a cidade, entre fraldas de montanhas ou à luz generosa do porto. Desembarcamos em busca de um passado que só resta na memória. Já não há

o coreto, o porto é um mangue de embarcações sem viço, a rua perdeu o encanto. Andamos em busca de um tempo que passou. Partiram os amigos, as mangueiras cederam lugar aos postes, o campo de futebol ficava no estacionamento do supermercado.

Ainda assim, insistimos em ver o invisível: a casa da madrinha, o armário que hoje abriga a sorveteria, o rio que a avenida cobriu. Percorremos a cidade em busca da criança que brinca de esconder em alguma dobra de nosso ser. Como seria bom dobrar a esquina e, de repente, encontrar a mesma rua, o Ford bigode de seu Jacinto, a janela em que Marinalva se debruçava à espera do caixeiro-viajante que partiu levando, juntamente com amostras de remédios e catálogos de ferramentas, o coração dela.

Uma obra de arte. Apenas uma tela, uma escultura, uma poesia, um romance. No entanto, tudo ali. O artista retrata nossas faces obscuras e, também, as mais utópicas. Faz vibrar com intensidade as alamedas oníricas de nossos bosques secretos. Quedamos paralisados diante da pintura, enquanto o olhar a penetra em profundidade.

Os olhos remodelam cada curva da escultura e a emoção extraí-lhe a alma. Parla! Ela revive em nós. O poema ressoa como a música que nos convida ao baile de fantasias aladas. O romance nos conduz por veredas jamais pressentidas. Este ou aquele personagem é o nosso clone. O sentido da existência se tece no tecido do texto.

Uma surpresa. O abraço, o presente, a comemoração. A idade se volatiliza. Somos transportados ao imponderável. Fingimos reticências por não saber soltar emoções como balões em céu azul. Eis o céu limpo, os ventos favoráveis e, de fato, somos nós que levitamos acima da razão, da lógica, das aparentes certezas que trazem ilusórias seguranças.

Feitos de barro e sopro, somos um feixe de surrendentes emoções, em geral congeladas pelo medo de ser o que se é.

[Frei Betto é escritor, autor de *Entre Todos os Homens, Linguagem Romanceada de Jesus* (Ática), entre outros livros.]⁵

⁵ Na época da coleta dos dados, nos artigos *online* não era publicado o pé biográfico. Os dados do autor foram retirados do jornal impresso. Posteriormente o jornal passou a publicar o pé biográfico do articulista no jornal *online*.

Visões entre as nuvens WASHINGTONNOVAES [OESP3.2]

Dizia o falecido ministro e governador Magalhães Pinto que "política é como nuvem: você olha, está de um jeito, dali a pouco, olha de novo e já mudou". Deve ser assim mesmo, um céu entre as nuvens - ou tantas pessoas não o disputariam com sede e ferocidade -, repleto de nuances desafiadoras para a sobrevivência de quem está ali, enquanto lá embaixo se amontoam tristes realidades. Às vezes, o próprio inferno.

Mutatis mutandis e observadas as devidas proporções, o tema mudanças climáticas também parece nuvem (não tratasse ele de questões atmosféricas). Dependendo de quem olha, muda a configuração. Parece uma coisa para ambientalistas preocupados com realidades que a maior parte dos cientistas aponta, uma outra situação para a parte de cientistas mais céticos, uma terceira para os representantes de governos que têm a espinhosa missão de negociar, concretamente, o que se vai fazer na prática para reduzir as emissões de poluentes que aumentam a temperatura da Terra e ameaçam mudar o clima do planeta e gerar catástrofes.

A maior parte dos ambientalistas - e cientistas que os apóiam - saiu decepcionada da reunião de Buenos Aires, onde se tentava, no âmbito da Convenção sobre Mudanças Climáticas, definir procedimentos para tornar viáveis as reduções de poluentes acertadas em Kyoto, em dezembro de 1997. Na opinião deles, praticamente nada se avançou.

Não se definiram regras para execução do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, pelo qual um país industrializado poderá financiar projetos que reduzam emissões em outro país em desenvolvimento (e descontar as emissões em seu balanço próprio de poluentes). Insistiu-se em continuar planejando procedimentos que tornem viável a chamada "compensação" de emissões entre países industrializados, com um deles reduzindo de seu balanço o que o outro diminuir no seu. Tal procedimento, acham os ambientalistas, implica reconhecer o "direito" de um país emitir, poluir um "pedaço" da atmosfera e, depois, se reduzir as emissões, vender essa parte do "direito". Pior ainda seria reconhecer o "direito" de um país como a Rússia vender os "direitos" às emissões que reduziu desde 1990, porque seu produto industrial diminuiu quase 50% (essa tese não é aceita pela maioria dos países em desenvolvimento). Quem garante que as contas do produto serão corretas?

Também não se regulamentou a questão das florestas plantadas, capazes de retirar carbono da atmosfera, durante seu período de crescimento (os chamados "sumidouros" de carbono). E o assunto ainda promete complicar-se, porque, contrariando resoluções já tomadas na Rio-92 e em Kyoto, alguns cientistas lançaram a tese de que Estados Unidos e Canadá já estariam, com suas florestas, absorvendo mais carbono do que emitem. Não precisariam reduzir suas emissões.

A maioria dos países industrializados continua sem assinar e/ou ratificar o Protocolo de Kyoto e no maior emissor, os Estados Unidos, ainda não se vislumbra o dia em que dois terços do seu Senado venham a aprovar as resoluções de Kyoto para que elas tenham efeito no território norte-americano. Tudo isso desaponta os ambientalistas.

Do ângulo de quem negocia diretamente essas questões, a nuvem parece diferente. Porque as realidades das quais partem são muito duras. Os Estados Unidos - só para ficar em um exemplo - comprometeram-se em Kyoto a reduzir suas emissões em mais 7%, sobre os níveis de 1990. Como a partir dessa data já as aumentaram em mais de 10%, terão de conseguir uma redução de cerca de 20% sobre os níveis atuais, entre 2008 e 2012. Só de dióxido de carbono a América do Norte está emitindo 1,75 bilhão de toneladas ao ano e custa US\$ 100 a tonelada, em média, mudar a matriz energética para conseguir a redução. Só aí, portanto, seriam necessários US\$ 35 bilhões - a serem pagos pelos contribuintes. Chegar à mesma redução em todos países envolvidos por esse compromisso significaria uns US\$ 100 bilhões. E pode afetar os preços de muitos produtos, reduzir a competitividade de mercadorias de nações que tenham esse compromisso ou melhorar a das que já estejam mais avançadas nas mudanças em suas matrizes energéticas.

Consideradas essas dificuldades é que não se deveria minimizar a decisão do Executivo norte-americano de assinar o Protocolo de Kyoto. Embora continue faltando a ratificação do Senado, na prática se elimina o voto virtual ao protocolo pela recusa norte-americana, associada à russa, de não assinar o documento (os dois, juntos, com 55% das emissões, poderiam bloquear o protocolo). E abre-se campo para um jogo de pressões que pode mudar a posição do Senado dos Estados Unidos.

Também seria importante observar que a vigorosa reação do Grupo dos 77 (ao qual pertencem Brasil, Índia e China) impediu que prosperasse a tese argentina de os países em desenvolvimento assumirem imediatamente compromissos de reduzir suas emissões - eles têm mais prazo para isso, considerando que os industrializados emitem há muito mais tempo, desde o início da revolução industrial, e os gases permanecem na atmosfera durante muito tempo. Em Buenos Aires, a proposta argentina simplesmente saiu da agenda.

Da mesma forma, como não valorizar o fato de se haver criado um programa e estabelecido um prazo de dois anos para regulamentar o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, até a sexta reunião da convenção, no ano 2000? Como não reconhecer o avanço de se marcar, já para março, o workshop, no Brasil, que preparará os procedimentos para que na reunião técnica de junho, em Bonn, se iniciem as discussões sobre a proposta brasileira de avaliar a participação de um país no aumento da temperatura da Terra juntando suas emissões "históricas" (ao longo dos tempos) com as emissões atuais? Pensam assim os que participam das negociações.

Num quadro tão polêmico como esse, só a ciência - ou alguma catástrofe, que não se deseja - pode tirar a dúvida. O que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, com milhares de cientistas de mais de 150 países, tem dito é que a temperatura da Terra já subiu 0,6 grau centígrado e há indícios fortes de que ações humanas têm contribuído decisivamente para isso. Os dez anos mais quentes da Terra foram de 1980 para cá. E nesse ritmo, com mais 2% de emissões de poluentes ao ano, como está acontecendo, as atuais emissões poderão dobrar em 34 anos e jogar mais 1 trilhão de toneladas de poluentes na atmosfera ao longo do século 21. A temperatura pode subir entre 1,5 e 4,5 graus, com consequências muito graves para a humanidade.

Muitos cientistas, entretanto - isentos ou não -, continuam a contestar essas previsões. Dos que julgam estar acontecendo uma elevação natural do clima (como se isso nos desobrigasse de ser prudentes) aos que buscam, aqui e ali, razões e modelos científicos para contestar as possibilidades apontadas pelo painel. E este só voltará a pronunciar-se no ano 2000.

Até lá, como ressaltou em editorial este jornal, na quarta-feira, se o que estamos fazendo é ou não suficiente para evitar as mudanças climáticas, só a ciência e o tempo dirão.

Não há alternativas.

[Washington Novaes é jornalista.]

Bom senso EDMUNDO CASTILHO [OESP4.1]

Em 3/6/98, o Senado aprovou a Lei nº 9.656, reconhecidamente cheia de erros e equívocos técnicos e conceituais, com o compromisso de fazer correções gradativas capazes de aperfeiçoá-la.

Manifestamos, naquela ocasião, que era muito mais lógico esgotar o esforço corretivo antes de aprovará-la para promulgar-se uma lei já adequada. A matriz da lei de regulamentação dos planos de saúde sempre padeceu de distorção incorrigível, pelo forte viés securitário que a caracterizava. Também, desde o início das discussões, na Câmara dos Deputados, foram alimentadas falácia de que o mercado, a concorrência e o produto "doença", tratado como "mercadoria", esvaziaria o SUS e aumentaria o universo de 43 milhões para 80 milhões de usuários assistidos, consubstanciando uma grande solução.

O CNSP, a Susep e o Ministério da Fazenda seriam os coordenadores da política daquilo que se passou a chamar de Saúde Suplementar, com sentido de completar o que o SUS oferecia ou mesmo substituí-lo.

O Ministério da Saúde seria um mero coadjuvante, embora toda a responsabilidade pela política curativa ou preventiva fosse sua para a maioria da população. Eis que aquilo que parecia insanável foi, por meio de medidas provisórias e resoluções, gradativamente, sendo levado para o Consu aquilo que inadequadamente estava no CNSP-Susep.

Agora, torna-se evidente que o plano de saúde que se obriga a prestar serviços de assistência médica, com a contrapartida de pré-pagamento, é diferente da operação financeira praticada pela seguradora, na modalidade de reembolso de despesas médico-hospitalares.

O Consu criou a Câmara de Saúde Suplementar, palco de discussões e consenso sobre os produtos estudados e definidos pelos técnicos do Ministério da Saúde e submetidos aos segmentos da comunidade ligados e interessados no assunto. Enquanto isso, a Susep elaborava projeto de resolução a ser aprovado pelo CNSP, definindo garantias de insolvência (capital, patrimônio líquido, fundos de reserva, etc.) nas operações de planos de saúde como se seguros de saúde fossem. Com isso, confundiu os atributos específicos das cooperativas de saúde que se sentiram atropeladas por equivocados e absurdos conceitos capitalistas com obrigações a ser cumpridas pelo segmento de medicina social que é.

Infelizmente, em que pese a Susep ter procurado realizar simulacros de Câmara com operadoras e usuários isoladamente, nada foi de consenso a não ser se consolidar a convicção de que seguro-saúde é uma coisa e operação financeira e plano de saúde - obrigação de prestar serviço - é outra completamente diferente.

Querer ser ora uma e ora outra coisa ao sabor das conveniências das seguradoras levou à conclusão

definitiva da iniqüidade e da impraticabilidade do intento ou do procedimento.

Esperam-se para o ano de 1999 grandes discussões no campo certo - Ministério da Saúde e Consu sobre planos de saúde e idem sobre seguros de saúde no Ministério da Fazenda-CNSP-Susep.

Evidentemente, o Consu não deverá abrir mão de definir os produtos de seguro-saúde e o Conselho Nacional de Seguros Privados e a Susep terão competência de fiscalizar o cumprimento de seus atributos.

Que se louve a acuidade do Ministério da Saúde e a sensatez do CNSP-Susep por estarem aperfeiçoando algo que nasceu todo equivocado e parece estar a caminho de correção.

Deve-se realçar também que o aludido módulo odontologia, que, com os módulos ambulatorial e hospitalar, formam o plano referência, teve a obrigatoriedade de oferecimento prorrogada para dezembro de 1999.

Todavia, 2 de janeiro de 99 é a data fatal para que tudo o que for comercializado esteja adequado às normas do Consu. Assim, estarão protegidos os clientes, empresas e os médicos, de preferência ligados à autogestão cooperativada chamada Usimed.

Ainda falta muito para se chegar ao ideal, mas é justo reconhecer que, desde a sua promulgação, houve processo evolutivo positivo, com o real ajustamento de rotinas específicas para as operadoras e as seguradoras.

Acreditamos que, sem atropelos e tendo continuidade de funcionamento na Câmara de Saúde Suplementar, todos os pontos dúbios ou controversos serão democrática e tecnicamente analisados, com soluções inteligentes e viáveis, beneficiando pacientes, operadoras e, por conseguinte, a comunidade.

[Edmundo Castilho é diretor-presidente da Unimed do Brasil.]

Os caminhos da oposição GILBERTO DUPAS [OESP4.2]

O inusitado encontro de Fernando Henrique com Lula é sinal dos tempos difíceis que vêm por aí. Com 1999 em recessão, juros ainda muito altos e desemprego disparando, o governo e o País estão reduzidos à expectativa de que o próximo ano seja apenas uma dura transição para 2000 um pouco melhor. As circunstâncias nos deixam, pois, apenas a alternativa de torcer por um mal menor; além de ter de agüentar o coro dos pessimistas, que garantem o desastre inevitável.

A vitória contra a inflação havia feito 15 milhões de brasileiros pularem para cima da linha de pobreza. Parecíamos recuperar nossa confiança no futuro. E as grandes reformas começavam, prometendo o mais cedo possível fazer o País voltar a crescer a taxas compatíveis com seus imensos problemas sociais a resolver, ou seja, um mínimo de 5% ao ano. A questão é que, apesar do enorme sucesso da estabilização monetária, desde 94, ano a ano, a economia vem tendo queda em seu crescimento. E a crise internacional, que começou seu estrago em fins de 97, encontrou o Brasil no meio do caminho: dependente de importações, ainda com baixa competitividade sistêmica e grande déficit público. Com a confusão nos mercados mundiais, os juros explodiram, o comércio internacional reduziu-se, a defasagem cambial antiga cobrou seu preço e tivemos de desembocar no FMI para não quebrar.

A estratégia de abertura e inserção internacional - sem dúvida necessária a um país de nossas dimensões -, mesmo que administrada com mais rigor do que foi, já causaria um inevitável impacto nas condições sociais; é o que tem ocorrido no mundo todo e, em especial, na grande semiperiferia do capitalismo global, como Brasil, México, Argentina e Índia. Para compensar a crise social decorrente da crescente exclusão social, os próprios países ricos acabaram elegendo personagens como Jospin, Schroeder e Tony Blair, que procuram legitimar a inserção global com o discurso volátil e hiperpragmático da terceira via. E, principalmente, tentam manter os recursos orçamentários para bancar despesas de caráter social compensatórias (welfare transfers), que continuam sendo utilizadas intensamente.

No Brasil, tendo-se de amargar cortes contínuos no Orçamento - incluindo as áreas sociais - para atingir um equilíbrio cada vez mais ameaçado pelo volume dos juros, a questão do atendimento aos precarizados estará atingindo seu ponto crítico justamente no ano que vem. Havendo já incorporado integralmente os padrões mundiais de automação e o novo paradigma de trabalho flexível, o País fica mais sensível que nunca ao perverso efeito da queda do PIB sobre o aumento do desemprego. E estará condenado à mágica de ter de fazer muito mais no social com menos recursos.

É aí que entra a vital importância das conversas com o PT. O partido de Lula, ainda que com sucessos e decepções, tem uma legítima experiência de mobilização social e articulação com a base carente da sociedade. Suas ligações com a Igreja, os movimentos dos sem-terra e as comunidades marginalizadas são relativamente sólidas e permitiram alguns programas bem-sucedidos em prefeituras de municípios importantes. Este é um capital social fundamental para um ano como 1999. A grande questão é: como emprestá-lo a um governo que o PT acusa de causador, e não de vítima, da crise social?

Governos de unidade nacional e pactos sociais são engenharias políticas de raro sucesso nas sociedades contemporâneas. Somente circunstâncias que envolveram vazios políticos profundos - quase colapsos nacionais - têm propiciado alguns exemplos bem-sucedidos de alianças de amplo espectro. Foi o caso do clássico Pacto de Moncloa, da Espanha pós-franquista. O que as democracias nos apresentam como próprio de sua dinâmica renovadora é a alternância de poder, remetendo esses raros governos de unidade nacional à condição de acidentes próprios de circunstâncias muito especiais. O regime democrático supõe - isto sim - sistemas bipolares situação-oposição, que permitem oferecer continuamente um programa alternativo razoavelmente sólido, que parte da sociedade acredite viável.

A crise brasileira atual teria gerado uma situação tão especial que pudesse viabilizar um pacto capaz de pôr no mesmo saco PSDB, PFL, PMDB e PT? A estreiteza de opções que a globalização provocou em todo o mundo, pasteurizando as ideologias e limitando orçamentariamente as suas ações, tem restringido as atuais oposições brasileiras quase que exclusivamente às propostas de maxidesvalorização cambial e restrição seletiva das importações. Se depender de recursos adicionais, a própria prioridade para o social não será viável. A única via seria uma revolução da sua própria gestão, revertendo-a à comunidade e mantendo no governo o papel normativo e regulador.

Mas, afinal, qual dos caminhos seguintes - supondo-se que ambos são viáveis - seria mais útil ao País ver o PT trilhar? Buscar legitimamente, e com competência, sua condição de líder de um arco de oposições, estruturando um plano alternativo consistente e lutando por sua vez? Ou, diante da agudeza da crise, ter algumas de suas facções aproximando-se do governo, forçando-o a um movimento para a esquerda e ajudando a restringir os espaços do PFL?

A inteligente iniciativa de Fernando Henrique, tentando preencher seu atualmente enfraquecido flanco esquerdo, pode criar um dilema para algumas áreas mais pragmáticas do PT. Com o agravamento da crise, mantendo-se muito críticas, elas serão inevitavelmente acusadas de pregar o "quanto pior, melhor". Se ingressarem na estrutura do poder, poderão abrir espaço para uma saudável revolução na gestão do social, tentar isolar o PFL e até preparar um caminho próprio para uma alternativa governista mais à esquerda na sucessão, em 2002.

Artimanhas e armadilhas políticas à parte, o País merece que tanto governo quanto oposição aprofundem essas reflexões. A conversa entre Lula e Fernando Henrique foi apenas um início. O tamanho da crise exigirá muito mais.

[Gilberto Dupas é coordenador da área de assuntos internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP e professor da FDC no INSEAD (França).]

O jornalismo covarde e a reforma da imprensa PAUL JOHNSON

[OESP5.1]

Talvez a publicação, pelo Sunday Times de Rupert Murdoch, das memórias da sra. Robin Cook revelando detalhes da intimidade do ministro das Relações Exteriores, finalmente convença a maioria trabalhista do Parlamento a fazer alguma coisa para que a imprensa volte a seguir as leis. Quando Tony Blair formou seu governo, eu lhe disse que a mídia era o equivalente nos anos 90 dos sindicatos fora de controle dos anos 70. Os sindicatos haviam destruído os governos de Wilson, Heath e Callaghan e continuariam erodindo a Constituição se Margaret Thatcher não os tivesse domesticado de uma vez por todas.

Agora, eu lhe disse, a mídia estava fazendo a mesma coisa: "Efetivamente destruiu o governo Major e vai destruir o seu também." Blair riu: "A mídia é algo com que temos de conviver", foi sua resposta confiante.

Quando eu apresentei a mesma questão a Peter Mandelson, recebi uma resposta semelhante. Não havia possibilidade de o Parlamento aprovar legislação restringindo a imprensa, disse ele, e de qualquer maneira medidas desse tipo não teriam resultados.

Tendo ouvido a mesma coisa a respeito dos sindicatos quando estávamos em campanha para a abolição de seus privilégios legais nos anos 70, contentei-me em esperar que os acontecimentos fizessem o serviço. E é o que está acontecendo agora. Os jornais de circulação nacional emergiram do Boteco da Última Chance, bêbados de poder e loucos por uma briga.

Será que os membros do Parlamento terão a coragem de enfrentá-los?

O que poderá fortalecer a resolução dos políticos é o óbvio double standard em operação, sob o qual proprietários de jornais e editores, e ninguém mais, estão protegidos de intrusão. Enquanto Robin Cook está sendo crucificado por causa de seu divórcio, o caso de divórcio mais interessante da década - o do próprio Rupert Murdoch - tem escapado de publicação, a não ser nos termos breves e sanitizados que o próprio magnata dita. Sua mulher está mantendo silêncio porque tem, sob a lei do Estado da Califórnia, excelentes possibilidades de ficar com metade de todo o seu império.

Mas e sua amante chinesa, que vive no que seus jornais chamariam de "ninho de amor" em Nova York? Ela é jovem, bonita e determinada, e seu desejo de exercer um papel de destaque no império global de mídia de Murdoch está provocando grande mal-estar entre os filhos dele. Mas para ler a respeito é preciso procurar o Le Monde, que não participa do pacto mútuo de não-agressão da imprensa britânica. Le Monde publica as matérias fascinantes na primeira página. Nem uma palavra apareceu no Times, ou em nenhum outro jornal britânico, pelo que sei. Agora, não me entendam mal: também não quero ver a vida particular de Murdoch invadida. Mas a proteção privilegiada na qual ele insiste para si mesmo deveria ser outorgada, como direito legal, a Robin Cook e a todo mundo.

A corrupção da imprensa opera de acordo com a Lei de Greenshaw da mídia: a má cobertura afasta a boa cobertura. Os métodos intrusivos dos tablóides de sarjeta foram adotados pelos tablóides da outra ponta do mercado e, progressivamente, pelos jornais. O Times e o Guardian há tempos são causas perdidas e agora até mesmo os jornais do grupo Telegraph estão começando a publicar material "confessional".

Uma podridão molhada e malcheirosa está subindo dos esgotos e espalhando-se. E todo esse material repelente está devorando os centímetros de coluna disponíveis para notícias sérias. De fato, a velha distinção entre jornais populares e jornais de qualidade já era.

Recentemente assistimos aos pouco edificantes espetáculo de Alan Rusbridger, editor do Guardian, rolando na sarjeta com Piers Morgan, editor do The Minor (e anteriormente do News of the World), cada um tentando arrancar os olhos do outro para conseguir o "vazamento" da história de Mandelson primeiro, cada um acusando o outro de mentiroso.

O que devem fazer os humildes repórteres diante de tal "liderança"? Não restam muitas pessoas incorruptas na imprensa nacional, e elas se sentem cada vez mais impotentes. Os padrões vêm caindo há décadas, mas recentemente o declínio tem-se precipitado.

No ano passado fiz palestras a alunos de duas escolas admiráveis, os rapazes de Ampleforth em Yorkshire e as garotas de Godolphin e Larymer em Londres e nas duas ocasiões implorei a esses jovens animados - tão mais sofisticados e bem informados do que eu era na idade deles - que não escolhessem carreiras no jornalismo. Disse-lhes que, se entrassem em jornais, mesmo os nacionais, suas chances de escapar da corrupção moral eram remotas. Não quero continuar dando esse conselho aos jovens, e essa é talvez a minha única e maior razão para reivindicar a reforma legal da mídia. Tenho escrito mais artigos sobre esse assunto do que qualquer outro tópico, e minha campanha trouxe-me retaliação, incluindo, é claro, invasão da minha intimidade, como era de se esperar. Mas não vou ficar com medo. E agora tenho esperanças de que, como os conservadores se esquivaram da questão, os trabalhistas poderão levá-la adiante.

Já se foi o tempo em que a mídia podia sair livre com uma simples lei protegendo a privacidade dos indivíduos de invasão (com uma defesa do interesse público). Um estatuto mais amplo é necessário, para tratar de ao menos duas outras áreas: uso da tecnologia e códigos de conduta. A lei deveria obrigar escritórios de mídia a manter registro de estoques de todas as ferramentas usadas para reportagem, como câmaras fotográficas e gravadores, e tornar ilegal o uso de qualquer material não registrado. Cada retirada desses materiais para uso teria de ser registrada, com a sua finalidade, com assinaturas de autorização de executivos sênior da organização.

Em segundo lugar, escritórios de mídia seriam legalmente obrigados a adotar um amplo código de conduta nas linhas daquele que atualmente cobrem ministros e membros do Parlamento. Violações do código se tornariam ofensas profissionais e, em certos casos, criminais. Uma instituição legal independente, escolhida e remunerada pelo público - ao contrário da ridícula Comissão de Queixas da Imprensa -,

supervisionaria o cumprimento dos códigos e a operação das garantias à privacidade e monitoraria os registros de estoques. A imprensa chiaria e teria de ser arrastada, chutando e gritando, para fora da cozinha criada por ela mesma, como aconteceu com os sindicatos com as reformas de Thatcher. Mas todos os jornalistas decentes dariam as boas-vindas aos códigos e seriam rapidamente aceitos assim que se tornassem a lei do país. Quantos querem desfazer as reformas sindicais? O mesmo aconteceria com a Lei dos Abusos da Mídia.

Várias invenções a respeito dos planos futuros de Mandelson apareceram naquela mídia. Na verdade, ele ainda não tem planos futuros.

Mas tenho uma sugestão para ele. Ele deveria adotar a causa da reforma da mídia, persuadir os membros do Parlamento com estatura na votação dos Private Members para fazer o mesmo e conduzir sua passagem pelo plenário. Não posso imaginar um serviço público mais valioso que Mandelson pudesse prestar, ou um serviço com mais chances de restabelecer sua reputação política. Ele deveria lembrar-se, como deveriam também os membros do Parlamento, que, com poucas exceções, jornalistas são covardes - assim como os sindicalistas - e tudo o que é preciso para trazê-los para o abrigo da lei é firmeza.

[Paul Johnson é articulista da revista britânica "The Spectator".]

Pedra de toque MARIO VARGAS LLOSA [OESP5.2]

Caro Kenzaburo Oe, Foi uma grande satisfação para mim receber sua carta, algo que de certa forma eu esperava porque, depois daquele almoço em Tóquio, em 1979 - já faz 20 anos! -, vimo-nos apenas um par de vezes, mas desde então continuei conversando com você, por meio de seus livros que em todos estes anos tenho estado lendo nas traduções em espanhol, inglês ou francês, quando ficaram ao meu alcance. É uma obra à qual devo muitas horas de prazer, embora também, às vezes, de certa angústia.

Lendo-o, descobri que temos muito em comum: somos quase da mesma idade, nós dois ensinamos em Princeton, ambos fomos seduzidos quando jovens pelos romancistas norte-americanos e pela literatura francesa, e nossa vocação cresceu acalentada pelas idéias dos existencialistas, pelas polêmicas entre Sartre e Camus e pelas convicções predominantes sobre "o compromisso" naqueles anos. Esta tese de que a literatura não pode ser mero entretenimento, que ela influi na vida modelando a sensibilidade e a consciência dos leitores e, por meio destes, deixa uma marca, para o bem ou para o mal, na história, já não está em moda. Os cultores da literatura light, do êxito em nossos dias, descartam-na com ceticismo brincalhão. Mas creio que fizemos bem quando continuamos escrevendo com a ilusão, talvez infundada, de que a literatura serve para algo mais do que passar um momento divertido.

Eu não sabia que o Pen Club japonês se negou nos anos 70 a protestar contra a perseguição ao poeta coreano Kim Ji Ha. Nos três anos em que fui presidente do Pen Internacional, descobri que alguns centros não cumpriam a obrigação de lutar contra a censura e a perseguição política dos escritores, a razão de ser da instituição. O caso mais doloroso que conheci foi o do romancista argentino Antonio di Benedetto, vítima da ditadura militar, por cuja libertação o Pen Internacional fazia campanha. Ele foi expulso do Pen de Buenos Aires enquanto estava preso, por não pagar as contribuições. No entanto, casos escandalosos como esse não são a regra, mas a exceção. De modo geral, a imensa maioria de centros do Pen mantém uma linha de defesa da liberdade intelectual e da coexistência pacífica de escritores de crenças e filiações distintas, conforme faz hoje em dia em sua campanha contra o fanatismo e a repressão intelectual no Irã.

Para mim, sempre foi inquietante o tema, mencionado em sua carta, da cumplicidade de alguns escritores com os estragos que o fanatismo religioso ou político causa. Ao pé dos patibulos e dos fornos crematórios erguidos pelo nazismo houve intelectuais dispostos a justificá-los, e também às portas do gulag stalinista, negando sua existência. Da mesma forma como os infernos acessos pelo fundamentalismo islâmico têm seus chantres literários, é difícil esquecer que o maior responsável pelos crimes raciais e pela limpeza étnica na Bósnia foi um distinto psiquiatra e poeta, o doutor Radovan Karadzic. A ditadura castrista, que completou 40 anos de férreo despotismo, ainda tem na América Latina um séquito intelectual. No Peru, o fundador e cérebro do Sendero Luminoso, movimento maoísta cujas operações terroristas desde 1980 causaram dezenas de milhares de mortes de inocentes e contribuíram de modo decisivo para o desmoronamento da democracia, é um antigo professor de filosofia que escreveu sua tese de doutorado sobre Kant. Como explicar o fascínio que o mito da violência redentora exerce sobre tantos pensadores e artistas?

Talvez por causa da repugnância que eles têm pela democracia, um sistema que recusa a perfeição e faz da mediocridade um ideal social. Os consensos e as concessões que garantem a coexistência na diversidade condenam a sociedade à imperfeição, à moral do mal menor. Há ditaduras perfeitas; as democracias só podem ser imperfeitas. Com seu empenho em transpor para a realidade política o ideal estético ou filosófico da perfeição, muitos intelectuais sucumbem à tentação totalitária e emprestam seu talento à ignomínia. Porque o sonho da perfeição social absoluta (representado em nossa época pelos integralismos religiosos e pelos nacionalismos) fez correr rios de sangue ao longo do século que termina.

Eis por que, depois de também haver sonhado, quando jovem, com a sociedade perfeita, há 30 anos me convenci de que é preferível, para a sobrevivência da civilização humana, conformar-se com os avanços lentos e maçantes da democracia a buscar a inacessível utopia que produz hecatombes.

Mas podemos por acaso sufocar em nós a sede do absoluto? A ambição do perfeito deu origem às maiores empreitadas humanas, desde as grandes descobertas científicas e realizações estéticas à formação de indivíduos exemplares. Não é possível nem desejável renunciar ao céu e às estrelas. Mas é preciso saber que esse mundo coerente, belo, racional, justo, sem mácula, de acordo com nossos desejos, não existe fora do domínio da arte, da literatura e da fantasia, ou do solitário destino de um punhado de personalidades excêntricas. Ele é incompatível com a realidade da vida coletiva, malha de diversidades e aspirações contraditórias que, para não sucumbir à violência, requer regras de jogo que nos condenam ao rebaixamento e sacrifício da opção máxima. Em outras palavras, aos avanços sinuosos, desesperantes, sempre ameaçados de retrocessos, da cultura democrática.

Entre os personagens de seus livros tenho um carinho especial pelo atormentado Bird, o herói de *Uma Questão Pessoal*, cujo caso estranho ilustra delicadamente o que tento dizer. É um ser humano bastante imperfeito. A idéia de haver gerado um "monstro" extrai do fundo de sua personalidade um medo feroz e um instinto estruidor que na verdade o transformam num pequeno monstro, num pai ansioso para que a morte do recém-nascido - que ele está disposto a provocar - o livre da opressiva responsabilidade de cuidar do menino anormal. No entanto, o sofrimento também desperta um traço íntimo de solidariedade e decência, até então adormecido, e no final da história encontramos outro Bird. Ele assumiu sua paternidade recente, sem alarme, até com alegria íntima. Não se transformou num santo nem num super-homem, apenas num ser humano melhor que o anterior. A vinda do filho inválido fez brotar nele uma fonte de humanidade e limpeza até então obstruída.

Sempre me impressionou em suas histórias o papel que desempenham esses seres desvalidos, enfermos, desditosos, que aparecem nelas para pôr à prova os limites da decência e da indecência humanas e para lembrar aos seres normais as anomalias e secretas grandezas que eles também possuem. E, sobretudo, para romper a casca egoísta que os envolve e ensinar-lhes a ternura e o amor. Essa relação está esboçada e matizada em seus relatos com mestria e sobriedade clássica, sem incorrer na grosseria ou no sentimentalismo.

Precisamente o recato com que, em *A Healing Family*, se conta a história de seu filho Hikari - que, graças à música, pôde vencer a quarentena a que o condenava sua enfermidade - é o que dá a essas páginas o vigoroso sopro de vida que arrebata o leitor. Também ocorre na história daquele aviador norte-americano negro, prisioneiro numa aldeia remota, com o qual brincam as crianças do lugar até que a残酷da da guerra aparece, abre-lhes os olhos para a realidade adulta e suprime sua inocência. É de surpreender que um relato tão perfeito tenha saído das mãos de um jovem que começava a escrever.

A inocência sobreviverá neste terceiro milênio para cuja inauguração nos preparamos? São muitos os motivos em nosso milênio para inclinarmo-nos a temer que não. Mas, por sorte, há também alguns que nos permitem alimentar esperanças. Sua obra é uma delas.

Um abraço de seu leitor e amigo, Mario Vargas Llosa.

[Mario Vargas Llosa é escritor.]

O peso de uma Federação falida IVESGANDRADASILVAMARTINS [OESP6.1]

Não há ajuste fiscal que tire o País da crise, se não houver uma reengenharia da Federação. A Federação brasileira é maior do que o PIB. Os R\$ 250 bilhões que os brasileiros pagam anualmente, em tributos, para o Estado nacional têm mais da metade de sua destinação inteiramente voltada para sustentar servidores ativos e inativos das 5,5 mil entidades federativas, formadas por políticos e burocratas.

Nos Estados Unidos, os "vereadores" dos médios e pequenos municípios nada recebem. Sentem-se honrados em servir à cidade. No Brasil, os nove vereadores (número mínimo de composição legislativa) dos menores municípios são remunerados. Estados falidos, que deveriam ser territórios federais, porque não geram receita própria, pagam a seus políticos, magistrados e funcionários remuneração superior à que percebem os que servem à União. Dessa forma, mais de 50% do que recolhemos em tributos - que é 100% do que os argentinos recolhem e 150% do que os paraguaios destinam aos cofres públicos - é endereçado ao pagamento de servidores e aposentados de uma máquina federativa criada para gerar cargos e benesses, e não para servir à Nação.

Quando falo em 100% em relação à Argentina e 150%, ao Paraguai é porque a carga tributária do Brasil é o dobro da incidente na Argentina e o triplo da do Paraguai.

Por outro lado, a máquina administrativa brasileira é das mais esclerosadas, arcaicas e ultrapassadas. E a "inflação legislativa" - num país que tem vigendo, entre Constituições, leis orgânicas, leis complementares, ordinárias e atos normativos, mais de 1 milhão de diplomas legais distribuídos pelos 5,5 mil entes federativos - gerou uma "inflação de obrigações burocráticas" inúteis, de tal maneira que nada, neste país, se faz sem um papel, um documento, uma certidão, uma autorização, chegando ao paroxismo de ser necessário obter "senhas oficiais" para que se possa entrar na fila e aguardar a expedição de um dos inúmeros documentos que todo o brasileiro é obrigado a ter para mostrar que "existe".

Pagamos tributos para sustentar uma máquina administrativa que não gera riqueza, mas atraso, na medida em que é criadora de obstáculos, a título de controlar o "cidadão", afastando desenvolvimento, investimentos e destruindo a produção e o emprego.

Por isso, o ideal da maioria dos brasileiros é ingressar no serviço público e integrar a classe de privilegiados, que, quando aposentados, recebem dez vezes mais, em média, que o cidadão comum, sobre não correrem os riscos de desemprego e da luta pela existência.

Embora a maioria dos que ingressam na administração pública dos Estados, municípios e da União tenha mais por objetivo ser beneficiária do sistema do que dele servidora, não cabe a generalização. Tal atitude termina por atingir a dignidade e a honra dos verdadeiros servidores públicos, ou seja, daqueles que entraram na carreira por vocação e, na maior parte das vezes, por serem "servidores", e não "políticos",

terminam até mesmo não sendo promovidos, embora o mereçam, pois, no País, têm mais facilmente acesso aos altos escalões os que se servem do poder que aqueles que servem ao público.

A criação de Estados e municípios - com a Constituição de 1988 surgiram 1,9 mil municípios, em apenas dez anos, três Estados, que deveriam continuar como territórios, condição a que deveriam retornar diversas outras unidades da Federação - inchou o pacto federativo a ponto de transformar o Brasil da atualidade num país medieval, com os nobres feudais enquistados no poder gerando "déficits" públicos, de um lado, e os escravos da gleba, que são os cidadãos fora do governo, de outro, sendo chamados sempre para cobrir, com "ajustes fiscais" sucessivos, os fracassos permanentes das administrações federativas, insaciáveis na obtenção de recursos para manter a "falida Federação brasileira".

E, à evidência, o "déficit" gera a necessidade de financiamento, o financiamento gera o crescimento da dívida, o crescimento da dívida gera juros elevados e os juros elevados geram o aumento dos tributos pagos pela sociedade escravizada por um modelo federativo quebrado.

E os detentores do poder (políticos e burocratas) argumentam que tal modelo não pode ser mudado por ser cláusula pétreia, quando, em verdade, o modelo pode ser mudado, desde que continue federativo.

O que determina o @ 4º, inciso I, do artigo 60 da Constituição federal - assim redigido: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: (...) I. a forma federativa de Estado; ..." - é que a Federação não pode ser "abolida", mas não impede que seja "modificada". E a modificação urge. É fundamental, é questão de sobrevivência da Nação. Sem ela, a geração futura não terá horizontes e a perda de competitividade externa e interna será decorrência natural, com a inércia, a recessão, o desemprego acompanhando os 160 milhões de brasileiros, apenas excluídos os privilegiados dos 5,5 mil governos brasileiros.

O governador Esperidião Amin, de Santa Catarina, sugeriu que Minas e Rio Grande do Sul voltassem a ser territórios por não pagarem suas dívidas. Estou convencido de que, se Rio Grande e Minas ficassem com 50% dos tributos federais que arrecadam e só repassassem 50%, não estariam em crise. Se dois terços dos Estados e mais da metade dos municípios, que não são auto-sustentáveis (ou seja, não se mantêm com receita própria), voltassem, os primeiros, a ser territórios federais e os segundos, a se integrar a outros municípios, o custo da Federação seria consideravelmente reduzido e a sociedade brasileira poderia crescer para tornar o País a grande nação do futuro.

Há necessidade de repensar a Federação.

Há necessidade de os brasileiros conscientes começarem a exigir coragem e patriotismo dos dirigentes nacionais.

Estados sem população deveriam ter, no máximo, um deputado, como ocorre nos Estados Unidos. A representação da população brasileira no Parlamento deveria ser

proporcional ao seu número, e não como ocorre: a minoria do eleitorado controla a maioria do Congresso. Nos Estados Unidos, que são uma Federação como o Brasil, a representação da população, nos três órgãos colegiados (Câmara, Senado e colégio eleitoral), é proporcional à sua densidade.

Estou convencido de que a tese de repensar a Federação é profundamente malvista por políticos e burocratas e, ao defendê-la, aumentarei a legião dos meus adversários. Mas também estou convencido de que, se a sociedade brasileira não rediscutir tal modelo, o século 21 será um século de mais sofrimentos, mais decepções e mais crises para o País.

Ou o Brasil muda a Federação ou a Federação acaba com o Brasil.

[Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito das universidades Mackenzie, Paulista e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.]

O tempero da mídia CARLOS ALBERTO DI FRANCO [OESP6.2]

Arrogância, precipitação e superficialidade têm sido, na opinião de James Fallows, autor do afiadíssimo *Detonando a Notícia*, o tempero da mídia. A crítica, forte e despida de corporativismo, despertou reações iradas e aplausos entusiasmados. A polêmica está acesa. E a poeira não deve baixar tão cedo.

A síndrome não reflete uma idiossincrasia da imprensa norte-americana. Trata-se de um problema universal. Também nosso. Reconhecê-lo é importante. Superá-lo, um dever. Fallows questiona, por exemplo, a aspiração de exercer um contrapoder que está no cerne de inúmeras matérias. Freqüentemente, a investigação jornalística não brota da dúvida necessária, da interrogação inteligente. Nasce, muitas vezes, de uma enxurrada de preconceitos.

Há um ceticismo ético, base da reportagem investigativa. É a saudável desconfiança que se alimenta de uma paixão: o desejo dominante de descobrir e contar a verdade. Outra coisa, totalmente diferente, é o que podemos definir como jornalismo de suspeita. O profissional suspicaz não tem "olhos de ver". Não admite que possa existir decência, retidão, bondade. Tudo passa por um crivo negativo que se traduz numa incapacidade crescente de elogiar. O jornalista não deve ser ingênuo. Mas não precisa ser cínico. Basta ser honrado e independente.

A fórmula de um bom jornal reclama uma balanceada combinação de convicção e dúvida. A candura, num país dominado pela tradição da impunidade, acaba sendo um desserviço à sociedade. É indispensável o exercício da denúncia fundamentada. Precisamos, independentemente do escárnio da delinqüência arrogante, perseverar num autêntico jornalismo de buldogues. Um dia a coisa vai mudar. Graças também ao esforço investigativo dos bons jornalistas. Essa atitude, contudo, não se confunde com o cinismo de quem sabe "o preço de cada coisa e o valor de coisa alguma". O repórter, observador diário da corrupção e da miséria, não pode deixar que a alma envelheça. Convém renovar a rebeldia sonhadora do começo da carreira. O coração do foca deve pulsar em cada matéria.

A precipitação é outro vírus que ameaça a qualidade informativa. O título de impacto, oposto ao fato ou fora do contexto, transmite ao leitor o desconforto de um logro, uma indisfarçável marca de engajamento. Repórteres carentes de informação especializada e de documentação apropriada acabam sendo instrumentalizados pela fonte. Sobra declaração, mas falta apuração rigorosa. A incompetência arrogante foge dos bancos de dados. Confunde nomes. Troca milhão por bilhão. E la nave và.

O culto à frivolidade e a submissão à ditadura dos modismos estão na outra ponta do problema. Vivemos sob o domínio do politicamente correto e sucumbimos à tirania do inconsistente. A obsessão seletiva pelo underground da vida tem transformado páginas de comportamento num compêndio freudiano. Biografias não-autorizadas não têm repercutido apenas nas páginas dos tablóides sensacionalistas. Infelizmente.

Maledicência e agressões injustas à privacidade parecem estar imunes aos critérios da qualidade. O strip-tease da intimidade, ridículo e deselegante, ganha status de informação relevante. O que interessa não são as idéias do entrevistado, mas o desnudamento de suas transas e fantasias eróticas. O que importa é chocar.

Ao tentar disputar espaço com o mundo do entretenimento, a chamada imprensa séria está entrando num processo de autofagia. A frivolidade não é a melhor companheira para a viagem da qualidade. O prestígio de uma publicação não é fruto do acaso. É uma conquista diária. A credibilidade não combina com a leviandade. Só há uma receita duradoura: ética, profissionalismo e talento.

[Carlos Alberto di Franco, diretor do Master de Jornalismo para editores e professor de ética jornalística, é representante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra no Brasil.]